

ATA DA REUNIÃO DE 01.04.2024

ATA N.º 7/2024

Ao primeira dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Concelho de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, estando presentes os Vereadores Hugo Manuel Moreira Luís, Renato Alves dos Santos, José António Paulo Felgueiras, Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho, Pedro António do Carmo Silva, José Manuel Antunes Graça e Marta Dutschmann de Jesus da Silva Gomes. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral. Esteve ausente a Vereadora Aldevina Maria Machado Rodrigues, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL: 1.1.** Ata; **1.2.** Indicações ao Representante do Município na Assembleia Geral da Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis – Ratificação de despacho; **1.3.** Indicações ao Representante do Município na Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia – A2S – Ratificação de despacho; **1.4.** Indicações ao Representante do Município na Assembleia Geral da Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – Ratificação de despacho; **1.5.** Indicações ao Representante do Município na Assembleia Geral da Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade, Limitada – Ratificação de despacho; **1.6.** Indicações ao Representante do Município na Assembleia Geral da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. – Ratificação de despacho; **1.7.** Indicações ao Representante do Município na Assembleia Geral da Associação Adapt. Local – Rede de Municípios para a Adaptação Local de Alterações Climáticas; **1.8.** Bar “Coisa mais linda” – Projeto de decisão de aplicação da medida cautelar de suspensão temporária da atividade –



ATA DA REUNIÃO DE

Ratificação de despacho; **1.9.** Compensação à Giatul, Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A., pelo termo antecipado parcial de exploração do Parque de Campismo da Ericeira – Submissão à Assembleia Municipal; **1.10.** Coordenador Municipal de Proteção Civil – Proposta de Remuneração Base e de atribuição de Despesas de Representação; **2. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE:** **2.1.** Decisão definitiva de proibição de utilização das Instalações Desportivas Municipais; **2.2.** Cedência de Instalações Desportivas Municipais ao Clube Desportivo da Venda do Pinheiro, à APERCIM (Associação para Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Mafra), à Equipa Vicarial de Jovens de Mafra e à Escola de Formação de Nadadores-Salvadores "4EMES"; **3. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO:** **3.1.** União de Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros – Atribuição de apoio financeiro – Submissão à Assembleia Municipal; **3.2.** Instituto de Cultura Europeia e Atlântica – Atribuição de apoio financeiro; **3.3.** VII edição do Festival Internacional do Órgão de Mafra – Aceitação de donativo; **4. DEPARTAMENTO FINANCEIRO:** Doação ao Município do prédio rústico, designado por "Terra do Casal – Pinheiro" inscrito na matriz sob o artigo 111 da Secção M da Freguesia de Mafra, destinado a integração no domínio público para alargamento de estrada; **5. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL:** **5.1.** Comunicação de obras na via pública – P91/2024 – Ratificação de despacho; **5.2.** Comunicação de obras na via pública – P141/2024 – Ratificação de despacho; **5.3.** Comunicação de obras na via pública – P369/2024 – Ratificação de despacho; **5.4.** Execução de obras durante a época balnear – Proc. OP-47/2022; **5.5.** Execução de obras durante a época balnear – Proc. LP-11/2020; **6. DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:** **6.1.** Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil – submissão a discussão pública; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos. -----

--- **I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- **1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA:** -----

--- Relativamente às decisões proferidas, no uso das competências delegadas e

ATA DA REUNIÃO DE

subdelegadas, não foi presente qualquer informação. -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

--- O Presidente deu nota dos eventos realizados, informando, ainda, sobre os próximos eventos a decorrerem no Concelho de Mafra, em conformidade com a listagem em anexo (**anexo I**). Mais informou que a ausência da Vice-Presidente, Aldevina Rodrigues, se devia ao facto de se encontrar a apresentar o novo Coordenador Municipal de Proteção Civil aos serviços. -----

--- DO VEREADOR JOSÉ GRAÇA: -----

--- De seguida, o Vereador José Graça, na primeira reunião após uma alteração do ciclo governativo em Portugal, não pôde deixar de endereçar votos de sucesso ao novo Governo, liderado por Luís Montenegro. Em simultâneo, endereçou aos novos governantes um abraço de solidariedade pela coragem assumida com os respetivos cargos, num cenário atual onde tudo é alvo de escrutínio e onde ser político é ser vilipendiado na praça pública, fazendo esquecer, por vezes, da nobre missão que é exercer aqueles cargos. Acrescentou que, apesar de serem governantes oriundos de partidos diversos ao seu, não deixa de ser um ato de coragem. Assim, referiu que esse gesto, aos dias de hoje, deve ser enaltecido. -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

--- Relativamente ao Governo cessante, o Presidente também dirigiu uma palavra de reconhecimento a muitos elementos do mesmo, dos quais sempre recebeu uma consideração institucional que não pode deixar de ser referida. Agradeceu todo o tempo que o Primeiro-Ministro, António Costa, dedicou à Câmara Municipal de Mafra durante aqueles oito anos. Apesar de se desejar sempre mais, existiram áreas onde, verdadeiramente, se conseguiu fazer a diferença através do trabalho conjunto, sendo uma delas a área da cultura. Apesar de reter ações muito positivas do Governo anterior, também existiram outras menos positivas, compreendendo que nem sempre os recursos são suficientes para satisfazer todos os níveis de necessidades e ambições. No caso particular do Concelho de Mafra, destacou a área das

ATA DA REUNIÃO DE

infraestruturas e da rodovia. No que concerne ao novo Governo, deixou claro que o Concelho de Maфра nunca se demitirá de exigir aquilo que merece e, por isso, espera que haja continuidade em várias áreas, particularmente na área da saúde, pela qual demonstrou a sua preocupação em termos de futuro. -----

--- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----**--- TRATOLIXO – RELATÓRIO E CONTAS 2023: -----**

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento do ofício proveniente da Tratolixo, com a referência 31/CA/2024, acompanhado do Relatório e Contas da Tratolixo que reflete o exercício desenvolvido ao longo do ano de 2023, aprovado em sede de Conselho de Administração em 28 de fevereiro do corrente ano e contendo a Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único (**anexo II**). -----

--- 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2024: -----

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento da Informação Interno/2024/7155, elaborada na Unidade de Estudos e Planeamento, relativa à 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2024, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira, da Diretora do Departamento Financeiro e do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 26 de março de 2024, bem como o despacho de concordância da Vice-Presidente da Câmara, exarado na mesma data (**anexo III**). -----

--- II - ORDEM DO DIA: -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: --

--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL: -----**--- 1.1. ATA: -----**

--- Presente a ata n.º 2/2024, da reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de janeiro de 2024. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 2/2024, da reunião de Câmara realizada no dia 19 de janeiro de 2024. -----

--- 1.2. INDICAÇÕES AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO LIMPEZA URBANA – PARCERIA PARA CIDADES + INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

ATA DA REUNIÃO DE

--- Presente, em anexo, Despacho exarado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 21 de março de 2024, ínsito na Convocatória para a 10.º Assembleia Geral da Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis, marcada para o dia 22 de março de 2024, pelas 11h30, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1. Aprovação da Ata da 9.ª Assembleia Geral; 2. Aprovação do Relatório e Contas 2023; 3. 6.º Encontro de Limpeza Urbana; 4. Outros Assuntos, do seguinte teor: *“Dê-se instruções ao representante do Município na Assembleia Geral para votar favoravelmente os pontos constantes na O.T. À reunião para ratificar” (anexo IV).* -

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o Despacho exarado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 21 de março de 2024, que deu instruções ao representante do Município para votar favoravelmente os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

--- 1.3. INDICAÇÕES AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA – A2S – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, Despacho exarado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 26 de março de 2024, ínsito na Convocatória para a Reunião de Assembleia Geral Ordinária da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia – A2S, marcada para o dia 27 de março de 2024, pelas 18h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos: I. Aprovação da ata da Assembleia Geral anterior; II. Apresentação, apreciação e votação e aprovação do Relatório de Atividades e Contas 2023; III – Outros Assuntos, do seguinte teor: *“Dê-se instruções ao representante do Município na Assembleia Geral para votar favoravelmente os pontos constantes na O.T. À reunião para ratificar” (anexo V).* -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o Despacho exarado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 26 de março de 2024, que deu instruções ao representante do Município para votar favoravelmente os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

--- 1.4. INDICAÇÕES AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES – ASSOCIAÇÃO PARA



ATA DA REUNIÃO DE

O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, Despacho exarado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 26 de março de 2024, ínsito na Convocatória para a Assembleia Geral da Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, marcada para o dia 27 de março, pelas 11h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos: - Apreciação e votação da ata da última reunião; - Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2023; - Apreciação e votação da 1.ª alteração ao plano de ação e orçamento do ano em curso; - Outros assuntos, do seguinte teor: *“Dê-se instruções ao representante do Município na Assembleia Geral para votar favoravelmente os pontos constantes na O.T. À reunião para ratificar” (anexo VI).* -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o Despacho exarado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 26 de março de 2024, que deu instruções ao representante do Município para votar favoravelmente os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

--- 1.5. INDICAÇÕES AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA – COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE, LIMITADA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:

--- Presente, em anexo, Despacho exarado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 26 de março de 2024, ínsito na Convocatória para a Assembleia Geral da Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade, Limitada, marcada para o dia 27 de março de 2024, pelas 15h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1. Análise, discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2023; 2. Outros assuntos, do seguinte teor: *“Dê-se instruções ao representante do Município na Assembleia Geral para votar favoravelmente os pontos constantes na O.T. À reunião para ratificar” (anexo VII).* -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o Despacho exarado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 26 de março de 2024, que deu orientações ao representante do Município para votar favoravelmente os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

ATA DA REUNIÃO DE

--- 1.6. INDICAÇÕES AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A. – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, Despacho exarado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 26 de março de 2024, ínsito na Convocatória para a Assembleia Geral da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., marcada para o dia 27 de março de 2024, pelas 11h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os documentos disponíveis, nos termos legais, na sede social; 2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; 3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade; 4. Ratificar a nomeação da Dra. Madalena Castro para o cargo de vogal do Conselho de Administração por renúncia do anterior administrador; 5. Eleger os membros dos órgãos sociais para o triénio 2024-2026; 6. Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse para a Sociedade, do seguinte teor: *“Dê-se instruções ao representante do Município na Assembleia Geral para votar favoravelmente os pontos constantes na O.T. À reunião para ratificar” (anexo VIII).* -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o Despacho exarado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 26 de março de 2024, que deu orientações ao representante do Município para votar favoravelmente os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

--- 1.7. INDICAÇÕES AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO ADAPT. LOCAL – REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: -----

--- Presente, em anexo, a Convocatória proveniente da Associação Adapt. Local – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas para a 6.ª Reunião da Assembleia Geral, marcada para o dia 12 de abril de 2024, pelas 16h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1. Gestão da Associação adapt.local (ponto de situação); 2. Relatório de Atividades 2023; 3. Relatório de Contas 2023; 4. Plano de Atividades 2024 e respetivo Orçamento; 5. 7.ª Assembleia Geral da adapt.local; 6. Outros assuntos; 7. Aprovação da Ata em minuta (**anexo IX**). -----

ATA DA REUNIÃO DE

--- Atenta a mencionada Convocatória, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, à luz do disposto no n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, aplicável com as devidas adaptações, que o representante do Município na Assembleia Geral da Associação Adapt. Local - Rede de Municípios para a Adaptação Local de Alterações Climáticas vote favoravelmente os pontos da mencionada Ordem de Trabalhos. -----

--- 1.8. BAR "COISA MAIS LINDA" – PROJETO DE DECISÃO DE APLICAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA ATIVIDADE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, Despacho da Senhora Vice-Presidente, datado de 25 de março de 2024 (**anexo X**). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o mencionado Despacho que determinou: *"A notificação da exploradora do estabelecimento "Coisa Mais Linda", para a adoção imediata (após notificação) da medida cautelar de suspensão imediata da atividade, ao abrigo do Art.º 27.º, n.º 1 e 2, do Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação, até que seja demonstrado, através da apresentação de novo relatório acústico, com aferimento do critério de incomodidade, fixado no Art.º 13.º, n.º 1, alínea b) do RGR, que promoveu as necessárias medidas de redução na fonte do ruído, nos termos previstos no art.º 13.º, n.º 2, alínea a), do RGR, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da notificação"; Que "se advirta a exploradora do referido estabelecimento, que o incumprimento da presente medida cautelar fá-la-á incorrer na prática da contraordenação ambiental grave, consagrada no Art.º 28.º, n.º 2, alínea i), do RGR, onde se prevê que constitui contraordenação ambiental grave "O não cumprimento das medidas cautelares fixadas nos termos do artigo 27.º", sendo essa contraordenação punida, nos termos previstos no art.º 22.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que aprovou a Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais, quando cometida por pessoas coletivas, com coima graduada de € 12 000 a € 72 000, em caso de negligência e de € 36 000 a € 216 000, em caso de dolo"; Que "a exploradora do estabelecimento seja notificada*

ATA DA REUNIÃO DE

para o exercício da audiência prévia, fixando-se esse prazo em 3 (três) dias, em respeito ao Art.º 27.º, n.º 3 do RGR, sendo a empresa expressamente advertida que, caso não se pronuncie em sede de audiência prévia, o projeto de decisão converter-se-á em decisão definitiva"; Que "o Serviço de Polícia Municipal fiscalize o cumprimento da medida cautelar adotada neste despacho, por parte da entidade mencionada e, sendo caso disso, atue em conformidade, procedendo ao levantamento da correspondente Participação"; Que "a notificação em apreço seja efetuada pessoalmente, através de mandado, por se afigurar ser esta a forma de notificação mais célere no presente caso e que se informem os queixosos sobre as diligências promovidas por esta Câmara Municipal, na sequência da receção do aludido relatório de avaliação acústica". -----

--- 1.9. COMPENSAÇÃO À GIATUL, ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A., PELO TERMO ANTECIPADO PARCIAL DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DA ERICEIRA – SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

--- Presente, em anexo, Proposta da Senhora Vice-Presidente, datada de 25 de março de 2024, bem como ofício proveniente da Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A., com a referência 15/2023, datado de 21 de março de 2024 (**anexo XI**). -----

--- O **Presidente** aditou que fora apurada a compensação a atribuir à GIATUL pela redução da área destinada ao Parque de Campismo da Ericeira que lhe estava concessionada. -----

--- O **Vereador José Graça** referiu que era necessário honrar compromissos e, no pressuposto de que a avaliação estava conforme, o voto do Partido Socialista seria favorável. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do previsto nos contratos programa celebrados ente o Município e a Giatul - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. e a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que determine o pagamento do montante de 911.358,00€ (novecentos e onze mil trezentos e cinquenta e oito euros), pelo termo antecipado parcial de exploração do Parque de Campismo da Ericeira, em resultado da diminuição da sua

ATA DA REUNIÃO DE

área para criação do Parque Verde Urbano da Ericeira. -----

--- 1.10. COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO BASE E DE ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO:

--- Presente, em anexo, Proposta subscrita pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 21 de março de 2023, para a definição do estatuto remuneratório do cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil (**anexo XII**). -----

--- O **Presidente** fez a apresentação do Engenheiro Pedro Carrilho, que exercerá as funções em questão, propondo-se que estas decorram em equiparação a Chefe de Divisão, em regime de comissão de serviço, com a proposta de remuneração base e de atribuição de despesas de representação versadas na documentação previamente distribuída. Informou, por último, que tal proposta teria de ser objeto de deliberação por parte da Assembleia Municipal. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a Proposta do Senhor Presidente de atribuir, como remuneração base mensal, ao cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil, o montante de 2 806,92€ (dois mil oitocentos e seis euros e noventa e dois cêntimos), bem como submeter a decisão da Assembleia Municipal, a atribuição de suplemento mensal por despesas de representação, nos termos do n.º 5 e 6 do artigo 14.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, conjugado com o artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

--- 2. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

--- 2.1. DECISÃO DEFINITIVA DE PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2024/6884, elaborada em 22 de março de 2024, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Desporto e Juventude e da Diretora do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, ambos datados de 22 de março do corrente ano, bem como o despacho de concordância do Vereador Pedro do Carmo Silva, exarado na mesma data (**anexo XIII**). -----

--- Atento o despacho apresentado, bem como a demais documentação, que o instrui, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com oito votos a favor, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 33.º, n.º 1, alínea ee) e 35.º, n.º 3, e 55.º, n.º 3,

ATA DA REUNIÃO DE



todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugados com os artigos 6.º, n.ºs 3 e 5, alíneas a) e l), 18.º e 46.º, n.º 2, todos do Regulamento das Instalações Desportivas Municipais e com os artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aplicar ao utente n.º 46365 a medida de interdição de utilização da Piscina Municipal da Encarnação, em particular, e todas as demais instalações desportivas municipais, em geral, por um período ininterrupto de noventa dias. -----

--- 2.2. CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS AO CLUBE DESPORTIVO DA VENDA DO PINHEIRO, À APERCIM (ASSOCIAÇÃO PARA EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE MAFRA), À EQUIPA VICARIAL DE JOVENS DE MAFRA E À ESCOLA DE FORMAÇÃO DE NADADORES-SALVADORES "4EMES": -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2024/6765, elaborada em 20 de março, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Desporto e Juventude e da Diretora do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, ambos datados de 22 de março do corrente ano, bem como o despacho de concordância do Vereador Pedro do Carmo Silva, exarado na mesma data (**anexo XIV**). -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ceder gratuitamente a utilização de uma pista da Piscina Municipal da Azueira às quintas e sextas-feiras (das 20h30 às 21h00) por mais uma hora semanal, ao Clube Desportivo da Venda do Pinheiro, de forma a permitir um maior volume de treino para os atletas da modalidade de triatlo; a utilização de seis pistas da Piscina Interior do Parque Desportivo Municipal de Mafra, no dia 17 de abril de 2024, à APERCIM, para a realização do 20.º Torneio de Natação Adaptada; a utilização do Pavilhão da Escola Básica e Secundária António Bento Franco, nos dias 26 de abril (das 14h00 às 00h00) e 27 de abril (das 9h00 às 01h00), à Equipa Vicarial de Jovens de Mafra - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro Ericeira, para a realização do Festival Vicarial da Canção Jovem; e da sala de imprensa do Estádio e Piscina Interior do



ATA DA REUNIÃO DE

Parque Desportivo Municipal de Mafra, de 23 de abril a 12 de junho de 2024 (das 19h00 às 23h00), num total de 33 dias, à Escola de Formação de Nadadores-Salvadores "4EMES", para a realização do Curso de Nadadores-Salvadores, com a contrapartida do Município de Mafra indicar dois participantes para a frequência gratuita do referido curso. -----

--- **3. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO**

SOCIOECONÓMICO: -----

--- **3.1. UNIÃO DE FREGUESIAS DA IGREJA NOVA E CHELEIROS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2024/6494, elaborada na Unidade de Desenvolvimento Económico e Associativo, em 19 de março de 2024, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico, Turismo e Cultura e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 26 de março de 2024, bem como o despacho de concordância da Vice-Presidente da Câmara Municipal, Aldevina Rodrigues, exarado a 26 de março de 2024, devidamente acompanhada do e-mail do pedido de apoio da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, da proposta de percurso pedonal acessível entre Cheleiros e Carapinheira, bem como da Informação de Cabimento n.º 1070 (CABA/2024/134) (**anexo XV**). -----

--- Em aditamento à informação previamente distribuída, o **Presidente** informou que articulou com o Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros para que fosse esta autarquia a elaborar e coordenar os projetos de passeio junto da Infraestruturas de Portugal. Ressaltou a importância daqueles passeios, há muito aclamados por aquela União de Freguesias, sendo essa a razão pela qual se propunha a atribuição de apoio financeiro por parte daquela Câmara Municipal. -----

--- Face à proposta e sem colocar em causa a qualidade técnica que a mesma prevê, o **Vereador José Graça** voltou a frisar que foi apenas apresentado um orçamento. Lembrou que se estava a falar de uma importância que ultrapassava os valores do ajuste direito simplificado e que a doutrina administrativa recomendava a apresentação de três orçamentos. -----

--- O **Presidente** informou que, dada a necessidade de a União das Freguesias iniciar o seu procedimento interno, aquele era um valor de referência. Aditou que tal valor nunca poderia ser ultrapassado, podendo, eventualmente, ser menos. -----

ATA DA REUNIÃO DE

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos das disposições conjugadas da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição de 42.189,00€ (quarenta e dois mil cento e oitenta e nove euros) à União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, com vista a apoiar as obras de construção de um passeio no percurso da EN9, entre Cheleiros e a Carapinheira, cuja transferência deverá ser efetivada após entrega de evidências da concretização da despesa. -----

--- **3.2. INSTITUTO DE CULTURA EUROPEIA E ATLÂNTICA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2024/6492, elaborada na Unidade de Desenvolvimento Económico e Associativo, em 19 de março de 2024, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico, Turismo e Cultura e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 19 de março de 2024, bem como o despacho de concordância da Vice-Presidente da Câmara Municipal, Aldevina Rodrigues, exarado a 26 de março de 2024, devidamente acompanhada do e-mail do pedido de apoio do Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, bem como da Informação de Cabimento n.º 1855 (CABA/2024/155) (**anexo XVI**). -----

--- O **Presidente** referiu que aquele era o primeiro pedido de apoio financeiro efetuado pelo referido instituto, o qual tem feito um bom trabalho na área da cultura, particularmente, ligada ao mar. No entanto, dada a redução das quotizações dos associados, encontravam-se com dificuldade na dinamização de certas atividades, descritas na documentação previamente distribuída. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) ao Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, com vista a apoiar as atividades a desenvolver no ano de 2024. -----

--- **3.3. VII EDIÇÃO DO FESTIVAL INTERNACIONAL DO ÓRGÃO DE MAFRA -**

ATA DA REUNIÃO DE

ACEITAÇÃO DE DONATIVO: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2024/7110, elaborada na Unidade de Cultura, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico, Turismo e Cultura e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 26 de março de 2024, bem como o despacho de concordância da Vice-Presidente da Câmara Municipal, Aldevina Rodrigues, exarado a 26 de março de 2024, instruída com o ofício da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, com a referência 528/2024, de 15 de março de 2024 (**anexo XVII**). -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, no âmbito da realização do VII Festival Internacional de Órgão de Mafra, aceitar o donativo, por parte da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, no montante de 10.000,00€ (dez mil euros). -----

--- 4. DEPARTAMENTO FINANCEIRO: -----**--- 4.1. DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DO PRÉDIO RÚSTICO, DESIGNADO POR "TERRA DO CASAL - PINHEIRO" INSCRITO NA MATRIZ SOB O ARTIGO 111 DA SECÇÃO M DA FREGUESIA DE MAFRA, DESTINADO A INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO PARA ALARGAMENTO DE ESTRADA: -----**

--- Presente, em anexo a Proposta, subscrita pela Sr.ª Vice-Presidente, em 26 de março de 2024, devidamente instruída com os documentos que a ela se referem (**anexo XVIII**). -----

--- Atento o teor da informação prestada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea j), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aceitar a doação do prédio rústico, designado por "Terra do Casal - Pinheiro", sito em Mafra, inscrito na matriz predial rústico sob o artigo 111, da secção M, da Freguesia de Mafra, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 481/19860926, propriedade de Paula [REDACTED], NIF [REDACTED], e Jorge [REDACTED], NIF [REDACTED], destinado a integração no domínio público para alargamento de estrada. -----

ATA DA REUNIÃO DE

--- 5. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL: -----

--- O Presidente sugeriu que os pontos 5.1., 5.2. e 5.3. pudessem ser analisados em conjunto. Nada havendo a opor, passou-se à análise dos mesmos. -----

--- 5.1. COMUNICAÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA - P91/2024 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente para ratificação o despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara, em 2024/03/13, que emitiu parecer favorável à comunicação de obras na via pública. --

--- 5.2. COMUNICAÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA - P141/2024 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente para ratificação o despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara, em 2024/03/13, que emitiu parecer favorável à comunicação de obras na via pública. --

--- 5.3. COMUNICAÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA - P369/2024 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente para ratificação o despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara, em 2024/03/13, que emitiu parecer favorável à comunicação de obras na via pública. --

--- 5.1. COMUNICAÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA - P91/2024 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Atento ao teor do pedido e às informações prestadas e ao despacho que sobre a mesma recaiu, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de emissão de parecer favorável de obras na via pública na Travessa Alfredo Ferreira Luís e Rua Moreira, n.º 1, Loja, na vila e sede de freguesia e concelho de Mafra, destinada a infraestruturas de gás. -----

--- 5.2. COMUNICAÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA - P141/2024 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Atento ao teor do pedido e às informações prestadas e ao despacho que sobre a mesma recaiu, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de emissão de parecer favorável de obras na via pública na Rua Eurico Rodrigues Lima, na localidade de Malveira, da união das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça, destinada a infraestruturas de gás. -----

--- 5.3. COMUNICAÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA - P369/2024 -

ATA DA REUNIÃO DE

RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Atento ao teor do pedido e às informações prestadas e ao despacho que sobre a mesma recaiu, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de emissão de parecer favorável de obras na via pública no Largo Condes da Ericeira.

--- 5.4. EXECUÇÃO DE OBRAS DURANTE A ÉPOCA BALNEAR – PROC. OP-47/2022: -----

--- Presente o pedido da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Ericeira, para que aquando da emissão da licença de obras, a mesma não venha a ser condicionada pelo artigo 36.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, possibilitando assim a execução das obras durante a época balnear. -----

--- Atento ao teor do pedido, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado, face à emergência da referida construção e das restrições definidas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e considerando a importância do presente projeto de ampliação desta Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), para a vila da Ericeira, condicionado à execução das obras, durante os meses de julho e agosto ao seguinte: Os trabalhos que provoquem alguma incomodidade de acordo com o estabelecido no Regulamento Geral do Ruído, deverão ser efetuados somente entre as 9h00 e as 19h00, ajustar o normal desenvolvimento da obra, sem colocar em causa a circulação de trânsito, quer viário, quer pedonal e dar cumprimento a todas as condicionantes que vierem a ser impostas no âmbito de um possível licenciamento de ocupação de via pública, caso venha a ser necessário, a fim de mitigar os principais incómodos provocados pela execução dos trabalhos. -----

--- 5.5. EXECUÇÃO DE OBRAS DURANTE A ÉPOCA BALNEAR – PROC. LP-11/2020: -----

--- Presente o pedido da empresa Urbiarte, Lda, um dos titulares do processo em apreço, para que, aquando da emissão da licença de obras, a mesma não venha a ser condicionada pelo artigo 36.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, possibilitando assim a execução das obras durante a época balnear. -----

--- Atento ao teor do pedido, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado, permitindo a execução dos trabalhos durante a época balnear, tendo em consideração a localização da intervenção em apreço, encontrando-se a área de intervenção nos limites da faixa definida de 1km contado a partir da linha de costa, que face à sua proximidade e interligação com toda a Área Escolar da Escola Básica e

ATA DA REUNIÃO DE

Secundária Dr. António Bento Franco, é extremamente importante que a presente intervenção tenha o menor impacte possível no decorrer das atividades letivas do referido estabelecimento de ensino. -----

--- 6. DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL: -----**--- 6.1. REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL – SUBMISSÃO A DISCUSSÃO PÚBLICA: -----**

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2024/7060, sobre a qual recaiu o parecer de concordância do Chefe de Divisão de Proteção Civil, Carlos Trindade, datado de 25 de março de 2024, bem como o despacho de concordância da Vice-Presidente da Câmara Municipal, Aldevina Rodrigues, exarado a 26 de março de 2024 (**anexo XIX**).

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atenta a Informação prestada e respetiva Proposta, submeter a revisão ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil a discussão pública, nos moldes ali referidos. -----

--- Terminada a Ordem do Dia, o **Vereador António Felgueiras** fez o ponto de situação da preparação das comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974.

--- De seguida, o **Vereador Pedro do Carmo Silva**, juntamente com o **Senhor Presidente**, apresentou o projeto para aquele que será o futuro Parque Verde Urbano da Ericeira. -----

--- III - APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- ENCERRAMENTO: -----

--- Quando eram onze horas e vinte minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral redigi e subscrevo. -----

-----  -----

-----  -----



REUNIÃO DE CÂMARA 01-04-2024

Eventos realizados

- Abertura do Centro de Interpretação "Barro de Mafra" (15 de março, Av. Movimento das Forças Armadas, Mafra);
- Ubuntu para famílias – Ações para pais e encarregados de educação "À conversa sobre educação" ("Educação e Resiliência", 15 de março, Auditório do Parque Urbano da Póvoa da Galega);
- Espetáculo "Dois Dedos de Poesia – Poetas da Revolução", pelo Grupo TEMA – Teatro Mafra (15 de março, Auditório Nunes Forte - Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro; 16 de março, Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural "Os Unidos" de Santo Isidoro; 22 de março, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Sábados Ativos (16 e 23 de março, Active Kids; Póvoa da Galega Ativa; Comunidade Ativa, Parque Urbano da Póvoa da Galega);
- 8.º Encontro Mafra Foot (16 de março, Grupo Recreativo Sobralense);
- Sessão Cultural Comemorativa do ICEA – Instituto de Cultura Europeia e Atlântica - "No centenário de personalidades culturais da Ericeira" (16 de março, Auditório da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Comunidade de leitura "O que andas a ler?" (16 de março, Biblioteca Municipal da Ericeira);
- Teatro de Marionetas "Murta, a Guardiã da Floresta" (16 de março, 15h30, Casa de Cultura D. Pedro V, Mafra);
- Feira Mensal de Mafra (17 de março, Parque Intermodal de Mafra);
- Oficina para famílias "Quando a História se alia à Botânica: Tingimento" (17 de março, Museu Municipal Prof. Raúl de Almeida, Mafra);
- Ciclo de Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra - Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro da Encarnação (17 de março, Casa da Música Francisco Alves Gato, Mafra);
- Concerto de Carrilhão, por Abel Chaves (17, 24 e 31 de março, 16h00, Claustro Sul do Real Edifício de Mafra);
- CineMafra | Ciclo de Cinema Documental "Não sou nada", de Edgar Pêra (18 de março, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Comemoração do Dia do Pai (19 de março, Piscinas Municipais);

- Projeto “Rugas de Riso” (19 de março, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa dos Calvos; 26 de março, Associação Cultural e Desportiva do Milharado);
- Abertura do Parque de Estacionamento Beatriz Costa (19 de março, Malveira);
- Coro de Leituras, com Ana França (19 de março, Casa de Cultura D. Pedro V, Mafra);
- Celebração de protocolo entre o Município de Mafra e a Docapesca – Portos e Lotas, S.A., para transferência de competências no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária (21 de março, Paços do Município, Mafra);
- Celebração de aditamentos aos autos de transferência de recursos para as Freguesias do Concelho de Mafra (21 de março, Paços do Município, Mafra);
- Sessões informativas e de esclarecimento sobre Vespa Asiática (21 de março, Edifício da Junta da Freguesia da Encarnação; 22 de março, Salão dos Bombeiros Voluntários da Malveira; 25 de março, instalações da Liga dos Amigos do Sobreiro);
- Parentalidade Positiva – Ações para pais e encarregados de educação (22 de março, Sala Multiusos do Parque Urbano da Póvoa da Galega);
- CAPACITAR+ JUVENTUDE | Formação “Gestão de Redes Sociais & Comunicação” (23 de março, Espaço GO do Parque Urbano da Póvoa da Galega);
- Exploração dos 4 elementos (23 de março, Centro Interpretativo do Rio Lizandro – Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro);
- Workshop de Movimento “Além do desconhecido” (23 de março, Casa da Música Francisco Alves Gato, Mafra);
- Oficina “Arte na Tapada” (24 de março, Tapada Nacional de Mafra);
- Regar Abril - Conto dramatizado com música ao vivo (24 de março, Torreão Sul do Real Edifício de Mafra);
- CineMafra | Ciclo de Cinema Documental “Baan”, de Leonor Teles (25 de março, 21h30 Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Palavras à solta, sob a orientação de Fátima Caracol (26 de março, 18h00-19h30, Biblioteca Municipal de Mafra).

Próximos eventos

- Ciclo de Música “Quartas Perfeitas” - Real Companhia (3 de abril, 21h30, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Sessões informativas e de esclarecimento sobre Vespa Asiática (4 de abril, 18h00, Sala Multiusos do Parque Urbano da Póvoa da Galega; 5 de abril, 18h00, Centro Intergeracional da Carvoeira; 8 de abril, 18h00, Sporting Clube do Livramento);
- VII Festival Internacional de Órgão de Mafra:

Organum italicum - Andrea Macinanti, órgão (5 de abril, 21h00, Igreja de Nossa Senhora da Encarnação);

A tradição musical inglesa - Capella de S. Vicente; João Vaz, órgão; Pedro Rodrigues, direção (6 de abril, 21h00, Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Enxara do Bispo);

Da Europa para a Basílica de Mafra - Sérgio Silva, André Ferreira, João Santos, Margarida Oliveira, Diogo Rato Pombo, Daniela Moreira, órgãos (7 de abril, 16h00, Basílica do Palácio Nacional de Mafra);

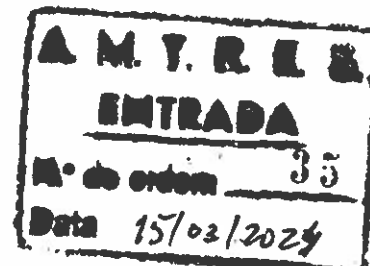
A espiritualidade do barroco francês - De Lalande, *Leçons de Ténèbres* - Ludovice Ensemble; Miguel Jalôto, órgão; Eduarda Melo, soprano (12 de abril, 21h00, Igreja de Santo Isidoro);

Faszination - Música de órgão alemã - Stephan Lutermann, órgão (13 de abril, 21h00, Igreja de São Pedro, Ericeira);

España - Do antigo ao moderno - Francisco Javier López, órgão (14 de abril, 18h00, Igreja de Nossa Senhora do Livramento);

- Ciclo de Música Jazz - Diogo Costa Trio (5 de abril, 21h30, Casa da Música Francisco Alves Gato,
- Dia Mundial da Atividade Física (6 de abril, 09h00, Parque de Santa Marta, Ericeira);
- 9.º Encontro Mafra Foot (6 de abril, 09h00 - Petizes | 11h00 - Traquinas, Grupo Desportivo do Barril);
- Sábados Ativos (6 e 13 de abril, 09h15 | Active Kids; 10h30 | Póvoa da Galega Ativa; 11h45 | Comunidade Ativa, Parque Urbano da Póvoa da Galega);
- Construção de fantoches (6 de abril, 11h00, Biblioteca Municipal de Mafra);
- Comunidade de leitura "O que andas a ler?" (6 de abril, 15h00-16h30, Biblioteca Municipal da Ericeira);
- Corrida dos Sinos (7 de abril, 10h30, Parque Desportivo Municipal de Mafra);
- Música para Bebés - Sons de Berço (7 de abril, 10h30 e 11h30, Casa da Música Francisco Alves Gato, Mafra);
- Trilhos dos Moinhos: O Moinho de Vila de Canas e a Azenha da Miteira (7 de abril, 14h30, Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Vila de Canas);
- Ciclo de Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra - Sociedade Recreativa e Musical de Vila Franca do Rosário (7 de abril, 16h00, Casa da Música Francisco Alves Gato, Mafra);
- Concerto de Carrilhão, por Abel Chaves (7 e 14 de abril, 16h00, Claustro Sul do Real Edifício de Mafra).
- Formação para agentes desportivos | A Comunicação como fator crítico na Liderança de Equipas, por Sérgio Guerreiro (8 de abril, 19h00, Edifício Municipal de Serviços - Loja do Cidadão - de Mafra);

- Projeto "Rugas de Riso" (9 de abril, 14h30, Associação de Melhoramentos, Cultura e Desporto da Tituaria);
- "Palavras à solta", sob a orientação de Fátima Caracol (9 de abril, 18h00-19h30, Biblioteca Municipal de Mafra);
- Feira das Profissões (10 e 11 de abril, 10h00-13h00 e 14h00-17h00, Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra);
- Residência artística de Dança/ Movimento com apresentação pública - Onde estão as minhas chaves? (10, 11 e 12 de abril, 18h00-20h30; 13 de abril, 10h00-12h30, Casa da Música Francisco Alves Gato, Mafra);
- UBUNTU no Bairro – Ações para pais e encarregados de educação - "Educação e Empatia" (12 de abril, 18h45-20h15, Auditório do Parque Urbano da Póvoa da Galega);
- Concerto "Stabat Mater" – Pergolesi - Mariana Castello-Branco (soprano), Rita Filipe (mezzo-soprano), quarteto de cordas e órgão (12 de abril, 21h30, Torreão Sul do Real Edifício de Mafra);
- Rally das Camélias (13 de abril, Concelho de Mafra);
- Atelier de ilustração Penso, logo ilustro: "Os cravos que saíram à rua", por Rita Ponciano (13 de abril, 11h00 e 15h30, Biblioteca Municipal da Venda do Pinheiro);
- Apresentação pública com música ao vivo - Onde estão as minhas chaves? (13 de abril, 19h00 Casa da Música Francisco Alves Gato, Mafra);
- Abertura da Exposição "Estruturas e Afinidades", de Matilde Costa (13 de abril, 18h00, Galeria Municipal Orlando Morais, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira - patente até 12 de maio);
- Abertura da Exposição Coletiva "Diários Gráficos", pelos alunos da Escola Básica e Secundária Professor Armando de Lucena (13 de abril, 18h00, Foyer da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira - patente até 12 de maio);
- Abertura da Exposição "Gaiola aberta: Desenhos de António da Silva" (13 de abril, 18h00 | Átrio da Biblioteca Municipal, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira - patente até 12 de maio);
- Regar Abril - Conto dramatizado com música ao vivo (14 de abril, 15h00, Torreão Sul do Real Edifício de Mafra).



AMTRES

Att. Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Directivo
Dr. Pedro Ventura
Estrada 5 de Junho, nº1 - Trajouce
2785-155 S. Domingos de Rana

N/ Ref.: 31/CA/2024

Trajouce, 12 de Março de 2024

Assunto: Envio de Relatório e Contas 2023.

Exmo. Senhor Presidente,

Serve a presente para enviar a V. Exa. o Relatório e Contas da Tratolixo que reflecte o exercício desenvolvido ao longo do ano de 2023, aprovado em sede de Conselho de Administração em 28 de Fevereiro do corrente e contendo a Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único.

Com os melhores cumprimentos,

Nuno Manuel Vicente Esteves Soares
Presidente do Conselho de Administração

João Filipe Crisóstomo Dias
Administrador Executivo



RELATÓRIO E CONTAS 2023

Fevereiro de 2024

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
1. QUEM SOMOS.....	6
1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA.....	6
1.2. Perfil TRATOLIXO.....	10
1.3. <i>Curriculum vitae</i> dos Administradores.....	11
1.4. Composição dos Órgãos Sociais.....	19
1.5. Organização da Empresa.....	21
1.6. Missão, Visão e Política Integrada	22
2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2023	24
2.1. Resíduos Recebidos	24
2.2. Tratamento e Valorização de Resíduos	35
2.3. NOVAS INFRA-ESTRUTURAS	43
2.3.1. Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos	43
2.3.2. Central de Compostagem de Resíduos Verdes	45
2.3.3. Nova Portaria Operacional de Trajouce	47
2.4. Planeamento, Estratégia e Inovação.....	48
2.5. Monitorização, Avaliação e Melhoria	58
2.6. Licenciamento e Requisitos Legais	59
2.7. Contratação Pública.....	60
2.8. Sistemas de Informação	62
2.9. Comunicação e Imagem	64
2.10. Apoio Social	66
2.11. Gestão de Recursos Humanos.....	67
3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	72
4. PERSPECTIVAS FUTURAS	80
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	84
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	85
7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	143
8. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	147



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cumprido o meu primeiro ano de mandato como Presidente do Conselho de Administração da TRATOLIXO, foram vários os desafios ultrapassados ao longo do ano de 2023, alguns expectáveis, decorrentes da actividade e outros, inesperados, para os quais a resiliência, capacidade de adaptação e dinamismo de toda a equipa foi determinante.

Perante tal realidade, a gestão posta em prática na TRATOLIXO conseguiu dar provas de um excelente trabalho, impulsionador da Economia Circular e Consumos Sustentáveis, sendo um exemplo positivo do caminho que pode, deve e tem de ser trilhado num sector que é simultaneamente um serviço público e uma área extraordinariamente relevante para a sustentabilidade do País.

Quando, em Abril, a TRATOLIXO entrou para as estatísticas das organizações vítimas de cibercrime ao sofrer um ataque informático fortíssimo, toda a actividade da empresa dependente de sistemas de informação foi longamente interrompida.

Contudo, com o extraordinário empenho de todos os trabalhadores, compreensão e cooperação dos diferentes *stakeholders*, a TRATOLIXO conseguiu manter a actividade fabril em operação ininterrupta, preservou o pagamento de salários e posteriormente recuperou o desempenho das restantes áreas em atraso.

Fora este constrangimento, em termos operacionais, no ano de 2023 atingiu-se, mais uma vez, um valor máximo nas recolhas selectivas multimaterial de resíduos de papel/cartão, embalagens de plástico, metal e ECAL e vidro provenientes dos ecopontos, o qual se deve à aposta dos municípios no incremento das suas recolhas selectivas para o cabal cumprimento dos objectivos estratégicos do sector e, obviamente, do Sistema AMTRES.

Por outro lado, a recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico expandiu-se fortemente nos quatro municípios da AMTRES, contando já no final do ano com uma adesão superior a 30% de toda a população do Sistema e permitindo a recepção de cerca de 4.000 t de biorresíduos somente por esta via, um aumento que se traduz em mais de 250% face ao ano anterior. Este resultado é tanto mais significativo, não só pelo facto da TRATOLIXO ter conseguido antecipar esta recolha selectiva em relação ao *deadline* legislativo – 01 de Janeiro de 2024 – como também por este modelo de recolha e tratamento ser inovador e pioneiro em Portugal, com claras vantagens ambientais, económicas, operacionais e também sociais.

Precisamente para proceder ao adequado tratamento destes biorresíduos, assinala-se no final do ano de 2023 o começo dos testes nas infra-estruturas de Trajouce e Abrunheira, requalificadas ao abrigo do co-financiamento do POSEUR para adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce ao sistema de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico e para o aumento da capacidade de Tratamento Biológico (TB) da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira.

As metas a atingir no âmbito do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) para a gestão de resíduos são deveras exigentes e o tempo urge para se conseguir cumprir as mesmas. Por esse motivo, promovemos no final do ano a participação pública para elaboração do PAPERSU 2030 da TRATOLIXO, documento que contou com a colaboração estreita entre a empresa e os seus municípios, e que vai permitir dar cumprimento ao PERSU 2030 na sua área geográfica de intervenção, os municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Graças ao futuro desempenho das unidades acima referidas bem como à operacionalização da nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes (CCRV) de Trajouce, estamos confiantes de que conseguiremos incrementar a eficiência dos processos de tratamento do Sistema e, assim, alcançar a taxa de preparação para reutilização e reciclagem e a redução da deposição em aterro, de acordo com o preconizado nas directrizes nacionais e comunitárias.

De salientar que, no respeitante à nova CCRV, recebemos em 2023 da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) a autorização de colocação no mercado do composto Campoverde Premium *green* produzido nesta unidade, bem como a aprovação da sua comercialização para utilização em agricultura biológica, proeza inédita para a TRATOLIXO e que muito nos orgulha.

Ainda no que a infra-estruturas diz respeito, fechámos além disso o ano de 2023 com a nova Portaria Operacional do Ecoparque de Trajouce a entrar em funcionamento, unidade de apoio que há muito era necessária reconstruir, de modo a eliminar um conjunto de constrangimentos operacionais que se sentiam na empresa e também nos seus clientes municipais e não municipais de gestão de resíduos.

Igualmente decorrente da estratégia de mitigação da escalada registada nas taxas de juro, conseguimos em 2023 renegociar com sucesso a taxa de *spread* do Project Finance da TRATOLIXO para o quinquénio em curso, numa perspectiva de aliviar o esforço financeiro exigido à empresa decorrente da subida de preços.

Vivenciámos a conclusão de projectos de I&DT – tal como o Projecto SimRecicla – continuámos a nossa participação em muitos outros e iremos iniciar a colaboração em novos projectos e iniciativas já durante o próximo ano de 2024, de acordo com a visão e dinâmica da nossa cultura empresarial, em prol da criação de valor, descarbonização e desenvolvimento sustentável.

Não obstante, mantemo-nos atentos à conjuntura, a qual trará em breve novidades legislativas para o sector – nomeadamente através da revisão do Regime Geral de Resíduos, do UNILEX e novos fluxos de resíduos a gerir, modelo de funcionamento do Sistema de Depósito e Reembolso e Estratégia do Biometano, entre outros temas.

Estamos, assim, não só activamente focados na resolução dos principais problemas e desafios, como também na nossa missão de superar os ambiciosos objectivos quer da gestão estratégica da empresa quer das importantíssimas metas do PERSU 2030.

O Presidente do Conselho de Administração

Nuno Manuel Vicente Esteves Soares

1. QUEM SOMOS

1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA

A TRATOLIXO apresenta 34 anos de constituição, sendo uma empresa que representa um dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) mais importantes de Portugal, em termos de população servida, resíduos geridos, capacidade infra-estrutural, desempenho ambiental e experiência no sector.

Refere-se que a TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

Historicamente, a origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%).

A TRATOLIXO, que foi entretanto constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992.

No ano de 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o SGRU alcançado a configuração que mantém até hoje.

Em 2003, a AMTRES adquiriu a totalidade do capital social da TRATOLIXO, passando a ser a sua única accionista.

De seguida, em 2004 é assinado o Contrato-Programa entre a AMTRES e a TRATOLIXO relativo à gestão e exploração integrada do Sistema de Resíduos Sólidos dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

A TRATOLIXO, à data, não tem quaisquer sucursais.



Área geográfica abrangida pela TRATOLIXO

Assim sendo, a TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de cerca de 860.000 habitantes, o que constitui cerca de 8% do total de Portugal.

	População* (2022)	Capitação (kg/hab.dia)**	Produção RU *** (2023)
Cascais	213 928	1,812	141 487
Mafra	88 630	1,698	54 934
Oeiras	172 742	1,220	76 928
Sintra	388 767	1,312	186 187
Sistema AMTRES	864 067	1,457	459 537

*Dados do INE referentes ao Censos de 2021 (n.º de habitantes), actualizados a Março de 2023

**Dados de produção relativos a 2023 (toneladas)

***Toneladas correspondentes à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos

materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

Com mais de três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.

Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), pelo Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).



ECOPARQUE DE TRAJOUCE

- Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) – Tratamento Mecânico: em requalificação;
- Central de Triagem de Embalagens;
- Ecocentro;
- Estação de Tratamento de Águas Lixivantes (ETAL);
- Central de Compostagem de Resíduos Verdes.

ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA

- Central de Digestão Anaeróbia (CDA) – Tratamento Biológico: em requalificação;
- Células de Confinamento Técnico (CCT);
- Ecocentro;
- Estação de Tratamento de Águas Lixivantes (ETAL).

ERICEIRA

Ecocentro

Localização das infra-estruturas da TRATOLIXO

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos e unidades da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU.

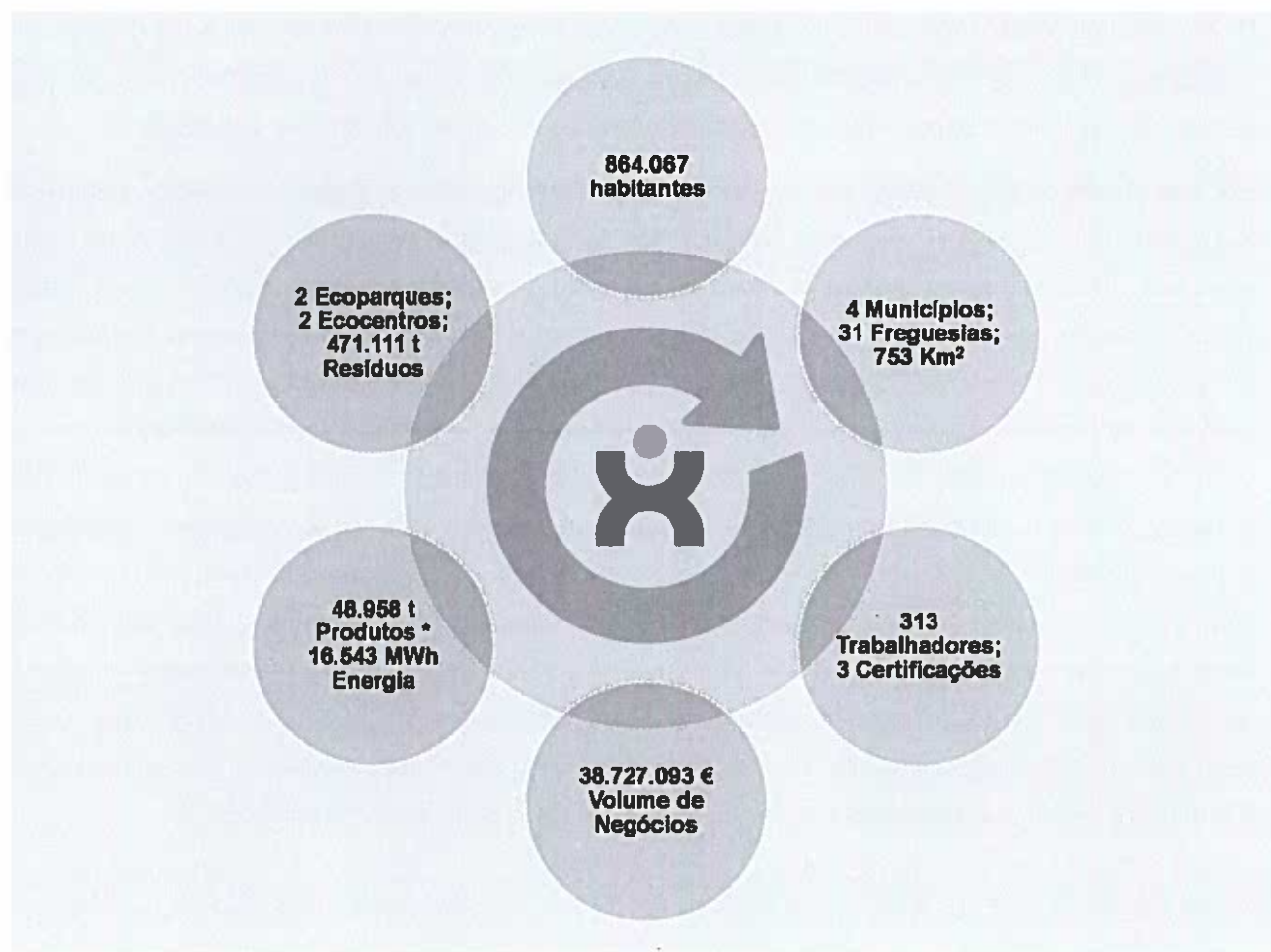
A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – pela NP EN ISO 45001 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e no caso específico da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira e Ecocentro da Ericeira, pela norma NP EN ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental.

A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto know how no domínio do tratamento de resíduos, a empresa faz questão de colaborar e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento a nível nacional e internacional, por intermédio das associações sectoriais das quais é associada.

Por essa razão, a TRATOLIXO é Silver Member da International Solid Waste Association (ISWA), é associada da Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA) de modo a estar a par dos principais desenvolvimentos no sector dos resíduos, associada da Smart Waste Portugal (SWP) – para efeitos de participação em projectos e discussão pública de temas estratégicos para a empresa – associada da World Biogas Association (WBA) – associação comercial global dos sectores de biogás, gás de aterro e digestão anaeróbica (DA) – é associada da Associação para a Gestão de Resíduos ESGRA – associação que tem como missão a promoção dos interesses dos seus associados no âmbito da gestão e tratamento de resíduos e o seu desenvolvimento estratégico a nível nacional – e associada da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) – entidade nacional vocacionada para o estudo, desenvolvimento e divulgação de conhecimentos nos sectores ambientais de águas e resíduos - e associada colectiva da Associação de Transferência de Tecnologia e Conhecimento Para Empresas e Instituições (ATTCEI) que é uma rede para a Investigação e Inovação que conta com mais de 40 Investigadores especialistas, em diferentes áreas do conhecimento, a colaborar com as Empresas suas Associadas.

1.2. Perfil TRATOLIXO



*Apenas produtos recicláveis. Não considera composto, estilha e Resíduos de Embalagem valorizados organicamente.

1.3. *Curriculum vitae* dos Administradores

CURRICULUM VITAE



Nuno Soares

Presidente do Conselho de Administração

Nasceu em Fevereiro de 1980. Casado, uma filha. Mestrado em Engenharia do Ambiente pelo ISA, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa e Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Fluente em Inglês. Trabalha em instituições públicas, há cerca de 19 anos. Em complemento à sua formação académica de base, possui diversas formações complementares, quer em matéria de gestão pública na administração local, quer, em particular, nos diferentes domínios de índole ambiental.

Desde Janeiro de 2023, Presidente do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.I.M., S.A.

Experiência profissional

De Dezembro de 2018 a Dezembro de 2022 - Câmara Municipal de Mafra

Chefe de Divisão de Ambiente

Chefia da Unidade Orgânica – Divisão de Ambiente, onde se incluem todos os serviços da unidade orgânica, designadamente:

- Área de Resíduos – Destaca-se neste âmbito a experiência adquirida ao nível da gestão de contratos de grande envergadura, quer de empreitadas, quer de prestação de serviços, a gestão por administração directa e a coordenação directa de projectos e candidaturas a fundos nacionais e internacionais; Ainda no

âmbito de matérias relacionadas com a Área de Resíduos, assinala-se também a participação como representante do Município de Mafra, na Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos (CAPER) da TRATOLIXO;

- Unidade de Espaços Verdes;
- Unidade de Sustentabilidade Ambiental, Alterações Climáticas, Agricultura e Mar;
- Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária;
- Área de Mercados e Feiras;
- Área de Cemitérios;
- Unidade de Infra-estruturas.

No que concerne ao desempenho das funções em apreço, destacam-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, com várias dezenas de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas, algumas delas merecedoras de reconhecimentos e distinções a nível nacional com vários convites ao longo do respectivo período para dar nota de diversos projectos e iniciativas em Seminários e Conferências, frequentemente como orador.

Assinala-se também a experiência de várias candidaturas, inclusive a fundos europeus, bem como a implementação dos respectivos projectos de natureza ambiental nesse âmbito, paralelamente, assinala-se também, alguns reconhecimentos e distinções pela respectiva Entidade Reguladora, como é o caso do Selo de Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, alcançado já várias vezes, a última das quais em 2022, relativamente ao ano de 2021.

Sallenta-se ainda, a elevada experiência ao nível

da articulação com entidades diversas, quer da administração central, quer da administração local, bem como de instituições, associações e empresas privadas no âmbito da gestão e prossecução das actividades e tarefas enquadráveis na extensa área de atribuições da Divisão.

Desde Fevereiro de 2017 - Câmara Municipal de Lisboa
Director de Departamento de Higiene Urbana
 Direcção – Departamento de Higiene Urbana, unidade orgânica com os serviços organizados segundo a seguinte estrutura:

- Divisão de Limpeza Urbana;
- Núcleo de Estudos e Projectos;
- Núcleo de Comunicação;
- Núcleo de Sensibilização;
- Núcleo Jurídico;
- Núcleo de Contabilidade e Gestão Orçamental;
- Núcleo de Armazém;
- Núcleo de Gestão de Recursos Humanos;
- Gabinete de Obras.

No âmbito do desempenho das funções em apreço, destacam-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, com mais de 1 milhar de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas. Destaca-se também a elevada experiência ao nível da articulação com entidades diversas, quer da administração central, quer da administração local, bem como de instituições, associações e empresas privadas no âmbito da gestão e prossecução das actividades e tarefas enquadráveis na área de atribuições do Departamento, onde se inclui também, a articulação com parceiros institucionais de projectos europeus.

Desde Janeiro de 2014 - Câmara Municipal de Mafra
Chefe de Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais

Chefia da Unidade Orgânica – Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais, onde se incluem todos os serviços da unidade orgânica, organizados segundo a seguinte estrutura de Áreas:

- Área de Resíduos Sólidos;
- Área de Jardins e Espaços Verdes;
- Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária;
- Área de Mercados e Feiras;
- Área de Cemitérios;

- Área de Esgotos;
- Gabinete de Desenvolvimento Agrícola.

No âmbito do desempenho das funções em apreço, evidenciam-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, com várias dezenas de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas, algumas delas merecedoras de reconhecimentos e distinções pela respectiva Entidade Reguladora, como é o caso do Selo de Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, em Abril de 2014.

Desde Abril de 2012 - Câmara Municipal de Mafra
Coordenador dos Serviços de Ambiente
Coordenação da Unidade Orgânica – Serviços de Ambiente, onde se incluíam todos os serviços de ambiente da Câmara Municipal de Mafra, organizados segundo a seguinte estrutura de Áreas:

- Área de Resíduos Sólidos;
- Área de Jardins;
- Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária;
- Área de Mercados e Feiras;
- Área de Cemitérios;
- Área de Esgotos.

No domínio do desempenho das funções em apreço, distinguem-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, quer ao nível técnico, quer ao nível operacional, com várias dezenas de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas, algumas delas merecedoras de reconhecimentos e distinções pela respectiva Entidade Reguladora, como é o caso do 1º Prémio a nível Nacional de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos, na Gestão de Resíduos Urbanos, em Novembro de 2013.

Desde Novembro de 2011 - Câmara Municipal de Mafra
Auditor Interno

Auditor Interno, segundo o referencial da NP EN ISO 9001:2008, na Bolsa de Auditores Internos da C.M.M. (cumulativamente, primeiramente com a função de Coordenador dos Serviços de Ambiente, e, subsequentemente com a Chefia da Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais).

Desde Abril de 2004 - Câmara Municipal de Mafra
Técnico Superior - Engenharia do Ambiente
Gestor de Processo, do Processo de Ambiente
(cumulativamente, primeiramente com a função
de Coordenador dos Serviços de Ambiente, e,
subsequentemente com a Chefia da Divisão de
Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais) - Responsável pela
implementação/manutenção dos requisitos das Normas
ISO 9001:2000 e ISO 9001:2008, no âmbito da do Sistema
de Certificação da Qualidade instituído na C.M.M.

Habilitações Literárias

2010

- Mestrado em Engenharia do Ambiente.
ISA, Instituto Superior de Agronomia da Universidade
Técnica de Lisboa.

2006

- Módulo de Emergência Ambiental da Pós-Graduação
de Especialização em Gestão Ambiental e Auditorias
Ambientais.
Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.

De 1998 a 2003 (Licenciatura de 5 anos)

- Licenciatura em Engenharia do Ambiente.
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias,
em Lisboa.

Participações em eventos como orador convidado - Ao
longo do tempo contribuiu com o seu testemunho
para publicações de referência em matéria de
ambiente, tendo vindo a ser convidado a participar
em diversos eventos e seminários de âmbito nacional,
designadamente como orador sobre a temática da
gestão de resíduos sólidos.

Formação Profissional complementar (alguns
exemplos)

2020

- PRORESÍDUOS - Programa Avançado de Gestão
Municipal e Resíduos Urbanos.
Fundação FEFAL - Fundação para os Estudos e
Formação nas Autarquias Locais.

2019

- Curso de Formação Autárquica.
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.

2017

- Curso de Mandarin Nível II.
Ordem dos Engenheiros.

2016

- Curso de Gestão Pública na Administração Local (ao
abrigo do artigo 14.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto,
com a duração global de 212 horas).
CEFA - Fundação para os Estudos e Formação
Autárquica.

2014

- RGR - Indicadores de Gestão.
- Novo Quadro Legal RGR.

2013

- Curso de Formação Profissional em PNL.
- RGR - Formalização e Implementação de
Procedimentos.
- Curso de Formação Profissional em "Gestão
Estratégica - Balanced Scorecard e QUAR".

2012

- Mini MBA.
- Curso de Formação Profissional em "Aprender a Gerir
o Stress Pessoal e Profissional".
- Curso de Formação Profissional em "Auditorias II".
- Curso de Formação Profissional em "Gestão de
Equipas de Trabalho".
- Curso de Formação Profissional em "Gestão de
Conflitos".
- Curso de Formação Profissional em "Gestão de
Reclamações".

2011

- Curso de Formação Profissional em “Auditorias Internas da Qualidade: Metodologias de Aplicação”.
- Formação sobre Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.
- Curso de Formação Profissional em “Sistemas de Gestão da Qualidade na Administração Local”.

2008

- Curso de Formação Profissional em Sistemas de Gestão da Qualidade.
- Curso de Formação Profissional em Gestão de Equipas de Trabalho.
- Curso de Formação sobre o Novo Código de Contratação Pública.
- Formação Pedagógica de Formadores – Com obtenção do CAP.

2005

- Formação Profissional em Folha de Cálculo Excel – Avançado.

1999

- Curso de Gestão de Estações de Tratamento de Águas Residuais.



João Dias

Vogal

Nasceu em Setembro de 1978. Casado, dois filhos. Bacharel (pré-Bolonha) em Contabilidade e Administração de Empresas, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL). Fluente em inglês. Completou o MBA em "International Business Administration" no ISEG. Experiência em planeamento e controlo orçamental, investimentos e gestão de auditorias. Tem competências em Finanças, Contabilidade, Economia, Internacionalização de Negócios e Empreendedorismo.

Desde Maio de 2022, Vogal do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.I.M., S.A.

Experiência profissional

- Desde Janeiro 2018 a Abril 2022 - SPORTSANTHO, S.A., Lisboa Director Financeiro
Gestão administrativa e financeira da empresa (grupo);
Elaboração de relatórios das atividades de controlo interno financeiro do grupo; Definição das políticas e práticas de gestão de tesouraria do grupo;
Supervisão das actividades de planeamento e controlo orçamental;
Elaboração e report das contas anuais em conformidade com as IFRS e IAS; Avaliação e gestão do portfólio dos investimentos das empresas do grupo - Sustainable Finance; Relação com instituições bancárias nacionais e estrangeiras;
Gestão das atividades de auditoria interna e relação com os auditores externos;

- 2002 - 2017 GECONTE, LDA., Oeiras
Director Financeiro
Gestão administrativa e financeira da empresa, TRATOLIXO

Supervisão das actividades de planeamento e controlo orçamental;

Elaboração e report das contas anuais em conformidade com as IFRS e IAS, Coordenação dos report's de análise de risco, performance financeira e fluxos de caixa; Gestão das atividades de auditoria interna e relação com os auditores externos; Gestão de Recursos Humanos;

Elaboração e gestão de candidaturas a fundos estruturais de investimento - IAPMEI;

2013 - 2015 - CONCEITO 02, Luanda, Angola

Formador Técnico *Freelancer*

Formador técnico nas áreas de Contabilidade, Gestão Orçamental e de Património,

2000 - 2002 - CGI LOGICA [CASE (ACE Holding, S.A. EDP Group)], Lisboa

Controller financeiro

Responsável da equipa financeira. Actividades de análise de performance financeira da empresa e apresentação de resultados no conselho de administração; Planeamento estratégico de investimentos a realizar, consoante rácios de retorno do investimento; Actividades de auditor interno, responsável por acompanhar a auditoria externa assegurada pelos auditores externos;

1998 - 2000- GECONTE, LDA., Oeiras

Contabilista Júnior

Elaboração de demonstrações financeiras;
Realização de contabilidade financeira e de custos - sector lucrativo e não lucrativo; Processamento de salários, conforme legislação laboral vigente.

Formação e Qualificações

2021- Formação executiva ISEG (Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa)
Sustainable Finance, Green and Climate Finance

2018-2021 - ISEG (Lisbon School of Economics & Management), Universidade de Lisboa
MBA ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

1998-2004 - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)
Bacharel (pré-Bolonha) em Contabilidade e Administração de Empresas, Tese final:
Análise comparativa do reconhecimento de receitas entre o IASB (Europa) e FASB (EUA)

Outras Certificações

Ordem dos Contabilistas Certificados, emitido em Outubro de 2004.

AACSB-Business Education. Connected, Associação global sem fins lucrativos, que conecta educadores, estudantes e empresas para alcançar um objetivo comum: criar a próxima geração de grandes líderes

AMBA Autoridade imparcial de certificação em educação de gestão de pós graduação definida com padrões internacionais.

Competências Informáticas

SENDYS Software, Primavera Software and PHC Software, Nível "Expert"
Microsoft Office Suite, Nível Avançado

Competências Linguísticas*

	Compreensão	Leitura	Exp. Oral	Prod. Oral	Escrita
Inglês	●●●●●●●●	●●●●●●●●	●●●●●●●●	●●●●●●●●	●●●●●●●●
Chinês	●●●●○●○●	●●●●○●○●	●●●●○●○●	●●●●○●○●	●●●●○●○●
Espanhol	●●●●○●○●	●●●●○●○●	●●●●○●○●	●●●●○●○●	●●●●○●○●
Francês	●●●●○●○●	●●●●○●○●	●●●●○●○●	●●●●○●○●	●●●●○●○●
(*) Enquadramento referencial Europeu para as competências Linguísticas N1 / EL A1 / A2 Básico, NÍVEL B1 / B2 Intermediário, NÍVEL C1 / C2 Proficiente					

**Inês Diogo**

Vogal

Engenheira do Ambiente com 22 anos de experiência diversificada em gestão pública e privada. Especialista em Gestão de Resíduos e Economia Circular. Competências em diferentes áreas técnicas da engenharia do ambiente, nomeadamente gestão de resíduos, eficiência de recursos, economia circular, solos contaminados, responsabilidade ambiental, mobilidade sustentável, recursos hídricos, sistemas de tratamento de águas e águas residuais, entre outros e Smart Cities. Experiência na elaboração de políticas públicas, planeamento estratégico e negociação UE/internacional. Tem mais de 6 anos em cargos superiores de gestão na Administração Pública Central Portuguesa com diferentes pelouros entre os quais a gestão de resíduos. Conhecimento de gestão comercial, operacional e logística, consultoria e projectos de águas, águas residuais e resíduos.

Desde Maio de 2022, Vogal do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.I.M., S.A.

Experiência profissional

- Dez 2019 - Presente - Diretora Executiva/ Coordenadora Técnico-Científica c³Lab - Sustainable Construction Materials Association, Lisboa
Gestão técnica e científica global das actividades do c³Lab, em articulação estratégica com o Conselho de Administração. Gestão das equipas de investigação e dos projectos de investimento / I&D. Desenvolve a articulação com os parceiros científicos e tecnológicos, nacionais e internacionais, promove e coordena a elaboração e submissão de propostas de projetos de I&D estratégicos.
O c³Lab é um Laboratório colaborativo que desenvolve a sua investigação como objetivo de ajudar à

descarbonização, à transição energética e para a economia circular, da indústria cimenteira, através do desenvolvimento de tecnologias inovadoras para a produção sustentável de cimento, argamassa e betão com reduzido impacto ambiental.

Set. 2018 - Mai 2019 - Diretora Executiva
NOVA Cidade - Urban Analytics Lab. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

Gestão da NOVA Cidade, na NOVA IMS, incluindo a coordenação funcional das suas atividades, promoção de estratégias e gestão de projetos de inovação no âmbito das *Smart Cities*, incluindo *Circular Cities*

Jan. 2012 - Mai 2018 - Vogal do Conselho Diretivo (Vice Presidente)

Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa

Responsável pela gestão dos seguintes pelouros.

Gestão de Resíduos (onde foi a Autoridade Nacional de Resíduos; fluxos específicos resíduos, resíduos perigosos, passivos ambientais, responsabilidade ambiental), Economia Circular, Laboratório de Referência do Ambiente, Tecnologias e Sistemas de Informação, Comunicação e Cidadania Ambiental, Avaliação Ambiental (extração de inertes e pedra) e Fundo de Intervenção Ambiental. Incluindo o licenciamento de Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos, Entidades Gestoras de Resíduos (responsabilidade alargada do produtor), Operadores de Gestão de Resíduos. Preparação e coordenação de Planos estratégicos (por exemplo PERSU 2020 - com a definição de metas nacionais para os resíduos urbanos, Plano Nacional de Gestão de Resíduos) e planos de acção (Plano de Acção da Economia Circular). Propostas legislativas, normas técnicas

e regulamentos. Sistema Nacional de Informação do Ambiente (SNIAmb). Sistema Integrado para o Licenciamento do Ambiente (SILIAmb). Guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (eGAR).
Integrou o *European Advisory Board* do projeto europeu *UrbanWINS*. Participou no *Circular Economy 100 (CE100) Network* da *Ellen MacArthur Foundation*, tendo integrado o grupo *Circular Economy in Cities*.

Jul 2011 - Jan 2012 - Assessora
Ministério do Ambiente. Secretaria de Estado Ambiente
Ordenamento do Território (SEAOT), Lisboa
Responsável pela área do Ambiente na SEAOT, nomeadamente dos resíduos.

Nov 2010 - Jun 2011 Plant Manager Ambimed (Stericycle Group), Barreiro
Gestão operacional e financeira da Unidade de Tratamento de Resíduos Hospitalares (UTRH) Barreiro.
Responsável pela área administrativa da UTRH.

Abr 2006 - Out. 2010 - Diretora de Ambiente, Produção e logística Tratospital, Trajouce
Gestão operacional da Unidade de Tratamento de Resíduos Hospitalares e da logística de recolha de resíduos hospitalares. Implementação e manutenção do SGQ. Diretora Técnica

Out 2003 - Fev 2006 - Engenheira Sanitarista Sisâqua, Oeiras
Gestão de contratos de consultoria, estudos e projectos nas áreas de gestão de Resíduos, Águas Residuais e Águas de Abastecimento. Acompanhamento Ambiental de obras

Abr 2002 - Ago 2002
Engenheira de Modelação Earth Tech UK, Wakefield, England
Hydraulic Modeling of Water Distribution Systems - Modelação de Sistemas de Abastecimento de Água.
Engenharia e Consultoria na área de Projecto, Águas de Abastecimento e Águas Residuais.

Set 2001 - Set 2003 - Engenheira do Ambiente
Earth Tech/TYCO Engenharia, Lisboa
Planeamento e Controlo de Custos e apoio à Fiscalização de obras. Elaboração de Projectos de Redes na área de Águas de Abastecimento

Formação e Qualificações
2010 - 2011 - Mestrado em Eng. do Ambiente
Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa - Mestrado em Engenharia do Ambiente, perfil Engenharia Sanitária, por Licenciados Pré-Bolonha

2005 - 2006 - Pós-Graduação em SHT
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisbon
CAP Técnico Superior de Segurança e Higiene (nível V).

1995 - 2000 - Licenciatura em Eng. do Ambiente
Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
Licenciatura em Engenharia do Ambiente ramo Sanitária

Cursos
2012 - Curso Intensivo de Gestão – The 6 days Mini-MBA INDEG/ISCTE (Instituto para o Desenvolvimento de Gestão Empresarial).

2013 - CAGEP – Curso Avançado de Gestão Pública
Instituto Nacional de Administração Pública (INA).

1.4. Composição dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos (um dos quais era o Presidente do Conselho de Administração) e 1 Membro Não Executivo.

A partir de 1 de Janeiro de 2023, a composição dos órgãos sociais da TRATOLIXO passou a ser a seguinte:

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Afonso Morais

Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração

Eng.º Nuno Manuel Vicente Esteves Soares – Presidente (Câmara Municipal de Mafra)

Dr. João Filipe Crisóstomo Dias – Administrador Executivo (Câmara Municipal de Oeiras)

Eng.ª Inês Folgado Diogo – Administradora Não Executiva (Câmara Municipal de Cascais)

Dr.ª Maria da Piedade de Matos Pato Mendes (Câmara Municipal de Sintra, Observador)

Fiscal Único

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.º SROC 223, representada por Ana Isabel Calado da Silva Pinto, ROC nº 1103.

Fiscal Suplente

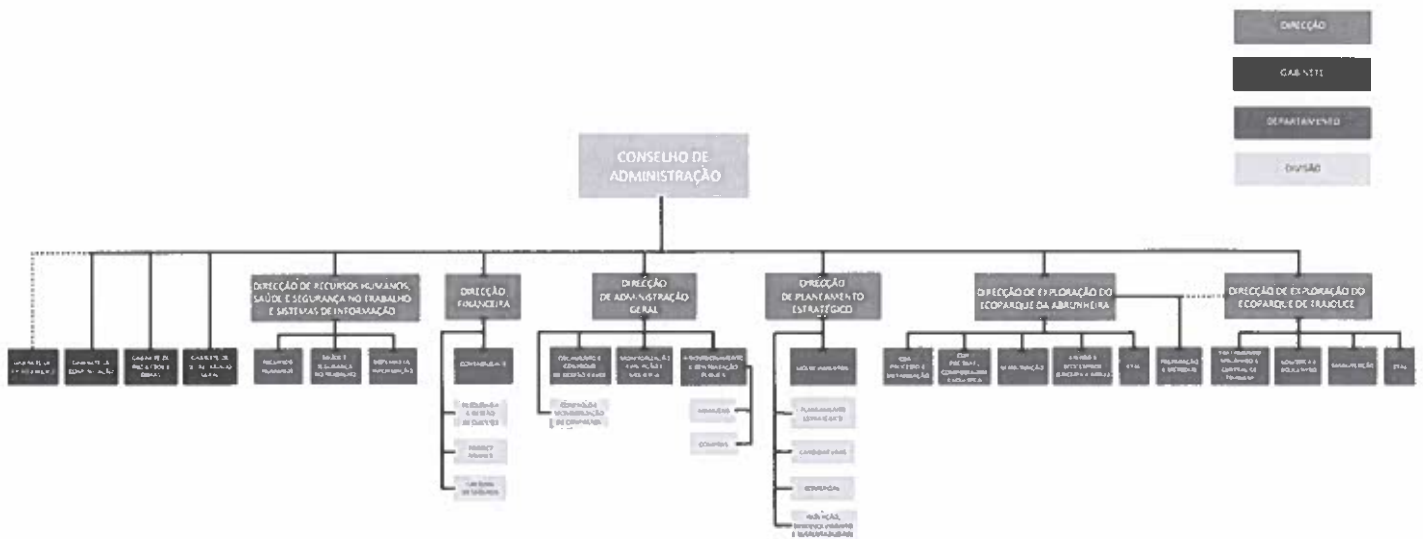
Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.

III

IV

1.5. Organização da Empresa

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte.



Atualizado em Dezembro de 2023

1.6. Missão, Visão e Política Integrada

A TRATOLIXO tem como missão assegurar o tratamento e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos quatro Municípios integrantes da AMTRES (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade.

Tem como visão utilizar as técnicas mais avançadas, seguras e ambientalmente adequadas, no tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, dando especial ênfase à valorização e considerando-os como fonte de potencial matéria-prima.



De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

1. Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos.
2. Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.
3. Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.
4. Proteger o ambiente, prevenindo a poluição e assegurando a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.
5. Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.

6. Proporcionar aos trabalhadores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.
7. Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratados para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.
8. Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.
9. Proporcionar mecanismos, tempo e recursos necessários à consulta e à participação dos trabalhadores.
10. Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.
11. Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho da Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la. Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO.

Revisão 6, aprovada a 29 de Setembro de 2020

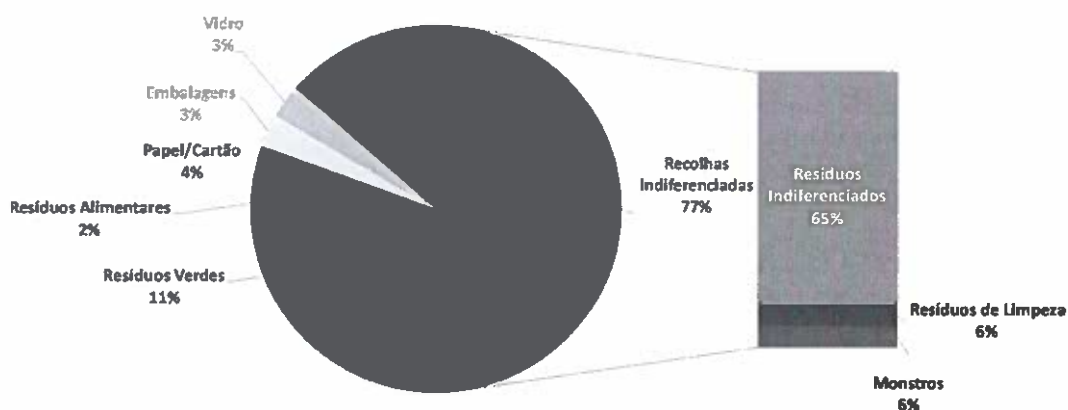
2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2023

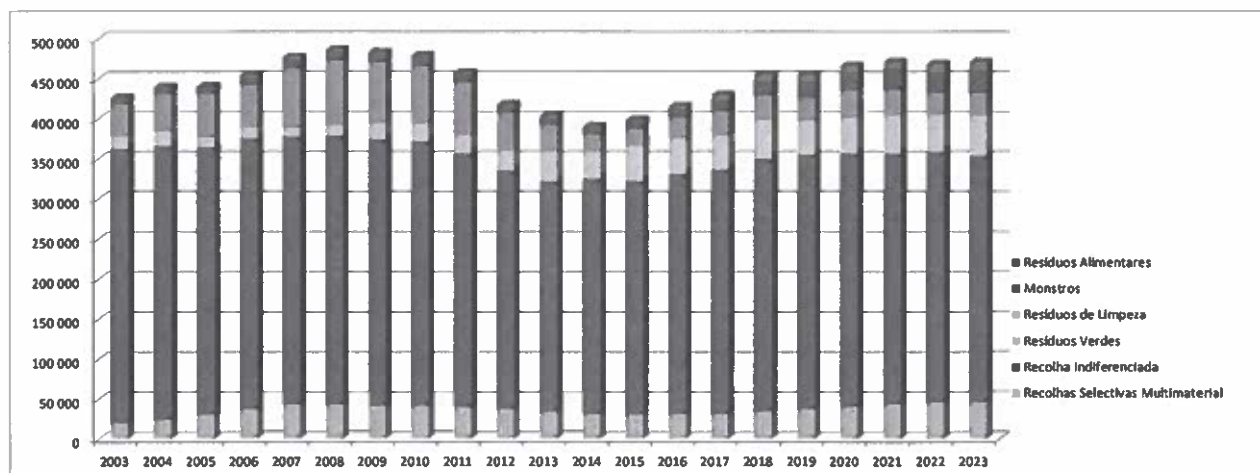
2.1. Resíduos Recebidos

O cerne do negócio da TRATOLIXO reside na admissão de resíduos urbanos provenientes da sua área geográfica de intervenção, aos quais é necessário proporcionar um tratamento ambientalmente adequado, mediante a capacidade das suas diversas instalações e seguindo a ordem hierárquica de gestão de resíduos prevista nos instrumentos nacionais legislativos e de planeamento sectorial.

Em causa estão então os resíduos produzidos pelos municípios que integram o Sistema AMTRES e que são divididos, quanto ao seu tipo de recolha, em Resíduos Urbanos provenientes de recolha selectiva – tipologia de recolha que engloba os resíduos oriundos de recolha selectiva multimaterial (RSMM) de vidro, papel/cartão e embalagens e também os resíduos advindos de recolha selectiva de biorresíduos (resíduos verdes e resíduos alimentares) – e divididos ainda em resíduos provenientes de recolha indiferenciada – categoria na qual se incluem os resíduos indiferenciados, monstros e resíduos de limpeza.

A proporção de cada tipo de resíduo e a sua evolução quantitativa encontra-se representada nos gráficos seguintes.





O ano de 2023 iniciou-se com uma perspectiva optimista sobre a produção de resíduos, com um resultado em Janeiro de cerca de +6% superior face ao período homólogo de 2022, em linha com o comportamento de crescimento iniciado já em Agosto de 2022.

Isto porque, apesar do contexto internacional ainda se apresentar instável com a Guerra da Ucrânia, o País teve, e pela primeira vez nos últimos tempos, uma balança comercial positiva no primeiro trimestre do ano.

A economia portuguesa foi depois revelando ao longo do ano uma grande resiliência, denotando abrandamento e até mesmo contracção registada no 3º trimestre de 2023, sendo que no último trimestre do ano se verificou um crescimento do PIB – para o qual contribuiu a procura interna associada à aceleração do consumo privado, em detrimento da desaceleração do investimento – fazendo com que o balanço do ano resultasse num crescimento de 2,3%, segundo dados provisórios do INE.

Foram, por isso, as famílias a ajudar no desempenho da economia nacional, o que é comprovado pela evolução da produção de resíduos no Sistema AMTRES no decurso do ano.

Desde o início do ano ocorreu sempre uma variação positiva na produção de resíduos face a períodos homólogos, tendo essa variação benigna atingido o seu máximo em Outubro.

Salienta-se também que ao longo de ano, e apesar do aumento da produção total de resíduos verificada mensalmente, registou-se sempre um desvio negativo na produção de resíduos indiferenciados em contraponto com um desvio positivo nas recolhas selectivas, significando que a separação de resíduos na fonte está claramente a deixar uma marca no peso e conteúdo do contentor indiferenciado.

E tendo como suporte os resultados divulgados pela APA no Relatório Anual Resíduos Urbanos 2022 (RARU 2022) – que demonstram uma estabilização na produção dos resíduos – verifica-se que estamos a conseguir desassociar o crescimento económico da produção de resíduos.

Desta forma, pode-se afirmar que o ano de 2023 terminou com resultados interessantes ao nível da recolha de resíduos no Sistema AMTRES, tendo-se registado a recepção total de 471.111 t provenientes de municípios e entidades particulares, valor que constitui um aumento de +0,6% e +2.919 t face ao ano anterior, conforme se observa no quadro seguinte.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2022-2023
Cascais (t)	141 201	141 096	138 709	140 098	137 819	141 487	2,7%
Maфра (t)	46 158	47 310	48 263	51 469	51 981	54 934	5,7%
Oeiras (t)	79 689	79 437	79 596	78 785	77 672	76 928	-1,0%
Sintra (t)	177 924	178 332	191 358	190 549	187 456	186 187	-0,7%
Particulares (t)	10 556	9 029	8 443	10 116	13 264	11 574	-12,7%
TOTAL DE RESÍDUOS (t)	455 528	455 203	466 369	471 017	468 192	471 111 *	0,6%

* A este resultado acrescem cerca de 218 t de resíduos provenientes de outros SGRU.

Contudo, atendendo às respectivas características populacionais, económicas e de actividade, o acréscimo acima reportado não foi semelhante em todos os Municípios da área de intervenção da TRATOLIXO, uma vez que ocorreram ligeiras reduções na produção de resíduos nos municípios de Oeiras – variação de -744 t e -1,0% – e de Sintra – variação de -1.269 t e -0,7% – face ao ano anterior.

O total de resíduos recebidos em 2023 deveu-se, principalmente, aos aumentos registados nas recolhas de resíduos verdes (+4.493 t e +9,7%) e monstros (+2.578 t e +10,3%) – enquanto circuitos especiais de recolha – que, em conjunto, apresentaram um desvio total de +7.071 t face ao ano de 2022.

Esse facto pode ser observado na análise individual de cada tipologia de recolha de resíduos por município que se demonstra de seguida, primeiramente nos dados referentes às recolhas indiferenciadas apresentadas abaixo.

	RECOLHAS INDIFERENCIADAS						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2022-2023
RESÍDUOS INDIFERENCIADOS (t)	315 838	317 832	316 824	313 569	313 365	307 705	-1,8%
Cascais (t)	90 321	89 891	87 811	86 366	86 489	84 689	-2,1%
Mafra (t)	33 414	33 476	35 285	36 341	36 000	35 606	-1,1%
Oeiras (t)	59 639	59 790	57 127	56 025	55 512	52 985	-4,6%
Sintra (t)	132 204	134 456	136 419	134 084	132 973	131 298	-1,3%
Particulares (t)	260	219	182	754	2 392	3 126	30,7%
RESÍDUOS DE LIMPEZA (t)	30 378	28 231	34 460	32 099	28 194	28 438	0,9%
Cascais (t)	8 022	8 156	6 607	6 030	3 190	4 258	33,5%
Mafra (t)	2 256	3 134	3 835	3 152	4 147	3 726	-10,2%
Oeiras (t)	4 697	2 947	4 703	4 208	2 830	3 568	26,1%
Sintra (t)	15 356	13 950	19 256	18 606	17 912	16 521	-7,8%
Particulares (t)	46	44	58	102	115	366	217,0%
MONSTROS (t)	17 380	19 999	23 271	26 094	25 129	27 706	10,3%
Cascais (t)	4 908	4 974	4 896	5 012	4 524	5 005	10,6%
Mafra (t)	2 759	3 569	3 164	3 813	3 060	4 708	53,8%
Oeiras (t)	2 284	3 042	4 348	4 944	4 291	3 185	-25,8%
Sintra (t)	4 050	5 543	7 813	8 830	8 059	9 309	15,5%
Particulares (t)	3 379	2 872	3 050	3 495	5 195	5 498	5,8%
TOTAL RECOLHAS INDIFERENCIADAS (t)	363 595	366 062	374 556	371 761	366 688	363 849	-0,8%

Da análise do quadro anterior verifica-se, assim, uma nítida redução no conjunto das recolhas de origem indiferenciada (-2.839 t e -0,8%) a qual se deve exclusivamente à quebra na recolha de resíduos indiferenciados (-5.660 t e -1,8%) – realidade somente não observada nas entregas de particulares, com um aumento de +735 t e + 30,7% – já que ocorreram aumentos tanto nas recolhas de resíduos de limpeza (+0,9% e + 244 t) como nas recolhas de monstros (+2.578 t e +10,3% tal como referido acima).

O decréscimo na recolha de resíduos indiferenciados contrasta, assim, com o comportamento registado nas recolhas selectivas.

No que às recolhas de origem selectiva diz respeito e, em concreto, na recolha selectiva multimaterial, registou-se um crescimento de 1,1% (+506 t) em 2023, como se pode verificar no quadro seguinte.

	RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2022-2023
PAPEL E CARTÃO (t)	14 379	15 449	16 757	17 326	18 489	18 655	0,9%
Cascais (t)	4 601	4 861	5 006	5 267	5 686	5 641	-0,8%
Mafra (t)	1 359	1 585	1 779	1 816	2 244	2 466	9,9%
Oeiras (t)	3 786	3 996	4 168	4 341	4 456	4 455	0,0%
Sintra (t)	4 613	4 999	5 768	5 841	6 064	6 051	-0,2%
Particulares (t)	20	9	37	61	40	42	5,4%
EMBALAGENS DE PLÁSTICO, METAL E ECAL (t)	8 966	10 330	11 007	12 285	12 991	13 870	6,8%
Cascais (t)	2 750	3 102	3 226	3 506	3 742	3 985	6,5%
Mafra (t)	792	939	1 113	1 725	1 803	2 180	20,9%
Oeiras (t)	2 301	2 518	2 631	2 817	2 898	2 970	2,5%
Sintra (t)	3 075	3 743	4 007	4 230	4 518	4 700	4,0%
Particulares (t)	49	26	29	8	28	34	21,3%
VIDRO (t)	10 885	11 894	12 542	13 360	14 072	13 532	-3,8%
Cascais (t)	3 488	3 785	3 756	4 106	4 588	4 443	-3,2%
Mafra (t)	1 211	1 319	1 422	1 539	1 615	1 635	1,2%
Oeiras (t)	2 379	2 616	2 902	2 918	2 948	2 817	-4,4%
Sintra (t)	3 808	4 161	4 462	4 798	4 921	4 636	-5,8%
Particulares (t)	0	13	1	0	0	0	0,0%
TOTAL RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	34 231	37 673	40 306	42 970	45 551	46 057	1,1%

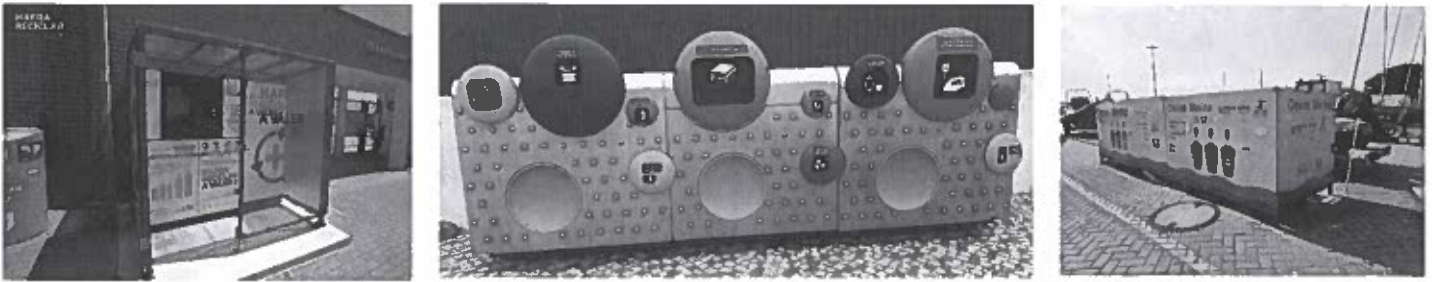
O total registado em 2023 nas recolhas selectivas multimaterial foi de 46.057 t, valor que, pelo terceiro ano consecutivo, ultrapassa o resultado máximo do Sistema AMTRES obtido ainda em 2008 em situação de pré-crise económica, obtendo-se novo valor máximo.

Atingido em 2023 novo record de
recolhas selectivas multimaterial, pelo
terceiro ano consecutivo!

Para esta realidade contribuíram os aumentos na recepção dos materiais provenientes do ecoponto de embalagens de plástico, metal e ECAL (+879 t e + 6,8%) e de papel/cartão (+167 t e +0,9%).

A excepção a esta tipologia de recolha ocorreu no material vidro, a registar um decréscimo de -540 t e -3,8%.

Este desempenho estará associado à aposta dos municípios e TRATOLIXO na sensibilização e ao desenvolvimento, pelos municípios, de novos projectos de recolha Selectiva nas suas áreas de intervenção, tais como os projectos ligados ao Sistema de incentivo de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro (Projecto Mafra Reciclar a Valer +), projectos de recolha selectiva de fracções valorizáveis de resíduos (Projecto “Ecocentro Móvel”, Projecto “Mais Vidro Mais Reciclagem” do município de Cascais) e Recolha Selectiva Porta-a-Porta (em Cascais e Oeiras), entre outros.



Projectos de Recolha Selectiva Multimaterial nos municípios do Sistema AMTRES.

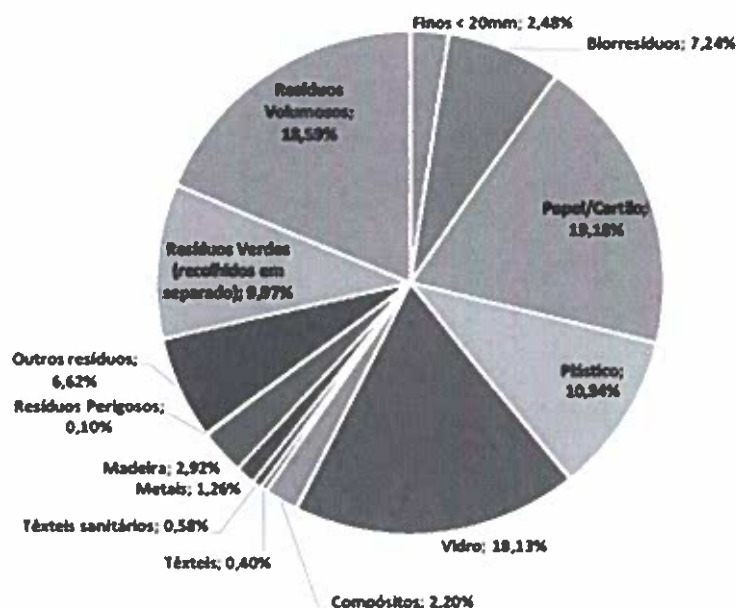
Já no respeitante à recolha selectiva de biorresíduos, esta apresentou um resultado que revela um aumento de +9,4% e +5.252 t, como atestado no quadro seguinte.

	RECOLHA SELECTIVA BIORRESÍDUOS						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2022-2023
RESÍDUOS ALIMENTARES (t)	8 588	8 784	7 387	8 093	9 791	10 551	7,8%
Cascais (t)	626	1 446	1 031	1 208	2 144	4 170	94,5%
Mafra (t)	577	634	671	563	515	790	53,4%
Oeiras (t)	775	907	635	642	1 177	1 752	48,8%
Sintra (t)	0	0	0	0	568	1 393	145,3%
Particulares (t)	6 610	5 797	5 050	5 680	5 388	2 446	-54,6%
RESÍDUOS VERDES (t)	49 115	42 683	44 121	48 192	46 161	50 654	9,7%
Cascais (t)	26 487	24 881	26 375	28 603	27 458	29 296	6,7%
Mafra (t)	3 790	2 653	994	2 520	2 597	3 823	47,2%
Oeiras (t)	3 828	3 620	3 083	2 892	3 559	5 196	46,0%
Sintra (t)	14 817	11 479	13 634	14 161	12 440	12 279	-1,3%
Particulares (t)	192	50	35	16	106	60	-44,0%
TOTAL BIORRESÍDUOS (t)	57 703	51 467	51 508	56 286	55 953	61 205	9,4%

Este resultado deve-se ao já mencionado aumento observado nos resíduos verdes (+4.493 t e +9,7%) – comportamento que também não foi semelhante em todos os municípios – e a um franco desenvolvimento nas recolhas de resíduos alimentares (+760 t e +7,8%) – observado em todos os municípios – coadjuvado pela prossecução dos projectos-piloto dos sacos verdes, que só por si contribuíram com cerca de 4.000 t para este resultado favorável (+253,60% face ao ano anterior).

O resultado global obtido nas recolhas de resíduos orgânicos é, por isso, muito animador.

Segundo o RARU 2022, a recolha selectiva destes resíduos a nível nacional tem ainda pouca expressão, 7,24% conforme gráfico seguinte, pois é uma recolha recente e ainda não totalmente disseminada a nível nacional – a obrigatoriedade de recolha selectiva começa em 2024 – embora segundo aquele documento já exista em 20 SGRU (um dos quais a TRATOLIXO) face aos 12 reportados em 2022.



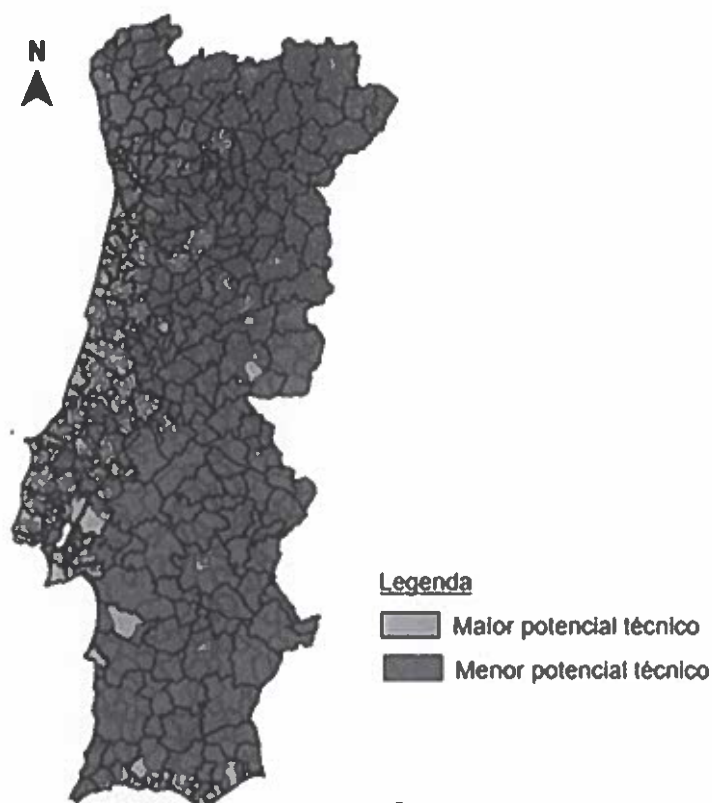
Caracterização física da recolha selectiva e outras recolhas, dos RU produzidos em Portugal Continental, em 2022.

(Fonte: RARU 2022, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.)

Refira-se que, na TRATOLIXO esta tipologia de recolha tem já um peso total de 13%, o que representa, face ao potencial, cerca de 25% da recolha selectiva de biorresíduos.

A recolha selectiva de biorresíduos, conjugada com o contributo através do seu tratamento na origem, tem um peso muito significativo para atingir os objectivos impostos nas metas comunitárias de gestão de resíduos.

Salienta-se também que a relevância do território servido pela TRATOLIXO para o atingimento das metas é atestada no “Estudo Prévio sobre a implementação da recolha selectiva em Portugal Continental incidindo em especial sobre o fluxo dos biorresíduos” da APA elaborado pela Ernest & Young, o qual estabelece a TRATOLIXO como um dos três únicos SGRU nacionais a possuir 100% da sua área geográfica de intervenção referenciada a verde, ou seja, com potencial de recolha selectiva de biorresíduos, como consta da figura seguinte.



Modelo de potencial técnico de implementação de recolha selectiva de biorresíduos.

(Fonte: Estudo prévio sobre a implementação da recolha selectiva em Portugal Continental incidindo em especial sobre o fluxo dos biorresíduos, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.)

Note-se que as políticas nacionais em matéria de gestão de resíduos deram enorme relevância aos biorresíduos e atendendo à obrigatoriedade legal de proceder à sua recolha selectiva, esta deverá já estar a funcionar a 01 de Janeiro de 2024, o que representa um grande desafio para todos os municípios do País.

No caso do Sistema AMTRES, em 2023 todos os municípios da área de intervenção da TRATOLIXO expandiram os seus respectivos projectos-piloto no terreno para garantir o cumprimento desta legislação, que no final do ano apresentava uma adesão de cerca de 32% do total de população dos municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Já aderiram mais de 99.000 famílias e 273.000 habitantes do Sistema AMTRES ao projecto de recolha selectiva de biorresíduos em saco verde!

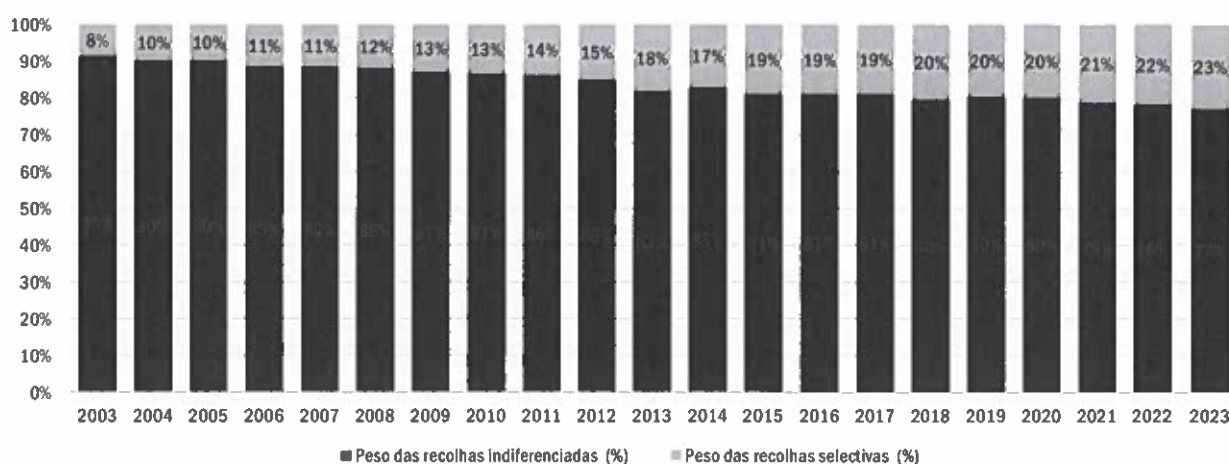
A evolução destes projectos está a ser acompanhada no âmbito de um Grupo de Trabalho dos Biorresíduos constituído para o efeito no início de 2023, o qual conta com uma equipa de técnicos da TRATOLIXO e dos seus municípios.



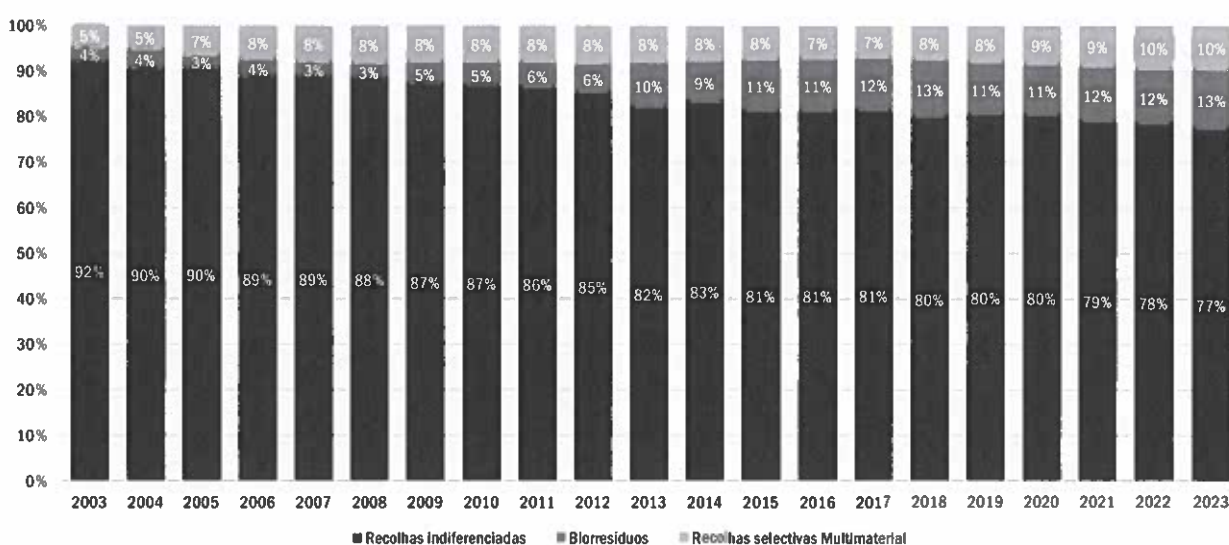
Expansão e dinamização dos projectos-piloto de recolha selectiva de biorresíduos nos municípios do Sistema AMTRES.

O esforço dos municípios do Sistema AMTRES em incentivar as recolhas selectivas em geral é, assim, inquestionável e compatível com as principais metas de gestão de resíduos que se preconizam para o período pós 2020, nomeadamente a prevenção da produção de resíduos, a obrigatoriedade de recolha selectiva de resíduos perigosos de origem doméstica, a diminuição da deposição em aterro, as retomas de recolha selectiva e, de forma indirecta, também a preparação para reutilização e reciclagem.

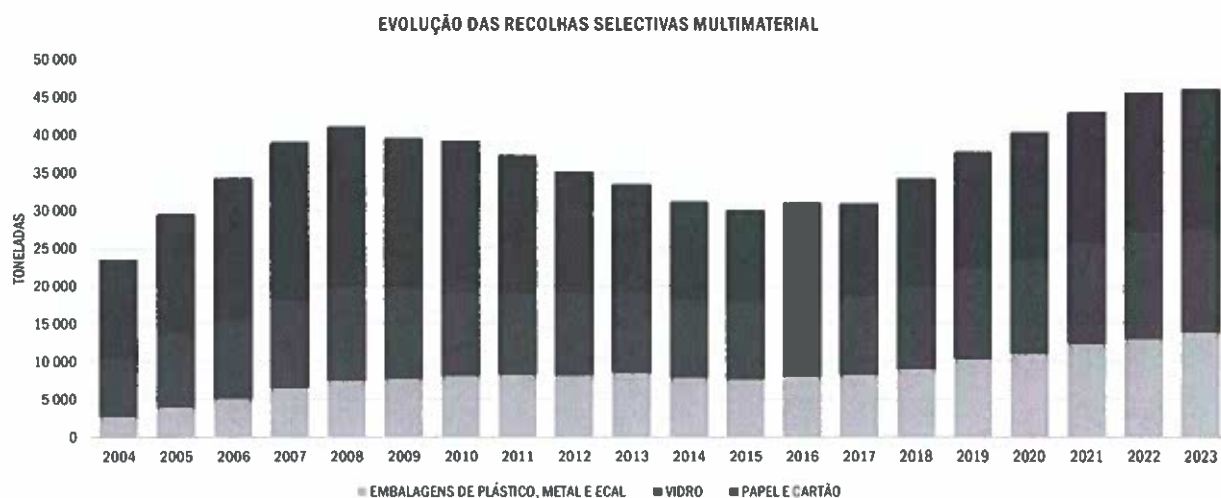
Com base no trabalho que os municípios do Sistema AMTRES têm vindo a desenvolver, a representatividade das recolhas indiferenciadas face à representatividade das recolhas selectivas tem vindo a diminuir gradualmente – fruto das alterações comportamentais nos cidadãos e padrões de consumo – sendo que em 2023 essa representatividade foi de 77% vs 23%, respectivamente, como é comprovado pelo gráfico abaixo.



Particularizando a análise nas recolhas selectivas representadas no gráfico anterior, em 2023 verificou-se que a recolha selectiva de biorresíduos atingiu 13% do total de recolhas – dos quais apenas 2% correspondem à recolha selectiva de resíduos alimentares – sendo que a representatividade da recolha selectiva multimaterial se manteve nos 10%, conforme consta do gráfico seguinte.



Analisando mais detalhadamente o comportamento evolutivo das recolhas selectivas multimaterial no Sistema AMTRES, denota-se uma quebra entre 2009 e 2015 na sequência da crise económica seguida de um crescimento gradual que apenas em 2021 suplantou os valores do período pré-crise, estabelecendo-se novamente em 2023 um valor máximo histórico da actividade da TRATOLIXO.



Esta evolução deve-se, mais uma vez, aos vários investimentos que, quer a TRATOLIXO quer os municípios desenvolveram ao longo dos anos nas suas áreas de intervenção, em termos de sensibilização ambiental e de novos projectos municipais de recolha selectiva.

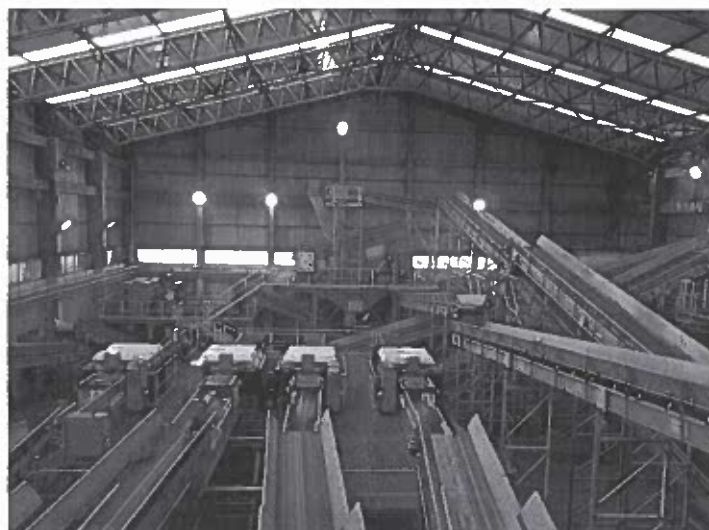


Exemplos de iniciativas de sensibilização ambiental desenvolvidas pelos municípios da AMTRES

2.2. Tratamento e Valorização de Resíduos

Como já referido, a actividade principal da empresa centra-se na gestão de resíduos urbanos e é executada atendendo aos inputs desta matéria-prima potencialmente valorizável nas diversas instalações de tratamento da TRATOLIXO.

Enquadrado na estratégia definida pela TRATOLIXO, com vista a assegurar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no sistema AMTRES, em 2022 deram-se início a um conjunto de empreitadas de adaptação e aumento da capacidade de tratamento das actuais infra-estruturas de tratamento de resíduos indiferenciados e de biorresíduos da TRATOLIXO, que contam com a aprovação e financiamento do PO SEUR, entre elas a adaptação da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) – unidade de Tratamento Mecânico de Trajouce – e da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira – unidade de valorização orgânica.



Estas são unidades complementares e que funcionam, no seu conjunto, como uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, não funcionando uma sem a outra, pelo que qualquer alteração de funcionamento que ocorra numa das duas unidades, acaba por ter implicações na outra.

A interrupção do Tratamento Mecânico de Trajouce para a execução da empreitada em meados de Julho de 2022 continuou, em 2023, a afectar o normal funcionamento das infra-estruturas do Ecoparque da Abrunheira (CDA e aterro).

A Empreitada de Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos, a qual apenas se concluiu no final de 2023, implicou a interrupção de funcionamento da unidade de tratamento mecânico de resíduos indiferenciados do Ecoparque de Trajouce.

Esta situação provocou um impacto significativo no tratamento dos resíduos indiferenciados e teve que ser equacionada uma alternativa de tratamento com garantias de qualidade, eficiência e capacidade para assegurar o tratamento dos resíduos indiferenciados durante o decurso da intervenção.

Assim, durante o decorrer da empreitada, a TRATOLIXO recorreu a um Sistema de Gestão de Resíduos congénere para a prestação de serviço de tratamento mecânico de parte dos seus resíduos

indiferenciados, permitindo manter o tratamento dos mesmos e possibilitando a retoma da fracção orgânica obtida, garantindo, assim, a manutenção do funcionamento dos biodigestores do Ecoparque da Abrunheira e reduzindo o envio de resíduos para aterro, minimizando-se assim os impactes no funcionamento das infra-estruturas do Ecoparque da Abrunheira.

Ainda assim, houve um decréscimo significativo de biorresíduos enviados para tratamento biológico e, conseqüentemente, de produção de energia eléctrica oriunda da valorização energética do biogás produzido da CDA.

A visão de estratégia da TRATOLIXO sempre se baseou no pressuposto de garantir um funcionamento operacional optimizado e suportado em metodologias certificadas, promovendo anualmente a melhoria contínua da actividade desenvolvida nas suas infra-estruturas, de modo a maximizar a produção de material valorizável e minimizar os refugos operacionais.

Este trabalho é, por um lado, fundamental para a redução de custos, mas é sobretudo de primordial importância para o cumprimento das metas de gestão de resíduos do PERSU 2030.

Como é sabido, os processos operacionais da empresa estão suportados no tratamento e na triagem dos vários materiais e resíduos recebidos, potenciando, assim, a sua valorização e o seu encaminhamento para reciclagem ou outras formas de valorização e reduzindo a deposição em aterro.

Os recentes investimentos na construção da nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes e da nova Central de Triagem (CT) de Resíduos de Embalagem de Trajouce constituem os exemplos mais relevantes de medidas implementadas nos últimos anos para fazer face a estas preocupações, sendo que à data, a empresa encontra-se também a apostar na requalificação de outras infra-estruturas – unidades de TMB de Trajouce e Abrunheira – que potenciem uma gestão tecnológica mais eficiente e conducente ao aumento da circularidade dos resíduos urbanos.

Após triagem nos respectivos processos operacionais, os materiais recicláveis obtidos nas várias infra-estruturas da empresa – CITRS, CDA, CT e Ecocentros – são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos.

Atendendo apenas aos resíduos entrados que constituem produtos comercializáveis para a TRATOLIXO – via entidades gestoras ou não – em 2023 foram encaminhados para reciclagem um total de 48.957,90 t de resíduos – um desvio de -9,99% face ao ano anterior – distribuídos pelas categorias de produto que se apresentam no quadro seguinte.

Produto	Quantidade (t)
Papel/Cartão *	15 162,717
Plásticos/Metais **	8 934,217
Vidro	13 326,910
Outros ***	20 754,791
TOTAL	58 178,64

* Inclui fracção embalagem e não embalagem proveniente das recolhas selectiva e indiferenciada;

** Inclui materiais das recolha selectiva, indiferenciada e ecocentros;

*** Inclui estilha, REEE's, pilhas e acumuladores, rolhas de cortiça e óleos.

Os resultados obtidos tiveram como contributo o decréscimo das vendas de estilha – uma vez que em 2022 os resíduos verdes passaram, em parte, a ser encaminhados para a nova CCRV de Trajouce (actualmente estão a ser todos enviados para valorização orgânica nesta unidade) – e dos materiais do TM de Trajouce – em consequência da empreitada de adaptação da unidade à recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico.

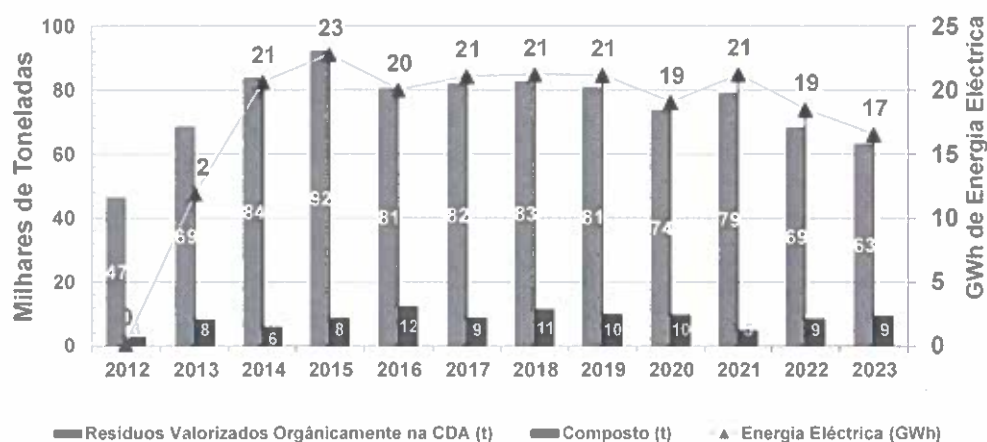
Para além dos materiais e/ou resíduos recicláveis obtidos no processo de triagem, destaque também para a produção de composto na CDA da Abrunheira, efectuada a partir da etapa de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos desta instalação.

Durante o ano de 2023, foram produzidas cerca de 9.300 t de composto na CDA, um valor que representa um acréscimo de cerca de +10% face ao ano anterior.

Também em 2023 foi já possível produzir composto Campoverde Premium Green® a partir dos resíduos verdes processados na nova CCRV de Trajouce co-financiada pelo POSEUR, totalizando cerca de 3.500 t.



Por outro lado, resultante do processo de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos na CDA, obteve-se a produção e venda de cerca de 16.500 MWh de energia eléctrica, valor que representa um decréscimo de cerca de -11% face ao ano de 2022, sendo este desvio justificado pela menor quantidade de resíduos entrados nos biodigestores para tratamento em consequência da empreitada de adaptação do TM de Trajouce.



No conjunto de vendas de todos estes produtos da TRATOLIXO – nos quais se incluem ainda os materiais valorizados organicamente – e atendendo aos motivos já explanados, verificou-se um ligeiro decréscimo de proveitos de cerca de -2% face ao ano anterior, que, ainda assim, resultou em 2023 num proveito superior a 9,8 M€ para a empresa.

Proveitos obtidos em 2023 com venda de produtos ascendem a 9,8 M€.

No respeitante à actividade desenvolvida nos Ecocentros da TRATOLIXO, há que salientar a importância dos mesmos para a entrega dedicada, por parte dos cidadãos e outros produtores, de vários fluxos de resíduos especiais – ex.: óleos minerais, REEE, etc – e outras tipologias de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.

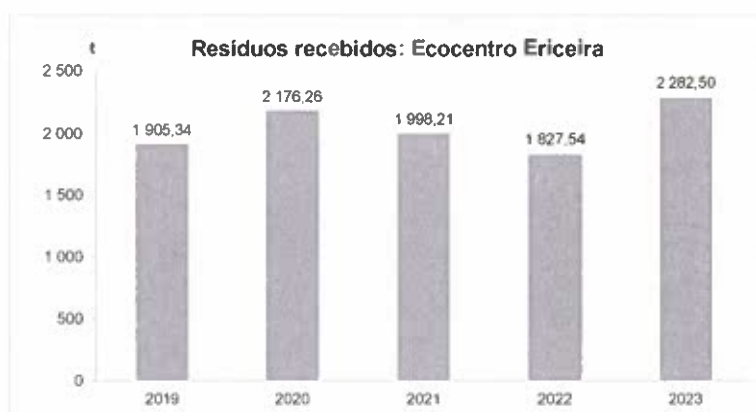
Alguns destes resíduos passarão a ser incorporados na contabilização de recolhas selectivas da APA, para efeitos de acompanhamento do desempenho e execução do PERSU 2030 e da meta de preparação para reutilização e reciclagem.

Atendendo à variedade de resíduos com possibilidade de serem recepcionados nestas infra-estruturas, considera-se ser uma excelente oportunidade para intensificar a deposição das tipologias de resíduos já entregues, bem como de promover através destas infra-estruturas a deposição e recolha selectiva de, por exemplo, têxteis e pequenas fracções de resíduos perigosos domésticos, cuja meta estabelecida no novo Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) – publicado no Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro na sua versão actual – impõe a obrigatoriedade de

recolha a partir de 2025, ao abrigo da aprovação do Pacote da Economia Circular e revisão da Directiva-Quadro de Resíduos.

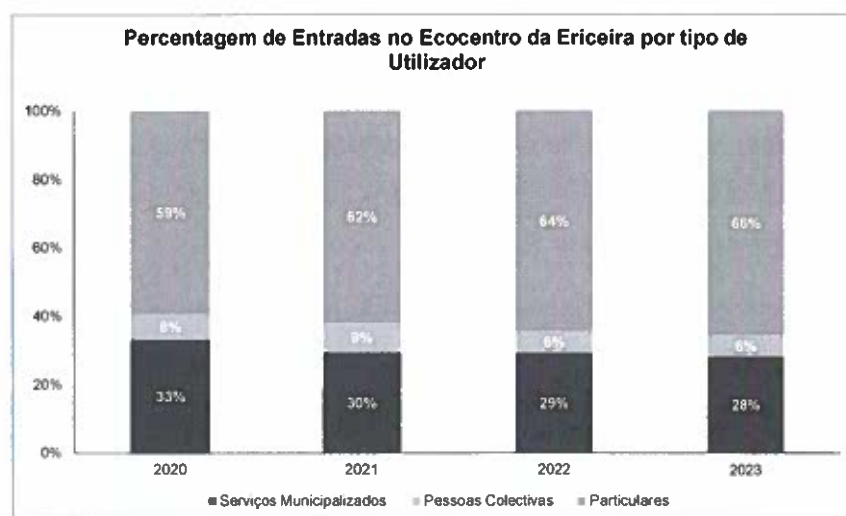
Dedica-se, por isso, uma análise específica aos movimentos ocorridos nos Ecocentros da Ericeira e Abrunheira durante o ano de 2023, que no Sistema AMTRES têm vindo a registar resultados muito positivos em termos de utilização e deposição de resíduos.

No Ecocentro da Ericeira foram entregues 2.282,50 t de resíduos durante o ano a que reporta este relatório, representando um acréscimo de +24,89% (+454,96 t) face ao ano de 2022.



Em termos de número de utilizadores, registaram-se em 2023 um total de 13.201 utilizadores que deram entrada nesta instalação, que apesar de constituir um ligeiro acréscimo de apenas +0,61% (+80 utilizadores) face ao verificado no ano anterior, continua a ser um sinal evidente de uma crescente importância e procura deste tipo de infra-estruturas como soluções de proximidade para a correcta gestão de resíduos dos cidadãos.

Esta afirmação é suportada pela análise da evolução do número e tipo de utilizadores deste ecocentro, o qual denota que os utilizadores particulares representam 66% das entidades a frequentar o Ecocentro da Ericeira num crescimento assinalável ao longo dos anos, seguido dos serviços municipais com 28% – a perder gradualmente representação – e das pessoas colectivas, cujo resultado de 6% em termos de representatividade se manteve, conforme observado no gráfico seguinte.



Os utilizadores particulares já são quase 70% das entradas no Ecocentro da Ericeira!

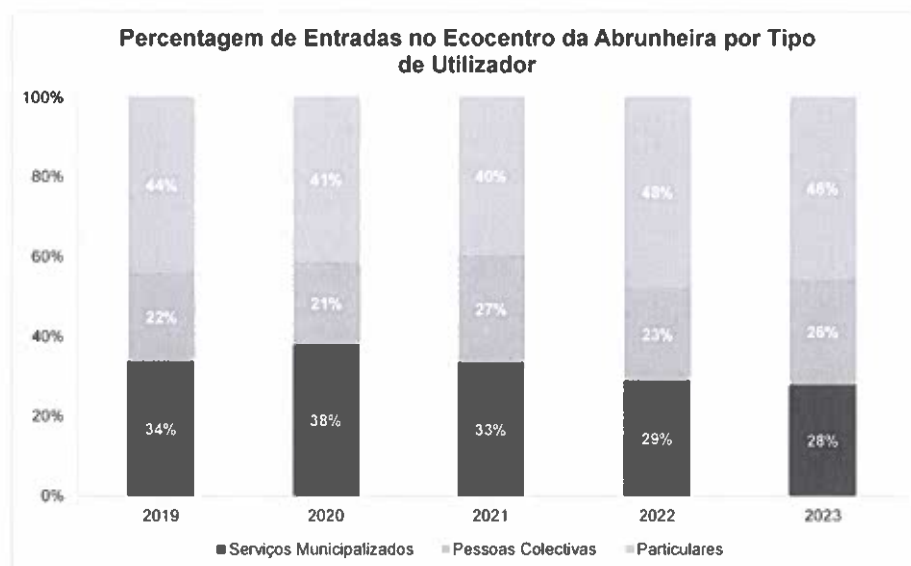
Sobre a recepção de resíduos no Ecocentro da Abrunheira em 2023 verifica-se a entrada de 2.437,16 t de resíduos, o que representou um aumento de +108% (+1.265,42 t) face ao ano anterior. Tendo em consideração a evolução anual patente no gráfico seguinte e lembrando que em 2020 esta infraestrutura esteve encerrada temporariamente devido à pandemia de COVID19, pode-se afirmar que o resultado obtido revela um funcionamento promissor do Ecocentro da Abrunheira.



Aumento superior a 100% nas entregas de resíduos do Ecocentro da Abrunheira!

Neste ecocentro deram entrada um total de 3.734 utilizadores, representando uma variação de +36% (+983 utilizadores) face ao ano de 2022.

Os utilizadores particulares continuam a ser a maioria das entradas no Ecocentro da Abrunheira com 46%, seguidos dos serviços municipais e das pessoas colectivas com valores muito próximos de 28% e 26% respectivamente, conforme consta da evolução gráfica apresentada de seguida.



Os resultados acima descritos reforçam a importância dos ecocentros tradicionais no circuito de gestão de resíduos do Sistema AMTRES, enquanto instalações de proximidade dos cidadãos para deposição e armazenagem de resíduos urbanos e equiparados com vista ao posterior encaminhamento para destino adequado, contribuindo para a sua valorização e sustentabilidade dos recursos naturais.

Por outro lado, proporcionam um enorme contributo para o cumprimento da meta de preparação para reutilização e reciclagem, sendo este tipo de infra-estruturas devidamente reconhecidas no PERSU 2030 – em conjunto com os ecocentros móveis municipais e outros modelos de recolha – como uma abordagem correcta para aumentar a recolha selectiva de diversos tipos de resíduos recicláveis (em termos de quantidade e qualidade dos mesmos), bem como para a promoção de um tratamento adequado desses resíduos.

Denota-se que a meta nacional de preparação para reutilização e reciclagem é extremamente ambiciosa (55% para 2025, 60% para 2030, 65% para 2035) e o PERSU 2030 definiu objectivos de contributo por SGRU para o efectivo cumprimento desta meta, sendo que para o Sistema AMTRES essa meta corresponde a 61%, como se pode verificar no quadro seguinte.

SGRU	2019	2020	2030
Algar	25 %	26 %	60 %
Amarsul	38 %	35 %	60 %
Amidital	15 %	14 %	51 %
Ambisousa	11 %	12 %	58 %
Amical	49 %	23 %	57 %
BRAVAL	22 %	64 %	60 %
Ecolezina	78 %	79 %	55 %
Ersuc	80 %	51 %	60 %
Gesamb	49 %	55 %	63 %
Lapor	34 %	36 %	61 %
Planalto Beirão	15 %	17 %	54 %

SGRU	2019	2020	2030
Resalentejo	24 %	41 %	63 %
Resíduos do Nordeste	80 %	80 %	52 %
RESISTRIEIA	70 %	54 %	62 %
RESINORTE	46 %	38 %	61 %
RSTJ	87 %	89 %	53 %
RESULIMA	16 %	17 %	64 %
SULDOURO	27 %	32 %	61 %
Tratolixo	48 %	41 %	61 %
VALNOR	72 %	59 %	56 %
VALORLIS	45 %	38 %	60 %
VALORMINHO	14 %	15 %	60 %
VALORSUL	40 %	38 %	59 %
TOTAL	42 %	39 %	60 %

Meta de Preparação para Reutilização e Reciclagem de resíduos a alcançar por SGRU e a nível nacional – Cenário de cumprimento de metas

(Fonte: PERSU 2030)

É importante referir que, mesmo com o atingimento das metas do PERSU 2030 e com o cumprimento das metas de recolhas selectivas, haverá sempre a necessidade de aterro de apoio para deposição de RU rejeitados não passíveis de valorização.

Nesse sentido, e tendo em conta que em 2023, a capacidade utilizada das CCT da Abrunheira atingiu os 70% e face à inexistência de outra solução imediata que permita o desvio dos rejeitados e refugos dos processos de tratamento de aterro, ao ritmo de utilização actual desta infra-estrutura, esta esgotaria a sua capacidade em 2026. A TRATOLIXO, visando maximizar o tempo de vida útil desta infra-estrutura, testou uma nova metodologia operacional em 2023, com recurso a um segundo compactador pés de carneiro, e os resultados obtidos superaram todas as expectativas, considerando-se, assim, que será um investimento que trará grandes vantagens na operação e prolongamento do tempo de vida útil do aterro.

Tendo em conta a taxa de compactação da massa de resíduos obtida de 1,5 t/m³, a capacidade de encaixe de resíduos disponível do aterro aumentará, incrementando a vida útil do aterro e a redução de custos operacionais, sobretudo com o envio de resíduos para destinos externos ou a sua exportação com custos incompressíveis.

2.3. NOVAS INFRA-ESTRUTURAS



2.3.1. Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos

A candidatura com a designação POSEUR-03-1911-FC-000225 – Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos, é referente à adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce ao sistema de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico – que decorre da obrigatoriedade legal de recolha selectiva deste fluxo de resíduos a partir de 2023 – e ao aumento da capacidade de Tratamento Biológico (TB) da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira das actuais 80.000 t/ano para 120.000 t/ano.

Com esta operação foram executadas diversas empreitadas de adaptação das unidades de TM e TB da TRATOLIXO, com instalação de novos equipamentos mais eficientes e inovadores conducentes a ganhos ambientais e redução de custos operacionais, que permitirão à TRATOLIXO como resultado último dar cumprimento às metas do PERSU 2030 de preparação para reutilização e reciclagem e de deposição de RUB em aterro.

Ao abrigo desta candidatura estava também contemplada a construção de uma nova portaria operacional em Trajouce.

A operação tem um investimento total elegível de 7.650.337,00 € e, segundo o relatório final enviado pela entidade gestora do POSEUR, ficou classificada em 2º lugar de mérito, com uma pontuação de 4,73 valores, tendo obtido a aprovação do PO SEUR a 21 de Maio de 2020 e uma taxa de co-financiamento de 85% a fundo perdido.

O ponto de situação no final de 2023 para estas empreitadas é que as referidas unidades foram concluídas e iniciaram os testes e ensaios de operação.



Decurso da obra de ampliação da metanização da CDA da Abrunheira.



Equipamentos e ensaios de carga no TM de Trajouce.

Iniciados os testes de operação das
infra-estruturas de Tratamento
Mecânico de Trajouce e Tratamento
Biológico da Abrunheira.

2.3.2. Central de Compostagem de Resíduos Verdes



A candidatura com a designação POSEUR-03-1911-FC-000226 – Central de Compostagem para Resíduos Verdes (CCRV) oriundos de Recolha Selectiva, consiste na construção de uma Central de Compostagem para Resíduos Verdes provenientes de recolha selectiva, através da requalificação dos antigos parques de compostagem da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce.

A nova CCRV tem uma capacidade anual para tratar 50.000 t de resíduos verdes (RV), permitindo, em primeiro lugar, o tratamento da totalidade dos RV produzidos e recolhidos na área de intervenção da TRATOLIXO.

Foram instalados equipamentos fixos e adquiridos equipamentos móveis para o processamento desta tipologia de resíduos, tecnologicamente inovadores e mais eficientes, atendendo às MTD e em consonância com os BREF.

A implementação da operação resultará na produção de 15.000 t anuais de composto, o que permitirá atingir a meta do PERSU 2030 relativa à preparação para reutilização e reciclagem e contribuir fortemente para o desvio de RUB de aterro.

Esta operação teve um investimento total de 5.540.782,65 € e, segundo o relatório final enviado pela entidade gestora do PO SEUR, ficou classificada em 3º lugar de mérito, com uma pontuação de 4,50 valores, tendo obtido a aprovação do PO SEUR a 21 de Maio de 2020 e uma taxa de co-financiamento de 85% a fundo perdido.

A recepção provisória da CCRV ocorreu em Abril de 2022, contudo, tratando-se de uma unidade de tratamento biológico de resíduos não perigosos, insere-se no regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP), carecendo de licença ambiental para o seu funcionamento.

O processo de licenciamento em regime de PCIP foi favoravelmente deferido em Outubro de 2023, pelo que só a partir desta data a unidade pôde funcionar à sua capacidade nominal.

O composto obtido neste processo, o Campoverde Premium *green*, é um correctivo agrícola 100% orgânico, é um produto maturado, higienizado e isento de sementes ou propágulos de plantas infestantes, com autorização de colocação no mercado e está também aprovado para agricultura biológica pela DGADR.



Nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes de Trajouce.

Composto Campoverde Premium *green*
obteve autorização para
comercialização em agricultura
biológica!

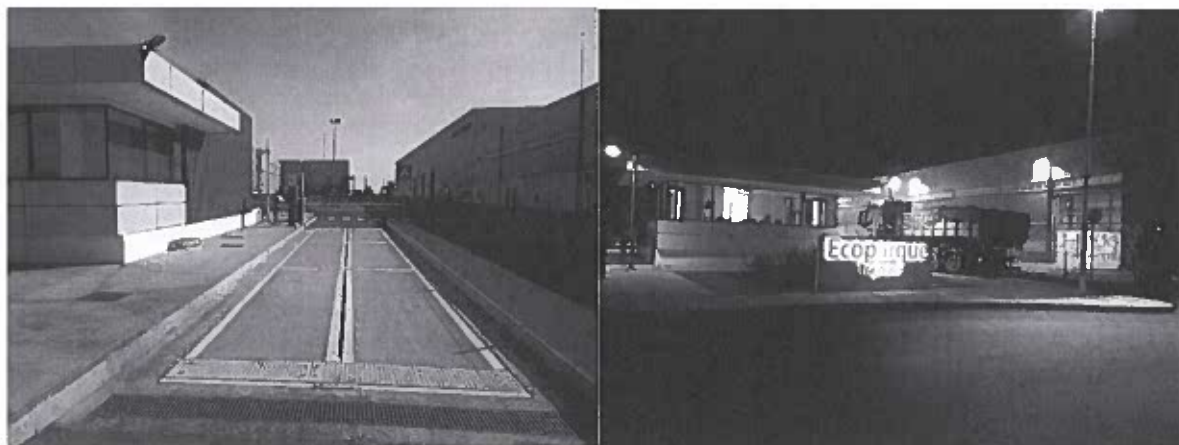


2.3.3. Nova Portaria Operacional de Trajouce

Ao abrigo da candidatura POSEUR-03-1911-FC-000225 – Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos, esteve também em construção uma nova portaria operacional em Trajouce.

Atendendo a que teriam de ser ajustados os circuitos de circulação do Ecoparque de Trajouce para fazer face ao acréscimo de resíduos a tratar, à ampliação do edifício do tratamento mecânico e ao maior fluxo de resíduos a encaminhar para a Central de Digestão Anaeróbia da Abrunheira, a portaria de pesagens deste Ecoparque teve de ser realocada para junto da zona de recepção de resíduos de modo a que as circulações de viaturas afluentes e efluentes do Ecoparque de Trajouce sejam efectuadas nas melhores condições operacionais e de segurança.

A Empreitada da Nova Portaria Operacional do Ecoparque de Trajouce foi concluída no final de 2023, tendo esta infra-estrutura de apoio entrado em funcionamento, a qual permitirá ainda eliminar inúmeros constrangimentos operacionais que se vinham sentindo há longa data.



Nova Portaria Operacional de Trajouce.

Entrou em funcionamento a Nova
Portaria Operacional do Ecoparque de
Trajouce!

2.4. Planeamento, Estratégia e Inovação

PERSU 2030 e Plano de Acção Intermunicipal do PERSU 2030

Em 2023 foi publicado o tão aguardado PERSU 2030, por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023 de 24 de Março, documento basilar para dar continuidade à estratégia nacional de resíduos urbanos no novo ciclo de planeamento que terminará em 2030.

Este documento, que esteve em consulta pública até Maio de 2022, irá nortear a actuação do sector nesta década, permitindo dar continuidade à aplicação da política nacional de gestão de resíduos urbanos em linha com as orientações comunitárias relativas à prevenção, reciclagem e outras formas de valorização de resíduos, e do uso sustentável de recursos.

As metas ambientais para o País são extremamente ambiciosas e exigentes, nomeadamente no respeitante à preparação para reutilização e reciclagem e ao desvio de resíduos de aterro.

Os novos objectivos emanados da legislação europeia são obrigatórios e implicam reciclar 55% em 2025, 60% em 2030, e 65% em 2035, do total dos resíduos urbanos produzidos. A meta de deposição em aterro desce radicalmente e não vai poder ultrapassar os 10% já em 2035.

Face aos anteriores instrumentos de planeamento, o PERSU 2030 é um documento estratégico e evolutivo de 4ª geração que apresenta, como novidade para este ciclo estratégico, a obrigatoriedade da recolha selectiva de biorresíduos já a partir de 1 de Janeiro de 2024.

O novo Plano focaliza-se na prevenção da produção de resíduos e traça como objectivo para 2030 a manutenção da produção total de Resíduos Urbanos (RU) atingida em 2019, assim como a maximização da recuperação de resíduos para reciclagem e valorização – especialmente a fracção multimaterial e os biorresíduos, que representam uma enorme relevância para atingir a meta nacional de preparação para reutilização e reciclagem.

A adopção de uma estratégia concertada, eficaz e adequada, devidamente munida das melhores práticas e tecnologias disponíveis, apresenta-se como solução que se impõe implementar, de modo a promover a necessária alteração de hábitos de separação e preparação para reciclagem, bem como o aumento da eficiência processual de tratamento de resíduos conducente à melhoria da qualidade dos materiais recicláveis.

O PERSU 2030 estabelece também metas específicas a atingir por cada Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), relativas à meta de preparação para reutilização e reciclagem face ao total de resíduos produzidos – de modo que o país atinja, em 2030, o valor de 60% face ao total de resíduos produzidos – bem como à meta de prevenção da produção de resíduos.

Em 2023 foram por isso promovidas pela APA reuniões com os diversos SGRU e os municípios, nas quais se debateu a trajectória de progressão anual das recolhas selectivas de biorresíduos e multimaterial.

Está, assim, patente no PERSU 2030 que a responsabilidade pelo seu cumprimento deverá ser solidária entre os SGRU e os Municípios, sendo, portanto, imperativo garantir a articulação entre estas entidades.



TRATOLIXO promove a participação pública para elaboração do PAPERSU 2030

PAPERSU 2030 TRATOLIXO [*]

Para um caminho com êxito e de modo a operacionalizar o referido plano no território do Sistema AMTRES, a TRATOLIXO promoveu um Grupo de Trabalho em articulação com a gestão em baixa, os seus municípios, para definir a estratégia conjunta e elaborar o seu Plano de Acção Intermunicipal do PERSU 2030, devidamente alinhado com os respectivos PAPERSU 2030 dos seus municípios.

Tal como previsto na legislação, o PAPERSU 2030 da TRATOLIXO foi submetido a participação pública no final do ano de 2023.

Acompanhamento de processos legislativos em curso

O sector está a vivenciar uma fase dinâmica, na qual se encontra perante um momento de definição e clarificação legislativa de várias temáticas ligadas aos resíduos mas não só, encontrando-se a TRATOLIXO a acompanhar os desenvolvimentos nestas matérias legislativas.

Se, por um lado, no final do ano a vigência das licenças atribuídas às entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos foi prorrogada até 30 de Junho de 2024 – através da publicação do Despacho n.º 13288-D/2023 de 29 de Dezembro – permitindo a manutenção do funcionamento dos respectivos sistemas, aguarda-se com expectativa a aprovação do novo regime legal da gestão de fluxos específicos de resíduos (UNILEX).

Este diploma vem instituir novos fluxos ao abrigo da responsabilidade alargada do produtor, nomeadamente o fluxo de mobílias e resíduos de mobílias, tendo em vista minimizar o impacte destes resíduos no ambiente e na saúde e promover a transição para uma economia circular.

O referido enquadramento jurídico lança ainda desafios e oportunidades para outros novos fluxos como o dos têxteis, cuja recolha selectiva terá de avançar até 2025, ou dos vários fluxos que decorrem da aplicação da directiva comunitária de plásticos de uso único (Directiva SUP).

O modelo de funcionamento do Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) para embalagens de bebidas – que está previsto na legislação desde 2018 e facilitará a reciclagem sobretudo de garrafas

de bebidas – também será clarificado na revisão do UNILEX, para que possa ser lançado o concurso para a atribuição da nova licença com todos os detalhes do modelo e as suas implicações nos vários agentes – produtores, municípios e SGRU.

O SDR constituirá um instrumento essencial para alcançar as metas de reciclagem de resíduos de embalagens, com impacto positivo nas taxas de recolha, na qualidade do material recolhido e na qualidade dos materiais reciclados, gerando oportunidades para o sector da reciclagem e para o mercado de materiais reciclados, para além de contribuir para a redução dos custos com a limpeza urbana.

Também se prevê rever o modelo económico que determina os valores de contrapartida pagos pelas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE).

No início do ano foi ainda publicado o Decreto-Lei n.º 11/2023 de 10 de Fevereiro, conhecido como SIMPLEX Ambiente, que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais e veio alterar, entre outros, o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) e o Regime Jurídico de Deposição de Resíduos em Aterro (RJDR), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro.

Não obstante as alterações introduzidas por aquele Decreto-Lei, verificou-se ser imprescindível rever o RGGR, por forma a completar a transposição da Directiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de Maio de 2018, que altera a Directiva Quadro dos Resíduos, por necessidade de proceder à actualização de algumas disposições e reforçar a articulação com outros regimes jurídicos, para além da necessidade de efectuar actualizações ao RGGR, de modo a garantir a compatibilização das normas de gestão de resíduos com os objectivos e medidas preconizadas no PERSU 2030 e no Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR) – este último aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023 de 24 de Março.

O RGGR foi sujeito a consulta pública, aguardando-se à data a sua publicação.

Também em Fevereiro, foi colocado em discussão pública um projecto legislativo sobre a criação do Mercado Voluntário de Carbono (MVC) em Portugal e suas regras de funcionamento.

Atendendo à pertinência do tema para a redução de emissões de GEE nacionais e cumprimento dos ambiciosos objectivos governamentais de descarbonização do País, não estando o sector dos resíduos contemplado na redacção deste projecto de lei e face ao elevado potencial da TRATOLIXO de não emissão de toneladas de metano decorrente do processo de tratamento de resíduos praticado na CDA da Abrunheira, a empresa participou na consulta pública deste diploma.

Foi proposto que esta legislação alargasse o âmbito de sectores de actividade e projectos alvo de elegibilidade, de modo a incluir o sector dos resíduos – nomeadamente, a produção de biogás a partir

do tratamento biológico de resíduos orgânicos e as respectivas emissões evitadas no processo – como possível tipologia de projecto a ser alvo deste instrumento financeiro, tendo por convicção que o projecto de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico da TRATOLIXO poderá ajudar fortemente a contribuir para atingir a ambiciosa meta de neutralidade carbónica antecipada pelo País para 2045.

Projectos de Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade

O cidadão é uma peça fundamental para o sucesso das políticas estratégicas de resíduos, pelo que a sua sensibilização e envolvimento numa participação mais activa requer-se necessária, para uma mudança comportamental de hábitos de separação que permitam a diminuição da produção de resíduos, o aumento das recolhas selectivas de fracções valorizáveis, a redução da recolha de resíduos indiferenciados e, subsequentemente, o decréscimo do encaminhamento de resíduos para aterro, objectivos preconizados no PERSU 2030.

Por este motivo, a TRATOLIXO continuou a desenvolver em 2023 projectos de I&DT com parceiros vários que incrementam o grau de conhecimento dos cidadãos sobre os resíduos e que fomentam a deposição selectiva de resíduos.

São disso exemplo o Projecto SimRecicla, desenvolvido pela TRATOLIXO em parceria com o Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico e a empresa 3drivers, e que contou com o financiamento da SPV.

O Projecto SimRecicla consiste num conjunto pioneiro de simuladores que ajudam a conhecer de forma detalhada e completa todo o processo de gestão de resíduos e o ciclo de vida das embalagens.

Este projecto inclui três simuladores, com diferentes objectivos, que respondem às seguintes dúvidas:

- Onde coloco a minha embalagem – simulador que calcula o impacte das práticas de separação e encaminhamento dos resíduos de embalagens;
- Quero melhorar a reciclabilidade de uma embalagem – simulador cujo propósito é calcular o impacte das opções de produção, materiais e componentes adotados;
- Quero otimizar uma linha de triagem – simulador que tem por objectivo calcular a recuperação de materiais numa linha de triagem de embalagens, de acordo com a sequenciação de diferentes operações e equipamentos.

O SimRecicla é, enquanto ferramenta digital única no mundo, uma solução adequada às necessidades de diferentes intervenientes e consumidores, que reforça a literacia sobre reciclagem

e possibilita a alteração de comportamentos, sendo também um recurso que poderá ser replicado a nível nacional e internacional.

O Projecto SimRecicla foi lançado em Julho, estando os simuladores online na webpage da TRATOLIXO, podendo ainda ser descarregados para o telemóvel (através de sistema Android) através do site, funcionando como uma aplicação que está sempre disponível e apenas à distância de um clique.



Outro projecto de Inovação no qual a TRATOLIXO está envolvida é a campanha “Mafra Reciclar a Valer+ Rua a Rua”.

Esta campanha está associada à implementação de um projecto-piloto a ser desenvolvido pelo município de Mafra, no domínio de processos que permitem potenciar a triagem e reciclagem das embalagens de plástico, de metal e de vidro, através duma solução tecnológica inovadora a qual, com a instalação de um dispositivo de leitura nos ecopontos amarelo e verde, permitirá adoptar um sistema de incentivo financeiro para o cidadão.

A TRATOLIXO ficará responsável pelas necessárias caracterizações dos resíduos recebidos no âmbito deste projecto, que visa incrementar as taxas de recolha selectiva das embalagens, estando a sua implementação no terreno prevista para 2024.



Em 2023 continuou-se também a desenvolver trabalho na óptica de projectos associados aos Sistemas de Incentivo.

Tendo como objectivo a análise de viabilidade de manutenção na esfera municipal do futuro Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro, em 2023 o município de Mafra deu continuidade ao seu projecto desenvolvido neste âmbito: o Projecto Mafra Reciclar a Valer +, co-financiado pelos EEAGrants.



O projecto MAFRA Reciclar a Valer +, promovido pela Câmara Municipal de Mafra, tem como parceiros a TRATOLIXO, a Novo Verde, a Electrão, o Instituto Superior Técnico e a 3drivers e tem como objectivo criar um laboratório vivo de sistemas de incentivo, que permita testar diferentes soluções tecnológicas e monitorizar os seus resultados, contribuindo para aumentar o conhecimento sobre estes sistemas e promover a sua eficácia e eficiência económica no sentido de preparar a implementação do sistema de depósito.

Foi constituído por vários elementos:

- 1) Diferentes tipologias de equipamentos de depósito, de forma a identificar os mais adequados para diferentes localizações e diferentes grupos de utilizadores;
- 2) Tecnologias de sensorização e de inteligência artificial que permitam obter informação sobre a eficácia e eficiência do sistema;
- 3) Plataforma de monitorização da rede de equipamentos em tempo real, com gestão automática das operações de recolha.

O projecto engloba a recolha de embalagens de PET e metal através do sistema de incentivo de embalagens (máquinas de reverse vending), que decorre em diferentes pontos do Município de Mafra, como escolas e superfícies comerciais.

Este projecto visa ainda promover a correcta utilização destes sistemas através de uma campanha de sensibilização que percorre o concelho de Mafra com eventos em lojas e mercados, em escolas e outros locais junto das comunidades próximas. O projecto permite recolher indicadores de percepção dos cidadãos relativamente às soluções e responder a questões chave como o valor associado ao incentivo, acessibilidade dos equipamentos, entre outras. Pretende-se ainda que o conhecimento acumulado seja disponibilizado de forma aberta a todos os interessados, promovendo o desenvolvimento e implementação de redes ou sistemas de depósito mais eficazes e eficientes.

O Projecto inicial teve um investimento total de 840.000,00€ e obteve a aprovação dos EEA Grants com um financiamento global de 642.000,00€. O financiamento dos EEAGrants terminou em Julho

de 2022, tendo-se celebrado novo protocolo entre os parceiros por forma a dar sucessão ao projecto-piloto inicial com o intuito de dar seguimento ao estudo dos sistemas de incentivo, testando diferentes soluções tecnológicas e logísticas, monitorizando os resultados e contribuindo para o aumento do conhecimento sobre estes sistemas, promovendo assim a sua eficiência e eficácia.

Também de modo a fomentar o incremento das recolhas selectivas e desvio de resíduos de aterro, mas numa óptica igualmente direccionada para a temática da Sustentabilidade, a empresa manteve em 2023 a participação nos Projectos “Blue Circular Postbranding”, “Green Cork” e “Reciclagem de Cápsulas de Café”.

O Projecto “Blue Circular Postbranding” é um projecto-piloto na Capitania do Porto de Cascais que decorre em parceria com o projecto “A Pesca por um Mar sem lixo” promovido pelo Ministério do Mar e desenvolvido pela Docapesca / Associação Portuguesa do Lixo Marinho (APLM) nos portos de pesca de Cascais e da Ericeira, que visa melhorar a gestão de resíduos a bordo das embarcações de pesca e sensibilizar os pescadores para a importância da adopção ou manutenção das boas práticas ambientais, de modo a melhorar as condições ambientais da zona costeira e a preservação dos ecossistemas marinhos portugueses.



Este projecto é uma proposta de Economia Circular Azul, em que o desperdício de recursos é recriado em novas marcas por um processo de transição e de participação activa, que motiva todos os actores da cadeia de valor.

Nos portos de pesca da Ericeira e de Cascais, a comunidade piscatória é envolvida na deposição selectiva de redes de pesca, artefactos de pesca e de lixo marinho recolhido a bordo das embarcações em Ecopontos Marítimos criados para o efeito.

A TRATOLIXO armazena, caracteriza e descontamina – quando necessário – o material entregue, encaminhando-o posteriormente para a Ambibérica (parceiro reciclador), a qual produz, a partir destas redes de pesca em parceria com a Aquafil, um fio têxtil 100% reciclado através de um processo completamente inovador sobre a marca ECONYL®, cujas aplicações na indústria têxtil são variadas e já foi utilizado por diversas marcas de referência no mundo da moda.

Em 2023 foram já enviados mais de 1.000 kg de redes de pesca para reciclagem na parceira Ambibérica.

O Projecto “Green Cork” é um projecto desenvolvido pela QUERCUS em parceria com a Corticeira Amorim para recolha de rolhas de cortiça destinadas a reciclagem, que conta já com diversos parceiros a nível nacional e bastante visibilidade.

A nível do Sistema AMTRES, o projecto decorre através duma parceria criada entre a TRATOLIXO e a CascaisAmbiente, com o objectivo de incentivar a reciclagem, contribuir para a redução da produção de resíduos numa óptica de promoção de economia circular, estimular a exploração responsável da floresta portuguesa através do incentivo à reforestação nacional e promover a sensibilização da população.

Este projecto permitiu em 2023 encaminhar cerca de 1 t de rolhas de cortiça para reciclagem.



GREEN CORK
PROJETO DE RECICLAGEM DE ROLHAS DE CORTIÇA



**AMBIENTE
CASCAIS**

Já o Projecto de Reciclagem de Cápsulas de Café resulta duma parceria criada entre vários comercializadores de café – Nestlé, Delta, MZBI, UCC e a Associação Industrial e Comercial do Café (AICC) – a Cascais Ambiente e a TRATOLIXO, o qual permite dar uma nova vida às cápsulas de café usadas.

A TRATOLIXO recebe as cápsulas de café depositadas selectivamente pelos cidadãos na rede de ecocentros móveis de Cascais, encaminha as mesmas para o reciclador SAICA, efectua caracterizações aos resíduos recepcionados e realiza análises da biodegradabilidade destes resíduos.

Os componentes de metal e plástico serão transformados em novos objectos, enquanto a borra de café é convertida em composto orgânico para uso agrícola.



Durante o ano de 2023 foram recolhidas cerca de 10 t e encaminhadas para reciclagem.



Também na óptica da Sustentabilidade, no final de 2023 a TRATOLIXO tornou-se entidade signatária da iniciativa act4nature Portugal, iniciativa promovida pelo BCSD Portugal no âmbito do act4nature international, lançada em França em 2018 com o objectivo de mobilizar as empresas a proteger, promover e restaurar a biodiversidade.

Com a adesão a esta iniciativa mobilizadora das empresas portuguesas, a TRATOLIXO subscreveu os 10 Compromissos Comuns do act4nature aplicáveis a todas as organizações

signatárias e assumiu um conjunto de compromissos individuais SMART alinhados com a sua actividade – formalizados ao nível da estratégia e da execução de vários projectos de apoio à biodiversidade, que irão decorrer no biénio 2024-2026.

Os compromissos individuais da TRATOLIXO podem ser consultados aqui:

https://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2023/12/act4nature-Portugal_Novos-Compromissos-2023_PT.pdf

Na vaga de adesão de 2023, juntaram-se 8 empresas: ALDI Portugal, Banco BPI, Gaiurb, Galp, Grupo Brisa, TRATOLIXO, Transportes Urbanos de Braga (TUB) e VINCI Energies Portugal.

Desta forma, a TRATOLIXO dá mais um passo na sua busca por inovação interna, ao estabelecer a biodiversidade como temática de participação estratégica activa na empresa.

A empresa irá, assim, desempenhar um papel crucial na manutenção de ecossistemas estáveis e resilientes, através do desenvolvimento de novas dinâmicas em termos de responsabilidade social corporativa.



Atendendo à sua estratégia de constante inovação, desenvolvimento e procura de soluções ambientalmente sustentáveis, a TRATOLIXO participou enquanto parceira de experimentação industrial, no Projecto Mobilizador “Move2LowC – Combustíveis de base biológica”, co-financiado pelo Programa COMPETE 2020.



Este projecto foi liderado pela A4F – Algafuel, S.A. e almejava a produção de biocombustíveis a partir de diferentes tipos de biomassas – microalgas, biomassa florestal residual e efluentes industriais.

Em 2023 foi promovida a sessão de demonstração pública do ponto de situação e resultados do Projecto, de carácter pioneiro e inovador em termos de aplicações de energia renovável de baixo carbono para a mobilidade, em situações em que a mobilidade eléctrica apresenta limitações – como o caso dos transportes pesados de mercadorias e de passageiros, do transporte marítimo e da aviação.

Tendo o projecto decorrido na sua fase de experimentação laboratorial durante o período de pandemia, não foi possível proceder à fase de testes à escala industrial.



Contudo, a TRATOLIXO espera que o know-how e contactos adquiridos no âmbito deste projecto permitam a criação de sinergias empresariais e científicas, para um maior aproveitamento de recursos internos existentes e redução de custos na gestão de resíduos, em consonância com a Economia Circular e Desenvolvimento Sustentável e em estreito alinhamento com as agendas nacionais e europeias de Inovação, Transição Climática e Transição Energética.

Participação em Grupos de Trabalho sobre temáticas do sector

De forma a aumentar a capacidade do esforço individual na concretização das metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos, torna-se fundamental assumir compromissos que acelerem o atingimento das mesmas e estar integrada em iniciativas transversais a toda a cadeia de valor.

Neste sentido, a TRATOLIXO, como entidade de relevo no sector, participa activamente num conjunto de Grupos de Trabalho internos e externos.

No âmbito de grupos de trabalho internos, já foram referidos neste relatório a dinamização do GT dos Biorresíduos e o GT do PAPERSU 2030, agilizados com a participação de técnicos internos e de todos os municípios do Sistema para acompanhamento e definição das acções a desenvolver sobre estas temáticas.

2.5. Monitorização, Avaliação e Melhoria

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU e todas as unidades da empresa.

Em 2023 o Organismo Certificador, Apcer, considerou estarem reunidas todas as condições para conceder a manutenção da certificação ao Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança da TRATOLIXO. Assim, a TRATOLIXO atingiu o objectivo ao qual se tinha proposto.

A certificação do Sistema de Gestão Integrado da TRATOLIXO continua a ser um reflexo da aposta constante da empresa em melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e as expectativas das partes interessadas e eliminar, sempre que possível, ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.



Numa perspetiva de melhoria contínua e de cumprimento de vários requisitos legais ambientais, a empresa executa a monitorização dos seus processos, o que abrange a caracterização dos resíduos entrados no SGRU, o controlo da actividade em termos de desempenho ambiental e processual, bem como a análise e melhoria da qualidade do produto final gerado, traduzindo-se no aumento da satisfação do cliente e da qualidade do serviço prestado.



2.6. Licenciamento e Requisitos Legais

O processo dos licenciamentos e requisitos legais garante que a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade com a devida legitimação por parte das diferentes entidades competentes nas diversas matérias de actuação da empresa, sempre em conformidade com os requisitos legais aplicáveis à sua actividade.

Este é um dos temas mais importantes para a empresa, que consiste na instrução dos pedidos de licenciamento, análise e verificação transversal da aplicabilidade da legislação à TRATOLIXO, bem como à análise dos projectos de lei relacionados com a sua actividade.

Em 2023 há a registar a emissão do Título Provisório resultante do pedido de alteração do licenciamento ambiental único da instalação Ecoparque de Trajouce (TUA20200423000137), por forma a incluir as alterações preconizadas nesta infra-estrutura, enquadradas na estratégia definida pela TRATOLIXO com vista a assegurar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no sistema AMTRES, designadamente, a nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes provenientes da recolha selectiva e a adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos.

Há ainda a destacar a emissão do Título Ambiental resultante do novo pedido de licenciamento ambiental único da instalação Ecoparque da Abrunheira (TUA20220606001126), bem como a subsequente instrução do pedido de alteração de licenciamento de ambiente da instalação por forma a incluir as alterações preconizadas nesta infra-estrutura, também elas enquadradas na estratégia definida para assegurar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no sistema AMTRES, nomeadamente, a requalificação dos equipamentos da etapa de afinação e a ampliação da capacidade de tratamento biológico da Central de Digestão Anaeróbia.

2.7. Contratação Pública

A Divisão de Aprovisionamento e Contratação Pública (ACP) contempla o serviço de compras e armazéns da TRATOLIXO, assegurando o fornecimento de bens e serviços a toda a estrutura orgânica, a gestão de contratos e de stocks, trabalhando, em articulação com as áreas e o Gabinete Jurídico da empresa, na preparação dos procedimentos, tramitação e respectiva publicitação na plataforma electrónica de compras públicas “vortal.gov” e no portal dos contratos públicos “base-gov”, de acordo com os princípios legais que regem as compras públicas.

Todos os Concursos Públicos lançados pela TRATOLIXO são publicados na plataforma electrónica de compras públicas “vortal.gov”, no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), este último, caso o valor base do procedimento seja superior aos limiares europeus definidos para efeitos de publicação obrigatória no JOUE.

Após a respectiva conclusão, os procedimentos são publicitados no portal dos contratos públicos “base-gov”.



Em 2023, o contexto bastante adverso que já se vivia durante o ano de 2022 com a Guerra da Ucrânia manteve-se, bem como os consequentes desafios para o ACP poder dar resposta às crescentes necessidades de aquisição de bens e serviços da TRATOLIXO, num quadro de grande escassez de produtos e serviços no mercado e dificuldade na obtenção de respostas por parte dos fornecedores.

A conjuntura internacional continuou a ser de pressão nos mercados internacionais no sentido de aumento dos preços das matérias-primas, transporte e combustíveis, com impacto no preço dos bens e serviços, imprescindíveis à prossecução da actividade da TRATOLIXO, o que dificultou a preparação e obtenção de propostas admissíveis no âmbito dos procedimentos de formação de contratos, terminando alguns deles desertos, obrigando a um esforço redobrado da área em termos de alocação de tempo e de recursos humanos.

No entanto, apesar desta conjuntura e de muitos fornecedores continuarem com dificuldade em manter os preços contratualizados, levando mesmo à rescisão de alguns contratos vigentes celebrados com a TRATOLIXO, nomeadamente em bens com grande oscilação de preços – como

sejam os produtos químicos, produtos com componentes de aço, entre outros – e em serviços fortemente dependentes do preço dos combustíveis, eletricidade e outros, a taxa de crescimento dos preços abrandou face a 2022 (em 2023, o Índice de Preços no Consumidor registou uma variação média anual de 4,3%, inferior à taxa de 7,8% registada no conjunto do ano 2022).

Esta desaceleração de preços tem permitindo, ainda que, de forma gradual e pontual, i.e. em apenas alguns casos, retomar a política de adoção de contratos plurianuais, política esta que tem como objectivo a celebração de contratos mais abrangentes, de maior duração, o que permite que o processo de contratação seja mais eficiente, exigindo o lançamento e tramitação de um menor número de procedimentos e possibilitando a obtenção de economias de escala e a minimização do tempo e dos custos inerentes à preparação e tramitação dos procedimentos e à gestão dos respectivos contratos.

Neste contexto, o número de procedimentos publicitados pela TRATOLIXO no portal de contratos públicos Base.gov foi de 109 procedimentos, inferior ao número de procedimentos registados naquele portal em 2022 e o número de Notas de Encomenda foi de cerca de 5.400.

2.8. Sistemas de Informação

A Missão do Gabinete de Sistemas de Informação (GSI) consiste no alinhamento da tecnologia à estratégia da TRATOLIXO.

Este gabinete pretende contribuir directamente para a satisfação e valorização pessoal e profissional de todos os trabalhadores da empresa, incentivar uma cultura de aprendizagem e de partilha de conhecimento, bem como otimizar performances através de processos e serviços de elevada qualidade e inovação que garantam a excelência e a criação de valor para a TRATOLIXO.

De acordo com a Lei n.º 46/2018 de 13 de Agosto que estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Directiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de Julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União, a actividade da TRATOLIXO é classificada perante a referida lei como operador de infra-estruturas críticas, operador de serviços essenciais e que se aplica a qualquer entidade que utilize redes e sistemas de informação.

Estrategicamente, a TRATOLIXO encontra-se a desenvolver um conjunto de medidas para alinhamento com a referida lei, entre as quais a execução de todos os procedimentos para obtenção de certificação digital em Cibersegurança.

Para atingir todo este alinhamento, a estratégia do GSI está assente na procura de melhoria contínua visando, através da eficácia da actuação, obter ganhos de competitividade transversais à empresa com o propósito de contribuir para um posicionamento de referência no mercado onde actua, respeitando uma conduta baseada na ética profissional e na integridade do cumprimento de todas as obrigações legais e morais e sempre com o alinhamento normativo relativo à segurança do ciberespaço da União.

O GSI tem como aspiração ser uma referência de excelência no serviço prestado e um modelo de boas práticas no sector das Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC), através da oferta de serviços inovadores e abrangentes, baseados em elevados critérios de qualidade, que auxiliem a tomada de decisão e por conseguinte o cumprimento da estratégia definida.

Em Abril de 2023 o GSI deparou-se com um incidente de cibersegurança com impacto muito grave, o qual provocou a paragem de todos os sistemas de informação da empresa e resultou em alguns dias de perda de informação.

Prontamente foi definido um plano de contingência para resolução imediata do incidente, em conjunto com as autoridades judiciais e junto da Autoridade Nacional de Cibersegurança, com vista à

recuperação dos serviços possíveis, atingindo-se a sua plena capacidade de performance e colmatando as vulnerabilidades identificadas até Dezembro de 2023.

Das principais iniciativas realizadas em 2023 no domínio deste gabinete destacam-se de seguida:

- Integração de sistemas de informação e comunicações, acompanhamento de arranque do novo TM de Trajouce em Novembro;
- Integração de sistemas de informação e comunicações, acompanhamento ao arranque da nova Portaria de pesagens de Trajouce;
- Implementação de nova infra-estrutura de Comunicações de Voz e segregação do circuito de dados entre delegações;
- Levantamento de Cibersegurança, com vista a implementação de uma nova arquitectura de infra-estrutura de dados e Datacenters alinhada com as normas NIS I e NIS II do regulamento jurídico de cibersegurança.

2.9. Comunicação e Imagem

Publicações

No âmbito desta ferramenta comunicativa destaca-se a publicação da Newsletter do 1º semestre de 2023 da TRATOLIXO, a preparação da 2ª newsletter de 2023 e a publicação de Newsletter digital; suportes de comunicação e anúncios para publicação em media diversos.

Audiovisuais e Multimédia

Inseridos nesta tipologia de meio de comunicação, em 2023 foram efectuadas publicações de conteúdos nas plataformas digitais de comunicação da TRATOLIXO (Facebook, Instagram e LinkedIn); foi produzido um filme didáctico sobre aterros para o público escolar; produziu-se um curto filme/anúncio apoiado pela SPV para publicitação na plataforma PLAYCE sobre a deposição correcta de resíduos, com destaque para o fluxo orgânico com recurso ao saco verde; igualmente produzido um filme ilustrativo sobre a actividade da TRATOLIXO focado na circularidade; manteve-se a rubrica de sensibilização nas rádios locais "Minuto TRATOLIXO" com conteúdos informativos sobre resíduos.

Participação em Eventos e Feiras

Em 2023 a TRATOLIXO voltou a apoiar e a marcar presença em diversos eventos temáticos sobre o ambiente, tais como o Dia da Criança (Oeiras), evento "Há Festa no Parque" (Mafra), evento "SintrAmbiente'22 – Feira do Ambiente e Sustentabilidade" (Sintra), Campanha "Reciclar é a Nossa Praia" (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra) promovida pela Novo Verde e inserida no Dia Nacional de Limpeza Costeira, FexpoMalveira (Mafra) e Greenfest (Cascais).

Para além destes eventos municipais, a empresa foi mais uma vez Coordenadora Regional da Semana Europeia de Prevenção de Resíduos (SEPR), dedicada em 2023 à temática "Embalagens: Não te deixes embrulhar!".

A TRATOLIXO participou também no 5º Encontro Nacional de Limpeza Urbana (Cascais), esteve presente na Conferência "O Peso dos Biorresíduos" (Cascais), na Conferência "Sustentabilidade nas Empresas: impulsionar a mudança de dentro para fora" (Mafra), no Seminário organizado pela APEMETA dedicado ao tema "PERSU 2030 – Desafios Futuros para o Sector dos Resíduos em Portugal" (Mirandela), no 10º Congresso 4US (Almada) organizado pela Ecozoic e destinado aos estudantes do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da FCT NOVA, no 17.º Fórum Resíduos – evento nacional dedicado especificamente ao tema dos resíduos e organizado pela Revista Água e Ambiente – entre outros eventos.



Participação da TRATOLIXO na Conferência "O Peso dos Biorresíduos" e no 5º Encontro Nacional de Limpeza Urbana.

Visitas

Em 2023 continuaram a promover-se visitas à TRATOLIXO, acolhendo várias visitas de estudo e visitas técnicas às instalações da empresa, provenientes de entidades escolares, empresas, entidades nacionais diversas, delegações internacionais e comitativas municipais.

Acções de sensibilização

A empresa ainda promoveu o desenvolvimento das acções de sensibilização nas escolas do Sistema AMTRES, incidindo sobre o impacto do consumo, correcta separação de resíduos e reciclagem.

Destaque ainda para uma acção formação e workshop financiada pela SPV sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com vários colaboradores convidados, abrangendo e representando de forma global as áreas de actividade da empresa.

Foi analisado inicialmente o contributo actual da empresa, para os diferentes ODS, considerando práticas, acções e projectos já existentes.

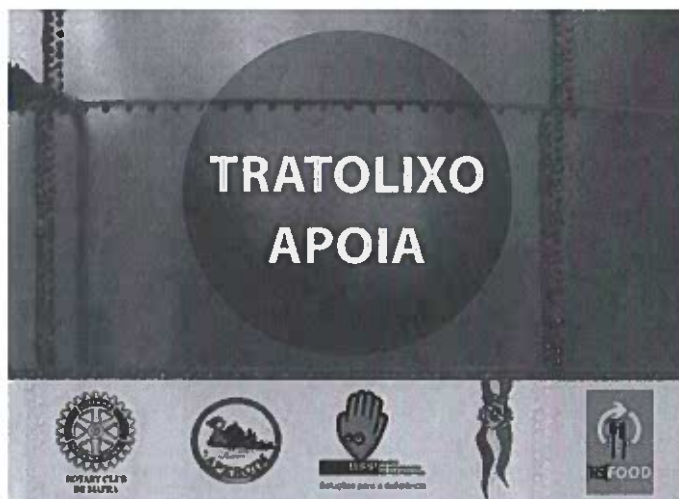
Projectos

Para além do desenvolvimento de campanhas de sensibilização específicas e dedicadas para os vários projectos em curso na TRATOLIXO e para os projectos nos quais a empresa participa – tais como o Projecto dos Sacos Ópticos Verdes e o Projecto Mafra a Reciclar +, a empresa participou no lançamento do Projecto SimRecicla, disponibilizando-o para utilização dos diferentes grupos de utilizadores no seu site.

2.10. Apoio Social

No ano de 2023, a empresa manteve o seu habitual e importante contributo no domínio social para com a sua comunidade envolvente através de campanhas solidárias.

Neste âmbito recebeu 16,4 t de resíduos valorizáveis e efectuou a correspondente atribuição de apoio a várias instituições de solidariedade social.



2.11. Gestão de Recursos Humanos

O maior activo da TRATOLIXO são os seus trabalhadores.

Assim sendo, as actividades associadas a esta área são realizadas com o objectivo de promover o apoio e a informação a todos os trabalhadores da empresa, com qualidade e profissionalismo e de forma humanizada, proporcionando entre outros âmbitos, formação com a finalidade de qualificar e atribuir competências aos trabalhadores, contribuindo para a satisfação e motivação no local de trabalho.

Por outro lado, a empresa desde há muito que se preocupa com a eliminação de todas as manifestações de discriminação que possam eventualmente existir, tendo-se comprometido a trabalhar para a igualdade de oportunidades para todos os seus trabalhadores, independentemente do seu género, nacionalidade, raça, religião e idade.

De facto, a TRATOLIXO considera que a prossecução de políticas activas de igualdade entre homens e mulheres é um dever que decorre da sua responsabilidade social.

Neste sentido, foi criado o Plano de Igualdade da TRATOLIXO, considerando a importância do contributo das organizações para uma sociedade mais inclusiva e democrática, aplicando-se a todos os trabalhadores, homens e mulheres, pretendendo-se que todos sintam equidade de tratamento e igualdade na sua valorização enquanto pessoas e enquanto profissionais.

A estratégia da TRATOLIXO passa igualmente por efectuar uma gestão de recursos humanos na qual os trabalhadores sintam que fazem parte de uma empresa que se preocupa com a sua segurança, saúde e condições de trabalho.

Em 2023, e mantendo-se sensível às condições sócio-económicas dos seus trabalhadores, a TRATOLIXO manteve as seguintes medidas de apoio sócio-económico prestadas:

- Oferta de “Kit Presente” por nascimento de filho de trabalhador, como apoio à natalidade;
- Oferta de Natal e prémio de antiguidade para os trabalhadores.



Repartição do Efectivo

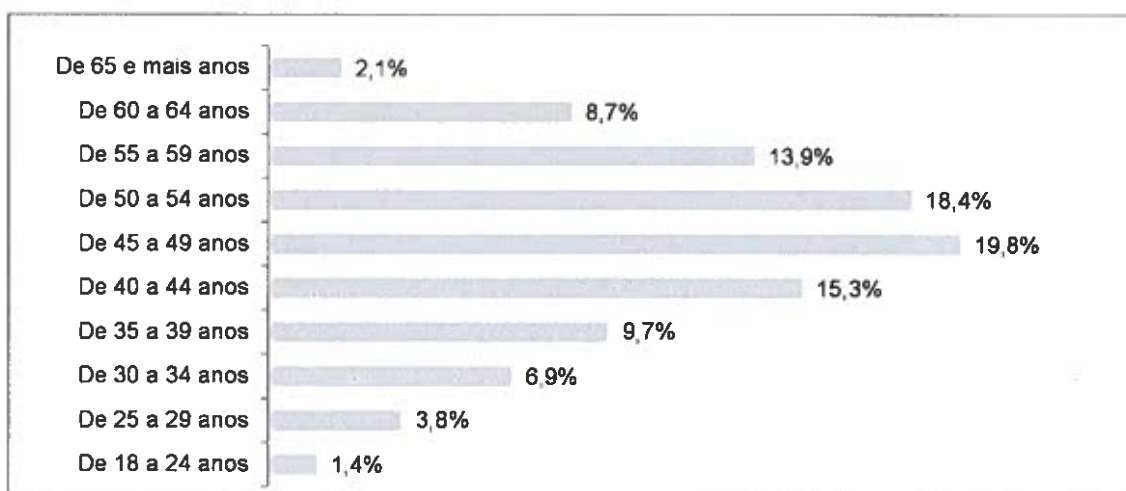
À data de 31 de Dezembro de 2023, o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 288 trabalhadores, distribuídos por 212 trabalhadores do género masculino e 76 do género feminino, acrescido de 25 trabalhadores temporários, 19 do género masculino e 6 do género feminino.

Ocorreu, por isso, um decréscimo de 1,7% face ao ano de 2022, em que o total de trabalhadores a 31 de Dezembro de 2022 era de 293.

O índice de tecnicidade ⁽¹⁾ da empresa evoluiu, passando de 22,5% em 2022 para 23,3% em 2023, correspondente a uma variação positiva de 0,7%. Isto ficou a dever-se ao facto de não se ter verificado alteração considerável no pessoal pertencente às categorias de coordenador, técnico superior e técnico e as restantes categorias, considerando o balanço entre as entradas e saídas de trabalhadores da empresa, face a 2022.

Nível Etário

Em termos de escalões etários, a 31 de Dezembro de 2023, verificou-se uma maior concentração de trabalhadores na faixa etária entre os 45 e os 49 anos, correspondente a 19,8% do total, conforme se pode constatar no gráfico seguinte.



¹ O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Coordenadores + Técnicos Superiores + Técnicos) / Efectivo global * 100.

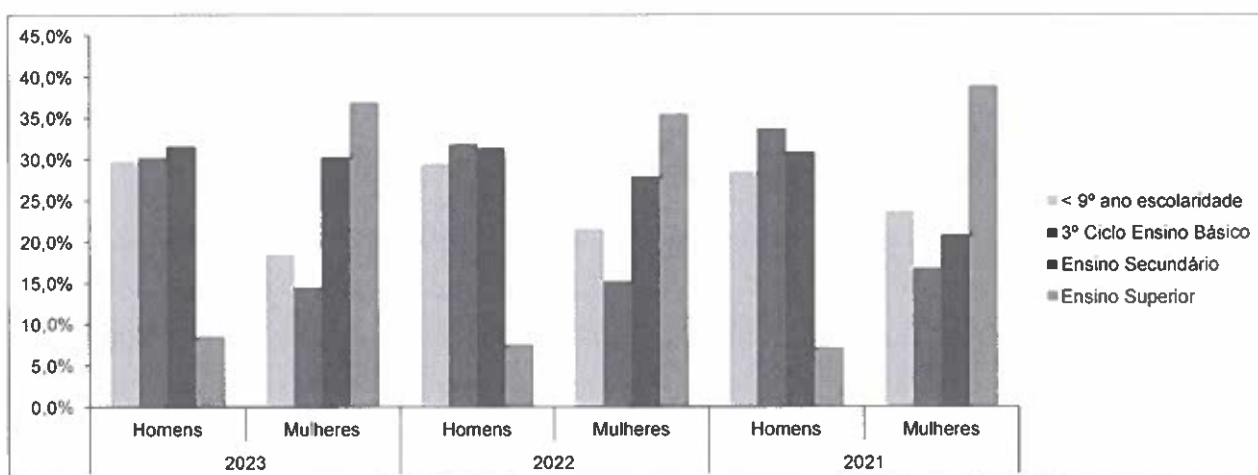
Nível de escolaridade

A 31 de Dezembro de 2023, registou-se uma maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias ao nível do Ensino Secundário (10º-12º ano), 31,3%, correspondente a 90 trabalhadores, situação muito semelhante ao verificado em 2022.

Verificou-se ainda em 2023, que trabalhadores com habilitações literárias inferiores ao 9º ano de escolaridade e com habilitações literárias do 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade) apresentaram uma percentagem muito semelhante, 26,7 e 26,0%, respectivamente, contabilizando 77 e 75 trabalhadores em cada nível de escolaridade.

Por último, o nível habilitacional com menos representação na empresa correspondia ao Ensino Superior, 16%, com um total de 46 trabalhadores.

A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisada segundo o género, como se constata no gráfico seguinte.





Segurança e Saúde no Trabalho

É obrigação do Empregador organizar as actividades de Segurança e Saúde no Trabalho que visem a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde do trabalhador.

O Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho existente na TRATOLIXO está englobado na Direcção de Planeamento Coordenação e Recursos Humanos.

O Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho visa promover o incremento das condições de segurança, incentivando a criação de uma Cultura de Segurança, em todas as actividades das instalações da TRATOLIXO, promovendo um ambiente de melhoria contínua, melhoria das condições de trabalho, redução da sinistralidade, salvaguarda do património e formação das pessoas.

A TRATOLIXO monitoriza as condições de segurança e saúde laborais, de modo a proporcionar um ambiente de trabalho saudável.

Um dos instrumentos utilizados na empresa para a Monitorização de Segurança e Saúde no Trabalho é o Plano de Avaliação Anual de Agentes Físicos, Químicos e Biológicos.

É de referir também as Verificações Técnicas efectuadas aos Macroprocessos / Processos, e a Matriz de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, documento dinâmico, em constante actualização, cuja metodologia tem como objectivo suportar a identificação de Perigos, Avaliação e Controlo de Riscos para a saúde e segurança no trabalho, de forma a determinar quais deverão ser eliminados ou controlados, através implementação de medidas de controlo de riscos pela TRATOLIXO, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança.

É também efectuado um acompanhamento mensal da Sinistralidade Laboral.

Apresenta-se no quadro abaixo a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2023, explicitando a situação dos incidentes de trabalho, sua classificação segundo a forma da respectiva ocorrência, bem como o número de dias perdidos – relativamente a acidentes efectivamente ocorridos no ano em causa – resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica.

SINISTRALIDADE LABORAL	
Tipos de Acidente	2023
N.º de Acidentes de Trabalho com Baixa	18
N.º de Acidentes de Trabalho sem Baixa	20
N.º Total de Acidentes de Trabalho	38
N.º de Dias Perdidos	697
Quase-Acidentes de Trabalho	2



Simulacro realizado em 2023 nas instalações de Trajouce.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

SUMÁRIO

Devido à crise inflacionista instalada, tanto em Portugal como na zona euro, 2023 ficará, sem dúvida, sinalizado pelas sucessivas subidas das taxas de juro. De facto, dando sequência ao movimento iniciado em 2022, o Banco Central Europeu em 2023 manteve, e intensificou, a trajetória de subida das taxas de juro, situação que impactou gravosamente os custos de financiamento das empresas, não tendo sido a TRATOLIXO uma excepção.

O forte impacto sentido pela empresa, levou a que no início de 2023 se encetassem negociações com o sindicato bancário com vista à atenuação do desequilíbrio das contas. Com efeito, perante a conjuntura que se vivia, e ainda se vive, sabia-se que a tarifa aprovada para o ano em curso não permitiria o equilíbrio que na altura era expectável, e que a lei 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da actividade local e das participações locais, obriga.

As negociações com o sindicato bancário permitiram a redução do encargo financeiro a pagar à banca no segundo semestre, o que se reflectiu, directamente, no valor da transferência financeira de equilíbrio de responsabilidade do accionista, ao abrigo do artigo 40º da já citada lei, com vista ao equilíbrio dos resultados do exercício em causa.

Fica, pois, visível na conta de exploração e de resultados a obtenção, em 2023, de um resultado muito próximo de zero. Relativamente a 2022, o acréscimo de 4,1M€ que se verificou no EBITDA, para o qual contribuiu com 2,9M€ a referida transferência financeira de equilíbrio, foi indispensável para cobrir o agravamento dos custos de financiamento e o imposto sobre o rendimento.

O EBIT registou uma variação muito próxima da do EBITDA, uma vez que se mantém a regularidade dos gastos de depreciação e amortização dos exercícios em 7,3M€.

No que diz respeito à estrutura financeira de 2023, verifica-se que embora mantendo os indicadores de estabilidade, apresenta, relativamente a 2022, um abrandamento dos seus indicadores de equilíbrio.

Com efeito, no final de 2023 os capitais permanentes totalizavam 162M€, cobriam na totalidade o activo fixo, tendo gerado um fundo de maneo de 5,3M€, indicador que relativamente a 2022 reduziu 1,2M€.

Por outro lado, as necessidades de fundo de maneo, que se mantiveram negativas, reduziram de 7,4M€ em 2022 para 2,7M€ em 2023.

Em consequência, o excesso de fundo maneo que em 2022 era de 13,8M€, reduziu em 2022 para 7,9M€, ou seja, 5,8M€.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro 1 – Conta de Exploração e de Resultados

	2022	2023	▲	▲ %
	Un: €			
Rendimentos de Exploração	36 667 338	43 552 754	6 885 416	18,8%
Gastos de Exploração	27 333 587	30 109 683	2 776 096	10,2%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	9 333 751	13 443 071	4 109 320	44,0%
Gastos de Depreciação e Amortização	7 313 956	7 350 667	36 711	0,5%
Resultado Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	2 019 795	6 092 404	4 072 609	201,6%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	25 833	25 833	n.a.
Juros e Gastos Similares Suportados	1 843 672	5 611 556	3 767 884	204,4%
Resultado antes Impostos	176 123	506 681	330 558	187,7%
Imposto sobre o Rendimento	55 949	506 631	450 682	805,5%
Resultado Líquido	120 174	50	-120 124	-100,0%

Em 2023, o Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA), totalizou 13,4M€, mais 4,1M€ que em 2022. Tal ficou, sobretudo, a dever-se (i) ao crescimento verificado na prestação do serviço de tratamento de resíduos urbanos; e (ii) ao valor da transferência financeira de equilíbrio registada ao abrigo do nº 2, do artº 40º, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, com vista ao equilíbrio das contas de 2023.

Verificou-se, assim, que o EBITDA cobriu na totalidade o valor das amortizações que em 2023 totalizou 7,3M€, gerando um Resultado de Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT) de 6,1M€, montante que foi o suficiente para cobrir o custo líquido do financiamento que atingiu 5,6M€, e o imposto sobre o rendimento de 0,5M€, obtendo-se o Resultado Líquido de 50 euros.

Rendimentos de Exploração

Expurgando desta análise a rubrica de serviços de construção, que em 2022 totalizou 6,6M€, e 7,8M€ em 2023, montantes que se anulam em gastos de exploração, a variação que se apura no total dos rendimentos de exploração reduz 1,2M€ passando a apresentar uma variação positiva de 5,6M€:

Quadro 2 – Rendimentos de Exploração

		Un: €		
Rúbrica/Ano	2022	2023	▲	▲ %
Vendas	10 003 637	9 850 238	-153 399	-1,5%
Serviços Prestados	18 791 561	21 084 364	2 292 803	12,2%
Outros Rendimentos	1 319 133	4 825 662	3 506 529	265,8%
Rendimentos de Exploração (s/ serv construção)	30 114 331	35 760 264	5 645 933	18,7%

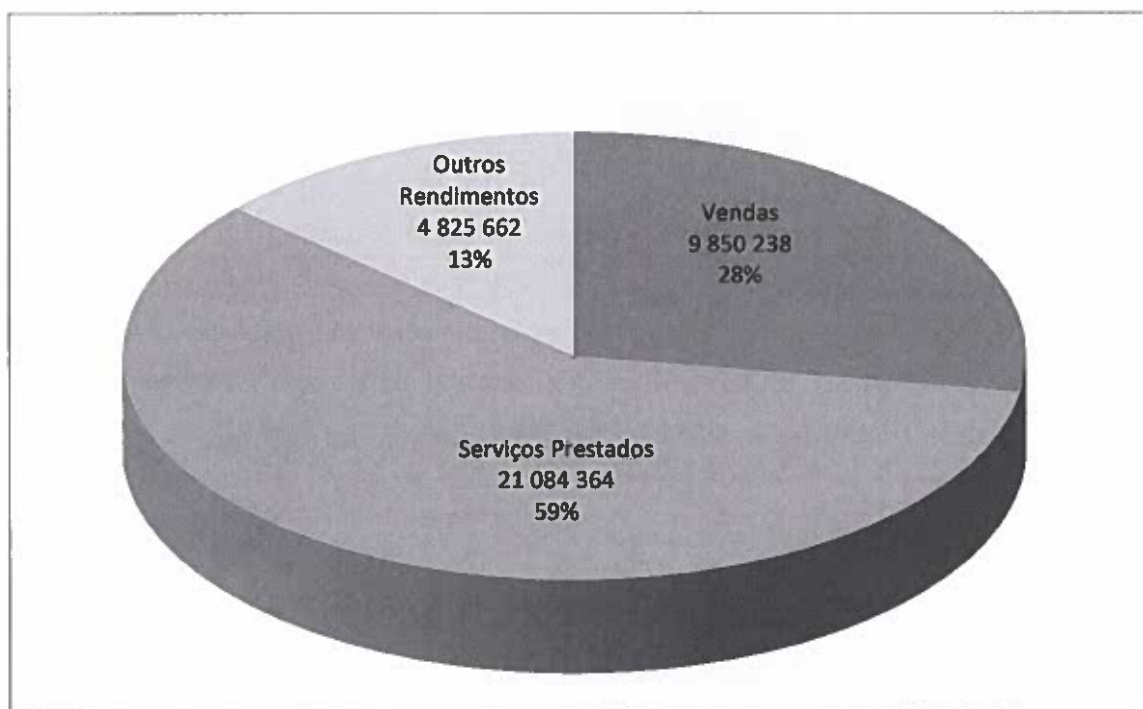
Com efeito, neste quadro, onde se detalha os rendimentos de exploração, sem considerar os serviços de construção, constata-se, uma vez mais, que a variação positiva de 5,6M fica a dever-se, essencialmente, às variações positivas que se verificaram em serviços prestados e em outros rendimentos. A contrabalançar estes desvios, verifica-se uma diminuição em vendas, de 153 mil euros, consequência, sobretudo, de menos energia vendida em 2023 devido à fase de construção da empreitada de ampliação da CDA que não permitiu que a produção de energia atingisse os quantitativos de 2022.

A variação positiva de 2,3M€ que se verifica em serviços prestados, é consequência da trajectória tarifária aprovada para o quinquénio 2021-2025, actualizada pelo efeito da inflação.

A variação positiva de 3,5M€ que se verifica em outros rendimentos, na sua maior parte, refere-se ao valor da transferência financeira de equilíbrio registada em 2023, no montante de 2,9M€, que não compara com 2022. De facto, perante a subida abrupta das taxas de juro, a tarifa de equilíbrio aprovada tornou-se insuficiente para comportar os encargos financeiros que, face à conjuntura da altura, não havia como prever aquando da aprovação da trajectória tarifária para o quinquénio 2021-2025. Assim, ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da actividade local e das participações locais, registou-se em proveitos do exercício a transferência financeira de

equilíbrio a que o accionista se encontra vinculado com vista ao equilíbrio dos resultados do ano de 2023.

Gráfico 1 – Distribuição dos Rendimentos de Exploração



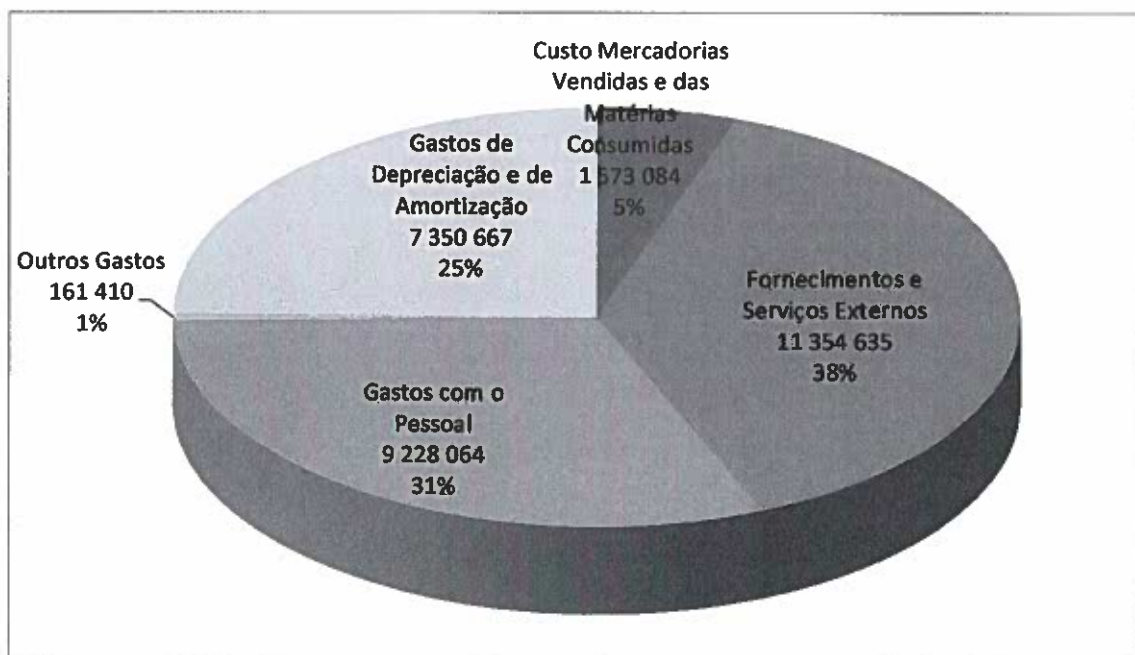
Gastos de Exploração

Expurgando novamente da análise, da rubrica de fornecimentos e serviços externos, os serviços de construção, a variação positiva de 2,8M€, patente no Quadro 1, reduz 1,2M€ passando a mostrar um desvio de 1,5M€ relativamente ao ano anterior:

Quadro 3 – Gastos de Exploração

		Un: €		
Rúbrica/Ano	2022	2023	▲	▲ %
Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1 730 955	1 573 084	-157 871	-9,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	9 694 693	11 354 635	1 659 942	17,1%
Gastos com o Pessoal	8 651 303	9 228 064	576 761	6,7%
Outros Gastos	703 629	161 410	-542 219	-77,1%
Sub Total	20 780 580	22 317 193	1 536 613	7,4%
Gastos de Depreciação e de Amortização	7 313 957	7 350 667	36 710	0,5%
Total dos Gastos de Exploração (s/ serv construção)	28 094 537	29 667 860	1 573 323	5,6%

O desvio positivo de 1,6M€ que se verifica em fornecimentos e serviços externos explica, no essencial, esta variação. Com efeito, em 2023, tendo-se como objectivo o prolongamento da vida útil do aterro, tomou-se a decisão de transportar/depositar mais toneladas em destinos externos, situação que impactou o crescimento desta rubrica em 0,9M€. Adicionalmente, contribuiu para o desvio apontado, o crescimento dos custos registados em electricidade que, relativamente a 2022, cresceram 0,7M€ devido ao aumento do preço do Kw/h.

Gráfico 2 – Distribuição dos Gastos de Exploração

Estrutura Patrimonial**Quadro 1 - Evolução das rubricas do Balanço 2023-2022**

					Un: €
Rúbricas/Anos	2022	2023	▲	▲ %	
Total do Activo	184 337 329	179 339 953	-4 997 376	-2,7%	
Activos Fixos	154 897 580	155 061 126	163 546	0,1%	
Outros Activos	11 470 336	12 107 291	636 955	5,6%	
Soma	166 367 916	167 168 417	800 501	0,5%	
Caixa e Equivalentes	17 969 413	12 171 536	-5 797 877	-32,3%	
Total do Capital Próprio	29 807 307	28 915 898	-891 409	-3,0%	
Total do Passivo	154 530 022	150 424 055	-4 105 967	-2,7%	
Dívida Financeira	130 294 834	126 368 820	-3 926 014	-3,0%	
Provisões	3 635 270	3 452 763	-182 507	-5,0%	
Outros Passivos	20 599 918	20 602 472	2 554	0,0%	

1. Activo

O total do activo, excluído de caixa e equivalentes era, em 31 de Dezembro de 2023, de 167M€, mais 0,8M€ que no final de 2022. Contribuiu para este desvio as variações de 0,2M€ e 0,6M€ verificadas, respectivamente, em activos fixos e em outros activos.

Activos Fixos

O montante de 155M€ que a rubrica activos fixos apresenta, refere-se, na sua quase totalidade, ao valor líquido das infraestruturas da concessão de responsabilidade da TRATOLIXO. Embora a variação que se verifica não seja expressiva, podendo querer indicar que em 2023 não houve investimento em activos fixos, importa notar que, na realidade, relativamente a 2022, houve um investimento de 7,6M€, montante que devido à realização dos activos por via das amortizações do exercício, no montante de 7,3M€, quase que se anula.

Outros Activos

A variação de 0,6M€ que se verifica é, sobretudo, consequência do crescimento de 3,0M€ verificado na dívida dos clientes municipais, montante a que se adiciona o valor a receber de 2,1M€ do acionista AMTRES com vista à cobertura do prejuízo de 2023 (já, integralmente, recebido nos primeiros dias de 2024).

Concorre, em sentido contrário, o recebimento em 2023 de 4,7M€ do subsídio atribuído à TRATOLIXO para a empreitada de construção de adaptação do tratamento mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos - operação financiada em 85% pelo POSEUR.

2. Passivo

O total do passivo regista uma diminuição de 4,1M€ justificada, essencialmente, pela redução da dívida financeira.

Dívida Financeira

Dando-se cumprimento ao contrato de financiamento, a dívida financeira reduziu 3,9M€, totalizando 126M€ no final de 2023. O financiamento contraído junto do sindicato bancário, em regime de "project finance", teve como objectivo a construção das infraestruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Provisões

O montante de 3,5M€ diz, sobretudo, respeito à melhor estimativa, à data, da responsabilidade futura dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento das Células de Confinamento Técnico, e à responsabilidade presente e futura da sua monitorização, bem como de diversas infraestruturas de responsabilidade da empresa.

Outros Passivos

O montante de 20M€ considera, entre outros, (i) o valor a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2024, relativo à Taxa de Gestão Resíduos cobrada em 2023 que totalizou 8,2M€; e (ii) 6,4M€ relativos ao efeito fiscal dos subsídios ao investimento que foram reconhecidos em capital próprio.

3. Capital Próprio

O Capital Próprio reduziu 0,9M€ devido ao reconhecimento em resultados do exercício dos subsídios atribuídos ao investimento. De acordo com o normativo em vigor, os subsídios ao investimento são registados inicialmente em capital próprio, sendo transferidos para os resultados dos sucessivos exercícios, em parcelas, durante o período das correspondentes amortizações.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

O RARU de 2022 veio mostrar que está a ocorrer uma estabilização na produção de resíduos a nível nacional e que se conseguiu desacoplar o crescimento económico do País da produção de resíduos.

Esta boa notícia é agrídice, uma vez que, em termos de resultados, torna-se necessário começar a diminuir a produção efectiva de resíduos, apostando em medidas de prevenção e tratamento local.

Apesar de se reconhecer a evolução significativa ocorrida no sector da gestão de resíduos em Portugal durante as últimas décadas, neste momento, o País e o sector de gestão de resíduos urbanos enfrentam complexos desafios e dificuldades de crescimento.

Nos últimos anos, o sector debateu-se com uma estagnação devido a um conjunto de circunstâncias várias mas passíveis de comprometer o cumprimento dos objectivos e metas a que a gestão de resíduos está sujeita.

Segundo aquele relatório, a meta de Preparação para Reutilização e Reciclagem só aumentou 1 ponto percentual (32% para 33%) no último ano, sendo que para o seu cumprimento em 2025, o País terá que aumentar 66% em 3 anos.

Também o cenário de deposição em aterro não é animador, uma vez que se continua a encaminhar 55% dos resíduos para aterro (o resultado de 2021 foi de 56%) e a meta a cumprir é de 10% até 2035.

Portugal encontra-se, assim e de forma nítida, perante uma situação de atraso face às metas definidas no Plano Estratégico de Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030), documento estratégico para a gestão dos resíduos urbanos e melhoria do desempenho nacional nesta matéria.

Para além dos ambiciosos objectivos nele vertidos, o PERSU 2030 prevê a distribuição equitativa da responsabilidade pelo cumprimento das metas entre os SGRU e os municípios, estabelecendo o contributo individual de cada SGRU para a meta nacional de preparação para reutilização e reciclagem, bem como objectivos intercalares no que respeita à recolha selectiva e valorização na origem dos biorresíduos e no que respeita à recolha selectiva da fracção multimaterial.

No caso do Sistema AMTRES, estes objectivos irão recair inteiramente sobre os Municípios, atendendo a que são eles os responsáveis pelas recolhas selectivas de ambos os fluxos.

Desta forma, o Sistema irá continuar a trabalhar de forma integrada entre a gestão em alta e a gestão em baixa, de modo a envidar os esforços para alcançar os objectivos que lhe foram imputados por este documento de planeamento sectorial.

Atente-se também que o resultado nacional obtido em 2019 na taxa de preparação para reutilização e reciclagem foi de 42%, mas caso esta meta fosse calculada de acordo com a nova fórmula patente na Decisão de Execução (UE) 2019/1004, o resultado seria de apenas 13%, uma vez que deixarão de ser contabilizados os biorresíduos provenientes de recolha indiferenciada.

Inclusivamente, a Comissão Europeia já identificou Portugal como um dos Estados-Membros em risco de incumprimento da meta de preparação para reutilização e reciclagem até 2025, colocando em risco o cumprimento da mesma para 2030.

Urge por isso investir, sendo que, e com particular destaque para o ano de 2023, a TRATOLIXO tem vindo a fazê-lo em infra-estruturas com capacidade e eficiência para o tratamento dos resíduos do Sistema.

A entrada em funcionamento em pleno das requalificadas unidades de Tratamento Mecânico de Trajouce e de Tratamento Biológico da Abrunheira, bem como a operacionalização da unidade de Compostagem de Resíduos Verdes de Trajouce, será um extraordinário factor decisivo para impulsionar o desempenho da TRATOLIXO nesta meta de gestão de resíduos.

Mantém-se, porém, outra preocupação da TRATOLIXO e que se prende com a fracção resto.

A nível nacional, como se constatou, o aterro sanitário continua a ser a principal opção de tratamento e o desvio directo de resíduos de aterro está muito alavancado em unidades de tratamento mecânico e biológico. Por sua vez, estas unidades têm associada uma elevada produção de rejeitados, cujo destino final primordial, na inexistência de alternativas viáveis, é, ainda, o aterro (para onde são encaminhados mais de 50% dos RU).

Torna-se prioritário encontrar soluções técnicas e estabelecer sinergias de coesão estratégica de valorização da fracção resto, face à iminente e generalizada perspectiva de esgotamento dos aterros a nível nacional.

Para tal, e como abordado no PERSU 2030, existe uma forte necessidade de investimento no tratamento da gestão em alta de cerca de 475 M€, no entanto, a este montante falta ainda acrescer o investimento necessário em soluções para a redução da fracção resto, decorrente do cumprimento da meta de envio máximo de 10% de resíduos para aterro em 2035.

No próximo quadro comunitário, no pacote financeiro Portugal 2030 foi afectada uma verba de cerca de 600 M€ para a área dos resíduos e para a economia circular, com verbas afectas para a área dos resíduos (400 M€) e economia circular (200 M€), já devidamente distribuídos para investimentos na alta de 114 M€ (onde a necessidade indicada é de 475 M€), e, para a baixa, de 286 M€.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, no pacote financeiro Portugal 2030, a insuficiência das verbas e fundos é ainda mais significativa, pois está apenas prevista uma verba de apenas 8 M€ para projectos de economia circular, quando a necessidade identificada no PERSU 2030 é de mais de 222 M€.

Tendo em conta que o custo da recolha e do tratamento dos resíduos tem aumentado nos últimos anos, o que não é dissociável da estipulação de metas ambientais cada vez mais rigorosas, que exigem a realização de avultados investimentos e a alocação de custos operacionais que possam responder cabalmente aos referidos objectivos, os custos crescentes têm sido essencialmente suportados pelos aumentos tarifários em toda a cadeia (Municípios e cidadãos).

No próximo ano, aguarda-se igualmente a publicação de alguns regimes legislativos importantes para o sector, nomeadamente o UNILEX, o RGGR e o novo despacho sobre os novos Valores de Contrapartida (VC) do SIGRE.

Sobre este último, que prevê genericamente duplicar valor de contrapartidas pago por produtores e embaladores em 2024, espera-se que seja publicado em breve de modo a repor a cobertura de gastos da actividade, que actualmente é claramente insuficiente.

O sector dos resíduos é um negócio altamente deficitário, atendendo aos custos e investimentos necessários fazer, com todas as exigências ambientais da União Europeia incidentes sobre o tratamento dos resíduos.

Antevê-se, por isso, muito trabalho pela frente para conseguirmos alcançar as metas definidas.

O cumprimento das metas vai depender fortemente, não só da necessária articulação entre os SGRU ao nível da partilha de infra-estruturas numa perspectiva de minimização do investimento e maximização da rentabilização dos meios existentes, como também do reforço da dotação financeira para o sector, na alta e na baixa, que possibilitem a todos os intervenientes, designadamente aos SGRU e Municípios, realizar atempadamente os indispensáveis investimentos em infra-estruturação, projectos de recolha selectiva (tri-fluxo, Biorresíduos e outros) e diminuição drástica da recolha de resíduos indiferenciados, sob pena de, à semelhança do que se verificou em anteriores planos, os objectivos previstos no PERSU 2030 não serem atingidos.

Numa outra componente ambiental, verifica-se que Portugal tem desempenhado um papel de liderança e pioneirismo nos compromissos internacionais de acção climática.

A abertura em Fevereiro de 2023 da consulta pública para a criação do Mercado Voluntário de Carbono (MVC) em Portugal levou a TRATOLIXO a debruçar-se sobre uma possibilidade de submeter o Projecto de Recolha Selectiva de Biorresíduos em Saco Óptico a um MVC nacional ou internacional, de modo a contribuir para a mitigação de emissões de GEE e gerar créditos de carbono.

À data deste relatório, já se sabe que a legislação que aprovou o MVC nacional não contempla projectos desenvolvidos no sector dos resíduos, pelo que a TRATOLIXO irá desenvolver um estudo de elegibilidade deste projecto a um MVC internacional e contabilizar a pegada carbónica do mesmo para efeitos da sua submissão a MVC internacional.

Para além desta iniciativa inovadora, em 2024 a empresa continuará a apostar na vertente da I&DT, mantendo-se atenta a soluções de valorização de recursos, como a Estratégia do Biometano – já disponível para consulta pública à data deste relatório – uma alternativa sustentável ao gás natural que assume um papel central no plano da União Europeia para reduzir a dependência do gás e petróleo russos (REPowerEU).

Esta aposta reflecte a cultura empresarial da TRATOLIXO, pelo que nos próximos anos a empresa irá participar activamente nesta e noutras tendências, de modo a construir novos projectos que criem valor e conhecimento, estimulem a Economia Circular, contribuam para a Neutralidade Carbónica e rumem ao encontro dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, de acordo com uma visão estratégica integrada de futuro.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.º 22º dos estatutos da TRATOLIXO, E.I.M., S.A. e do art.º 66º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2023, no valor de 50,00€ (cinquenta euros), seja levado à rubrica de resultados transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nuno Manuel Vicente Esteves Soares

João Filipe Crisóstomo Dias

Inês Folgado Diogo

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Índice das demonstrações financeiras

Balanço.....	87
Demonstração dos resultados.....	88
Demonstração das alterações no capital próprio.....	89
Demonstração dos fluxos de caixa.....	89
Anexo às demonstrações financeiras.....	90
1 Introdução.....	91
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	93
3 Principais políticas contabilísticas.....	94
4 Fluxos de caixa.....	108
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	109
6 Gestão de riscos financeiros.....	109
7 Activos fixos tangíveis.....	110
8 Activos Intangíveis.....	110
9 Activos e passivos por Impostos Diferidos.....	115
10 Inventários.....	117
11 Clientes.....	118
12 Estado e outros entes públicos.....	119
13 Outras contas a receber.....	120
14 Diferimentos.....	121
15 Capital.....	122
16 Reservas.....	122
17 Outras variações de capital.....	122
18 Provisões.....	123
19 Financiamentos obtidos.....	125
20 Fornecedores.....	126
21 Outras contas a pagar.....	127
22 Vendas e serviços prestados.....	128
23 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	128
24 Fornecimentos e serviços externos.....	129
25 Gastos com pessoal.....	130
26 Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	130
27 Outros rendimentos e ganhos.....	131

28	Subsídios ao investimento.....	131
29	Outros gastos e perdas	132
30	Juros e gastos e rendimentos similares.....	133
31	Imposto do exercício	133
32	Compromissos	134
33	Contingências.....	135
34	Informações sobre matérias ambientais	136
35	Partes relacionadas.....	137
36	Disposições legais.....	139
37	Divulgações exigidas por diplomas legais	141
38	Eventos subsequentes	142

1. Balanço

		31 de dezembro	
	Nota	2023	2022
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	22.845	29.251
Ativos intangíveis	8	154.715.904	154.400.734
Outros investimentos financeiros		51.860	42.807
Ativos por impostos diferidos	9	270.517	424.789
		155.061.126	154.897.580
Corrente			
Inventários	10	1.649.088	1.602.274
Clientes	11	6.561.555	3.446.060
Estado e outros entes públicos	12	241.193	451.957
Outros créditos a receber	13	3.417.682	5.934.991
Diferimentos	14	237.772	35.054
Caixa e depósitos bancários	4	12.171.536	17.969.413
		24.278.827	29.439.749
Total do Ativo		179.339.953	184.337.329
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	15	7.010.000	7.010.000
Prêmio de emissão		120	120
Reservas legais	16	30.000	30.000
Resultados transitados		(204.660)	(324.833)
Outras variações no capital próprio	17	22.080.388	22.971.846
		28.915.848	29.687.133
Resultado líquido do período		50	120.174
Total do capital próprio		28.915.898	29.807.307
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	3.452.763	3.635.270
Financiamentos obtidos	19	122.142.420	126.094.495
Passivos por impostos diferidos	9	563.751	591.417
Ajustamentos em subsídios	17	6.410.436	6.669.246
		132.569.370	136.990.428
Corrente			
Fornecedores	20	2.010.309	2.337.870
Estado e outros entes públicos	12	622.900	224.638
Financiamento obtidos	19	4.226.400	4.200.339
Outras dívidas a pagar	21	10.995.076	10.596.578
Diferimentos		-	180.170
		17.854.684	17.539.595
Total do passivo		150.424.055	154.530.023
Total do capital próprio e do passivo		179.339.953	184.337.329

As notas das páginas 91 a 142 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados

	Nota	Exercício	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	22	38 727 093	35 348 205
Subsídios à exploração	-	98 205	33 966
Variação nos inventários de produção	10	39 538	15 650
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(1 573 084)	(1 730 955)
Fornecimentos e serviços externos	24	(19 147 125)	(16 247 699)
Gastos com o pessoal	25	(9 228 064)	(8 651 303)
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10	486	785
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	11	-	2 569
Provisões (aumentos) / reduções	18	(6 992)	14 290
Aumentos/reduções de justo valor		2 209	(1 763)
Outros rendimentos	27,28	4 669 696	1 251 459
Outros gastos	29	(138 889)	(701 452)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		13.443.071	9.333.751
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7,8	(7 350 667)	(7 313 957)
Imparidade de investimentos depreciais/ amortizáveis (perdas) / reversões		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.092.404	2.019.795
Juros e rendimentos similares obtidos	30	25 833	-
Juros e gastos similares suportados	30	(5 611 556)	(1 843 672)
Resultados antes de impostos		506.681	176.123
Imposto sobre o rendimento do período	31	(506 631)	(55 949)
Resultado líquido do exercício		50	120.174
Resultado por acção:			
- básico		0,00	0,09

As notas das páginas 91 a 142 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das alterações no capital próprio

	Notas	Capital realizado	Prémios emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações Capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2022 (reexpresso)		7.010.000	120	30.000	(490.062)	24.331.601	168.310	31.049.969
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	168.310	-	(168.310)	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	(3.081)	(1.359.755)	-	(1.362.836)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	(3.081)	(1.359.755)	-	(1.362.836)
		-	-	-	165.229	(1.359.755)	(168.310)	(1.362.836)
Resultado líquido do período							120.174	120.174
Resultado Integral							120.174	(1.242.662)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2022		7.010.000	120	30.000	(324.833)	22.971.846	120.174	29.807.307
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	120.174	-	(120.174)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	(891.458)	-	(891.458)
		-	-	-	120.174	(891.458)	(120.174)	(891.458)
Resultado líquido do período							50	50
Resultado Integral							50	(891.408)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2023		7.010.000	120	30.000	(204.660)	22.080.388	50	28.915.898

As notas das páginas 91 a 142 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

		Exercício findo em 31 de dezembro	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		36 840 758	37 393 812
Pagamentos a fornecedores		(25 200 242)	(21 325 160)
Pagamentos ao pessoal		(8 144 819)	(7 587 268)
Caixa gerada pelas operações		3 495 697	8 481 384
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		1 947	(7 920)
Outros recebimentos/ (pagamentos)		(4 415 374)	(4 155 397)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(917 729)	4 318 067
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(52 819)	(17 976)
Ativos intangíveis		(9 365)	(16 175)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	3
Ativos intangíveis		-	35 162
Subsídios ao investimento		4 698 964	4 205 100
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		4 636 780	4 206 115
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Aumentos de capital		-	-
Juros e rendimentos e similares		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3 968 324)	(3 968 324)
Amortizações de contratos de locação financeira		-	-
Juros e gastos e similares		(5 548 604)	(1 625 986)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(9 516 927)	(5 594 309)
Variação de caixa e seus equivalentes		(5 797 877)	2 929 873
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		17 969 413	15 039 540
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	12 171 536	17 969 413

As notas das páginas 91 a 142 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (referida neste documento como TRATOLIXO ou Empresa), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 26 de Julho de 1989, tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados, bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – ‘Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos’, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1.

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de Fevereiro de 2024.

É a opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

1.1 – Enquadramento da actividade

Entre Dezembro de 2004 e 30 de Junho de 2016, a TRATOLIXO desenvolveu a sua actividade no âmbito do contrato-programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004, de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009, foi efectuado um aditamento ao contrato programa, com vista a incorporar as alterações introduzidas ao PERECMOS – ‘Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra em 2007, de acordo com o qual a TRATOLIXO deixou de ser responsável pela definição de soluções de recolha dos resíduos sólidos, da tipologia de contentorização e definição dos circuitos.

Na sequência das alterações introduzidas em 2009 ao quadro legal e regulatório do sector das águas e resíduos em Portugal, em 20 de Novembro de 2015 a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, conforme previsto no disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de Agosto, que substituiu o contrato programa então em vigor, passando este a produzir efeitos a partir 30 de Junho de 2016, data da emissão do visto do Tribunal de Contas, até 31 de Dezembro de 2043.

A substituição do contrato programa, pelo contrato de gestão delegada, obrigou ao alinhamento dos objectivos estratégicos da TRATOLIXO com o PERSU 2020, conforme o PAPERSU 2020 apresentado pela TRATOLIXO e aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Em termos gerais os contratos continuam a prever os mesmos direitos e obrigações assumidos pela TRATOLIXO e a AMTRES no contrato anterior, passando, contudo, a vigorar um regime de fixação de tarifas com carácter vinculativo para períodos de 5 anos, sujeitas a atualização com base na inflação anual e a parecer favorável da ERSAR.

Assim no âmbito dos referidos contratos, considera-se que estes atribuem à TRATOLIXO acesso às instalações existentes no Ecoparque de Trajouce (Cascais) para a prestação do serviço público, para além da obrigação de construir um novo Ecoparque na Abrunheira (Mafra) e requalificar o Ecoparque de Trajouce.

A TRATOLIXO não pode dispor livremente desses activos, para além da substituição/renovação que se demonstre necessária à prestação dos serviços. Pelos serviços prestados, conforme estipulado, a TRATOLIXO tem direito a uma retribuição que equivale à aplicação de uma tarifa por tonelada de resíduos entrada no sistema.

Assim, o contrato de gestão delegada, tal como anteriormente o contrato programa, assinado com a AMTRES constitui, em substância, um acordo de concessão, no âmbito do qual a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela prestação de serviços de construção das infra-estruturas de suporte à actividade a desenvolver e a responsabilidade pela exploração do serviço público de tratamento de resíduos sólidos.

Neste contexto, a TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2023, e, supletivamente, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC ("IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços). Ainda a referir, por supletividade a norma ASC 980 – Regulated Operations, emitida pelo FASB (substitui a anterior SFAS 71- Accounting for the Effects of Certain types of regulation).

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia de 28 de Fevereiro de 2024, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime da periodização económica (acréscimo) no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas (Nota 3), foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, não tendo sido registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.4 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para os activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O activo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta, desde a data em que encontra em condição de uso, entre 1 e 12 anos.

3.2.3 Activos Intangíveis

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo os custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do activo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o activo escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Programas de computador

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos *upgrades*. Estes activos são amortizados em três anos.

Direitos de concessão

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infraestruturas necessárias ao estabelecimento da concessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram a AMTRES. Uma vez que todos os activos investidos revertem para a AMTRES no final do prazo do contrato de gestão delegada, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registar.

De acordo com os contratos que regulam a concessão, todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição são considerados como parte dos custos e encargos a recuperar nas tarifas, razão pela qual a TRATOLIXO não procede ao registo de obrigações contratuais de reposição no final da concessão, por conta dos equipamentos de renovação/ substituição a adquirir/ construir, e integra todos os montantes dos serviços de construção / aquisição no direito de concessão quando incorridos.

Assim, o valor do direito de concessão reconhecido corresponde: (i) ao valor líquido dos activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; (ii) ao valor da permuta dos serviços de construção/aquisição em equipamentos de expansão/ requalificação/renovação/ substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e (iii) às contrapartidas acordadas com os Municípios, como por exemplo a entrega de contentores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão (que compreende o montante classificado como direito de concessão à data da transição e os montantes subsequentes dos serviços de construção prestados em equipamentos de expansão/requalificação/renovação/substituição) é amortizado de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, de forma linear e pelo termo da concessão, a terminar em 31 de Dezembro de 2043.

Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – direito de concessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

3.2.4 Imparidade de activos

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e, quando aplicável, da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do activo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação dos indicadores de imparidade é efectuada na revisão do modelo financeiro da concessão e sempre que ocorram alterações nas condições da concessão não passíveis de reposição de equilíbrio pelas tarifas ou pelas transferências financeiras. O teste de imparidade é efectuado ao nível da concessão como um todo, por esta corresponder à unidade geradora de caixa a que a TRATOLIXO gera benefícios económicos. O registo da imparidade é efectuada quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.2.5 Activos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor, com as alterações do justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo, ou ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.2.6 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo ("fair value hedge"), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade ("cash flow hedge"), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

3.2.7 Inventários

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

- (i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção, conservação e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte;
- (ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos;
- (iii) equipamento de protecção individual (EPIS), fardamentos e consumíveis diversos.

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados, cujo custo de produção excede o valor da venda, se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.2.8 Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na

demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo, subsequentemente, revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.2.9 Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses com risco de flutuação de valor reduzido. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na demonstração dos fluxos de caixa como Caixa e Equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e, de uma clarificação emitida pela IFRS Interpretation Committee, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

3.2.10 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no Capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.2.11 Passivos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.12 Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença, entre o valor nominal e o justo valor inicial, reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo, neste caso, classificados no passivo não corrente.

3.2.13 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e, que se estima, que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com o reconhecimento inicial de activos e passivos que não resultem de uma concentração de actividades e que, à data da transacção, não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: (i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Provisões para recuperação ambiental

Para fazer face às responsabilidades previstas no DL n.º 183/2009, de 10 de Agosto, no exercício de 2016 foi constituída uma provisão no valor de 2.550 mil euros, conforme custo estimado com a selagem das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, sendo que se estima o seu encerramento em 2026. Em 2022, tendo em consideração a melhor estimativa à data, procedeu-se ao reforço desta provisão em 750 mil euros, totalizando a mesma no final desse ano 3.300 mil euros, montante que em 2023 se considera adequado para os custos com a selagem deste equipamento.

Provisões para monitorização de aterro, lixeiras e células de confinamento técnico

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitorização de diversas infra-estruturas e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal objecto do contrato de gestão delegada. Esta é uma medida de protecção ambiental, exigida pelas autoridades competentes, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos naturais.

As provisões registadas resultam do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO para o período de responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento) estando sujeitas a

revisão anual consoante as acções de monitorização desenvolvidas. As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

3.2.15 Subsídios e apoios do Governo

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente da data do seu recebimento.

Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos, se venha a verificar o não recebimento do valor de subsídios registado, há lugar ao desreconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital" (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.2.16 Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a TRATOLIXO não tem opção de compra

no final do contrato ou, pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da locação.

3.2.17 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são reconhecidas como activos ou passivos se qualificarem como tal.

3.2.18 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido, ou a receber, relativo à venda de produtos e/ou prestações de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem provenientes da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos resultantes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis decorrentes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores, e do composto produzido na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem, ainda, a estes produtos, os materiais recicláveis recuperados no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para a TRATOLIXO; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenha sido transferido para o comprador.

No caso da venda dos resíduos de embalagem às Entidades Gestoras do Sistema Integrado de Resíduos de Embalagem (SIGRE), Sociedade Ponto Verde; Novo Verde e Electrão o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados por estas entidades aplicável à fracção não embalagem dos lotes de materiais mistos (embalagem e não embalagem).

O rédito das prestações de serviços refere-se a duas actividades:

(i) Tratamento de resíduos - o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e as tarifas definidas pela AMTRES. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas é facturado directamente aos Municípios.

(ii) Serviços de construção de infraestruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços - o rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, em termos de equipamentos a construir/ adquirir para expansão/ requalificação/ renovação/ substituição, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, directa ou, indirectamente, relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.3 Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. No âmbito do desenvolvimento da sua actividade, a TRATOLIXO incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem, estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação) ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do exercício.

3.4 Principais estimativas e julgamentos apresentados na elaboração das demonstrações financeiras

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do conselho de administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento

material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.4.1 Provisões

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

No exercício de 2022 procedeu-se à avaliação dos critérios técnicos que sustentaram o reconhecimento das provisões relativas às infraestruturas sujeitas a monitorização por imposição das autoridades competentes. Decorrente dessa avaliação foram revistas as estimativas e na sequência do apuramento final das operações efectuou-se a reexpressão da informação financeira relativa ao exercício de 2021 em conformidade com o princípio da aplicação retrospectiva previsto na NCRF 4.

3.4.2 Activos intangíveis

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício ao longo da concessão.

Por se tratar de um direito contratual sujeito a regulação (fixação de tarifa) a amortização praticada tem que reflectir o consumo do benefício económico subjacente ao direito de explorar a concessão, o que se consubstancia no valor da amortização elegível para efeitos de determinação das tarifas. De acordo com as condições contratuais em vigor ("Contracto de gestão delegada") enquanto o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos não for aplicável à TRATOLIXO, estas são similares às do "contrato-programa" que vigorava anteriormente e que considerava como base para a recuperação dos custos e encargos da concessão o "custo de amortização de todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição".

Assim, a amortização do direito de concessão é efectuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação/substituição destes activos.

Na data em que o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos tiver de ser adoptado pela TRATOLIXO, este método de amortização poderá ter de ser revisto/ alterado, o que poderá originar diferenças transitórias significativas nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, e consequentemente potenciais necessidades de reequilíbrio da concessão ou equilíbrio financeiro da TRATOLIXO.

3.4.3 Imparidade de activos

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidades quando existem indicadores de que os mesmos não serão recuperáveis no prazo do contrato de gestão delegada. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o conselho de administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base no EVEF associado ao contrato de gestão delegada e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

3.4.4 Impostos

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido, que constituem a melhor estimativa do conselho de administração, têm em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da administração fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores que não se encontram registados.

3.4.5 Prazo da concessão

O prazo da concessão corresponde ao período em que a TRATOLIXO prestará o serviço público. Quaisquer alterações no prazo da concessão têm impactos significativos nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, nomeadamente, nas rubricas de amortização de activos intangíveis (direito da concessão), reconhecimento de amortização do subsídio ao investimento ou no valor da tarifa a praticar (com impacto na determinação da recuperabilidade dos activos intangíveis).

Em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 2016, onde ficou definida a alteração do fim do prazo da concessão de 31 de Dezembro de 2028 para 31 de Dezembro de 2043.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização, excepto no que respeita: (i) à conta de reserva de serviço da dívida, no montante de 5 milhões de euros, que se destina ao pagamento do serviço da dívida do primeiro semestre de 2024; e (ii) aos depósitos obrigatórios constituídos como garantia aos pagamentos do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	3 250	3 250
Depósitos bancários	12 168 286	17 966 163
Caixa e depósitos bancários	<u>12 171 536</u>	<u>17 969 413</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Numerário		
- Caixa	3 250	3 250
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	11 531 872	17 734 232
- Depósitos a prazo	213 452	231 931
- Depósitos obrigatórios	422 962	-
	<u>12 168 286</u>	<u>17 966 163</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>12 171 536</u>	<u>17 969 413</u>
Equivalentes de caixa (passivo)	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>12 171 536</u>	<u>17 969 413</u>

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.2 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às estimativas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.3 Erros de períodos anteriores

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.

6 Gestão de riscos financeiros

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

Risco de crédito

A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratarem de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a SU Electricidade, a Sociedade Ponto Verde, a Novo Verde, e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

7 Activos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento administrativo	
	2023	2022
1 de janeiro		
Custo de aquisição	1.002.854	985.893
Depreciações acumuladas	(973.604)	(889.677)
Valor líquido	29.251	96.216
31 de dezembro		
Adições	31.145	18.601
Alienações e abates	-	(1.640)
Transferências / regularizações		
Depreciação - exercício	(37.551)	(85.567)
Depreciação - alienações	-	1.640
Activos fixos tangíveis em curso	-	-
Depreciação- reg. transf. e abates	-	-
Valor líquido	22.845	29.251
31 de dezembro		
Custo de aquisição	1.034.000	1.002.854
Depreciações acumuladas	(1.011.154)	(973.604)
Valor líquido	22.845	29.251

As adições registadas nesta rubrica referem-se, essencialmente a equipamento social e equipamentos electrónicos.

8 Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a evolução registada na rubrica dos activos intangíveis, é como segue:

Relatório e Contas 2023

	Programas computador	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
A 1 de janeiro de 2022 (Reexpresso)				
Custo de aquisição	625.180	208.902.163	2.370.225	211.897.568
Amortizações acumuladas	(590.776)	(56.032.555)	-	(56.623.331)
Valor líquido	34.404	152.869.608	2.370.225	155.274.237
31 de dezembro				
Adições	18.800	4.581.042	2.694.606	7.294.448
Alienações e abates	-	(4.746.493)	-	(4.746.493)
Regularizações	(1.260)	(325.015)	-	(326.275)
Transferências	-	1.772.660	(1.772.660)	-
Amortizações - exercício	(33.650)	(7.194.740)	-	(7.228.390)
Amortizações - reg/alienações	1.260	4.131.946	-	4.133.206
Valor líquido	19.554	151.089.008	3.292.171	154.400.734
31 de dezembro de 2022				
Custo de aquisição	642.720	210.184.358	3.292.171	214.119.248
Amortizações acumuladas	(623.165)	(59.095.349)	-	(59.718.515)
Valor líquido	19.554	151.089.008	3.292.171	154.400.734
	Programas computador	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
A 1 de janeiro de 2023				
Custo de aquisição	642.720	210.184.358	3.292.171	214.119.248
Amortizações acumuladas	(623.165)	(59.095.349)	-	(59.718.515)
Valor líquido	19.554	151.089.008	3.292.171	154.400.734
31 de dezembro				
Adições	500	1.798.664	5.993.826	7.792.990
Alienações e abates	-	-	-	-
Regularizações	-	-	(164.704)	(164.704)
Transferências	-	378.322	(378.322)	-
Amortizações - exercício	(13.454)	(7.299.662)	-	(7.313.116)
Amortizações - reg/alienações	-	-	-	-
Valor líquido	6.601	145.966.332	8.742.971	154.715.904
31 de dezembro de 2023				
Custo de aquisição	643.220	212.361.344	8.742.971	221.747.535
Amortizações acumuladas	(636.619)	(66.395.012)	-	(67.031.631)
Valor líquido	6.601	145.966.332	8.742.971	154.715.904

Direito de concessão e Direito de concessão em curso

Em 2023 procedeu-se à transferência dos seguintes investimento em curso para o activo intangível direito da concessão: (i) Nova Portaria Operacional do Ecoparque Trajouce, cujo custo de aquisição ascendeu a 1.051.507 euros e (ii) terreno de Trajouce relacionado com o passivo ambiental, no valor de 250.314 euros, com base nos resultados das análises efectuadas àqueles solos, concluiu-se pelo encerramento do processo de saneamento dos terrenos sul.

As adições directas registadas em 2023 no direito da concessão referem-se, essencialmente a: (i) empreitadas de requalificação, no montante de 591.416 euros; (ii) uma escavadora hidráulica de rastos no valor de 86.500euros; (iii) uma cisterna e um veículo Pick Up Isuzu cujo custo de aquisição total foi de 71.134 euros e (iv) uma plataforma elevatória, no montante de 34.600 euros.

A regularização apresentada no direito da concessão em curso refere-se ao desreconhecimento do valor capitalizado de dispêndios que se estimava incorrer com o saneamento do passivo ambiental, nos termos da norma ASC 980 – Regulated Operations emitida pelo FASB (que substitui a anterior SFAS 71). O valor de 164.704 euros foi na totalidade regularizado em 2023, dado que, pela análise dos resultados das análises efectuadas aos solos, se concluiu pelo encerramento do processo de saneamento dos terrenos sul.

As adições no direito da concessão em curso resultam da permuta da prestação de serviços de construção pelo direito da concessão (ver nota 22).

Os valores incluídos na rubrica de “Direito de concessão em curso” referem-se às seguintes obras:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Recuperação dos Terrenos Sul	-	164.704
Terrenos requalificação ambiental	-	250.314
Central Tratamento Mecânico	5.368.157	2.569.160
Nova Portaria Trajouce	-	128.008
Projeto 4º motogerador	27.600	27.600
Edifício Social e Armazém Abrunheira	72.652	72.503
Ampliação Capacidade CDA - RUB	3.233.257	76.522
Plataforma Careview	3.360	3.360
Empreitada da desenfumagem da CDA	21.945	-
Empreitada da desenfumagem na CT Trajouce	16.000	-
	<u>8.742.971</u>	<u>3.292.171</u>

As amortizações dos activos intangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

Projectos de Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2023, deu-se continuidade ao Projecto MAFRA Reciclar a valer +. O projecto MAFRA Reciclar a valer +, promovido pela Câmara Municipal de Mafra, tem como parceiros a TRATOLIXO, a Novo Verde, a Electrão, o Instituto Superior Técnico e a 3drivers e tem como objectivo criar um laboratório vivo de sistemas de incentivo, que permita testar diferentes soluções tecnológicas e monitorizar os seus resultados, contribuindo para aumentar o conhecimento sobre estes sistemas e promover a sua eficácia e eficiência económica no sentido de preparar a implementação do sistema de depósito.

Foi constituído por vários elementos:

- 1) Diferentes tipologias de equipamentos de depósito, de forma a identificar aqueles mais adequados para diferentes localizações e diferentes grupos de utilizadores;
- 2) Tecnologias de sensorização e de inteligência artificial que permitam obter informação sobre a eficácia e eficiência do sistema;
- 3) Plataforma de monitorização da rede de equipamentos em tempo real, com gestão automática das operações de recolha.

O projecto engloba a recolha de embalagens de PET e metal através do sistema de incentivo de embalagens (máquinas de reverse vending), que decorre em diferentes pontos do Município de Mafra, como escolas e superfícies comerciais. O projecto visa ainda promover a correcta utilização destes sistemas através de uma campanha de sensibilização que percorrerá o concelho de Mafra com eventos em lojas e mercados, em escolas e outros locais junto das comunidades próximas. Este projecto permite recolher indicadores de percepção dos cidadãos relativamente às soluções e responder a questões chave como o valor associado ao incentivo, acessibilidade dos equipamentos, entre outras. Pretende-se ainda que o conhecimento acumulado seja disponibilizado de forma aberta a todos os interessados, promovendo o desenvolvimento e implementação de redes ou sistemas de depósito mais eficazes e eficientes. O Projecto inicial teve um investimento total de 840.000,00€ e obteve a aprovação dos EEA Grants com um financiamento global de 642.000,00€. O financiamento dos EEA Grants terminou em Julho de 2022, tendo-se celebrado novo protocolo entre os parceiros por forma a dar sucessão ao Projecto Piloto inicial com o intuito de dar seguimento ao estudo dos sistemas de incentivo, testando diferentes soluções tecnológicas e logísticas, monitorizando os resultados e contribuindo para o aumento do conhecimento sobre estes sistemas, promovendo assim a sua eficiência e eficácia.

A TRATOLIXO participa também no Projecto-piloto Mafra Reciclar a Valer+ Rua a Rua. Este Projecto vem complementar o Projecto MAFRA Reciclar a valer + e apresenta uma solução inovadora no âmbito da economia circular. Este projeto consiste, essencialmente, na instalação de um aro, equipado com sensores, capaz de ler o tipo de embalagem de plástico, de metal ou de vidro colocado

no ecoponto. Por cada embalagem introduzida nestes ecopontos é atribuído um incentivo, que pode ser monetário ou de outro tipo (por exemplo, pontos). Este projeto irá arrancar, em fase de projecto-piloto, numa área previamente estabelecida e de onde se poderão retirar ilações para próximos investimentos do sistema tipo SAYT (save as you throw). A TRATOLIXO ficará responsável pela actividade de monitorização, efectuando as necessárias caracterizações dos resíduos recebidos no âmbito deste projecto. Este Projecto tem a duração estimada de 14 meses, já foi celebrado um protocolo de cooperação pelos diversos parceiros. O Projecto-piloto Mafra Reciclar a Valer+ Rua a Rua tem a duração estimada de 14 meses e terá início em 2024 com a instalação física e configuração dos dispositivos nos ecopontos instalados / a instalar no município de Mafra, dando-se início à utilização dos mesmos pelos cidadãos e subsequente recolha selectiva dos resíduos de embalagem alvo do projecto, tendo sido já celebrado um protocolo de cooperação pelos diversos parceiros.

O Projecto SimRecicla (anteriormente designado de Circular SimTech), tem como objectivos promover a Economia Circular com simuladores de processos e tecnologias de produção, recolha, processamento de resíduos e de reciclagem na área de abrangência da TRATOLIXO e mereceu parecer favorável e, por conseguinte, a aprovação de um financiamento pela Sociedade Ponto Verde, no montante total de 101.304,0€. O projecto promovido pela TRATOLIXO conta a parceria do Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico e a empresa da 3drivers, e tem como objectivo promover a economia circular, a descarbonização da gestão de resíduos e o uso eficiente dos recursos, através do desenvolvimento e da disponibilização de simuladores, com grande detalhe na modelação de todos os processos tecnológicos envolvidos na cadeia de valor de processamento dos resíduos urbanos (RU).

O SimRecicla consiste num conjunto de 3 simuladores que ajudam a conhecer de forma detalhada e completa todo o processo de gestão de resíduos e o ciclo de vida das embalagens. Na categoria "Onde coloco a minha embalagem" a ferramenta permite calcular o impacte das práticas de separação e encaminhamento dos resíduos de embalagens; enquanto na opção "Quero melhorar a reciclabilidade de uma embalagem" o simulador avalia o impacte das opções de produção, materiais e componentes adotados e, por fim, no item "Quero otimizar uma linha de triagem" faz as contas a recuperação de materiais numa linha de triagem de embalagens, de acordo com a sequenciação de diferentes operações e equipamentos. Os simuladores SimRecicla baseiam-se em informação real e de base científica, o que permite que esta seja utilizada não só no contexto da literacia sobre reciclagem, mas também para o planeamento e a tomada de decisões por parte dos embaladores e de quem gere os resíduos. A inovação e a digitalização são fundamentais para o desenvolvimento da economia circular e desde logo da reciclagem das embalagens. O projecto SimRecicla é uma solução inovadora e aproxima a reciclagem dos cidadãos, ao mesmo tempo que promove a gestão de resíduos e o uso eficiente dos recursos. O desenvolvimento dos simuladores terminou no final de

2023 e foi feito pela TRATOLIXO o último pedido de pagamento associado ao Projecto, no valor de 8.289€.

A TRATOLIXO é parceira num projecto pioneiro (Blue Circular Postbranding Project) de recolha e encaminhamento para reciclagem de redes de pesca de dois portos nacionais: Cascais e Ericeira. O Blue Circular Post Branding Project, é um projecto da UNIDCOM/IADE em parceria com o projecto "A Pesca por um Mar sem lixo", promovido pelo Ministério do Mar e desenvolvido pela Docapesca / Associação Portuguesa do Lixo Marinho (APLM). Os objectivos do projecto baseiam-se na transmissão da ideia de que, ao abrigo de um processo transparente, há vida no plástico recolhido dos oceanos, (re)transformando-o em novos produtos. Nos portos de pesca de Cascais e da Ericeira a comunidade piscatória é convidada a colocar, quer as redes e os artefactos de pesca, quer o lixo marinho recolhido a bordo das suas embarcações em Ecopontos Marítimos criados para o efeito. Este projecto conta com diversos parceiros nomeadamente: Universidade Europeia/IADE, TRATOLIXO, VEOLIA e AMBIBERICA. Os dois primeiros parceiros fazem o armazenamento e o transporte e a AMBIBERICA é a entidade final, responsável pela reciclagem deste material. No âmbito deste projecto foram já recolhidos pelos pescadores e encaminhados para reciclagem mais de 1000 kg de redes de pesca.

Em 2023 deu-se igualmente continuidade ao projecto Green Cork, iniciado em 2021. O "Green Cork" é um projecto desenvolvido pela QUERCUS em parceria com a Corticeira Amorim para recolha de rolhas de cortiça destinadas a reciclagem e possibilita que as verbas sejam destinadas à plantação de árvores através do projecto FLORESTA COMUM. Decorrente do protocolo celebrado em 2021 entre a QUERCUS, a TRATOLIXO e a CASCAIS AMBIENTE foram já recolhidas mais de 1500 Kg de rolhas de cortiça para serem encaminhadas para reciclagem, tendo todos os parceiros e municípios envolvidos contribuído para a reflorestação no país podendo ser plantadas cerca de 4000 árvores. Esta iniciativa contribui igualmente para a mitigação das alterações climáticas, para a promoção da economia circular, para a redução das emissões do CO₂ e manutenção da biodiversidade.

9 Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido	(126.606)	(52.693)
imposto Corrente (nota 31)	(380.025)	(3.256)
	(506.631)	(55.949)

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(154.272)	87.893
Passivos por impostos diferidos	27.667	(140.587)
	(126.606)	(52.693)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões de monitorização	Provisão de selagem	Diferimento rendimentos	Prejuízos fiscais	Justo valor Fundo Comp.	Total
A 1 de janeiro de 2022 (Reexpresso)	15 907	260 796	37 058	23 043	92	336 896
Reversão por resultados	(1 999)	(52 159)	-	-	(28)	(54 186)
Constituição por resultados	-	135 000	-	6 682	397	142 079
Movimento do período	(1 999)	82 841	-	6 682	369	87 893
A 31 de dezembro de 2022	13 908	343 636	37 058	29 725	461	424 789

	Provisões de monitorização	Provisão de selagem das CCT	Diferimento rendimentos SFAS71	Prejuízos fiscais	Justo valor Fundo Comp. Trabalho	Total
A 1 de janeiro de 2023	13.908	343.636	37.058	29.725	461	424.789
Reversão por resultados	(2.973)	(85.909)	(37.058)	(29.725)	(461)	(156.127)
Constituição por resultados	1.855	-	-	-	-	1.855
Movimento do período	(1.118)	(85.909)	(37.058)	(29.725)	(461)	(154.272)
A 31 de dezembro de 2023	12.790	257.727	-	-	-	270.517

O imposto diferido activo diz respeito às provisões de monitorização das infra-estruturas que existem nos municípios do sistema concessionado à TRATOLIXO, e à provisão da selagem das células de confinamento técnico da Abrunheira (ver nota 18);

O ajustamento por resultados está relacionado com os ajustamentos efetuados às provisões de monitorização conforme descrito na nota 5.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Selagem CCT	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
A 1 de janeiro de 2022	(27)	(450.804)	-	(450.831)
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	(161.080)	-	(161.080)
Alteração de taxa de imposto	-	-	-	-
Reversão por resultados	2	20.491	-	20.493
Movimentos do período	2	(140.588)	-	(140.587)
A 31 de dezembro de 2022	(25)	(591.392)	-	(591.417)

	Reavaliação normativo anterior	Selagem CCT	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
A 1 de janeiro de 2023	(25)	(591.392)	-	(591.417)
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	(497)	(497)
Reversão por resultados	2	28.161	-	28.163
Movimentos do período	2	28.161	(497)	27.667
A 31 de dezembro de 2023	(23)	(563.231)	(497)	(563.751)

O imposto diferido passivo diz respeito (i) às reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior, resultam da actualização do valor dos activos, efectuada no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada; (ii) dispêndios que se estimam com a selagem capitalizados nas células de confinamento técnico da Abrunheira; (iii) ao justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho.

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cientes - grupo i)	4 869 613	-	4 869 613	1 900 323	-	1 900 323
Cientes - outros ii)	1 691 942	-	1 691 942	1 545 737	-	1 545 737
Cientes de cobrança duvidosa	278 933	-	278 933	278 933	-	278 933
	6 840 488	-	6 840 488	3 724 993	-	3 724 993
Imparidade de clientes	(278 933)		(278 933)	(278 933)		(278 933)
Total Clientes	6 561 555	-	6 561 555	3 446 060	-	3 446 060

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se, essencialmente, aos saldos a receber dos municípios por conta do serviço de tratamento de resíduos prestados no âmbito do contrato de gestão delegada.

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

Imparidade de clientes

	2023	2022
A 1 de janeiro	278 932	94 361
Aumentos	-	187 788
Utilizações	-	-
Reduções	-	3 216
A 31 de dezembro	278 932	278 932

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	936	378 218	2 537	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	70 050	-	71 374
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	240 257	-	449 420	-
Contribuições p ^a segurança social / C.G.A.	-	173 353	-	152 118
Descontos ADSE	-	-	-	-
Fundos de compensação do trabalho	-	1 279	-	1 146
	241 193	622 900	451 957	224 638
Saldo corrente	241 193	622 900	451 957	224 638
Saldo não corrente	-	-	-	-
	241 193	622 900	451 957	224 638

O montante de 240.257 euros refere-se ao valor de IVA a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2023.

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos por conta	-	3 090
Retenções na fonte	2 744	2 704
Estimativa de IRC	(380 025)	(3 256)
Total	(377 281)	2 537

13 Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

		31/12/2023				31/12/2022		
		Corrente	Não corrente	Total		Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	i)	1 039 595	-	1 039 595	i)	5 706 429	-	5 706 429
Imparidade Outros devedores		-	-	-		-	-	-
		1 039 595	-	1 039 595		5 706 429	-	5 706 429
Accionista								
Transf. Financeira Equilíbrio	ii)	2 134 869	-	2 134 869		-	-	-
Devedores por acréscimo rendimento								
Faturação a emitir	iii)	218 708	-	218 708	ii)	204 052	-	204 052
Diferencial tarifário a receber		-	-	-		-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	iv)	24 511	-	24 511	iii)	24 511	-	24 511
Outras contas a receber		3 417 682	-	3 417 682		5 934 991	-	5 934 991

i) O saldo relevado em outros devedores diz, essencialmente, respeito ao valor de 928 mil euros a receber de subsídios atribuídos ao abrigo do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

ii) Nos termos do art.º 40º, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, com vista ao equilíbrio das contas de 2023, registou-se o valor a receber do único acionista, a AMTRES, pelo montante de 2,9 milhões de euros. O valor em saldo refere-se à verba por receber em 31/12/2023, montante que foi integralmente recebido nos primeiros dias de 2024.

iii) Este saldo refere-se, na sua maior parte, à energia a facturar à SU Electricidade no montante de 170 mil euros.

iv) Refere-se ao valor em saldo relativo ao adiantamento efectuado ao empreiteiro das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a TRATOLIXO tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros	225 358	502
Outros serviços	12 413	22 230
Subsídios à exploração	-	12 321
Gastos a reconhecer	237 772	35 054
Faturação antecipada	-	164 704
Outros rendimentos	-	15 466
Rendimentos a reconhecer	-	180 170

Os gastos a reconhecer dizem, sobretudo, respeito a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

Em rendimentos a reconhecer, o valor de 164 mil que se encontrava diferido, a aguardar a concretização dos gastos associados, nos termos da norma ASC 980 – Regulated Operations emitida pelo FASB (que substitui a anterior SFAS 71), foi na totalidade regularizado em 2023, dado que, pela análise dos resultados das análises efectuadas aos solos, se concluiu pelo encerramento do processo de saneamento dos terrenos sul.

15 Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>Número de acções</u>	<u>Capital Social</u>
Capital Social	<u>1.402.000</u>	<u>7.010.000</u>

16 Reservas

A rubrica de Capital próprio - Reservas legais, não registou movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, mantendo-se em 30.000 euros.

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital social.

17 Outras variações de capital

A rubrica Outras variações no capital próprio corresponde a subsídios ao investimento, os quais são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo depois reconhecidos em resultados como rendimentos numa base sistemática de forma a balanceá-los com os gastos a que dizem respeito.

Nesta rubrica encontram-se reconhecidos os subsídios seguintes:

- (i) Subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projecto de "construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos";
- (ii) Subsídio do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ECAL proveniente da recolha selectiva;
- (iii) Subsídio do POSEUR respeitante à empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do Ecoparque de Trajouce;
- (iv) Subsídio do Fundo Ambiental para a aquisição de três viaturas eléctricas e três subsídios do Fundo de Eficiência Energética direccionados para a CDA;

(v) Subsídio do POSEUR referente à Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos;

(vi) Subsídio do POSEUR para uma Central de Compostagem de Resíduos Verdes oriundos da recolha selectiva. Esta operação inclui a aquisição de equipamentos móveis associados às etapas pelas quais os resíduos verdes passam desde que são recepcionados na Estação de Compostagem até à saída do composto.

vii) Subsídio do POSEUR para a nova portaria operacional do ecoparque de Trajouce.

	Subsídios ao Investimento	Ajustamento efeito fiscal futuro	Total
1 de janeiro de 2022	31.395.615	(7.064.014)	24.331.601
Adições	55.280	(12.438)	42.842
Regularização por resultados exercício	(1.125.201)	253.170	(872.031)
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	(684.602)	154.035	(530.566)
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de dezembro de 2022	29.641.093	(6.669.246)	22.971.847
Adições	-	-	-
Regularização por resultados exercício	(1.147.446)	258.175	(889.271)
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	(2.823)	635	(2.188)
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de dezembro de 2023	28.490.824	(6.410.436)	22.080.388

Em 2023 iniciou o reconhecimento do subsídio respeitante à nova portaria operacional do ecoparque de Trajouce.

À semelhança dos outros subsídios, relacionados com investimentos em obras e equipamentos que constituem o direito da concessão, o subsídio foi reconhecido considerando-se o prazo da concessão até 2043.

18 Provisões

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2023 e 2022 é como segue:

	Provisões ambientais	Provisões monitorização	Provisões selagem	Outras Provisões	Total
A 1 de janeiro de 2022 (reexpresso)	164 704	179 441	2 550 000	4 400	2 898 545
Dotação	-	-	750 000	1 530	751 530
Utilização	-	-	-	-	-
Redução	-	(12 805)	-	(2 000)	(14 805)
A 31 de dezembro de 2022	164 704	166 636	3 300 000	3 930	3 635 270
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	164 704	166 636	3 300 000	3 930	3 635 270
	164 704	166 636	3 300 000	3 930	3 635 270

	Provisões ambientais	Provisões monitorização	Provisões selagem	Outras Provisões	Total
A 1 de janeiro de 2023	164.704	166.636	3.300.000	3.930	3.635.270
Dotação	-	4.491	-	9.500	13.991
Utilização	-	(11.427)	-	-	(11.427)
Redução	(164.704)	(18.836)	-	(1.530)	(185.070)
A 31 de dezembro de 2023	0	140.863	3.300.000	11.900	3.452.763
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	0	140.863	3.300.000	11.900	3.452.763
	0	140.863	3.300.000	11.900	3.452.763

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

18.1 Provisão ambiental: a provisão que se encontrava constituída em 2022 para a recuperação ambiental decorrente da responsabilidade do plano de reabilitação do Ecoparque de Trajouce, devido à deposição de resíduos em área não impermeabilizada, no montante de 164 mil euros, foi em 2023 desreconhecida dado que, pela análise dos resultados das análises efectuadas aos solos, se concluiu pelo encerramento do processo de saneamento dos terrenos sul.

18.2 Provisões monitorização: dizem respeito à melhor estimativa à data, da responsabilidade futura, atribuída à TRATOLIXO, para a monitorização das células de confinamento técnico, do aterro de Trajouce e das quatro lixeiras que existem nos municípios integrados no sistema.

18.3 Provisão para a selagem das células de confinamento técnico (CCT) da Abrunheira. Nos termos do DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, registou-se a responsabilidade futura com a selagem das CCT, no montante de 3.300 mil euros, que corresponde ao custo estimado com o seu encerramento em 2026, tendo em conta a tecnologia existente à data.

18.4 Outras provisões: provisões para processos de contraordenação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), Autoridade Nacional para a segurança Rodoviária (ANSR) e a um processo judicial em curso.

19 Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	3 968 324	122 490 783	126 459 107	3 968 324	126 459 107	130 427 431
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	3 968 324	122 490 783	126 459 107	3 968 324	126 459 107	130 427 431
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros e encargos a pagar - especialização	258 077	-	258 077	232 016	-	232 016
Custos incrementais	-	(348 363)	(348 363)	-	(364 612)	(364 612)
	4 226 400	122 142 420	126 368 820	4 200 339	126 094 495	130 294 834

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido, em 17 de Agosto de 2005, junto do sindicato bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de "project finance", para a construção de infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Em 29 de Junho de 2015, decorrente das negociações com as entidades bancárias, firmaram-se os novos Contratos Financeiros. Nesta data, foi celebrado entre a TRATOLIXO e os Bancos um "Contrato de Reestruturação, Aditamento e Consolidação", mediante o qual se procedeu à consolidação e reestruturação das dívidas assumidas pela TRATOLIXO ao abrigo de diversos Contratos Financeiros, sendo ademais concedida pelos Bancos à TRATOLIXO uma nova linha de financiamento, que tinha como finalidade financiar o pagamento de juros e o pagamento do imposto do selo relativo a tais juros, até 31/12/2017.

Em 15 de Dezembro de 2023, face à subida abrupta das taxas de juro, e na sequência das reuniões havidas com o sindicato bancário, firmou-se um novo aditamento ao contrato de financiamento que altera a definição de Margem, passando a constar: "*Margem*" significa (i) a partir do Período de Contagem de Juros que termina a 15 de Dezembro de 2025 (inclusivamente), 0,45%, e (ii) a partir do Período de Contagem de Juros que se inicia a 16 de Dezembro de 2025 e até à Data de vencimento, 1,685%. (A definição de Margem que antes constava era a seguinte: "*Margem*" significa 1,35%).

De acordo com os termos acordados o financiamento apresenta a seguinte maturidade:

	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 ano	3 968 324	3 968 324
Entre 1 e 5 anos	23 068 482	20 339 575
Mais de 5 anos	99 422 301	106 119 532
	<u>126 459 107</u>	<u>130 427 431</u>

No que diz respeito aos juros e encargos a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos a 31 de Dezembro de 2023 o total de 258 mil euros, montante que reflecte já a alteração de Margem negociada em 2023 com o Sindicato Bancário.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado de todas as obrigações garantidas emergentes do Contrato de Financiamento, a TRATOLIXO concordou em constituir a favor dos bancos que formam o sindicato bancário: (i) Penhor financeiro de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os saldos a crédito das contas do projecto; (ii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os direitos da TRATOLIXO resultantes de contratos, acordos ou garantias; (iii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis desonerados susceptíveis de penhor; (iv) Penhor de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis empenhados; (v) Hipoteca de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os terrenos de que é titular, bem como sobre todas as partes integrantes, acessões, benfeitorias, obras e construções edificadas

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado, pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Nos termos contratualmente previstos a TRATOLIXO liquidou no decorrer de 2023 o valor de 9,5 milhões de euros relativos ao serviço da dívida.

Locações financeiras

A Empresa não celebrou contratos de locação financeira durante o exercício de 2023.

20 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - Grupo		
Fornecedores - Terceiros	2 010 309	2 337 870
Total saldo fornecedores - correntes	2 010 309	2 337 870
Total saldo fornecedores - não correntes	-	-
TOTAL GERAL	2 010 309	2 337 870

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caterpillar Energy Solutions	-	262 652
Valorsul	-	154 171
Carmona, S.A.	58 799	74 370
Cimertex	104 327	114 275
Grandalvo - Empresa Trabalho Temporário	54 988	82 664
Resitejo	137 141	130 231
Strong	88 158	116 811
Petroibérica	118 611	87 287
Endesa	372 734	105 986
Metalomecânica 3 Triângulos, Lda	-	103 044
Transportes Libertário	137 385	92 856
Sinal Cabo Sistemas de comunicação	-	82 353
Sanestradas	-	66 039
DMCAR, LDA	51 451	-
Outros (saldos < 50.000 euros)	886 714	865 131
	2 010 309	2 337 870

21 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica Outras contas a pagar é como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais	77 063	-	77 063	957 032	-	957 032
Outros credores						
Credores diversos i)	9 043 577	-	9 043 577	6 984 447	-	6 984 447
Acréscimos de gastos						
Férias e sub. férias	1 447 666	-	1 447 666	1 521 638	-	1 521 638
Outros ii)	426 768	-	426 768	1 133 462	-	1 133 462
Outras contas a pagar	10.995.075	-	10.995.075	10.596.578	-	10.596.578

i) Credores diversos – deste saldo, 8,2 milhões de euros refere-se ao valor da Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2024. O restante valor, 800 mil euros, refere-se, sobretudo, a cauções de fornecedores;

ii) Em 2023, foi introduzido no Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR, Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro) um mecanismo de desagregamento à TGR pela fracção dos biorresíduos que os municípios demonstraram ter separado e reciclado na origem ou recolhido selectivamente (os biorresíduos incluem os resíduos verdes recolhidos selectivamente pelos Municípios) que resultou numa devolução da TGR a favor dos Municípios. Assim, passando a vigorar legalmente este mecanismo de bonificação à recolha selectiva de biorresíduos, que tem como objectivo fomentar e premiar as recolhas selectivas, a TRATOLIXO deixou de aplicar a bonificação da tarifa aos resíduos verdes o que justifica a variação desta rubrica face ao período homólogo.

22 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2023 e 2022 na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

		2023	2022
Vendas de Produtos			
Composto		51 164	18 482
Recicláveis		7 543 089	7 570 244
Electricidade		2 255 985	2 414 911
Sub-total		9 850 238	10 003 637
Prestação de Serviços			
Tratamento de resíduos	i)	21 084 364	18 746 761
Outras prestações de serviços		-	44 800
Serviços de construção	ii)	7 792 490	6 553 007
Sub-total		28 876 854	25 344 567
Vendas e prestações de serviços		38 727 092	35 348 204

As variações registadas no rédito em 2023, relativamente ao ano anterior, são, sobretudo, consequência:

- (i) da trajectória tarifária aprovada para o quinquénio 2021-2025, actualizada pelo efeito da inflação; e
- (ii) da execução dos projectos de construção.

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multimunicipal, no âmbito do contrato de gestão delegada:

Descrição	Rédito 2023	Rédito 2022
Equipamento Carga e Transporte	192 234	549.058
Central Triagem Trajouce	-	30.624
Requalificação da Central de compostagem	-	2.356.942
Adaptação da central de Tratamento Mecânico	2.798 997	2.569.160
Equipamento Industrial	36 431	695.390
Ampliação da capacidade de processamento de RUB - CDA	3.156 735	11.782
Nova Portaria Trajouce	923 499	102.334
Outros (< 200.000 €)	684 594	237.718
	7.792.490	6.553.007

23 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2023	2022
Inventários iniciais	132.624	62.796
Compras	1.584.224	1.800.784
Regularização de existências	-	-
Inventário finais	143.764	132.624
Custos no exercício	1.573.084	1.730.955

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

- (i) Aos gastos com gasóleo adquirido para consumo de máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- (ii) Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.

24 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2023	2022
Subcontratos	i)	10.399.491	8.309.869
	Transporte e deposição RSU	2.160.072	1.244.819
	Serviços de construção	7.792.490	6.553.007
	Outros	446.929	512.043
Trabalhos especializados		1.053.932	874.632
Conservação e reparação		3.775.654	3.893.539
Eletricidade	ii)	1.181.212	480.761
Vigilância e Segurança		460.676	435.185
Rendas		771.578	771.317
Seguros		448.720	278.351
Água		123.821	120.994
Limpeza, higiene e conforto		227.525	208.675
Outros fluidos		293.046	429.189
Ferramentas e utensílios		104.177	130.886
Honorários		101.144	119.821
Outros (< 100.000 euros)		206.149	194.481
Fornecimentos e serviços externos		19.147.125	16.247.700

i) **Subcontratos:** deste saldo a) 7.792 mil euros referem-se à infra-estrutura da concessão a cargo da TRATOLIXO (2022: 6.553 mil euros); b) 2.160 mil euros referem-se ao transporte e deposição de resíduos (2022: 1.245 mil euros). A variação que se verifica, com impacto negativo no resultado líquido, deve-se, sobretudo, ao aumento das toneladas transportadas/depositadas em destinos externos, bem como ao aumento do custo de deposição e transporte, situação que impacta positivamente na capacidade instalada do aterro; c) 447 mil euros, em "Outros", dizem respeito à subcontratação de trabalhadores temporários (2022: 512 mil euros).

ii) **Electricidade:** a variação que se verifica relativamente a 2022 deve-se, sobretudo, ao preço mais elevado do Kwh em 2023.

25 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2023 e 2022, foram como segue:

	2023	2022
Remunerações		
Orgãos sociais	108 766	96 403
Pessoal	6 735 729	6 244 955
	6 844 495	6 341 358
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	1 630 506	1 494 514
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	168 104	151 916
Gastos de acção social	93 009	143 022
Fardamentos e EPI's	216 851	212 566
Outros	275 100	307 929
Sub-total	2 383 569	2 309 946
Gastos com pessoal	9 228 064	8 651 303

O número médio de trabalhadores em 2023 foi de 295.

26 Perdas por imparidade e reversões do exercício

A decomposição da rubrica Perdas por imparidade e reversões do exercício, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, é conforme segue:

Perdas por imparidade e reversões	2023	2022
Perdas por imparidade de clientes	-	647
Perdas por imparidade em inventários	-	-
Outros	-	-
Perdas por imparidade	-	647
Reversões de perdas por imparidade de clientes	-	3 216
Reversões de perdas por imparidade em inventários	486	785
Outros	-	-
Reversões de perdas por imparidade	486	4.001
Perdas por imparidade e reversões	486	3.354

27 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

Outros rendimentos		2023	2022
Imputação do subsídio (ver nota 17)		1 147 447	1 125 201
Rendimentos suplementares		128 962	11 637
Transferência de equilíbrio	i)	2 896 119	-
Outros	ii)	497 167	114 621
		4 669 696	1 251 459

i) Ao abrigo do art.º 40º, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da actividade local e das participações locais, registou-se nesta rubrica a transferência de equilíbrio a que o acionista se encontra vinculado com vista ao equilíbrio dos resultados de 2023.

ii) Em 2023 registou-se por intermédio de outros rendimentos o valor de 164 mil que se encontrava diferido, a aguardar a concretização dos gastos associados, dado que, pela análise dos resultados das análises efectuadas aos solos, se concluiu pelo encerramento do processo de saneamento dos terrenos sul. Registou-se, ainda, por intermédio desta rubrica, o desreconhecimento de 225 mil euros referente aos anos de 2017, 2018 e 2019, relativos aos encargos do SNS comunicados pela ACSS, por se considerar tratar-se de valores caducos.

28 Subsídios ao investimento

O rédito relativo a subsídios ao investimento, reconhecido pela TRATOLIXO, em 31 de Dezembro de 2023 é detalhado conforme se segue:

Designação das entidades concedentes	Data da celebração /decisão	Objeto / finalidade	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito Período	Rédito Acumulado
Fundo de Coesão	2004-12-23	Construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos	18.426.885 €	18.426.885 €	- €	573.954 €	6.947.795 €
POSEUR	2016-06-24	Construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva	7.489.191 €	7.108.154 €	381.038 €	312.050 €	1.248.199 €
POSEUR	2016-10-02	Empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do ecoparque de Trajouce	273.363 €	273.363 €	- €	10.935 €	54.673 €
Fundo Ambiental	2017-09-22	Financiamento dois veículos 100% elétricos	20.000 €	20.000 €	- €	741 €	5.185 €
Fundo Eficiência Energética	2017-07-18	Financiamento de Permutador de Calor para aproveitamento de circuito de água quente dos motogeradores da Central de Digestão Anaeróbia	65.415 €	65.415 €	- €	2.516 €	15.096 €
Fundo Eficiência Energética	2017-07-18	Financiamento para colocação de telhas translúcidas	3.744 €	3.744 €	- €	144 €	864 €
Fundo Eficiência Energética	2016-11-14	Financiamento de um veículo 100% elétrico	2.250 €	2.250 €	- €	87 €	519 €
POSEUR	2019-12-30	Financiamento para adaptação das unidades de tratamento mecânico e de tratamento biológico à recolha seletiva de bioresíduos e da nova portaria operacional	6.502.787 €	6.177.647 €	325.139 €	43.183 €	73.797 €
POSEUR	2019-11-26	Financiamento de quiosques digitais	3.899 €	3.899 €	- €	1.300 €	3.899 €
POSEUR	2020-05-21	Financiamento para uma central de compostagem para resíduos verdes oriundos da recolha seletiva	4.492.476 €	4.285.226 €	207.250 €	202.538 €	439.159 €
TOTAL			37.280.009 €	36.366.582 €	913.427 €	1.147.446 €	8.789.184 €

Os subsídios ao investimento, associados com activos, são reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma cadência das amortizações do investimento a que respeitem.

29 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

Detalhe de outros gastos

	2023	2022
Quotizações	18 452	21 989
Impostos	16 883	24 920
Donativos	15 789	11 402
Perdas em inventários	30 910	11 257
Alienação de ativos	-	586 770
Outros	56 856	45 114
	138 889	701 451

30 Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Juros e gastos similares		
Juros suportados	i) 5 533 662	1 769 025
Outros gastos e perdas de financiamento	77 894	74 647
	5 611 556	1 843 672
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	25 833	-
	25 833	-

i) Os juros suportados referem-se aos gastos incorridos com os juros do financiamento conforme previsto no Contrato de Financiamento.

A variação desfavorável, em relação a 2022, deve-se, sobretudo, à subida das taxas de juro, tendo-se verificado que no primeiro semestre do ano a taxa subiu de -0,547% para 0,108% e no segundo semestre de 2,479% para 3,794%. Acresce referir que, conforme já aludido na nota 19 deste anexo, decorrente das negociações com o sindicato bancário o *spread* contratualizado no segundo semestre de 2023 reduziu de 1,35% para 0,45%, o que possibilitou o desagravamento do encargo financeiro total neste período.

31 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2023	2022
Imposto s/ rendimento corrente	(380.025)	(3.256)
Imposto s/ rendimento diferido	(126.606)	(52.693)
Imposto sobre o rendimento	(506.631)	(55.949)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

RECONCILIAÇÃO TAXA EFECTIVA IMPOSTO	2023
Resultado antes de imposto	506.681
Taxa de IRC	21,0%
	106.403
Gastos não dedutíveis	360.320
Rendimentos não tributáveis	(90.802)
Dif. temporárias imposto diferido	126.606
Prejuízos fiscais	(30.733)
Derrama municipal e estadual	31.079
Tributação autónoma	3.758
	506.631
Imposto s/ rendimento corrente	380.025
Imposto s/ rendimento diferido	126.606
Imposto s/ rendimento	506.631
Taxa efectiva de imposto	100,0%

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2023	2022
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	22,50%	22,50%

32 Compromissos

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2022:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento transporte	11.248	0	-
Equipamento informático	20.139	28.530	-
Equipamento industrial	555.218	837.711	-
	586.605	866.241	-

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2023:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento transporte	15.685	37.905	-
Equipamento informático	227.040	8.391	-
Equipamento industrial	506.307	419.884	-
	749.032	466.181	-

33 Contingências

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2023	2022
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste., S.A	Garantir o pagamento da receção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25/08/2003	412 500	412 500
Repsol Portuguesa, S.A.	Instalação de equipamento informático de gestão de frota	09/01/2003	-	6 700
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota	02/06/2009	2 000	2 000
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o integral das obrigações relativas ao processo de encerramento e ao controlo e manutenção pós-encerramento do Aterro Sanitário de Trajouce.	29/12/2016	82 890	82 890
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira	29/12/2016	1 633 942	1 633 942
			2 131 332	2 138 032

Activos e Outros Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2023, encontra-se em curso uma Acção Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, relativo ao seguinte processo:

A TO e a AMBITERMO, empresas do Consórcio que executou a “Empreitada de Conclusão do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira” vieram impugnar as multas que a TRATOLIXO decidiu aplicar por violação dos prazos contratuais, no valor de € 585.163,52.

A TRATOLIXO veio contestar no sentido da manutenção da aplicação parcial das multas, no valor de € 355.042,98, bem como, em sede de pedido reconvenicional, veio pedir que a TO e AMBITERMO fossem condenadas a indemnizar a TRATOLIXO pelo montante global de € 1.127.714,81, devido ao atraso na execução da empreitada.

A TO e a AMBITERMO contestaram este último pedido reconvenicional.

Em 29.05.2018, a Tomás de Oliveira, S.A. e a Ambitermo vieram apresentar em juízo um articulado superveniente no processo contendo uma ampliação do pedido inicialmente formulado, no qual vieram reclamar da TRATOLIXO indemnização por alegado reequilíbrio financeiro quanto às condições de execução da Empreitada, que judicialmente computaram em € 1.126.535,00, sendo o montante de € 192.979,41, relativo ao pagamento do montante de trabalhos a mais, dos quais a Tratolixo, de acordo com o Parecer da Fiscalização reconhece serem devidos apenas € 129.149,04, € 783.556,06, relativos à alegada indemnização para reposição do equilíbrio financeiro da empreitada e € 150.000,00, relativos a alegados danos não patrimoniais ou patrimoniais indirectos.

Este pedido, de forma mais genérica, já tinha sido reclamado extrajudicialmente, por valor um pouco superior, como consta da informação por N. prestada aos auditores no exercício de 2017 e terá em vista obter um acordo no processo.

O pedido de ampliação em causa relativo à indemnização por reequilíbrio financeiro do contrato e respectivos fundamentos foi objecto de contestação, tendo o processo terminado a fase dos articulados.

Realizou-se este ano a audiência preliminar e foi proferido a emissão de Despacho Saneador, no âmbito do qual a Juíza veio a indeferir o requerimento, de 29.05.2018, de aumento do pedido da Tomás de Oliveira, S.A. e a Ambitermo em mais € 1.126.535,00 (suprarreferido), conforme foi pela TRATOLIXO requerido na sua resposta.

Vieram a Tomás de Oliveira, S.A. e a Ambitermo apresentar recurso desta decisão em 19.06.2023, com efeito suspensivo, de que se aguarda despacho para subida para o Tribunal da Relação.

É opinião do Gabinete Jurídico da TRATOLIXO que nesta fase, e perante a complexidade probatória e jurídica do processo, é totalmente impossível tecer qualquer comentário previsional.

34 Informações sobre matérias ambientais

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente. No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactes ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final. Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel interventivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

A TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, remetendo o seu entendimento sempre que solicitado ou entendido como pertinente. Destaca-se, em 2023:

A pronúncia conjunta da TRATOLIXO e dos 4 Municípios, em sede de audiência de interessados, à proposta de Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030);

A pronúncia conjunta da TRATOLIXO e dos 4 Municípios, em sede de audiência de interessados, à proposta de Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) que esteve em consulta pública até dia 5 de Maio, estando para breve a publicação da versão final do documento que irá nortear a actuação do sector nesta década;

A pronúncia conjunta da TRATOLIXO e dos Senhores Presidentes das quatro Câmaras Municipais relativamente ao Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio ao MAAC, SEA, APA, ERSAR e Grupos parlamentares;

A pronúncia relativa à proposta de Especificações Técnicas dos Resíduos de Embalagens provenientes da recolha selectiva e da recolha indiferenciada.

Assim, e conforme anteriormente referido, a TRATOLIXO não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactes da sua actividade, sendo exemplos disso a valorização energética do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia - que se tem vindo a tornar expressiva e a superar as perspectivas iniciais – e a reutilização, como água de processo, da água tratada resultante do processo de tratamento das águas residuais geradas no Ecoparque da Abrunheira.

35 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2023, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

35.1 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 108.766 euros (2022: 96.403 euros).

35.2 Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Relacionadas com a accionista:

Concelho de Cascais

Concelho de Mafra

Concelho de Oeiras

Concelho de Sintra

(b) transacções e saldos pendentes

i) Accionistas e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a TRATOLIXO efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Transacções

	2023	2022
Serviços prestados		
AMTRES	-	44
Câmara Municipal de Cascais	7.703.742	6.842.670
Câmara Municipal de Mafra	3.358.682	2.897.365
Câmara Municipal de Oeiras	4.629.959	4.231.759
Câmara Municipal de Sintra	11.932.528	10.824.056
	27.624.911	24.795.894

Transferência Financeira (art.º 40º, Lei 50/2012, 31 de Agosto)

	2023	2022
Reequilíbrio financeiro (Nota 27)		
AMTRES	2.896.119	-

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2023 e 2022, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

<u>Saldos devedores</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
AMTRES	120	120
Câmara Municipal de Cascais	752.170	698.648
Câmara Municipal de Mafra	689.065	252.931
Câmara Municipal de Oeiras	1.297.148	426.231
Câmara Municipal de Sintra	2.131.111	522.394
Clientes (Nota 11)	4.869.613	1.900.323

<u>Saldos credores</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
AMTRES	27.790	27.790
Outros credores (Nota 21)	27.790	27.790

<u>Acréscimos Gastos</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
AMTRES	-	-
Câmara Municipal de Cascais	251	653.770
Câmara Municipal de Mafra	118	38.702
Câmara Municipal de Oeiras	159	43.494
Câmara Municipal de Sintra	421	163.093
Outras contas a pagar (Nota 21)	949	899.059

Fluxos de Caixa

No final do exercício de 2023 e 2022, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

<u>Fluxos de Caixa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Recebimentos		
Câmara Municipal de Cascais	7.419.398	6.739.932
Câmara Municipal de Mafra	2.831.888	3.082.821
Câmara Municipal de Oeiras	4.306.431	4.306.431
Câmara Municipal de Sintra	10.866.885	11.500.046
	25.424.602	25.629.230

36 Disposições legais

Principais diplomas legais aplicáveis ou que têm implicações no âmbito da actividade / natureza da TRATOLIXO, publicados em 2023:

- **Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de Fevereiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 7-A/2023, Declaração de Rectificação n.º 12-A/2023 e Declaração de Rectificação n.º 12-B/2023**

Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais.

- **Portaria n.º 74-A/2023, de 07 de Março**

Determina as categorias de contratos públicos de aquisição de serviços a que é aplicável o regime excepcional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de Março**

Aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de Março**

Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030.

- **Lei n.º 13/2023, de 3 de Abril, retificado pela Declaração de Rectificação n.º 13/2023, de 29 de Maio**

Altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno.

- **Decreto-Lei n.º 49-A/2023, de 30 de Junho**

Prorroga até 31 de Dezembro de 2023 a vigência do regime excepcional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos e procede à revisão do factor de compensação aplicável aos casos de revisão por fórmula.

- **Decreto-Lei n.º 53/2023, de 5 de Julho**

Procede à regulamentação da Agenda do Trabalho Digno.

- **Despacho n.º 9830/2023, de 22 de Setembro**

Determina os valores de contrapartidas financeiras, devidos pela recolha selectiva, que visam cobrir os custos decorrentes das operações de recolha e triagem efectuadas pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos.

- **Portaria n.º 318-A/2023, de 25 de Outubro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 33-A/2023**

Procede à aprovação dos modelos de anúncios de acordo com formulários-tipo para a publicação de anúncios constantes do Regulamento de Execução (UE) 2019/1780, de 23 de Setembro de 2019.

- **Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de Outubro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 33-B/2023**

Procede à regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e à aprovação dos modelos de

dados a transmitir ao portal BASE, para efeitos do disposto no CCP, revogando a Portaria n.º 57/2018, de 26 de Fevereiro.

- **Portaria n.º 358/2023, de 14 de Novembro**

Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Manómetros para Pneumáticos de Veículos Automóveis.

- **Portaria n.º 359/2023, de 14 de Novembro**

Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Manómetros, Vacuómetros e Manovacuómetros.

- **Portaria n.º 366/2023, de 15 de Novembro**

Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Alcoolímetros.

- **Portaria n.º 369/2023, de 15 de Novembro**

Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Tacógrafos.

- **Regulamento de Execução (UE) 2023/2884 da Comissão, de 20 de Dezembro**

Altera o Regulamento de Execução (UE) 2019/1780 que estabelece os formulários-tipo para a publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação dos contratos público.

- **Despacho n.º 13288-C/2023, de 29 de Dezembro**

Prorroga até 30 de Junho de 2024 os valores das contrapartidas financeiras devidos pela recolha selectiva de resíduos de embalagem e respectiva triagem, a pagar pelas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos.

37 Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários do fiscal único no período de 2023 foram de 15.800 euros (2022: 14.375 euros), sendo que deste montante, 2.300 euros referem-se à emissão de Informação Económico – Financeira relativa ao 3º trimestre de 2023, dirigida ao órgão executivo e deliberativo da empresa, referente à confirmação do resultado líquido negativo, no âmbito da Transferência Financeira de Equilíbrio de 2023.

38 Eventos subsequentes

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2024, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da TRATOLIXO e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objecto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 28 de Fevereiro de 2024

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Filipa Lanternas

Nuno Manuel Vicente Esteves Soares

João Filipe Crisóstomo Dias

Inês Folgado Diogo

7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. – Empresa Intermunicipal, S.A. (TRATOLIXO ou Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 179.339.953 euros e um total de capital próprio de 28.915.898 euros, incluindo um resultado líquido de 503. euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de TRATOLIXO em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da TRATOLIXO nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme nota 3.4.2 do anexo às demonstrações financeiras “Ativos Intangíveis”, a amortização do direito de concessão é efetuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efetiva dos ativos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação/substituição destes ativos, estando a cobertura dos ativos de substituição/expansão assegurados pelas tarifas definidas no contrato.



APPM - CALADO, MACHADO, FERREIRA, FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
RUA ANTÓNIO QUADROS, Nº 9 - G. ESC. 7 - 1600-875 LISBOA | TEL.: 217 106 050 | FAX: 217 106 059 | EMAIL: geral.lisboa@apprmroc.pt
Inscrição na OROC N.º 223 | Registo na CMVM N.º 20161517 | NIPC: 508 625 777 | CAPITAL SOCIAL € 20 000



De acordo com a nota 13 do anexo às demonstrações financeiras "Outras Contas a Receber", nos termos do art.º 40º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com vista ao equilíbrio das contas de 2023, registou-se o valor a receber do único acionista, a AMTRES, pelo montante de 2,9 milhões de euros. O valor em saldo refere-se à verba por receber em 31/12/2023, montante que foi integralmente recebido nos primeiros dias de 2024.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da **TRATOLIXO** de acordo com Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da **TRATOLIXO** de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de

2/4





não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da **TRATOLIXO**;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da **TRATOLIXO** para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a **TRATOLIXO** descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

3/4





RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a TRATOLIXO, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 07 de março de 2024

**APPM-CALADO, MACHADO, FERREIRA, FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC,
LDA.**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:**

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ana Calado Pinto', written over a horizontal line.

Ana Calado Pinto
(ROC n.º 1103 e CMVM n.º 20160715)

8. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Introdução

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único, com mandato de 2022 a 2025, elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da *TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. – Empresa Intermunicipal, S.A. (TRATOLIXO)*, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Adicionalmente, nos termos do número 1 do artigo 54.º, por remissão do art.º 67º, do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE) - aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual - “as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas...” no Capítulo II daquele regime.

O mesmo RJSPE estabelece, no número 2 do citado artigo 54.º, que “...compete aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento da exigência prevista no número anterior”.

Em cumprimento do determinado na lei, o Conselho de Administração da TRATOLIXO, E.I.M remeteu, em 29 de fevereiro de 2024, para parecer do órgão de fiscalização que assume as funções de Fiscal Único, o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório de Governo Societário (RGS), respetivamente, este último, versão simplificada e adaptada do modelo previsto pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) aprovado em reunião de Conselho de 28 de fevereiro.

Em maio de 2023 a Tratolixo procedeu à atualização do Relatório de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas.

Atividade Fiscalizadora

Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, com reuniões com os Serviços e Conselho de Administração, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes da Empresa.

O Fiscal Único recebeu do Conselho de Administração todos os esclarecimentos e informações solicitados.

O Fiscal Único emitiu durante 2023 Parecer aos Instrumentos Previsionais, Parecer semestral e trimestral (3º trimestre) sobre a situação económico financeira.

No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, apresentado pelo Conselho de Administração e completado o exame das contas com vista à sua certificação legal.



APPM - CALADO, MACHADO, FERREIRA, FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
RUA ANTÓNIO QUADROS, Nº9 - G-ESC 7 - 1600-875 LISBOA | TEL.: 217 106 050 | FAX: 217 106 059 | EMAIL: geral@sboc@appprocc.pt
Inscrição na OROC N.º 223 | Registo na CMVM N.º 20161517 | NIPC: 508 625 777 | CAPITAL SOCIAL € 20 000



As contas lidas em conjunto com o conteúdo da Certificação Legal de Contas, com o qual se concorda, proporcionam uma adequada compreensão da situação financeira e resultados da entidade.

O Fiscal Único concorda com as conclusões da Certificação Legal de Contas não modificada que apresenta duas ênfases.

Adicionalmente, dando cumprimento ao n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Fiscal Único é de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos maioritariamente exigíveis à TRATOLIXO, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada. Não obstante, recomendamos a adoção do modelo da UTAM disponível em cada ano, mesmo tendo aquela entidade informado que não abarca o acompanhamento das empresas locais.

Parecer

Face ao que antecede, e apreciado o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório do Governo Societário da TRATOLIXO, tendo presente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2023, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove o Relatório do Governo Societário de 2023;
- c) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único regista ainda com apreço a colaboração prestada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, pelos responsáveis pelas Direções e Serviços e pelos colaboradores da TRATOLIXO, EIM, que teve necessidade de contactar no exercício das suas funções.

Lisboa, 07 de março de 2024

**APPM-CALADO, MACHADO, FERREIRA, FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS,
SROC, LDA.**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:**

Ana Calado Pinto
(ROC n.º 1103 e CMVM n.º 20160715)

2/2



FICHA TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Patrícia Gomes – Direcção de Planeamento Estratégico

Cristiana Santos – Direcção de Planeamento Estratégico

Filipa Lanternas – Direcção Financeira

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****PARECER**

26/03/2024

O Vereador,

Concordo. Informo que o assunto
seja acrescentado à reunião do
Órgão Executivo para
consideração.

Concordo com a informação
submeto para despacho Superior.

26/03/2024

A Diretora de Departamento,

Concordo com a presente informação.
Submeto à consideração Superior.

26/03/2024

A Chefe de Divisão,

Cândido Jacinto

DESPACHO

Despacho.

26/03/2024

Ao abrigo do Despacho n.º 69/2021 e no uso da competência
delegada no Sr. Presidente pela Câmara Municipal, na reunião
realizada em 2021/10/21

A Vice-Presidente da Câmara,

Aldevina Rodrigues

(Aldevina Rodrigues)

INFORMAÇÃO Interno/2024/7155**ASSUNTO:** 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2024

- O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, "integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, dos anexos I a III ao presente Decreto-Lei, e que dele fazem parte integrante";
- A Norma 26 (NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental) tem como objetivo regular a contabilidade orçamental;
- No âmbito da Norma 26 "as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial”;

- Se verifica o cumprimento do equilíbrio orçamental, que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, conforme quadro infra:

Unidade: Euro

(1) Receitas Correntes	91 394 473
(2) Despesas Correntes	78 974 840
(3) Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	6 136 882
(1) - (2) - (3) Saldo	6 282 751

- Considerando que a presente alteração orçamental procede à modificação da composição do orçamento da receita e da despesa, alterando o seu montante global, conforme se demonstra nos quadros seguintes, a presente alteração é do tipo modificativa;
- A alteração do valor global do orçamento deve-se à aprovação da candidatura para a Construção de 8 fogos na Avenida 25 de Abril, n.º 61, Malveira.

Face ao exposto, proponho, o projeto da 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do corrente ano.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

A Alteração ao Orçamento da Despesa apresenta reforços no valor de 2.994.600,00€ (dois milhões novecentos e noventa e quatro mil e seiscentos euros) e diminuições no valor de 2.512.330,00€ (dois milhões quinhentos e doze mil trezentos e trinta euros).

Unidade: Euro				
Designação	Dotação Anterior à Alteração	Reforços	Diminuições	Dotação Após Alteração
Despesas Com o Pessoal	28 512 555	110 000	80 000	28 542 555
Aquisição de Bens e Serviços	35 455 320	214 000	223 000	35 446 320
Juros e Outros Encargos	2 081 540	0	0	2 081 540
Transferências Correntes	10 010 220	4 000	0	10 014 220
Subsídios	1 050 010	0	750 000	300 010
Outras Despesas Correntes	2 615 195	0	25 000	2 590 195
Aquisição de Bens de Capital	40 528 665	1 719 600	1 434 330	40 813 935
Transferências de Capital	648 010	0	0	648 010
Ativos Financeiros	10	0	0	10
Passivos Financeiros	4 907 810	0	0	4 907 810
Outras Despesas de Capital	8 575 210	947 000	0	9 522 210
Total	134 384 545	2 994 600	2 512 330	134 866 815



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

A Alteração ao Orçamento da Receita apresenta reforços no valor de 482.270,00€ (quatrocentos e oitenta e dois mil duzentos e setenta euros).

Unidade: Euro				
Designação	Dotação Anterior à Alteração	Reforços	Diminuições	Dotação Após Alteração
Impostos Diretos	45 971 390	0	0	45 971 390
Impostos Indiretos	5	0	0	5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	10 534 005	0	0	10 534 005
Rendimentos de Propriedade	111 830	0	0	111 830
Transferências Correntes	25 965 198	0	0	25 965 198
Venda de Bens e Serviços Correntes	7 684 940	0	0	7 684 940
Outras Receitas Correntes	1 127 105	0	0	1 127 105
Vendas de Bens de Investimento	1 291 155	0	0	1 291 155
Transferências de Capital	20 581 678	482 270	0	21 063 948
Ativos Financeiros	0	0	0	0
Passivos Financeiros	15	0	0	15
Outras Receitas de Capital	857 220	0	0	857 220
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	5	0	0	5
Saldo da Gerência Anterior	20 259 999	0	0	20 259 999
Total	134 384 545	482 270	0	134 866 815

À consideração superior,

A Técnica Superior

(Ana Margarida Alves)

Mapa de Alteração ao Orçamento da Receita

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Previsões Atuais	Modificações Orçamentais		Previsões Corrigidas
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica				Reforços	Anulações	
1	000	000	000000		Funcionamento normal					
1	000	000	000000	10	Transferências de capital					
1	000	000	000000	1003	Administrações central					
1	000	000	000000	100308	Serviços e Fundos Autónomos					
1	000	000	000000	10030899	Outros	000	6.339.060,00	482.270,00	0,00	6.821.330,00
Total Funcionamento normal							6.339.060,00	482.270,00	0,00	6.821.330,00
Total Geral							6.339.060,00	482.270,00	0,00	6.821.330,00

Ao abrigo do despacho n.º 69/2021, datado de 18 de outubro de 2021, e no uso da competência delegada no Sr. Presidente pela Câmara Municipal, na reunião realizada em 2021/10/21

A Vice-Presidente



(Aldevina Rodrigues)

Em 26 de março de 2024

Mapa de Alteração ao Orçamento da Despesa

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica				Reforços	Anulações	
01	000	000	000000		ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA					
0102	000	000	000000		CÂMARA MUNICIPAL					
0102	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços					
0102	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços					
0102	000	000	000000	020220	Outros trabalhos especializados	000	983.205,00	55.000,00	0,00	1.038.205,00
0102	000	000	000000	05	Subsídios					
0102	000	000	000000	0501	Sociedades e quase soc não financeiras					
0102	000	000	000000	050101	Públicas					
0102	000	000	000000	05010101	Públicas	000	1.050.005,00	0,00	750.000,00	300.005,00
0102	000	000	000000	07	Aquisição de bens de capital					
0102	000	000	000000	0701	Investimentos					
0102	000	000	000000	070101	Terrenos	000	3.740.000,00	340.000,00	0,00	4.080.000,00
0102	000	000	000000	11	Outras despesas de capital					
0102	000	000	000000	1102	Diversas					
0102	000	000	000000	110202	Indemnizações	000	5.000,00	912.000,00	0,00	917.000,00
					Total CÂMARA MUNICIPAL		5.778.210,00	1.307.000,00	750.000,00	6.335.210,00
02	000	000	000000		DEP. ADMIN. GERAL					
0202	000	000	000000		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS					
0202	000	000	000000	01	Despesas com o pessoal					
0202	000	000	000000	0101	Remunerações certas e permanentes					
0202	000	000	000000	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho					
0202	000	000	000000	01010402	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório	000	1.890.000,00	0,00	80.000,00	1.810.000,00
0202	000	000	000000	0103	Segurança social					
0202	000	000	000000	010305	Contribuições pª a segurança social					
0202	000	000	000000	01030501	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos (ADSE)	000	100.000,00	80.000,00	0,00	180.000,00
					Total DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS		1.990.000,00	80.000,00	80.000,00	1.990.000,00
03	000	000	000000		DEP. OBRAS MUNC. E AMBIENTE					
0301	000	000	000000		DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS					
0301	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços					

Mapa de Alteração ao Orçamento da Despesa

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica				Reforços	Anulações	
0301	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços					
0301	000	000	000000	020210	Transportes	000	10.000,00	9.500,00	0,00	19.500,00
0301	000	000	000000	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	000	100.000,00	0,00	60.000,00	40.000,00
0301	000	000	000000	07	Aquisição de bens de capital					
0301	000	000	000000	0701	Investimentos					
0301	000	000	000000	070103	Edifícios					
0301	000	000	000000	07010301	Instalações de Serviços	000	215.000,00	55.600,00	0,00	270.600,00
0301	000	000	000000	0703	Bens de domínio público					
0301	000	000	000000	070303	Outras construções e infra-estruturas					
0301	000	000	000000	07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	000	5.379.010,00	0,00	66.600,00	5.312.410,00
0301	000	000	000000	07030399	Outros	000	2.865.105,00	300.000,00	0,00	3.165.105,00
					Total DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS		8.569.115,00	365.100,00	126.600,00	8.807.615,00
0302	000	000	000000		DIV DE ENERGIA E P.O.					
0302	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços					
0302	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços					
0302	000	000	000000	020220	Outros trabalhos especializados	000	22.135,00	5.000,00	0,00	27.135,00
0302	000	000	000000	07	Aquisição de bens de capital					
0302	000	000	000000	0701	Investimentos					
0302	000	000	000000	070110	Equipamento básico					
0302	000	000	000000	07011099	Outro	000	619.995,00	85.000,00	0,00	704.995,00
0302	000	000	000000	0703	Bens de domínio público					
0302	000	000	000000	070303	Outras construções e infra-estruturas					
0302	000	000	000000	07030304	Iluminação Pública	000	426.000,00	130.000,00	0,00	556.000,00
					Total DIV DE ENERGIA E P.O.		1.068.130,00	220.000,00	0,00	1.288.130,00
0303	000	000	000000		DIVISÃO DE AMBIENTE					
0303	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços					
0303	000	000	000000	0201	Aquisição de bens					
0303	000	000	000000	020117	Ferramentas e utensílios	000	70.000,00	0,00	52.000,00	18.000,00
0303	000	000	000000	020121	Outros bens	000	431.810,00	5.500,00	0,00	437.310,00
0303	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços					

Mapa de Alteração ao Orçamento da Despesa

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica				Reforços	Anulações	
0303	000	000	000000	020203	Conservação de bens	000	348.410,00	0,00	25.000,00	323.410,00
0303	000	000	000000	020225	Outros serviços	000	7.192.980,00	27.000,00	0,00	7.219.980,00
0303	000	000	000000	07	Aquisição de bens de capital					
0303	000	000	000000	0701	Investimentos					
0303	000	000	000000	070103	Edifícios					
0303	000	000	000000	07010303	Mercados e instalações de Fiscalização Sanitária	000	50.000,00	0,00	15.000,00	35.000,00
0303	000	000	000000	0703	Bens de domínio público					
0303	000	000	000000	070303	Outras construções e infra-estruturas					
0303	000	000	000000	07030302	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	000	275.000,00	0,00	35.000,00	240.000,00
0303	000	000	000000	07030305	Parques e Jardins	000	1.142.135,00	0,00	725.000,00	417.135,00
					Total DIVISÃO DE AMBIENTE		9.510.335,00	32.500,00	852.000,00	8.690.835,00
04	000	000	000000		DEP. DESENV. SÓCIOECONÓMICO					
0401	000	000	000000		DIV DES. ECO. TURISMO CULTURA					
0401	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços					
0401	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços					
0401	000	000	000000	020220	Outros trabalhos especializados	000	806.415,00	5.000,00	0,00	811.415,00
0401	000	000	000000	020225	Outros serviços	000	997.695,00	0,00	23.000,00	974.695,00
0401	000	000	000000	07	Aquisição de bens de capital					
0401	000	000	000000	0701	Investimentos					
0401	000	000	000000	070103	Edifícios					
0401	000	000	000000	07010399	Outros	000	5.964.055,00	0,00	100.000,00	5.864.055,00
0401	000	000	000000	070104	Construções diversas					
0401	000	000	000000	07010499	Outros	000	100.000,00	15.000,00	0,00	115.000,00
0401	000	000	000000	0703	Bens de domínio público					
0401	000	000	000000	070303	Outras construções e infra-estruturas					
0401	000	000	000000	07030399	Outros	000	324.005,00	70.000,00	0,00	394.005,00
0401	000	000	000000	11	Outras despesas de capital					
0401	000	000	000000	1102	Diversas					
0401	000	000	000000	110299	Outras	000	8.570.210,00	35.000,00	0,00	8.605.210,00
					Total DIV DES. ECO. TURISMO CULTURA		16.762.380,00	125.000,00	123.000,00	16.764.380,00

Mapa de Alteração ao Orçamento da Despesa

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica				Reforços	Anulações	
0402	000	000	000000		DIV.INT.SOCIAL SAÚDE EMP HABIT					
0402	000	000	000000	01	Despesas com o pessoal					
0402	000	000	000000	0101	Remunerações certas e permanentes					
0402	000	000	000000	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	000	335.300,00	30.000,00	0,00	365.300,00
0402	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços					
0402	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços					
0402	000	000	000000	020206	Locação de material de transporte	000	40.250,00	0,00	30.000,00	10.250,00
0402	000	000	000000	07	Aquisição de bens de capital					
0402	000	000	000000	0701	Investimentos					
0402	000	000	000000	070101	Terrenos	000	100.005,00	0,00	68.000,00	32.005,00
0402	000	000	000000	070102	Habitacões					
0402	000	000	000000	07010201	Construção	000	4.189.870,00	500.000,00	110.000,00	4.579.870,00
0402	000	000	000000	07010203	Reparação e Beneficiação	000	35.005,00	120.000,00	0,00	155.005,00
					Total DIV.INT.SOCIAL SAÚDE EMP HABIT		4.700.430,00	650.000,00	208.000,00	5.142.430,00
05	000	000	000000		DEP. EDUC DESP E JUVENTUDE					
0501	000	000	000000		DIV. PLAN. COORD. GESTÃO EDUC.					
0501	000	000	000000	07	Aquisição de bens de capital					
0501	000	000	000000	0701	Investimentos					
0501	000	000	000000	070103	Edifícios					
0501	000	000	000000	07010305	Escolas	000	910.000,00	0,00	84.000,00	826.000,00
0501	000	000	000000	07010399	Outros	000	786.005,00	15.000,00	0,00	801.005,00
					Total DIV. PLAN. COORD. GESTÃO EDUC.		1.696.005,00	15.000,00	84.000,00	1.627.005,00
0502	000	000	000000		DIV. DE DESPORTO E JUVENTUDE					
0502	000	000	000000	07	Aquisição de bens de capital					
0502	000	000	000000	0701	Investimentos					
0502	000	000	000000	070103	Edifícios					
0502	000	000	000000	07010302	Instalações Desportivas e Recreativas	000	535.445,00	80.000,00	0,00	615.445,00
0502	000	000	000000	070104	Construções diversas					
0502	000	000	000000	07010406	Instalações Desportivas e Recreativas	000	3.300.000,00	0,00	175.000,00	3.125.000,00
0502	000	000	000000	070109	Equipamento administrativo	000	40.000,00	0,00	4.000,00	36.000,00

Mapa de Alteração ao Orçamento da Despesa

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica				Reforços	Anulações	
08	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços					
08	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços					
08	000	000	000000	020218	Vigilância e segurança	000	934.545,00	100.000,00	0,00	1.034.545,00
08	000	000	000000	07	Aquisição de bens de capital					
08	000	000	000000	0701	Investimentos					
08	000	000	000000	070110	Equipamento básico					
08	000	000	000000	07011099	Outro	000	708.610,00	5.000,00	0,00	713.610,00
					Total DIV. DE SEGURANÇA E MOBILIDADE		1.643.155,00	105.000,00	0,00	1.748.155,00
					Total Geral		58.090.945,00	2.994.600,00	2.512.330,00	58.573.215,00

Ao abrigo do despacho n.º 69/2021, datado de 18 de outubro de 2021, e no uso da competência delegada no Sr. Presidente pela Câmara Municipal, na reunião realizada em 2021/10/21

A Vice-Presidente



(Aldevina Rodrigues)

Em 26 de março de 2024

Mapa de Alteração ao Orçamento da Despesa

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica				Reforços	Anulações	
0502	000	000	000000	070110	Equipamento básico					
0502	000	000	000000	07011099	Outro	000	656.160,00	4.000,00	51.730,00	608.430,00
					Total DIV. DE DESPORTO E JUVENTUDE		4.531.605,00	84.000,00	230.730,00	4.384.875,00
06	000	000	000000		DEP.URB.PLAN. E GESTÃO TERRIT.					
0601	000	000	000000		DIV.PLAN.E ORDENAMENTO TERRIT.					
0601	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços					
0601	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços					
0601	000	000	000000	020220	Outros trabalhos especializados	000	70.030,00	0,00	20.000,00	50.030,00
					Total DIV.PLAN.E ORDENAMENTO TERRIT.		70.030,00	0,00	20.000,00	50.030,00
0602	000	000	000000		DIV. DE GESTÃO URBANÍSTICA					
0602	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços					
0602	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços					
0602	000	000	000000	020220	Outros trabalhos especializados	000	274.460,00	0,00	13.000,00	261.460,00
					Total DIV. DE GESTÃO URBANÍSTICA		274.460,00	0,00	13.000,00	261.460,00
07	000	000	000000		DEP. FINANCEIRO					
0701	000	000	000000		DIV. DE GESTÃO FINANCEIRA					
0701	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços					
0701	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços					
0701	000	000	000000	020204	Locação de edifícios	000	208.520,00	7.000,00	0,00	215.520,00
0701	000	000	000000	020224	Encargos de cobrança de receitas	000	1.033.570,00	0,00	0,00	1.033.570,00
0701	000	000	000000	04	Transferências correntes					
0701	000	000	000000	0405	Administração local					
0701	000	000	000000	040501	Continente					
0701	000	000	000000	04050103	Serviços autónomos da administração local	000	125.000,00	4.000,00	0,00	129.000,00
0701	000	000	000000	06	Outras despesas correntes					
0701	000	000	000000	0602	Diversas					
0701	000	000	000000	060203	Outras					
0701	000	000	000000	06020302	IVA Pago	000	130.000,00	0,00	25.000,00	105.000,00
					Total DIV. DE GESTÃO FINANCEIRA		1.497.090,00	11.000,00	25.000,00	1.483.090,00
08	000	000	000000		DIV. DE SEGURANÇA E MOBILIDADE					

Mapa de Alteração às Grandes Opções do Plano

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Ação	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
				Início	Fim	Ano t		Períodos Seguintes					
						Dotação Atual	Dotação Corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
0.4.1	PPI.2014.0064	Mercados	GERAL	01/01/2014	31/12/2028	50 000,00	35 000,00	20 000,00	100 000,00	150 000,00	170 000,00	0,00	-15.000,00
0.4.2	PPI.2022.0056	Apoios de praia	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	100 000,00	115 000,00	50 000,00	100 000,00	152 440,00	200 000,00	0,00	15.000,00
	PPI.2022.0057	Arranjo das Zonas Balneares	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	300 000,00	370 000,00	100 000,00	150 000,00	200 000,00	250 000,00	0,00	70.000,00
0.2	PAM.2018.0025	Exploração do Parque de Campismo	GERAL	28/06/2018	31/12/2028	900 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	0,00	-750.000,00
0.3	PPI.2022.0063	Indemnizações	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	5 000,00	917 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00	912.000,00
Total						21 009 860,00	21 627 130,00	12 780 630,00	4 977 795,00	6 443 895,00	7 070 860,00	325 000,00	617.270,00

Ao abrigo do despacho n.º 69/2021, datado de 18 de outubro de 2021, e no uso da competência delegada no Sr. Presidente pela Câmara Municipal, na reunião realizada em 2021/10/21

A Vice Presidente

(Aldevina Rodrigues)

Em 26 de março de 2024

Mapa de Alteração às Grandes Opções do Plano

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Ação	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
				Início	Fim	Ano t		Períodos Seguintes					
						Dotação Atual	Dotação Corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
3.1.1	PPI.2022.0004	Edifícios Municipais	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	200 000,00	255 600,00	5,00	200 000,00	300 000,00	400 000,00	0,00	55.600,00
	PAM.2019.0005	Vigilância e Segurança	GERAL	01/09/2019	31/12/2028	934 545,00	1 034 545,00	998 125,00	880 390,00	898 000,00	915 960,00	0,00	100 000,00
	PPI.2018.0001	Terrenos	GERAL	02/01/2018	31/12/2030	3 740 000,00	4 080 000,00	496 265,00	400 000,00	600 000,00	600 000,00	325 000,00	340 000,00
	PAM.2022.0001	Consultoria e Auditoria	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	125 000,00	155 000,00	102 200,00	104 245,00	106 330,00	108 460,00	0,00	30 000,00
3.2.2	PPI.2022.0011	Equipamento Básico	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	708 610,00	713 610,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	5 000,00
3.2.8	PPI.2021.0003	Universidade da Música	GERAL	01/01/2021	31/12/2025	786 000,00	801 000,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00
3.3.1	PPI.2022.0012	Edifícios Escolares	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	460 000,00	376 000,00	5,00	400 000,00	500 000,00	600 000,00	0,00	-84 000,00
3.4.1	PPI.2014.0021	Habitacões Sociais	GERAL	01/01/2014	31/12/2028	100 000,00	32 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-68 000,00
	PPI.2014.0021	Habitacões Sociais	GERAL	01/01/2014	31/12/2028	205 000,00	95 000,00	5 110,00	5 215,00	5 320,00	5 430,00	0,00	-110 000,00
	PPI.2014.0021	Habitacões Sociais	GERAL	01/01/2014	31/12/2028	35 000,00	155 000,00	50 000,00	50 000,00	200 000,00	50 000,00	0,00	120 000,00
	PPI.2022.0065	PRR - Habitacões Sociais	GERAL	01/01/2022	31/12/2026	3 984 870,00	4 484 870,00	3 632 820,00	5,00	0,00	0,00	0,00	500 000,00
3.4.2	PPI.2022.0020	Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	1 195 000,00	1 495 000,00	50 000,00	100 000,00	200 000,00	50 000,00	0,00	300 000,00
3.4.3	PPI.2022.0026	Reparação e Beneficiação das Redes de Drenagem e Águas Residuais	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	105 000,00	70 000,00	20 000,00	16 000,00	5,00	5,00	0,00	-35 000,00
3.4.6	PPI.2022.0027	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	1 142 000,00	417 000,00	102 200,00	150 000,00	160 000,00	166 000,00	0,00	-725 000,00
3.5.1	PPI.2022.0032	Diversas Instalações Culturais	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	2 541 000,00	2 441 000,00	110 000,00	400 000,00	600 000,00	600 000,00	0,00	-100 000,00
	PAM.2022.0053	Programação Cultural RTPC	GERAL	22/02/2022	31/12/2027	15 600,00	20 600,00	15 945,00	16 265,00	16 595,00	0,00	0,00	5 000,00
	PPI.2022.0070	PRR - Palácio Nacional de Mafra	GERAL	28/04/2022	31/12/2026	807 785,00	842 785,00	5 975 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	35 000,00
3.5.2	PAM.2023.0002	PRR - Comunidades Desfavorecidas - Operação Integrada Local do Milharado	GERAL	01/01/2023	31/12/2026	335 300,00	365 300,00	327 350,00	5,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00
	PAM.2023.0002	PRR - Comunidades Desfavorecidas - Operação Integrada Local do Milharado	GERAL	01/01/2023	31/12/2026	40 250,00	10 250,00	41 140,00	5,00	0,00	0,00	0,00	-30 000,00
	PPI.2022.0068	PRR - Comunidades Desfavorecidas - Operação Integrada Local do Milharado	GERAL	28/04/2022	31/12/2026	15 000,00	11 000,00	30 660,00	31 275,00	0,00	0,00	0,00	-4 000,00
	PPI.2022.0068	PRR - Comunidades Desfavorecidas - Operação Integrada Local do Milharado	GERAL	28/04/2022	31/12/2026	49 520,00	53 520,00	117 040,00	119 385,00	0,00	0,00	0,00	4 000,00
	PPI.2022.0043	Construções Diversas-Instalações Desportivas	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	210 000,00	35 000,00	10 220,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	-175 000,00
	PPI.2022.0042	Edifícios-Instalações Desportivas	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	535 445,00	615 445,00	165 000,00	200 000,00	300 000,00	300 000,00	0,00	80 000,00
	PPI.2022.0046	Equipamento Básico	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	495 940,00	444 210,00	47 140,00	300 000,00	400 000,00	400 000,00	0,00	-51 730,00
3.6.1	PPI.2022.0050	Construção e infraestruturas	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	426 000,00	556 000,00	27 200,00	150 000,00	200 000,00	250 000,00	0,00	130 000,00
	PPI.2022.0051	Equipamento	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	391 995,00	476 995,00	27 200,00	150 000,00	200 000,00	250 000,00	0,00	85 000,00
3.6.2	PPI.2022.0052	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	70 000,00	3 400,00	90 000,00	500 000,00	1 000 000,00	1 500 000,00	0,00	-66 600,00

Mapa de Alteração ao Plano Plurianual de Investimento

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 25/03/2024

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Ação	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
				Início	Fim	Ano t		Períodos Seguintes					
						Dotação Atual	Dotação Corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
Total				18 659 165,00	19 891 435,00	11 145 870,00	3 826 885,00	5 272 770,00	5 896 440,00	325 000,00	1 212 270,00		

Ao abrigo do despacho n.º 69/2021, datado de 18 de outubro de 2021, e no uso da competência delegada no Sr. Presidente pela Câmara Municipal, na reunião realizada em 2021/10/21

A Vice Presidente



(Aldevina Rodrigues)

Em 26 de março de 2024

Mapa de Alteração ao Plano Plurianual de Investimento

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Ação	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
				Início	Fim	Ano t		Períodos Seguintes					
						Dotação Atual	Dotação Corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
3.3.1	PPI.2018.0001	Terrenos	GERAL	02/01/2018	31/12/2030	3 740 000,00	4 080 000,00	496 265,00	400 000,00	600 000,00	600 000,00	325 000,00	340 000,00
3.3.2	PPI.2022.0004	Edifícios Municipais	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	200 000,00	255 600,00	5,00	200 000,00	300 000,00	400 000,00	0,00	55 600,00
	PPI.2022.0011	Equipamento Básico	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	708 610,00	713 610,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	5 000,00
3.3.6	PPI.2021.0003	Universidade da Música	GERAL	01/03/2021	31/12/2025	786 000,00	801 000,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00
3.3.7	PPI.2022.0012	Edifícios Escolares	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	460 000,00	376 000,00	5,00	400 000,00	500 000,00	600 000,00	0,00	-84 000,00
3.4.1	PPI.2022.0065	PRR - Habitações Sociais	GERAL	01/01/2022	31/12/2026	3 984 870,00	4 484 870,00	3 632 820,00	5,00	0,00	0,00	0,00	500 000,00
	PPI.2014.0021	Habitações Sociais	GERAL	01/01/2014	31/12/2028	100 000,00	32 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-68 000,00
	PPI.2014.0021	Habitações Sociais	GERAL	01/01/2014	31/12/2028	205 000,00	95 000,00	5 110,00	5 215,00	5 320,00	5 430,00	0,00	-110 000,00
	PPI.2014.0021	Habitações Sociais	GERAL	01/01/2014	31/12/2028	35 000,00	155 000,00	50 000,00	50 000,00	200 000,00	50 000,00	0,00	120 000,00
3.4.2	PPI.2022.0020	Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	1 195 000,00	1 495 000,00	50 000,00	100 000,00	200 000,00	50 000,00	0,00	300 000,00
3.4.3	PPI.2022.0026	Reparação e Beneficiação das Redes de Drenagem e Águas Residuais	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	105 000,00	70 000,00	20 000,00	16 000,00	5,00	5,00	0,00	-35 000,00
3.4.6	PPI.2022.0027	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	1 142 000,00	417 000,00	102 200,00	150 000,00	160 000,00	166 000,00	0,00	-725 000,00
3.5.1	PPI.2022.0032	Diversas Instalações Culturais	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	2 541 000,00	2 441 000,00	110 000,00	400 000,00	600 000,00	600 000,00	0,00	-100 000,00
	PPI.2022.0070	PRR - Palácio Nacional de Mafra	GERAL	28/04/2022	31/12/2026	807 785,00	842 785,00	5 975 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	35 000,00
3.5.2	PPI.2022.0043	Construções Diversas-Instalações Desportivas	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	210 000,00	35 000,00	10 220,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	-175 000,00
	PPI.2022.0042	Edifícios-Instalações Desportivas	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	535 445,00	615 445,00	165 000,00	200 000,00	300 000,00	300 000,00	0,00	80 000,00
	PPI.2022.0046	Equipamento Básico	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	495 940,00	444 210,00	47 140,00	300 000,00	400 000,00	400 000,00	0,00	-51 730,00
	PPI.2022.0068	PRR - Comunidades Desfavorecidas - Operação Integrada Local do Milharado	GERAL	28/04/2022	31/12/2026	15 000,00	11 000,00	30 660,00	31 275,00	0,00	0,00	0,00	-4 000,00
	PPI.2022.0068	PRR - Comunidades Desfavorecidas - Operação Integrada Local do Milharado	GERAL	28/04/2022	31/12/2026	49 520,00	53 520,00	117 040,00	119 385,00	0,00	0,00	0,00	4 000,00
	PPI.2022.0051	Equipamento	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	391 995,00	476 995,00	27 200,00	150 000,00	200 000,00	250 000,00	0,00	85 000,00
	PPI.2022.0050	Construção e infraestruturas	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	426 000,00	556 000,00	27 200,00	150 000,00	200 000,00	250 000,00	0,00	130 000,00
3.3.3	PPI.2022.0052	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	70 000,00	3 400,00	90 000,00	500 000,00	1 000 000,00	1 500 000,00	0,00	-66 600,00
3.4.1	PPI.2014.0064	Mercados	GERAL	01/01/2014	31/12/2028	50 000,00	35 000,00	20 000,00	100 000,00	150 000,00	170 000,00	0,00	-15 000,00
3.4.2	PPI.2022.0056	Apoios de praia	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	100 000,00	115 000,00	50 000,00	100 000,00	152 440,00	200 000,00	0,00	15 000,00
	PPI.2022.0057	Arranjo das Zonas Balneares	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	300 000,00	370 000,00	100 000,00	150 000,00	200 000,00	250 000,00	0,00	70 000,00
4.3	PPI.2022.0063	Indemnizações	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	5 000,00	917 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00	912 000,00

Mapa de Alteração ao Plano de Atividades mais Relevantes

Alteração Modificativa n.º 3

Data Proposta: 26/03/2024

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Ação	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
				Início	Fim	Ano t		Períodos Seguintes					
						Dotação Atual	Dotação Corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
1.1.1	PAM.2019.0005	Vigilância e Segurança	GERAL	01/09/2019	31/12/2028	934 545,00	1 034 545,00	998 125,00	880 390,00	898 000,00	915 960,00	0,00	100 000,00
	PAM.2022.0001	Consultoria e Auditoria	GERAL	01/01/2022	31/12/2028	125 000,00	155 000,00	102 200,00	104 245,00	106 330,00	108 460,00	0,00	30 000,00
2.5.1	PAM.2022.0053	Programação Cultural RTCP	GERAL	22/02/2022	31/12/2027	15 600,00	20 600,00	15 945,00	16 265,00	16 595,00	0,00	0,00	5 000,00
2.5.2	PAM.2023.0002	PRR - Comunidades Desfavorecidas - Operação Integrada Local do Milharado	GERAL	01/01/2023	31/12/2026	335 300,00	365 300,00	327 350,00	5,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00
	PAM.2023.0002	PRR - Comunidades Desfavorecidas - Operação Integrada Local do Milharado	GERAL	01/01/2023	31/12/2026	40 250,00	10 250,00	41 140,00	5,00	0,00	0,00	0,00	-30 000,00
4.3	PAM.2018.0025	Exploração do Parque de Campismo	GERAL	28/06/2018	31/12/2028	900 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	0,00	-750 000,00
Total						2 350 695,00	1 735 695,00	1 634 760,00	1 150 910,00	1 170 925,00	1 174 420,00	0,00	-615 000,00

Ao abrigo do despacho n.º 69/2021, datado de 18 de outubro de 2021, e no uso da competência delegada no Sr. Presidente pela Câmara Municipal, na reunião realizada em 2021/10/21

A Vice Presidente

(Aldevina Rodrigues)

Em 26 de março de 2024



LIMPEZA URBANA
Parceria para Cidades
+ Inteligentes e Sustentáveis

97 1.2.
De-se instaurar ao representante
do Município na A.G. p/ obter
favoravelmente os pontos
constantes na O.T.

A reunião para
ratificar

21/3/2024

A Vice-Presidente

CONVOCATÓRIA

10.ª Assembleia Geral

Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis

Nos termos das disposições legais e Estatutárias, e no exercício das competências aí estabelecidas, venho pelo presente convocar a 10.ª Assembleia Geral da Associação **Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis** a realizar-se no próximo dia 22 de março de 2024, pelas 11h30, que terá lugar na Fábrica das Palavras, em Vila Franca de Xira.

A reunião tem a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da Ata da 9.ª Assembleia Geral;
2. Aprovação do Relatório e Contas 2023;
3. 6.º Encontro de Limpeza Urbana;
4. Outros assuntos.

A Presidente da mesa da Assembleia Geral,

Carlota Borges



Cascais, 22 de fevereiro de 2024

Assunto: Convocatória para 10.ª Assembleia Geral da ALU

Caro Associado,

junto enviamos a convocatória para a **10.ª Assembleia Geral** da Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis (ALU).

Melhores cumprimentos,

Luís Almeida Capão,
Presidente da Direção

ATA N.º 9

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas 15 (quinze) horas e 12 (doze) minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral da Associação Limpeza Urbana – *Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis (ALU)*, convocada para a sua sede sita no Complexo Multisserviços da Câmara Municipal de Cascais, Estrada de Manique n.º 1830, Alcoitão, 2645-550 Alcabideche, sendo que, em virtude das distâncias a que os associados se encontram da sede da associação, a mesma foi realizada também online na plataforma Zoom, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Aprovação da ata n.º 8, referente à oitava reunião da assembleia geral-----
2. Aprovação e discussão do plano de atividades e orçamento de 2024-----
3. 6.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana-----
4. Outros assuntos-----

Estiveram presentes os Associados constantes da lista de presenças em anexo à presente Ata, e que dela faz parte integrante, considerando-se a mesma aqui reproduzida na íntegra – ANEXO I, sendo que tal foi verificado pela presidente da mesa, através da lista de participação registada na plataforma Zoom. Considerando constituído o quórum para funcionamento da Assembleia, a presidente da mesa deu início à mesma. -----

No uso da palavra para o arranque dos trabalhos, esteve o vice-presidente da mesa de assembleia geral, o vereador Nelson Santos do município de Lagoa-Açores, em regime de substituição da presidente da mesa da assembleia geral, a vereadora Carlota Borges do município de Viana do Castelo. O vice-presidente da mesa iniciou a sessão com um cumprimento à direção da Associação Limpeza Urbana e deu as boas-vindas a todos, sugerindo que se abdicasse da realização da chamada, visto as presenças serem controladas pela plataforma Zoom. Não houve oposição dos participantes. -----

Nelson Santos começou por destacar os novos associados aderentes – PQB, GIBB Engineering, Rede Ambiente, PRIO Bio, Ecoambiente, Irrimac, Hidrotruck, Ambiconcept, SOMA –, convidando-os a intervir se assim desejassem. O convite sido aceite pela GIBB Engineering, representada por João Pedro Rodrigues, que usou da palavra para apresentar a empresa, e manifestar que, ao

juntar-se à Associação, o trabalho a desenvolver contribuirá para o cumprimento do objetivo comum. Rui Dias, em representação do novo associado aderente Hidrotruck, pediu o uso da palavra, manifestando o seu agrado em estar presente e contribuir para o crescimento da associação, que considera uma ótima fonte de comunicação de todos para todos. -----

O vice-presidente da mesa passou à ordem de trabalhos prevista, colocando à votação a ata n.º 8, referente à oitava reunião da assembleia geral da ALU. Pedida a dispensa de leitura da ata, sem oposição dos associados, esta foi aprovada por maioria. -----

Nelson Santos passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, dando a palavra ao presidente da Direção, Luís Capão, para apresentar o plano de atividades 2024 e respetivo orçamento, que aqui se junta em anexo – ANEXO II.-----

O presidente da direção, Luís Capão, começou por agradecer a introdução do vice- presidente da mesa e a presença de todos, em especial aos novos aderentes e a um futuro associado efetivo informalmente presente, o SMAS de Sintra, representado por Carlos Vieira e o João Carlos Sebastião, e, por último, aos colegas de direção e à sua equipa direta, composta pela Filipa Cardoso, que esteve presente na assembleia, a Sandra Rebelo, a trabalhar na parte operacional do 5.º ENLU, a Carla Macedo e a Vânia Fialho, ao nível mais estratégico e de contacto com fornecedores. -----

O presidente da direção deu início à apresentação do plano de atividades e o orçamento para 2024, com um enquadramento da ALU, percorrendo vários temas, nomeadamente, o plano de ação para 2024 com as ações previstas para angariação de associados fundadores, efetivos e aderentes, o conselho consultivo, os associados honorários, a divulgação e comunicação, os canais, as campanhas digitais entre outras campanhas, os eventos previstos, as ações no âmbito do PERSU 2030, a formação, as parcerias desenvolvidas, os indicadores de desempenho e, por fim, o orçamento para 2024, reiterando de que os planos de ação não são fechados e estão abertos aos contributos de todos. O presidente da direção, após apresentação, incitou os colegas de direção a pronunciar-se sobre a mesma, não havendo manifestação para o efeito. -----

Terminada a apresentação por parte do presidente da direção, o vice-presidente da mesa abriu

espaço para debate e questões sobre o plano de atividades e orçamento para 2024, em que o próprio questionou quais têm sido as dificuldades de mais autarquias se juntarem à ALU, partilhando a sua impressão sobre se a necessidade de validação da adesão pelo Tribunal de Contas funciona como um fator de inibição. O presidente da direção respondeu à questão colocada, indicando que depende da capacidade de persuasão, perante um setor que não é fácil de "vender" como a limpeza urbana, e lembrou os 44 milhões de euros de financiamento potencial no multimaterial que estão na varredura manual e mecânica, recolha de papeleiras e limpeza de praias e que não estão a ser pagos no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor, assim como os 12 milhões de euros da Diretiva para os Plásticos de Uso Único, que aguarda transposição. O presidente da direção lamentou o facto de a ALU não ter ainda conseguido captar o interesse da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), o que poderia ajudar no sentido de aproveitar o potencial identificado pela ALU. Por fim, explicou que depende ainda da capacidade do interlocutor de concretizar internamente o processo de adesão, uma vez que considera o processo de validação do Tribunal de Contas relativamente simples. -----

De seguida, a Câmara Municipal de Loulé, representada por Júlio Sousa, interveio, dando nota da sua experiência positiva com a obtenção do visto do Tribunal de Contas, realçando a necessidade de a documentação estar correta. Também em representação de Loulé, o vereador Carlos Carmo deixou como sugestão a existência de um pacote e manual explicativo com o que deve de ser feito para adesão à ALU, para que a informação seja fácil partilhar de forma rápida e clara com possíveis interessados.-----

O associado aderente SOLIM, representado por António Bento, também se pronunciou cumprimentando a direção e os novos associados, e deixou como desafio que a ALU proporcionasse aos seus associados a organização de visitas a outros municípios na Europa para a troca de experiências e conhecimento, disponibilizando-se, enquanto presidente do conselho consultivo, para discutir em que moldes de apoio financeiro isto poderia ser feito. O associado efetivo Porto Ambiente, representado por Luís Assunção, realçou a importância da sugestão apresentada por António Bento, e propôs a criação de um grupo de trabalho com os municípios associados para a partilha de experiências, temas e outros assuntos que gostassem de ver apresentados, terminando a sua intervenção com um agradecimento à ALU pelo trabalho realizado em 2023. Os SMAS de Sintra, representados por Carlos Vieira, também participaram nesta discussão, agradecendo as palavras do presidente da direção da ALU, e reforçou o interesse de

o município de Sintra se associar à ALU.-----

O associado aderente CELPUR, representado por Virgílio Gouveia, fez questão de lembrar que, com base na sua experiência, os sopradores são um recurso de limpeza urbana utilizado, mas que não trazem benefícios à saúde pública, propondo a busca de alternativas a um custo tangível, e deixou como, sugestão à ALU, a organização de cursos de técnicos de higiene urbana. Lembrou ainda a falta de conhecimentos de engenharia existente nos municípios e disponibilizou a sala de formação da CELPUR para a organização destes cursos. -----

Em resposta às propostas dos associados, o presidente da direção da ALU fez um balanço das ideias que foram apresentadas, sugerindo a sua introdução no plano de atividades para 2024. Relativamente à organização de visitas a municípios estrangeiros, Luís Almeida Capão propôs que essa fosse uma proposta anual do conselho consultivo, visto serem os associados aderentes os interessados em mostrar as inovações do setor privado, e ainda que estas atividades fossem debatidas em março, aquando da próxima assembleia geral. O presidente da direção lembrou, por fim, os esforços da ALU para a realização de formação técnica nos últimos anos, em particular o PROLU, mas que não se concretizaram. -----

O vice-presidente da mesa submeteu a votação do plano de atividades e orçamento para 2024 com a respetiva inclusão das propostas dos associados, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

O vice-presidente da mesa deu início ao tema do ponto três da ordem de trabalhos, que tem previsto a organização do 6.º Encontro da Limpeza Urbana, e usou da palavra para fazer um breve ponto de situação do 5.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana. De seguida, reforçou a votação nos Prémios Cidade+ e solicitou que comesçassem a pensar no município anfitrião para o 6.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana. Por último, agradeceu a todos os associados, aos elementos da direção, à sua equipa, à Câmara Municipal de Cascais e ao seu presidente, Dr. Carlos Carreiras.-----

O vice-presidente da mesa abriu o diálogo à audiência, perguntando se havia alguma questão relativa ao 5.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana, mas não foram apresentadas quaisquer

questões. -----

Avançando para o ponto final da ordem de trabalhos, "outros assuntos", o vice-presidente da mesa deu a possibilidade à audiência de participar, como não havia interessados, chamou Lúcia Bonifácio, membro da direção e representante do associado fundador Câmara Municipal de Mafra, a participar. A responsável manifestou o seu agradecimento à equipa do 5.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana pelo esforço e excelente trabalho. Não se registando qualquer inscrição, foram encerrados os trabalhos. -----

A reunião foi encerrada às 16h21 horas, tendo sido lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros da Mesa. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral

Assinado por: **Nelson António Rosa dos Santos**

Num. de Identificação: 12110206

Data: 2024.03.14 11:44:58-01'00'



CHAVE MÓVEL

Câmara Municipal de Lagoa (Açores)

Secretário

CATARINA
GONCALVES
RODRIGUES
VIEIRA CONDE

Assinado de forma digital

por CATARINA

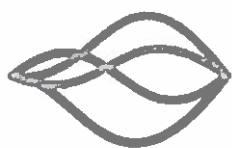
GONCALVES RODRIGUES

VIEIRA CONDE

Dados: 2024.03.14

12:54:20 Z

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira



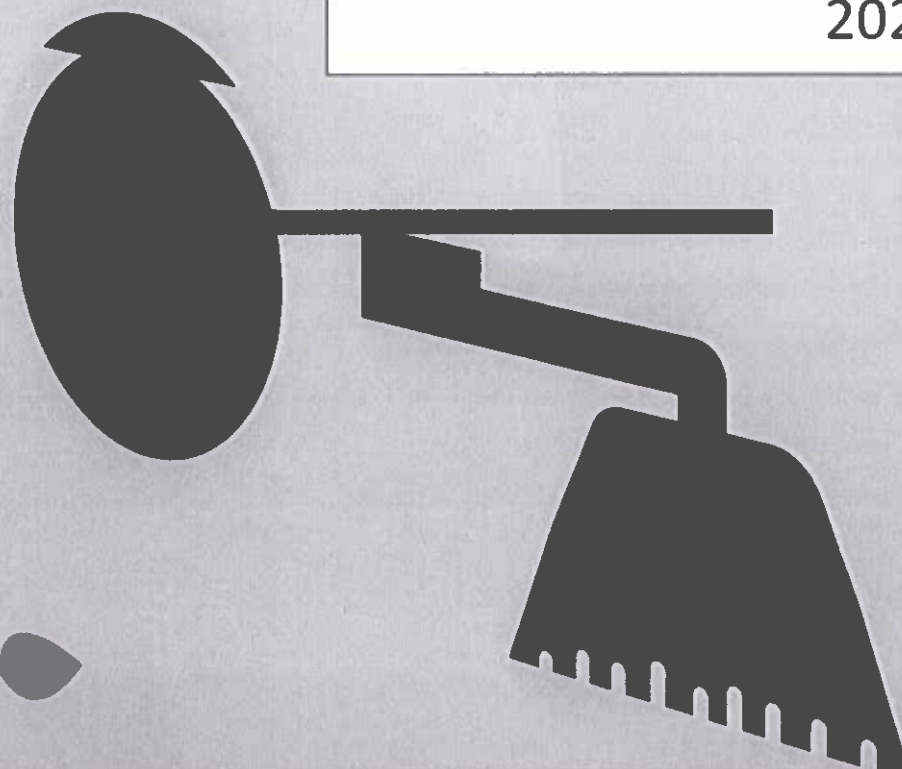
LIMPEZA URBANA
Parceria para Cidades
+ Inteligentes e Sustentáveis

100%
Elétrico



RELATÓRIO E CONTAS

2023



Índice

MENSAGEM DA DIREÇÃO	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	4
ÓRGÃOS SOCIAIS	6
Assembleia Geral	6
Direção	6
Conselho Fiscal	6
ASSOCIADOS	7
DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS	8
CONFERÊNCIAS E OUTROS EVENTOS	10
Conferência “PERSU 2030: Conhecer e atuar”	10
Jantar-convívio em Santa Maria da Feira	11
Eventos de entidades congéneres internacionais	11
Eventos nacionais	11
PARCERIAS ESTRATÉGICAS E COMITIVAS	12
Pollutec	12
Ecomondo	13
Let’s Do It World	13
REUNIÕES	14
Secretaria de Estado do Ambiente	14
Pedido de reunião com ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	14
Campanha de comunicação conjunta	15
FORMAÇÃO	16
GRUPOS DE TRABALHO	17
Jornada Mundial da Juventude	17
ESTUDOS E OUTROS CONTRIBUTOS	17
PERSU 2030: Resumo Técnico	17
“Importância e Impacte do Sector da Limpeza Urbana em Portugal” Atualização	18
Contributos	18
COMUNICAÇÃO	19
Website e redes sociais	19
Campanhas de sensibilização	20



Imprensa especializada e clipping	21
5.º ENCONTRO NACIONAL DE LIMPEZA URBANA	22
O Evento	22
Patrocínios e parcerias	24
Sustentabilidade	24
Balanço.....	25
Jantar Anual de Associados.....	26
Clipping	31
PRÉMIOS CIDADE+	33
Cerimónia de Lançamento	33
Candidaturas	33
Troféu.....	34
Vencedores	34
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL	41



MENSAGEM DA DIREÇÃO



O ano de 2023 fica para a história da ALU como o ano “+”. Temos mais associados, o 5.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana (ENLU) foi o que teve mais participantes e mais expositores de sempre, e entregámos os Prémios Cidade+, em sete categorias para as quais concorreram mais de 50 entidades.

Há mais acontecimentos para juntar a esta conta: somámos a inclusão do conceito limpeza urbana nos documentos oficiais do Governo central, a participação da nossa associação em eventos e grupos de trabalho nacionais e internacionais, o aumento do interesse de autarquias, empresas privadas e também da imprensa. O mais importante é nunca perder de vista que estes resultados só são possíveis pelo somatório das vontades dos associados e da equipa cada vez mais profissional de que a ALU dispõe. O que alcançámos em 2023 é a consolidação do trabalho e do pensamento de todos os que, ao longo do tempo, têm contribuído para esta Associação, cujo repto é ser cada vez mais relevante na tomada de decisões ambientais.

A limpeza urbana é a parte ambiental mais próxima do cidadão, aquela em cada pessoa consegue ter uma intervenção direta. Trabalhem, então, na construção de um sistema de limpeza urbana no qual cada um de nós sinta que pode (e deve) fazer parte!

A Direção

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2023 consolidou o papel da Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis (ALU) como uma voz ativa no debate nacional sobre as políticas de ambiente, em particular no que se refere à gestão de resíduos e à atividade de limpeza urbana. Essa consolidação resultou do trabalho que a Associação tinha vindo a desenvolver em anos anteriores, mas também do crescimento registado neste período, com a entrada de associados efetivos de peso, como a Porto Ambiente, que tornam a ALU ainda mais representativa da população nacional.

A par disso, há a destacar o interesse crescente que a atividade da Associação e o seu cariz único levantam junto dos *stakeholders* do mercado, e que se refletiu num aumento do número de associados aderentes. Neste cenário, em 2023, a angariação de novos associados foi praticamente orgânica, com os esforços para o efeito a decorrerem em simultâneo com a atividade da ALU.

A inclusão da Limpeza Urbana no Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 e no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 –, publicados em março, trouxe novas dinâmicas ao setor. Essa novidade marcou, e continuará a marcar, a agenda da ALU, que é agora uma das entidades com responsabilidades na implementação dos documentos estratégicos. A organização da conferência “PERSU 2030: Conhecer e Atuar” pouco tempo depois da publicação dos diplomas mostrou a vontade da ALU de começar a trabalhar nesse sentido.

Muito ansiado foi o 5.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana (ENLU), que, em 2023, contou também com exposição. O calendário de feiras e eventos internacionais obrigou a alterações nas datas inicialmente previstas para o evento charneira da ALU, que acabou por se realizar em dezembro. Cascais foi o município anfitrião e o Autódromo do Estoril o palco escolhido, com os diversos desafios inerentes à realização de um congresso num espaço não preparado para o efeito. Perante isto, a ALU mostrou a sua força e resiliência e, com o apoio de toda a comunidade, organizou aquela que foi, até aqui, a maior edição de sempre do ENLU. O sucesso do evento superou as expectativas da organização, com os números a falarem por si, e foi unânime entre todos os que estiveram presentes.

Outro acontecimento de destaque em 2023 foi a primeira edição dos Prémios Cidade+. As candidaturas decorreram entre fevereiro e setembro, com a cerimónia de entrega dos troféus a decorrer no 5.º ENLU. A iniciativa teve uma boa adesão da comunidade, com cerca de 60 candidaturas recebidas de 30 entidades diferentes (associados e não associados).

Ao longo do ano, a ALU fez ainda questão de estar presente em eventos, nacionais e internacionais, importantes para os seus associados, estabelecendo, sempre que possível, parcerias vantajosas para a sua comunidade. Assim, a organização de ações que potenciassem o *networking* e trouxessem visibilidade aos membros da ALU foi uma constante neste ano, assim como a presença em eventos internacionais de entidades congéneres.

Todas estas iniciativas obrigaram a um reforço do trabalho de comunicação, não só com os associados, mas também com o exterior. Nesse sentido, 2023 pautou-se também pela reestruturação e melhoria dos meios e canais de comunicação da ALU.



As Demonstrações Financeiras dão conta de um volume de negócios (Vendas e Serviços Prestados) de 303.738,31 euros. O resultado líquido do período em análise é de 59.050,75 euros, demonstrando a aplicação das receitas obtidas em ações de divulgação, comunicação e promoção das várias iniciativas levadas a cabo pela ALU, assim como para a produção de conhecimento especializado e respetiva divulgação, e outros serviços fornecidos aos associados.

O relatório que se segue e os resultados obtidos dão conta do crescimento sustentado da Associação, prevendo que essa seja uma tendência para acelerar em 2024. Para isso, deverão contribuir a maior visibilidade da ALU, o reconhecimento das ações promovidas em 2023 e a evidência das vantagens proporcionadas aos associados, a par de um reforço de ações de angariação direta.



ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente Câmara Municipal de Viana do Castelo
Vice-Presidente Câmara Municipal de Lagoa (Açores)
Secretário Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Direção

Presidente Cascais Ambiente, EM	Vice-Presidente AGERE, EM	Tesoureiro Câmara Municipal de Mafra
Vogal Câmara Municipal de Loulé	Vogal Câmara Municipal de Águeda	

Conselho Fiscal

Presidente Câmara Municipal de Amadora	Secretário Câmara Municipal de Madalena	Relator Câmara Municipal de Funchal
--	---	---



ASSOCIADOS

O ano de 2023 foi aquele que registou um maior crescimento no número de associados desde a criação da ALU. A 31 de dezembro, a Associação contava com **59 associados**, estando, na altura, a decorrer o processo de adesão de outras oito entidades, concluído em 2024.

Em termos de representatividade, através dos seus associados, a **ALU representava, no final do ano, cerca de 2 milhões de habitantes, mais de 20% da população nacional.**

A Fig. 1 mostra a evolução crescente do número total de associados entre 2020 e 2023. Já na Fig. 2, é possível verificar a evolução por tipo de associado, com destaque para o crescimento mais rápido do número de associados aderentes.



Figura 1 Evolução anual do número total de associados 2020-2023.

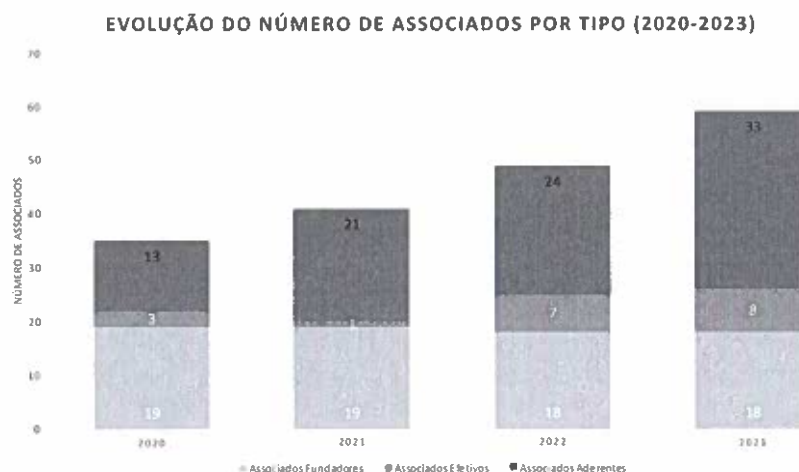


Figura 2 Evolução do número de associados por tipo 2020-2023.

DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

Em março de 2023, foram publicados, em Diário da República, o **Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR) 2030** e o **Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) 2030**. Os documentos eram há muito aguardados pelo setor e foi com agrado que a ALU constatou que, **pela primeira vez, a atividade de limpeza urbana era referida como tal em documentos do género.**

O reconhecimento configura um dos **marcos mais importantes** para a atividade da ALU em 2023, refletindo o esforço e o trabalho desenvolvido pela nossa Associação nos anos anteriores no sentido de **colocar a Limpeza Urbana como objeto das políticas públicas e de ambiente nacionais**. Além disso, e visto que os documentos elencam uma série de medidas nas quais a ALU é a entidade responsável, esta referência vai ser preponderante também na atividade futura da Associação.

Ao analisar o PERSU 2030, é possível verificar que a Limpeza Urbana é referida várias vezes, tanto no “Eixo II: Gestão de Recursos”, como no “Eixo III: Gestão de Resíduos”. Já no PNGR 2030, a Limpeza Urbana é também mencionada, em particular no “Objetivo Estratégico 3: Reduzir os impactos ambientais negativos, através de uma gestão de resíduos integrada e sustentável”, com medidas relacionadas com a promoção da autossuficiência, competitividade e a sustentabilidade do setor, e com a melhoria da comunicação em matéria de resíduos e limpeza urbana.

Importa aqui indicar as ações previstas pelo PERSU 2030 que visam a ALU enquanto entidade responsável:

- Definição de **metodologia de cálculo** para a determinação das contribuições financeiras a atribuir a município/freguesias, associadas aos custos de Limpeza gerados pelos resíduos de produtos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 78/2021 (plásticos de uso único), com base nos requisitos estabelecidos pela Comissão Europeia (Eixo III, OB. IV, Medida 2, Ação 2.3, PERSU 2030);
- Programa de **capacitação** no âmbito da gestão de resíduos e limpeza urbana, com periodicidade bienal (Eixo III, OB. V, Medida 5, Ação 5.2, PERSU 2030);
- **Capacitação** dos técnicos dos SGRU, municípios e freguesias para as áreas da Limpeza Urbana, nomeadamente através da produção de guias técnicos e manuais de boas práticas de Limpeza Urbana (Eixo III, OB. V, Medida 6, Ação 6.1, PERSU 2030);
- Criação e publicação de um **índice nacional de limpeza urbana**, que reflita a perceção do estado de limpeza das cidades por parte dos cidadãos, mas também o modo como os serviços são prestados pelas entidades (Eixo III, OB.VI, Medida 3, Ação 3.3, PERSU 2030).

O PERSU 2030 prevê a participação da ALU enquanto entidade envolvida nas seguintes ações:

- **Modernização** da gestão de recolha de resíduos, incluindo a digitalização e utilização de TIC (tecnologias de informação e comunicação), que permita sistemas e circuitos integrados, otimizados e dinâmicos assim como circuitos e frequência da limpeza urbana/varredura (Eixo II, OB. II, Medida 5, Ação 5.1, PERSU 2030);

- Desenvolvimento de **campanhas** de âmbito nacional, direcionada à prevenção e promoção da recolha seletiva de resíduos urbanos (Eixo III, OB.VI, Medida 1, Ação 1.1, PERSU 2030);
- Desenvolvimento de **barómetro** para a avaliação de temas críticos identificados pelos produtores de resíduos urbanos no que respeita ao serviço prestado para apoio à avaliação da implementação da estratégia (Eixo III, OB.VI, Medida 1, Ação 1.4, PERSU 2030).

De realçar que todo o trabalho preconizado pela ALU durante o ano de 2023 foi também no sentido de preparar a capacidade de resposta da Associação a estas exigências, na medida do possível e tendo em conta os recursos disponíveis e a incerteza política vivida no país.



CONFERÊNCIAS E OUTROS EVENTOS

A presença da ALU em eventos nacionais e internacionais, quer através da sua equipa operacional, quer através da sua Direção e/ou associados, foi uma constante em 2023. A Associação assumiu ainda a organização de ações, sempre que se justificou.

Conferência “PERSU 2030: Conhecer e atuar”

Face à importância dos documentos estratégicos PNGR 2030 e PERSU 2030 e à urgência da sua implementação, a ALU sentiu a necessidade de organizar uma conferência com vista a explorar e analisar as novas diretrizes.

Com o apoio da Câmara Municipal de Mafra, a iniciativa “PERSU 2030: Conhecer e Atuar” teve lugar a 6 de junho, no Edifício Municipal de Serviços de Mafra.



A sessão contou com o contributo das especialistas da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) Ana Cristina Carrola (Vogal do Conselho Diretivo) e Sílvia Ricardo (Chefe da Divisão de Gestão da Informação de Resíduos) e, via vídeo, do Secretário de Estado do Ambiente, Hugo Polido Pires. Ao todo, estiveram presentes cerca de **100 participantes**, entre os quais decisores, técnicos municipais, representantes de empresas privadas e de outras organizações.



Figura 3: Direção da ALU com Cristina Carrola e Sílvia Ricardo da APA.



Figura 4 : Cerca de 100 participantes estiveram na conferência "PERSU 2030: Conhecer e atuar".

Jantar-convívio em Santa Maria da Feira

Os interesses da comunidade da ALU não se esgotam na Limpeza Urbana e, por norma, eventos direcionados para a gestão de resíduos são pontos de encontro dos associados. Por esse motivo, perante a presença de muitos dos nossos *stakeholders* na Conferência “Biorresíduos – Qualidade, Qualidade, Qualidade!”, organizada pelo jornal *Água & Ambiente* a 27 de junho, em Santa Maria da Feira, a ALU promoveu um jantar-convívio que juntou 31 participantes. A iniciativa promoveu o *networking*, assim como a troca de experiências sobre um tema que interessa também à Limpeza Urbana – a recolha seletiva de biorresíduos.

Eventos de entidades congéneres internacionais

A relação com entidades congéneres de outros países é uma forma de a ALU recolher **conhecimento** e de ter contacto com **novas soluções e abordagens** no setor, enquanto se posiciona no palco internacional como **referência portuguesa** para a atividade da Limpeza Urbana. Essa **aprendizagem** e a **partilha de boas práticas** são, depois, transmitidas aos associados através das ações que a Associação desenvolve ao longo do ano, servindo, em particular, como inspiração para os conteúdos programáticos do Encontro Nacional de Limpeza Urbana (ENLU).

Tendo isto em mente, em 2023, foi desenvolvido um esforço neste sentido, através da participação da ALU em iniciativas de âmbito internacional, nas quais o contacto com essas entidades pôde ser aprofundado.

Nos dias 24 e 25 de maio, a ALU esteve presente em Niort, França, no evento “**Les Rencontres Nationales de l’AVPU**”. A AVPU - Association des Villes pour la Propreté Urbaine foi criada em 2010 e reúne municípios e agentes territoriais franceses e belgas em prol da limpeza urbana, tendo sido uma das fontes de inspiração para a criação da ALU.

A 20 de junho, a ALU visitou o Comité das Regiões em Bruxelas para participar na “**Stop Litter Now! Summit 2023**”. A iniciativa foi organizada pela Clean Europe Network e foi palco das primeiras conversações para a adesão da ALU a esta rede internacional – processo que se concretizou no início de 2024.

Em outubro, a voz da ALU fez-se ouvir no Brasil, através da presença do presidente da Direção, Luís Almeida Capão, no **CIRS Búzios**, evento organizado pela Masterplan Engenharia Consultiva e Ambiental. A participação serviu de convite aos profissionais do setor brasileiros para participarem no 5.º ENLU.

Eventos nacionais

Como não podia deixar de ser, a ALU está também atenta ao calendário nacional, com destaque para as iniciativas mais relevantes para os seus associados. Assim, a ALU esteve presente, enquanto visitante, no **Portugal Smart Cities Summit** (10-12 outubro) e no **17.º Fórum Resíduos** (27-28 de novembro).



PARCERIAS ESTRATÉGICAS E COMITIVAS

Dar continuidade às parcerias estratégicas estabelecidas em anos anteriores foi uma das prioridades da ALU em 2023. Atendendo à agenda de eventos internacionais, a Associação renovou as colaborações com as entidades organizadoras do salão Pollutec (Lyon, França) e da feira Ecomondo (Rimini, Itália).

A participação da ALU e dos seus associados em eventos internacionais é um reforço importante para a dinâmica internacional da Associação. As parcerias realizadas fomentam as boas relações com as entidades organizadoras destes certames, potenciando **novas oportunidades de participação** nos anos seguintes.

Durante o ano de 2023, a ALU preparou também caminho para os eventos que acontecem de dois em dois anos de relevo para o setor e que terão lugar em 2024, nomeadamente a IFAT Munique e a Tecma (IFEMA Madrid), renovando as respetivas parcerias.

Pollutec

Entre os dias 10 e 13 de outubro, a cidade francesa de Lyon recebeu a 17.ª edição do salão Pollutec. No âmbito da parceria definida com a Promo Salons, a ALU assegurou entradas gratuitas aos seus associados e teve a possibilidade de organizar duas ações no decorrer do certame que se revelaram bastante proveitosas em termos de *networking* para os associados presentes, abrindo portas a parcerias e negócios no futuro e a um possível apoio a empresas lusas em França.



Figura 5 Comitiva da ALU no "rendez-vous" no salão Pollutec



Figura 6 Visita com Cônsul-geral de Portugal em Lyon e o representante da feira.

A 11 de outubro, teve lugar, no espaço Fórum Internacional, um "rendez-vous", um encontro simbólico entre alguns dos associados que visitaram a feira e os que participavam na exposição e no qual estiveram também o presidente do Portugal Business Club de Lyon, Cláudio Pinto Fernandes, e o responsável da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa Sébastien Paillares. Em representação da Direção da ALU esteve o seu vice-presidente, Rui Sá Morais, que liderou esta comitiva composta por membros de sete associados diferentes.



No dia seguinte, foi a vez de o Cônsul-Geral de Portugal em Lyon, André Cordeiro, visitar a feira a convite da ALU, contando com a companhia de Rui Sá Morais e de alguns membros da restante comitiva. Os participantes foram recebidos pelo diretor de vendas do Pollutec, Shakir Dixon, seguindo depois para uma visita ao salão, onde puderam conhecer as novidades das duas empresas associadas da ALU em exposição.

Ecomondo

Evento anual, a Ecomondo realizou-se em Rimini, Itália, entre os dias 7 e 10 de novembro. Sendo este um evento de particular interesse para os seus associados, a ALU manteve a colaboração de edições anteriores, disponibilizando condições de participação vantajosas aos seus membros.

Através do seu vice-presidente, Rui Sá Morais, a ALU marcou presença no evento, que se revelou também um ponto de encontro de vários associados aderentes em terras italianas.

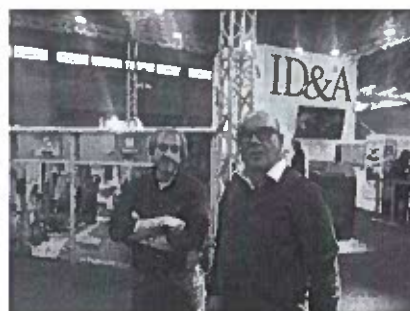


Figura 7 Direção e Associados encontram-se na feira Ecomondo, em Rimini.

Let's Do It World

No seguimento da adesão ao World Cleanup Day, concretizada através da Campanha “Limpa a tua rua”), a ALU estabeleceu uma parceria com a entidade responsável pela organização da iniciativa mundial, a Let's Do It World.

Com isto, foi possível à ALU aceder aos recursos necessários para a utilização da marca internacional, aumentando a visibilidade da sua campanha em território nacional. Pretende-se que este contacto tenha sido um primeiro passo para uma colaboração mais alargada em 2024, posicionando a ALU como agente dinamizador da organização de ações de limpeza com a chancela do WCD em Portugal.



LIMPEZA URBANA
Para as Cidades
+ Inteligentes e Sustentáveis

REUNIÕES

Secretaria de Estado do Ambiente

A 11 de maio, a Direção da ALU foi recebida pelo então Secretário de Estado do Ambiente, Hugo Polido Pires, nas instalações do ministério do Ambiente, em Lisboa. Com o objetivo de apresentar a Associação e o trabalho desenvolvido até à data, os membros da Direção Luís Almeida Capão, Rui Sá Morais e Lúcia Bonifácio aproveitaram a ocasião para chamar a atenção do governante para algumas das preocupações e expectativas do setor.

A reunião com a secretaria de Estado aconteceu no rescaldo da publicação do PERSU 2030, pelo que este foi um dos principais temas abordados, com a Direção a sublinhar a disponibilidade e a vontade da Associação para assumir as responsabilidades atribuídas à ALU pelo documento estratégico. Também em destaque estiveram temas como a urgência de devolver às autarquias 12 milhões de euros para a cobertura dos custos de limpeza urbana de plásticos de uso único no âmbito da Responsabilidade Alargada do



Figura 8: Direção da ALU é recebida pelo secretário de Estado do Ambiente, Hugo Polido Pires.

Produtor (RAP), assim como de encontrar mecanismos que permitam às mesmas entidades aceder a 44 milhões de euros correspondentes a outros fluxos seletivos nas RAP, conforme valores apurados pelo estudo feito pela ALU/Electrão.

O encontro foi ainda uma oportunidade para transmitir ao Governo da altura algumas das preocupações dos associados da ALU relacionadas com o ministério do Ambiente, tais como incertezas sobre datas de entrada em vigor de obrigаторiedades (SDR - Sistema de Depósito e Reembolso, RAP ou sistemas PAYT – *Pay as you throw*), mas também com outras áreas governativas (tacógrafos, homologação de viaturas de recolha, etc.).

Pedido de reunião com ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

Dando seguimento aos esforços de anos anteriores, em 2023, a Direção da ALU voltou a solicitar, por diversas vezes, mas sem sucesso, uma reunião com a Direção da ANMP, com o propósito de analisar formas de aproximação entre as duas entidades e a possibilidade de trabalho conjunto na área crítica do ambiente e das cidades.



Campanha de comunicação conjunta

O cumprimento dos objetivos de prevenção de produção de resíduos e de reciclagem exige a participação ativa dos cidadãos, mas, para que tal aconteça, o setor deve comunicar eficazmente a sua mensagem.

É amplamente reconhecido que, apesar de terem objetivos comuns, os diversos agentes do setor dos resíduos sempre comunicaram com os cidadãos de forma fragmentada, com campanhas focadas em mensagens particulares e específicas das suas áreas de atuação, muitas vezes, emitidas em simultâneo. No mundo acelerado em que vivemos, esta fragmentação dificulta a receção da mensagem, minando o seu potencial de impacto na mudança de comportamentos.

A ALU tem defendido a necessidade de o setor se unir numa **campanha de comunicação**, falando a uma só voz, de **forma descomplicada e acessível**, e partindo de um **desejo** comum a todos: viver numa cidade limpa. Por esse motivo, a Associação encetou, em setembro, um primeiro esforço para juntar alguns *stakeholders* do setor e aferir a sua disponibilidade para a realização de uma campanha de comunicação conjunta.

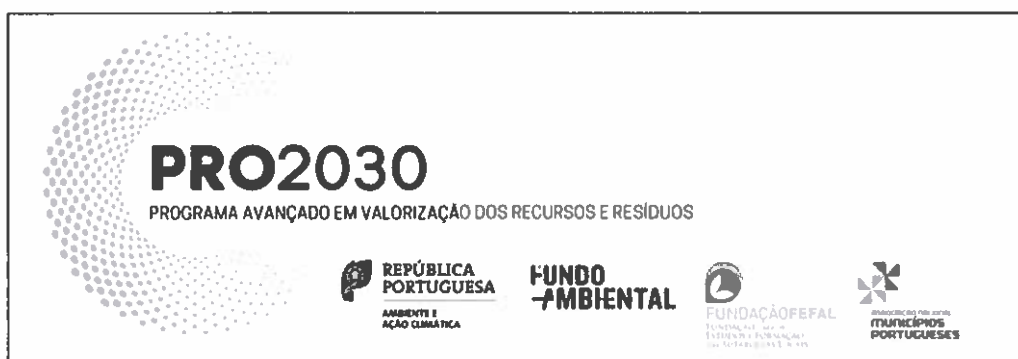
Numa reunião que teve lugar a 7 de setembro, em Cascais, promovida pelo presidente da Direção da ALU, estiveram representantes da Sociedade Ponto Verde, da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, da ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos, da EGF - Environment Global Facilities, da Electrão e da ERP Portugal/Novo Verde. As entidades presentes partilharam a preocupação da ALU no que se refere à necessidade de uma campanha de comunicação conjunta, mas mostraram-se hesitantes em avançar com qualquer projeto mais concreto.

Em linha com esta intenção da Associação, poucas semanas depois, seria anunciado o lançamento de um aviso para a APA, no âmbito do PACS - Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade, com um orçamento de 20 milhões de euros para uma “Campanha de informação, sensibilização e comunicação - Gestão de Resíduos”. A ALU foi uma das entidades convidadas a fazer parte do grupo de acompanhamento desta iniciativa, tendo participado numa reunião de preparação do caderno de encargos desta campanha a 30 de outubro, na qual manifestou a sua disponibilidade para contribuir com a sua experiência e proximidade aos agentes territoriais.



FORMAÇÃO

Elaborar um Programa de Formação inovador que responda às necessidades do mercado e dos serviços de Limpeza Urbana é uma vontade da ALU desde a sua criação. Apesar de, até aqui, não terem sido ainda reunidas as condições para que a ALU possa avançar com uma iniciativa desta natureza, a Associação permanece **disponível para participar em ações formativas** promovidas por outras entidades. Foi o caso do PRO2030 - Programa Avançado em Valorização dos Recursos e Resíduos, uma iniciativa da secretaria de Estado do Ambiente e do Fundo Ambiental em parceria com a FEFAL – Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais, que decorreu em cinco edições entre os meses de maio e novembro. O presidente da Direção da ALU, Luís Almeida Capão, fez parte do quadro de formadores, sendo o responsável pelo módulo “O potencial da varredura urbana”.



GRUPOS DE TRABALHO

Jornada Mundial da Juventude

A realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) foi um dos acontecimentos que marcou o ano de 2023 no nosso país. Entre os dias 1 e 6 de agosto, o evento internacional trouxe à região de Lisboa mais de 1,5 milhões de peregrinos, o que representou uma pressão extraordinária no uso e na gestão de recursos dos municípios que receberam o evento, assim como na prestação de determinados serviços, como a limpeza urbana e a recolha de resíduos.

A sustentabilidade foi uma das bandeiras do evento e, por esse motivo, foi criado, ainda em 2022, um grupo de trabalho para o tema, do qual a ALU fez parte. Nos meses que antecederam o evento, o grupo de trabalho reuniu por diversas vezes e organizou uma visita técnica às instalações da Valorsul, para as quais se antecipava uma “operação sem precedentes” durante a JMJ Lisboa 2023. Ao participar nestas iniciativas, a ALU teve também oportunidade de contribuir com o seu conhecimento e experiência para tornar este evento mais sustentável.



Figura 9 A ALU fez parte do Grupo de Sustentabilidade da JMJ Lisboa 2023.

ESTUDOS E OUTROS CONTRIBUTOS

PERSU 2030: Resumo Técnico

No âmbito da conferência “PERSU 2030: Conhecer e Atuar”, organizada pela ALU com o apoio da Câmara Municipal de Mafra, foi solicitada a elaboração de um resumo técnico do diploma à Gibbs/Nowa.

Assumindo um tom exploratório, pretendeu-se que este resumo servisse de apoio à comunidade na leitura das exigências do plano estratégico, tornando mais fácil e acessível a sua compreensão. O documento foi disponibilizado aos participantes em versão PDF durante a conferência.



“Importância e Impacte do Sector da Limpeza Urbana em Portugal” | Atualização

Com as alterações macroeconómicas dos últimos dois anos, considerou-se importante perceber o impacto destas mudanças na atividade da Limpeza Urbana em Portugal. Por isso, a ALU desafiou a consultora 3drivers, sua associada, a fazer uma **atualização do estudo “Importância e Impacte do Sector da Limpeza Urbana em Portugal”**, lançado em 2021.

Os resultados foram apresentados pelo presidente da Direção da ALU, Luís Almeida Capão, na sessão de abertura do 5.º ENLU. Com base num inquérito realizado junto das autarquias, entre 2 de novembro e 4 de dezembro de 2023, foi possível apurar que os **custos da Limpeza Urbana em território nacional representam agora 39€/habitante/ano**, o que significa um aumento de cerca de 30 % em relação aos primeiros dados recolhidos em 2021.

Esta subida justifica-se pelo **aumento de 79 % dos custos com os recursos humanos**, quer por terem sido contratados mais 12 mil trabalhadores face ao ano de 2021, quer pelo aumento das remunerações. De destacar ainda que, em 2023, o setor da Limpeza Urbana contribuiu para a **criação de mais de 556 milhões de euros de valor acrescentado bruto** para o País, considerando tanto a atividade pública como a privada.

Para a realização deste inquérito, a ALU/3drivers contou com o apoio da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias. Foram recebidas 72 respostas completas, mais do que as 59 que contribuíram para o estudo anterior.

Contributos

Durante o ano 2023, a ALU foi por várias vezes chamada a contribuir com o seu conhecimento para a discussão de temas estratégicos para a APA. Ao longo do ano, foram elaborados pareceres alinhados com os posicionamentos públicos da ALU sobre os seguintes assuntos:

- Comentário à Revisão das Orientações da Comissão Europeia no que se refere aos critérios sobre os custos de limpeza do lixo;
- Consulta sobre Critérios para a diferenciação das prestações financeiras, n.º 4 do artigo 15.º do UNILEX - S030235-202305-DRES.DFEMR.



COMUNICAÇÃO

Website e redes sociais

No último ano, o crescimento da Associação obrigou a um reforço da comunicação nos seus canais existentes. Em linha com os objetivos de alcançar potenciais associados, de divulgar e de afirmar o papel da Associação enquanto referência para o setor, o sítio da ALU na internet (www.associacaolimpezaurbana.org), em funcionamento desde maio de 2020, foi reformulado, contemplando agora novos espaços de divulgação de informação e conteúdos.

A reestruturação tem-se refletido num aumento das visitas à página. Durante o ano de 2023, a página recebeu 71.000 visitas e registou mais de 29.000 visualizações de página (Fig. 10), sendo evidente o impacto nestes números do reforço das ações de promoção do 5.º ENLU, a partir de outubro.

Além disso, com vista a estabelecer uma relação de fidelização com o público-alvo da ALU, foi criada uma newsletter regular (periodicidade variável, adequada às necessidades de comunicação da Associação), cujo número de subscritores é já superior a 1900 contactos.

As redes sociais LinkedIn e Facebook complementam a presença digital da Associação, contando já com 1726 e 1103 seguidores, respetivamente.

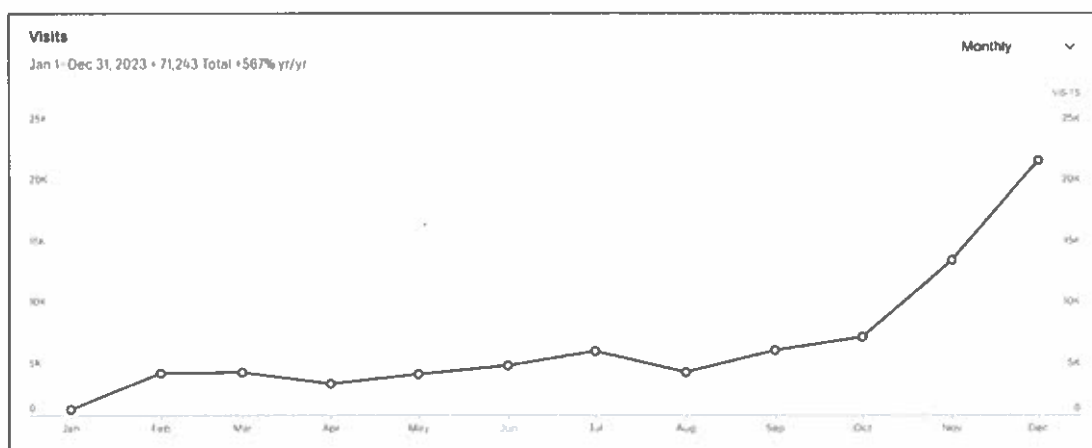


Figura 10 Visitas ao website da ALU em 2023.



Campanhas de sensibilização

A 16 de setembro, a ALU assinalou, pela primeira vez, o World Cleanup Day (WCD) com o lançamento de uma campanha que apelou ao envolvimento de todos na Limpeza Urbana. Com o mote **"LIMPA A TUA RUA – Porque a limpeza urbana depende de todos, todos os dias"**, o objetivo foi sublinhar o papel que cada um desempenha na manutenção de uma cidade limpa. O WCD é uma iniciativa promovida pela organização não-governamental (ONG) internacional Let's Do It World, que, desde 2018, junta, anualmente e por todo o mundo, milhões de voluntários em ações de limpeza local.

Através de cinco imagens divertidas que ilustram como as pessoas comuns podem assumir-se como voluntárias e participar numa ação de limpeza urbana, a ALU desafiou os cidadãos a tomarem a iniciativa e organizarem eventos do género nas suas comunidades locais ou a participarem nas que estão previstas por outras entidades.

A ALU disponibilizou os materiais editáveis desta campanha, permitindo, assim, que os seus associados os adaptassem aos seus territórios ou às suas empresas.

A campanha foi divulgada por vários associados e teve ainda reflexo na imprensa especializada, com a publicação de notícias sobre a ação.



Figura 11: Campanha "Limpa a tua rua", desenvolvida pela ALU no âmbito do World Cleanup Day.



Por ocasião do Natal, a ALU recuperou a sua campanha **#Brigadamaispresente**, apelando à colaboração dos cidadãos no combate ao desperdício e na adequada deposição dos resíduos, facilitando, assim, o trabalho daqueles que continuam nas ruas nas épocas festivas.

Imprensa especializada e clipping

A parceria entre a ALU e a revista Smart Cities foi renovada para o ano de 2023 e, com isso, os associados puderam usufruir de um espaço de divulgação das suas novidades nos moldes dos anos anteriores.

Em cada uma das edições da publicação (quatro por ano), são publicadas até quatro notícias dos associados aderentes e uma crónica assinada pela Direção da ALU, com vista a promover o posicionamento da Associação sobre temas que interessam ao setor.



Figura 12 Parceria com a imprensa especializada.

A ALU fez ainda parte do Anuário Smart Cities 2023, publicação de prestígio da mesma editora, proporcionando que os associados aderentes da ALU tivessem maior destaque neste diretório de empresas do setor das cidades inteligentes.

Além desta parceria, ao longo do ano, foram vários os motivos que fizeram da atividade da Associação notícia: lançamento dos Prémios Cidade+; publicação do PNGR 2030 e PERSU 2030; anúncio do 5.º ENLU; conferência “PERSU2030: Conhecer e atuar”; campanha “Limpa a tua rua”; 5.º ENLU. Tal refletiu-se na publicação de, pelo menos, 25 peças noticiosas em órgãos de comunicação social tão diversos como o Jornal de Negócios, Ambiente Magazine, O Instalador, Away, Equipamentos y Servicios Municipales, Smart Planet, entre outros.



5.º ENCONTRO NACIONAL DE LIMPEZA URBANA

O Evento

“Limpeza Urbana ao Serviço das Pessoas e dos Territórios” foi o tema escolhido para 5.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana (ENLU), que teve Cascais como município anfitrião. Entre os dias 12 e 14 de dezembro, o Autódromo do Estoril foi alvo de uma imensa transformação, acolhendo, ao longo dos três dias, 1150 participantes – um número recorde que faria desta edição a maior de sempre do evento anual da ALU.

Em 2023, a par do programa de conferências, o ENLU voltou a ter componente expositiva, com 30 empresas a mostrarem as suas soluções na **Urban Cleaning Expo Showroom**. Nesta edição, foi também aberta a exposição aos municípios, através da disponibilização de um espaço gratuito (com possibilidade de upgrade pago) a associados fundadores e efetivos. Além do município anfitrião, outros dois associados responderam ao desafio, trazendo assim uma nova dinâmica à “feira da limpeza urbana”. A par disso, o trabalho realizado pelos associados fundadores e efetivos em matéria de sensibilização para a Limpeza Urbana esteve também em destaque numa exposição de campanhas de sensibilização patente no túnel de acesso ao recinto.

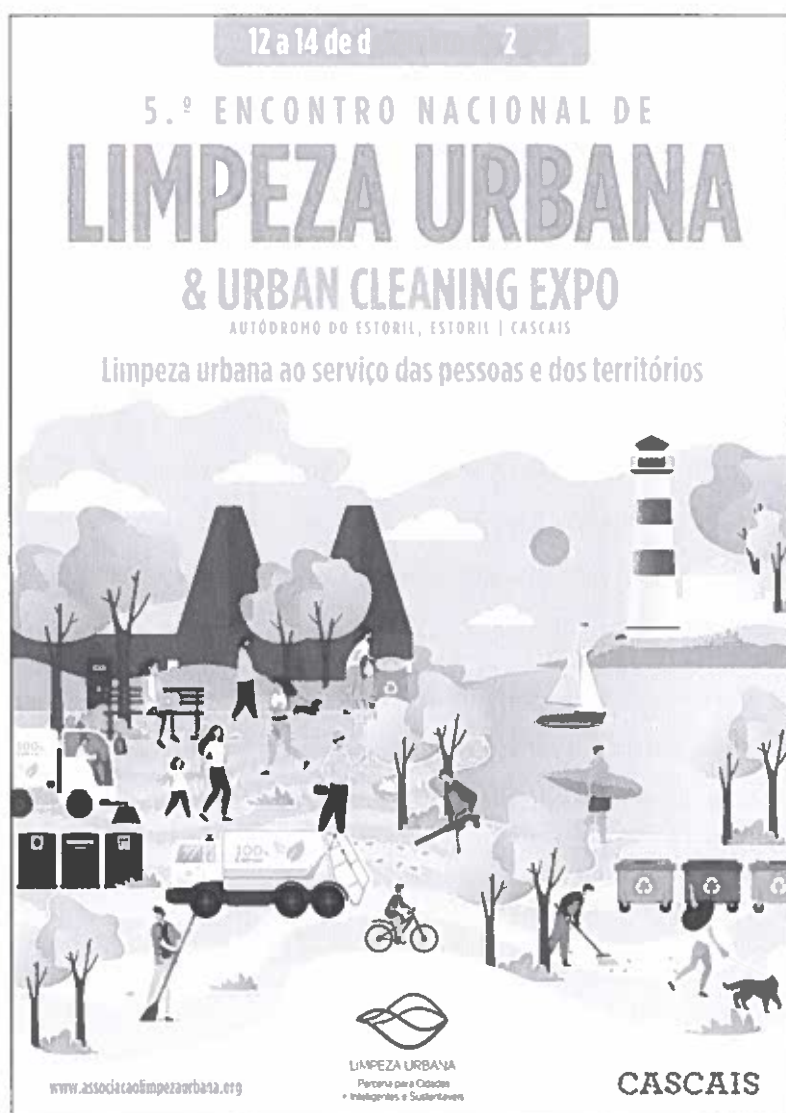


Figura 13: Cartaz do 5.º ENLU.



LIMPEZA URBANA
Parceria para Cidades
+ Inteligentes e Sustentáveis



No palco das conferências, passaram **40 oradores de 12 nacionalidades**, organizados em 16 painéis. O debate esteve em torno de seis temas centrais: cidades limpas, territórios vibrantes; serviço à prova de futuro; estratégias *bottom-up*; limpeza urbana inteligente e com impacto neutro no clima; rumo ao desperdício zero; equipas felizes. No contexto nacional, foi possível escutar os testemunhos de municípios como Águeda, Amadora, Barreiro, Braga, Cascais, Funchal, Guimarães, Loulé, Porto, São João da Madeira ou Vila Franca de Xira.

Já no panorama internacional, o evento contou com responsáveis municipais de Madrid, Málaga e Viena, e ainda representantes das entidades AVPU, Clean Europe Network e Gestes Propres.



Destaque ainda para os *keynote speakers*: Sascha Haselmayer, autor do livro “The Slow Lane: Why Quick Fixes Fail and How To Achieve Real Change”; e a ativista ucraniana Iuliia Markhel, que, numa apresentação emocionante, explicou como se continuam a organizar ações voluntárias de limpeza urbana mesmo em tempo de guerra.



No último dia, teve lugar um dos pontos mais altos do evento. Aproveitando as infraestruturas do Autódromo, a ALU fez questão de proporcionar uma experiência memorável aos seus associados e outros expositores, organizando um **desfile de veículos de Limpeza Urbana, como varredouras, lavadouras e camiões de recolha, pela pista**. Foi ainda possível testar as viaturas e ver demonstrações dos equipamentos no local.

Integrados na agenda de eventos paralelos do 5.º ENLU, estiveram a **cerimónia de entrega dos Prémios Cidade+ e o habitual Jantar Anual de Associados**.

Patrocínios e parcerias

Além do apoio do município de Cascais enquanto anfitrião, os patrocínios e as parcerias institucionais estabelecidas foram determinantes para o sucesso do 5.º ENLU. O evento contou ainda com a revista Smart Cities como *media partner*.



Figura 14 Patrocínios e parceiros institucionais do 5.º ENLU.

Sustentabilidade

Neste 5.º ENLU, houve uma preocupação acrescida com a sustentabilidade, critério que foi tido em conta nas várias decisões da organização. De modo a atenuar a pegada ambiental do encontro, a ALU estabeleceu uma parceria com a MobiCascais para a disponibilização de um autocarro a hidrogénio para a deslocação de oradores e de outros participantes entre o hotel parceiro do evento, Hotel Cascais Miragem, e o Autódromo do Estoril, duas vezes por dia em horário pré-definido.

Com vista à diminuição do uso de plásticos de uso único, foram colocadas fontes de água em locais estratégicos do certame, incentivando os participantes a trazerem as suas garrafas reutilizáveis. O design para as fitas produzidas, com o patrocínio da Contenur, foi também pensado de forma a que estas possam ser reutilizadas numa edição seguinte.

O combate ao desperdício alimentar não foi esquecido no programa de conferências e a ALU quis colocá-lo em prática durante o evento. Nesse sentido, foi realizada uma parceria entre a Associação e a REFOOD Cascais que se materializou na **doação das sobras de comida** resultantes deste evento. Ao longo dos três dias de evento, cerca de 100 litros de sopa e 35 tabuleiros de comida foram recolhidos pelos voluntários da REFOOD.



Balanço

O 5.º ENLU foi, sem dúvida, a maior edição de sempre do evento. O número de participantes (1150) superou o de edições anteriores e ultrapassou, inclusivamente, as expectativas da organização, que, por duas vezes, teve de reabrir as inscrições já no decorrer do encontro. Também em número de expositores (30), esta edição superou a de 2021 (29), em Braga, com destaque ainda para o interesse demonstrado de municípios em estarem presentes na exposição, o que abre um potencial de crescimento para o evento em si.

De referir também que a participação no evento serviu como **fator de angariação de novos associados aderentes**. As condições mais vantajosas a que os membros da ALU têm direito foram decisivas na adesão de seis novas entidades. Já para a angariação de novos associados efetivos, o evento serve acima de tudo como promotor da Associação.



Ainda assim, no programa das conferências, houve a preocupação de incluir municípios e outras entidades do setor público cujo trabalho em matéria de Limpeza Urbana faz destes potenciais associados.

Organizar um evento desta natureza num espaço como o Autódromo do Estoril, que não é pensado para ser um centro de congressos, revelou-se um enorme desafio, ao qual a ALU e os seus associados souberam dar resposta, criando um evento único e memorável. Não obstante, a transformação do espaço exigiu um esforço financeiro superior aos de anos anteriores, estimando-se **o custo total do evento em 230.000 euros**. Por sua vez, **o valor angariado em patrocínios foi de cerca de 177.000 euros**, tendo o apoio do município anfitrião, Cascais, através do aluguer do espaço, dos audiovisuais e de apoio logístico, sido fundamental para a concretização da iniciativa.

Antecipando a magnitude do evento que estava a preparar, a ALU começou, logo em abril, a campanha de divulgação do 5.º ENLU. Em outubro, com a abertura das inscrições, deu-se início a uma estratégia de comunicação regular através dos canais da Associação (newsletter, notícias no website, publicações nas redes sociais, entre outros). A



realização dos Prémios Cidade+, cuja cerimónia de entrega aconteceria no ENLU, foi aproveitada como motivo para promover, simultaneamente, o evento.

Com o aproximar do ENLU, foram desenvolvidos materiais gráficos de promoção, destacando as temáticas e os oradores convidados. Pela sua relação à atualidade, a presença dos *keynotes speakers* em particular revelou-se determinante no interesse mediático levantado pelo evento, o que se refletiu na quantidade de notícias publicadas, incluindo em órgãos de comunicação social generalistas como a TSF e a RTP.

Por sua vez, a participação de oradores com responsabilidades ao nível municipal foi estrategicamente comunicada a órgãos de comunicação social regionais, o que aumentou a projeção do evento em diversas geografias no território nacional. Estes esforços traduziram-se, em termos de cobertura mediática, em cerca de **60 peças noticiosas publicadas**, cujo valor (*PR Value*) se estima rondar os 588.000 euros (ver Tabela 1).

Durante o mês de dezembro, a comunicação e promoção do evento nas redes sociais deverá ter alcançado cerca de **50.000 contactos**, sem qualquer recurso a publicidade online.

5.º ENLU em números:



Jantar Anual de Associados

Na agenda social do ENLU, decorreu também o Jantar Anual de Associados. Em 2023, o momento teve lugar a 13 de dezembro, no Hotel Cascais Miragem, e estiveram presentes mais de 100 pessoas, entre associados, oradores e convidados. A ocasião voltou a ser um importante espaço de convívio e descontração, reforçando o bom ambiente que caracteriza a comunidade da ALU.

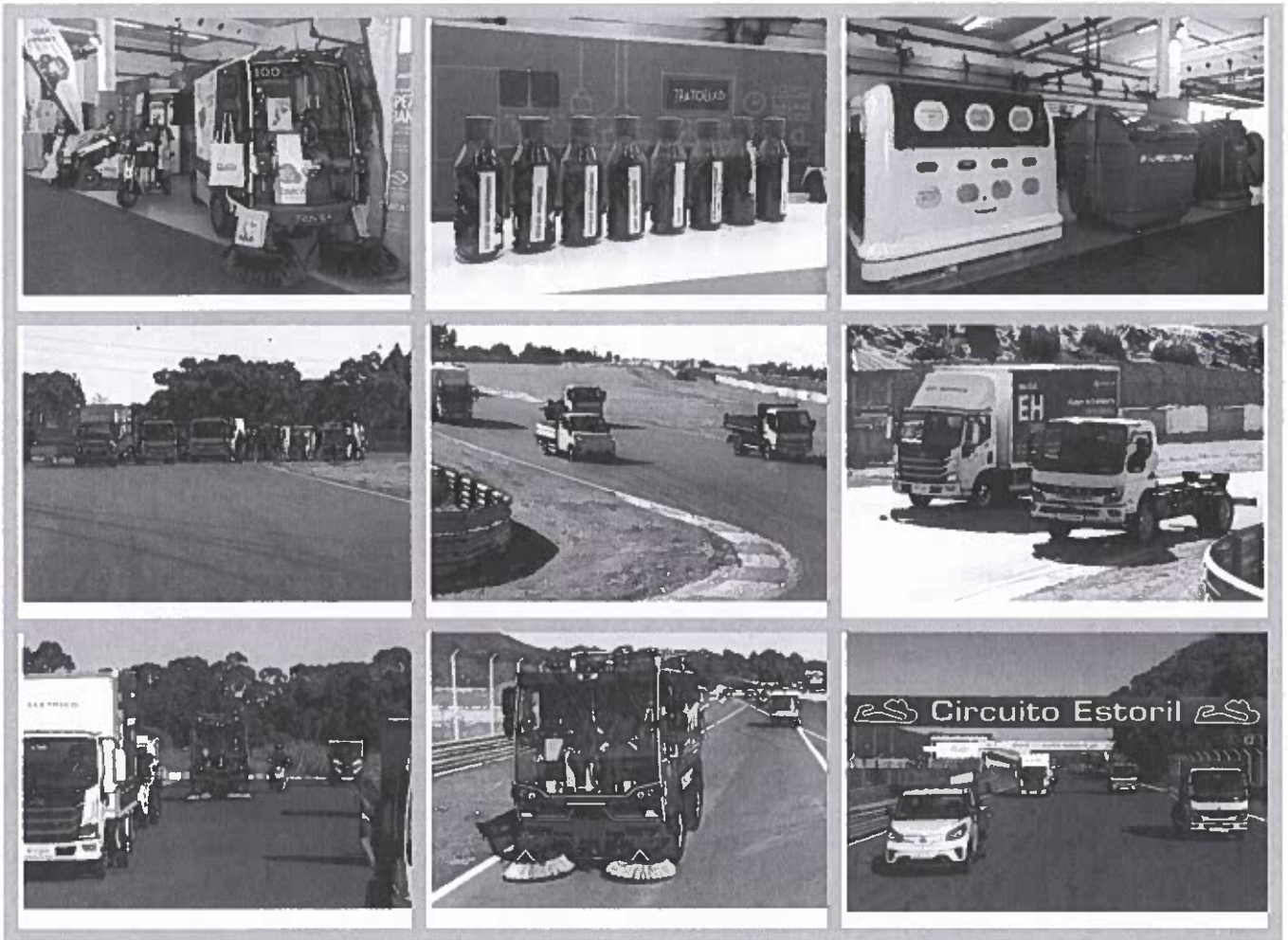


Galeria





LIMPEZA URBANA
Parceira para Cidades
+ Inteligentes e Sustentáveis



Clipping

Meio	Data	Título peça	OCS
TV	2023-12-29	<u>Limpeza urbana</u>	RTP1 - Portugal em Direto
Web	2023-12-21	<u>Em dezembro, o Encontro Nacional de Limpeza Urbana marca a agenda das cidades</u>	Revista O Instalador Online
Web	2023-12-20	<u>Associação Limpeza Urbana junta mais de mil pessoas em encontro nacional em Cascais</u>	Smart Cities Online
Radio	2023-12-19	<u>Guerra na Ucrânia</u>	TSF - Notícias
Web	2023-12-19	<u>A inovação na limpeza urbana</u>	Smart Cities Online
Web	2023-12-19	<u>a sustentabilidade em tempos de guerra na Ucrânia</u>	TSF Online
Web	2023-12-18	<u>Beja integra Associação de Limpeza Urbana</u>	Rádio Pax Online
Web	2023-12-17	<u>Prémios Cidade+ distinguem projetos da Cascais Ambiente e do Estoril Praia Futebol</u>	NiT New in Town Online - New in Cascais Online
Web	2023-12-15	<u>Ambiente e limpeza urbana em tempos de guerra: o relato de uma ativista ucraniana</u>	Smart Cities Online
TVOnline	2023-12-15	<u>Autarquias da área de Lisboa defendem mais investimento e modernização na recolha do lixo</u>	Tv Online RTVON
Web	2023-12-14	<u>SMAS de Sintra aderem à Associação de Limpeza Urbana</u>	Ambiente Magazine Online
Press	2023-12-14	<u>Projecto da Mealhada distinguido pelos Prémios Cidade+</u>	Campeão das Províncias - Campeão das Províncias - Edição Digital
Press	2023-12-14	<u>BRAGA AGERE RECEBE EM LISBOA PRÉMIO NACIONAL CIDADE+ - EQUIPAS FELIZES</u>	Correio do Minho
Web	2023-12-14	<u>Agere recebe Prémio Cidade+ na categoria Equipas Felizes</u>	Correio do Minho Online
Press	2023-12-14	<u>Agere distinguida com Prémio Cidade+</u>	Diário do Minho
Web	2023-12-14	<u>Prémios Cidade+ distinguem projetos e organizações de Limpeza Urbana</u>	Green Savers Online
Press	2023-12-14	<u>NO ESTORIL - Águeda participa no encontro nacional de limpeza urbana</u>	Jornal da Bairrada
Web	2023-12-14	<u>Braga: AGERE premiada por ter trabalhadores "felizes"</u>	Minho Online (O)
Web	2023-12-14	<u>Cascais: Prémios "Cidade+" distinguem projetos e organizações de limpeza urbana</u>	Nação Online (A)
Web	2023-12-14	<u>A AGERE foi distinguida por ter colaboradores "felizes"</u>	PressNET Online
Web	2023-12-14	<u>Autarquias da área de Lisboa defendem mais investimento e modernização na recolha do lixo</u>	Renascença Online
Web	2023-12-13	<u>Estoril distinguido com Campanha do Ano por responsabilidade ambiental</u>	Bola Online (A)
Web	2023-12-13	<u>BRAGA - Agere recebe prémio Cidade+ na categoria de 'Equipas Felizes'</u>	Jornal O Vilaverdense Online
Web	2023-12-13	<u>Agere recebe premio Cidade+ na categoria de 'Equipas Felizes'</u>	Press Minho Online
Web	2023-12-13	<u>AGERE recebe prémio na categoria 'Equipas Felizes'</u>	RUM - Rádio Universitária do Minho Online
Web	2023-12-13	<u>Prémios 'Cidade+' distinguem projetos de Aveiro e Mealhada</u>	Rádio Terra Nova Online

Press	2023-12-13	<u>NO AUTÓDROMO DO ESTORIL - Águeda participa em encontro nacional de limpeza urbana</u>	Soberania do Povo
Web	2023-12-13	<u>Agere recebe prémio 'Cidade +' na categoria 'Equipas Felizes'</u>	Terras do Homem Online
TVOnline	2023-12-13	<u>Braga: AGERE distinguida com Prémio Cidade+</u>	Tv Online Braga TV
Web	2023-12-12	<u>SMAS de Sintra aderem à Associação de Limpeza Urbana</u>	Green Savers Online
Web	2023-12-12	<u>Encontro Nacional de Limpeza Urbana distingue e debate boas práticas no Estoril</u>	Green Savers Online
Web	2023-12-12	<u>Aveiro: Município presente em debate sobre desafios na gestão de resíduos.</u>	Rádio Terra Nova Online
Web	2023-12-12	<u>5.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana apresenta e debate soluções para as cidades</u>	Smart Cities Online
Web	2023-12-11	<u>Agere presente no Encontro de Limpeza Urbana</u>	Antena Minho Online
Press	2023-12-11	<u>Agere presente no Encontro de Limpeza Urbana</u>	Correio do Minho
Web	2023-12-11	<u>Agere presente no Encontro de Limpeza Urbana</u>	Correio do Minho Online
Web	2023-12-09	<u>Infralobo participa no 5º Encontro Nacional de Limpeza Urbana</u>	Sul Informação Online
Press	2023-12-08	<u>Águeda integra encontro de limpeza urbana</u>	Diário de Aveiro
Press	2023-12-08	<u>FUNCHAL PARTICIPA NO ENCONTRO NACIONAL DE LIMPEZA URBANA</u>	Tribuna da Madeira
Web	2023-12-07	<u>Algarve participa em encontro nacional de limpeza urbana</u>	Algarve 7 Online
Web	2023-12-07	<u>Infralobo participa no 5.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana</u>	Algarve Informativo Online
Press	2023-12-07	<u>Aveiro participa em encontro de limpeza</u>	Diário de Aveiro
Press	2023-12-07	<u>Braga participa em Encontro Nacional de Limpeza Urbana no Autódromo do Estoril</u>	Diário do Minho
Web	2023-12-07	<u>Algarve presente no 5.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana</u>	DiáriOnline - Região Sul Online
Web	2023-12-06	<u>Algarve Participa em Encontro Nacional de "Limpeza Urbana"</u>	+ Algarve Online
Web	2023-12-06	<u>CEO da Infralobo será orador no 5º Encontro Nacional de Limpeza Urbana</u>	Algarve Primeiro Online
Press	2023-12-06	<u>Funchal em encontro de limpeza urbana</u>	Diário de Notícias da Madeira
Press	2023-12-06	<u>5.º ENLP - Funchal presente</u>	JM
Press	2023-12-06	<u>Última - Guimarães participa no encontro nacional de limpeza urbana</u>	Mais Guimarães - O Jornal
Web	2023-12-06	<u>Municípios nacionais debatem desafios urbanos na gestão de resíduos.</u>	Rádio Terra Nova Online
Web	2023-12-05	<u>BRAGA PARTICIPA EM ENCONTRO NACIONAL DE LIMPEZA URBANA</u>	Blogue do Minho
Web	2023-12-05	<u>Funchal participa em Encontro Nacional de Limpeza Urbana</u>	Diário de Notícias da Madeira Online
Web	2023-12-05	<u>Funchal presente no Encontro Nacional de Limpeza Urbana</u>	JM Online
Web	2023-12-04	<u>5.º ENLU: Programa convida a lançar mãos à obra para cidades mais limpas</u>	CNC - Centro Nacional de Cultura Online - E-Cultura Online
Press	2023-12-01	<u>DOSSIER SMART CITIES - Em dezembro, o Encontro Nacional de Limpeza Urbana marca a agenda das cidades</u>	Revista O Instalador
Press	2023-12-01	<u>Sumários</u>	Revista O Instalador
Radio	2023-12-19	<u>Guerra na Ucrânia - REPETIÇÃO</u>	TSF - Notícias

Tabela 1 Lista de peças noticiosas publicadas sobre o 5.º ENLU.



PRÉMIOS CIDADE+

Cerimónia de Lançamento

Feito o anúncio dos Prémios Cidade+ durante o IV ENLU, em novembro de 2022 em Loulé, o lançamento da primeira edição desta iniciativa da ALU decorreu em fevereiro e teve como palco o auditório da Biblioteca Fernando Piteira Santos, na Amadora.

Com sala cheia, a presença massiva de associados e de outros agentes do setor e representantes municipais mostrou o elevado interesse que os Prémios Cidade+ levantaram entre a comunidade. Além da abertura das

candidaturas, o evento foi ainda ocasião para apresentar o júri: Ana Cristina Tapadinhas, diretora-geral da DECO; Paulo Ferrão, professor catedrático do Instituto Superior Técnico - Universidade de Lisboa e membro da direção da associação europeia EUREKA; Graça Martinho, professora associada com agregação da FCT NOVA e membro da direção do centro de investigação MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente; Álvaro Beleza, diretor do Serviço de Sangue do CHLN/Hospital de S. Maria e presidente do Conselho Coordenador da SEDES-Associação Para o Desenvolvimento Económico e Social; Luís Newton, presidente da Junta de Freguesia de Estrela e vice-presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias; João Wengorovius Meneses, secretário-geral do BCSD Portugal; Nuno Lacasta, presidente da APA; António Bento, fundador da Solim, Equipamentos para Higiene e Limpeza Lda., e Luís Almeida Capão, presidente do Conselho de Administração da Cascais Ambiente – EMAC S.A e presidente da Direção da Associação de Limpeza Urbana.



Figura 15 Cerimónia de lançamento dos Prémios Cidade+, na Amadora.

Candidaturas

As candidaturas aos Prémios Cidade+ decorreram entre 16 de fevereiro e 30 de setembro, após uma prorrogação do prazo inicial (31 de julho) motivada pela elevada adesão. Durante esse período, a ALU levou a cabo uma estratégia de comunicação e divulgação da iniciativa que, além da promoção nos canais próprios, incluiu ações publicitárias em vários formatos em órgãos de comunicação social especializados – Smart Cities, Ambiente Magazine, Green Savers e Água & Ambiente –, mas também generalistas, como a TSF.

Das mais de 60 candidaturas recebidas de 30 organizações diferentes, 55 foram consideradas elegíveis e levadas a votação pelo júri. Para a avaliação, foi desenvolvido um formulário online que permitiu aos jurados consultar a informação disponibilizada pelos candidatos e atribuir a respetiva pontuação nos critérios de Inovação, Sustentabilidade, Impacto, Replicabilidade. Nas categorias especiais, os associados tiveram a oportunidade de dar



também a sua opinião, conforme previsto em regulamento. As candidaturas com mais votos dos associados foram, depois, votadas pelo júri.

Troféu

Seguindo a imagem inicialmente definida para a iniciativa, pretendeu-se que o troféu Cidade+ fizesse alusão ao município anfitrião do 5.º ENLU – Cascais – e que a sua produção estivesse alinhada com princípios de sustentabilidade.

Nesse sentido, optou-se por um troféu tridimensional, produzido em cartão, minimizando o seu impacto ambiental em fim de vida. No design, a cargo da Oupas!, foram incluídos elementos emblemáticos alusivos ao concelho de Cascais, nomeadamente o Farol da Guia e a Casa das Histórias da Paula Rego. Para a primeira edição dos Prémios Cidade+ foram produzidos sete troféus.



Figura 16 Troféu Prémios Cidade+.

Vencedores

Os vencedores dos Prémios Cidade+ foram conhecidos num jantar-cerimónia, que decorreu no primeiro dia do 5.º ENLU, a 12 de dezembro, no Hotel Miragem, em Cascais.



Figura 17 Luís Almeida Capão, presidente da ALU.



Figura 18 Apresentadora da cerimónia, Marta Grilo.

Os vencedores dos Prémios Cidade+ foram conhecidos num jantar-cerimónia, que decorreu no primeiro dia do 5.º ENLU, a 12 de dezembro, no Hotel Miragem, em Cascais. A anfitriã do evento especial, onde estiveram mais de 150 pessoas, foi a jornalista Marta Grilo, que entregou os prémios aos vencedores com o apoio de algumas das personalidades mais emblemáticas da nossa Associação.

O projeto “REPLAY-Repensar os brinquedos e o brincar”, da Zero Waste Lab e da Precious Plastic Portugal, foi o premiado na categoria Inovação e Conhecimento. A Cascais Ambiente recebeu o prémio na categoria Estratégia



Municipal para a Sustentabilidade com o seu projeto “Recolha Seletiva de Biorresíduos em Cascais”, e o “Plano de ações do Ecocentro Municipal de Aveiro”, da empresa VEOLIA, foi a iniciativa premiada na categoria Participação Pública e Cidadania. Por fim, a iniciativa “Participação nos resultados da Empresa - Todos trabalhamos para o sucesso”, da AGERE, foi o projeto distinguido na categoria Equipas Felizes. O vencedor de cada uma destas categorias recebeu um prémio monetário de 5 mil euros, para além do galardão que eternizará este reconhecimento.



Figura 19 Vencedor Inovação e Conhecimento.



Figura 20 Vencedor Participação Pública e Cidadania.



Figura 21 Vencedor Estratégia Municipal para a Sustentabilidade.



Figura 22 Vencedor Equipas Felizes.

O projeto “REPLAY-Repensar os brinquedos e o brincar”, da Zero Waste Lab e da Precious Plastic Portugal, foi o premiado na categoria Inovação e Conhecimento. A Cascais Ambiente recebeu o prémio na categoria Estratégia Municipal para a Sustentabilidade com o seu projeto “Recolha Seletiva de Biorresíduos em Cascais”, e o “Plano de ações do Ecocentro Municipal de Aveiro”, da empresa VEOLIA, foi a iniciativa premiada na categoria Participação Pública e Cidadania.

Por fim, a iniciativa “Participação nos resultados da Empresa - Todos trabalhamos para o sucesso”, da AGERE, foi o projeto distinguido na categoria Equipas Felizes. O vencedor de cada uma destas categorias recebeu um prémio monetário de 5 mil euros, para além de um galardão que eternizará este reconhecimento.



Figura 23 Campanha do Ano.



Figura 24 Equipamento/Tecnologia do Ano.



Figura 25 Personalidade do Ano.

Nos prémios Especiais, “O Nosso Special One” da Olimec foi a candidatura vencedora na categoria Personalidade do Ano, distinguindo o colaborador Cristiano Sousa, por fazer a diferença dentro da organização e por ser determinante para o sucesso da mesma. O Estoril Praia Futebol, SAD recebeu a distinção na categoria Campanha do Ano com a iniciativa Equipamento Responsável, que promove a reutilização dos equipamentos da temporada passada para a nova época.

Por último, o galardão na categoria Equipamento/Tecnologia do Ano foi entregue à Hidromaster, que foi distinguida não só pelo desenvolvimento tecnológico do projeto “Wastemaster - As primeiras papeleiras inteligentes do país”, mas também pela sua aplicação no terreno, causando um enorme impacto no território.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associação de Limpeza Urbana - Parcela para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2013 UNIDADE MONETÁRIA (1)			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		303 738,31	153 905,16
Subsídio à exploração			
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		231 639,72	111 021,63
Gastos com o pessoal			336,32
Imparidade de inventários (perdas reversíveis)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos e ganhos		34,46	37,71
Outros gastos e perdas		11 826,30	1 923,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		60 306,75	40 661,74
Gastos reversíveis de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		60 306,75	40 661,74
Gasto líquido de financiamento			
Resultado antes de impostos		60 306,75	40 661,74
Imposto sobre o rendimento		1 256,00	302,92
Resultado líquido do período		59 050,75	40 358,82

(1) O euro, adotado, só tem função de divisa e expressão de valor, a possibilidade de a expressão das quantias em milhões de euros.

Contabilista Certificado

[Assinatura]

A Administração

[Assinatura]

[Assinatura] - Silva Bonifácio



LIMPEZA URBANA
Parcela para Cidades
+ Inteligentes e Sustentáveis

ALU - ASSOCIAÇÃO DE LIMPEZA URBANA - PARCERIA PARA CIDADES • INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS			
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período findo		UNIDADE MONETÁRIA (Euros).	
em 31 de Dezembro de 2023			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		284 828,85	177 344,87
Pagamentos a fornecedores		(99 529,81)	(91 496,92)
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações		185 299,00	85 847,95
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		302,92	(632,79)
Outros recebimentos/pagamentos		(87 068,04)	(50 889,10)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		98 533,88	34 326,06
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		98 533,88	34 326,06
Caixa e seus equivalentes no início do período		89 844,85	55 618,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		188 378,73	89 944,85

Administração / Gerência

António Lopes
António Lopes

O Contabilista Certificado

António Lopes



LIMPEZA URBANA
 Parceria para Cidades
 • Inteligentes e Sustentáveis

ALU-ASSOCIAÇÃO DE LIMPEZA URBANA-PARCEIRA PARA CIDADES+INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS			
BALANÇO A 31 DE Dezembro de 2023			
RUBRICAS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (1)	
		31/12/2023	31/12/2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Activo corrente			
Clientes		83 373,77	29 300,00
Estados e outros entes públicos		4 926,51	10 213,06
Outros Créditos a receber			
Diferimentos			
Caixa e seus equivalentes		188 378,73	89 844,85
Outros activos correntes		2 477,85	624,48
Total do activo		279 156,86	129 982,39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos			
Reservas		123 117,95	82 759,13
Resultados Transitados		59 050,75	40 358,82
Resultado líquido do período		182 168,70	123 117,95
Total do capital próprio			
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores		86 160,26	5 392,40
Estados e outros entes públicos		1 694,25	
Outras contas a pagar		9 133,65	1 472,04
Diferimentos			
Total do passivo		96 988,16	6 864,44
Total do capital próprio e do passivo		279 156,86	129 982,39

(1) - O euro adoptado-se, em função da dimensão e complexidade do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhões de euros

Codificador Certificado

[Assinatura]

O Conselho de Administração

[Assinatura]

[Assinatura] *[Assinatura]*



LIMPEZA URBANA
Parceira para Cidades
+ Inteligentes e Sustentáveis

ALU-Associação de Limpeza Urbana-Parceria para cidades + Inteligentes e Sustentáveis

31/12/2013

2. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

CONTAS	Saldo devedor Inid	Saldo credor Final	Observações
1 DISPONIBILIDADES	168 378,73	8,89	
11 Caixa	259,33		
12 Depósitos em instituições financeiras	168 128,40		
13 e 14 (-)			
16 Títulos negociáveis			
18 Outras aplicações de tesouraria			
2 TERCEIROS	99 778,13	16 220,30	
21 Clientes, contribuintes e utentes	83 373,77		
211 Clientes c/c	83 373,77		
212 Contribuintes c/c			
213 Utentes, c/c			
214 e 216 (-)			
217 Clientes e utentes c/ caução			
218 Clientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa			
219 Adiantamentos de clientes contribuintes e utentes			
22 Fornecedores		5 389,40	
221 Fornecedores, c/c		5 389,40	
222 e 227 (-)			
228 Fornecedores - facturas em recepção e contências			
229 Adiantamentos a fornecedores	0,00		
Pessoal		0,00	
231 Remunerações a pagar		0,00	
2312 Ao pessoal			
231201 Ao pessoal			
23112 e 23119 (-)		0,00	
2312 De médio e longo prazo			
23121 Empreimtos bancários			
23122 Outros empréstimos cedidos			
24 Estado e outros entes públicos	4 920,51	1 684,35	
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
26 Outros devedores e credores	0,00	0,00	
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c			
2612 e 2617 (-)			
2618 Facturas em recepção e contências			
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			
262 Pessoal			
263 Sindicatos			
264 Administração autárquica	0,00	0,00	
2641 Associações de municípios			
2642 Municípios			
2643 Serviços municipalizados			
2644 Federações de municípios			
2645 Associações de freguesias			
2646 Freguesias			
2647 Empresas municipais e intermunicipais			
2648 e 2649 (-)			
265 e 268 (-)			
267 Consultores, assessores e intermediários			
268 Devedores e credores diversos			
268 Adiantamentos por conta de rendas			
27 Acréscimos e diferenças	2 477,88	0 133,60	
2721 Acréscimos de provisões			
2722 Acréscimos de custos		0 133,60	
278 Outros		0 133,60	
27811 Outros			
2745 Sujeitos passivos investimentos			
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proventos diferidos			
28 Diferimentos	8,89		
4 IMOBILIZAÇÕES	0,00		
41 Investimentos financeiros	0,00		
411 Partes de capital			
412 Outrigos e títulos de participação			
413 (-)			
415 Outras aplicações financeiras			
TOTAL	279 156,86	16 220,30	
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDOVAMENTO LÍQUIDO	279 156,86	16 220,30	(A)

Luiz M. Lou

Luiz M. Lou
Luiz M. Lou



LIMPEZA URBANA
 Parceria para Cidades
 + Inteligentes e Sustentáveis

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções estatutárias, acompanhámos a atividade da Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis, constatámos a observância dos estatutos e obtivemos da Direção os esclarecimentos, informação e os documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o relatório e contas, lidos em conjunto, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação e satisfazem as disposições estatutárias em vigor.

Parecer

Assim, propomos:

1. Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa, apresentados pela Direção, relativos ao exercício de 2023.
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção.

Cascais, 15 de março 2024

O Presidente do Conselho Fiscal,



Luís Filipe Moutinho Lopes



Dê a instrução ao representante do
Município na AS p/ votar
favoravelmente os pontos constantes
na O.T.

A Reunião para Particular
26/3/2024. 122

Mafra, 26 de fevereiro de 2024

CONVOCATÓRIA

A Vice-Presidente
Aldemir

Nos termos número dois do artigo 10.º do Regulamento Interno anexo aos Estatutos da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, convoco V. Exas. para uma Reunião de Assembleia Geral Ordinária, para o próximo dia 27 de março de 2024, às 18:00 horas, em regime presencial, nas instalações da A2S, sito na Avenida 1º de maio nº 1 – 2640-455 MAFRA, com a seguinte ordem de trabalhos:

- I. Aprovação da ata da Assembleia Geral anterior
- II. Apresentação, apreciação e votação e aprovação do Relatório de Atividades e Contas 2023
- III. Outros Assuntos

Dando cumprimento ao número 5 do artigo 10.º mesmo Regulamento Interno anexo aos Estatutos da Associação, se à hora marcada não se verificar a presença da maioria absoluta dos associados efetivos, a Assembleia Geral inicia a sessão meia hora depois com os associados presentes.

Agradecendo desde já a confirmação da Vossa presença, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Bruno Parreira

[Assinatura
Qualificada] BRUNO
ALEXANDRE NOBRE
PARREIRA

Assinado de forma digital
por [Assinatura Qualificada]
BRUNO ALEXANDRE NOBRE
PARREIRA
Dados: 2024.03.13 15:50:30 Z

[Enviado por e-mail]

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA-GERAL DA A2S

Decorreu no passado dia 12 de dezembro de 2023, pelas 17h00, nas instalações da Mafra Business Factory, sita na Av. 1º de maio, nº 1, 2640-455 Mafra, a vigésima segunda Assembleia-Geral da A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia. -----

A Ordem de Trabalhos tinha os seguintes pontos: -----

1. Aprovação da ata da Assembleia Geral anterior-----
2. Apresentação, apreciação, votação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento propostos pela Direção para 2024-----
3. Outros Assuntos-----

O Presidente da Mesa deu início à sessão cumprimentando os presentes e confirmou a presença dos representantes das seguintes entidades: -----

1. Adega Cooperativa da Azueira, representada por João José Alves Moreira-----
2. Associação de Agricultores do Concelho de Mafra representada por David Sardinha-----
3. Cenintel - Centro de Inteligência Formativa, Ensino e Formação Profissional Lda. representada por David Mota-----
4. Centro Social Paroquial de São João das Lampas representada por José Parente-----
5. Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa representada por Bruno Parreira-----
6. Frutoeste - Cooperativa Agrícola de Hortofruticultores do Oeste, CRL representada por Domingos dos Santos-----
7. MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. representada por Teresa Pereira-----
8. Município de Loures representada por procuração por Marco Fernandes -----
9. Município de Mafra representada por Hugo Luis e António Felgueiras-----
10. Município de Sintra representada por Pedro Ventura-----
11. Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro representada por Filomena Rodrigues e Regina Nunes-----

Também a Diretora Executiva da Associação, Márcia Mendes e os elementos da equipa técnica, Clarisse Vistas e José Diogo participaram na Assembleia. -----

De seguida passou a palavra ao Presidente da Direção Pedro Ventura, que também cumprimentou os presentes e agradeceu a sua presença na Assembleia-Geral congratulando-se pelo facto de a A2S continuar a ser uma das Associações de Desenvolvimento Local mais eficientes do país e felicitou a equipa e todos os membros da Associação.-----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA ASSEMBLEIA-GERAL-----

Sendo a ata do conhecimento prévio de todos os associados e não havendo qualquer comentário ao conteúdo da mesma, esta foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA-GERAL DA A2S

PONTO 2 - APRESENTAÇÃO, APRECIAÇÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PROPOSTOS PELA DIREÇÃO PARA 2024

Tendo sido o documento (Anexo 2) em análise previamente enviado a todos os associados, o Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Direção da A2S para a respetiva apresentação.

Pedro Ventura salientou a aprovação da EDL Rural na 1ª fase de candidatura e destacou que se aguarda o lançamento da segunda fase do concurso para que a A2S possa apresentar o plano de ação para 2023-2027.-----

Referiu ainda o reforço do envelope financeiro da EDL Costeira já aprovada e pronta para a abertura de novos avisos em janeiro de 2024.-----

O Presidente da Direção salientou ainda a importância do contacto com outras entidades e GAL nacionais e estrangeiros e reforçou a recente ida ao Brasil, que permitiu contribuir para a aprendizagem e troca de experiências entre atores no âmbito do enoturismo.-----

O Presidente da Direção deu a palavra à Diretora Executiva, Márcia Mendes, para a mesma fazer a apresentação do ponto de situação da execução das EDL rural e costeira e da proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2024.-----

Para facilitar a apresentação foi projetado um *powerpoint* (Anexo 1) que incluiu um ponto da situação da implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local rural e costeira bem como da evolução das negociações políticas relacionadas com o futuro DLBC para o próximo quadro comunitário.-----

De seguida foi apresentado o plano de atividades e orçamento para 2023, que estará enquadrado em 4 prioridades:-----

1. Preparação das Estratégias de Desenvolvimento Local e reconhecimento enquanto GAL Rural e Costeiro para período de programação 2021-2027-----
2. Execução integral da EDL costeira (2020) e início da execução da EDL costeira (2027) e manutenção do ritmo de execução da EDL Rural-----
3. Conclusão dos Projetos de Cooperação e da Rede Rural Nacional contratados-----
4. Diversificação das atividades desenvolvidas pela A2S-----

E em 9 objetivos: -----

1. Assegurar a organização interna e a gestão administrativa e financeira-----
2. Disponibilizar formação e capacitação dos recursos humanos-----
3. Promover a animação do território-----
4. Implementar as EDL rural e costeira – gerir o ciclo de vida dos projetos-----
5. Acompanhar e monitorizar a implementação das EDL-----
6. Dinamizar projetos de cooperação-----

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA-GERAL DA A2S

7. Participar em redes, fora, plataformas e grupos de trabalho-----
8. Garantir a implementação de projetos próprios-----
9. Promover, participar e organizar eventos-----

Relativamente ao orçamento, a Diretora Executiva da A2S referiu que do lado das receitas estas provêm das quotizações mas sobretudo dos programas financiadores PDR 2020, PEPAC, MAR 2030, Cooperação – Aldeias, Cooperação – SAL, Cooperação – Incomun, Cooperação – Lugares, RRN – AML Alimenta e Erasmus. As despesas estão sobretudo relacionadas com as despesas com a equipa técnica.

A Diretora Executiva exaltou e agradeceu o trabalho da equipa técnica da Associação sem o qual não seria possível ser uma das associações com melhor performance a nível nacional.-----

Não tendo havido quaisquer comentários ao conteúdo do documento, o Presidente da Mesa passou à leitura do Parecer do Conselho Fiscal que se anexou ao Plano de Atividades. -----

Foram colocados à votação conjunta o Plano de Atividades e Orçamento para 2024 bem como o Parecer do Conselho Fiscal tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade. -----

PONTO 3 - OUTROS ASSUNTOS

Apresentação da EDL costeira

A Diretora Executiva, Márcia Mendes, informou os presentes sobre a apresentação pública da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) das zonas costeiras dos concelhos de Cascais, Mafra e Sintra, que se realiza no próximo dia 14 de dezembro, no Centro Cultural de Cascais, às 10 horas.----

Esta estratégia, construída de forma participada por uma parceria de 40 entidades relacionadas com o mar e a economia azul, foi aprovada em julho, tendo-lhe sido atribuído um envelope financeiro de aproximadamente 3,1 milhões de Euros de despesa pública. -----

Com esta iniciativa pretende-se assinalar o início da implementação da EDL, fazendo um balanço da implementação do Desenvolvimento Local de Base Comunitária na região do período de programação 2014-2020, para posteriormente apresentar os principais objetivos, projetos âncora e calendário de abertura de avisos para a apresentação de novas candidaturas. -----

Todos os associados foram convidados a estar presentes.-----

Teresa Pereira questionou se os apoios do Mar2030 permite apoiar a comercialização de pescado, sugerindo que se façam ações de divulgação dirigidas aos operadores presentes no MARL. A Diretora Executiva respondeu afirmativamente e disponibilizou-se a coorganizar uma sessão de esclarecimentos.-----

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA-GERAL DA A2S

Natal em Cheleiros

A Diretora Executiva, Márcia Mendes, informou todos que nos próximos dias 16 e 17 de dezembro, no âmbito do projeto Aldeias de Portugal, vai-se realizar o segundo evento oficial do plano de valorização da classificada Aldeia de Portugal – Cheleiros. Este evento terá a duração de dois dias e tem uma programação diversificada que vai desde a iluminação da igreja, a performances de diferentes coletividades, barraquinhas de artesanato e comida, workshops e a chegada do Pai Natal para as crianças. Todos os associados foram convidados a estarem presentes e incentivados a participar.-----

Aprovação da ata em minuta

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral colocou à aprovação a proposta de ata em minuta que foi aprovada por todos os presentes.-----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa agradeceu aos presentes e deu por terminada a Assembleia-Geral. -----

ASSINATURAS

Cargo	Entidade	Assinatura
Presidente da Mesa da Assembleia-Geral	Entidade Regional de Turismo de Lisboa	
Secretário da Mesa da Assembleia-Geral	Frutoeste - Cooperativa Agrícola de Hortofruticultores do Oeste, CRL	
2.º Secretário da Mesa da Assembleia-Geral	Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas	Ausente

Relatório e Contas



**A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável
da Região Saloia**

31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	14.282,41	15.497,98
Outros créditos e ativos não correntes	8	6.548,68	6.233,62
		20.831,09	21.731,60
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	305.525,02	46.303,72
Estado e outros entes públicos	12	893,13	
Diferimentos	8	920,90	453,58
Caixa e depósitos bancários	13	73.788,59	29.295,30
		381.127,64	76.052,60
Total do ativo		401.958,73	97.784,20
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	12.600,00	12.600,00
Resultados transitados	8	54.856,61	50.485,43
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8	267.608,91	
Resultado líquido do período	12	4.160,90	4.371,18
Total dos fundos patrimoniais		339.226,42	67.456,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	35.474,01	702,95
Estado e outros entes públicos	12	2.258,25	8.554,10
Outros passivos correntes	8	25.000,05	21.070,54
		62.732,31	30.327,59
Total do passivo		62.732,31	30.327,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		401.958,73	97.784,20

Assinado por: Paulo Jorge Frade de Almeida
Num. de Identificação: 10146473
Data: 2024.03.11 19:18:16+00'00'
Certificado por: Ordem dos Contabilistas
Certificados
Atributos certificados: Membro da OCC nº 59659



**A2S-ASSOCIACAO PARA
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SALOIA**

**Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo para ESNL) do
período findo em 31-12-2023
(montantes em euros)**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	6	17.650,00	12.600,00
Subsídios, doações e legados à exploração	7	316.791,35	191.817,61
Fornecimentos e serviços externos	6	(153.693,28)	(45.254,45)
Gastos com o pessoal	9	(166.456,20)	(155.974,02)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	481,25	1.868,75
Outros rendimentos	6	611,39	4.801,51
Outros gastos	6	(9.638,03)	(4.259,09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.746,48	5.600,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(1.215,57)	(1.215,57)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.530,91	4.384,74
Juros e gastos similares suportados	6	(370,01)	(13,56)
Resultado antes de impostos		4.160,90	4.371,18
Resultado líquido do período		4.160,90	4.371,18

Assinado por: **Paulo Jorge Frade de Almeida**

Num. de Identificação: 10146473

Data: 2024.03.11 19:19:44+00'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 59659**

A Associação A2S

Certificado Nº 59659



CHAVE MÓVEL

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2023
(montantes em euros)

A2S-ASSOCIACAO PARA DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023 6		12.600,00			50.485,43			4.371,18	67.456,61		67.456,61
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					4.371,18		267.608,91	(4.371,18)	267.608,91		267.608,91
7					4.371,18		267.608,91	(4.371,18)	267.608,91		267.608,91
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								4.160,90	4.160,90		4.160,90
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8								271.769,81	271.769,81		271.769,81
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023 6+7+8+10		12.600,00			54.856,61		267.608,91	4.160,90	339.226,42		339.226,42

Assinado por: Paulo Jorge Frade de Almeida
Num. de Identificação: 10146473
Data: 2024.03.11 19:20:51+00'00'
Certificado por: Ordem dos Contabilistas
Certificados
Atributos certificados: Membro da OCC nº 59659



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2023
(montantes em euros)

**A2S-ASSOCIACAO PARA DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA**

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022 1		14.400,00			46.417,56			4.067,87	64.885,43		64.885,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					4.067,87			(4.067,87)			
2					4.067,87			(4.067,87)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								4.371,18	4.371,18		4.371,18
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								4.371,18	4.371,18		4.371,18
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras Operações		(1.800,00)							(1.800,00)		(1.800,00)
5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022 6=1+2+3+5		12.600,00			50.485,43			4.371,18	67.456,61		67.456,61

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A2S-ASSOCIACAO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SALOIA

ANO : 2023

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
 - 3.1 Principais políticas contabilísticas
- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
 - 4.2 Outras divulgações
- 5 - Ativos intangíveis**
 - 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis
 - 5.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
 - 5.2 Outras divulgações
- 6 - Rendimentos e gastos**
 - 6.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
 - 6.2 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
 - 6.3 Outras divulgações sobre rendimentos e gastos
- 7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**
 - 7.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
 - 7.2 Principais doadores / fontes de fundos
 - 7.3 Outras divulgações
- 8 - Instrumentos financeiros**
 - 8.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:
 - 8.2 Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor
 - 8.2.1 Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:
 - 8.2.2 Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:
 - 8.3 Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:
- 9 - Benefícios dos empregados**
 - 9.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas
 - 9.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

10 - Acontecimentos após a data do balanço

- 10.1 Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais

- 11.1 Informação por mercado geográfico
- 11.2 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

12 - Impostos e contribuições

- 12.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:
- 12.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

13 - Fluxos de caixa

- 13.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: A2S-ASSOCIACAO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA
Número de identificação de pessoa coletiva: 513351353
Lugar da sede social: RUA JUNTA DE FREGUESIA-EDIFICIO DA JUNTA

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registradas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registradas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registrando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) no que à atividade estatutária diz respeito. E à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 50.000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia nas atividades comerciais extra estatutária.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registradas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registradas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rêdito e regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rêdito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rêdito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rêdito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início				23.837,44	6.539,30		4.305,00			34.681,74
Depreciações acumuladas				11.918,72	5.830,04		1.435,00			19.183,76
Saldo no início do período				11.918,72	709,26		2.870,00			15.497,98
Variações do período					(354,57)		(861,00)			(1.215,57)
Total de aumentos										
Total diminuições					354,57		861,00			1.215,57
Depreciações do período					354,57		861,00			1.215,57
Saldo no fim do período				11.918,72	354,69		2.009,00			14.282,41
Valor bruto no fim do período				23.837,44	6.539,30		4.305,00			34.681,74
Depreciações acumuladas no fim do período				11.918,72	6.184,61		2.296,00			20.399,33

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início				23.837,44	5.475,47		4.305,00			33.617,91
Depreciações acumuladas				11.918,72	5.475,47		574,00			17.968,19
Saldo no início do período				11.918,72			3.731,00			15.649,72
Variações do período					709,26		(861,00)			(151,74)
Total de aumentos					1.063,83					1.063,83
Aquisições em primeira mão					1.063,83					1.063,83
Total diminuições					354,57		861,00			1.215,57
Depreciações do período					354,57		861,00			1.215,57
Saldo no fim do período				11.918,72	709,26		2.870,00			15.497,98
Valor bruto no fim do período				23.837,44	6.539,30		4.305,00			34.681,74
Depreciações acumuladas no fim do período				11.918,72	5.830,04		1.435,00			19.183,76

4.2. Outras divulgações

Não existem Ativos Fixos Tangíveis dados como garantias de Passivos.

5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolve- mento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamento s at- Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			2.294,32					2.294,32
Amortizações acumuladas totais no fim do período			2.294,32					2.294,32
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			2.294,32					2.294,32
Amortizações acumuladas			2.294,32					2.294,32
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

5.2. Outras divulgações

Não existem Ativos Intangíveis dados como garantias de Passivos.

6 - Rendimentos e gastos

6.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

2023

Outros Rendimentos - € 611.39

- Correção exercício anos anteriores - € 600.00
- outros rendimentos - € 11.39

Outros Gastos - € 9.638,03

- Impostos - € 154.12
- quotizações - € 2.150.00
- Outros gastos - € 7.300.21
- despesas bancárias- € 33.70

2022

Outros Rendimentos - € 4.801.51

- Correção exercício anos anteriores - € 3.000.00
- outros rendimentos - € 1.801.51

Outros Gastos - € 4.259.09

- Impostos - € 148.58
- quotizações - € 3.900.01
- Outros gastos - € .12
- despesas bancárias- € 210.38

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	17.650,00	12.600,00
Total	17.650,00	12.600,00

6.2. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	95.686,30	20.220,18
Trabalhos especializados	89.058,07	6.390,29
Publicidade e propaganda	5.013,25	12.329,97
Conservação e reparação	1.614,98	1.499,92
Materials	3.050,69	5.098,09
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	36,16	
Material de escritório	1.845,66	3.968,30
Artigos para oferta	1.168,87	1.129,79
Energia e fluidos	2.894,94	2.758,75
Combustíveis	2.894,94	2.758,75
Deslocações, estadas e transportes	41.180,51	3.348,92
Deslocações e estadas	41.180,51	3.348,92
Serviços diversos	10.880,84	13.828,51
Rendas e alugueres	4.920,10	3.313,05
Comunicação	19,75	246,00
Seguros	521,24	910,59
Contencioso e notariado		109,10
Limpeza, higiene e conforto	130,90	196,25
Outros serviços	5.288,85	9.053,52
Total	153.693,28	45.254,45

6.3. Outras divulgações sobre rendimentos e gastos

2023

Juros e gastos similares suportados

-juros suportados - € 370.01

2022

Juros e gastos similares suportados

-juros suportados - € 13.56

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. Valor Atribuído Período	Outras Ent. Valor Imputado Período	Das Quais UE Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE Valor Atribuído Período	Das Quais UE Valor Imputado Período
Subsídios ao Investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração									
Valor dos reembolsos efetuados no período		316.791,35	316.791,35						
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração		316.791,35	316.791,35						
Total		(316.791,35)	(316.791,35)						

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. Valor Atribuído Período	Outras Ent. Valor Imputado Período	Das Quais UE Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE Valor Atribuído Período	Das Quais UE Valor Imputado Período
Subsídios ao Investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração									
Valor dos reembolsos efetuados no período		190.030,61	190.030,61						
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração		190.030,61	190.030,61						
Total		(190.030,61)	(190.030,61)						

7.2. Principais doadores / fontes de fundos

As verbas recebidas são provenientes essencialmente de IFAP-Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas. O montante de € 23.336, proveniente da Agência Nacional Gest Erasmus.

7.3. Outras divulgações

A empresa no ano de 2022 recebeu Donativos no montante de € 1.787.00.

8 - Instrumentos financeiros

8.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A alteração de Capitais é consequência do resultado líquido de 2022 e da saída de alguns associados.

No exercício de 2023 foram considerados na conta de Outras Variações nos Fundos Patrimoniais o montante de € 267.608,91.

Este valor diz respeito aos subsídios que foram atribuídos.

Os montantes são:

INCOMUN € 30.902,04

PDR 085399-AML ALIMENTA € 188.003,00

PDR 062054-LUGARES DO VINHO € 48.703,87

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	12.600,00			12.600,00
Resultados transitados	50.485,43		4.371,18	54.856,61
Outras variações nos capitais próprios			267.608,91	267.608,91
Subsídios			267.608,91	267.608,91
Total	63.085,43		271.980,09	335.065,52

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	14.400,00		(1.800,00)	12.600,00
Resultados transitados	46.417,56		4.067,87	50.485,43
Total	60.817,56		2.267,87	63.085,43

8.2. Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

8.2.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes		481,25	(481,25)		1.868,75	(1.868,75)
Outras dívidas a receber						
Instrumentos de capital próprio e outros títulos						
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros						
Total		481,25	(481,25)		1.868,75	(1.868,75)

8.2.2. Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Relativos a processos de insolvência e recuperação		
Reclamadas judicialmente		
Em mora:	6.000,00	6.481,25
Há mais de seis meses e até doze meses		
Há mais de doze meses e até dezoito meses		
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses		
Há mais de vinte e quatro meses	6.000,00	6.481,25
Total	6.000,00	6.481,25

8.3. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

2023**Outros Créditos e Ativos Não Correntes-€ 6.548.68**

Fundo de Compensação de Trabalho - € 6.548.68

Créditos a Receber - € 305.525.02

Clientes - € 3.350.00

Adiantamento de fornecedores - € 1000.00

Reditos antecipados-valores a receber - € 69.660.39

Caução CMM - € 300.00

Outros devedores - € 231.214.63

(inclui os saldos dos subsidios atribuidos mas ainda não recebidos)

PDR 064862-INCOMUN € 29.953.57

PDR 085399-AML-ALIMENTA € 154.066.81

PDR 062054-LUGARES DO VINHO € 47.194.25

Diferimentos- € 920.90

Gastos a reconhecer-seguros- € 920.90

Fornecedores - € 35.474.01

Gestecla - € 202.95

Município de Mafra - € 300.00

ATA-Assoc. Turismo de Aldeia - € 1.000.00

Consulair, Consult. Agro-Industrial, Lda - € 29.501.55

Carlos Raleiras-PGM Projetos Globais de Media - € 4.469.51

Outros passivos Correntes- € 25.000.05

acrescimos gastos - € 22.973.56

(especialização dos exercicios contabilisticos referente a ferias e subsidio de ferias)

Credores Diversos - € 2.026.49

2022**Outros Créditos e Ativos Não Correntes-€ 6.233.62**

Fundo de Compensação de Trabalho - € 6.233.62

Créditos a Receber - € 46.303.72

Clientes - € 3.600.00

Adiantamento de fornecedores - € 1000.00

Reditos antecipados-valores a receber - € 40.844.83

Caução CMM - € 800.00

Outros devedores - € 58.89

Diferimentos- € 453.58

Gastos a reconhecer-seguros- € 453.58

Fornecedores - € 702.95

Gestecla - € 202.95

ATA-Assoc. Turismo de Aldeia - € 500.00

Outros passivos Correntes- € 21.070.54

acrescimos gastos - € 21.070.54

(especialização dos exercicios contabilisticos referente a ferias e subsidio de ferias)

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			305.525,02		
Clientes e utentes			3.350,00		
Adiantamentos a fornecedores			1.000,00		
Outras contas a receber			301.175,02		
Passivos financeiros:			60.474,06		
Fornecedores			35.474,01		
Outras contas a pagar			25.000,05		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			46.303,72		
Clientes e utentes			3.600,00		
Adiantamentos a fornecedores			1.000,00		
Outras contas a receber			41.703,72		
Passivos financeiros:			21.070,54		
Outras contas a pagar			21.070,54		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

9 - Benefícios dos empregados

9.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	4,00	7.399,00	4,00	7.612,00
Pessoas remuneradas	4,00	7.399,00	4,00	7.612,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	4,00	7.399,00	4,00	7.612,00
Pessoas a tempo completo	4,00	7.399,00	4,00	7.612,00
(das quais pessoas remuneradas)	4,00	7.399,00	4,00	7.612,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	4,00	7.399,00	4,00	7.612,00
Masculino	1,00	1.679,00	1,00	1.903,00
Feminino	3,00	5.720,00	3,00	5.709,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

9.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	166.456,20	155.974,02
Remunerações do pessoal	132.308,55	125.311,18
Encargos sobre as remunerações	28.177,28	26.655,28
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.112,95	762,06
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	4.857,42	3.245,50
- formação	2.169,50	3.245,50

10 - Acontecimentos após a data do balanço

10.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	17.650,00			17.650,00
Fornecimentos e serviços externos	142.072,58	400,28	11.212,42	153.693,28
Rendimentos suplementares:				

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	12.600,00			12.600,00
Fornecimentos e serviços externos	45.254,45			45.254,45
Aquisições de ativos fixos tangíveis	1.063,83			1.063,83
Rendimentos suplementares:				

11.2. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a A2S não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Lei 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da A2S perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 - Impostos e contribuições

12.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	4.160,90	4.371,18
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autônomas		
Taxa efetiva de imposto		

12.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		2.258,25		5.634,00
Contribuições para a Segurança Social	893,13			2.834,97
Outras tributações				85,13
Total	893,13	2.258,25		8.554,10

13 - Fluxos de caixa

13.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	29.295,30		(44.493,29)	73.788,59
Outros depósitos bancários				
Total	29.295,30		(44.493,29)	73.788,59

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	24.386,21	238.204,63	233.295,54	29.295,30
Outros depósitos bancários				
Total	24.386,21	238.204,63	233.295,54	29.295,30

Assinado por: **Paulo Jorge Frade de Almeida**
 Num. de Identificação: 10146473
 Data: 2024.03.11 19:15:44+00'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 59659**



Isabel Miranda

De: Zélia Miranda
Enviado: 22 de março de 2024 08:45
Para: MailEdoc
Assunto: FW: Assmebleia geral | convocatória
Anexos: RAC_2023assinado_Direcao.pdf; Ata_3_Assembleia_2023.pdf; Alteração_orçamental_1_2024.pdf

Dar entrada p.f.

Zélia Miranda
 Secretariado da Vereação
 Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra
 Telef.: 261 810 100
 e-mail: zeliamiranda@cm-mafra.pt
 Site: www.cm-mafra.pt



A reunião para
 ratificar

26/3/2024

A Vice-Presidente

Aldemir

De: Rota Histórica das Linhas de Torres <linhasdetorres@rhlt.pt>

Enviada: 21 de março de 2024 20:17

Assunto: Assmebleia geral | convocatória

Exmo(s) Senhor(es) sócio(s) da Rota Histórica das Linhas de Torres,

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis e os estatutos da Associação, convoca-se todos os sócios para se reunirem em Assembleia Geral, que decorrerá nos Paços do Concelho de Loures, no próximo dia **27 de março**, pelas **11h00**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Apreciação e votação da ata da última sessão;
- Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2023;
- Apreciação e votação da 1ª alteração ao plano de ação e orçamento do ano em curso;
- Outros assuntos.

No caso de não estarem presentes, em primeira convocatória, o número suficiente de associados, a Assembleia reunirá em segunda convocatória, meia hora depois da hora marcada, no mesmo local, com qualquer número de associados presentes, conforme o número 10 do artigo 15º dos Estatutos.

Após a reunião será promovido um almoço de confraternização, também em Loures, oferecido pela Senhora Presidente da Assembleia Geral, Sónia Paixão. Assim, aguardamos a confirmação de disponibilidade para a reunião e almoço, até dia 25 de março.



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Praça Dr. Eugénio Dias, n. 12

2590-016 Sobral de Monte Agraço

+351 261 942 296 | 966 132 488 | linhasdetorres@rhlt.pt | www.rhlt.pt



This email was scanned by Bitdefender



Fl. 10
Ata n.º 3/2023, Reunião de 18-12-2023

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES - ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS

--- Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, via plataforma eletrónica reuniu a Assembleia Geral da Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (RHLT).-----

--- A mesa da Assembleia geral foi constituída por Sónia Paixão, que dirigiu os trabalhos na qualidade de presidente e por Ana Filipa Daniel Correia, vice-presidente.-----

--- Encontravam-se presentes a maioria dos sócios, pelo que, os trabalhos começaram de imediato.-----

--- De acordo com a convocatória, a ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

- 1. Apreciação e votação da ata da última sessão;-----
- 2. Apreciação e votação do Plano de Ação e Orçamento para o ano 2024;-----
- 3. Outros assuntos.-----

---A senhora presidente da mesa apresentou cumprimentos aos presentes e deu início à reunião pelo primeiro ponto da ordem de trabalhos, apreciação e votação da ata da última sessão, que por ter sido enviada por email, em conjunto com a convocatória e restante documentação, dispensou-se a leitura da mesma. Colocada a ata a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

---No ponto dois, apreciação e votação do Plano de Ação e Orçamento para o ano 2024, a senhora presidente solicitou ao senhor presidente da direção que apresentasse o ponto em questão, o senhor presidente fez uma apresentação das ações previstas que merecem maior destaque: Ementas de época: Workshop dirigido a restaurantes ou pastelarias com a finalidade de dinamização de menus de época, esta ação será desenvolvida no âmbito da mostra gastronómica "À mesa dos Gerais"; Um brinde às Linhas: será dada continuidade às networkings entre agentes económicos com o objetivo de dar a conhecer o que melhor se produz no território RHLT e fomentar oportunidades de negócio e parcerias; Portal acessível: pretende-se criar ferramentas de acessibilidade no portal; Podcast: dar continuidade a esta rubrica do portal, criar ao longo do ano entrevistas/conversas a ser difundido em vários canais; Newsletter mensal: implementar uma periodicidade mensal na newsletter; Revista Invade: dar continuidade à edição e alargar a sua

distribuição; Dia Nacional das Linhas de Torres: promover a comemoração deste dia (cerimónia; prémios Wellington Honour; a Iniciativa "À mesa com os Generais" e as Campanhas de divulgação e imagem); Prémios Invade: micro metragens Invade!: retomar o concurso de micrometragens; Projeto artístico: lançamento do concurso e definição final das normas; Publicidade/ Divulgação: assegurar a publicação em revistas de tiragem nacional ou de especialidade; Running Challenge: apoio à atividade desportiva, que decorre nas Linhas de Torres, à semelhança do ano anterior e mantendo a contribuição solidária para a Associação de Deficientes das Forças Armadas; Trail Linhas de Torres (motos): apoio à atividade que decorrerá previsivelmente em março; Marchinha dos Fortes: promover a 2ª edição; Linhas com História: criação de dois vídeos sobre a gastronomia e a arte da mesa e as cores; Banda Desenhada: Impressão e lançamento público; Federação Europeia de Cidades Napoleónicas: pagamento da quota e assegurar as ações resultantes da vice-presidência; Associação de Turismo de Lisboa e A25: pagamento de quotas de associado; Levantamento de trabalhos académicos sobre a temática e Levantamento e contacto com Centros de Estudo e/ou Investigação: possibilitar a criação de parceiras que permitam desenvolver algumas temáticas e atividades da RHLT; Encontro/Seminário na RHLT: preparar um encontro/seminário/colóquio a acontecer na RHLT em 2025; Cadernos Temáticos: divulgação de outro património turístico-cultural na RHLT, além dos fortes; RHLT | comunidade e turismo sustentável: Lançamento do livro Jean, John, João nos municípios; desenvolvimento dos complementos para as maquetes; Itinerários Napoleónicos Portugal: o projeto termina em dezembro de 2023, após a conclusão do projeto, a RHLT propõem-se a, durante o ano 2024, desenvolver três ações, com o objetivo de dar continuidade à rede de parceiros dos Itinerários Napoleónicos Portugal: i) apresentação pública dos resultados do projeto; ii) Continuidade da Agenda Nacional de Eventos dos Itinerários Napoleónicos; iii) Integração no website da RHLT e no portal InvadeMAG de informação sobre os Itinerários Napoleónicos Portugal, Agenda de Eventos e Realidades Aumentada e Virtual. O valor global do orçamento é de sessenta e oito mil, quinhentos e trinta euros. A senhora presidente agradeceu a apresentação e referiu que não lhe foi possível estar presente na sessão de encerramento do projeto "Itinerários Napoleónicos de Portugal" mas que correu muito bem e reforçou a importância de a Rota conseguir captar novos financiamentos para fortalecer o orçamento e continuar o trabalho desenvolvido até aqui. De seguida foi apresentado o parecer do conselho fiscal e não havendo questões, a senhora presidente colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----



Fl. 12

Ata n.º 3/2023, Reunião de 18-12-2023

---Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente deu por encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada pela mesa da Assembleia Geral.-----

Presidente:

Vice-presidente:



**ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES - ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS**

514247304

Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 12
2590-016 Sobral de Monte Agraço

Alteração Orçamental
1ª Alteração Modificativa ao Orçamento
27/03/2024
2024

Rubrica	Tipo	Receita					
		Previsões Iniciais	Previsão Atual	Alterações orçamentais			Previsões Corrigidas
				Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais	
160101 - Na posse do serviço	M	0,00 €	0,00 €	155.273,72 €	0,00 €	0,00 €	155.273,72 €

Resumo da Receita

ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO	O CONTABILÍSTA PÚBLICO	Previsões Iniciais	0,00 €
Em ____ de ____ de ____	Em ____ de ____ de ____	Em ____ de ____ de ____	Reforços	+ 155.273,72
_____ _____ _____	_____ _____ _____	_____ _____ _____	Anulações	-



**ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES - ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS**

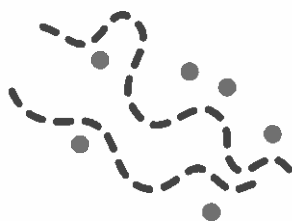
514247304
Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 12
2590-016 Sobral de Monte Agraço

Alteração Orçamental
1ª Alteração Modificativa ao Orçamento
27/03/2024
2024

Rubrica	Tipo	Despesa					
		Dotações Iniciais	Dotação Atual	Alterações orçamentais			Dotações Corrigidas
				Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais	
02012003 - Cadernos temáticos	M	100,00 €	100,00 €	3.400,00 €	0,00 €	0,00 €	3.500,00 €
02021402 - Projecto artistico	M	4.000,00 €	4.000,00 €	2.500,00 €	0,00 €	0,00 €	6.500,00 €
02021403 - Candidatura "Rede das Invasões Francesas em Portugal"	M	3.000,00 €	3.000,00 €	42.000,00 €	0,00 €	0,00 €	45.000,00 €
02021404 - Projeto RHLT: Comunidade e Turismo Sustentável	M	2.000,00 €	2.000,00 €	5.000,00 €	0,00 €	0,00 €	7.000,00 €
02021601 - Dia Nacional das Linhas de Torres	M	6.500,00 €	6.500,00 €	2.500,00 €	0,00 €	0,00 €	9.000,00 €
02021704 - Publicidade/Divulgação	M	7.000,00 €	7.000,00 €	3.873,72 €	0,00 €	0,00 €	10.873,72 €
02022504 - Produção gráfica	M	100,00 €	100,00 €	93.000,00 €	0,00 €	0,00 €	93.100,00 €
02022514 - Traduções	M	500,00 €	500,00 €	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	3.500,00 €

Resumo da Despesa

ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO	O CONTABILISTA PÚBLICO	Dotações Iniciais	23.200,00 €
Em ____ de ____ de ____	Em ____ de ____ de ____	Em ____ de ____ de ____	Reforços	+ 155.273,72
_____ _____ _____	_____ _____ _____	_____ _____ _____	Anulações	-



Rota Histórica das Linhas de Torres

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E CONTAS**

2023

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
ATIVIDADES	5
1. Ações de divulgação	5
2. Comemoração do Dia Nacional das Linhas de Torres	9
3. Revista INVADE!	15
4. Concurso micrometragens INVADE!	17
5. Comunicação e Eventos	18
5.1. Publicidade e divulgação	18
5.2. Running Challenge	19
6. Linhas com História	21
7. Projeto Artístico	22
9. Federação Europeia das Cidades Napoleónicas (FECN)	22
10. Associação de Turismo de Lisboa (ATL)	24
12. A2S Associação para o Desenvolvimento da Região Saloia	24
13. Participação em congressos ou outras representações da RHLT	24
14. Inquérito aos visitantes dos Centros de Interpretação	25
15. Levantamento de trabalhos académicos sobre a temática	26
16. Levantamento e contacto com Centros de Estudos e/ou Investigação	26
18. Projeto “Rota Histórica das Linhas de Torres - Comunidade e Turismo Sustentável”	27
19. Concursos / Prémios	27
20. Rede das Invasões Francesas em Portugal	27
21. Formação em língua inglesa	34
22. Traduções	34
23. Pop-up Expositivo	34
AÇÕES NÃO PREVISTAS NO PLANO DE AÇÃO DE 2023	35
Presença na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL)	35
PodCast Aqui entre nós	37
Press Trip	38
Boa Cama Boa Mesa	39
Guia Expresso	40



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Feira Galega de Turismo.....	40
Itinerários Culturais do Conselho da Europa.....	41
Summit Go4Travel.....	41
AÇÕES NÃO REALIZADAS.....	43
8. Banda desenhada	43
11. Associação de Turismo Militar Português.....	43
17. Cadernos temáticos.....	43
CONCLUSÃO	44
ANEXOS	45



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

INTRODUÇÃO

A Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (RHLT), é uma associação sem fins lucrativos constituída, atualmente, pelos seis municípios fundadores (Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira), por dois municípios não fundadores (Bombarral e Lourinhã) e outras entidades públicas/privadas.

Tem por objetivo a conciliação de interesses na valorização patrimonial e promoção turística das Linhas de Torres, bem como manter relações de cooperação e colaboração com outras associações nacionais e estrangeiras que tenham objetivos semelhantes.

Sem prejuízo da atribuição de objetivos anuais específicos, a RHLT prossegue os fins estabelecidos nos estatutos aprovados aquando da sua constituição e tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentado do território das Linhas de Torres, através da salvaguarda, conservação e valorização do património das Linhas de Torres e da sua promoção enquanto produto turístico e cultural, contribuindo para o desenvolvimento económico da região.

Neste documento apresentam-se as atividades realizadas ao abrigo do Plano de Ação de 2023, assim como o respetivo relatório de contas.



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

ATIVIDADES

Do Plano de Ação e Orçamento foram realizadas, durante o ano de 2023, as seguintes atividades:

1. Ações de divulgação

Ao longo do ano foram criadas ações com vista à divulgação da RHLT através de visitas ao território, ações de informação, formação e promoção de parceiros e potenciais produtos. Estas ações foram dirigidas a operadores turísticos e empresas de animação que atuam na região, assim como ao público geral, dependendo da temática. Teve como objetivo dar a conhecer as potencialidades da RHLT e do território onde ela se insere no que se refere a experiências turísticas inovadoras.

1.1. Ementas de Época

Não tendo sido possível realizar a ação e tendo a mostra gastronómica “À mesa dos Generais” ganho uma nova forma este ano, foi publicado o compêndio com as receitas oitocentistas. Este documento está disponível no website www.rhlt.pt e pode servir de base ou ponto de partida para novas criações ou recriações, elaboradas pela restauração ou escolas de hotelaria, bem como de inspiração para novos projetos.

https://www.rhlt.pt/wp-content/uploads/2023/10/RHTL_PUB_RECEITAS-OITOCENTISTAS_22-compactado.pdf



1.2. Brinde às Linhas

Realizou-se no dia 9 de maio, mais um encontro informal entre agentes económicos da região, que teve lugar na Aldeia Museu José Franco (Sobreiro – Mafra).

O encontro teve como objetivo dar continuidade às relações de cooperação, iniciadas anteriormente, entre os agentes económicos do território das Linhas de Torres e a um trabalho em rede por forma a construir uma oferta turística diversificada, articulada e apelativa para quem visita este património e a região.

O evento teve início com uma visita guiada à aldeia típica José Franco. De seguida, a Rota Histórica das Linhas de Torres fez a abertura através de uma breve apresentação do seu património e percursos de visita, das suas atividades turístico-culturais e dos materiais de divulgação e promoção turística, ao dispor de todos. Uma vez que no encontro estavam presentes, pela primeira vez, alguns agentes económicos, deu-se lugar a uma breve apresentação de cada participante e da sua área de negócio.

Coube a Viriato Dias, do Gabinete de Apoio ao Investimento Turístico do Turismo Centro de Portugal, partilhar informação e boas práticas no que respeita a investimento e o empreendedorismo no setor do turismo, bem como fazer saber que este gabinete presta aconselhamento técnico às empresas que o procurem.

Os produtos que estiveram em prova foram fornecidos pelo Lezíria Parque Hotel, que deu destaque aos biscoitos de azeite, receita inspirada nos antigos bolos de azeite da região de Vila Franca de Xira, e os vinhos pela Adega Cooperativa de Arruda dos Vinhos.





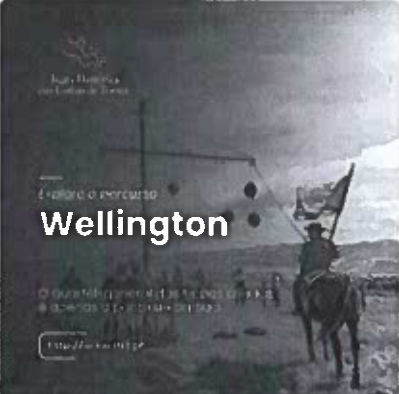
Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras



1.3. Renovação do website

Após as alterações dos anos anteriores foi dada continuidade ao trabalho de melhoria do website com a atualização e criação de novos conteúdos, a inclusão dos recursos pedagógicos e imagens e informações sobre os restantes associados, bem como a implementação da newsletter. Este trabalho foi também complementado com uma campanha de divulgação online.

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

 Mude o seu destino onde mudámos o de Napoleão Entre o Tejo e o Atlântico - uma região natural que não se deixa conquistar. Download	 Torres Vedras na primeira linha Entre o Tejo e o Atlântico - uma região natural que não se deixa conquistar. Download
 Wellington Entre o Tejo e o Atlântico - uma região natural que não se deixa conquistar. Download	 A Defesa do Tejo Entre o Tejo e o Atlântico - uma região natural que não se deixa conquistar. Download

1.4. Portal Linhas de Torres

Ficou disponível no dia 1 de setembro, o portal InvadeMAG, é muito mais do que a versão online da revista INVADI!. Para além de disponibilizar e oferecer um arquivo consultável de todos os conteúdos da versão impressa da revista pesquisável também por rubricas, oferece funcionalidades apenas possíveis em meio digital, como são o BLOG, onde se publicam os eventos e notícias que vão acontecendo no território das Linhas de Torres, mas também no dos Itinerários Napoleónicos Portugal, em articulação com as entidades regionais de turismo; o PODCAST, que conta já com três



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

episódios, a GALERIA, onde disponibilizamos as nossas melhores imagens; e, por último, mais recentemente, o INVADEMOV, onde ficarão os nossos vídeos e documentários.



2. Comemoração do Dia Nacional das Linhas de Torres

Este ano, o município anfitrião da Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional das Linhas de Torres foi Vila Franca de Xira, tendo realizando-se no auditório do Museu do Neorealismo.

Os convidados foram recebidos pelo Corpo de Artilharia de Sobral e pela Guerrilha de Montagaço, seguindo-se os discursos de abertura da cerimónia pelo Presidente da RHLT, José Alberto Quintino e pelo Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, Fernando Paulo Ferreira.

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Seguiu-se a performance artística “Sonho Infernal ou O Fim de Uma Jornada Sem Glória”, adaptado do documento literário de propaganda portuguesa antinapoleónica no século XIX, intitulado “O Testamento de Junot”.

A cerimónia terminou com entrega dos Wellington Honour. Foram distinguidos nas diferentes categorias:

- * Ambiente e Sustentabilidade: AIDLGLOBAL;
- * Cultura e Criatividade: Grupo de Danças Históricas da Batalha do Vimeiro;
- * Acessibilidade e Inclusão: Associação VOA – Inclusão para a Deficiência;
- * Desporto e Movimento: Clube Desportivo, Recreativo e Cultural da Calhandriz;
- * Promoção e Divulgação: Clive Gilbert.

Por fim, teve lugar um apontamento gastronómico e a apresentação dos vinhos “Encostas de Xira”, produção da Quinta Municipal de Suberra.





Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras



- À Mesa dos Gerais

A mostra gastronómica “À mesa dos gerais” decorreu entre 13 e 22 de outubro, contou com o já habitual empenho dos restaurantes aderentes para, através de receitas inspiradas nas narrativas locais da época, recriar os sabores oitocentistas. A mostra contou com a adesão de 23 restaurantes, na brochura online

[https://www.invademag.pt/PDF/A Mesa dos Gerais 2023.pdf](https://www.invademag.pt/PDF/A_Mesa_dos_Gerais_2023.pdf)



- Outras atividades

Entre 11 e 29 de outubro a RHLT, os municípios fundadores da RHLT ofereceram ao público em geral, e às famílias, um programa de eventos e atividades diversificado que conciliaram a cultura, a história e a cidadania com a recreação histórica e o lazer. O programa pode ser consultado em https://www.rhlt.pt/wp-content/uploads/2023/10/AF_RHTL_DN_23_DIVULGACAO_BOOKLET-compactado.pdf



Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

EXIBIÇÃO DE FILMES / CULINÁRIA DE VILA

18 OUT / quarta-feira

Smoke and Drums

ciclo de cinema sobre as guerras napoleónicas

As Linhas De Wellington
(2012, 2h40m).

19h00
Museu das Linhas de Torres
283 Francisco de Sá

Entrada livre
com concessão de entrada

ATIVIDADES PARA PÚBLICO GERAL / SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

20 OUT / sexta-feira

Cerimónia de homenagem à memória e resistência do povo português e aos mortos da Guerra Peninsular.

21h00
Espaço Dr. Eugénio Dias
Dinamização: ACR 11 de Setembro de 1951

ATIVIDADE COM FAMÍLIAS / FORTES

29 OUT / domingo

Há Vida no Forte - Visita guiada ao Reduto de Montachique

10h00
Reduto de Montachique
Parque Municipal da Quezede de Montachique

Participação Gratuita
inscrição obrigatória até 25 de outubro
inscrições: turism@adg.pt ou 282 332 149

OFICINA / VILA

29 OUT / domingo

Expressarte nas Linhas de Torres

Oficina de linogravura para famílias

15h00
Centro de interpretação das Linhas de Torres
CLT - ruína (Monte da Raposa)

Participação Gratuita
inscrição obrigatória até 25 de outubro
inscrições: turism@adg.pt ou 282 332 149

VISITA-JOGO / ARRUDA DOS VINHOS

21 OUT / sábado

A Igreja Matriz de Arruda dos Vinhos foi palco das Invasões Francesas

14h30
Parque de estacionamento: Parque de Turismo
de Arruda dos Vinhos

Participação Gratuita
inscrição obrigatória até 20 de outubro
inscrições: turism@adg.pt ou 282 332 149

ATIVIDADE COM FAMÍLIAS / TORRES VEDRAS

21 OUT / sábado

Ala que se faz tarde Era uma vez um Imperador Francês!

15h00
Centro de interpretação das Linhas de Torres
Forte de São Jacinto

Participação Gratuita
inscrição obrigatória até 20 de outubro
inscrições: turism@adg.pt

- Marchinha dos Fortes

A Marcha dos Fortes, que atravessa o território das Linhas numa extensão de 44 Km e que já vai na 17.ª edição teve este ano uma versão mais pequena, a Marchinha dos Fortes, pensada para as famílias e que anima os seus 4 Km de extensão com muitas atividades.



- InvadeCAST

Foi também no Dia Nacional das Linhas de Torres que a RHLT lançou o primeiro podcast. Esta rubrica do invademag.pt vai reunir momentos onde se conversa com pessoas que têm algo a dizer e coisas para contar sobre as Linhas de Torres, as suas gentes, o seu património e a sua história, mas também sobre o futuro da região.

O primeiro convidado foi o presidente da Entidade Regional do Turismo do Centro de Portugal, Raúl Almeida e pode ser ouvido nas seguintes plataformas: Spotify | Facebook | Youtube | InvadeMAG

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras



O segundo episódio do InvadeCAST questionou o porquê de “Itinerários Napoleónicos” e não apenas “Invasões Francesas”? É Portugal um destino de turismo militar por excelência, ou é o turismo militar uma das excelências do turismo em Portugal? Tornaram-se a tecnologia e a interatividade indispensáveis a uma experiência turística completa? A conversa decorreu entre Ana Raquel Machado e Teresa Ferreira, diretora do Departamento de Dinamização da Oferta e dos Recursos do Turismo de Portugal, que desde há muito vem ponderando estas e outras questões.

3. Revista INVADE!

A Rota Histórica das Linhas de Torres lançou o oitavo e nono números da revista INVADE! Património. Turismo . Lazer.

No número 8, o editorial ficou a cargo da Vice-Presidente da RHLT, Ana Umbelino; na rubrica Grande Plano destacou-se os dois novos documentários da RHLT sobre temáticas da era napoleónica; na rubrica É dos nossos, o foco foi sobre o sócio Walking Mentorship; À conversa com, a entrevista decorreu com Nuno Fazenda, Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços; na rubrica Mãos à obra mostrou-se o trabalho da West Shuttle; À mesa dos generais a referência foi para o restaurante Tasquinha do Gil e no Brinde à vitória, para a Quinta do Cerrado da Porta; integraram o Mude a Hospedaria Anagri, a Taberna do Luís, o Museu do Neo-Realismo, o Monumento a Hércules e o Forte da Aguieira; na rubrica Acontece na Rota apresentou-se a App e os mapas RHLT; em em Mais que 152 motivos destacou-se o

Monumento ao Coronel Lake; na rubrica Fique deu-se a conhecer a Quinta do Boição e, por fim, em Prata da Casa foi publicado o artigo “Da idade do cobre à Guerra Peninsular no Castelo / Passo”.



No número 9, o Editorial ficou a cargo da Presidente da Assembleia Geral da RHLT, Sónia Paixão, em Grande Plano deu-se destaque ao novo portal InvadeMAG; na rubrica É dos nossos falou-se do associado Maria Sabe-Tudo; À conversa com, a entrevista foi realizada a Mark S. Thompson; em Mãos à obra apresentou-se a Adega Cooperativa da Lourinhã; À mesa dos gerais, o destaque foi para o restaurante 150 Gramas; na rubrica Um brinde à vitória, deu-se a conhecer o Casal da Monteiro; no Mude, a sugestão de programa integrou a Noiva do Mar, o Restaurante Promar, o Vimeiro Clube Aventura, o Percurso PR 3 – Pelos Caminhos da Batalha do Vimeiro e o Percurso PR 2 – Rota do Atlântico, o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro e o Forte de S. Vicente; na rubrica Acontece na Rota falou-se do Festival Novas Invasões, do Dia Nacional das Linhas de Torres e da 1.ª Marchinha dos Fortes; na rubrica Mais que 152 Motivos, destacou-se o Museu do Vinho e da Vinha e o Centro de Interpretação das Linhas de Torres de Bucelas; no Fique, deu-se a conhecer The Minimal House e em Prata da Casa, o destaque foi para um Livro de Peso.



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras



4. Concurso micrometragens INVADÉ!

O concurso de micrometragens será recuperado, sob novo formato, estando o grupo a trabalhar no sentido de melhorar a aproximação e envolvimento da comunidade escolar, designadamente por meio do estabelecimento de parceria com o Plano Nacional das Artes e Plano Nacional de Cinema, para o incremento da ação com forte potencial de divulgação e conhecimento das Linhas de Torres e Invasões Francesas através de expressões artísticas. Foi criado, ainda, um programa “Prémios INVADÉ” para o concursos de Micrometragem INVADÉ e do Projeto Artístico, a desenvolver no ano de 2024.

5. Comunicação e Eventos

5.1. Publicidade e divulgação

A RHLT fez dois anúncios na revista Ambitur – uma revista especializada em turismo.

Turismo e Destinos em Portugal e de Portugal

Visite a Rota Histórica das Linhas de Torres e deixe-se surpreender!





A região da Rota Histórica das Linhas de Torres não é apenas diferente. A apenas 30 minutos de Lisboa, descobre um património único na história da Europa. Distinguida com o Europe Heritage pela sua ação de conservação do património e pelo Turismo de Portugal como melhor projeto público de requalificação, tem seis percursos disponíveis distribuídos num território que se estende do rio Tejo ao oceano Atlântico. Os percursos integram vários dos fortes que entre 1808 e 1810 foram construídos para defender Lisboa da invasão dos exércitos de Napoleão. Os fortes das Linhas de Torres são apoiados por uma rede de Centros de Interpretação que oferecem o contexto histórico, patrimonial e

social, assim como um leque de ofertas que tornam a experiência inesquecível. Para além do seu património único, o território das Linhas de Torres oferece muitas outras sensações e emoções, desde desportos de aventura, canichan, golfe, passeios de jipe e a cavalo, surf e equitação, até experiências para os sentidos, como a gastronomia e amentas de época, o enoturismo e um

merceado reposte em locais cheios de charme. Conhecer a região das Linhas de Torres é um desafio enriquecedor.

*As informações em: www.rhlt.pt linhasdetorres@rhlt.pt





DESTINOS



Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras



ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES

Mude o seu destino, onde mudámos o de Napoleão!

Este é o convite que lhe fazemos:
Linhas de Torres Vedras... invasões
francesas... já conhece?

Se não conhece não pode deixar de
visitar aquele que foi o maior sistema
militar da campanha da história da
Europa.

Entre 1809 e 1810, edificaram-se três

linhas defensivas a norte de Lisboa
para protegerem a capital portuguesa
da terceira invasão francesa.

Quando concluídas, tinham 52 fortes
construídos, armados com 800 peças
de artilharia e defendidos por 34.000
homens, que se estendiam por 85 km,
entre o rio Tejo e o Alentejo.

A 30 minutos de Lisboa, tem
disponíveis seis percursos temáticos,

apoiados numa rede de centros de
interpretação que percorrem as duas
linhas de defesa e lhe contam os
segredos mais bem guardados desta
história. Os acontecimentos que aqui
se passaram, há mais de dois séculos

anos, marcaram o fim das aspirações
hegemónicas de Napoleão Bonaparte.

Envolta por uma paisagem
absolutamente deslumbrante, 30 dos 52
fortes podem ser visitados e usufruídos,
com atividades regulares e são o
testemunho do que aqui aconteceu: não
foi apenas o destino da Europa e do Brasil
por isso, este monumento nacional de
conjunto é considerado uma importante
símbolo cultural e um poderoso recurso
educacional, reconhecido pelo Turismo
de Portugal e distinguido com o prémio
Europa Nostra.

Todos os anos, celebramos, a 20 de
setembro, o Dia Nacional das Linhas
de Torres. Durante um mês fervilham
dezenas de eventos por toda a Rota
Histórica das Linhas de Torres: desde
música, expressões artísticas e
performances, gastronomia de época,
provas de vinhos, recreações históricas,
atividades infantis e desportivas.
Mas o melhor é que qualquer altura
do ano é excelente para visitar a Rota
Histórica das Linhas de Torres. Cada
estação conta a natureza de cores
diferentes e pelo território tem uma
oferta turística e cultural que apetece
experimentar.

Saiba mais sobre nos:
www.linhasdetorres.pt
www.rhlt.pt
www.facebook.com/rotahistoricalinhasdetorres



AMBITUR TRAVEL & LIFE STYLE 2023

5.2. Running Challenge

Decorreu no dia 15 de abril, a prova desportiva Running Challenge – uma corrida maioritariamente de trail, realizada pela primeira vez em 2013, para homenagear todos aqueles que construíram e ocuparam o sistema defensivo das Linhas de Torres.

Com duas distâncias longas (Ultramaratona de 100 km e Maratona Trail de 42km) e duas mais curtas (Corrida de 10 Km e Caminhada de 6Km), esta prova é um desafio único, num percurso que testemunha um dos períodos históricos mais relevantes para Portugal e para a Europa – as Guerras Napoleónicas.

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Cerca de 300 participantes, parte deles integrantes dos três Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança, correram em alguns dos sítios mais emblemáticos das Invasões Francesas, rasgando paisagens extraordinárias, como é o caso das que vislumbram a partir do Forte do Alqueidão ou da Serra do Socorro, pontuados pelo sistema de comunicação ótico, utilizado em 1810, e pelos grupos de recriação da Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913 – Guerrilha de Montagraço e Companhia de Artilharia de Sobral – bem como pelo grupo de bombos Treze a Rufar. O ponto de chegada foi a cidade de Torres Vedras.

No dia 16 de abril, teve lugar, na Escola de Armas (Mafra), a cerimónia de encerramento da prova e a entrega de prémios, presidida pela senhora ministra da Defesa Nacional.

Coube ao senhor presidente da Rota Histórica das Linhas de Torres, José Alberto Quintino, a entrega de um dos prémios.

Durante a parte da tarde, as delegações estrangeiras participantes tiveram a oportunidade de ter uma visita cultural guiada às Linhas de Torres que terminou, com passagem pelo Forte de S. Vicente, o Centro de Interpretação das Linhas de Torres e o Museu do Vinho e da Vinha de Bucelas. A visita terminou com uma degustação de produtos regionais e uma prova de Arinto Bucelas.



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras



6. Linhas com História

No dia 18 de abril, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, foi publicado o terceiro episódio da série Linhas com História, BonapARTE – Napoleão: Arte e Propaganda.

Investigando a influência de Napoleão na Arte do seu tempo, esta produção dá uma imagem global das grandes mudanças operadas nas Artes no início do século XIX, contando o que está por trás de obras tão marcantes como A Sagração de Napoleão e a Coroação de Josefina, de David, porque rasurou Beethoven o nome “Bonaparte” da dedicatória da sua 3.ª Sinfonia e porque escondeu Napoleão dos franceses a estátua que encomendou a Canova.



7. Projeto Artístico

Ficou definido o nome ART[INVADE] para o concurso artístico, sendo a primeira edição em 2024. Foram elaboradas normas de participação e estabelecida a composição do júri, que contará com os seguintes elementos: Martim Sousa Tavares (maestro e diretor artístico), Paulo Pires do Vale (Comissário do Plano Nacional das Artes) e Joaquim Jorge (Direção de Serviços de Estratégia, Planeamento e Avaliação da Cultura no GEPAC/Ministério da Cultura).

9. Federação Europeia das Cidades Napoleónicas (FECN)

A RHLT, atualmente assume o lugar de vice-presidente da FECN, tendo participado nos trabalhos desenvolvidos pela mesma, contribuindo para a dinamização do itinerário europeu Destination Napoleon.

Na semana de 5 a 14 de maio de 2023, a FECN organizou a terceira edição da Semana Europeia 'Destination Napoléon', que teve como tema "A Botânica e o desenvolvimento dos espaços verdes no tempo de Napoleão". No sentido de contribuir para a programação dessa semana temática, a RHLT produziu e apresentou o 4.º episódio da série Linhas com História "Napoleonaea imperialis – Invasões Botânicas na Era Napoleónica", investigando a relação entre as grandes viagens científicas da época e o casal Bonaparte, por um lado, e entre estes e a disseminação em Portugal e na Europa de espécies exóticas, por outro, mostrando alguns lados menos conhecidos – e até surpreendentes – da epopeia botânica de inícios do século XIX.



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras



Nos dias 2 e 3 de junho, realizou-se a Assembleia Geral da Federação Europeia das Cidades Napoleónicas (FECN), em Autun (França), tendo como anfitrião o novo Presidente da Federação, Vincent Chauvet.

Com a participação de cerca de 20 cidades membros e do Presidente do Comité Científico da FECN – Destination Napoleon –, Jacques Olivier Boudon, a Assembleia Geral constituiu uma ocasião excecional para a partilha de boas práticas, que decorreu durante as sessões e o workshop, conduzido pela Professora Alessia Mariotti, em torno da salvaguarda do património napoleónico, da promoção dos territórios membros e da criação de projetos transnacionais de turismo cultural e sustentável.

A RHLT marcou presença no evento com uma comunicação sobre a interpretação do património e o turismo sustentável nas Linhas de Torres Vedras apresentada pela Vice-Presidente, Ana Umbelino, e pela técnica, Marta Fortuna.





10. Associação de Turismo de Lisboa (ATL)

A RHLT manteve a condição de sócio da ATL, entre outras cooperações, esta integração possibilitou a divulgação da revista INVADE! Património, Turismo, Lazer nos vários pontos ASK ME, distribuídos pela cidade de Lisboa .

12. A2S | Associação para o Desenvolvimento da Região Saloia

A RHLT manteve a condição de sócio da A2S e participou em reuniões de aproximação, com vista a desenvolvimento de ações conjuntas a iniciar em 2024.

13. Participação em congressos ou outras representações da RHLT

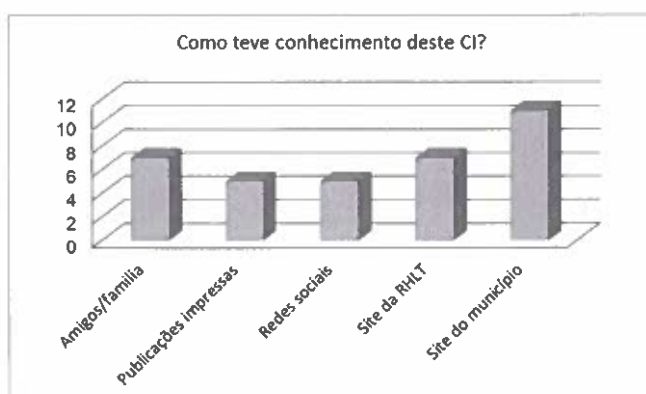
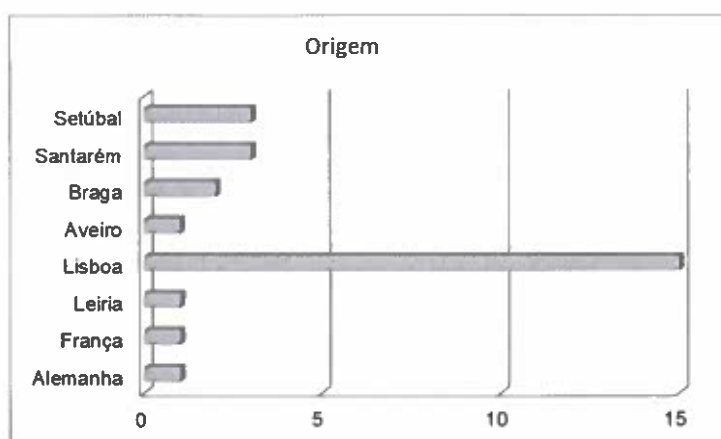
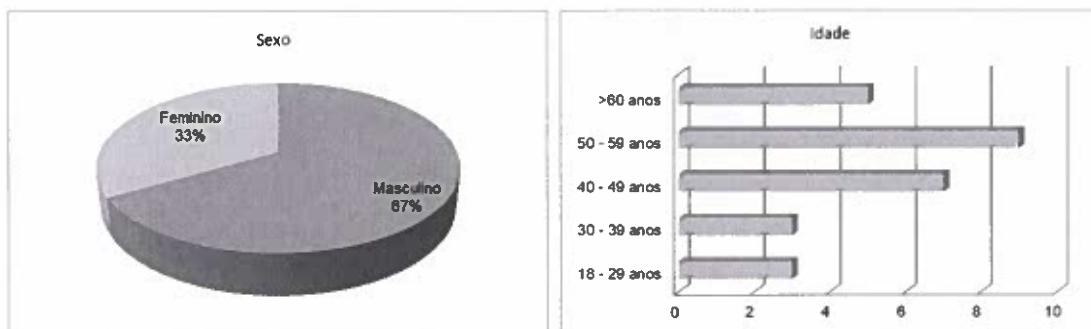
Durante o ano 2023, a RHLT fez-se representar em várias reuniões/ações, quer através da equipa técnica como de membros da Direção.

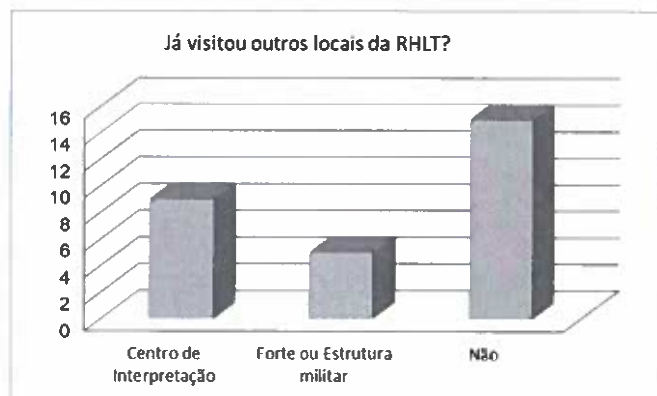


Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

14. Inquérito aos visitantes dos Centros de Interpretação:

Foram recolhidas as respostas dos visitantes dos Centros de Interpretação, estando o resumo das mesmas representado abaixo:





15. Levantamento de trabalhos académicos sobre a temática

A equipa técnica manteve o acompanhamento do que se vai realizando no meio académico, através do levantamento de trabalhos que foram desenvolvidos nos últimos anos sobre temáticas de interesse para a missão e objetivos da RHLT.

16. Levantamento e contacto com Centros de Estudos e/ou Investigação

Foi efetuado o levantamento de Centros de Estudos e/ou Investigação que trabalham temáticas como Turismo Militar, hotelaria, audiovisual, design, tecnologia e informática, entre outras, que vão de encontro à missão da RHLT, de forma a possibilitar o estabelecimento de contactos que poderão permitir a criação de parceiras.

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

18. Projeto “Rota Histórica das Linhas de Torres - Comunidade e Turismo

Sustentável”

A conclusão financeira, assim como a entrega de alguns materiais executados ao abrigo deste projeto passaram para 2023, apesar do cronograma de ação ter terminado em 2022.



19. Concursos / Prémios

Ao longo do ano a RHLT concorreu ao Prémio Nacional de Turismo, na categoria Turismo Autêntico, promovido pelo BPI/Expresso e também aos Prémios Património Ibérico 2023, promovidos pela Spira.

20. Rede das Invasões Francesas em Portugal

Aprovado ao abrigo do Programa Valorizar: Linha de Apoio à Valorização do Interior, o consórcio deste projeto é composto por treze entidades (Almeida, Bombarral, Elvas, Lourinhã, Mealhada, Mortágua, Penacova e os seis municípios fundadores que integram a RHLT) e tem como promotor a CIM – Região de Coimbra.

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Este projeto pretende prosseguir com os seguintes objetivos: qualificação da oferta, capacitação dos recursos, comunicação do produto e inovação da rede.

Depois de vários constrangimentos iniciais, o projeto avançou no seu desenvolvimento durante o ano 2021 e conclui-se este ano.

Deste projeto surgiram novas ações que pretendem consolidar os Itinerários Napoleónicos Portugal e todo o trabalho desenvolvido, como foi o caso da comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. Nesta ação, todo o território do consórcio dos Itinerários Napoleónicos Portugal desenvolveram atividades em torno do jogo de Napoleão Bonaparte.



Napoleão Bonaparte: O Princípio do Fim

DIA ABERTO DOS ITINERÁRIOS NAPOLEÓNICOS

Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

22 / 23
Abril 2023

MEALHADA 22 DE ABRIL / 10h00
MATA DO BUSSACO - MUSEU MILITAR
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
turismo@cm-mealhada.pt / 231 930 122

MORTÁGUA 23 DE ABRIL / 10h00
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO "MORTÁGUA NA BATALHA DO BUSSACO"
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
turismo@cm-mortagua.pt / 231 927 464

PENACOVA 22 DE ABRIL / 10h00
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PENACOVA
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
biblioteca@cm-penacova.pt / 239 470 306

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO 23 DE ABRIL / 15h00
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DAS LINHAS DE TORRES - CILT SOBRAL DE MONTE AGRAÇO
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
cilt@cm-sobral.pt / 261 942 296

TORRES VEDRAS 22 DE ABRIL / 10h00
PRAÇA DO MUNICÍPIO
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
geral@stv.pt / 919 859 106

VILA FRANCA DE XIRA 23 DE ABRIL / 15h00
FÁBRICA DAS PALAVRAS (SALA POLIVALENTE)
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
patrimoniocultural@cm-vfxira.pt

NAPOLEÓNICOS PORTUGAL



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Napoleão Bonaparte: O Princípio do Fim

DIA ABERTO DOS ITINERÁRIOS NAPOLEÓNICOS

Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

22 / 23 Abril 2023

ALMEIDA / 22 DE ABRIL / 15h00
MUSEU HISTÓRICO MILITAR DE ALMEIDA
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
museu.militar@cm-almeida.pt / 271 571 229

ARRUDA DOS VINHOS / 22 DE ABRIL / 10h00
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DAS LINHAS DE TORRES - CILT ARRUDA DOS VINHOS
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
servicoeducativo@cm-arruda.pt / 263 112 502

BOMBARRAL / 22 DE ABRIL / 15h00
AUDITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FERREIRA DO PO
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
turismo@cm-bombarral.pt / 262 609 053

ELVAS / 22 DE ABRIL / 10h00
FORTE DE SANTA LUZIA
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
forte.santaluzia@cm-elvas.pt / 268 625 287

LOURES / 23 DE ABRIL / 15h00
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DAS LINHAS DE TORRES - CILT BUCÉLAS
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
linhasdetorres_bucelas@cm-loures.pt

LOURINHÃ / 22 DE ABRIL / 15h00
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DO VIMEIRO
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
cibatalhavimeiro@cm-lourinha.pt / 261 988 471

MAFRA / 22 DE ABRIL / 15h00
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DAS LINHAS DE TORRES - CILT MAFRA
INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
arqueopedagogia@cm-mafra.pt / 261818348

Foi dada continuidade à agenda nacional dos Itinerários Napoleónicos Portugal, de periodicidade semestral.



Visita técnicas

No âmbito do consórcio dos Itinerários Napoleónicos, realizou-se, no dia 26 de junho, uma das cinco visitas técnicas a estes itinerários.

A visita destinou-se a agentes, operadores e profissionais de informação e promoção turística e teve como objetivo dar a conhecer o património e recursos turísticos relacionados com as Invasões Francesas, ou napoleónicas, que representam um dos períodos mais marcantes da história de Portugal e da Europa.

A visita guiada teve início com a Primeira Invasão Francesa, no miradouro da Serra do Picoto (Bombarral), com uma explicação sobre o contexto em que decorreu a batalha da Roliça, a que se seguiu o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro (Lourinhã), com especial enfoque para as condições que deram a vitória dos aliados sobre as tropas francesas.

Ao almoço, os 35 participantes tiveram a oportunidade de degustar o bife Wellington, como sugestão de um prato de época, neste caso criado em homenagem ao duque.

Da parte da tarde, visitou-se o território da Terceira Invasão Francesa e foi a vez do Forte de S. Vicente (Torres Vedras) receber o grupo, sublinhando, entre outras coisas, a originalidade e eficiência dos sistemas de comunicação nas Linhas de Torres Vedras ou Linhas de Defesa de Lisboa, tendo a visita sido concluída no Forte do Alqueidão (Sobral de Monte Agraço, onde foram desafiados a “marchar” pela estrada militar e a descobrir por que o comandante do exército aliado terá adotado este Forte como o seu posto de comando das operações militares nas linhas.

Durante as viagens de autocarro entre pontos de paragem, aproveitou-se para dar informações complementares acerca do trabalho desenvolvido pela RHLT, dos principais eventos, com referência para a Agenda dos Itinerários Napoleónicos, disponível digitalmente nos websites dos municípios envolvidos, do Centro de Interpretação das Linhas de Torres de Sobral de Monte Agraço, da Rota Histórica das Linhas de Torres, das Entidades Regionais de Turismo do Porto e Norte, Centro de Portugal, Lisboa e Alentejo.

A visita contou com a presença do Turismo de Portugal e com o Turismo Centro de Portugal – Delegação do Oeste.



Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras





Encerramento do projeto

No passado dia 15 de dezembro, o Palace Hotel do Bussaco recebeu a sessão de encerramento do projeto Itinerários Napoleónicos Portugal.

Os Centros de Interpretação das Linhas de Torres e o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro são alguns dos espaços que terão, brevemente, disponíveis para os visitantes uma realidade virtual ilustrativa e diferenciadora para cada território, que contará com a ilustração de vários acontecimentos que decorreram na primeira e segunda invasão francesas a Portugal.

A iniciativa contou com as intervenções do presidente do Turismo de Portugal, Carlos Abade, do Presidente da Entidade Regional do Turismo do Centro de Portugal, Raúl Almeida, do presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Emílio Torrão, e do presidente do município da Mealhada, António Jorge Franco, em virtude de ser o município anfitrião do evento.

Coube à Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) fazer um balanço muito positivo da utilização nacional do jogo de tabuleiro “Napoleão Bonaparte: o princípio do fim” durante o presente ano e da agenda comum de eventos, que teve a capacidade de reforçar a coesão entre municípios que têm património relacionado com as invasões francesas e a cooperação com as entidades regionais de turismo do Porto e Norte, Centro e Alentejo. Findo este projeto, a RHLT anunciou que no próximo ano assegurará a continuidade da agenda nacional, que se manterá semestral e bilingue.

O projeto foi gerido financeiramente pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e concretizado por um consórcio composto pelos municípios de Almeida, Elvas, Mealhada, Mortágua, Penacova e pela Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, que integra os



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

municípios de Arruda dos Vinhos, Bombarral, Loures, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.





Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

21. Formação em língua inglesa

Decorreu como previsto para os técnicos membros da Equipa Técnica.

22. Traduções

Foram contratadas sempre que necessário ao longo do ano.

23. Pop-up Expositivo

Foi concluída a aquisição desta estrutura e utilizado pela primeira vez no Dia Nacional das Linhas de Torres de 2023.



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

AÇÕES NÃO PREVISTAS NO PLANO DE AÇÃO DE 2023

Presença na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL)

A RHLT participou na 33.ª Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu na FIL, entre 01 e 05 de março, integrada no espaço do Turismo do Centro de Portugal.

Ao longo de cinco dias, divulgamos o património das Linhas de Torres e a oferta turística e cultural deste território, junto de profissionais do setor e do público em geral, participando também ativamente no programa de conferências e animação da feira.

No dia 03, a vice-presidente da Rota Histórica das Linhas de Torres, Ana Umbelino, apresentou o produto turístico-cultural das Linhas de Torres enquanto parte integrante do Itinerário Cultural Destination Napoleon, no espaço da BTL Cultural, no âmbito do Encontro Técnico dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, promovido pela Direção-Geral de Património Cultural.

Nesses mesmo dia, Ana Raquel Machado, técnica da equipa da RHLT, deu a conhecer as mais recentes ferramentas e recursos de apoio para quem quer visitar e disfrutar do território, nomeadamente, a revista INVADE, a nova APP contendo sugestões de o que ver, o que fazer, onde dormir e onde comer; os seus mais recentes mapas ilustrativos – uma coleção de seis mapas infográficos contendo os elementos patrimoniais visitáveis e uma contextualização histórico-social do período das Invasões Francesas; o jogo de tabuleiro “Napoleão Bonaparte: o princípio do fim”; e guia turístico “No coração das Linhas de Torres”.

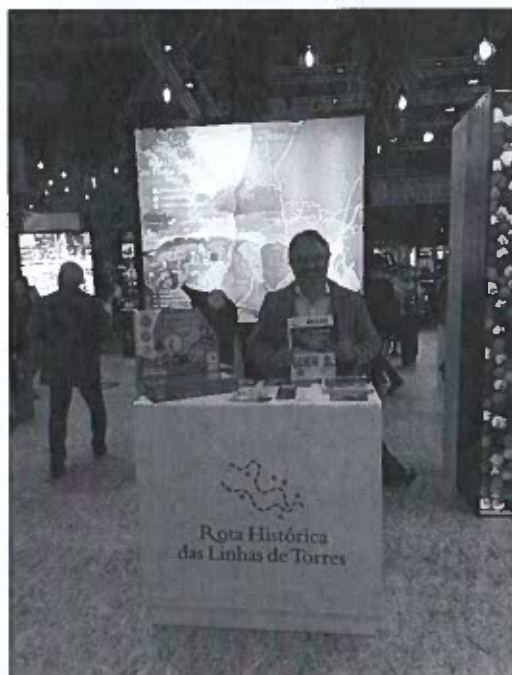
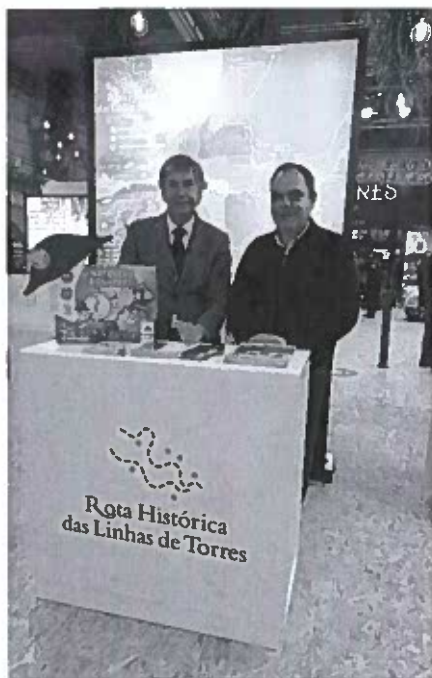
No espaço Kids Route do Turismo do Centro de Portugal, a técnica da RHLT, Marta Miranda, dinamizou o jogo com as várias famílias que aderiram ao desafio. As famílias vencedoras levaram consigo este divertido jogo, como prémio pelo seu desempenho na defesa do território de Portugal e dos valores de cidadania e cultura.

O espaço da RHLT foi visitado pelos grupos de recriação histórica Guerrilha de Montagrago e Companhia de Artilharia de Sobral que deram colorido e presença ao espaço da FIL.



Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras





Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras



PodCast Aqui entre nós

O Turismo do Centro de Portugal convidou a Rota Histórica das Linhas de Torres a participar na primeira edição do ano do “Aqui Entre Nós”. Nos dois podcasts falou-se de um momento marcante da nossa História: as Linhas de Torres Vedras, que foram erguidas para defender Lisboa da 3.ª Invasão Francesa, entre 1809 e 1810 e o que oferece hoje este património - monumento nacional – e território a quem o visita.



Press Trip

Entre 16 e 18 de maio, o Turismo do Centro de Portugal convidou 7 jornalista de órgãos de comunicação nacional a visitarem alguns dos locais mais emblemáticos da 3.ª Invasão Francesa. O percurso teve início em Almeida, passando por Mealhada, Mortágua, Penacova, Lourinhã, Torres Vedras, Arruda dos Vinhos e terminou em Sobral de Monte Agraço.

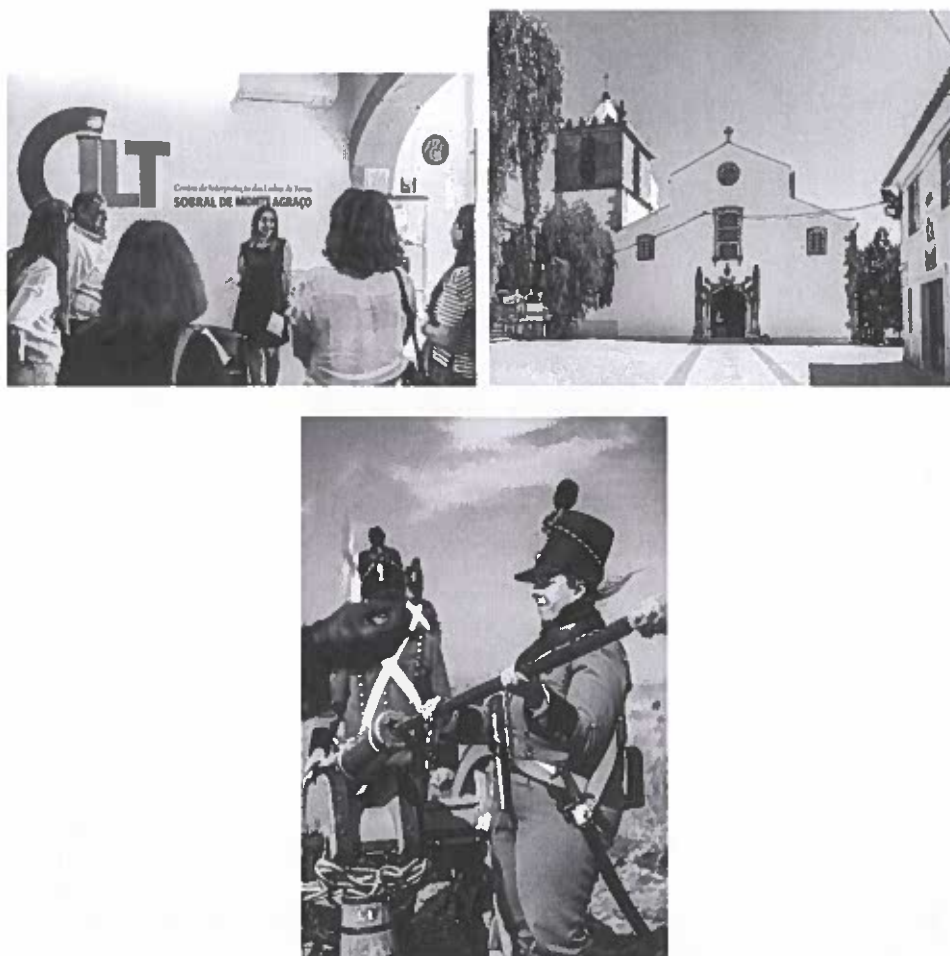
Na Lourinhã, o grupo de jornalistas visitaram o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro; em Torres Vedras teve lugar a visita ao Forte de S. Vicente e ao Centro de Interpretação das Linhas de Torres; em Arruda dos Vinhos, o local escolhido foi a Igreja Matriz; por fim, em Sobral de Monte Agraço a visita começou no Centro de Interpretação das Linhas de Torres, que se situa na vila, e terminou com a subida da estrada militar até ao Forte do Alqueidão, onde o grupo foi recebido pelos grupos de recriação histórica Guerrilha de Montagaço e Corpo de Artilharia de Sobral.





Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras



Boa Cama Boa Mesa

O programa Boa Cama estreou novo episódio no dia 20 de maio. Desta vez, o roteiro foi dedicado a Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, onde o mar e a história da 3.ª Invasão Francesa se cruzam.

Coube ao Centro de Interpretação das Linhas de Torres e ao Forte do Alqueidão, em Sobral de Monte Agraço, dar a conhecer a história e as estratégias militares usadas por ambos os exércitos no campo de batalha, bem como as famosas Linhas de Torres – o maior e mais eficaz sistema defensivo de campanha na Europa, que teve sucesso ao proteger Lisboa das ambições expansionistas de Napoleão Bonaparte.

Indissociável da história, tradições e património, o Boa Cama, Boa Mesa deu destaque à AdegaMãe, em Torres Vedras – um projeto familiar que dispõe de diversas opções de enoturismo, como as provas no wine bar, um brunch vínico e o restaurante Sal na Adega. Já na costa Oeste, junto à praia de Santa Cruz encontra-se um refúgio com atmosfera única: o hotel Areias do Seixo, premiado com uma Chave de Ouro no Guia Boa Cama Boa Mesa 2023.

Guia Expresso

Foi também lançado a acompanhar o jornal Expresso, o Guia Itinerários Napoleónicos – Centro de Portugal, que percorre os locais das batalhas e episódios que marcaram a história de Portugal durante a 3.ª Invasão Francesa, desde Almeida, passando pelo Buçaco, até às Linhas de Torres, onde se destacou os trilhos da Roliça (Bombarral), o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro (Lourinhã), Torres Vedras, o Centro de Interpretação das Linhas de Torres de Sobral de Monte Agraço e o Forte do Alqueidão.

Feira Galega de Turismo

Decorreu, entre 8 e 11 de junho, a Feira Galega de Turismo – um fórum de referência do sector a nível nacional. Tratou-se de uma grande montra e de um espaço para as empresas criarem colaborações e estabelecerem contactos, promoverem a sua marca e reforçarem o seu posicionamento, transmitirem confiança, continuarem a incentivar os viajantes e, claro, a gerar negócios.

A Rota Histórica das Linhas de Torres está presente através ARPT Centro de Portugal para divulgar as Linhas de Torres, as Invasões Francesas e os Itinerários Napoleónicos Portugal.





Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Itinerários Culturais do Conselho da Europa

Em novembro, no dia 7, a Direção-Geral do Património Cultural reuniu com os parceiros dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa com presença em Portugal.

Enquanto representante do Comité Diretor deste Programa, a DGPC promoveu este encontro nacional no Museu Nacional de Etnologia com o intuito de potenciar a partilha de informação, a cooperação e o trabalho em rede em torno as rotas com presença em Portugal.

A RHLT, através da sua vice-presidente, Ana Umbelino, representou o itinerário cultural europeu Destination Napoleon, a par da participação de outros representantes e membros das rotas certificadas.

A reunião contou com as intervenções do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) e do Turismo de Portugal, ambos parceiros institucionais neste programa.

Atualmente, Portugal integra 17 dos 45 itinerários certificados na Europa, sendo um deles o Destination Napoleon que integra as Linhas de Torres Vedras.



Summit Go4Travel

A edição de 2023 da Summit Go4Travel decorreu, entre os dias 17 e 19 de novembro, no Hotel Dolce by Wyndham CampoReal Lisboa, em Torres Vedras.

O evento que reuniu 230 dos melhores profissionais de viagens em Portugal e parceiros comerciais, proporcionou aos participantes um maior conhecimento sobre o que a Região Oeste de Portugal tem de melhor e diferenciador para oferecer, nomeadamente o património cultural, gastronómico e natural, que foi mostrado de forma imersiva.

A convite da OesteCIM (Comunidade Intermunicipal do Oeste) o município e o Centro de Interpretação das Linhas de Torres de Sobral de Monte Agraço associaram-se a este evento, e divulgaram o que de melhor há para visitar, conhecer e experimentar no território da Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT), contando também para esse efeito com a presença do Presidente da Câmara Municipal e da RHLT, José Alberto Quintino.

A apresentação dos recursos culturais e turísticos daquela que foi a barreira defensiva que impediu as tropas napoleónicas de ocuparem Lisboa, em 1810 – as Linhas de Torres – ficou da técnica Telma Bento, que acompanhou a iniciativa.

A divulgação da história e património das Linhas de Torres, pôde, uma vez mais, contar com a colaboração da ACR 13 de Setembro de 1913, através da presença dos seus dois grupos de recriação histórica: Guerrilha de Montagaço e Companhia de Artilharia de Sobral.



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

AÇÕES NÃO REALIZADAS

8. Banda desenhada

Será dada continuidade a esta ação em 2024.

11. Associação de Turismo Militar Português

Esta associação deixou de ter operacionalidade.

17. Cadernos temáticos

Não foram impressos, em 2023, como previsto. A sua impressão será equacionada em 2024.



Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

CONCLUSÃO

No ano de 2023, a atividade da Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras decorreu indo ao encontro do previsto no Plano de Ação e Orçamento e condicionada à execução dos projetos em curso. A maioria das ações previstas foram desenvolvidas, e a RHLT acolheu novas ações/atividades que, não constando do Plano de Ação e Orçamento de 2023 foram consideradas importantes realizar ou participar face à missão e objetivos da associação.

Sobral de Monte Agraço, 19 de março de 2024

A Direção:

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

ANEXOS

Documentos de demonstração financeira:

- Demonstração do Desempenho Orçamental
- Demonstração da Execução Orçamental de Despesa
- Demonstração da Execução Orçamental de Receita



ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS

514247304

Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 12

2590-016 Sobral de Monte Agraço

Demonstração do Desempenho Orçamental
DE 01/01/2023 ATÉ 31/12/2023

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento					Total	2022
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios		
	Saldo de gestão anterior	160.277,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	160.277,13 €	138.376,26 €
	Operações orçamentais [1]	160.277,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	160.277,13 €	138.376,26 €
	Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Operações de tesouraria [A]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receta corrente	94.252,82 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	94.252,82 €	144.819,73 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5	Transferências e subsídios correntes	62.760,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62.760,00 €	62.248,34 €
RS.1	Transferências correntes	62.760,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62.760,00 €	62.248,34 €
RS.1.1	Administrações Públicas	62.400,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62.400,00 €	62.008,34 €
RS.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RS.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RS.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RS.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RS.1.1.5	Administração Local	62.400,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62.400,00 €	62.008,34 €
RS.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RS.1.3	Outras	360,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	360,00 €	240,00 €
RS.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	272,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	272,50 €	273,50 €
R7	Outras receitas correntes	31.220,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31.220,32 €	82.297,89 €
	Receta capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receta efetiva [2]	94.252,82 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	94.252,82 €	144.819,73 €
	Receta não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R12	Receta com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13	Receta com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	254.529,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	254.529,95 €	283.195,99 €
	Operações de tesouraria [B]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento					Total	2022
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios		
	Despesa corrente	99.250,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99.250,23 €	122.918,86 €
D1	Despesas com o pessoal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
O1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
O1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
O1.3	Segurança social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D2	Aquisição de bens e serviços	99.230,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99.230,47 €	122.899,10 €
D3	Juros e outros encargos	19,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19,76 €	19,76 €
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1	Transferências correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D5	Outras despesas correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D6	Aquisição de bens de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa efetiva [5]	99.250,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99.250,23 €	122.918,86 €
	Despesa não efetiva [6]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Soma [7]=[5]+[6]	99.250,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99.250,23 €	122.918,86 €
	Operações de Tesouraria [C]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Saldo para a gestão seguinte	155.279,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	155.279,72 €	160.277,13 €
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	155.279,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	155.279,72 €	160.277,13 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Saldo global [2] - [5]	-4.997,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4.997,41 €	21.900,87 €
	Despesa primária	99.230,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99.230,47 €	122.899,10 €
	Saldo corrente	-4.997,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4.997,41 €	21.900,87 €
	Saldo de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Saldo primário	-4.977,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4.977,65 €	21.920,63 €
	Receta total [1] + [2] + [3]	254.529,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	254.529,95 €	283.195,99 €
	Despesa total [5] + [6]	99.250,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99.250,23 €	122.918,86 €

514247304

Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 12
2590-016 Sobral de Monte Agraço

Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
D2 Aquisição de bens e serviços	0,00 €	254.897,12 €	0,00 €	102.920,47 €	99.230,47 €	0,00 €	99.230,47 €	99.230,47 €	3.690,00 €	0,00 €	0,00%	38,93%
02011501 Concursos / prémios / diversos	0,00 €	300,00 €	0,00 €	123,00 €	123,00 €	0,00 €	123,00 €	123,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	41,00%
02012001 Revista Invasões	0,00 €	32.350,00 €	0,00 €	22.770,27 €	22.770,27 €	0,00 €	22.770,27 €	22.770,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	70,39%
02012002 Banda Desenhada	0,00 €	3.200,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	93,75%
02012003 Cadernos temáticos	0,00 €	7.000,00 €	0,00 €	3.500,00 €	3.500,00 €	0,00 €	3.500,00 €	3.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	50,00%
02012101 Aquisição de Merchandising - Expositores comuns	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02012102 Aquisição de pop-up	0,00 €	1.750,00 €	0,00 €	1.722,00 €	1.722,00 €	0,00 €	1.722,00 €	1.722,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	98,40%
02012103 Aquisição de merchandising - diversos	0,00 €	2.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02020901 Serviço de Telecomunicações	0,00 €	570,00 €	0,00 €	467,41 €	467,41 €	0,00 €	467,41 €	467,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	82,00%
02021101 Participação e outras representações	0,00 €	2.500,00 €	0,00 €	208,40 €	208,40 €	0,00 €	208,40 €	208,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	8,34%
020213 Deslocações e estadas	0,00 €	5.000,00 €	0,00 €	599,51 €	599,51 €	0,00 €	599,51 €	599,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	11,99%
02021401 Linhas com História	0,00 €	2.600,00 €	0,00 €	1.600,00 €	1.600,00 €	0,00 €	1.600,00 €	1.600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	61,54%
02021402 Projecto artístico	0,00 €	4.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02021403 Candidatura "Rede das Invasões Francesas em Portugal"	0,00 €	50.700,00 €	0,00 €	15.349,94 €	15.349,94 €	0,00 €	15.349,94 €	15.349,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	30,28%
02021404 Projeto RHLT: Comunidade e Turismo Sustentável	0,00 €	16.000,00 €	0,00 €	14.345,49 €	12.500,49 €	0,00 €	12.500,49 €	12.500,49 €	1.845,00 €	0,00 €	0,00%	78,13%
02021601 Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	8.075,00 €	0,00 €	7.169,88 €	7.169,88 €	0,00 €	7.169,88 €	7.169,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	88,79%
02021602 Concurso Invasões	0,00 €	2.300,00 €	0,00 €	1.476,00 €	1.476,00 €	0,00 €	1.476,00 €	1.476,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	64,17%
02021701 Acções de divulgação - Ementa de época	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02021702 Acções de divulgação - Um brinde às Linhas	0,00 €	2.000,00 €	0,00 €	462,23 €	462,23 €	0,00 €	462,23 €	462,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	23,11%
Subtotal	0,00 €	254.897,12 €	0,00 €	102.920,47 €	99.230,47 €	0,00 €	99.230,47 €	99.230,47 €	3.690,00 €	0,00 €	0,00%	38,93%



**ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES - ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS**

**Demonstração da Execução Orçamental de Despesa
DE 01/01/2023 ATÉ 31/12/2023**

514247304

**Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 12
2590-016 Sobral de Monte Agraço**

Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
02021703 Ações de divulgação - Natal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02021704 Publicidade/Divulgação	0,00 €	16.000,00 €	0,00 €	11.078,96 €	9.233,96 €	0,00 €	9.233,96 €	9.233,96 €	1.845,00 €	0,00 €	0,00%	57,71%
02021705 Ações de divulgação - percursos/itinerários	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02021901 Apoio Técnico	0,00 €	4.780,00 €	0,00 €	2.256,80 €	2.256,80 €	0,00 €	2.256,80 €	2.256,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	47,21%
02021902 Manutenção site	0,00 €	620,00 €	0,00 €	619,90 €	619,90 €	0,00 €	619,90 €	619,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,98%
02021903 Manutenção APP	0,00 €	922,50 €	0,00 €	922,50 €	922,50 €	0,00 €	922,50 €	922,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
02021904 Portal	0,00 €	13.000,00 €	0,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €	0,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	69,23%
02022001 Expediente administrativo	0,00 €	667,12 €	0,00 €	123,00 €	123,00 €	0,00 €	123,00 €	123,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	18,44%
02022501 Verificação dos contadores "Visitantes"	0,00 €	1.200,00 €	0,00 €	1.011,06 €	1.011,06 €	0,00 €	1.011,06 €	1.011,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	84,26%
02022502 Aplicação Issuu	0,00 €	259,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02022503 QR-generation	0,00 €	150,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02022504 Produção gráfica	0,00 €	62.376,00 €	0,00 €	418,20 €	418,20 €	0,00 €	418,20 €	418,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,67%
02022505 Programa de faturação	0,00 €	70,00 €	0,00 €	66,42 €	66,42 €	0,00 €	66,42 €	66,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	94,89%
02022506 Renovação Website	0,00 €	1.985,00 €	0,00 €	1.168,50 €	1.168,50 €	0,00 €	1.168,50 €	1.168,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	58,87%
02022507 Federeção Europeia Cidades Napoleónicas	0,00 €	1.550,00 €	0,00 €	1.550,00 €	1.550,00 €	0,00 €	1.550,00 €	1.550,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
02022508 Associação de Turismo de Lisboa	0,00 €	350,00 €	0,00 €	348,00 €	348,00 €	0,00 €	348,00 €	348,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,43%
02022509 Associação de Turismo Militar Português	0,00 €	455,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02022511 Material apoio acessibilidade e inclusão	0,00 €	6.572,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02022512 Formação	0,00 €	1.545,00 €	0,00 €	1.513,00 €	1.513,00 €	0,00 €	1.513,00 €	1.513,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	97,93%
02022513 A25	0,00 €	50,00 €	0,00 €	50,00 €	50,00 €	0,00 €	50,00 €	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
Subtotal	0,00 €	254.897,12 €	0,00 €	102.920,47 €	99.230,47 €	0,00 €	99.230,47 €	99.230,47 €	3.690,00 €	0,00 €	0,00%	38,93%

514247304

Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 12
2590-016 Sobral de Monte Agraço

Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
02022514 Traduções	0,00 €	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
D3 Juros e outros encargos	0,00 €	100,00 €	0,00 €	19,76 €	19,76 €	0,00 €	19,76 €	19,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	19,76%
03060101 Serviços Bancários	0,00 €	100,00 €	0,00 €	19,76 €	19,76 €	0,00 €	19,76 €	19,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	19,76%
Total Administração Autárquica	0,00 €	254.997,12 €	0,00 €	102.940,23 €	99.250,23 €	0,00 €	99.250,23 €	99.250,23 €	3.690,00 €	0,00 €	0,00%	38,92%

Órgão executivo,

Em ____ de ____ de ____

Órgão deliberativo,

Em ____ de ____ de ____

O Contabilista Público,

Em ____ de ____ de ____

514247304
Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 12
2590-016 Sobral de Monte Agraço

Rubrica	Previsões Corrigidas	Receita por cobrar períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução	
						Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
R5 Transferências e subsídios correntes	63.000,00 €	120,00 €	62.880,00 €	0,00 €	62.760,00 €	0,00 €	0,00 €	120,00 €	62.640,00 €	62.760,00 €	240,00 €	100,00%	99,43%
R5.1 Transferências correntes	63.000,00 €	120,00 €	62.880,00 €	0,00 €	62.760,00 €	0,00 €	0,00 €	120,00 €	62.640,00 €	62.760,00 €	240,00 €	100,00%	99,43%
R5.1.1 Administrações Públicas	62.400,00 €	0,00 €	62.400,00 €	0,00 €	62.400,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62.400,00 €	62.400,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
R5.1.1.5 Administração Local	62.400,00 €	0,00 €	62.400,00 €	0,00 €	62.400,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62.400,00 €	62.400,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
0605019901 Quotas sócios fundadores	60.000,00 €	0,00 €	60.000,00 €	0,00 €	60.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60.000,00 €	60.000,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
0605019902 Quotas sócios não fundadores	2.400,00 €	0,00 €	2.400,00 €	0,00 €	2.400,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.400,00 €	2.400,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
R5.1.3 Outras	600,00 €	120,00 €	480,00 €	0,00 €	360,00 €	0,00 €	0,00 €	120,00 €	240,00 €	360,00 €	240,00 €	100,00%	40,00%
0601019901 Quotas sócios não fundadores	600,00 €	120,00 €	480,00 €	0,00 €	360,00 €	0,00 €	0,00 €	120,00 €	240,00 €	360,00 €	240,00 €	100,00%	40,00%
R6 Venda de bens e serviços	500,00 €	0,00 €	272,50 €	0,00 €	272,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	272,50 €	272,50 €	0,00 €	0,00%	54,50%
07029901 Merchandising	500,00 €	0,00 €	272,50 €	0,00 €	272,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	272,50 €	272,50 €	0,00 €	0,00%	54,50%
R7 Outras receitas correntes	31.220,00 €	0,00 €	31.220,32 €	0,00 €	31.220,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31.220,32 €	31.220,32 €	0,00 €	0,00%	100,00%
0801999901 Candidatura "Rede das Invasões Francesas em Portugal"	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
0801999902 Projeto RHLT: Comunidade e Turismo Sustentável	31.220,00 €	0,00 €	31.220,32 €	0,00 €	31.220,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31.220,32 €	31.220,32 €	0,00 €	0,00%	100,00%
Total Correntes	94.720,00 €	120,00 €	94.372,82 €	0,00 €	94.252,82 €	0,00 €	0,00 €	120,00 €	94.132,82 €	94.252,82 €	240,00 €	100,00%	99,38%
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	160.277,12 €	0,00 €	160.277,12 €	0,00 €	160.277,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	160.277,12 €	160.277,12 €	0,00 €	0,00%	100,00%
160101 Na posse do serviço	160.277,12 €	0,00 €	160.277,12 €	0,00 €	160.277,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	160.277,12 €	160.277,12 €	0,00 €	0,00%	100,00%
Total Outros	160.277,12 €	0,00 €	160.277,12 €	0,00 €	160.277,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	160.277,12 €	160.277,12 €	0,00 €	0,00%	100,00%
			€		€				€	€			
Total Administração Autárquica	254.997,12 €	120,00 €	254.649,94 €	0,00 €	254.529,94 €	0,00 €	0,00 €	120,00 €	254.409,94 €	254.529,94 €	240,00 €	100,00%	99,77%



**ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES - ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS**

514247304

Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 12
2590-016 Sobral de Monte Agraço

**Demonstração da Execução Orçamental de Receita
DE 01/01/2023 ATÉ 31/12/2023**

Órgão executivo,

Em ____ de ____ de ____

Órgão deliberativo,

Em ____ de ____ de ____

O Contabilista Público,

Em ____ de ____ de ____



Dé-se instauração ao representante
do Município na D.G. p/ A.S.
votou favoravelmente os
portos constantes na D.T.
A reunião para Ratificar

26/3/2024
A Vice-Presidente
Aldemiro da Silva. 166

Câmara Municipal de Mafra
Praça do Município
2644-001 Mafra

Mafra, 12 de março de 2024

Assunto: Convocatória para Assembleia Geral Ordinária

Exmos. Senhores,

Venho por este meio convocar os sócios cooperadores da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada da Tapada Nacional de Mafra (TNM) para a Assembleia Geral, a realizar no dia 27 de março de 2024, pelas 15h00, na sede social da Cooperativa, sita no Portão do Codeçal, 2640-602 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise, discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2023;
2. Outros assuntos.

Se à hora marcada para a reunião não se verificar a presença dos membros da Assembleia - Geral que representem mais de metade do capital social, no mínimo de quatro membros, a Assembleia reunirá com qualquer número de membros.

Com os meus cumprimentos

Nuno
Canada

Assinado de forma digital por Nuno Canada
DN: cn=PT, title=Presidente do Conselho Diretivo,
ou=Instituto Nacional de Investigação Agrária e
Veterinária IP, ou=Instituto Nacional de
Investigação Agrária e Veterinária IP, cn=Nuno
Canada
Dados: 2024.03.13 10:48:05 Z

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

(Dr. Nuno Canada)

Anexo VII



Câmara Municipal de Mafra
Praça do Município
2644-001 Mafra

Mafra, 12 de março de 2024

Assunto: Convocatória para Assembleia Geral Extraordinária

Exmos. Senhores,

Nos termos dos artigos 30º e 47º dos Estatutos e do artigo 36º do Código Cooperativo, venho convocar os cooperadores da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada da Tapada Nacional de Mafra (TNM) para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no próximo dia 27 de março de 2024, pelas 16:30 horas, na sede da Cooperativa, sita no Portão do Codeçal, 2640-602 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Transmissão de 45% dos títulos de capital de propriedade do Cooperador “Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.” ao Cooperador “Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas I.P.” – Alteração dos Estatutos da Cooperativa.

Se à hora marcada para a Assembleia não estiverem presentes membros que representem mais de metade do capital social, no mínimo de 4 membros, a Assembleia Geral reunirá, uma hora depois, com qualquer número de membros.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

(Dr. Nuno Canada)

Nuno
Canada

Assinado de forma digital por Nuno Canada
DN: c=PT, title=Presidente do Conselho Diretivo,
ou=Instituto Nacional de Investigação Agrária e
Veterinária IP, o=Instituto Nacional de
Investigação Agrária e Veterinária IP, cn=Nuno
Canada
Dados: 2024.03.13 14:10:40 Z



**TAPADA NACIONAL
DE MAFRA**
UMA FLORESTA ÚNICA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E CONTAS DE 2023**



Gestão

A gestão da Tapada Nacional de Mafra é assegurada por uma Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, criada em Setembro de 1998, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 7/98, tendo como Cooperantes o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Câmara Municipal de Mafra, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a Direção Geral do Tesouro e Finanças, o Clube Português de Monteiro, a Liga dos Amigos de Mafra, a Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal e a Associação dos Agricultores do Concelho de Mafra.

Missão

A cooperativa tem por missão principal a gestão global de todo o espaço da Tapada Nacional de Mafra, nomeadamente a preservação e manutenção da fauna, da flora, das infraestruturas e bens culturais, a educação ambiental, a atividade cinegética no âmbito da Zona de Caça Nacional da Tapada de Mafra e a prestação de serviços de turismo, nas suas múltiplas vertentes.

Adicionalmente, a Tapada Nacional de Mafra deve apoiar a investigação, através de ligações estreitas e permanentes às instituições com aquela atribuição e ao mundo Académico.

Principais Serviços Prestados

- Organização de programas de lazer e turismo compatíveis com as outras atividades;
- Utilização dos edifícios para fins múltiplos que se integrem no objeto da cooperativa;
- Funcionamento de um centro de investigação, experimentação e demonstração dos recursos faunísticos e da flora;
- Divulgação das regras cívicas básicas relativas à preservação do ambiente, e divulgação da atividade cinegética enquanto atividade sinérgica com a conservação da natureza;
- Exploração ordenada dos recursos naturais, tendo em conta os condicionalismos impostos por outras atividades a desenvolver;
- Realização de conferências, congressos e outras iniciativas relacionadas com o objeto da Cooperativa.

Principais Indicadores

Sumário Financeiro	dez/23	dez/22	Varição Homóloga
Negócio			
Vendas e Prestações de Serviços	489 757 €	488 590 €	0,2%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	185 784 €	141 661 €	31,1%
Resultados Líquidos	13 948 €	-3 608 €	486,6%
Situação Financeira			
Ativo Total	2 436 608 €	1 846 514 €	32,0%
Passivo	173 241 €	242 710 €	-28,6%
Capital Próprio	2 263 367 €	1 603 803 €	41,1%
Autonomia Financeira (Varia entre 0 e 1)	0,93	0,87	6,9%
Solvabilidade (OK se ≥ 1)	13,06	6,61	97,7%



Órgãos Sociais

A Direção, cujo mandato se iniciou a 1 de janeiro de 2020, apresenta o presente “Relatório de Atividades e Contas 2023”.

Os Órgãos Sociais da Tapada Nacional de Mafra - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, em funções durante o exercício de 2023, foram os seguidamente indicados.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente –	Nuno Figueira Boaventura Canada
Vice-Presidente –	Pedro António do Carmo Silva
Vogal –	Francisco Manuel Pereira Fialho Camacho

3

Direção

Presidente –	Carlos Manuel Martins Pais
Vice-Presidente –	Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol
Tesoureiro –	Paulo Jorge de Melo Chaves e Mendes Salsa
Secretário –	Nelson Filipe dos Santos Neves
Vogal –	Rui Manuel Felizardo Pombo

Conselho Fiscal

Presidente –	Dália da Conceição Gralha Ribeiro
Vogal –	Pedro Nuno Chico Mendes

A Dra. Georgete Félix, Vogal do Conselho Fiscal, pediu a exoneração do seu cargo na data de 31 de julho de 2023.

01. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

4





Conceito da Tapada Nacional de Mafra

Criar condições e soluções na Tapada Nacional de Mafra (TNM) que permitam alcançar, de forma eficiente e sustentável, a gestão e conservação do seu rico património Florestal e Biodiverso, bem como saber comunicar melhor os valores do seu capital natural e patrimonial, no intuito de alcançar a sustentabilidade e promover a proximidade e abertura com os visitantes e fruidores.

Em concreto, este conceito enquadra-se numa estratégia mais abrangente delineada pela TNM no sentido de melhor gerir, recuperar e dignificar o espaço - requalificar para melhor acolher - diversificar a oferta e elevar a sua qualidade, primando pela educação ambiental e relevância histórico-cultural do espaço, incidindo em particular nos seguintes domínios e consequentes ações:

Floresta e Biodiversidade

- ✦ Capacitação da TNM com equipamentos para operações de gestão de espaços naturais, florestais e de infraestruturas de apoio;
- ✦ Investimento em novas florestações resilientes e ambientalmente favoráveis, e gestão ativa dos espaços florestais existentes.

Património e edificado

- ✦ Recuperação de infraestruturas históricas e funcionais;
- ✦ Infraestruturação de condições para visita (percursos, saneamento básico, espaço para exibição de atividades) e recuperação de espaços e conteúdos patrimoniais de relevância.

Sustentabilidade e mobilidade ambiental

- ✦ Alteração do paradigma de mobilidade interna de visita, apostando na mobilidade elétrica.

Imagem e comunicação

- ✦ Atualização de imagem e meios de comunicação com o exterior, bem como de conteúdos de visita, de sensibilização, de educação ambiental e de sinalética interna, adequando os aos novos paradigmas de comunicação através das redes sociais e em ambientes tecnologicamente atuais.

Recursos Humanos

- ✦ Capacitação da TNM com RH que permitam dar resposta aos desafios colocados pela complexidade da sua atividade, assegurando as competências e formação que permitam um seguimento mais eficaz dos seus temas "core".

O ano de 2023 - Enquadramento

O ano de 2023 continuou a ser de alguma forma ainda marcado pelos efeitos, supõe-se, indiretamente causados pela situação pandémica do Covid-19 na atividade da Tapada Nacional de Mafra (TNM), bem como a situação disruptiva internacional derivada da guerra na Ucrânia, e agora mais recentemente com o conflito em Israel.

Se por um lado, se verificou ainda no início do ano uma retração em alguns mercados de visitação tradicionais da TNM, como o relacionado nos ingressos de passantes, compensado com uma retoma estabilizada das atividades pedagógicas, não deixou de constituir uma surpresa a confirmação de uma sensível diminuição de visitação passante no período da época alta – verão, que é à semelhança do ano anterior, se admite agora que tenha sido motivada pelo retorno à possibilidade de viajar para outros destinos sem qualquer limitação. Esta realidade acabou por ter uma dupla consequência sobre a operação na Tapada e respetivos resultados económicos, a qual se tinha preparado para uma procura acrescida (assumindo uma estrutura de custos necessários para tal), sendo que a sua não concretização impactou na estrutura de receitas que se tinha perspectivado.

Por outro lado, ainda que a procura para o aluguer de espaços para eventos, assim como o alojamento local, cuja fonte de receitas poderá ser mais vertebral para a TNM, tenha incrementado ligeiramente, manteve-se ainda muito incipiente e não alcançou de todo os níveis históricos.

Sob os pontos de vista da gestão e intervenção estrutural nos seus espaços naturais e florestais, foi concretizado um esforço de investimento notável na TMN, mormente em ações de conservação da natureza, educação ambiental, requalificação e melhoria das condições de visitação, bem como de gestão de combustível dos seus espaços e consequente manutenção, intervenções estas que foram financeiramente vertebradas pelos apoios obtidos de um Protocolo com o Fundo Ambiental e um apoio do Eixo VII – REACT-EU FEDER do COMPETE2020.

Refira-se ainda que 2023 viu a conclusão do processo de contraordenação instaurado pela ACT em 2021, tendo a TNM sido absolvida, em Tribunal, das acusações que lhe eram imputados, e sido completamente ressarcida da coima que lhe tinha sido aplicada.

Neste contexto complexo e desafiante, foi possível atingir um resultado líquido de materialidade positiva em 2023, mercê da gestão levada a cabo durante o ano, do esforço e dedicação dos colaboradores, e do compromisso e colaboração dos Cooperadores da Tapada Nacional de Mafra CIPRL.

Atividade e Operação

Realça-se, sob o ponto de vista dos principais temas institucionais e operacionais que influíram na vida e operação da TNM durante 2023, o seguinte:

Gestão operacional

Foi dada continuidade a trabalhos de reestruturação interna e de ajustamentos ao modelo de gestão, nomeadamente em termos de uniformização de procedimentos de gestão de recursos humanos e de compras.



Recursos humanos

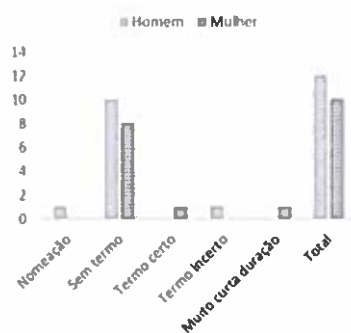
A 31 de Dezembro de 2023, a estrutura de recursos humanos da TNM era constituída por 21 colaboradores, sendo: 1 de nomeação, 17 com vínculo permanente, 1 com vínculo a termo certo e 1 com vínculo a termo incerto (1 RH alocado à receção, em situação de baixa prolongada).

Função	2023	2022
Presidente da Direção	1	1
Área Administrativa/Financeira/RH	2	2
Visitação	1	1
Comunicação	1	1
Administrativos	1	1
Receção	5	4
Limpeza e Higiene	1	1
Gestão Florestal	6	6
Operação de equipamentos	2	2
Cinegética	0	0
Eventos/Alojamento	1	1
Total	21	20

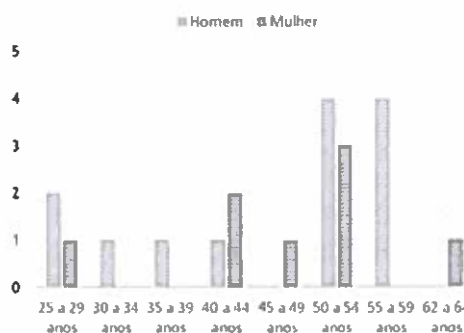
Figura 1 - O acréscimo do nº de colaboradores na receção à data de 31/12/2023 justifica-se pela ocorrência de uma pessoa em situação de baixa prolongada

Em termos de género, verifica-se uma situação de paridade, sendo a sua distribuição em termos funcionais a seguidamente evidenciada, ainda que na prática a equipe de RH da TNM assegure um elevado grau de multifuncionalidade face aos requisitos quotidianos.

Efetivos



Estrutura etária



Nível etário médio = 46 (2022 - 45,85 2021 - 43)

Figura 2 - Comparativo da Estrutura de recursos humanos

No exercício em análise ocorreram 7 admissões e 6 cessações de contrato, sendo as áreas de Limpeza e Higiene e a de Receção as que tiveram o maior número de ocorrências de rotatividade de RH.

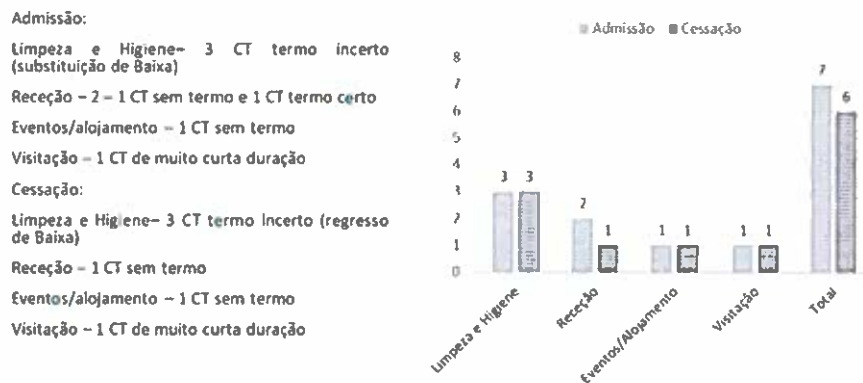


Figura 3 - Alteração de Vínculos de Trabalho na TNM

Em 2023 as horas asseguradas pela TNM, de formação, foi inferior face a anos anteriores

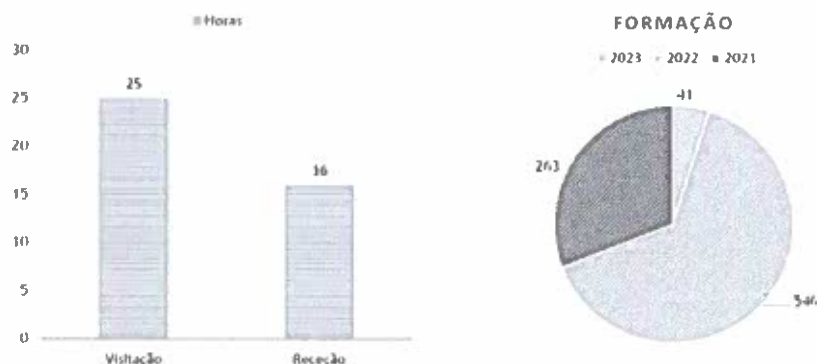


Figura 4- Horas de Formação por área e Comparativo de Horas de Formação / ano

Considerando o artigo n.º 5 do 132.º do Código do Trabalho - “O empregador deve assegurar, em cada ano, formação contínua a pelo menos 10 % dos trabalhadores da empresa”, verifica-se que foi assegurado pela TNM o seu cumprimento.

Em parceria com diversas entidades educativas e formativas, a Tapada de Mafra proporcionou 10 estágios profissionais a jovens de diversos estabelecimentos de ensino, num total de 2.035 horas.

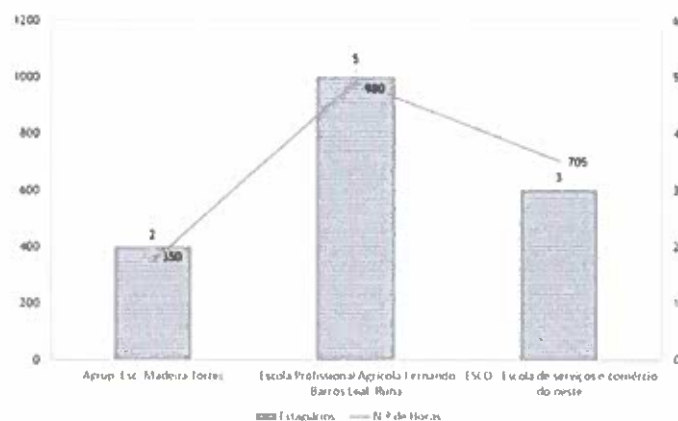


Figura 5- Quadro de estagiários por escola e nº horas



✦ Contabilidade

Foi continuada, em 2023, a nível interno, a consolidação da utilização do módulo de Gestão Comercial da ferramenta Artsoft, nomeadamente a nível da parametrização dos registos e controle de compras e vendas (fornecedores e clientes) e banco (fluxos financeiros/caixa), dotando o sistema de um maior detalhe na informação disponível, e consequentemente um maior controlo transversal a toda a operação a nível das contas correntes de clientes e fornecedores, custos e proveitos, facilitando claramente a obtenção de informação de controlo de gestão.

Com base nos elementos disponibilizados pelo prestador de serviços de contabilidade, e com o contributo dos elementos do Conselho Fiscal, desde 2022 que os relatórios trimestrais de apresentação de contas passaram a ser elaborados pela área financeira da TNM.

No decorrer de 2023 continuou-se o trabalho de consolidação, no sistema Artsoft, da utilização dos Centros de Custo, situação que veio dotar a TNM de uma melhor ferramenta de controlo de gestão.

✦ Tecnologias de informação e comunicações

Foi adquirida um sistema de *firewall* com vista ao incremento do controlo de tráfego de rede wi-fi interna, bem como a aumentar a segurança interna da rede informática.

Para a gestão da atividade no Alojamento Local apostou-se na aquisição de um software específico de *Hospitality Management*, permitindo uma maior agilidade, controlo, gestão operacional e qualidade de serviço ao cliente.

Ao abrigo de um protocolo firmado com a Microsoft, continuou-se a adquirir licenças do Package Office sem custo para a TNM, no âmbito do programa de colaboração daquela empresa para organizações com fins não lucrativos.

Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação

Em 2023 concretizou-se um novo protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental, a Tapada Nacional de Mafra (TNM) e o ICNF, I. P. para a execução das “Ações de conservação da natureza, educação ambiental, requalificação e melhoria das condições de visitação” na TNM, o qual vigora até 31 de dezembro de 2024, com um montante de investimento concretizado de 500.000 €.

O mesmo teve como objetivo a criação de condições que permitam melhorar, de forma eficiente e sustentável, a gestão e conservação do rico património Florestal e Biodiverso da TNM, bem como saber comunicar melhor os valores do seu capital natural e patrimonial, no intuito de alcançar a sustentabilidade e promover a proximidade e abertura para com os visitantes e fruidores.

Os objetivos específicos deste protocolo focaram-se em 4 ações distintas e respetivas intervenções:

- ✓ Ação 1 - Adaptação às alterações climáticas, dando especial relevo a ações de aumento da resiliência e redução das vulnerabilidades do território às alterações climáticas:
- ✓ Ação 2 - Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade
- ✓ Ação 3 - Floresta e gestão florestal sustentável
- ✓ Ação 4 – Valorização do ordenamento do território e da paisagem

O protocolo, assinado em 4 de dezembro de 2023 e portanto muito próximo do fecho do ano, tinha à data de 31 de dezembro de 2023 uma taxa de realização física e financeira 5%. Todavia, perspetiva-se que consubstancie e continue o relevante esforço de investimento estruturante realizado da TNM nos últimos anos, tanto sob o ponto de vista da gestão florestal e da biodiversidade, como do incremento das condições qualitativas de visita, mais consentâneas com o seu espaço e ambiente, possibilitando a capilarização dos visitantes para diversos espaços, percursos e experiências, e modernizando a tipologia de oferta de fruição da TNM num contexto de sustentabilidade alinhada com as melhores práticas.

Requalificação do património edificado e infraestruturas

✦ Casa de Campo – Alojamento Local

No decorrer de 2023 continuaram-se a realizar intervenções de pormenor na Casa de Campo/Alojamento Local, não tendo, todavia, sido possível efetuar algumas intervenções mais estruturais, para resolução de patologias, que se anteveem necessárias, por via da dificuldade de encontrar prestadores de serviços na área da construção disponíveis para efetuar os trabalhos necessários.



Não obstante, foram efetuadas as seguintes melhorias operacionais e de conforto:

- Foi implementado um sistema de cartões de acesso, em substituição das chaves, na porta principal do alojamento;
- Substituíram-se alguns elementos correntes, para melhoraria as condições de conforto da estadia, nomeadamente almofadas, toalheiros e roupa de cama, tapetes e almofadas de encosto;
- Foram adquiridos candeeiros e outros elementos decorativos, tornando a casa mais acolhedora para os hóspedes;
- Foram introduzidos nas casas de banho doseadores com sabonete e com gel duche/champô, seguindo o caminho da sustentabilidade;
- O cliente tem agora à sua disposição, duas camas extras, secador de cabelo, serviço de pequeno-almoço, chá e café na sala de estar.



Figura 6- Imagem do Quarto D Carlos em 2022 e em 2023



Foi ainda adquirido um software de gestão específico para a hotelaria onde se centralizam todas as reservas, permitindo gerir de uma forma mais eficiente a alocação dos quartos, bem como dos respetivos trabalhos de aprontamento.

Em conjunto com o departamento de comunicação, procedeu-se à divulgação do alojamento no site da TNM e redes sociais, criou-se o “Voucher Oferta Alojamento”, e foi colocado o alojamento no perfil empresa na Google, conferindo-lhe uma maior visibilidade na WEB.

As reservas para o alojamento local são feitas através das plataformas Booking ou Airbnb, bem como no site da TNM, sendo mostradas no gráfico seguinte as respetivas taxas de utilização para o efeito.

11

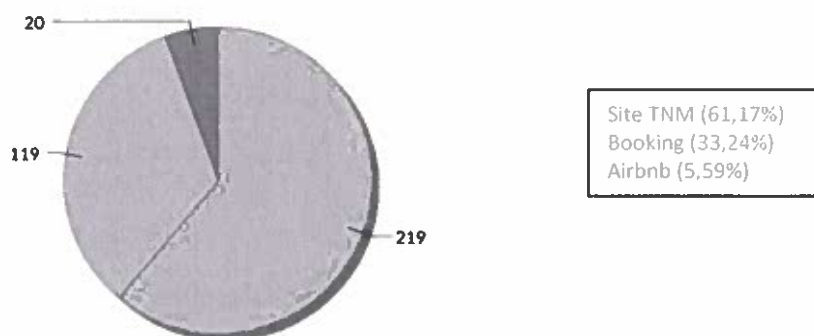


Figura 7 - A venda direta através do site da TNM foi superior a 60%

A par da divulgação, a plataforma de vendas do Booking permite entre outras informações de gestão, recolher as opiniões dos hóspedes relativamente à estada e instalações, tendo-se obtido em 2023 a seguinte pontuação média:

- Limpeza 8.2
- Localização 8.1
- Funcionários 9.0
- Conforto 7.5
- Relação qualidade/preço 7.2
- Comodidades 6.8

A procura pelo Alojamento da TNM foi já em 2023 significativa comparativamente com os anos anteriores, com uma ocupação anual de 364 quartos e 452 pessoas.

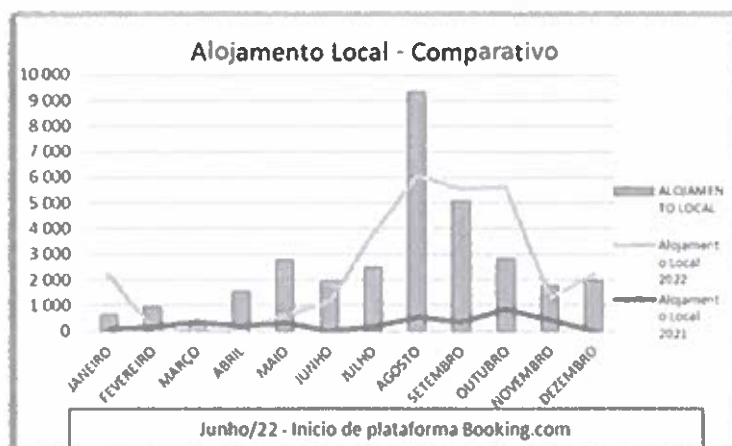


Figura 8 - Comparativo da Receita do Alojamento

A ocupação média ao longo do ano de 2023 foi a que se apresenta do gráfico seguinte. Ainda que a mesma seja baixa, verificou-se que no mês de agosto de 2023 já se verificou uma ocupação razoável, confiando-se que existe um grande potencial de crescimento.

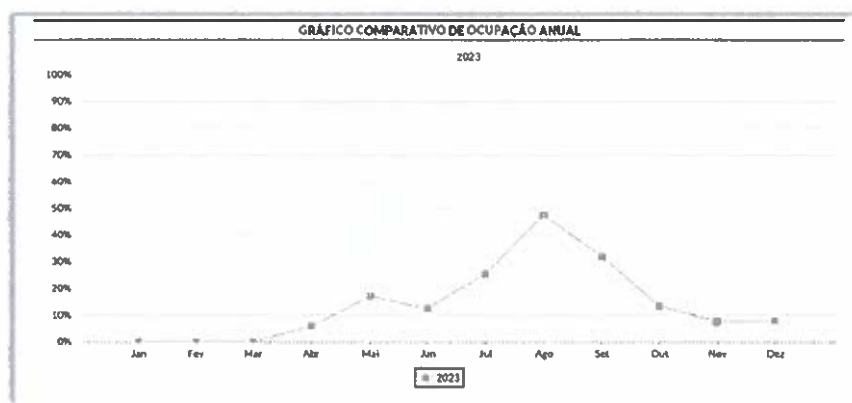


Figura 9- Ocupação média ao longo do ano de 2023

A TNM recebeu ainda de 28 de julho a 7 de agosto, no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude, um grupo de 50 pessoas provenientes de Viena de Áustria, durante 10 dias.

✦ Requalificação da rede de caminhos da rede viária

Por forma a repor as condições de circulação a veículos e pessoas, condizentes com uma capacidade de resposta mais eficaz em termos de acessos em situação de gestão e risco da área de exploração florestal, bem como da qualidade da visita, a Tapada Nacional de Mafra, adquiriu 1.550 tons de agregados britados, utilizados numa intervenção de requalificação de caminhos da rede viária da TNM, através da colocação daquele material nos acessos florestais e para revestimento de valas e valetas existentes.



Figura 10 - O montante total do investimento foi de 24.669 €



Gestão e requalificação da floresta e sua resiliência face a fogos florestais

✦ Gestão Florestal - Planeamento

No âmbito do conceito da TNM, têm decorrido nos últimos 3 anos inúmeras intervenções, através de vários projetos de gestão e consolidação florestal, que têm permitido alcançar de forma eficiente e sustentável a gestão e conservação do património florestal da TNM.

A figura seguinte identifica as áreas intervencionadas nos últimos 3 anos, no âmbito de diferentes tipologias de intervenção e projetos, num total aproximado de 350 ha

13

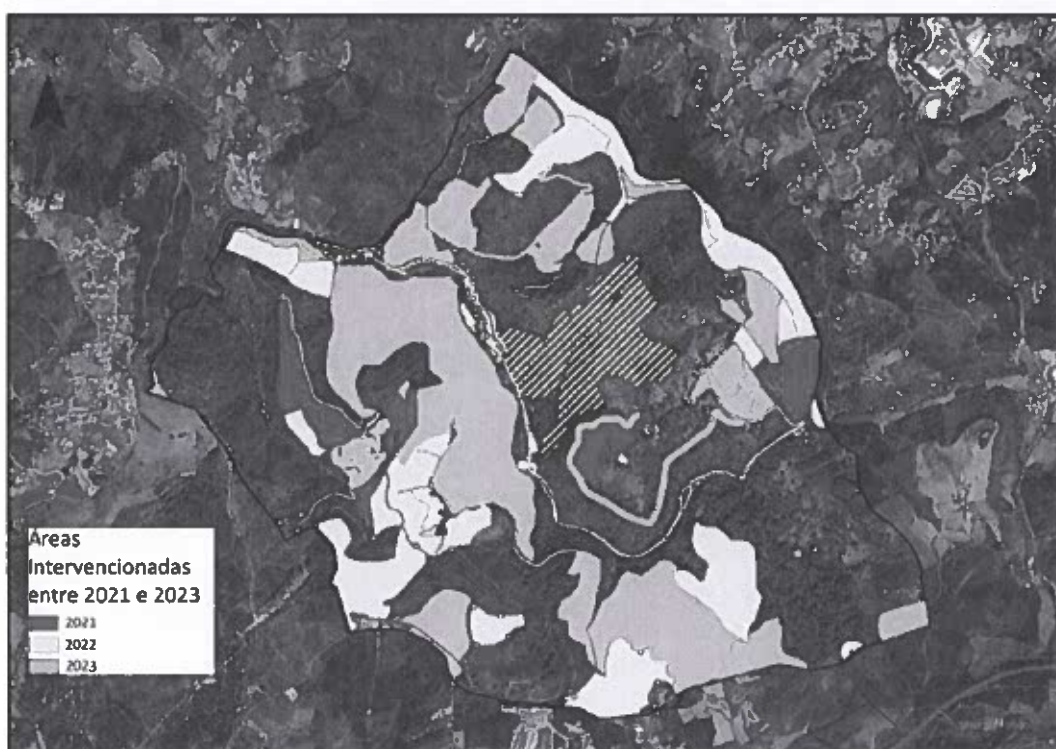


Figura 11- Mapa – Áreas intervencionada entre 2021 e 2023

✦ Plano de Gestão Florestal (PGF)

Foram concluídos os trabalhos de atualização do PGF, submetido em 2019, de modo a acolher as intervenções efetuadas pelas candidaturas PDR2020, que resultam numa alteração da ocupação do solo da TNM, tendo o PGF sido finalmente aprovado em maio de 2023 sendo-lhe atribuído o n.º 171_006_20090528.R2.20220516.

4. **Gestão Defesa da Floresta contra Incêndios - DFCI**

A gestão DFCI da TNM, corresponde ao conjunto de ações de prevenção e vigilância que visam a defesa do seu património florestal. Esta execução foi garantida pela ação direta da equipa de sapadores florestais (ESF) da TNM (SF 01-171) de forma moto manual, mecânica (trator) que intervencionou (77ha). No âmbito do Serviço Público foram também desenvolvidas em 2023 ações de gestão de combustível pelas equipas de Sapadores de Loures (nos 1º e 4º trimestres) e do Município de Mafra (no 1º trimestre), num total de cerca de 35 ha.



Figura 12- Ações DFCI realizadas na TNM

Os Sapadores Florestais da TNM estiveram presentes em ações de vigilância durante a época crítica aos incêndios florestais, durante 61 dias.

Aquisição de fardamento

No âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios e para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais, foi obtido junto do Fundo Ambiental um financiamento para reforço do equipamento de proteção individual para a equipa de sapadores florestais da TNM no montante de 4.166€, que permitiu a aquisição, entre outros, de vestuário ignífugo (dolman's e calças), bem como outros EPI's, nomeadamente óculos de proteção, calças e luvas para uso de motosserra, de acordo com o protocolo de equipamento para sapadores florestais elaborado pelo ICNF.



✦ Abate/Processamento/Desbaste de árvores

Durante este ano foi efetuado o desbaste do pinhal bravo com cerca de 20 anos, resultante da regeneração natural e com densidade excessiva. A área intervencionada foi de 28,2 ha, sendo que ficou apenas por realizar o desbaste na zona da “Boavista” em cerca de 6,6 ha, o qual será concretizado em 2024.

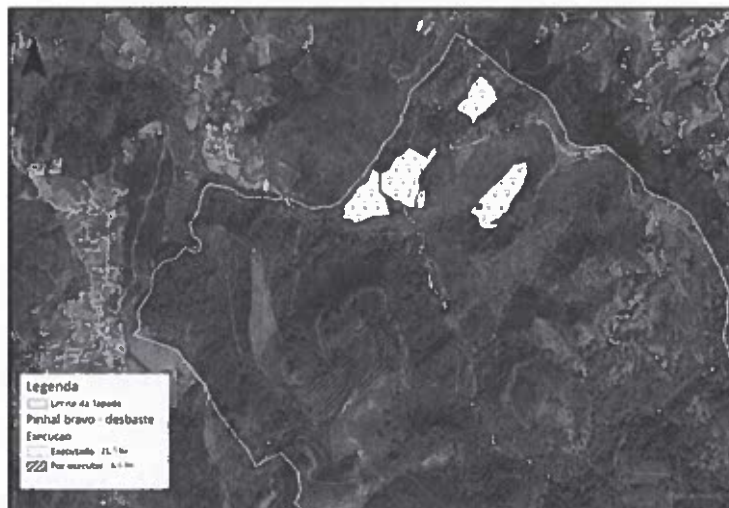


Figura 13- Áreas de realização de desbaste de pinhal bravo

✦ Colheita de Pinha de Pinheiro Manso

A TNM tem na sua ocupação florestal um povoamento puro de pinhal manso situado na zona da “Chanquinha”, com uma área aproximada de 30 ha e várias manchas deste tipo de povoamento disperso pela sua área. Foi assim promovida, em 2023, a alienação de pinhas (de produção de pinhão) provenientes dos mesmos, na árvore, incluindo a colheita e transporte para o exterior, num quantitativo estimado de cerca de 10 toneladas.

✦ Voluntariado

A Tapada Nacional de Mafra, continua a cativar o interesse na participação ativa na sustentabilidade. Durante o ano de 2023 foram recebidos quatro grupos de voluntariado, entre eles dois grupos da GALP e um da REN, tendo sido executados trabalhos de limpeza de mato dentro de protetores individuais, arranque de invasoras e sacha em plantações de pinheiro manso, num total de 9,92 ha.



Figura 14- Áreas intervencionadas por grupos de voluntariado

Projeto de Reabilitação e Gestão de Áreas Florestais da Tapada Nacional de Mafra

Através do financiamento de operações com enquadramento no domínio de intervenção do Eixo VII – REACT-EU FEDER do COMPETE2020, visando o apoio a operações de resiliência dos territórios face ao risco, no âmbito de “Gestão de Combustível nos Territórios Submetidos ao Regime Florestal (Matas Nacionais e Perímetros Florestais) e Consequente Recuperação e Manutenção”, a TNM obteve um financiamento de 305.077,82 €, para intervenção nas áreas identificadas na figura seguinte.

Figura 15- Áreas intervencionadas com o financiamento REACT-EU



Foram efetuadas as operações elencadas no quadro seguinte, cuja área intervencionada, em mais de 100 ha, foi muito significativa, e corresponde a uma parte importante daquela que foi objeto do incêndio de 2003, permitindo esta intervenção o retomar da gestão florestal ativa daquele espaço. As outras tipologias de intervenção, são também estruturais em termos de capacitação da TNM para a sua melhor gestão, em termos de DFCL, e de preservação e sustentabilidade da sua biodiversidade.

Ação	Descrição da Intervenção	Área (ha)
1	Controlo da vegetação espontânea, desrama e retanchas em área de folhosas plantadas em 2006	65,25
2	Controlo da vegetação espontânea, desbastes e desrama em área de Pinhal manso plantado em 2006	35,82
3	Beneficiação e regularização da Rede Viária Florestal	7,21
4	Beneficiação de 4 Charcas	0,72
5	Controlo de espécies invasoras	0,91



✦ **Protocolo “Fundo Ambiental” - Projeto de “Ações de conservação da natureza, educação ambiental, requalificação e melhoria das condições de visitação”**

Conforme anteriormente referido, a TNM obteve apoio junto do Fundo Ambiental para a realização de “Ações de conservação da natureza, educação ambiental, requalificação e melhoria das condições de visitação”, enumerando-se no quadro seguinte as tipologias e materialidade dos trabalhos conduzidos em 2023 no âmbito da gestão dos espaços florestais e infraestruturas conexas.

Descrição da Rubrica	Ação	Área ou Extensão
Instalação/manutenção de Faixas de Gestão de Combustível e reforço da intervenção nas faixas em torno dos edifícios, incluindo ações de silvicultura preventiva e de gestão de riscos	Limpeza de mato com motorroçadora e trator	28,5 ha
Controlo da vegetação espontânea em áreas de mosaicos e realização de ações como desbastes, podas e desrama de árvores	Limpeza de mato com motorroçadora e trator	39,4 ha
	Limpeza de mato com Fogo Controlado	11,3 ha
Intervenção para a de supressão de espécies exóticas invasoras, com corte e redução a estilha de invasoras de pequeno porte e abate e toragem daquelas com porte arbóreo, incluindo recheia e transporte, tanto em povoamentos concentrados como em exemplares dispersos existentes na TNM	Desbaste em mancha de Eucalipto com motosserra	0,54 ha
	Arranque manual de <i>Gomphocarpus physocarpus</i> (Paina de seda)	0,83 ha
	Arranque com Retroescavadora de Cortaderia selloana (Erva-das-pampas)	1,1 ha
Intervenções de requalificação e reforço em troços pertencentes à rede estrutural primária, bem como na rede secundária de confluência, de maior prioridade de atuação e a correspondem a troços de acessos para a gestão florestal corrente e de deslocação primordial de meios de combate e socorro em meio florestal. Estas intervenções que pretendem consolidar também algumas já realizadas (em 6 km), passarão pela requalificação do piso, regularização do perfil do caminho para que favoreça a escorrência natural da água, avivamento de valetas ou sua construção, realização de rasgos para escoamento de água em caminhos declivosos (para manutenção de velocidade reduzida de escorrência), limpeza de passagens hidráulicas (manilhas e pontões, cerca de 20) e, sempre que necessária, a sua requalificação	Beneficiação de Rede Viária	1,54 Km
Operacionalização de ações de silvicultura para a plantação e retanção de novos exemplares arbóreos, de podas e desramações, de desmonte de exemplares decrépitos, de supressão de invasoras, de triturações e incorporação de materiais lenhosos sobrantes, de manutenção de infraestruturas vertebrais para o espaço, bem como de apetrechamento/requalificação de infraestruturas florestal simples para o efeito (vedações, portões, canadianas, etc.), em zonas consideradas sensíveis e de elevado valor natural na TNM.	Limpeza manual dentro de protetores individuais e retanção	13,73 ha
	Limpeza de matos Manual e desrramas em mosaico de folhosas	9,21 ha
	Abate de sobreiros marcados e autorizados pelo ICNF	4 dias
	Construção de portadas em madeira em cercados de plantações	22 dias
	Toragem e transporte de árvores que caíram	8 dias
Requalificação profunda de trilhos e acessos nas componente de drenagem (construção e reconstrução física de sistemas de drenagem pluvial e pontões, passagens a vau e passadiços, que diminuirá a degradação da infraestrutura “Trilhos” por via da gestão do excesso de afluência hídricas existentes no espaço “pluvioso” característico da TNM).	Requalificação de sistemas de drenagem pluvial	4,3 Km

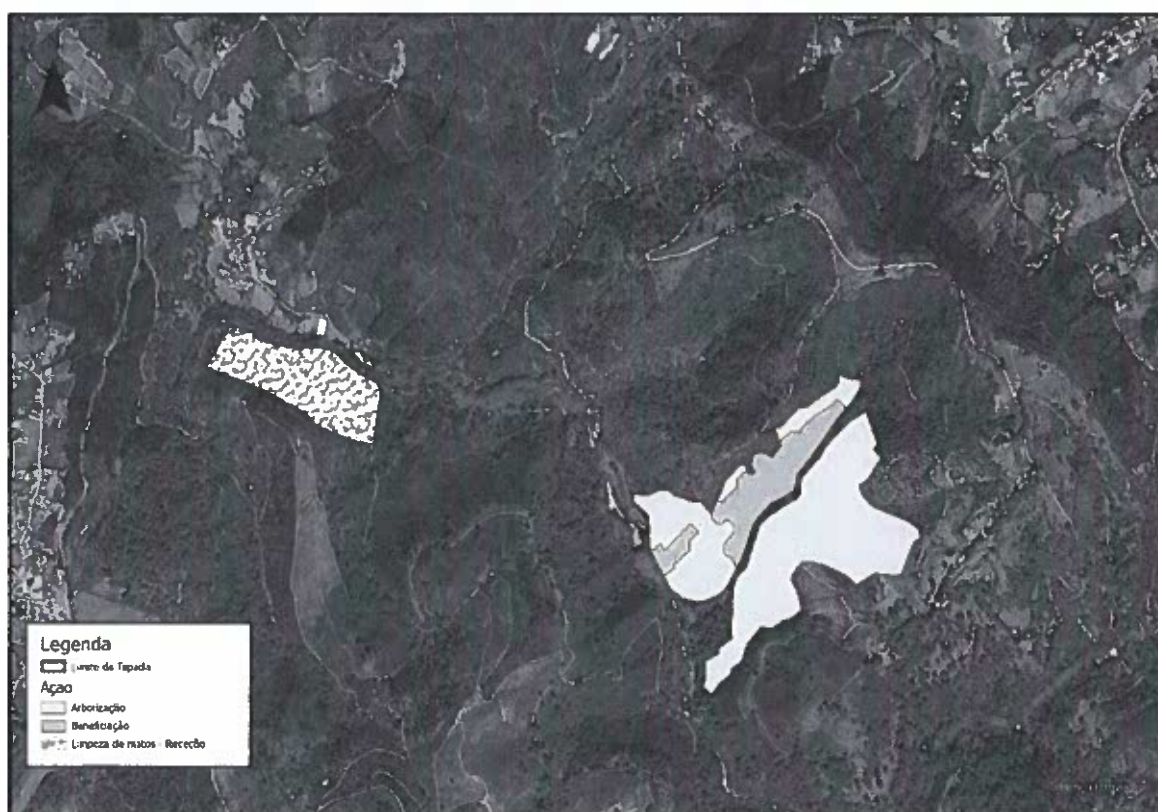
Figura 16 - O montante total executado para estas operações foi de 143.584 €

Medidas Compensatórias pelo abate de espécies protegidas – REN

No sentido de concretizar a construção da Subestação de Pegões, a REN, SA requereu autorização para proceder ao abate de 463 sobreiros e 2 azinheiras. O ICNF condicionou a autorização de corte ou arranque de sobreiros e azinheiras em povoamentos, determinando como forma compensatória medidas específicas para a constituição de novas áreas de povoamento ou beneficiação de áreas existentes, devidamente geridas, expressas em área ou em número de árvores.

Ao abrigo da Declaração de Imprescindível Utilidade Pública (DIUP) a REN realizou desde finais de 2022 até março de 2023, várias intervenções na TNM, que se evidenciam na carta e quadro seguintes.

18



Parcela	Tipo de Intervenção	Espécie a beneficiar	Área (ha)
I.1	Limpeza de matos	Sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	9,07
	Arborização		
I.2	Limpeza de matos	Sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	7,68
	Beneficiação		
I.3	Limpeza de mato	Sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	21,8
	Arborização		

Figura 17 – Áreas e tipo de intervenções realizadas ao abrigo das Medidas Compensatórias



Biodiversidade

Monitorização de fauna e flora

Foi mantida durante o ano de 2023, a atuação de trabalhos de campo na TNM, quer pelos seus técnicos internos, quer com a ajuda de investigadores provenientes de várias instituições de ensino superior.

Durante o ano de 2023, foi o grupo dos invertebrados quem mais beneficiou com o trabalho de campo, tendo o "espólio faunístico" da TNM sido enriquecido com mais 4 espécies identificadas, que se mostram seguidamente:

19



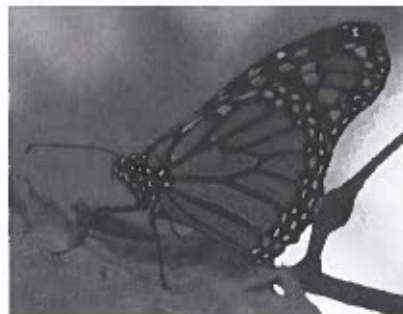
Mariposa Pavão Noturno pequeno
Saturnia pavonia



Borboleta caveira
Acherontia atropos



Abelha carpinteira violeta
Xylocopa violácea



Borboleta Monarca
Danaus plexippus

✓ Monitorização da fauna com recurso a camaras de foto-armadilhagem

A utilização das camaras de foto-armadilhagem veio revolucionar a monitorização de espécies noturnas e de hábitos esquivos, o que anteriormente só era possível através da observação dos indícios de observação indiretos: pegadas, dejetos, pelos, penas e marcas de comportamento.

Apresentam-se seguidamente algumas observações efetuadas, que demonstram a potencialidade de monitorização oferecida por esta tecnologia introduzida de forma mais consistente em 2023.



Legenda: Raposa – *Vulpes vulpes* (Abelheira)/ Gineto- *Genetta genetta*(Pinhal da Chanquinha)/ Sacarabos – *Herpestes ichneumon*(Lagoínhas)/ Esquilo – *Sciurus vulgaris* (pinhal da Chanquinha)/ Cerva e cria- *Cervus elaphus* (Pinhal da Chanquinha)/ Navalheiro- *Sus scrofa* (Abelheira)

✓ Monitorização da população de veados existente na TNM, durante a época de brama

A monitorização foi realizada através de observações diretas e utilizando imagens obtidas através das câmaras de foto- armadilhagem, durante a época de brama.

Os indivíduos machos foram identificados através das suas hastes: suas assimetrias e número de pontas e pelo território de brama ocupado, enquanto as fêmeas foram identificadas por aspetos morfológicos: cor de pelagem, cor dos olhos, manchas e também pela composição das manadas. Como resultado verificou-se uma estabilização no número de indivíduos existentes, com a obtenção pela primeira vez, de um sex ratio mais equilibrado, conforme é observável no gráfico seguinte.

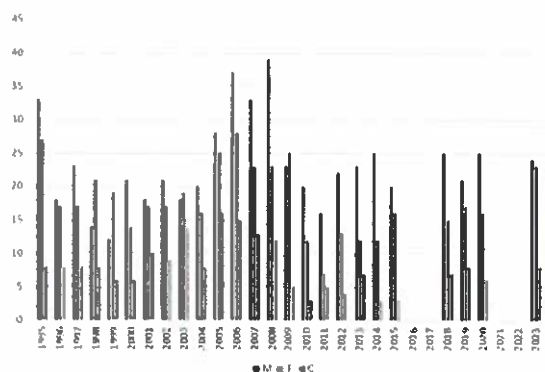


Figura 18 - Evolução da População de Veados na TNM (M-Macho - F-Fêmeas - C-Crias)



✓ Monitorização de logomorfos

Os logomorfos são espécies chave dos ecossistemas mediterrânicos, e por consequência da TNM, constituindo a presa preferencial e base alimentar para um vasto conjunto de predadores existentes na mesma, como a raposa, o açor, a águia-de-bonelli e o bufo-real, sendo a sua presença crucial na consolidação da cadeia alimentar da fauna existente na TNM, e no auxílio da conservação dos citados predadores e o equilíbrio do respetivo ecossistema.

No decorrer de 2023 foram conduzidas observações que permitiram identificar várias latrinas, contribuindo para a monitorização da população, perceção da distribuição espacial e comportamento do coelho-bravo, na área da TNM.

21



Latrina de Coelho bravo (Abelheira)

Figura 19 - Monitorização dos Lagomorfos com recurso à identificação e quantificação de latrinas de coelho bravo- *Oryctolagus cuniculus*

* Projeto LX Aquila

A TNM é parceiro no Projeto LIFE LxAquila – Rede de custódia pela conservação da população periurbana de águia-de-Bonelli em Portugal, apoiado no âmbito do Programa Life.



Este projeto tem como objetivo constituir uma rede de custódia pela conservação da população periurbana de águia-de-Bonelli (*Aquila fasciata*) em Portugal, que é a única na Europa que sobrevive em áreas humanizadas e nidifica próximo de habitações, pelo que este património genético tem uma importância crucial na adaptação à crescente humanização dos habitats naturais e semi-naturais europeus.

Esta rede, dirigida a uma espécie ameaçada de conservação prioritária na Europa, visa criar soluções cooperativas e duradouras que conciliam a conservação deste valor natural com o desenvolvimento rural, numa paisagem agroflorestal maioritariamente fora de áreas protegidas e dominada pelo minifúndio numa das regiões mais populosas de Portugal (Área Metropolitana de Lisboa).

Trata-se de um projeto piloto no país, que pretende implementar os princípios da European Land Conservation Network em Portugal e demonstrar como uma estratégia de conservação – criada e desenvolvida de forma estruturada com o apoio de entidades espanholas com reconhecida experiência na promoção institucional, social, legal e técnica do conceito de custódia do território – pode ser uma alternativa viável e eficaz na conservação de valores naturais em áreas sem estatuto de proteção legal

e em terrenos privados, que pode ser replicada e adaptada a outros contextos e valores, nomeadamente a populações de espécies ameaçadas fora da Rede Natura 2000.

O Projeto teve o seu início em 2021, tendo-se conseguido acompanhar a época de reprodução do casal de águias de Bonelli residentes na Tapada.

Em 2023, no início da época de reprodução, foi detetado o desaparecimento do macho adulto e sua substituição por um jovem imaturo. Apesar da postura de 2 ovos em fevereiro de 2023, constatou-se que estes estavam inférteis, pelo que foram expulsos do ninho. O casal abandonou a área de nidificação, mas permaneceu junto, aparecendo um pouco por toda a área da Tapada.

Foi assim um ano de aprendizagem, tanto para o jovem macho que beneficiou dos conhecimentos da fêmea, bastante experiente, mas também foi um ano de notáveis observações para os investigadores envolvidos no projeto.

➤ Ações de sensibilização ambiental (Projeto LxAquila)

Estas ações tiveram dois tipos de público-alvo: comunidade educativa e público em geral

✓ Sensibilização do público escolar

- ✓ A TNM participou em ações em sala de aula junto de 7 turmas do 2ºano, 5ºano, 8ºano e 10ºano, de dois agrupamentos de escolas de Mafra (Ericeira e Malveira).



Figura 20 - Ações em sala de aula



- ✓ Nos meses de maio e outubro, 5 turmas de escolas do concelho de Mafra fizeram as suas saídas de campo, utilizando para o efeito, o percurso interpretativo criado para o efeito denominado "**As águias e nós**".
- ✓ A TNM recebeu 7 turmas no âmbito da parceria com a Câmara Municipal de Mafra (Agrupamento de escolas da Malveira e da Ericeira) e 5 turmas provenientes do Colégio Miramar, do Agrupamento de Escolas de Mafra e da Academia da Alegria- Escola da Floresta que fizeram só a saída de campo.



✓ Sensibilização do público em geral

- ✓ Ao longo do ano, o Percurso interpretativo "As águias e Nós" contou com cerca de 130 participantes, distribuídos por três fins-de-semana (18 e 19 de março/ 13 e 14 de maio e 4 e 5 de novembro) e um feriado - 5 de outubro.

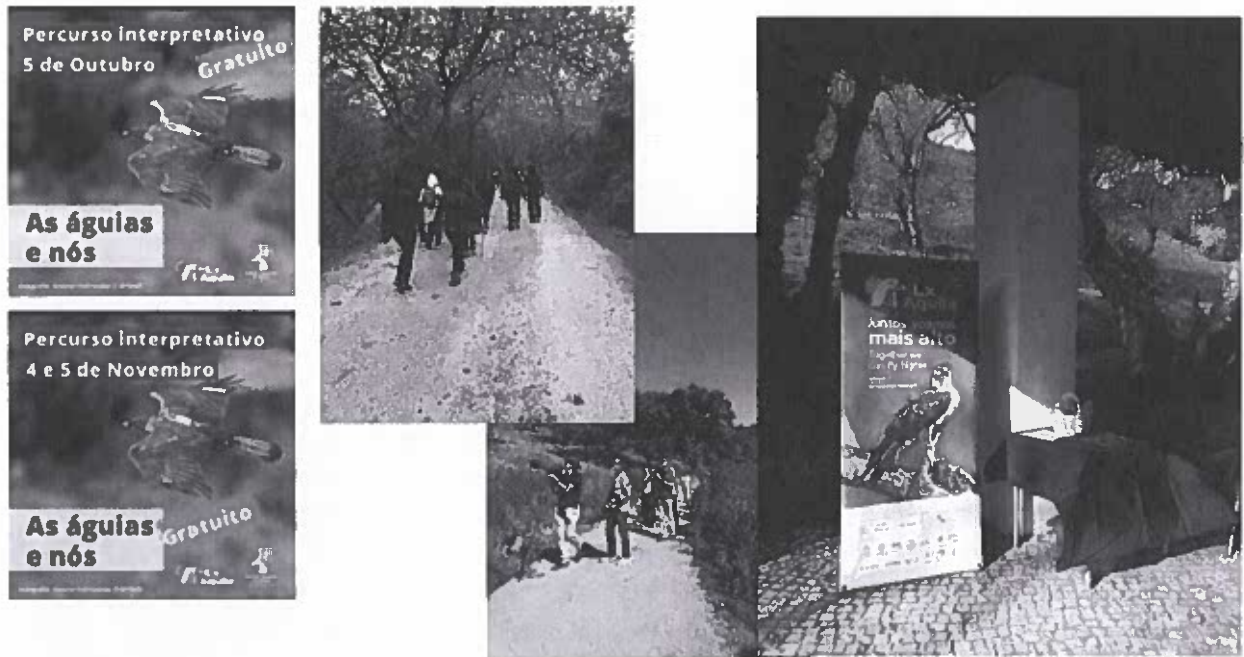
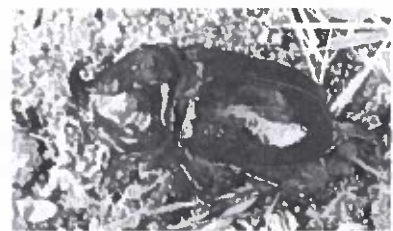


Figura 21 - Atividade "AS águias e Nós"

✦ Projeto Vaca-loura.pt



Foi identificada a presença do escaravelho Vaca-ruiva (*Lucanus barbarosa*) na TNM, pelo que a criação de condições para a sua monitorização e fixação, são consideradas muitíssimo importantes.



Realização de evento: dias 15 e 16 de julho (pequeno percurso pedestre).



Ocorreu a participação de cerca de 20 pessoas, com a obtenção de dados da presença desta espécie e de outras espécies saproxílicas na área da TNM, o que é importante para a conservação da biodiversidade e retenção de madeira morta.

Figura 22 - vaca- ruiva – (*Lucanus barbarosa*) e escaravelho rinoceronte (*Oryctes nasicornis*)

Programas especiais

Para promoção e sensibilização na área da biodiversidade, foram realizados em 2023 as seguintes atividades e eventos para visitantes e fruidores:

○ Caça às Hastes

- Nos cervídeos, os machos apresentam hastes que são estruturas ósseas de crescimento descontínuo e que caem todos os anos na Primavera, dando lugar a umas novas. No início da primavera caem as hastes antigas, entre o final de março e o início de abril, e imediatamente recomeça um novo ciclo de crescimento.

Este evento realizou-se no dia 22 abril, com a participação de cerca de 60 pessoas, as quais foram transportadas de carro elétrico até às áreas mais frequentadas pelos cervídeos, tendo sido percorridos trilhos da TNM que normalmente não são objeto de visita.

○ À Noite na Tapada – Os Pirilampus

- Os pirilampus são insetos da ordem dos Coleópteros, pertencentes à família Lampyridae, grupo em que, na maioria das espécies, as larvas e os adultos produzem luz, são organismos bioluminescentes. A noite favorece a capacidade de observação das comunicações entre machos e fêmeas durante o acasalamento.

Este evento realizou-se nos dias 7 a 10 junho, e um dia extra a 16 junho, com a participação de cerca de 200 pessoas, e foi constituído por um passeio pedestre na zona do vale do Safarju, onde a atividade dos pequenos insetos é mais evidente, e regresso em veículo elétrico.



○ O Outono na Floresta e a Brama

- A magia do outono proporciona uma nova etapa no ciclo dos animais, começando os rituais de acasalamento dos cervídeos.



Sob a capa das estrelas descobrem-se as sensações; os cheiros e os sons da noite, os animais noturnos da Tapada, a brama e os rituais de acasalamento.

Este evento realizou-se nos dias 29 e 30 setembro, com a participação de cerca de 90 pessoas, tendo o grupo sido transportado de carro elétrico até um dos pontos mais altos e um dos territórios de brama mais importante na Tapada.



○ O Amanhecer na Tapada

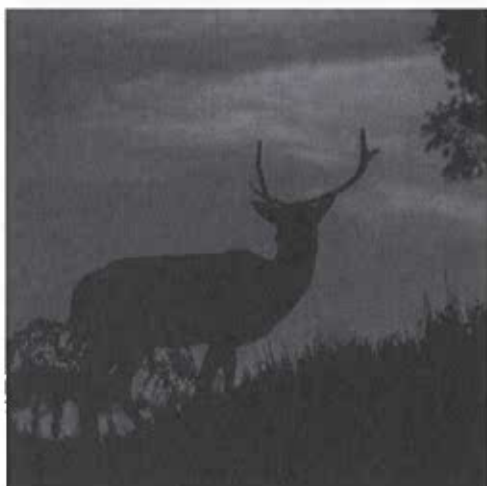
- Depois do sucesso das visitas noturnas, observam-se às primeiras horas do dia os rituais de acasalamento dos cervídeos. Este evento realizou-se nos dias 8 e 9 de outubro, com a participação de cerca de 55 pessoas, tendo o grupo sido transportado de carro elétrico até um dos pontos mais altos e um dos territórios de brama mais importante na Tapada.



25

○ Veados ao crepúsculo

- A observação fascinante de veados ao crepúsculo. Uma sinfonia de beleza selvagem.



Este evento realizou-se nos dias 18 e 25 novembro, com a participação de cerca de 35 pessoas, as quais foram transportadas de carro elétrico até um dos pontos mais altos e um dos territórios de brama mais importante na Tapada.

○ Comemoração do Dia dos Namorados

Para comemorar a época mais romântica do ano, a TNM possibilita a experiência de passear pela Floresta encantada.

Este evento realizou-se nos dias 11, 14 e 19 fevereiro, com a participação de 6 casais, num passeio de carro elétrico exclusivo para o casal ao longo do vale principal, sendo posteriormente proporcionado um momento junta à lareira num espaço decorado para o efeito.



✦ Alimentação de animais

A base da alimentação dos ungulados existentes na TNM é encontrada nos recursos naturais existentes, mas são fornecidos suplementos alimentares (feno, milho e ração) nos períodos de maior carência ou em alturas do ciclo de vida de cada espécie mais exigentes (desmoque e nascimentos). Para o efeito, a TNM tem instalados 16 pontos de alimentação, sendo estes semanalmente abastecidos.



26

No âmbito das medidas de apoio sanitário e nutricional às populações de ungulados da TNM, foi levada a cabo uma operação de desparasitação (novembro), sendo ainda disponibilizadas cerca de 24 pedras de sal. É a partir do verão e até meados do inverno que os cervídeos intensificam a ingestão de sais minerais, acautelando a formação das novas hastes que ocorrerá na primavera.

Foram também realizadas podas em algumas oliveiras, permitindo nestas o desenvolvimento de ramos novos, a circulação de ar e a penetração da luz solar que é muito importante para uma boa frutificação e para evitar humidade e o consequente aparecimento de doenças ou pragas. A par dos benefícios para a planta estas ações são também importantes para a suplementação de alimento natural, bem como a disponibilização de folhagem para alimentação dos cervídeos.

A Sweet Fruits - empresa distribuidora de fruta da região voltou a disponibilizar em 2023 um quantitativo de cerca de 10.172 Kg de manga, já imprópria para o consumo humano, usado para a alimentação da população de ungulados.

✦ Investigação e procedimentos veterinários

Durante o ano foram desenvolvidas diversas atividades levadas a cabo por instituições do sistema de investigação, de que se destacam:

- ✓ Instituto de Higiene e Medicina Tropical
 - Alguns dos trabalhos que o Instituto desenvolve em parceria com o CEVDI/INSA, visam a vigilância de carraças com importância médica e veterinária em Portugal. Assim, e no âmbito de estudo de parasitismo, foi realizada por investigadores daquele instituto a colheita de carraças por amostragem.
- ✓ Universidade Alfonso X El Sabio, de Madrid
 - No âmbito de projeto conjunto da BeWild com a Universidade que visa a identificação de espécies, por forma a obter uma melhor compreensão da sua

influência nos ecossistemas da TNM, procedeu-se à recolha de amostras (fezes e carraças) entre 26 e 30 de Julho de 2023. Como resultado das visitas anteriores no âmbito deste projeto, para além de carraças, foi possível encontrar e recolher moluscos, nomeadamente búzios hospedeiros de fases de vida das mesmas.

- ✓ Revista Wilder - revista online independente dedicada ao jornalismo de natureza.
 - Foram publicados dois artigos sobre a o casal de Águia de Bonelli, existente na TNM, no âmbito do projeto LIFE LxAquila, entrevistando a Dr.^a Ana Sá, Bióloga da Tapada de Mafra.



Figura 23 - Publicação em novembro 2023 de dois artigos na sobre a águia de Bonelli

- ✓ Captura para intervenção veterinária de um gamo macho

- Tendo-se identificado um gamo macho com lesão ocular, foi solicitada a intervenção de um veterinário para proceder à sua captura e tratamento, na qual foi necessário efetuar a respetiva sedação.



Figura 24 - Gamo macho sedado

Atividade cinegética

A atividade cinegética contribui e cumpre um objetivo vertebral na Tapada de Mafra, pois permite de seja consubstanciada a gestão do equilíbrio dos efetivos de cada espécie de ungulados, nomeadamente os rácios entre machos e fêmeas e entre juvenis e adultos. Contribui ainda para a salvaguarda do equilíbrio entre a disponibilidade alimentar da TNM e o número máximo de animais que esta pode albergar.

No Edital relativo às disposições especiais de exploração da Zona de Caça Nacional da TNM, para a época venatória de 2023/2024, encontravam-se disponíveis 38 exemplares para abate, distribuídos de acordo com o quadro abaixo, para os quais foram recebidas 49 inscrições, de que resultaram 38 jornadas.

Especie	Nº Exempl. Disponíveis	Nº Inscrições	Nº Jornadas
Gamo/seletivo	15	11	16
Gamo/troféu	3	7	2
Javali/seletivo	0	0	0
Javali/troféu	20	31	20
Veado/seletivo	0	0	0
Totais	38	49	38

Visitação, fruição e educação ambiental

A atividade da Tapada Nacional de Mafra está normalmente sujeita à sazonalidade por via das condições climáticas da região, bem com dos ciclos letivos das escolas e agrupamentos no âmbito das visitas pedagógicas.



Figura 25 - A mobilidade elétrica traz à Tapada a oportunidade disponibilizar ao visitante o usufruto do espaço com elevada comodidade e conforto

A TNM continuou a aposta na fruição de passeio na Tapada em mobilidade elétrica, através dos seguintes programas de visitação para passantes:

- ✦ **“Ecopasseio”** -> Passeio em Carro Elétrico c/ áudio-guia pelo vale da Tapada;
- ✦ **“Conhecer a Tapada”** -> Visita de Carro Elétrico com guia que auxilia o visitante a interpretar e a conhecer todos os aspetos da Tapada, subindo a um dos pontos mais altos, privilegiando a vista sobre toda a Floresta.
- ✦ **“Nos Trilhos do Rei D’ Carlos”** -> Visita de carro elétrico pelo vale da Tapada com guia, subordinada à temática do enquadramento histórico da Tapada, inclui a visita ao Museu.

A Tapada de Mafra disponibiliza também visitas pedagógicas temáticas, tendo em conta os conteúdos de cada ciclo escolar, sendo desenvolvidas atividades de acordo com os conteúdos programáticos.

- **DESCOBRIR A FLORESTA**
 - Visita interpretativa em mobilidade elétrica + atelier de apicultura + voo das aves de rapina)
- **À DESCOBERTA DA BIODIVERSIDADE**
 - Percurso pedestre interpretativo subordinado à temático dos invertebrados, sobretudo dos insetos polinizadores e *saproxílicos*
- **COM OLHOS DE BIÓLOGO**
 - Percurso pedestre interpretativo que visa a descoberta dos vestígios deixados pelas várias espécies, e que permite a sua identificação.
- **CAÇA AO TESOURO**
 - No ano de 2023 foi implementada esta modalidade de visita integrada ainda no programa pedagógico.



Figura 26 - Jogo da Perda de Habitat

Trata-se de uma atividade lúdica, tipo peddy paper, onde os grupos realizam um pequeno trilho pedestre com recurso a um mapa e respondendo a questões simples ligadas à floresta. Ao longo do trilho vão superar desafios com a ajuda dos monitores da TNM.



Figura 27 - Jogo do Regime Alimentar

Visitação TNM - Mapas Comparativos

A visitação individual refletiu uma retração de 18 % no total de utentes face a 2022, justificada pela redução dos passantes pedestres com uma diminuição de 20 %, e pela visitação em mobilidade elétrica também com uma redução de 11%.

ATIVIDADE (Indivíduos)	Arborismo	Atelier Apicultura	Aves Rapina	CHARIETE	PACK Arborismo	Corrida na Floresta	PACK 180	PACK 360	PEDESTRE	PASSEIO BICICLETA	PASSEIO BICICLETA ALUGADA	PASSEIO DE COMBOIO	CONHECER A TAPADA	ECO PASSEIO	PACK CONHECER A TAPADA	PACK ECO PASSEIO	PACK NOS TRILHOS DO REI D. CARLOS	Total
Total Ind 2022	292	16	18	1 210	384	107	61	4 386	12 717	145	236	662	888	3 020	3 376	813	647	28 978
Total Ind 2023	470	0	24	1 102	259	19	0	6 177	7 692	105	71	0	1 754	1 949	2 357	1 465	220	23 664
%	61%	-100%	33%	-9%	-33%	-82%	-100%	41%	-40%	-28%	-70%	-100%	98%	-35%	-30%	80%	-66%	-18%

Figura 28 - Comparativo das Atividades na Tapada de Mafra em 2022/2023 (publico em geral)

Na visitação de escolas/grupos em linha com o ano transato, continuou a verificar um crescimento, subjacente à retoma das visitas de estudo pedagógicas das escolas, com um aumento de 64 %.

ATIVIDADE (grupo)	Escolas/Grp - A Descoberta da Biodiversidade	Escolas/Grp - Olhos de Biólogo	Escolas/Grp - CONHECER A TAPADA	Escolas/Grp - Eco Passeio	Escolas/Grp - NOS TRILHOS DO REI D. CARLOS	Escolas/Grp - PACK CONHECER A TAPADA	Escolas/Grp - Pack Descobrir a Floresta	Escolas/Grp - Pack Descobrir a Floresta - Comboio	Escolas/Grp - Caça Tesouro	Total
Total Grp 2022	369	63	253	171	598	812	8 842	0	0	11 108
Total Grp 2023	160	74	916	918	707	764	12 717	707	1 244	18 207
%	-57%	17%	262%	437%	18%	-6%	44%	n/a	n/a	64%

Figura 29 - Comparativo das Atividades na Tapada de Mafra em 2021/2022 (escolas/grupos)

Apesar do decréscimo do numero de visitantes “individuais”, as visitas de “grupo” contribuíram de forma inequívoca para o aumento global o numero de visitantes que aumentou 4% face a 2022.

Visitação TNM – por atividade

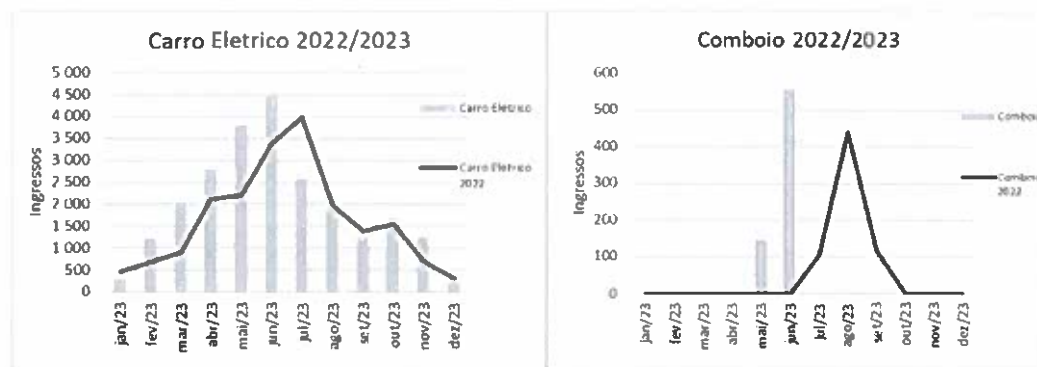
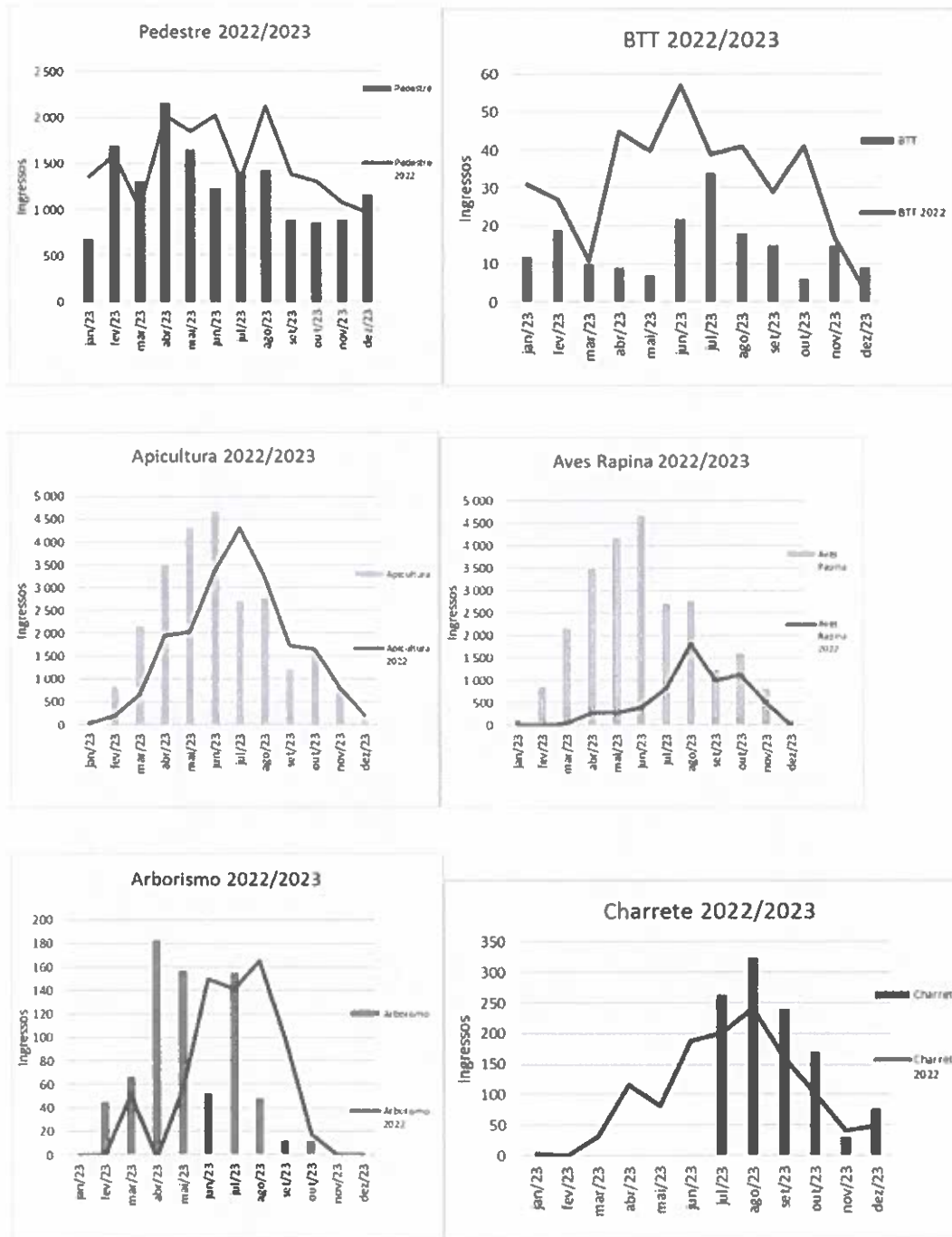


Figura 30 - A visitação em mobilidade elétrica, veio substituir quase que definitivamente a visitação com recurso a comboio



A quebra do número de visitantes pedestres refletiu-se na distribuição do peso por atividade, passando de 27% em 2022 para 17% em 2023.



✦ Visitação TNM – Outros Conteúdos

➤ Exposição - “Um Património Natural com História – A atrelagem”

Continuaram a ser disponibilizados conteúdos históricos na visita à TNM, nomeadamente a exposição **“Um Património Natural com História – A Atragem”** onde é apresentado parte do acervo de atrelagem existente no seu património.

Constituído por viaturas emblemáticas, arreios e objetos de trabalho, dá-se um especial enfoque a alguns pormenores de grande beleza, bem como a algumas estórias que se desvelam por detrás da história da TNM e de cada um dos objetos expostos.



Figura 31 - O conjunto das viaturas e alguns acessórios são espólio da coleção do antigo administrador da TNM, Segismundo Saldanha.



Figura 32 - A exposição pretende ainda apresentar o Real Edifício de Mafra, um monumento “Uno, único e excecional” inscrito como Património Mundial da UNESCO a 07 de Julho de 2019



Mantendo os princípios da mitigação dos impactes ambientais da atividade da TNM no ambiente, a exposição foi concebida com materiais que defendem os princípios da sustentabilidade.

➤ ARBORISMO

Foi disponibilizado ao visitante, e sempre acompanhado por monitores especializados, um circuito desafiante com 13 obstáculos de dificuldade média constituído por pontes suspensas, cordas e túneis, que culminam com um slide de volta ao solo, tudo isto, por entre plátanos com mais de 100 anos. Em 2023, usufruíram desta atividade cerca de 730 participantes.





➤ FESTAS ANIVERSÁRIO

A partir de setembro 2023 a TNM passou a promover a realização de Festas de Aniversário sob duas temáticas, à escolha, sendo elas o “Conhecer a Tapada” e o “Arborismo”, incorporando no final da atividade um lanche, em área reservada.

Foram realizadas 6 festas, envolvendo um total de 80 participantes.

33

Sustentabilidade e mobilidade ambiental

No âmbito do Protocolo “Fundo Ambiental 2023”, foi reforçada a frota de visitação com a aquisição de duas novas viaturas elétricas.



O montante total investido nesta operação orçou em 84.611 €.

Imagem e comunicação

Durante o ano de 2023 deu-se continuidade ao plano de marketing e comunicação elaborado internamente, recorrendo essencialmente aos canais de comunicação digital, com um foco na estratégia de *branding marketing*, que é caracterizado pelo uso de um nome “reputado”, um logotipo e cores na plataforma de marca da empresa, com vista a aumentar o *brand awareness*, a confiança dos consumidores no negócio e as chances de fidelização.

Tendo em conta a sazonalidade este planeamento foi sendo adaptado, focando-se muito na comunicação dos produtos e experiências possíveis de serem usufruídas na TNM, e nos programas de visita disponibilizados.

34

Redes Sociais

Foram usadas todas as plataformas disponíveis, nomeadamente; Facebook, Instagram, LinkedIn e YouTube.

FACEBOOK

A TNM tem 39.200 seguidores nesta rede social, ou seja, é este o número de contas que seguem os nossos conteúdos.

Verificou-se uma redução do alcance dos *post's* ao longo do ano, depois do record obtido em 2022, sendo que no entanto, houveram mais visitas ao nosso perfil.

Os gráficos abaixo inseridos, demonstram que apesar da redução no *feed* dos nossos seguidores em alguns dos *post's* (Contas alcançadas), não deixou de haver um maior interesse pelos seguidores na marca, procurando especificamente o perfil da TNM (visitas à página). Verificou-se um aumento do nº de visitas ao perfil da TNM de 181.4% comparativamente com o 2022.

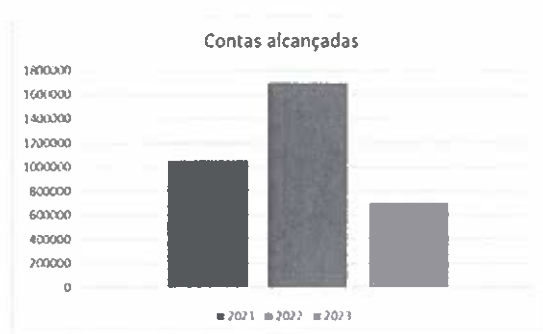


Figura 33 - Comparativo de contas alcançadas



Figura 34 - Comparativo de Visita ao Perfil



➤ INSTAGRAM

Com 5.237 seguidores, verificou-se em 2023 uma redução no alcance de contas, mas um aumento de visitas ao perfil (muito semelhante ao Facebook).

Título	Data da publicação	Alcance	Impressões	Interações
A beleza natural da nossa Tapada de Mafra e a ex... tapadademafra	Promover 09/06/2023	3,8 mil Alcance	4,5 mil Impressões	451 Interações
REPOSIÇÃO DA VERDADE Hoje foi divulgada pel... tapadademafra	Promover 24/07/2023	3,6 mil Alcance	3,9 mil Impressões	256 Interações
Chegaram as noites mais iluminadas da Floresta ... tapadademafra	Promover 12/05/2023	2,8 mil Alcance	2,9 mil Impressões	218 Interações
Estamos consternados com o incêndio que desd... tapadademafra	Promover 26/07/2023	2,1 mil Alcance	2,6 mil Impressões	267 Interações
Experiências da época! Com a chegada do outon... tapadademafra	Promover 21/09/2023	1,9 mil Alcance	2,4 mil Impressões	201 Interações
Há espécies de animais esquivas, noturnas, pequ... tapadademafra	Promover 26/12/2023	2,1 mil Alcance	2,4 mil Impressões	254 Interações
À noite na Tapada — Os pirilampus Esgotou num... tapadademafra	Promover 25/05/2023	2,2 mil Alcance	2,3 mil Impressões	114 Interações

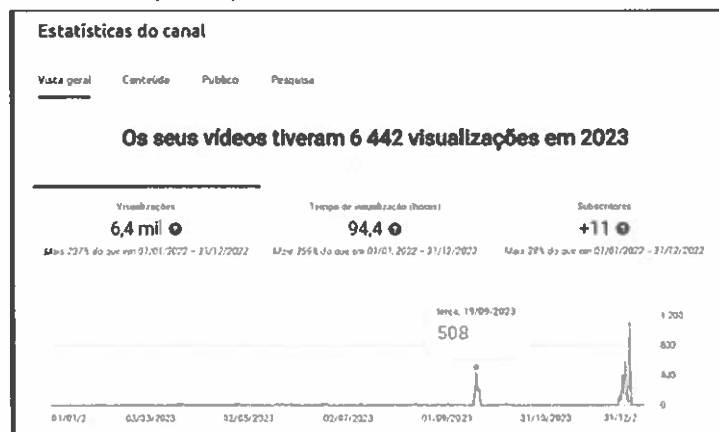
Figura 35 - Imagem de alguns post com maior alcance no Instagram

➤ YOU TUBE

Da análise realizada, compilam-se os seguintes dados:

- 6.442 visualizações, e 11 novos subscritores, ou seja, um aumento de 38% em relação a 2022.
- Os vídeos, que são basicamente institucionais, foram vistos durante 94h refletindo um aumento de 359%.
- O público é essencialmente feminino, entre os 25-44 anos, e 99,9% não são subscritores do canal.

O tráfego desta plataforma está intimamente ligado com as campanhas efetuadas através do Google ADS, coincidindo assim com os picos que aconteceram em setembro e dezembro de 2023.



➤ LINKEDIN

Nesta plataforma, onde a TNM se encontra registada, foram obtidos os seguintes resultados:

- 422 seguidores, com um aumento de 196% comparativamente com 2022.
- Um aumento das visualizações da página em 16,7%.
- Constataram-se 9.216 impressões, ou seja, visualizações de publicações.

De salientar que os dados obtidos se referem a tráfego orgânico, ou seja, não pago.

36

✦ Comunicação Social - Escrita e TV

Para além de reportagens esporádicas em revistas e TV, foi realizado um investimento através de inserções nos diferentes canais da entidade "Estrelas e Ouriços" (que engloba uma revista impressa, site, newsletter e redes sociais da marca), sendo este um canal estratégico para alcançar famílias e escolas, face ao seu posicionamento de mercado (público escolar).

➤ Escolas

O público escolar é alcançado através das redes sociais, newsletter e inserções em revistas estratégicas como é o caso das **"Estrelas e Ouriços"**, que tem este *target* como público alvo.

Pelo site da TNM em 2023 registaram-se mais de 5.600 entradas na página **"Escolas"**, significando um aumento superior a 140% face ao ano anterior.





➤ MEDIA (ESCRITA E IMAGEM)

A TNM foi mencionada e alvo de reportagem em algumas publicações de âmbito nacional, referenciando este espaço para visita, destacando-se os sites SAPO.pt e Boa Cama Boa Mesa, bem como na revista Roteiro 5 Estrelas (no âmbito da distinção com este galardão).



Figura 36 - Revista "Roteiro 5 Estrelas"



Figura 37 - Site do SAPO.pt

BOA CAMA BOA MESA

À descoberta de Mafra, ao som de carrilhões e da brama dos veados



Tapada Nacional de Mafra

A menos de uma hora de Lisboa, Mafra é famosa pelo majestoso palácio-convento, mandado construir pelo rei D. João V. A pouca distância, encontra-se a magnífica Tapada de Mafra, em tempos reserva de caça da corte, e que até novembro é palco de um acontecimento único: a brama dos

Figura 38 - Site "Boa Cama Boa Mesa"

Foi também levada a cabo uma parceria com o as lojas *El Corte Inglés*, que passou pelo suporte da “decoração” exterior de um veículo elétrico de visita da TNM (denominado *Natureza*), tendo aquela entidade, bem como o *street artist* Edis One (responsável pelo design), dinamizado a respetiva comunicação nas respetivas redes sociais e meios de divulgação próprios.



Figura 39 – Imagens do veículo *Natureza*

No âmbito da produção do programa “Portugal Natural”, da responsabilidade do ICNF, que visa mostrar locais naturais extraordinários que se podem encontrar no nosso país, foi produzido um episódio referente à TNM, que foi exibido na TVI no dia 26/8/2023.

A TNM candidatou-se ao concurso nacional de “Árvore do Ano” organizado pela UNAC- União da Floresta Mediterrânica, com o seu sobreiro centenário, conhecido por “Sobreiro do Rei”, tendo ficado em 2º lugar entre as 10 candidaturas apresentadas.



De entre as várias notícias, que deram notoriedade ao concurso, destaca-se a reportagem que passou no telejornal da TVI à hora de almoço.

Figura 40 – *Sobreiro do Rei* – 2º lugar no Concurso Nacional 2023



Feiras

A TNM esteve presente nos seguintes certames:

- **BTL 23**
 - De 1 a 5 março de 2023, e em parceria com a Camara Municipal de Mafra, a TNM esteve presente na BTL 2023, divulgando a imagem e os diferentes programas para *targets* diferenciados (empresas e publico).
- **Open Day da base aérea nº1 de Sintra**
 - A 9 de setembro, em parceria com a Camara Municipal de Mafra, e conjuntamente com o parceiro de falcoaria apresentaram-se os vários programas para a família e festas de aniversário.
- **Festival do Pão – Mafra**
 - De 7 a 16 de Julho, a TNM esteve presente no posto de turismo da Camara Municipal de Mafra, comunicando o respetivo programa de Verão.
- **“Há Festa no Parque” no parque desportivo de Mafra**
 - Dias 3 e 4 de junho, aceitando o convite feito pela Camara Municipal de Mafra para as comemorações do Dia da Criança e do Dia Mundial do Ambiente, a TNM desenvolveu uma série de atividades direcionadas para o publico infantil, vincando a importância da marca da Tapada na sensibilização ambiental e conservação das espécies.



Figura 41 - BTL 23

39

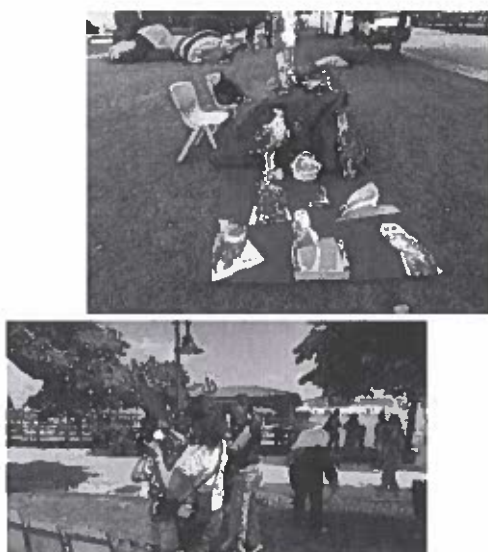


Figura 42 - "Há Festa no Parque"

Em novembro 2023 foi efetuado um upgrade à Homepage do site da TNM, assim como à página de acesso à descrição das experiências possíveis de realizar.

Este desenvolvimento teve como objetivo maximizar a permanência no site e facilitar a navegação, através de acessos mais intuitivos, de forma a captar o interesse e assim motivar os internautas para a aquisição de ingressos e experiências na TNM.

Como marca que se pretende credível, no que respeita aos conteúdos sobre a natureza, e acima de tudo, nas ações de gestão do seu espaço, promovendo a conservação, o site pretende demonstrá-lo de forma fácil e intuitiva.

Face a 2023 registou-se uma subida de 151% com 281,5 mil entradas no site, face ao ano transato.

Grupo de canais	meio usuário	Novos usuários	Sessões engajadas	Taxa de engajamento	Sessões engajadas por usuário	Tempo médio de engajamento
		281.429	150.811	50.47%	0,54	31s
		100% do total	100% do total	Média de 0%	Média de 0%	Média de 0%
1	Direct	173.088	97.375	52,73%	0,56	30s
2	Organic Search	88.904	48.429	51,34%	0,55	27s
3	Paid Search	7.661	2.738	34,76%	0,36	13s
4	Referral	6.087	2.386	51,51%	0,43	2 min 09 s
5	Organic Social	5.308	1.831	33,74%	0,34	15s
6	Email	342	162	43,55%	0,47	36s
7	Unassigned	36	18	50%	0,50	11s
8	Organic Video	3	2	50%	0,67	9s

Figura 43 - Nº de acessos por canal ao site da TNM em 2023

Foram ainda conduzidas de 3 campanhas pagas na Google ADS (realizadas nos meses agosto, setembro e novembro), que permitiram conseguir-se mais entradas no site da TNM (Paid Search).

Pela observação das entradas no site é possível perceberem-se as campanhas que tiveram mais sucesso e geraram tráfego no site ou eventos sociais.

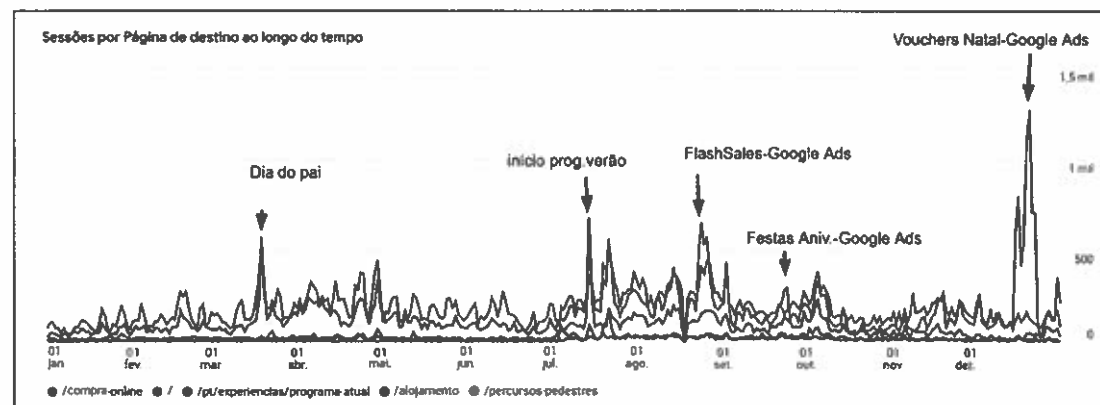


Figura 44 – Picos de acessos durante 2023



➤ GOOGLE

Por continuar a ser um dos motores de busca mais usados, tornou-se numa excelente ferramenta de gestão de comunicação, pois permite a o incremento da visibilidade da marca TNM.

Continuou ainda a ser objeto de intervenção a otimização do site TNM, de forma a facilitar mecanismos de busca SEO – Search Engine Optimization. Com esta técnica promove-se um bom posicionamento e autoridade (credibilidade) do site da TNM não só no Google, mas também noutros motores de busca.

Quanto mais tráfego tiver o site ou este aparecer por palavras-chave nas pesquisas, mais a Google o considera credível e o faz subir no *ranking* das pesquisas.

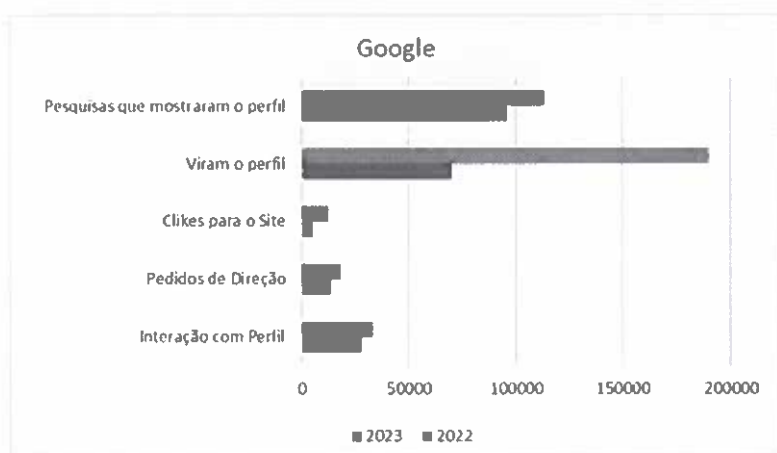


Figura 45 - A subida de 2023 foi 118% em comparação com ano 2022

Em 2023 anexou-se, ao perfil da TNM, a informação do Alojamento Local, tendo como resultado no aumento substancial da visibilidade exterior daquele espaço.

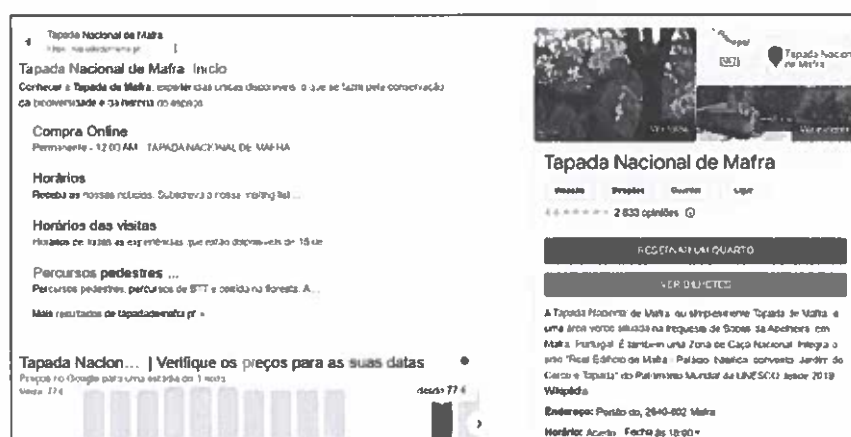


Figura 46 - Imagem da página do Google sobre a Tapada

A opinião pública no Google é uma mais-valia para a marca da TNM, e o site tem um espaço alocado que mostra as críticas recebidas, permitindo também a sua gestão.

A classificação que o visitante confere à TNM após a sua visita, é normalmente **5 ou 4 estrelas**.



Figura 47 - Inclusão das opiniões do publico deixadas no Google

➤ CAMPANHAS GOOGLE ADS

▪ Flash Sales

Esta campanha, materializada através de 50% de desconto nos bilhetes de passes de dia do programa de verão, decorreu no Google ADS, nas nossas redes, site e com o apoio do parceiro de bilheteira (Blueticket), de 17 a 31 Agosto, com o objetivo de promover o aumento da venda, tendo sido “apresentada” a 54.960 pessoas pelo anúncio da Google.



Figura 48 - Imagem da Campanha no site da Blueticket

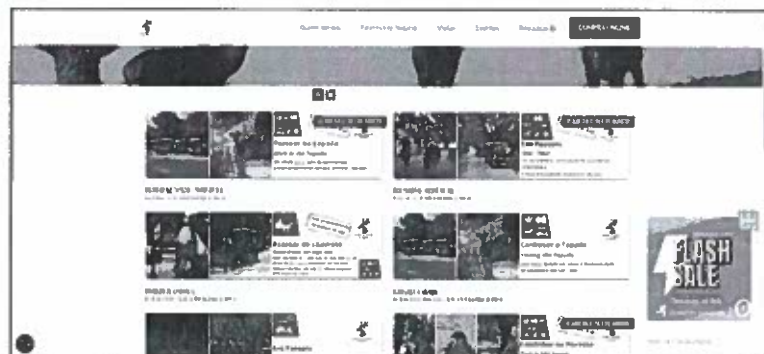


Figura 49 - Imagem da Campanha no site da TNM



▪ “Festas de aniversário”

Esta campanha decorreu no Google ADS, assim como nas nossas redes e site, entre os dias 18 a 25 de setembro, com o objetivo de divulgar o novo produto e promovendo a sua venda.

A campanha foi visualizada por 37.500 pessoas, sendo que 1.470 abriram o anúncio, 1.352 entraram no link para o site da TNM, e destas 625 entraram na página das “Festas de Aniversário”.

Página de destino	+	↓ Sessões	Usuários	Novos usuários	Tempo de engajamento médio por sessão
		7.642 100% do total	7.133 100% do total	7.000 100% do total	22s Média de 0%
1	/compra-online	1.427	1.424	1.399	14s
2	/	1.366	1.360	1.327	14s
3	/pt/experiencias/programa- atual	781	776	756	29s
4	/festas-de-aniversario →	625	623	623	11s
5	(not set)	615	561	0	21s
6	/horarios-outono-23	565	565	554	39s
7	/alojamento	224	223	218	42s
8	/percursos-pedestres	200	200	195	45s
9	/ova_sev/percursos- pedestres	142	142	138	13s
10	/escolas	129	130	129	51s

Figura 50 - nº de entradas na página das “Festas de Aniversário” durante a campanha

▪ Vouchers de Natal “Experiências e alojamento” - Dezembro de 2023

A campanha Voucher’s decorreu entre os dias 14 e 22 de dezembro de 2023, com o objetivo de dar destaque para a venda de produtos e experiências de Natal, essencialmente o Voucher presente experiências e o de alojamento.

O aumento do tráfego no site deu a conhecer a Tapada, fomentando uma subida no ranking no Google, e incrementando as vendas dos produtos em questão.

A campanha foi vista por 111 mil pessoas, e 6.230 entraram num dos links da campanha. A métrica CTR (nº de clic’s que o anúncio recebe, a dividir pelo nº de vezes que o anúncio é apresentado) estava acima dos 4%, mostrando um sinal positivo numa altura em que eram muitas as campanhas da concorrência para produtos semelhantes.

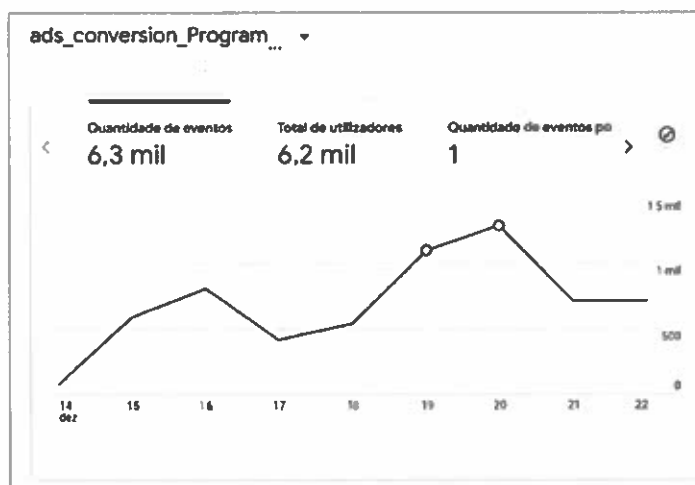


Figura 51 - nº entradas no site da TNM através da campanha

Eventos, Filmagens e Fotografia

Aluguer de espaços cénicos e para eventos

A Tapada de Mafra dispõe de diversos espaços arquitetónicos e naturais, que pela sua beleza e diferença proporciona condições excelentes para a sua utilização por empresas produtoras de audiovisuais e de eventos.

Para cómodo dos prestadores de serviço de apoio aos eventos, procedeu-se à reparação na cozinha dos salões de todo o equipamento de frio, refrigeração e máquina de lavagem da loiça grossa, sendo também objetivo para 2024 o licenciamento da cozinha dos salões, com vista a aumentar o leque de clientes e oferecer às empresas de catering mais e melhores condições de trabalho.

Adquiriram-se toalhas de mesa e guardanapos com o logotipo da Tapada, dotando o espaço de um serviço diferenciado.



A TNM foi novamente escolhida como local cénico na realização de filmagens e sessões fotográficas, nomeadamente para:

- Gravação de novela "Flor Sem Tempo" - SP Televisão
- Gravação de série "Os Eleitos" – SIC/OPTO
- Gravação de série "Papel Principal" – SP Televisão
- Sessão fotográfica – Piupiu Chick (vestuário de criança)
- Spot publicitário - Casper Films

Foram ainda realizados na TNM os seguintes eventos:

- Voluntariado (Gestão Florestal)
 - Wotels
 - Epic Hemisphere
 - Imprensa Nacional Casa Moeda
 - Galp
 - REN
- Voluntariado (Requalificação de Edifícios)
 - Galp
- Outdoor
 - Empista Automotive Events
 - Apresentação de veículo automóvel
 - Bicredit
 - Team Building
- Casamento
 - Setembro/23
- Aniversário
 - Bodas de Ouro, em setembro/23
- Festa Natal
 - Jota.nt Construções

A TNM tem ainda promovido ações de divulgação junto da rede de empresas interessadas no aluguer de espaços para eventos, dando um enfoque em contatos empresariais, a quem são dirigidos a ações de comunicação e divulgação.

De acordo com o histórico, percebe-se uma distribuição dos espaços por tipologia de evento, sendo os Salões Nobre e D. Carlos os mais procurados.

- ✓ Salão D Carlos - reuniões de trabalho e pequenos congressos.
- ✓ Salão Nobre e Multiusos – conferências, seminários casamentos, festas de Natal, entre outros.
- ✓ Jardim - complemento a eventos.

45



Figura 52 - Gráfico de Ocupação dos Espaços

Núcleo Apoio / Loja

Foram mantidos os produtos de merchandising, mais apelativos e de maior valor acrescentado, tanto em termos da imagem, como de benefício económico obtido com a sua venda.

A TNM reforçou a aposta na época festiva do Natal, com a elaboração de cabazes de natal, substituindo vários produtos por outros mais atrativos, e apostando sobretudo em produtos locais, de pegada carbónica mais baixa e envolvendo os produtores locais.

➤ CABAZES NATAL

Foi novamente promovida a venda de Cabazes de Natal, em três tipologias (Cabaz Doninha, Cabaz Raposa e Cabaz Veado) com produtos adquiridos na região. Resultou a ação na venda total de 28 cabazes.



Figura 53 – Apresentação no site da TNM

02. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



1 - Sumário Financeiro

A Tapada Nacional de Mafra CIPRL apresenta um resultado líquido do período de 2023 positivo de 13.948 €, assim como uma situação líquida positiva de 2.263.367 €.

Indicadores Económicos	dez/23	dez/22	%
Rendimentos	933 179 €	778 422 €	19,9%
Ganhos Operacionais	618 880 €	581 087 €	6,5%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	185 784 €	141 661 €	31,1%
Margem EBITDA	30%	24%	23,1%

47

Margem Operacional (sem Trab.Prop.Empresa e Imputação Subsd.)	-90 253,00 €	-134 375,96 €	-32,8%
Resultados Líquidos	13 948 €	-3 608 €	-486,6%
Ativo Total	2 436 608 €	1 846 514 €	32,0%
Passivo	173 241 €	242 710 €	-28,6%
Capital Próprio	2 263 367 €	1 603 803 €	41,1%
Autonomia Financeira	93%	87%	6,9%
Solvabilidade	1306%	661%	97,7%

Análise comparativa dos Resultados apurados - Real vs Orçamental

Demonstração de Resultados Por Naturezas - DESVIOS

De Janeiro a dezembro 23

Montantes Expressos em Euro

Rubricas	Período		Desvio %
	dez/23	Orçamento - período em análise	
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	489 757	573 833	-15%
Subsídios à Exploração	129 123	62 024	108%
Trabalhos para a Própria Entidade	101 436	57 873	75%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	-43 072	-46 065	-6%
Fornecimentos e Serviços Externos	-207 455	-242 997	-15%
Gastos com o Pessoal	-405 245	-444 573	-9%
Outros Rendimentos	212 863	233 125	-9%
Outros Gastos	-91 623	0	n/a
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	185 784	193 220	-4%
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização	-170 127	-200 291	-15%
Resultado antes de Gastos de Financiamento e Impostos	15 657	-7 071	-321%
Gastos de Financiamento (líquidos)	0	0	n/a
Resultado antes de Impostos	15 657	-7 071	-321%
Imposto Sobre o Rendimento do Período	-1 709	0	n/a
Resultado Líquido do Período	13 948	-7 071	-297%
As Vendas e Serviços Prestados assim como o CMVMC ficaram abaixo do previsto, sendo compensados pelos Subsídios à Exploração e Trabalhos para a Própria Empresa que superaram o Orçamentado. Também os gastos com FSE e RH contribuíram para o resultado alcançado, pelo fato de terem ficado abaixo do previsto. Assim, foram suficientes para gerar um Resultado Líquido positivo, apresentando este um valor positivo de 14k€, melhorando o previsto em orçamento que se estava ser negativo em cerca de 7k€.			

1.1 – Análise de Rendimentos

No período de 2023, os rendimentos foram de 933.179 €, mais 19,9 % do que no período de 2022, onde os rendimentos foram no valor de 778.422 €, aumento maioritariamente explicado pelo aumento de receitas provenientes dos serviços prestados no âmbito de atividades pedagógicas, bem como pelo aumento da imputação dos subsídios para investimento (associado ao apoio recebido do Fundo Ambiental no âmbito do novo protocolo assinado, cujo proveito é registado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos).

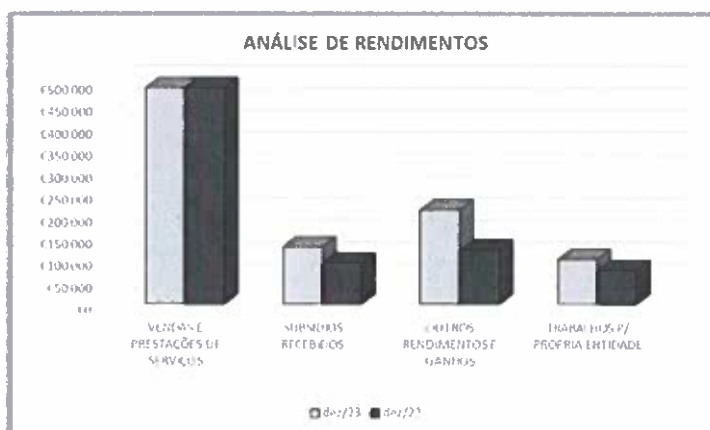
Refira-se ainda que, para efeitos comparativos com o período homólogo, em 2023 não ocorreram quaisquer períodos de fecho, enquanto que em 2022 se verificou a ocorrência de dois períodos de fecho ao público da TNM por imposição da Declaração de Situação de Contingência face às condições atmosféricas - Risco de Incendio.

48

MAPA COMPARATIVO DA RECEITA				Orc 2023	
	Euros	Euros	%	31/12/2023	Desvio
	31/12/2023	31/12/2022			
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	489 757 €	488 590 €	0,2%	577 282 €	-15,2%
SUBSÍDIOS RECEBIDOS	129 123 €	92 497 €	39,6%	62 024 €	108,2%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	212 863 €	121 628 €	75,0%	229 676 €	-7,3%
TRABALHOS P/ PRÓPRIA ENTIDADE	101 436 €	75 708 €	34,0%	57 873 €	75,3%
Total	933 179 €	778 422 €	19,9%	926 855 €	0,7%

A Receita superou a do Período Homólogo em cerca 20%, superando também o Orçamentado em 0,7%.

Comparativo de Receita



Distribuição da Receita



1.2 – Análise comparativa detalhada das Vendas e Prestações de Serviços

No período em análise, as Visitas, o Núcleo de Apoio/Bar e Aluguer de Espaços representaram o maior peso do total das vendas e prestações de serviços, correspondendo a cerca 91% do total das mesmas.

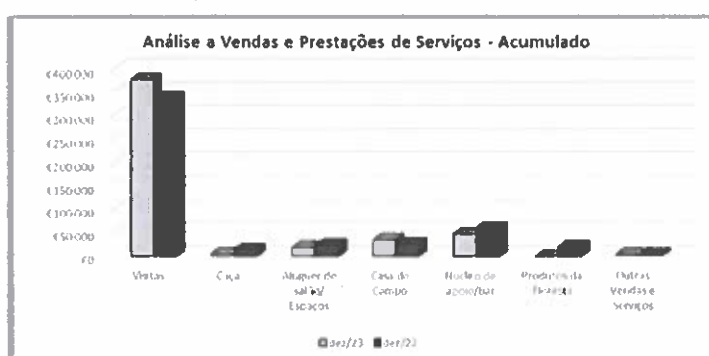
Importa também salientar que a não ocorrência de registo de proveitos em 2023 na rubrica de “Produtos da Floresta” se justifica pela não concretização do valor inicialmente estimado de Alienação de Material Lenhoso em 2022/2023, bem como ausência de faturação relativa à venda de pinhas, que só veio a ocorrer no princípio de 2024. Refira-se ainda que o registo dos proveitos da venda de lenha se efetua na loja.

49

MAPA COMPARATIVO DE VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				Orc 2023	
	Euros	Euros	%	31/12/2023	Desvio
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	Desvio
Visitas	379 429 €	339 938 €	11,6%	379 403 €	0,0%
Caça	9 717 €	13 445 €	-27,7%	15 289 €	-36,4%
Aluguer de salão/ Espaços	17 325 €	23 158 €	-25,2%	32 090 €	-48,0%
Casa de Campo	31 584 €	26 221 €	20,5%	51 013 €	-38,1%
Núcleo de apoio/bar	48 212 €	61 884 €	-22,1%	68 277 €	-29,4%
Produtos da Floresta	0 €	20 669 €	-100,0%	27 782 €	-100,0%
Outras Vendas e Serviços	3 489 €	3 275 €	6,5%	3 449 €	1,2%
Total	489 757 €	488 590 €	0,2%	577 282 €	-15,2%

As Vendas e Prestação de Serviços em 2023 tiveram um aumento pouco significativo relativamente a 2022, contribuindo para o efeito o fato de não se ter concretizado os valores inicialmente estimados de Alienação de Material Lenhoso, bem como de venda de Pinhas, tendo a rubrica ficado abaixo do Orçamentado em 15,2%.

Comparativo - Vendas e Prestações de Serviços



1.3 – Análise comparativa detalhada dos Subsídios à Exploração e Outros Rendimentos

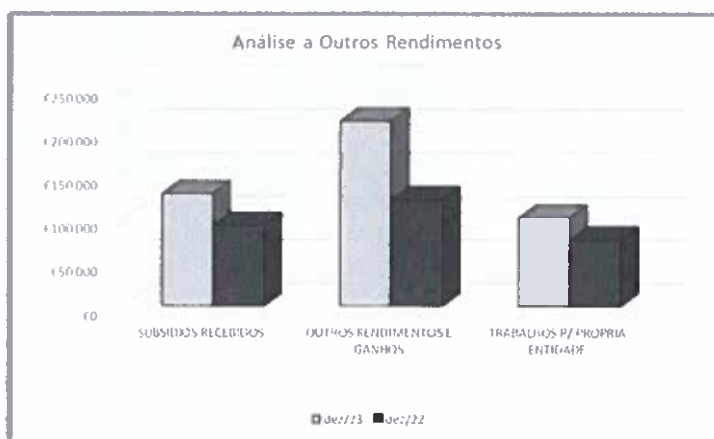
Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que a rubrica de “Outros Rendimentos” de 2023, no valor de 201.295 €, aumentou 75,0 % face a 2022.

De salientar o aumento das rubricas de Imputação de Subsídios para Investimento (associado ao apoio recebido do Fundo Ambiental no âmbito do protocolo assinado em 2023, cujo proveito é registado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos), não obstante a quebra nas receitas provenientes de Filmagens.

Refira-se que a sub-rubrica de “Outros Rend. e Ganhos” em 2023 considera, entre outros, correções relativas a períodos anteriores, no valor de 22.797 €, incluindo-se aqui o reembolso do remanescente da coima anteriormente paga ao ACT pelo encerramento do processo que decorria desde 2021, efetuado no âmbito de sentença judicial favorável à TNM, e que a ilibou de qualquer ilícito.

MAPA COMPARATIVO DE OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS				Orc 2023	
	Euros	Euros	%	31/12/2023	Desvio
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS:	31/12/2023	31/12/2022			
Rendas (Vodafone)	3 384 €	3 399 €	-0,5%	3 360 €	0,7%
Recup Enc. Casas Florestais	270 €	490 €	-45,0%	0 €	n/a
Protocolo de Cooperação (IPMA)	618 €	605 €	2,0%	603 €	2,4%
Filmagens	7 990 €	16 729 €	-52,2%	24 310 €	-67,1%
Imputação Subsídios para Investimento	174 600 €	91 800 €	90,2%	201 403 €	-13,3%
Donativos	3 041 €	0 €	n/a	0 €	n/a
Outros Rend. e Ganhos	22 961 €	8 603 €	166,9%	0 €	n/a
Total	212 863 €	121 628 €	75,0%	229 676 €	-7,3%

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos apresenta um aumento de mais de 75% face ao período homologado, contribuindo maioritariamente para o efeito o valor proveniente da imputação de subsídios para o investimento.



Comparativo de Subsídios e Outros Rendimentos



A rubrica Imputação de Subsídios para o Investimento, no valor de 174.600 €, corresponde ao reconhecimento da repartição dos proveitos dos seguintes projetos:

- FSUE – Subvenção concedida pelo Fundo de Solidariedade da União Europeia;
- PDR – Projetos de “Arborização com pinheiro-manso e medronheiro (18,64 ha) e beneficiação de pinhal manso (15 ha)” e “Reconversão de eucaliptais em pinhal manso (34,44 ha)”;
- FUNDO AMBIENTAL - Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação (protocolos de 2020, 2021, 2022 e 2023).
- TURISMO de PORTUGAL – Projetos “Tapada Acessível” com a aquisição de veículos elétricos de visita adaptados à mobilidade reduzida, e “Tapada em Movimento” que tem como objetivo estratégico criar soluções que permitam ultrapassar as barreiras existentes, no edifício da receção do Codeçal, de modo a responder de forma inclusiva aos visitantes com necessidades específicas.
- COMPETE 2020 – REACT-EU – Projeto no âmbito da “Reabilitação e Gestão de Áreas Florestais da TNM”, com o objetivo da redução do risco de incêndio florestal.

Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que o montante de Subsídios e Apoios no valor de 129.123 €, aumentou 39,6 %, face a 2022, contribuindo para o efeito a imputação de apoios do Fundo Ambiental 2023, não obstante o decréscimo resultante de uma diminuição dos apoios do IEFP (Estágio ATIVAR e Incentivo ATIVAR).

MAPA COMPARATIVO DE SUBSÍDIOS e APOIOS RECEBIDOS				Orc 2023	
	Euros	Euros	%	31/12/2023	Desvio
SUBSÍDIOS:	31/12/2023	31/12/2022			
IEFP	1 158 €	4 703 €	-75,4%		n/a
FFP – Serviço Público SAPADORES	55 000 €	45 000 €	22,2%	62 024 €	-11,3%
FFP – Apoio Func. Equipas Sapadores Florestais	4 167 €	4 000 €	4,2%		n/a
IFAP	3 092 €	250 €	1135,8%		n/a
ICNF FUNDO AMBIENTAL	64 727 €	38 543 €	67,9%		n/a
REACT-EU	979 €	0 €	n/a		n/a
Total	129 123 €	92 497 €	39,6%	62 024 €	108,2%
A rubrica de Subsídios à Exploração inclui em 2023 o subsídio de Serviço Público, aprovado para o corrente exercício.					

A rubrica de Trabalhos para a Própria Empresa reflete as bem-feitorias realizadas na Tapada Nacional de Mafra por meios próprios, e de acordo com os valores constantes da Tabela CAO (ICNF).

MAPA COMPARATIVO DE TRABALHOS P/ PRÓPRIA EMPRESA				Orc 2023	
	Euros	Euros	%	31/12/2023	Desvio
	31/12/2023	31/12/2022			
Trabalhos P/ Própria Empresa	101 436 €	75 708 €	34,0%	57 873 €	75,3%
Instalação/manutenção de Faixas de Gestão de Combustível e reforço da intervenção nas faixas em torno dos edifícios - 12,8ha	14 721 €		n/a		n/a
Controlo da vegetação espontânea em áreas de mosaicos e realização de ações como desbastes, podas e desrama de árvores - 3ha	35 652 €		n/a		n/a
Intervenção para a supressão de espécies exóticas invasoras - 3ha	3 450 €		n/a		n/a
Ações de Silvicultura para Plantação e Retanchar de Novos Exemplares Arbóreos - 22,94ha	26 383 €		n/a		n/a
Abate de Sobreiros, Construções e Portadas e Toragem de Árvores caídas - 34 dias	7 957 €		n/a		n/a
Beneficiação Rede Viária e Avivamento de Valetas e Limpeza de Pontões - 4,8km	8 327 €		n/a		n/a
Requalificação Sistemas de Drenagem Pluvial - 4,3km	4 945 €		n/a		n/a
Total	101 436 €	75 708 €	34,0%	57 873 €	75,3%
Os Trabalhos Para a Própria Empresa resultam da aplicação dos coeficientes aplicados pelo ICNF para trabalhos florestais na TNM.					

1.4 – Análise de Gastos

Por sua vez, os gastos foram de 919.632 €, no período em análise, mais 17,6 % do que no período de 2022, onde os gastos foram de 782.030 €. Este aumento dos gastos é justificado pelo reforço de contratação em regime de subcontratos (sobretudo para o suporte de atividades de visitação), bem como o aumento da Remuneração Mínima Mensal (RMM), e as depreciações provenientes sobretudo dos bens e serviços adquiridos com o apoio dos protocolos celebrados com o Fundo Ambiental entre 2021 e 2023.

COMPARAÇÃO DOS GASTOS				Orc 2023	
Designação	Euros		Variação%		
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	Desvio
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	207 455 €	155 816 €	33,1%	241 136 €	-14,0%
GASTOS COM PESSOAL	405 245 €	381 885 €	6,1%	443 973 €	-8,7%
C.M.C.M.V.	43 072 €	51 798 €	-16,8%	46 065 €	-6,5%
OUTROS GASTOS E PERDAS	91 623 €	47 262 €	93,9%	0 €	n/a
DEPRECIAÇÕES	170 127 €	145 086 €	17,3%	200 291 €	-15,1%
JUROS E GASTOS SIMILARES	401 €	0 €		0 €	n/a
IMPOSTO SOBRE LUCROS - IRC	1 709 €	183 €	835,5%	0 €	n/a
Total	919 632 €	782 030 €	17,6%	931 466 €	-1,3%

Os Gastos apresentam-se superiores ao exercício anterior em cerca de 17%, mas ainda assim 1% abaixo o orçamentado.

Comparativo de Gastos



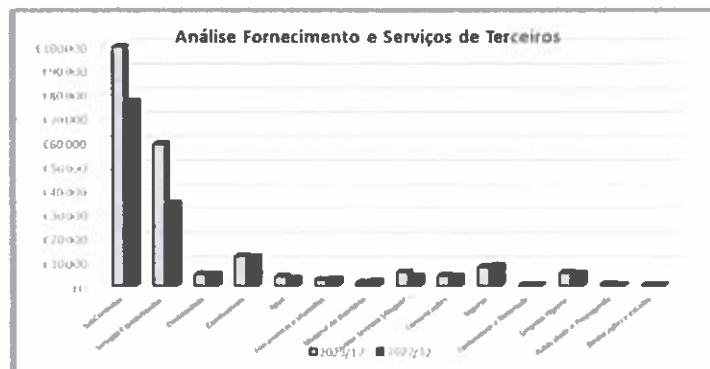
1.5 – Análise detalhada da Rubrica Fornecimentos e Serviços Externos

O acréscimo das vendas implicou algum acréscimo dos custos, num aumento de 33,1 % face ao mesmo período de 2022, com especial enfoque na rubrica de subcontratos, resultante do acréscimo de prestações de serviços em 2023.

COMPARAÇÃO FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				Orc 2023	
Descrição	Euros		Variação%	31/12/2023	Desvio
	31/12/2023	31/12/2022			
SubContratos	99 162 €	76 550 €	29,5%	94 743 €	4,7%
Serviços Especializados:	58 910 €	34 158 €	72,5%	88 863 €	-33,7%
Electricidade	4 756 €	4 615 €	3,0%	6 129 €	-22,4%
Combustíveis	12 335 €	11 861 €	4,0%	11 418 €	8,0%
Água	3 841 €	3 006 €	27,8%	2 927 €	31,2%
Ferramentas e Utensílios	2 613 €	2 777 €	-5,9%	1 020 €	156,1%
Material de Escritório	1 379 €	1 705 €	-19,1%	1 601 €	-13,8%
Outros Serviços (Aluguer tpa, wc, alimento p/ animais)	5 732 €	3 840 €	49,3%	7 411 €	-22,7%
Comunicações	4 250 €	3 728 €	14,0%	4 609 €	-7,8%
Seguros	7 785 €	8 301 €	-6,2%	7 492 €	3,9%
Contencioso e Notariado	220 €	130 €	69,2%	10 980 €	-98,0%
Limpeza Higiene	5 381 €	4 989 €	7,9%	3 944 €	36,5%
Publicidade e Propaganda	846 €	156 €	442,0%	0 €	n/a
Deslocações e estadas	245 €	0 €	n/a	0 €	n/a
Total	207 455 €	155 816 €	33,1%	241 136 €	-14,0%

O total de Custos de Fornecimentos e Serviços Externos ficou abaixo do estimado em Orçamento

Comparativo de Fornecimentos e Serviços Externos



Os valores de Serviços Especializados registam no seu todo um decréscimo de 72,5 % face a 2022, e são os seguidamente elencados:

Quadro Demonstrativo (FSE - Serviços Especializados)				Orc 2023	
	Euros		Variação%	31/12/2023	Variação%
	31/12/2023	31/12/2022			
Trabalhos Especializados:	25 561 €	15 596 €	63,9%	21 390 €	19,5%
Assistencia tecnica	10 177 €	5 616 €	81,2%	2 202 €	362,2%
Contabilidade	8 400 €	7 200 €	16,7%	9 594 €	-12,4%
Serviços Juridicos	6 984 €	2 780 €	151,2%	9 594 €	-27,2%
Serviços Design/Marketing	5 692 €	1 317 €	332,4%	6 092 €	-6,6%
Comissões	4 208 €	4 935 €	-14,7%	5 872 €	-28,3%
Conservação e reparação	22 651 €	10 395 €	117,9%	41 740 €	-45,7%
Vigilância e Segurança	606 €	1 890 €	-67,9%	13 769 €	-95,6%
Inspeção Viatura	191 €	26 €	640,4%	0 €	n/a
Total	58 910 €	34 158 €	72,5%	88 863 €	-33,7%

O total dos Serviços Especializados ficou abaixo do Orçamentado em 52,2 %

O valor gasto em subcontratos apresenta-se acima do período homologo, bem como acima do orçamentado, justificando-se pelo aumento das atividades com os parceiros, nomeadamente Apoio à Gestão do Alojamento Local, Apicultura e Atividades com Falcões, salientando ainda que a rubrica de “Visitação” incorpora entre outros os custos com contratação de guias, aluguer de Instalações Sanitárias Moveis e outros serviços relacionados.

SUBCONTRATOS				Orc 2023	
	Euros				
	31/12/2023	31/12/2022	Variação%	31/12/2023	Variação%
Visitação	30 636 €	41 499 €	-26,2%	0 €	n/a
Passeio de Charrete	4 952 €	7 077 €	-30,0%	0 €	n/a
Apicultura	23 466 €	14 366 €	63,3%	0 €	n/a
Atividades com Falcões	19 377 €	5 840 €	231,8%	0 €	n/a
Aluguer de bicicletas	1 626 €	3 484 €	-53,3%	0 €	n/a
Arborismo	4 722 €	884 €	434,1%	0 €	n/a
Cinegética (Análises)	253 €	240 €	5,2%	0 €	n/a
Alojamento Local	14 131 €	3 160 €	347,2%	0 €	n/a
Total	99 162 €	76 550 €	29,5%	94 743 €	4,7%

O aumento da rubrica Subcontratos justifica-se pelo também aumento das Vendas de Prestação de Serviços, tendo ficado também acima do orçamento em cerca de 5% para o período em análise

1.6 – Análise detalhada ao Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas apresentava a seguinte composição:

Quadro Comparativo de C.M.V.M.C.				Orc 2023	
	Euros				
	31/12/2023	31/12/2022	Variação%	31/12/2023	Variação%
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	43 072 €	51 798 €	-16,8%	46 065 €	-6,5%
Total	43 072 €	51 798 €	-16,8%	46 065 €	-6,5%

O facto do CMVMC ser inferior ao exercício anterior, justifica-se pela baixa rotatividade de produtos de loja, e consequentemente redução do volume de vendas.

1.7 – Análise detalhada da rubrica “Gastos com o Pessoal”

Em 2023, os gastos com pessoal aumentaram, relativamente ao ano anterior, em 6,1%.

A variação da rubrica de Gastos com Pessoal é basicamente justificada pelo aumento do nº de colaboradores neste exercício e pelas baixas registadas, bem como pela atualização da RMM.

COMPARAÇÃO GASTOS COM PESSOAL				Orc 2023	
	Euros				
	31/12/2023	31/12/2022	Variação%	31/12/2023	Variação%
Remuneração dos órgãos sociais	53 814 €	54 055 €	-0,4%	54 575 €	-1,4%
Remuneração do pessoal	273 790 €	253 647 €	7,9%	311 488 €	-12,1%
Encargos S/ Remunerações	67 906 €	64 783 €	4,8%	73 598 €	-7,7%
Seguros Pessoal	3 398 €	3 514 €	-3,3%	2 676 €	27,0%
Outros gastos com pessoal:	6 337 €	5 887 €	7,6%	1 635 €	287,5%
Assist Medica	0 €	0 €	n/a	1 635 €	-100,0%
Fardamentos	6 337 €	5 887 €	7,6%	0 €	n/a
Total	405 245 €	381 885 €	6,1%	443 973 €	-8,7%

O total dos Gastos com Pessoal superou o valor do período homologo em 6%, justificado basicamente pelo aumento da RMM, mas abaixo do orçamento em cerca de 9%.

Comparativo de Gastos com o Pessoal



No final de período em análise encontravam-se ao serviço na Tapada Nacional de Mafra 21 pessoas, ou seja, mais um colaborador que em 2022, mas justificada pela ocorrência de uma pessoa em situação de baixa prolongada, conforme anteriormente referido.

55

1.8 – Análise detalhada da rubrica “Outros Gastos e Perdas”

Em 2023, os Outros Gastos e Perdas aumentaram, relativamente ao ano anterior, em 93,9%, justificando-se pelo registo da parcela de IVA não dedutível a custos, assim como assunção da redução de proveito proveniente da alienação de material lenhoso registado em 2022.

OUTROS GASTOS E PERDAS				Orc 2023	
	Euros				
	31/12/2023	31/12/2022	Variação%	31/12/2023	Variação%
Impostos e taxas	77 120 €	41 779 €	84,6%	0 €	n/a
Correcções relativas a anos anteriores	13 098 €	1 371 €	855,3%	0 €	n/a
Quotizações	960 €	960 €	0,0%	0 €	n/a
Outros Não Especificados	445 €	3 152 €	-85,9%	0 €	n/a
Total	91 623 €	47 262 €	93,9%	0 €	n/a

A rubrica “Impostos e taxas” incorpora entre outros, a parcela do IVA não dedutível das compras realizadas

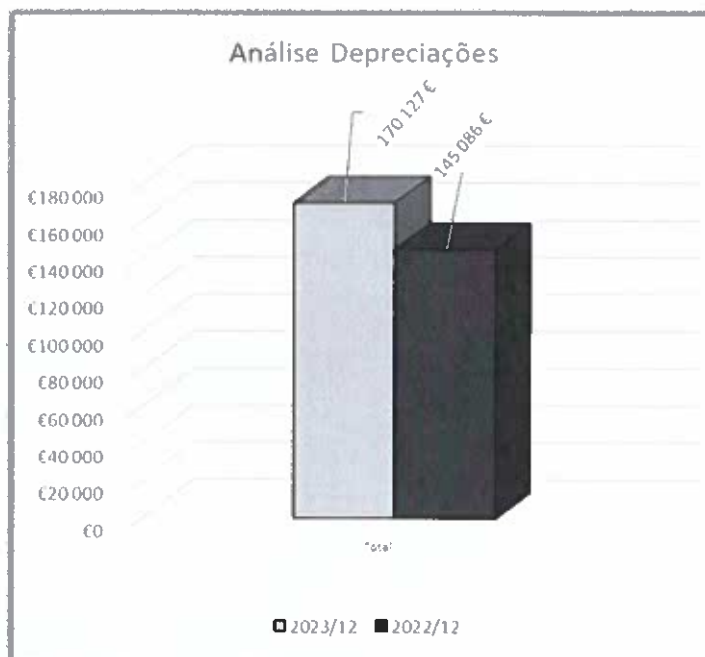
1.9 – Análise detalhada da Rubrica Gastos de Depreciação e de Amortização

No final do período em análise, os gastos em depreciações e amortizações sofreram um aumento de 17,3% face ao mesmo período de 2022, consubstanciados num montante de mais 25.041 €.

Quadro Comparativo de Depreciações				Orc 2023	
	Euros				
	31/12/2023	31/12/2022	Variação%	31/12/2023	Variação%
Depreciações Ativos Fixos	162 494 €	138 698 €	17,2%		
Depreciações Ativos Intangíveis	7 633 €	6 388 €	19,5%		
Total	170 127 €	145 086 €	17,3%	200 291 €	-15,1%

O total das Depreciações superou o valor do período homólogo, face aos investimentos realizados em 2023.

Comparativo de Gastos de Depreciação e Amortização



56

Para o aumento verificado, contribuiu a incorporação, no ativo imobilizado, de vários equipamentos e serviços adquiridos entre 2021 e 2023, ao abrigo dos protocolos celebrados com o Fundo Ambiental no âmbito das “Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação”, com o Turismo de Portugal ao abrigo do Programa Valorizar – Linha de Apoio ao Turismo Acessível com os projetos “Tapada Acessível” e “Tapada em Movimento”, os projetos apoiados pelo PDR 2020 para “Reconversão de eucaliptais em pinhal manso (34,44 ha) e beneficiação de pinhal manso (15 ha)” e “Arborização com pinheiro-manso e medronheiro (18,64 ha)”, e com o projeto do REACT-EU inserido na “Gestão de Combustível nos Territórios Submetidos ao Regime Florestal (Matas Nacionais e Perímetros Florestais) e Consequente Recuperação e Manutenção”.

São ainda consideradas em ativos intangíveis as depreciações referentes ao projeto QREN (De Sintra a Mafra: A natureza em parques e na Grande Tapada).

Os principais investimentos em ativos em 2023 incidiram maioritariamente na gestão e requalificação da floresta, tendo ainda havido uma aposta na área da mobilidade sustentável com a aquisição de dois veículos elétricos de apoio à visitação, bem como na renovação do site da TNM.

1.10 – Balanço

As contas do “caixa” agregam as caixas da loja, o fundo de maneo e a caixa sede, sendo que a loja (total) e o fundo de maneo têm um fundo de caixa permanente de 100 € e 0 €, respetivamente. O caixa registava no final do período em análise um saldo global de 3.300,20 €, repartido do seguinte modo, loja 60 €; caixa fundo de maneo 0 €; bilheteiras 40 € e caixa sede 3.200,20 €, este último depositado em banco no dia 8/1/2024.

O inventário de mercadorias tem um saldo de 33.515 €, do qual fazem parte os serviços Vista Alegre no montante total de 16.784 €, e 16.731 € de material do Núcleo de Apoio/Bar.

Nota: O stock à consignação no valor de 676 € está incluído neste valor.

57

1.11 – Capitais Próprios

Em relação ao fecho do exercício anterior, os Capitais Próprios tiveram um aumento de 659.594 €, justificando-se pelo basicamente pelo acréscimo dos seguintes valores; 500.000 € com origem no Protocolo 2023 celebrado com o Fundo Ambiental, 349.731 € pelo financiamento do REACT-EU, e 168.636 € do financiamento do Turismo de Portugal, bem pela imputação em rendimentos das proporções do tempo, que são acompanhadas pelas depreciações dos bens em que os subsídios ao investimento foram afetos, e pelo resultado positivo do período em 13.948 €.

Demonstração de Variação ao Capital Próprio	
Redução por imputação de Rendimentos	-377 922 €
Aumento por Incorporação de Novos Ativos	1 023 538 €
Resultado Outras Variações ao Capital	645 616 €
Resultado Líquido do Período	13 948 €
Total	659 564 €

A conta de capital Social, a 31 de dezembro de 2023, tem a seguinte composição:

Entidade	Número	%	Valor
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária	8.160	51	40.800,00 €
Camara Municipal de Mafra	3.520	22	17.600,00 €
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	960	6	4.800,00 €
Direção Reg. da Agric. E Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	480	3	2.400,00 €
D.G.T.F.- Direção Geral do Tesouro e Finanças	480	3	2.400,00 €
Clube Português de Monteiro	480	3	2.400,00 €
Liga dos Amigos de Mafra	480	3	2.400,00 €
Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal	480	3	2.400,00 €
Evasão Sem Limites - Aventura e Lazer, Lda. (1)	480	3	2.400,00 €
Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	480	3	2.400,00 €
Total	16.000	100	80.000,00 €

(1) Quota penhorada pelas finanças na Conservatória do Registo Comercial em 02/11/2005, de acordo com a Certidão Permanente da Tapada Nacional de Mafra.

1.12 – Outras variações no capital próprio

A conta de subsídios aumentou 645.615 €, face o período homologado, apresentando um total de 1.941.046 €, que resulta do reconhecimento dos subsídios ao investimento em 2023, onde se incluem os valores recebidos do Fundo Ambiental para as “Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação”, do Turismo de Portugal no âmbito dos projetos “Tapada Acessível” e “Tapada em Movimento”, dos projetos apoiados pelo PDR 2020 para “Reconversão de eucaliptais em pinhal manso (34,44 ha) e beneficiação de pinhal manso (15 ha)” e “Arborização com pinheiro-manso e medronheiro (18,64 ha)”, bem como do projeto do REACT-EU FEDER inserido no programa COMPETE2020 e no âmbito da “Gestão de Combustível nos Territórios Submetidos ao Regime Florestal (Matas Nacionais e Perímetros Florestais) e Consequente Recuperação e Manutenção”, cujo proveito será contabilizado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos, em linha com protocolos celebrados no mesmo âmbito em 2020 e 2022.

1.13 – Passivo

No Passivo, os montantes relativos às contas de outros passivos correntes diminuíram comparativamente a 2022, sendo o seu saldo em 2023 basicamente justificado pela receção de bens e serviços ocorridos em dezembro (conforme referido em 1.9) e pagos em 2024.

1.14 – Rácios Económicos e Financeiros

Do cálculo dos Rácios Económicos e Financeiros, resulta, em termos percentuais:

Tapada Nacional de Mafra

31 de dezembro de 2023

Rácios

Rácios financeiros	Valor		Obs	Notas
	dez/23	dez/22		
Autonomia financeira (Capital Próprio / Ativo)	0,929	0,869	Varia entre 0 e 1	Quanto maior for o seu valor maior é a probabilidade de que os ativos da entidade consigam, em caso de liquidação, cobrir a totalidade das responsabilidades da entidade. Quanto menor for o seu valor maior será a dependência da entidade de capitais alheios para financiar os seus ativos
Endividamento (Passivo / Ativo)	0,071	0,131	Varia entre 0 e 1	O rácio de endividamento determina a proporção ou percentagem de capital alheio utilizado no financiamento das atividades da entidade. Procura avaliar o risco de não cumprimento do serviço de dívida por parte da entidade.
Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo)	13,065	6,608	OK se solvabilidade ≥ 1	Traduz a capacidade da entidade expressa pelos capitais próprios para solver os seus compromissos expressos no passivo, ou seja, o seu endividamento. Uma entidade está solvente quando o seu capital próprio garante a liquidação do seu passivo (solvabilidade ≥ 1). Quando a solvabilidade é < 1 significa que o capital próprio da entidade não assegura a total cobertura do passivo. A insolvência traduz a incapacidade da entidade em fazer face às suas responsabilidades correntes.
Liquidez Geral (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	5,012	2,627	Valor superior a 1	Traduz o grau em que o passivo corrente (até 12 meses) está coberto pelo ativo corrente, ou seja, por ativos que se espera possam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos no mesmo período de tempo que corresponde ao vencimento da dívida (passivo)
Liquidez Reduzida ({ Ativo Corrente - Inventários } / Passivo Corrente)	4,818	2,464	Ok se superior a 1	Traduz a capacidade da entidade para solver os seus compromissos de curto prazo através da transformação dos ativos correntes em meios monetários.
Prazo Médio de Recebimento (Clientes / { Vendas + Prestação de Serviços } x { 1 + IVA }) x 365 dias	16	11	Não deverá ser maior que o Prazo Médio de Pagamentos	Indica qual é o tempo, em dias, que os clientes demoram a pagar as suas obrigações para com a empresa. Quanto menor for esse rácio, mais depressa a empresa recebe os pagamentos dos clientes.
Prazo Médio de Pagamento (Fornecedores / { Compras + FSE } x { 1 + IVA }) x 365 dias	41	61	O melhor é ter prazos de pagamento superiores aos de recebimento, para conseguir aumentar as disponibilidades.	Indica qual é o tempo, em dias, que a empresa demora a pagar as suas obrigações. Quanto menor for esse rácio, mais depressa a empresa paga aos fornecedores.

O aumento do rácio de solvabilidade de 6,608 em 2022 para 13,065 em 2023, justifica-se basicamente pelo aumento das Outras Variações Capital Próprio em 645 k€ (Capital Próprio), e pela diminuição da Dívida a Outros Sujeitos Passivos em 73 k€ (Passivo).

Rácios

	Valor		Obs	Notas
Rácios Económicos	dez/23	dez/22		
Margem de contribuição das vendas (((vendas + PS) - CMV) ou ((vendas + PS) - (CMV + FSE)) / Vendas e Serviços Prestados)	0,488	0,575		Traduz o excedente que resulta das vendas e serviços prestados pela entidade
Rendibilidade operacional das vendas (EBITDA / Vendas e Serviços Prestados)	0,379	0,290		Quanto maior o indicador mais rentável é a entidade
Valor Acrescentado Bruto (VAB) (Vendas e Serviços Prestados + Subsíd Exploração + Variação Inventários da Produção + Trab. Própria Entidade - CMVMC - FSE)	469 789 €	449 180 €		Traduz a riqueza criada pela entidade no decurso do exercício
Rácios económico-financeiros				
Rendibilidade bruta do ativo (EBITDA / Ativo(n-1))	10,061%	28,548%		Traduz o grau de remuneração do investimento total proporcionado pelo resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

1.15 – Resultados do Exercício

A Demonstração de Resultados, do período em análise, evidencia um resultado líquido do período, positivo, de 13.948€, sendo que em igual período do ano de 2022, o resultado alcançado foi negativo, no valor de 3.608€.

Os Ganhos Operacionais atingiram o montante de 618.880 €, e representam um acréscimo de 6,5 % face ao ano transato, resultado do aumento de Vendas e Serviços em 0,2%, bem como de Subsídios à Exploração em 39,6%, no exercício de 2023.

O Cash-Flow Operacional reflete a diferença entre os proveitos e os gastos operacionais, consubstanciando o seu valor 185.784 € € pelo aumento do volume das receitas.

Indicadores Económicos	dez/23	dez/22	%
Rendimentos	933 179 €	778 422 €	19,9%
Ganhos Operacionais	618 880 €	581 087 €	6,5%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	185 784 €	141 661 €	31,1%
Margem EBITDA	30%	24%	23,1%

A Margem EBITDA positiva indica uma clara recuperação dos recursos da empresa no decorrer das atividades operacionais em 2023, não obstante os gastos operacionais terem sido superiores à receita.



1.16 – Proposta de aplicação de resultados

Face aos resultados positivos do exercício, no montante de 13.948,00 €, que obrigará à constituição das Reservas abaixo indicadas, a Direção propõe:

- Reserva legal ao abrigo Art.39º dos Estatutos – 2 789,60 €
- Reserva para educação e formação cooperativa ao abrigo Art.40º dos Estatutos – 697,40 €:
- Transferir o valor de 10.461,00 € para a conta de resultados transitados.

1.17 – Acontecimentos Após Fecho de Contas

No âmbito da intenção do Cooperador “Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.” (INIAV) de transmitir 45% dos seus títulos de participação na Cooperativa, no valor de 36 000.00 € (trinta de seis mil euros), ao Cooperador “Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas I.P.” (ICNF), procedimento que tido o disposto no n.º I do artigo 8.º dos Estatutos e no n.º I do art.º 86.º do Código Cooperativo, dá-se nota que a liquidação da transmissão das quotas foi já concretizada pelo ICNF junto do INIAV, em 2024, tramitando-se agora os respetivos registos.

Mais se declara para os devidos efeitos que a Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada – não possui qualquer pagamento em mora ao Estado e a outras entidades públicas (Autoridade Tributária e Segurança Social).

A Direção da Tapada Nacional de Mafra – C.I.P.R.L

03. Demonstrações Financeiras e Anexos às Demonstrações Financeiras





Execução Orçamental

A TNM como Entidade Pública Reclassificada, consequentemente equiparada, para efeitos de contas nacionais, a um serviço com Autonomia Administrativa e Financeira da Administração Central do Estado, pugna por cumprir um conjunto de disposições legais, associados à gestão administrativa e financeira/ orçamental, designadamente e entre outras, com as necessárias adaptações:

Regime da Administração Financeira do Estado – Decreto-lei n.º 155/92, de 28 de julho;

Circulares da DGO relativas à elaboração e execução anual do orçamento;

Prestação de informação nos termos da Lei do Orçamento de Estado e Normas de Execução Orçamental.

TAPADA NAC.MAFRA
C.TURIST.,CINEG.DE
E.AMB.COOP.INT.PUB.E DE RESP.LDA

Balanço - (modelo reduzido) em 31-12-2023
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.550.702,81	1.193.507,35
Ativos intangíveis	5	14.562,70	11.744,09
Investimentos financeiros	9	3.091,71	3.649,69
		1.568.357,22	1.208.901,13
Ativo corrente			
Inventários	6	33.515,19	39.632,65
Clientes	9	36.041,46	17.275,57
Estado e outros entes públicos	14	1.610,36	4.478,42
Outros créditos a receber	9	517.014,94	322.349,95
Diferimentos	13	842,83	1.264,95
Caixa e depósitos bancários	15	290.199,96	252.611,20
		879.224,74	637.612,74
Total ativo		2.447.581,96	1.846.513,87
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	9	80.000,00	80.000,00
Reservas legais	9	196.281,12	196.281,12
Outras reservas	9	483.304,60	483.304,60
Resultados transitados	9	(451.212,61)	(447.604,67)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	8	1.941.046,16	1.295.430,32
Resultado líquido do período		13.947,54	(3.607,94)
Total do capital próprio		2.263.366,81	1.603.803,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	23.255,74	23.092,59
Estado e outros entes públicos	14	10.952,69	8.559,74
Diferimentos	13	29.158,80	29.158,80
Outros passivos correntes	9	120.847,92	181.899,31
		184.215,15	242.710,44
Total do passivo		184.215,15	242.710,44
Total do capital próprio e do passivo		2.447.581,96	1.846.513,87

A Direção

Contabilista Certificado N° 59659

TAPADA NAC.MAFRA
C.TURIST.,CINEG.DE
E.AMB.COOP.INT.PUB.E DE RESP.LDA

Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo reduzido) do
período findo em 31-12-2023
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	7	491.688,34	488.590,13
Subsídios à exploração	8	129.122,84	92.496,50
Trabalhos para a própria entidade	7	101.436,14	75.707,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(43.071,84)	(51.797,96)
Fornecimentos e serviços externos	7	(207.455,20)	(155.816,43)
Gastos com o pessoal	10	(405.245,41)	(381.884,80)
Outros rendimentos	7;8	212.862,51	121.627,81
Outros gastos	7	(93.553,78)	(47.262,49)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		185.783,60	141.660,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(170.126,60)	(145.085,89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.657,00	(3.425,25)
Resultado antes de impostos		15.657,00	(3.425,25)
Imposto sobre o rendimento do período	14	(1.709,46)	(182,69)
Resultado líquido do período		13.947,54	(3.607,94)

A Direção

Contabilista Certificado Nº 59659

Tapada Nacional de Mafra – CIPRL

5. Demonstração de Fluxos Caixa

	dez-23	dez-22
<i>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</i>		
Recebimentos de clientes	472.047	491.871
Pagamentos a fornecedores	-310.614	-163.153
Pagamentos ao pessoal	-258.585	-372.484
Caixa gerada pelas operações	-97.152	-43.766
Pagamento recebimento do imposto e rendimento	-1.348	-792
Outros recebimentos/pagamentos	672.486	437.439
Fluxos de Caixa das Ativid. Operacionais (1)	573.988	992.880
<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</i>		
Pagamentos respeitantes a		
Activos fixos tangíveis	-535.997	-552.015
Activos intangíveis		-1.839
Investimentos financeiros		
Outros activos		
	-535.997	-553.854
Recebimentos provenientes de		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
	0	0
Fluxos de Caixa das Ativid. Investimento (2)	-535.997	-553.854

	dez-23	dez-22
<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</i>		
Recebimentos provenientes de		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e outros instrumentos CP		
Cobertura de prejuizos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
	0	0
Pagamentos respeitantes a		
Financiamentos obtidos		
Juros e ganhos similares	-401	-233
Dividendos		
Reduções de capital e outros instrumentos CP		
Outras operações de financiamento		
	-401	-233
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-401	-233
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	37.588	-161.206
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	252.611	413.818
Caixa e seus equivalentes no fim do período	290.200	252.611

TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individual - Exercício de 2023

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2023	1	Notas	80.000,00	196.281,12	483.304,60	(447.604,67)	-	1.295.430,32	(3.607,94)	1.603.803,43
Alterações no período										
Aplicação dos Resultados			-	-	-	(3.607,94)	-	-	3.607,94	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	-	-	645.615,84	-	645.615,84
	2		-	-	-	(3.607,94)	-	645.615,84	3.607,94	645.615,84
Resultado Líquido do Período	3								13.947,54	13.947,54
Resultado Integral	4 = 2 + 3								13.947,54	659.563,38
Posição no Fim do Período 2023	6 = 1 + 2 + 3 + 4		80.000,00	196.281,12	483.304,60	(451.212,61)	-	1.941.046,16	13.947,54	2.263.366,81

Para ver lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Tapada de Mafra, 09 de Março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TAPADA NAC.MAFRA C.TURIST.,CINEG.DE
E.AMB.COOP.INT.PUB.E DE RESP.LDA

ANO : 2023

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade

- 1.1 Dados de identificação

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1 Referencial contabilístico utilizado

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- 3.1 Principais políticas contabilísticas

4 - Ativos fixos tangíveis

- 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
4.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

5 - Ativos intangíveis

- 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis
5.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

6 - Inventários

- 6.1 Quantia escriturada de inventários

7 - Rendimentos e gastos

- 7.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
7.2 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
7.3 Outras divulgações

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

- 8.1 Natureza e extensão das entidades públicas
8.2 Outras divulgações

9 - Instrumentos financeiros

- 9.1 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor
9.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio, conforme quadro seguinte:
9.3 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço
9.4 Outras divulgações

10 - Benefícios dos empregados

- 10.1 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
10.2 Outras divulgações

11 - Acontecimentos após a data do balanço

- 11.1 Outras divulgações

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período

12.2 Informação por atividade económica

12.3 Informação por mercado geográfico

12.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

13 - Outras divulgações

13.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

14 - Impostos e contribuições

14.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

14.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

15 - Fluxos de caixa

15.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:



Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: TAPADA NAC.MAFRA C.TURIST.,CINEG.DE E.AMB.COOP.INT.PUB.E DE RESP.LDA

Lugar da sede social: TAPADA NACIONAL DE MAFRA - PORTÃO CODEÇAL

Endereço eletrónico: geral@tapadademafra.pt

Página da internet: <https://tapadademafra.pt>

Natureza da atividade: Prestação de serviços diversos ligados a atividades associativas, bem como relacionadas com caça, parques de diversão e temáticas.

A entidade tem data de constituição de 2 de setembro de 1998.

72

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 50000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Redito da Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito

de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	311.523,44	1.870.290,42	446.578,55	707.486,38	78.471,50		63.681,17	3.035,00		3.481.066,46
Depreciações acumuladas	27.103,58	1.542.882,88	179.892,61	427.058,28	68.662,62		41.959,14			2.287.559,11
Saldo no início do período	284.419,86	327.407,54	266.685,94	280.428,10	9.808,88		21.722,03	3.035,00		1.193.507,35
Variações do período	367.626,16	(37.548,24)	(4.686,60)	13.326,26	8.507,32		13.005,56	(3.035,00)		357.195,46
Total de aumentos	378.705,69		41.052,05	69.932,56	15.273,54		23.852,92	277.269,55		806.086,31
Aquisições em primeira mão			41.052,05	68.790,00	15.273,54		18.197,25	277.269,55		420.582,39
Trabalhos para a própria entidade	101.436,14									101.436,14
Outros aumentos	277.269,55			1.142,56			5.655,67			284.067,78
Total diminuições	11.079,53	37.548,24	45.738,65	56.606,38	6.766,22		10.847,36	280.304,55		448.890,85
Depreciações do período	11.079,53	37.548,24	45.738,65	53.985,63	4.437,22		9.704,80			162.494,07
Outras diminuições				2.620,67	2.329,00		1.142,56	280.304,55		286.396,78
Outras transferências					0,00					0,00
Saldo no fim do período	652.046,02	289.859,30	261.999,34	293.754,36	18.316,20		34.727,59			1.550.702,81
Valor bruto no fim do período	690.229,13	1.870.290,42	487.630,60	773.655,71	91.416,04		87.534,09			4.000.755,99
Depreciações acumuladas no fim do período	38.183,11	1.580.431,12	225.631,26	479.901,35	73.099,84		52.806,50			2.450.053,18

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	235.815,56	1.867.790,42	344.098,56	707.486,38	76.612,13		55.283,15			3.287.086,20
Depreciações acumuladas	16.655,23	1.505.249,64	153.269,97	374.096,05	65.877,05		33.712,82			2.148.860,76
Saldo no início do período	219.160,33	362.540,78	190.828,59	333.390,33	10.735,08		21.570,33			1.138.225,44
Variações do período	65.259,53	(35.133,24)	75.857,35	(52.962,23)	(926,20)		151,70	3.035,00		55.281,91
Total de aumentos	75.707,88	2.500,00	102.479,99		1.859,37		8.807,74	3.035,00		194.389,98
Aquisições em primeira mão	75.707,88	2.500,00	102.479,99		1.859,37		8.398,02	3.035,00		193.980,26
Outros aumentos							409,72			409,72
Total diminuições	10.448,35	37.633,24	26.622,64	52.962,23	2.785,57		8.656,04			139.108,07
Depreciações do período	10.448,35	37.633,24	26.622,64	52.962,23	2.785,57		8.656,04			138.698,35
Outras diminuições				409,72						409,72
Outras transferências				0,00						0,00
Saldo no fim do período	284.419,86	327.407,54	266.685,94	280.428,10	9.808,88		21.722,03	3.035,00		1.193.507,35
Valor bruto no fim do período	311.523,44	1.870.290,42	446.578,55	707.486,38	78.471,50		63.681,17	3.035,00		3.481.066,46
Depreciações acumuladas no fim do período	27.103,58	1.542.882,88	179.892,61	427.058,28	68.662,62		41.959,14			2.287.559,11

5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		81.197,16	12.152,29		1.495,00			94.844,45
Amortizações acumuladas totais no fim do período		74.052,09	5.482,16		747,50			80.281,75
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		78.470,02	4.428,29		1.495,00			84.393,31
Amortizações acumuladas		68.165,44	4.110,03		373,75			72.649,22
Saldo no início do período		10.304,58	318,26		1.121,25			11.744,09
Varições do período		(3.159,51)	6.351,87		(373,75)			2.818,61
Aquisições em primeira mão		2.727,14	3.604,00			4.120,00		10.451,14
Outros aumentos			4.120,00					4.120,00
Total de aumentos		2.727,14	7.724,00			4.120,00		14.571,14
Amortizações do período		5.886,65	1.372,13		373,75			7.632,53
Outras diminuições						4.120,00		4.120,00
Total diminuições		5.886,65	1.372,13		373,75	4.120,00		11.752,53
Saldo no final do período		7.145,07	6.670,13		747,50			14.562,70

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		78.470,02	4.428,29		1.495,00			84.393,31
Amortizações acumuladas totais no fim do período		68.165,44	4.110,03		373,75			72.649,22
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		78.470,02	4.428,29					82.898,31
Amortizações acumuladas		62.469,80	3.791,88					66.261,68
Saldo no início do período		16.000,22	636,41					16.636,63
Varições do período		(5.695,64)	(318,15)		1.121,25			(4.892,54)
Aquisições em primeira mão					1.495,00			1.495,00
Total de aumentos					1.495,00			1.495,00
Amortizações do período		5.695,64	318,15		373,75			6.387,54
Total diminuições		5.695,64	318,15		373,75			6.387,54
Saldo no final do período		10.304,58	318,26		1.121,25			11.744,09

6 - Inventários

6.1. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	39.632,65		39.632,65	38.523,37		38.523,37
Compras	38.731,45	6.854,83	45.586,28	45.719,32	13.356,10	59.075,42
Reclassificação e regularização de inventários	(8.631,90)		(8.631,90)	(6.168,18)		(6.168,18)
Inventários finais	33.515,19		33.515,19	39.632,65		39.632,65
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	36.217,01	6.854,83	43.071,84	38.441,86	13.356,10	51.797,96
OUTRAS INFORMAÇÕES						

79

7 - Rendimentos e gastos

7.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	51.791,78	81.452,69
Prestação de serviços	439.896,56	407.137,44
Total	491.688,34	488.590,13

7.2. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	99.162,36	76.549,98
Serviços especializados	58.910,12	34.158,26
Trabalhos especializados	22.907,36	13.482,02
Publicidade e propaganda	5.692,20	1.316,50
Vigilância e segurança	606,48	1.889,84
Honorários	2.845,00	2.140,00
Comissões	4.207,76	4.935,10
Conservação e reparação	22.651,32	10.394,80
Materiais	3.991,78	4.482,47
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.612,55	2.777,45
Material de escritório	1.347,23	1.705,02
Artigos para oferta	32,00	
Energia e fluidos	20.931,93	19.481,72
Electricidade	4.755,77	4.615,05
Combustíveis	12.158,53	11.689,02
Água	3.841,41	3.005,56
Outros	176,22	172,09
Deslocações, estadas e transportes	244,84	
Deslocações e estadas	244,84	
Serviços diversos	24.214,17	21.144,00
Rendas e alugueres	5.732,07	3.840,20
Comunicação	4.249,91	3.727,69
Seguros	7.784,92	8.301,38
Contencioso e notariado	220,00	130,00
Limpeza, higiene e conforto	5.381,27	4.988,65
Outros serviços	846,00	156,08
Total	207.455,20	155.816,43

7.3.

Outras divulgações

Trabalhos para a própria Entidade

31/dez/2023

Em ativo

Conservação Florestal - 101.436

31/dez/2022

Em ativo

Conservação Florestal - 75.708

Outros rendimentos

31/dez/2023

Rendimentos suplementares - 15.302

Correções relativos a períodos anteriores - 22.854

Imputação de Subsídios ao Investimento - 174.600

Donativos - 0

Outros Rendimentos-106

Total

212.862

31/dez/2022

Rendimentos suplementares - 21.224	
Correções relativos a períodos anteriores - 6.509	
Imputação de Subsídios ao Investimento - 91.800	
Donativos - 0	
Outros Rendimentos-2.095	
Total	121.628

Outros gastos
31/dez/2023

Impostos - 77.085	
Outros Gastos -16.068	
Outros Gastos Financeiros - 401	
Total	93.554

31/dez/2022

Impostos - 41.779	
Perdas em Inventário - 2.789	
Outros Gastos -2.461	
Outros Gastos Financeiros - 233	
Total	47.262

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas
8.1. Natureza e extensão das entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reconhecidas no capital próprio, no período findo em 31 de dezembro de 2023, foram como segue:

Subsídios ao Investimento	Saldo 01/01/2023	Aumentos	Reduções	Saldo 31/12/2023
FSUE	7.593		7.593	0
Fundo Ambiental-Protocolo coop. 2020	300.812		33.063	267.749
Fundo Ambiental-Protocolo coop. 2021	294.592		44.605	249.987
Turismo de Portugal	165.755		98.375	67.308
PDR 2020-815-054349	49.100		6.823	42.277
PDR 2020-811-065055	20.231	3.502	987	22.746
ICNF-Protocolo Fundo Ambien. FX 4220	457.347		90.206	367.141
React-EU Compete 2020	-	349.732	59.493	290.239
ICNF-Fundo Ambiental 2023	-	500.000	24.037	475.963
Turismo Portugal P094417	-	168.637	11.073	157.563
Total	1.295.430	1.021.871	376.255	1.941.046

8.2. Outras divulgações

Os subsídios relacionados com rendimentos a exploração, foram como segue:

Subsídios a exploração	31/dez/2023	31/dez/2022
Sapadores	55.000	45.000
IEFP	1.158	4.703
IFAP	3.092	250
ICNF-Inst.Conserv. Natureza	0	4.000
ICNF-Fundo ambiental FX42	40.689	38.543
ICNF-Apoio Equip. Sapadores	4.166	0
Fundo Ambiental 2023	24.037	0
React EU Compete 2020	979	0
Total	129.123	92.496

82

9 - Instrumentos financeiros

9.1. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

A rubrica **Investimentos Financeiros**, inclui investimentos nas seguintes entidades:

31/dez/2023

Não Corrente

Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	2.593
CCAM	499
Perdas por imparidade acumuladas	—
TOTAL -	3.092

31/dez/2022

Não Corrente

Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	3.151
CCAM	499
Perdas por imparidade acumuladas	—
TOTAL -	3.650

9.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio, conforme quadro seguinte:

Nos quadros abaixo, não está refletido o resultado líquido do exercício.

Em 2022 o valor negativo de 3.607,94

Em 2023 o valor positivo de 13.947,54

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	80.000,00			80.000,00
Reservas	679.585,72			679.585,72
Reservas legais	196.281,12			196.281,12
Outras reservas	483.304,60			483.304,60
Resultados transitados	(447.604,67)		(3.607,94)	(451.212,61)
Outras variações nos capitais próprios	1.295.430,32		645.615,84	1.941.046,16
Subsídios	1.295.430,32		645.615,84	1.941.046,16
Total	1.607.411,37		642.007,90	2.249.419,27

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	80.000,00			80.000,00
Reservas	679.585,72			679.585,72
Reservas legais	196.281,12			196.281,12
Outras reservas	483.304,60			483.304,60
Resultados transitados	(443.008,43)		(4.596,24)	(447.604,67)
Outras variações nos capitais próprios	925.773,73		369.656,59	1.295.430,32
Subsídios	925.773,73		369.656,59	1.295.430,32
Total	1.242.351,02		365.060,35	1.607.411,37

9.3. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

Dividas a Fornecedores

	31/dez/2023	31/dez/2022
Fornecedores Conta Corrente	23.256	23.093
Outros Passivos Correntes (Corrente)	31/dez/2023	31/dez/2022
Fornecedores de Investimento	45.401	121.036
Credores por acrescimo de Gastos	56.693	50.089
Pessoal	255	161
Outras contas a pagar	<u>18.499</u>	<u>10.613</u>
Total	120.848	181.899

9.4. Outras divulgações

Dividas de Clientes (Corrente)

31/dez/2023

Clientes Conta Corrente - 36.041

31/dez/2022

Clientes Conta Corrente - 17.276

Outros Creditos a receber (Corrente)

31/dez/2023

Devedores por acrescimos de rendimentos - 25.055

Fornecedores - 403

Outros creditos a receber - 491.557

Total - 517.015

31/dez/2022

Devedores por acrescimos de rendimentos - 9.675

Fornecedores - 1.785

Outros creditos a receber - 310.890

Total - 322.350

Os montantes de "outros creditos a receber" são essencialmente reconhecimentos de subsidios.

10 - Beneficios dos empregados

10.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	405.245,41	381.884,80
Remunerações dos órgãos sociais	53.814,11	54.054,72
Remunerações do pessoal	273.790,39	253.646,99
Encargos sobre as remunerações	67.906,29	64.782,61
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.397,81	3.513,95
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	6.336,81	5.886,53

10.2. Outras divulgações

O número medio de empregados da Entidade no periodo de 2023 foi de 20 e em 2022 foi de 19.

Nº de Trabalhadores

2023

Tapada nacional de Mafra

Técnicos-3

Administrativos -7

Limpeza-1

Sapadores-6

Motoristas-2

Presidente da Direção-1

Total 20

2022

**Tapada nacional de
Mafra**

Técnicos-3
Administrativos -6
Limpeza-1
Sapadores-6
Motoristas-2

Presidente da Direção-1

Total

19

85

11 - Acontecimentos após a data do balanço

11.1. Outras divulgações

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até a elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período

12.2. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	51.791,78	51.791,78
De mercadorias	50.143,47	50.143,47
De ativos biológicos	1.648,31	1.648,31
Prestações de serviços	439.896,56	439.896,56
Compras	45.586,28	45.586,28
Fornecimentos e serviços externos	207.455,20	207.455,20
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	43.071,84	43.071,84
Mercadorias	36.217,01	36.217,01
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	6.854,83	6.854,83
Gastos com o pessoal	405.245,41	405.245,41
Remunerações	327.604,50	327.604,50
Outros gastos	77.640,91	77.640,91
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	1.550.702,81	1.550.702,81
Propriedades de investimento		

12.3. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	51.450,53	341,25		51.791,78
Prestações de serviços	439.896,56			439.896,56
Compras	40.917,83	4.668,45		45.586,28
Fornecimentos e serviços externos	204.803,46	2.005,74	646,00	207.455,20
Aquisições de ativos fixos tangíveis	522.018,53			522.018,53
Aquisições de ativos intangíveis	10.451,14			10.451,14
Rendimentos suplementares:	15.301,55			15.301,55
Outros rendimentos suplementares	15.301,55			15.301,55

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	81.452,69			81.452,69
Prestações de serviços	407.137,44			407.137,44
Compras	59.075,42	6.779,52		59.075,42
Fornecimentos e serviços externos	155.816,43	1.157,69		155.816,43
Rendimentos suplementares:	21.224,40			21.224,40
Outros rendimentos suplementares	21.224,40			21.224,40

12.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A direção informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.



Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direcção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

13 - Outras divulgações

13.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

87

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos da rubrica Diferimentos do Ativo e do Passivo foram como segue:

31/dez/2022

Ativo	
Seguros	1.265
Passivo	
Subsidios à exploração	29.159

31/dez/2023

Ativo	
Seguros	843
Passivo	
Subsidios à exploração	29.159

14 - Impostos e contribuições

14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	15.657,00	(3.425,25)
Imposto corrente	1.709,46	182,69
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	1.709,46	182,69
Tributações autónomas	18,60	365,38
Taxa efetiva de imposto	10,91	(5,33)

14.2.

Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	2.695,58	1.709,46	2.660,60	182,69
Pagamentos por conta	1.855,58		1.890,60	
Pagamentos especiais	1.855,58		1.890,60	
Retenções efetuadas por terceiros	840,00		770,00	
Imposto estimado		1.709,46		182,69
Retenção de impostos sobre rendimentos		2.136,33		2.223,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		1.477,71	2.000,51	
Contribuições para a Segurança Social		7.338,65		6.279,20
Outras tributações	624,24			57,54
Total	3.319,82	12.662,15	4.661,11	8.742,43

15 - Fluxos de caixa

15.1.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Debitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.018,25		(281,95)	3.300,20
Depósitos à ordem	249.592,95		(37.306,81)	286.899,76
Outros depósitos bancários				
Total	252.611,20		(37.588,76)	290.199,96

04. Certificação de Saldos de Disponibilidades – Conta IGCP



CERTIDÃO DE SALDO CONTABILÍSTICO

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. pessoa coletiva nº 503 756 237, certifica que o saldo contabilístico da conta bancária com o IBAN PT50 0781 0112 0112 0014 7095 4 e designação de "Tapada Nacional de Mafra", domiciliada na tesouraria do Estado e titulada por TAPADA NACIONAL DE MAFRA, pessoa coletiva nº 504 295 071, em 31 de dezembro de 2023, é de 286.899,76 EUR (duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa e nove euros e setenta e seis cêntimos).

Serviço de Gestão de Contas de Clientes, em 9 de janeiro de 2024 às 14:48

05. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Parecer do Conselho Fiscal
Contas do Exercício de 2023

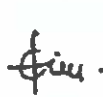
Aos membros da Tapada Nacional de Mafra, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada;

1. A Tapada Nacional de Mafra, CIPRL, deve, nos termos da alínea c) do artigo 29º dos Estatutos aprovados e em vigor, apreciar e votar, até 31 de março de cada ano, o balanço e o relatório e as contas da direção relativos ao exercício do ano anterior.
2. Nesse contexto, o Conselho Fiscal vem apresentar a V.Exas. o seu parecer sobre os documentos referentes ao Relatório de Contas e Demonstrações Financeiras de 2023.
3. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Atividades e Contas de 2023, tendo sido efetuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas, tendo-se recebido, da parte da Direção, a colaboração, elementos adicionais e esclarecimentos solicitados.
4. Considerando todos os dados que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos do parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Contas e respetivas Demonstrações Financeiras, propostos pela Direção, relativos ao exercício de 2023.

A acrescentar, de salientar e agradecer a colaboração recebida da Direção e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de trabalhar neste contexto.

Em 19 de março de 2024.

O Conselho Fiscal,

 DÁLIA DA
CONCEIÇÃO
GRAÇA RIBEIRO
2024.03.20
13:00:33 Z

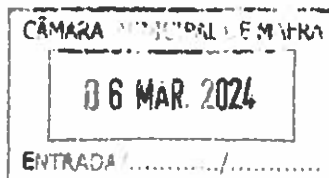
Dália Ribeiro

Pedro Mendes





De: 2 instâncias ao representante
do Município na A.G.
p/ votar favoravelmente
os pontos constantes na
O.T.



214

localização é valor!

A reunião para
Ratificação
26/3/2024
A Vice-Pres. de
Admin. Mun.

Ex.mo(a) Senhor(a) Presidente
Câmara Municipal de Mafra
Eng.º Hélder de Sousa Silva
Praça do Município
2640-403 Mafra

MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.

CONVOCATÓRIA

Assembleia-geral Ordinária

Natureza Jurídica: Sociedade Anónima

Sede: Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3º Piso B, Porto Salvo, Oeiras

NIPC: 504475606

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 504475606

Capital Social: € 3.236.678,67 (três milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e setenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos)

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, são convocados todos os acionistas da “Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.”, para reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 27 de março de 2024, pelas 11 horas, na sede social, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os documentos disponíveis, nos termos legais, na sede social.

Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

Ponto Três: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Ponto Quatro: Ratificar a nomeação da Dra. Madalena Castro para o cargo de vogal do Conselho de Administração por renúncia do anterior administrador.

Ponto Cinco: Eleger os membros dos órgãos sociais para o triénio 2024-2026.

Ponto Seis: Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse para a Sociedade.

Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Taguspark Av. Prof. Cavaco Silva Edifício Ciência II n.º 11-3.ºB 2740-120 Porto Salvo Oeiras Portugal Tel (351) 214 228 200

info@municipla.pt www.municipla.pt

NIF 504 475 606 CAPITAL SOCIAL 3 236 678,67€ CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL CASCAIS



[38.737182, -9.304986]

Os documentos respeitantes à Ordem de Trabalhos estarão à disposição dos acionistas, na sede social, ou através de meios eletrónicos, a partir dos quinze dias anteriores à realização da Assembleia.

Mais se declara, nos termos dos estatutos que:

- A) A cada grupo de duzentas e uma ações corresponde um voto, podendo participar na Assembleia os acionistas que tiverem direito a, pelo menos, um voto;
- B) Os acionistas podem fazer-se representar na Assembleia, nos termos da lei;

Oeiras, 05 de março de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'L' followed by a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right.

(Dr. Luís Miguel Gavinhos)

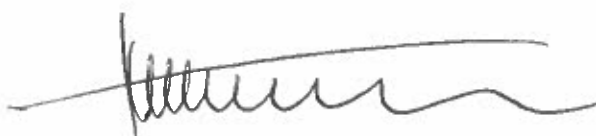
Assembleia Geral

27 de março 2024
(11h)

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e votação do relatório de gestão e do relatório e contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
2. Discussão e votação da proposta de aplicação de resultados;
3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;
4. Ratificar a nomeação da Dra. Madalena Castro para o cargo de vogal do Conselho de Administração por renúncia do anterior administrador;
5. Eleger os membros dos órgãos sociais para o triénio 2024-2026;
6. Discussão de outros assuntos de relevância para a Sociedade.

Oeiras, 27 de março de 2024

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke at the end.

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA

MUNICÍPIA E.M., S.A.

27 DE MARÇO DE 2024

Proposta de Deliberação número um de dois mil e vinte e quatro

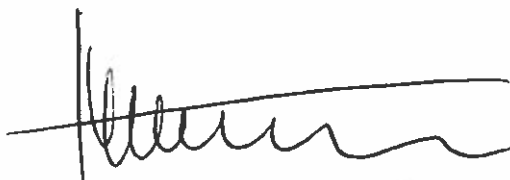
ASSUNTO: Discussão e votação do relatório de gestão e do relatório e contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-geral,

O Conselho de Administração, propõe para votação o relatório de gestão e relatório e contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que evidenciam um resultado líquido negativo de 820.475,59 euros, conforme documentos disponibilizados à Assembleia, devidamente assinados pela Administração e pelo ROC da Sociedade.

Oeiras, 27 de março de 2024

O Presidente do Conselho de Administração,



(Luís Miguel Silva)

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA
MUNICÍPIA E.M., S.A.
27 de MARÇO DE 2024

Proposta de Deliberação número dois de dois mil e vinte e quatro

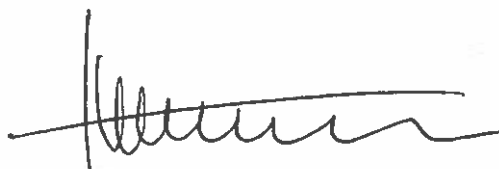
ASSUNTO: Discussão e votação da proposta de aplicação de resultados

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-geral,

Após conclusão do exercício económico de 2023 e aprovação do relatório e contas, o Conselho de Administração, propõe que seja deliberado que o resultado líquido apurado de -820.474,59 euros, seja transferido para a conta de "Resultados Transitados".

Oeiras, 27 de março de 2024

O Presidente do Conselho de Administração,



(Luís Miguel Silva)

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA
MUNICÍPIA E.M., S.A.
27 de MARÇO de 2024

Proposta de Deliberação número três de dois mil e vinte e quatro

ASSUNTO: Voto de louvor à Administração

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-geral,

Em função do desempenho e da estratégia demonstrada, propõe-se que a Assembleia-geral reitere um voto de louvor a cada um dos seus membros e à Administração no seu conjunto.

Oeiras, 27 de março de 2024

O Sócio proponente,

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA
MUNICÍPIA E.M., S.A.
27 DE MARÇO DE 2024

Proposta de Deliberação número quatro de dois mil e vinte e quatro

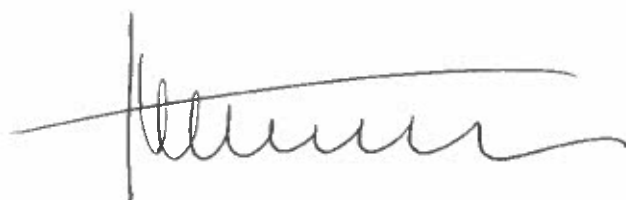
ASSUNTO: Ratificar a nomeação da Dra. Madalena Castro para o cargo de vogal do Conselho de Administração por renúncia do anterior administrador

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-geral,

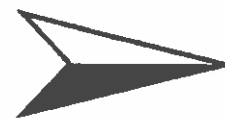
Tendo o Sr. Rui Manoel da Graça Cóias renunciado ao cargo de vogal do Conselho de Administração para o triénio 2021-2023, submete-se para ratificação da Assembleia Geral, a cooptação da Dra. Maria Madalena Pereira da Silva Castro, deliberada em 11 de janeiro de 2024, para o mandato em curso.

Oeiras, 27 de março de 2024

O Presidente do Conselho de Administração,



(Luís Miguel Silva)



Município[®]

25

Relatório e Contas 2023





ÍNDICE

1	Órgãos Sociais	4
2	Relatório de Gestão.....	6
2.1.	Mensagem do Diretor Geral.....	7
2.2.	Atividade Desenvolvida	12
2.3.	Certificações Técnicas e Marcas Registadas.....	29
2.4.	Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)	31
2.5.	Recursos Humanos	32
2.6.	Evolução Económico-Financeira.....	36
2.7.	Proposta de aplicação de resultados.....	46
3	Contas do exercício	48
4	Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2023....	58

1 | Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Miguel dos Reis Silva Rep. CM Oeiras

Presidente

Maria Madalena Pereira da Silva Castro Rep. CM Oeiras

Administrador

João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gaia

Administrador

FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva Rep. Diz & Associados, SROC, Lda

Membro Efetivo

SROC nº 118



Município[®]

Handwritten signature
B
—

Relatório de Gestão 2023



2 | Relatório de Gestão

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2023.

2.1. Mensagem do Diretor Geral

O exercício económico de 2023 ficou marcado pela inversão dos resultados financeiros. Registámos um comportamento de melhoria significativa nos principais indicadores, apesar dos resultados negativos do exercício.

O volume de negócios cresce 15%, o resultado líquido cresce 22%, o volume de negócios por trabalhador cresce 64%, a liquidez geral situa-se em 1,7, com um crescimento de 21% relativamente a 2022. A Autonomia Financeira é de 63,3%, verificando-se um crescimento de 20,6% e a Solvabilidade apresenta um crescimento de 49,2% situando-se em 1,79.

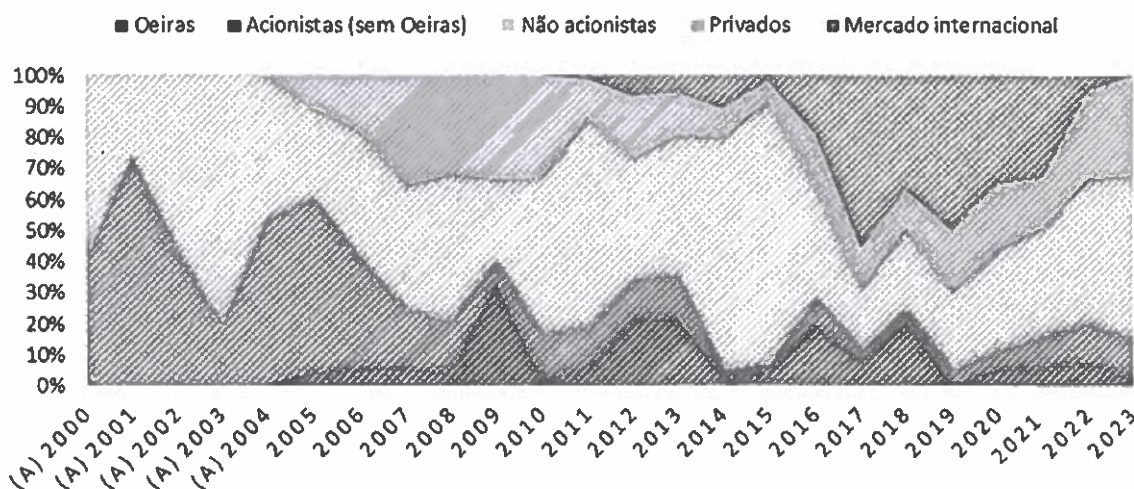
A evolução dos indicadores reflete o esforço de reversão dos resultados de 2022, apesar do contexto de recessão generalizado do mercado nacional e internacional.

Em 2023 cerca de 60% dos contratos públicos do setor onde atuamos não tiveram resolução, estão em conflito. Assistimos a um crescimento de projetos de cartografia de 127%, passando a cartografia a representar 49,4% dos projetos de aquisição de dados e a topografia a representar 21% do mercado e a crescer 5 vezes mais que o ano de 2022.

O descrito evidencia uma recuperação do investimento deste setor, pilar na modernização e na sustentabilidade do desenvolvimento, que de 2022 para 2023, com um potencial de crescimento superior a 300%, apenas cresce 67% pela conflitualidade ocorrida.

Se analisarmos a estrutura da faturação desde 2000, é visível a importância dos projetos com não acionistas, privados e mercado internacional. O peso médio da faturação ao acionista Oeiras desde a constituição da Município (2000-2023) foi de 7,3%.

ESTRUTURA DA FACTURAÇÃO (2000-2023) - MUNICÍPIA



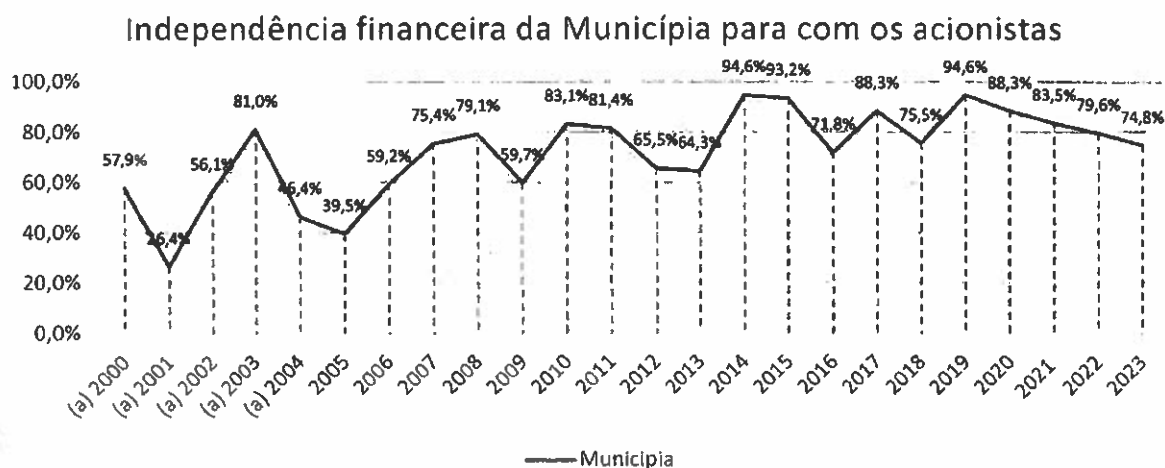
(A) Faturação global dos acionistas.

O peso médio da faturação dos acionistas (sem Oeiras) foi de 18,7%, não acionistas 44,8%, privados 16,5% e mercado internacional 12,6%.

Estrutura da faturação - 2023	
Descrição	%
Oeiras	2,0%
Acionistas (sem Oeiras)	13,2%
Não acionistas públicos	52,3%
Privados	32,5%
Mercado internacional	0,0%
TOTAL	100,0%

Em 2023, a faturação do acionista Oeiras representa 2% do total da faturação e os restantes acionistas 13,2%.

Resulta daqui a evidência da independência da empresa relativamente à estrutura acionista. Desde o princípio do século, foi evidente este fenómeno da relação dos acionistas para com a empresa. Apesar de todos os esforços despendidos para a sua reversão, a faturação da empresa, com clientes não sócios, nos últimos 4 anos, representa 84,2%. O acionista Oeiras representa 5,5% da faturação total neste período e os restantes acionistas 10,3%.



Se considerarmos o período pós Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, **diploma que estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL)**, a independência financeira da Município relativamente à sua estrutura acionista é em média de 82,4% apesar do que a lei estabelece.

Para melhor percecionarmos a importância deste valor fazemos referência ao nível de independência do Município de Oeiras relativamente ao Orçamento do Estado que, nos últimos 4 anos, é em média de 74,9%, constituindo-se como fator diferenciador altamente positivo no quadro dos 308 municípios portugueses.

De acordo com a Lei 50/2012 o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante (acionista) não deve ser superior a 50% das suas receitas. Tendo em conta as variáveis acima referidas bastaria aplicar a percentagem de 50% à faturação do acionistas (e não à subsidiação que nunca se verificou) para nesse quadro não existir necessidade de consolidação financeira havendo, pelo contrário, sempre lugar à distribuição de dividendos.

A este propósito importa trazer à colação o disposto no artigo 6.º da referida Lei, segundo o qual a constituição de empresas locais e as participações previstas no n.º 3 do artigo 1.º e no artigo 3.º **devem ser fundamentadas na melhor prossecução do interesse público e, no caso da constituição de empresas locais, também na conveniência de uma gestão subtraída à gestão direta** face à especificidade técnica e material da atividade a desenvolver.

As atividades a cargo das empresas locais ou das entidades participadas não podem nesse caso ser prosseguidas pelas entidades públicas participantes na pendência da respetiva externalização e na sua exata medida.

Para esse efeito, nos termos do n.º 1 do Artigo 50.º da Lei 50/2012 as entidades públicas participantes **“devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional onde se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas”**.

O Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEPL) é um instrumento à disposição dos acionistas que potencia, fomenta e permite o reforço do relacionamento entre os acionistas e as empresas locais com vantagens previstas na lei na defesa do interesse público.

A Município é uma empresa local, na qual o Município de Oeiras exerce uma influência dominante, que **tem por objeto**, entre outras atividades, nos termos dos seus estatutos, **a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica com vista à promoção do desenvolvimento local e regional** em cumprimento das atribuições das autarquias titulares da função acionista, nos termos da Lei.

Complementarmente e, salvaguardadas que estejam as condições para a boa prossecução das atividades de promoção do desenvolvimento local e regional na respetiva circunscrição e no respeito pelo regime previsto no artigo 34.º, **as empresas locais podem desenvolver a sua atividade no mercado de bens e serviços junto de outros agentes económicos**.

As tecnologias digitais podem ter um impacto transformacional na nossa capacidade de cumprir a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O princípio subjacente à criação da Município e a sua experiência não poderia, pois, estar mais alinhado com a agenda internacional e com o movimento **"The Digital with Purpose Movement (DwP)"**.

O Movimento não pretende reestruturar os esforços existentes ou reafirmar intenções previamente declaradas – é uma corrida ao topo. Os membros partilham a ambição de criar valor empresarial através da aceleração radical do poder facilitador da tecnologia digital para os ODS, enquanto minimizam as externalidades negativas que possam surgir.

Os municípios devem, pela sua natureza e na prossecução das respetivas atribuições liderar a Agenda dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável, no interesse próprio e específico das respetivas populações.

A Transformação Digital das Cidades é seguramente o desafio nuclear de um Contrato no qual se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local a prosseguir pela Município enquanto entidade vinculada à prossecução do interesse público ao contrário das empresas suas concorrentes no mercado.

A Transformação Digital das Cidades é seguramente o desafio nuclear de um Contrato no qual se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local a prosseguir pela Município enquanto entidade vinculada à prossecução do interesse público ao contrário das empresas suas concorrentes no mercado.

A Transformação Digital das Cidades tem que ter um propósito. E esse é o desafio que se coloca hoje aos acionistas desta empresa municipal, se assim for entendido, prosseguir esse objetivo de forma externalizada com a Município.

As alterações climáticas são um problema global que exige respostas concertadas a nível global e ações adequadas a nível local. A transformação digital constitui uma ferramenta de integração de dados e inteligência que oferece a capacidade analítica necessária à monitorização das emissões e das políticas e medidas setoriais neste âmbito, bem como a avaliação da sua adequação e viabilidade, quer em termos de impacto, quer em termos de resultados.

A mitigação é um esforço global onde as obrigações dos municípios na monitorização e comunicação para avaliar e garantir que as medidas que estão a ser implementadas estão a dar resposta aos objetivos que são definidos internacionalmente, assume cada vez maior importância.

Os objetivos de neutralidade climática da União Europeia até 2050, as metas climáticas da União Europeia para 2030 e o Acordo de Paris estão na base do reforço do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para 2021-2027 e do Next Generation EU. Os

municípios têm que reforçar o seu protagonismo alinhados e beneficiando dos financiamentos disponibilizados.

Contamos com os acionistas e com uma visão diferente da utilização dos recursos de que dispõem na Município.

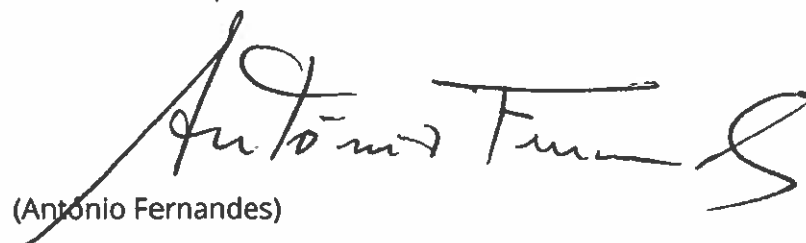
Os Municípios têm na Município o suporte para o alinhamento com a agenda global de transformação digital **"TO A SMARTER, MORE SUSTAINABLE WORLD WITH DIGITAL SOLUTIONS AT ITS CORE"**.

A Município não abdica da responsabilidade na promoção da cidadania com soluções diferenciadoras únicas, promovendo o papel das tecnologias digitais em 25 anos de existência.

Aos nossos acionistas deixamos o desafio de descolar sem receio da normalidade e assumir o papel de protagonista da Inovação, desenhando um plano de transformação digital da cidade com objetivos estratégicos diferenciadores, com propósito.

Oeiras, 12 de fevereiro de 2024

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

2.2. Atividade Desenvolvida

Investigação e Desenvolvimento (I&D)

A Município nunca abdicou da qualidade dos serviços, da inovação permanente, do profissionalismo, da enorme competência da equipa e da sua responsabilidade para com o serviço público, protagonizando em cada momento o caminho da inovação.

A atividade de Investigação & Desenvolvimento (I&D) é transversal a todos os serviços da Município.

No âmbito **do Investimento em I&D** a Município, ao longo dos anos, preparou uma resposta aos desafios emergentes das SmartCities, desenvolveu soluções que têm um enorme potencial de retorno de investimento. Investiu sempre em novos produtos, que constituem hoje um significativo património tecnológico dos quais destacamos:

2.2.1. CityHUB

Conceção e desenvolvimento de plataforma centralizadora de soluções digitais www.cityhub.pt. É uma plataforma para criar **municípios interativos**, com elevado nível de sofisticação, diversidade temática e robustez.

Totalmente assente em software OpenSource, o cityhub.pt permite ao município disponibilizar um único ponto de contacto ao cidadão e às equipas, com um design comum aos mais diversos serviços, estabelecer uma gestão de equipas mais assertiva e beneficiar da utilização das mais avançadas Tecnologias de Informação Geográfica para gerir território, com base na localização.

O CityHUB é a solução para a construção de uma Smart CITY. É um SISTEMA de gestão integrada do TERRITÓRIO, onde tudo se liga. Implica a montagem de uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) e um plano de TRANSFORMAÇÃO DIGITAL da cidade.

O desenvolvimento do conceito resulta da experiência e conhecimento do estado da digitalização e da qualidade dos serviços digitais prestados pela administração pública e, na prática de participação em projetos internacionais, como é o caso do projeto europeu que integrámos em 2016 e onde tivemos a responsabilidade da Investigação e do Desenvolvimento de Novos Produtos de software alinhados com a transformação digital como objetivo.

A Município posiciona-se como gestora do solo e do subsolo dispõe de capacidade de desenvolvimento e entrega de serviços e soluções inovadoras que asseguram uma transformação digital das cidades. Promovendo cidades inclusivas e com sustentabilidade climática, ambiental, financeira, energética e social com evidentes benefícios para o desenvolvimento local e melhoria do bem-estar da respetiva população.

Com respostas ao nível dos serviços e das soluções capazes de assegurar a monitorização dos riscos e das alterações climáticas.

2.2.2 UE Geosmartcity

Integramos o projeto europeu Geosmartcity, em conjunto com 12 entidades europeias de 9 nações diferentes. Envolvemos neste período os nossos meios e os recursos humanos mais especializados, na produção de ferramentas opensource e estudos de base espacial em 2 áreas fundamentais de gestão:

- eficiência energética (denominada no projeto por **Green Energy**) e,
- gestão de infraestruturas enterradas (denominado no projeto por **Underground Intelligence**).

Plataforma Underground Intelligence - Plataforma Greenenergy – Portal Geosmartcity



2.2.3. Underground Intelligence

Este cenário investiga como gerir melhor as redes de serviços públicos graças a uma partilha mais eficaz de dados, bem como a forma como a interação entre operadores de redes de serviços públicos, Administração Pública e cidadãos pode ser promovida usando aplicativos móveis e de desktop. Isto é conseguido através da exploração de geoinformação de base aberta e harmonizada (compatível com INSPIRE ou extensão dela), enriquecido por dados abertos para redes de serviços públicos, bem como fatores ambientais circundantes (morfologia, fatores de risco, assentamentos existentes e novos, serviços e infraestruturas, monitorização de redes, cadastro, tráfego e seu impacto, etc.).

Com base num Webservice que expõe informação geográfica e dados de rede, o projeto desenvolveu um kit de ferramentas reutilizável para apoiar operadores industriais,

combinando capacidades de análise com todas as informações relevantes por meio de instalações de realidade aumentada de última geração no local para auxiliar os trabalhos de campo.

Este cenário tem os seguintes objetivos:

- gestão sustentável do subsolo e solo;
- dotar os municípios de ferramentas digitais sofisticadas com o propósito de garantir uma eficaz rentabilização quer dos atravessamentos subterrâneos quer dos atravessamentos aéreos das utilities instaladas;
- permitir uma gestão profissional do interesse de todos quer do ponto de vista da optimização dos recursos, quer do ponto de vista da manutenção das redes e do arrecadamento de receita adicional.

2.2.4. Green Energy

Este cenário tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver serviços para contabilizar as poupanças energéticas dos edifícios (ou seja, definir modelos e serviços para monitorizar e analisar a irradiação solar e outros fatores que influenciam a produção e o consumo de energia);
- Disponibilizar serviços de apoio à utilização inteligente da energia para cada parte interessada;
- Apoiar as administrações públicas e as autoridades locais na definição e adoção de políticas a fim de identificar a melhor utilização e redução dos combustíveis fósseis, e aumentar as oportunidades de emprego local adotando planos de transição energética envolvendo atores públicos e privados.
- Neste cenário, os dados abertos (especificamente dados geográficos e dados gerados em tempo real ou quase real) e novas tecnologias relacionadas (SOA, Big data, BI e GeoBI, smart metering) são facilitadoras essenciais das estratégias de energia verde.

2.2.5. Connect

A Município cria com sucesso a maior plataforma **Municipal** de compras públicas no país, com mais de 250 entidades públicas aderentes, sendo a esmagadora maioria autarquias.

Promovemos **Compras Sustentáveis, Transparência e boa Governança** dos organismos públicos. A CONNECT – Central Compras Públicas tem uma plataforma digital, onde a cada momento pode saber quais os **Acordos Quadro** ativos e bem assim o que é possível adquirir e a que preços.

2.2.6. UNIQUEPATH

Este é um projeto inovador, que mereceu o apoio e financiamento do Turismo de Portugal assente numa ideia de negócio com reconhecido potencial, mas que comporta todos os desafios inerentes a uma qualquer start up tecnológica.

Por defeito, as start ups devem estar particularmente sensíveis para dados e indicadores que vão recolhendo nas fases de lançamento e estarem disponíveis para procederem a ajustes ao longo do trajeto, se tal for necessário para validarem a sua operação.

Este projeto nasceu e foi apadrinhado pelo Turismo de Portugal, numa época pré-pandemia, onde o comportamento do Turismo, procurava este tipo de plataforma pela sua oferta singular.

Procura-se encontrar os níveis de turismo que antecederam a pré-pandemia de modo a relançar com êxito este produto, após alguns ajustes ao mesmo, que ainda estão a decorrer.

2.2.7. Transformação digital das cidades

O País vive um momento onde a perceção da transformação digital das cidades exige uma maior velocidade. Não existem serviços online/interativos nem capacidade analítica que assegure um alinhamento com a agenda global de transformação digital **"TO A SMARTER, MORE SUSTAINABLE WORLD WITH DIGITAL SOLUTIONS AT ITS CORE"**.

A Global Enabling Sustainability Initiative (GeSI) é uma fonte líder de informações imparciais, recursos e melhores práticas para alcançar a sustentabilidade social e ambiental integrada através de tecnologias digitais, onde será possível melhor perceber o papel da Municíпия na sua trajetória.

Percecionar a solução para um "smarter future" passa por uma abordagem metodológica clara e assertiva onde o conceito "CityHUB" será a motivação agregadora das vontades.

A Municíпия desenhou o conceito e propõe um conjunto de serviços alinhados com a agenda global de transformação digital com objetivo, na defesa do interesse público e na modernização da administração pública, dirigido à criação de Cidades Sustentáveis e Inclusivas com as melhores práticas de utilização das tecnologias digitais.

Serviços:

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| - smart land | - smart taxes |
| - smart utilities | - smart planning |
| - smart infrastructures | - smart market |
| - smart street | - smart governance |
| - smart mobility | - smart energy |
| - smart sustainability | - smart citizenship |
| - smart civil protection | - smart security |

Dito isto, digitalizar o cadastro da propriedade (rústica/urbana), o cadastro das utilities – todos os atravessamentos territoriais de solo e subsolo, o cadastro dos bairros sociais entre outros e desenvolver soluções de gestão modernas interativas na palma da mão, de forma automática, permite ao município melhorar substancialmente a sua receita, garantir justiça social, sustentabilidade, promover a cidadania e a inclusão alinhando a sua estratégia com a agenda de transformação digital como objetivo.

Garantindo uma resposta adequada dos municípios aos riscos e aos desafios ambientais e transformações climáticas que teremos de gerir, monitorizar e reportar.

1. Cadastro

Uma base cadastral bem estruturada e permanentemente atualizada constituirá a fonte de informação indispensável que as entidades gestoras utilizarão na avaliação de desempenho e de diagnóstico estrutural, funcional e ambiental dos seus sistemas, pois:

No diagnóstico estrutural porque permite avaliar o estado físico identificando os riscos e fragilidades do sistema;

No diagnóstico funcional porque permite ter a base para simular as condições de funcionamento, com identificação e caracterização das insuficiências e deficiências, permitindo avaliar a capacidade de resposta através de modelação e identificar os locais com necessidades de intervenção.

No diagnóstico Ambiental porque permite avaliar o desempenho ambiental do sistema e isolar as principais situações de risco e vulnerabilidade.

Desta forma, o cadastro torna-se na ferramenta fundamental para se efetuar a Gestão otimizada e sustentável, melhorando o desempenho das entidades gestoras nas suas obrigações de prestação de serviço público de qualidade, nomeadamente porque conduz:

- À melhoria no ajuste do nível de serviço e sua adequação aos vários perfis de consumidores;
- À real noção da fiabilidade e vulnerabilidade dos sistemas;
- À sustentabilidade dos recursos consumidos – no caso da água e da energia;
- À devida noção do risco da atividade e gerir esse mesmo risco;
- À maximização do prolongamento da vida útil das infraestruturas maximizando a rentabilização do investimento;
- À justificação fundamentada das prioridades de investimento.

2. Serviços

Com uma equipa multidisciplinar e experiente e meios técnicos adequados, a Município consegue dar todas as garantias de uma recolha de dados e produção de informação consolidada, com um tratamento de dados em ambiente geográfico relacional, controlo de qualidade técnico e gráfico e produção de relatórios.

As atividades que a Município desenvolve, permitem que esteja presente em todas as fases de desenvolvimento de projetos desta natureza, nomeadamente:

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

- Na consultoria técnica e desenvolvimento de projeto com diagnóstico preliminar;
- No desenho e desenvolvimento de soluções em ambiente SIG, WEBSIG, e SIG MOBILE para aquisição, tratamento, integração e suporte à gestão;
- Nos inventários e cadastro em campo com recolha de dados e caracterização técnica através de equipamentos como sondas, CCTV, GPS, Videografia, Laser, etc.;
- Produção de cartografia base, cadastro predial e expropriações;
- Nos trabalhos de carregamento de dados em ambiente SIG ou CAD e respetiva análise de dados, controlo de qualidade e emissão de relatórios.

Direção de Cartografia e Cadastro

O ano de 2023 foi caracterizado por uma série de atividades na área de cartografia e cadastro.

A Direção de Cartografia e Cadastro (DCC) continuou a sua atividade terminando os projetos de consultoria relativos à elaboração do cadastro simplificado, e das ações de sensibilização, com sucesso, bem como os projetos de cartografia em carteira. Adicionalmente elaboramos vários projetos de cartografia para Planos de Pormenor sobretudo para empresas privadas.

O maior projeto de fotografia aérea foi executado para a Ferrovia de Alta Velocidade e para o troço Porto - Valença com uma resolução de 10 cm.



Imagem da cobertura aérea, Porto-Valença

Continuámos a promoção do nosso trabalho junto das entidades públicas e privadas alicerçando os valores na confiança, na qualidade e na responsabilidade que é nosso apanágio ao longo dos anos da nossa existência.

Além disso, a necessidade dos Municípios obterem cartografia homologada para a execução de planos, contribui para que a Município continue a elaborar projetos nesta área, tal como tem vindo a ocorrer há alguns anos.



Internacionalmente respondemos a 5 concursos na área do cadastro, na aquisição de dados e na consultoria, para 2024 estimamos que esta área ganhe um maior relevo na nossa atividade uma vez que os concursos em Portugal são cada vez em menor número.

Estamos comprometidos em continuar a avançar, inovando para responder a todas as solicitações e a todos os aspetos técnicos mais desafiantes utilizando as tecnologias adequadas no que respeita à modernização da gestão territorial e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Handwritten signature and initials
73

Direção de Engenharia e Infraestruturas

2023 constituiu-se como um ano de continuidade das atividades desta direção com um volume global de negócios (contratos em curso) de 428 897,60€ distribuídos pelas duas principais áreas de atividade - cadastro de infraestruturas e projetos de expropriação.

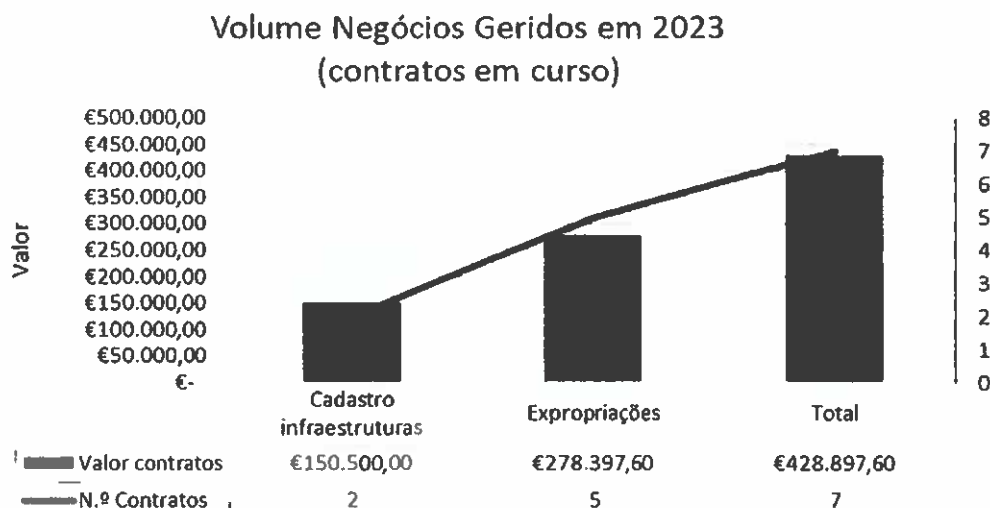


Figura 1 - gráfico com representação em escala logarítmica - A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas nomeadamente para a APDL e projetos de expropriações relacionados com obras de Ferrovia.

Das atividades desenvolvidas pela DEI em 2023 destacam-se os projetos de cadastro de infraestruturas para a APDL. Trata-se de projetos de carácter de elevada complexidade face aos tradicionais levantamentos cadastrais executados para outros setores, devido a componente técnica de especialidade exigida para os setores de hidráulica, redes elétricas, telecomunicações, gás e combustíveis incluindo sondagens e deteções no subsolo e produção de esquemas de redes e modelos.

Estes projetos, permitem continuar a posicionar a Município como uma das empresas de referência no mercado para este tipo de especial complexidade de trabalhos, com equipas multidisciplinares, criando uma mais-valia de diferenciação de serviços adequados a perfis de clientes mais diversificados e exigentes.

Este é o resultado da aposta na formação e em tecnologia que a Município desenvolveu nos últimos anos que deu frutos de confiança e posicionamento no mercado, não só em termos específicos nas matérias de conhecimento do modo de operação e instalação dos diferentes tipo de infraestruturas, como na operação de equipamentos de sondagem e deteção de subsolo, bem como o desenvolvimento de sistemas de gestão de redes de subsolo - **underground intelligence**.

Hunter
B



Figura 2 - Equipa em trabalhos diferenciados de cadastro e sondagem vocacionada para trabalhos em qualquer ambiente e complexidade

Atualmente a Município está capacitada para dar uma resposta abrangente em termos de rigor, precisão e diversidade, não só para projetos de larga escala em termos de abrangência territorial, como de maior escala de detalhe e multidisciplinidade. As atividades desenvolvidas nos projetos estão focadas na precisão de sondagens de subsolo com técnicas intrusivas e não intrusivas, rigor topográfico e um maior detalhe de caracterização tecnológica e operacional das infraestruturas.

Em 2024, a Município tem como objetivo continuar a **primar** pela otimização da sua metodologia, capacidade tecnológica e "know-how" na abordagem às necessidades dos seus clientes nas áreas de engenharia e estudo de diagnóstico, contribuindo para que estes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram com confiança sustentados em dados e informação real e fidedigna.

Manteremos o foco num cadastro multifuncional, centrado no âmbito do planeamento/projeto, gestão e diagnóstico das infraestruturas intervencionadas permitindo que a informação disponibilizada aos nossos clientes seja rigorosa e dê as respostas no âmbito da sustentabilidade e eficiência dos seus recursos e valorização dos seus ativos.

Direção de Inteligência Espacial

As atividades do ano de 2023 da Direção de Inteligência Espacial (DIE) dividiram-se em projetos internos e projetos externos.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Manutenção do Site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade; apoio ao novo Sistema de Gestão Documental, em *Help Desk* às diversas divisões, em Auditoria e Manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções.

Continuamos a prestar apoio técnico aos projetos da DEI e da DCC, nomeadamente apoiando o processo de conversão das metodologias de trabalho tendo em conta o recente Modelo de Dados de cartografia da DGT.

Ainda no âmbito dos projetos internos, decorreu durante o ano de 2023 a reestruturação da infraestrutura tecnológica da Município através da aquisição e configuração de novos equipamentos para a atualização do Data Center da Município.

Relativamente aos projetos vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, destacamos a continuação da migração de clientes para a Plataforma CityHub e implementação da plataforma em novos clientes, a conclusão de projetos no âmbito de estudos e planos, de aquisição de dados, de Migração e Harmonização de Bases de Dados e de Formação em Sistemas de Informação Geográfica.

Relativamente às perspetivas para 2024 destacamos a elaboração de cartografia de risco e planos e o levantamento de informação geográfica, nomeadamente do cadastro arbóreo e do espaço público bem como ações de formação.

Perspetiva-se também a manutenção e implementação da plataforma CityHub através da migração nos municípios que têm a antiga plataforma munWebGIS e na angariação de novos clientes, no mercado nacional e internacional.

Nesta plataforma, com um conceito que pretende ser um acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios, continuámos durante este ano a desenvolver e melhorar a plataforma existente, bem como a implementar novos módulos que vão de encontro às necessidades do mercado da informação geográfica nacional.

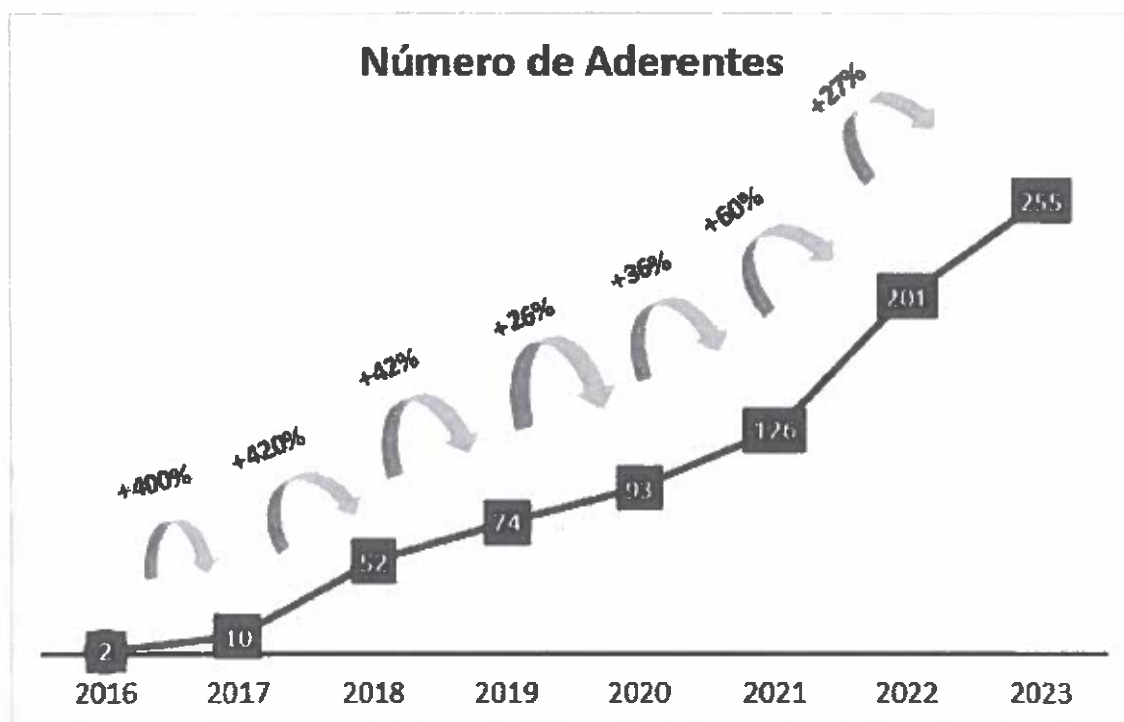
Direção de Novos Negócios

A Direção de Novos Negócios tem como principal missão a criação de parcerias que proporcionem inovação, bem como o desenvolvimento de duas valências principais a Gestão de Frotas e Connect ®.

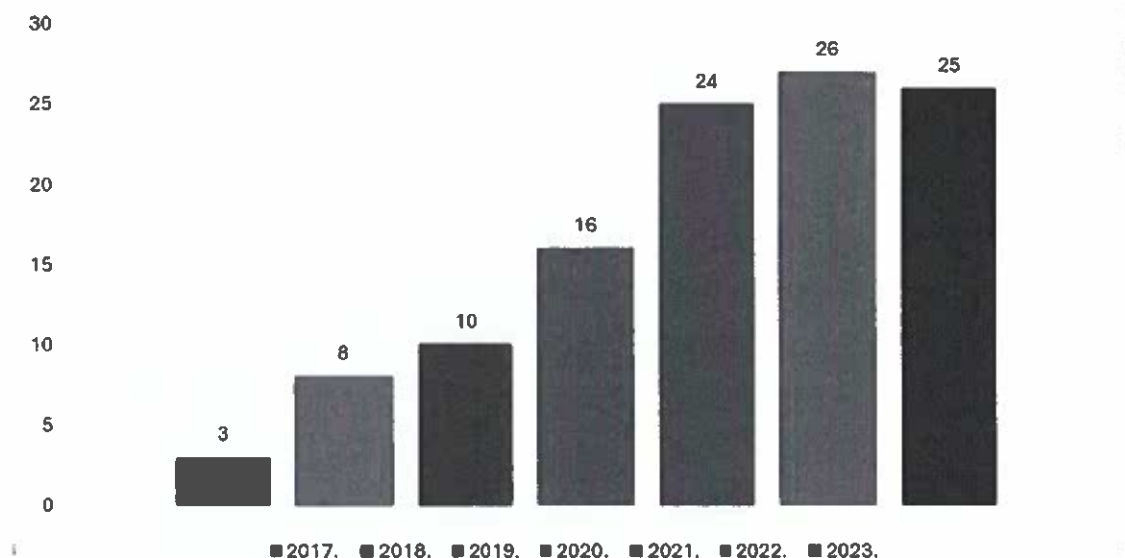
Quanto à Gestão de Frota, verifica-se que é um produto de grande procura por parte das autarquias e corporações de bombeiros, onde este apresenta uma grande maturidade tecnológica e com enorme aceitação por parte dos clientes, gerando níveis de faturação superior a 500.000 euros por ano.

É um produto, que em face da tipologia do cliente, tem permitido alavancar ou realizar "cross selling", com outras atividades da empresa, pelo que é uma inegável mais-valia para esta sociedade.

Relativamente à Connect ®, cabe à DNN, dar todo o suporte comunicacional e de Marketing, sendo uma área de negócio com uma alta margem de crescimento, como se constata pelo crescimento do número de aderentes que se tem observado:



Acordos Quadro em Vigor nos Anos de Referência



Como principais entidades utilizadoras da Central, temos a CM de Leiria, CM de Coimbra, a CM de Odivelas, CM Cascais e CM de Lisboa, que identificaram rapidamente a possibilidade de comprar de forma célere, transparente e simples, produtos e/ou serviços a disponibilizar aos seus Municípios.

Ao longo do ano, a atividade da Connect®, concorreu para um valor superior a 500.000 euros de faturação, prevendo-se níveis de faturação superiores no próximo ano, em linha com as expetativas do mercado e dos contratos angariados ao longo de 2023.

A Connect faz ao longo da sua história, a gestão de perto de 150.000.000 euros de contratos, sendo já um êxito de âmbito nacional.

Como este êxito nos traz responsabilidade acrescida e como pretendemos continuar a crescer e acompanhar as tendências europeias, tornou-se incontornável alinharmos a estratégia da Connect® com a tendência do mercado europeu, e também com a do mercado nacional, onde as compras sustentáveis, aparecem regulamentadas, através da resolução número 13 do Conselho de Ministros, onde foi aprovada a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 – ECO360 e a resolução do Conselho de Ministros 132/2023 (outubro 2023).

É neste contexto que a Município/Connect, no final de 2023, inicia um processo de implementação de um sistema de compras sustentáveis, sendo no país, a primeira Central de Compras a ser acreditada no âmbito da norma NPISO 20400, **concorrendo desta forma para catalisar as compras públicas sustentáveis junto de todas as entidades aderentes**, através da promoção de Acordos Quadro que tenham embutidas as

preocupações de sustentabilidade emanadas pela norma NPISO 20400, e **contribuindo** para o cumprimento das orientações ECO360.

[Handwritten signature]
PZ

Atividade Comercial

Concursos

O quadro seguinte espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Município, ao longo do ano de 2023:

PROPOSTAS	Nº Propostas 2022	Nº Propostas 2023	Δ% Nº Propostas 22-23	Em Valor		Δ% Valor 22-23
				2022	2023	
Propostas adjudicadas	154	124	-19,5%	2.090.008	1.531.523	-26,7%
Propostas em aberto	378	219	-42,1%	25.985.212	20.329.704	-21,8%
Propostas recusadas	25	117	368,0%	799.394	2.075.748	159,7%
Total de Propostas Apresentadas	557	460	-17,4%	28.878.614	23.936.975	-17,1%

Unidade: euros

Constata-se, através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 460 propostas ao longo do ano de 2023, o que reflete a apresentação de mais de 1 proposta a cada dia útil. Verificou-se uma variação negativa de 19,5%, em número de propostas adjudicadas e uma variação negativa de 26,7% no valor (euros) das propostas adjudicadas. No entanto, se analisarmos as propostas apresentadas versus as propostas adjudicadas, em 2022 e 2023, verifica-se que a eficácia se mantém a mesma.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2023 e que se elencam, seguidamente, por ordem decrescente:

TOP 10 CLIENTES	Valor	Peso Relativo no Total da Faturação
EDP COMERCIAL	244.304	10,40%
MUNICÍPIO DE COIMBRA	216.905	9,30%
MUNICÍPIO DE LÉIRIA	196.888	8,40%
UIC	78.264	3,30%
CERTOMA	66.842	2,90%
ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DOURO E LEIXÕES	63.558	2,70%
LUBRIFUEL	62.278	2,70%
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	52.058	2,20%
MUNICÍPIO DE OEIRAS	46.305	2,00%
SISTOPO	45.828	2,00%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

Tipologia de Clientes

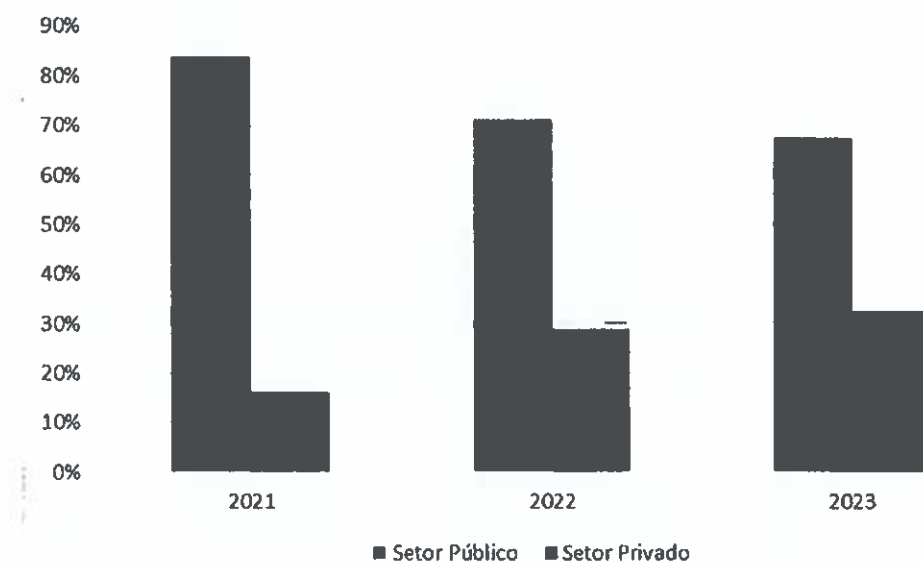
O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 67,50% da faturação, apesar de registar um decréscimo de 5% face ao ano anterior.

O setor privado explica cerca de 32,50% da faturação, ou seja, mais 12% que no exercício anterior.

FATURAÇÃO	2021	2022	2023
Setor Público	83,79%	71,10%	67,50%
Setor Privado	16,21%	28,90%	32,50%

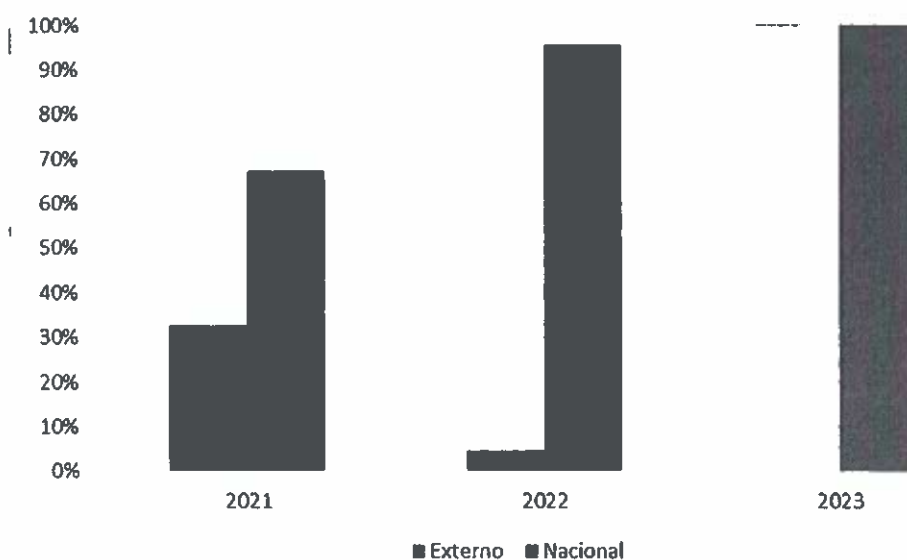
Handwritten signature and date 22

% do Volume de Faturação por Tipo de Setor



FATURACÃO MERCADO	2021	2022	2023
Externo	32,76%	4,45%	0,00%
Nacional	67,24%	95,55%	100,00%

% do Volume de Faturação por Tipo de Mercado



2.3. Certificações Técnicas e Marcas Registradas

Certificações Técnicas



A Direção Geral do Território certifica que a empresa Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. está autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:

. Alvará N°1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.

**Marcas Registradas**

Municípias ®
Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.



Central Nacional de Compras Municipais CONNECT ®
Criada ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro, suportada pelo
Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus,
Lda.



Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do
investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação
de energia solar, em cada cobertura.



UNIQUEPATHS ®



Empresa de Serviços Energéticos.

2.4. Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, adotaram a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, onde estão definidas as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procuram mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns.

As Nações Unidas declararam 2020-2030 a Década de ação para cumprir os ODS e apelam a uma maior ambição e sentido de urgência para acelerar a transição.

A Municípiã responde a este desafio, ajustando a nossa oferta tendo em conta alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, alinhando a estratégia de compras com a tendência do mercado europeu, e do mercado nacional.

No final do ano de 2023, a Municípiã iniciou um processo de implementação de um sistema de compras sustentáveis, concorrendo desta forma para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2.5. Recursos Humanos

No final de 2023, a Municípia contava com 42 colaboradores ao seu serviço, o que representou um decréscimo de 30% face ao final do ano anterior (60). Este decréscimo justifica-se pelo término de alguns dos projetos angariados pela DCC, nomeadamente o projeto sistema de informação cadastral simplificada do Município de Coimbra e o projeto para a elaboração do cadastro simplificado para o Município de Sever do Vouga.

Ficando a composição dos Recursos Humanos estruturada da seguinte forma, quanto ao vínculo laboral:

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2022	2023	Δ% 2022-2023
Contrato sem termo	35	33	-6%
Contrato a termo certo	13	9	-25%
Contrato a termo incerto	12	0	-100%
Σ dezembro	60	42	-30%

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2023, por género, era constituído da seguinte forma:

CAPITAL HUMANO	2022	2023	Δ% 2022-2023
Género Masculino	37	28	-24%
Género Feminino	23	14	-39%
Σ dezembro	60	42	-30%

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Municípia está espelhado no quadro seguinte:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2022	2023
Doutoramento	1	0
Mestrado	8	2
Ensino Superior	36	27
Ensino Secundário	15	13
3º Ciclo Ensino Básico	0	0
Total	60	42

O absentismo registado em 2023, tem essencialmente origem na Doença (Baixa emitida pela segurança social (53%) e Doença, leia-se indisposições (27%)), representando 80% da totalidade das ausências verificadas neste ano. Considerando o número de dias úteis no ano e o número de dias de ausências, o rácio do absentismo em 2023 foi de 2,1%.

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CASAMENTO E LUTO	ORIG. LEGAIS	DESLOCAÇÃO À ESCOLA	AUTOR./APROVADAS EMPREGADOR	
Σ EM DIAS	107	25	54	11	1	2	1	201
PESO RELATIVO	53%	12%	27%	5%	0,00%	1%	0,00%	100%

No quadro seguinte, pode-se observar que 11% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Das 78 horas, 42 horas (54%) foram de especialização e 36 horas (46%) foram investidas em workshops, palestras e conferências.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2023
N.º de Formandos	6
N.º de Ações	5
Horas de Formação	78



Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2021 e 2023, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2021	2022	2023	Peso % no total	Var. 21-22	Var. 22-23
Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação	950.450,87	1.204.994,76	1.270.837,06	76,89%	26,78%	5,46%
Horas extra	171,36	2.276,20	7.066,68	0,43%	1.228,31%	210,46%
Senhas de Presença	10.846,68	9.570,60	9.570,60	0,58%	-11,76%	0,00%
Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho	244.240,55	306.487,48	329.844,09	19,96%	25,49%	7,62%
Ajudas Custo	12.410,42	11.578,93	8.833,00	0,53%	-6,70%	-23,71%
Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras	6.172,66	5.215,64	26.663,44	1,61%	-15,50%	411,22%
TOTAL	1.224.292,54	1.540.123,61	1.652.814,87	100,00%	25,80%	7,32%

Os gastos com remunerações, subsídios de férias e natal e subsídios de alimentação, descritos na 1ª rubrica, sofreram um acréscimo de 5,46%, face à necessidade de prolongar uma das equipas para o novo projeto de cadastro simplificado, por mais 5 meses.

A rubrica de horas extra, sofreu um crescimento de 210,46%, o que representa apenas 0,43% do peso das remunerações e fica-se a dever à necessidade de realizar coberturas aéreas ao fim de semana, à necessidade da realização de serviços de instalação e melhorias em ambiente produtivo num projeto, durante sábados, para garantir que estas atividades não provocassem quebra de serviço nos sistemas do cliente durante o horário de expediente e à necessidade de se efetuar um upgrade ao Datacenter, onde as diversas migrações de servidores para a nova infraestrutura deve ser efetuado fora das horas normais de trabalho.

O valor das senhas de presença mantiveram o valor face ao ano transato.

Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho subiram 7,62%, tendo em conta o prolongamento da contratação de pessoal para o projeto de cadastro de Leiria, por mais 5 meses.

Regista-se o decréscimo da rubrica de ajudas de custo em 23,71% face a 2022, tendo em consideração a existência de menos projetos com recurso a trabalhos de campo.

Na rubrica de formação, créditos de formação, compensações e outros assistiu-se a um acréscimo de 411% face ao ano anterior. Nesta rubrica o maior peso regista-se nas compensações, em virtude dos contratos de trabalho que foram terminando ao longo do ano.

Em termos globais, registámos um acréscimo de 7,32% essencialmente devido à necessidade de manter por mais 5 meses, o número de funcionários para o novo projeto específico de Leiria.

2.6. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/de desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados, Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2021	2022	Var.% (21-22)	2023	Var.% (22-23)
Ganhos Operacionais					
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	2.577.874	2.181.271	-15%	2.500.434	15%
Subsídios à Exploração /Trabalhos para própria entidade	179.847	0	-100%	0	0%
Reversões de Imparidades	24.126	186.287	672%	0	-100%
Outros Rendimentos ou Ganhos	444.165	361.820	-19%	110.918	-69%
Total dos Ganhos Operacionais	3.226.011	2.729.378	-15%	2.611.352	-4%
Gastos Operacionais					
Fornec. e Serviços Externos	1.569.732	1.456.570	-7%	1.284.671	-12%
Gastos com Pessoal	1.224.293	1.540.124	26%	1.652.815	7%
Imparidade de dívidas a receber	0	64.650	100%	0	-100%
Outros gastos e perdas	82.298	211.573	157%	153.191	-28%
Gastos/reversões de depreciações / Provisões	180.744	417.523	131%	261.096	-37%
Total dos Gastos Operacionais	3.057.066	3.690.445	21%	3.351.773	-9%
Resultados Operacionais	168.945	-961.067	-669%	-740.422	23%
Ganhos Financeiros					
Juros e rendimentos similares obtidos	6.736	0	-100%	0	0%
Gastos Financeiros					
Juros e gastos similares suportados	117.353	62.024	-47%	65.898	6%
Resultados Financeiros	-110.617	-62.024	44%	-65.898	-6%
Resultados Antes de Imposto	58.328	-1.023.090	-1.854%	-806.319	21%
Impostos	22.446	23.673	5%	14.155	-40%
Resultado Líquido	35.882	-1.046.763	-3.017%	-820.475	22%

Unidade: Euros



A Município, registou um aumento de 15%, do seu volume de negócios, face ao ano transato, o que é revelador de uma melhoria nas adjudicações de projetos, com consequências diretas nos resultados.

Apesar do esforço comercial desenvolvido na apresentação de propostas, constatamos que apesar do número de adjudicações ter sido inferior ao do ano transato, a eficácia manteve-se a mesma ao compararmos as propostas apresentadas face às propostas adjudicadas. Deste modo, houve um acréscimo de 15% no volume de negócios, mesmo com o problema estrutural das entidades públicas, em que optam invariavelmente, pela definição do critério de adjudicação de monofator, com a utilização do preço mais baixo, quando deveriam na defesa dos seus interesses, nas suas compras de cariz técnico, privilegiar a classificação das propostas por critérios técnicos e de capacidade.

A rubrica de **outros rendimentos e ganhos** são essencialmente provenientes de arrendamento residual de uma área do escritório na sede, de diferenças de câmbio favoráveis, da venda de duas viaturas obsoletas e da devolução de taxas de justiça.

A rubrica de **ganhos operacionais** alcançou os **2.611.352 euros**, o que representa um decréscimo de 4% face ao ano de 2022. Esta diminuição, deve-se essencialmente, à variação positiva de 15% no volume de negócios e à diminuição de outros rendimentos, registados em 2022, em 69%.

Os gastos com a rubrica de **fornecimentos e serviços externos** registaram um decréscimo de 12% face ao ano transato. Este facto, deve-se essencialmente à subcontratação que ficou aquém do que tinha sido orçamentado para o ano de 2023.

Se analisarmos os **gastos operacionais**, verifica-se que diminuíram 9%, tendo para esta diminuição o contribuído todas as rubricas com a exceção dos gastos com pessoal, que subiram marginalmente.

Os **gastos com o pessoal**, subiram 7%, ficando esta variação a dever-se ao prolongamento da contratação de funcionários, por um período adicional de 5 meses, para permitir a execução do novo projeto que decorreu em Leiria.

Em 2023, não registou qualquer valor na rubrica de **imparidades de dívidas a receber**.

Quanto à rubrica de **outros gastos e perdas**, apresentou um decréscimo de 28%, valor que em termos absolutos representa menos 58.382 euros e que, no essencial, se fica a dever a diferenças de câmbio, despesas bancárias e a correções de exercícios anteriores.

As **amortizações e provisões**, registaram um decréscimo de 37%, tendo em consideração a normal descida na rubrica de amortizações de investimentos realizados nos anos transatos, mas sobretudo justificado pelo não registo de provisões neste exercício.

Os **Resultados Operacionais** registaram um acréscimo de 23%, atingindo o valor negativo de 740.422 euros, tendo contribuído para este desempenho, o acréscimo dos proveitos operacionais em 15%, enquanto os gastos operacionais diminuíram 9%.

Os **Resultados Financeiros**, registaram um aumento de 6% face ao ano anterior, o que equivale a um valor negativo de 65.898 euros, e que se deve em grande medida à subida das taxas de juro.

Os **Resultados Antes de Impostos** foram negativos, concorrendo desta forma para a necessidade de reequilíbrio financeiro dos acionistas da sociedade. Refira-se que nos últimos 10 anos, este é o 3º ano atípico em que esta situação acontece, como se comprova pelos registos do RAI, desde 2014.

LEGAIS	Lei 50/2012									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019		2021		
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221	58.328	-1.023.090	-806.319

* Lei 50/2012

Unidade: Euro

Quanto ao **Resultado Líquido**, que é apurado sobre o Resultado Antes de Impostos, aplicando-se os impostos previstos na lei, este foi em 2023 de 806.319 euros negativos.

INDICADORES DE ATIVIDADE

ATIVIDADE	2021	2022	2023	Var 21-22	Var 22-23
Volume de Negócios	2.577.874	2.181.271	2.500.434	-15%	15%
Rentabilidade das Vendas	1,39%	-47,99%	-32,81%	-3.548%	32%
EBIT (Resultado Operacional)	168.945	-961.067	-740.422	-699%	23%
Resultado Líquido	35.882	-1.046.763	-820.475	-3.017%	22%
Cash Flow Líquido	216.626	-564.586	-559.379	-361%	1%

Unidade: Euro

Todos os indicadores de atividade apresentam uma variação positiva face ao ano transato, o que evidencia uma recuperação da atividade da empresa e que se espera dar continuidade nos próximos anos.

INDICADORES DE GESTÃO

GESTÃO	2021	2022	2023	Var 21-22	Var 22-23
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	56.041	36.355	59.534	-35%	64%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	152	184	210	-21%	-14%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	389	232	147	40%	37%

Unidade: Euro

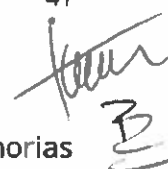
Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – sofreu um acréscimo de 64%. O número de funcionários a 31 de dezembro era de 42 (diminuição de 30% face ao ano transato) e o volume de negócios aumentou 15%. Cada funcionário gerou teoricamente 59.534 euros de volume de negócios, valor superior aos dois anos anteriores.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – O número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 210 dias, tendo piorado face ao ano anterior.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – Houve uma melhoria do número de dias médio de recebimento, o que originou que a Município receba em média a 147 dias.

INDICADORES DE TESOURARIA

Tesouraria	2021	2022	2023	Var 21-22	Var 22-23
Liquidez Geral	1,18	1,40	1,70	19%	21%



Liquidez Geral (AC/PC) – O indicador de liquidez geral tem registado melhorias significativas no último triénio, com uma variação positiva de 45%. No último ano, o indicador atingiu 1,70 revelando que as rubricas do ativo de curto prazo superam significativamente as rubricas do passivo de curto prazo. Para este desempenho, muito contribuiu uma diminuição da utilização das contas correntes caucionadas e uma diminuição da rubrica de outros credores, o que permitiu um decréscimo do passivo de curto prazo em 587.458 euros, enquanto que o ativo reduziu em 369.261 euros, respetivamente uma redução percentual de 28% e apenas de 13% no ativo, concorrendo assim para um rácio de liquidez de 1,70.

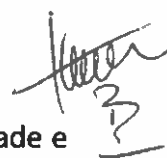
INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Equilíbrio Financeiro	2021	2022	2023	Var 21-22	Var 22-23
Autonomia Financeira	46,20%	52,50%	63,30%	13,6%	20,6%
Solvabilidade	0,89	1,20	1,79	34,8%	49,2%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,10%	-31,21%	-25,02%	-2.943,2%	19,8%

Autonomia Financeira (CP/AT) – no último triénio foi possível assistir a um aumento sustentado do indicador de autonomia financeira de 46% para 63%, o que significa uma variação positiva de 37% de incremento de independência financeira, face ao ano de 2020.

O rácio apresentado, transmite um grau de autonomia financeira robusto, e que deriva essencialmente de capitais próprios estáveis que financiaram em 2023 um ativo total menor do que em anos transatos, permitindo que a sociedade esteja menos dependente da banca para financiar a sua atividade.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – No indicador da Solvabilidade registou-se um acréscimo, face ao ano anterior, verificando-se um aumento da capacidade da sociedade em solver os seus compromissos em 49%. Esta variação resulta, no essencial, duma redução de 816.353 euros do passivo, o que contribui para um aumento da capacidade de solvência das dívidas da sociedade, devendo-se destacar a redução nos financiamentos obtidos e nas outras contas a pagar, que contribuíram decisivamente para que o indicador assumia em 2023, um valor de 1,79 indicando uma boa capacidade para



cumprir os compromissos a médio e longo prazo, dando total garantia de continuidade e sustentabilidade da sociedade para o futuro.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – A rentabilidade dos capitais próprios, continua a ser negativa em 2023, tendo em conta os resultados líquidos negativos alcançados pela sociedade e a manutenção do valor dos capitais próprios.

INDICADORES LEGAIS

A Sociedade apresenta Resultados Antes de Impostos negativos, no entanto ao analisarmos os últimos 10 anos verifica-se que somente em 2020 (COVID), 2022 e 2023, a sociedade não conseguiu gerar Resultados Antes de Impostos positivos.

Com efeito, este desempenho à luz da Lei 50/2012, permitiu que a sociedade em apenas 3 dos últimos 10 anos penalizasse os seus acionistas, ao mesmo tempo que foi possível manter os postos de trabalho, procurar novos projetos capazes de repor os investimentos tecnológicos de que esta sociedade depende para se manter neste mercado.

LEGAIS	Lei 50/2012									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	66.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221	58.328	-1.023.090	-806.319

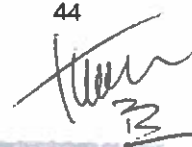
Unidade: Euro

Do exercício económico de 2023, **resultará a necessidade de reequilíbrio financeiro** já que a sociedade, não cumpriu o nº 1 do artigo 40º da Lei 50/2012, tendo por base os **Resultados Antes de Impostos no valor de - 806.319 euros.**

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2023, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e com a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 6,68%, que se distribuem da seguinte forma:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017);
- Município de Carregal do Sal (setembro de 2022);
- Município de Mangualde (dezembro de 2023);
- Município de Vila do Conde (dezembro de 2023);
- Associação para o Desenvolvimento Baixo Guadiana (ODIANA) (dezembro de 2023).



ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008 a 2010	2013	2015	2020 e 2022	2023
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	60,79%	0,00	0,00	0,00	0,00	490.130,31
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	5,12%	0,00	0,00	0,00	0,00	41.308,77
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,97%	0,00	0,00	0,00	0,00	40.106,90
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,48%	33.315,76	28.602,22	-595,76	60.291,39	19.986,83
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,48%	0,00	0,00	0,00	0,00	19.986,83
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,48%	0,00	0,00	0,00	0,00	19.986,83
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,31%	0,00	0,00	0,00	56.271,96	18.654,37
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,82%	0,00	0,00	0,00	0,00	14.650,34
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.675,60
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	20.097,13	6.662,28
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. da Sertão	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	20.097,13	6.662,28
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,33%	0,00	0,00	0,00	8.030,81	2.662,25
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,20%	2.669,70	2.291,99	-47,74	4.831,35	1.601,61
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337,78
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,17%	2.229,94	1.914,44	-39,88	4.035,50	1.337,78
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	1.000,40	0,00	-39,80	4.027,46	1.335,12
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	0,00	1.910,63	-39,80	4.027,46	1.335,12
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.335,12
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	1.663,81	1.335,12

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. Inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008 a 2010	2013	2015	2020 e 2022	2023
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.332,46
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	1.660,49	1.332,46
Mun. de Aguiar de Beira	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	1.658,83	1.331,12
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,17%	2.218,84	1.904,91	-39,68	4.015,41	1.331,12
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,17%	2.218,84	1.904,91	-39,68	4.015,41	1.331,12
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	4.015,41	1.331,12
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,17%	2.218,84	1.904,91	-39,68	4.015,41	1.331,12
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,17%	2.218,84	1.904,91	-39,68	4.015,41	1.331,12
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Ações Próprias	43.495	217.040,05	6,68%	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	103.617,41	90.009,27	-1.914,65	307.256,03	806.319,25



2.7. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2022, no valor de – 820.474,59 euros, seja transferido para a conta de “Resultados Transltados”.

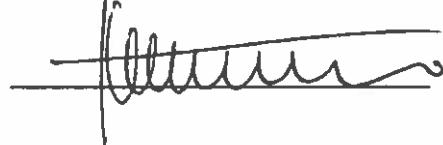
NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva, como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 12 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração,

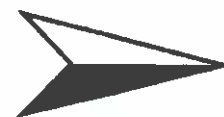


Luís Miguel dos Reis Silva – *Presidente*

Maria Madalena Pereira da Silva Castro – *Administrador*

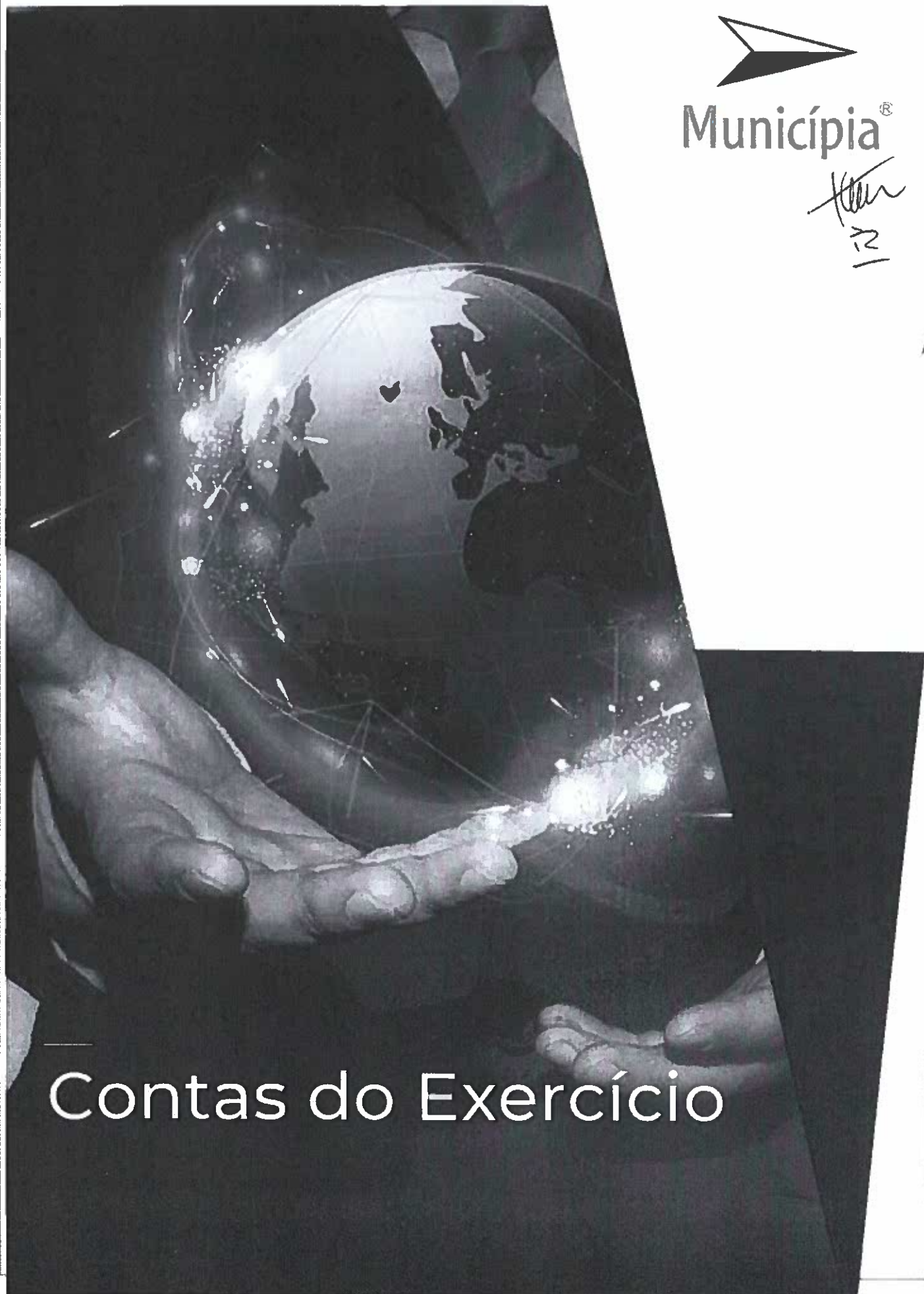


João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

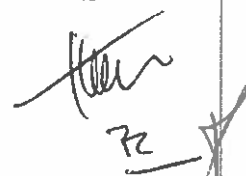


Município[®]

Handwritten signature
12



Contas do Exercício

Handwritten signature and initials, possibly "RZ", with a checkmark.

3 | Contas do exercício

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

BALANÇO

Contas Individuais

Período findo em 31/12/2023

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/10	1.300.610,09	1.428.236,09
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6/10	422.237,93	552.583,99
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		17.383,40	13.585,82
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		1.740.231,42	1.994.405,90
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		1.008.202,14	1.383.536,86
Estado e outros entes públicos		0,00	4.395,72
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		29.700,87	3.168,43
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	16	2.231.437,34	2.605.027,75
Diferimentos		140.123,99	71.383,65
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	30.121,90	158.498,38
		3.439.586,24	4.226.010,79
Total do ativo		5.179.817,66	6.220.416,69



X




Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

BALANÇO

Período findo em 31/12/2023

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-424,97	-314,98
Outros instrumentos de capital próprio		3.294.630,92	2.488.311,67
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		54.234,70	54.234,70
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-2.690.347,10	-1.643.583,84
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		205.000,00	265.000,00
Resultado líquido do período		-820.474,59	-1.046.763,26
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.279.297,63	3.353.562,96
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	14	180.000,00	180.000,00
Financiamentos obtidos	9	74.406,65	303.301,90
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	15	96.763,92	96.763,92
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		351.170,57	580.065,82
Passivo corrente:			
Fornecedores		738.033,64	735.877,00
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		81.125,90	156.589,83
Financiamentos obtidos	8/9	294.309,34	562.646,18
Outras dívidas a pagar (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)	16	372.221,33	618.035,02
Diferimentos		63.659,25	213.639,88
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		1.549.349,46	2.286.787,91
Total do passivo		1.900.520,03	2.866.853,73
Total do capital próprio e do passivo		5.179.817,66	6.220.416,69

✓ 

✓ 

x 

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31/12/2023

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	12	2.500.433,97	2.181.270,92
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-1.284.671,49	-1.456.570,21
Gastos com o pessoal	5.2	-1.652.814,87	-1.540.123,61
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	0,00	-32.650,12
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	-25.712,74
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		110.917,74	361.820,03
Outros gastos e perdas		-153.190,93	-211.573,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-479.325,58	-723.539,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7/10	-261.095,95	-237.527,47
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-740.421,53	-961.066,57
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	9	-65.897,72	-62.023,81
Resultado antes de impostos		-806.319,25	-1.023.090,38
Imposto sobre o rendimento do período	15	-14.155,34	-23.672,88
Resultado líquido do período		-820.474,59	-1.046.763,26
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		-1,26	-1,61

x 

x

x 

x 

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31/12/2023

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	12	2.500.433,97	2.181.270,92
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-2.868.286,44	-2.916.825,35
Resultado bruto	-	-367.852,47	-735.554,43
Outros rendimentos	9	110.917,74	361.820,03
Gastos de distribuição	-	-23.715,09	-32.017,92
Gastos administrativos	-	-306.580,78	-285.378,02
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	0,00	0,00
Outros gastos	-	-153.190,93	-269.936,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	-740.421,53	-961.066,57
Gastos de financiamento (líquidos)	9	-65.897,72	-62.023,81
Resultados antes de impostos	-	-806.319,25	-1.023.090,38
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 15	-14.155,34	-23.672,88
Resultado líquido do período	-	-820.474,59	-1.046.763,26

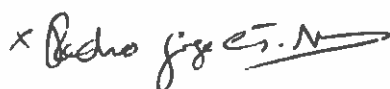
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
--	--	------	------

		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00

x 

x

x 

x 

Entidade: **MUNICÍPIA,S.A.****DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1:**

2022

Contas Individuais

Período findo em 31/12/2023
Montantes expressos em Euro

[illegible][illegible]

5

Cole

1

1

1

1

1

外伝

~~Handwritten signature~~
12/1

Entidade: **MUNICÍPIA, S.A.****DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N:**

2023

Período findo em 31/12/2023
Montantes expressos em Euros

[illegible]

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

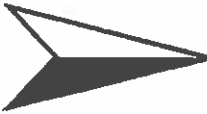
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

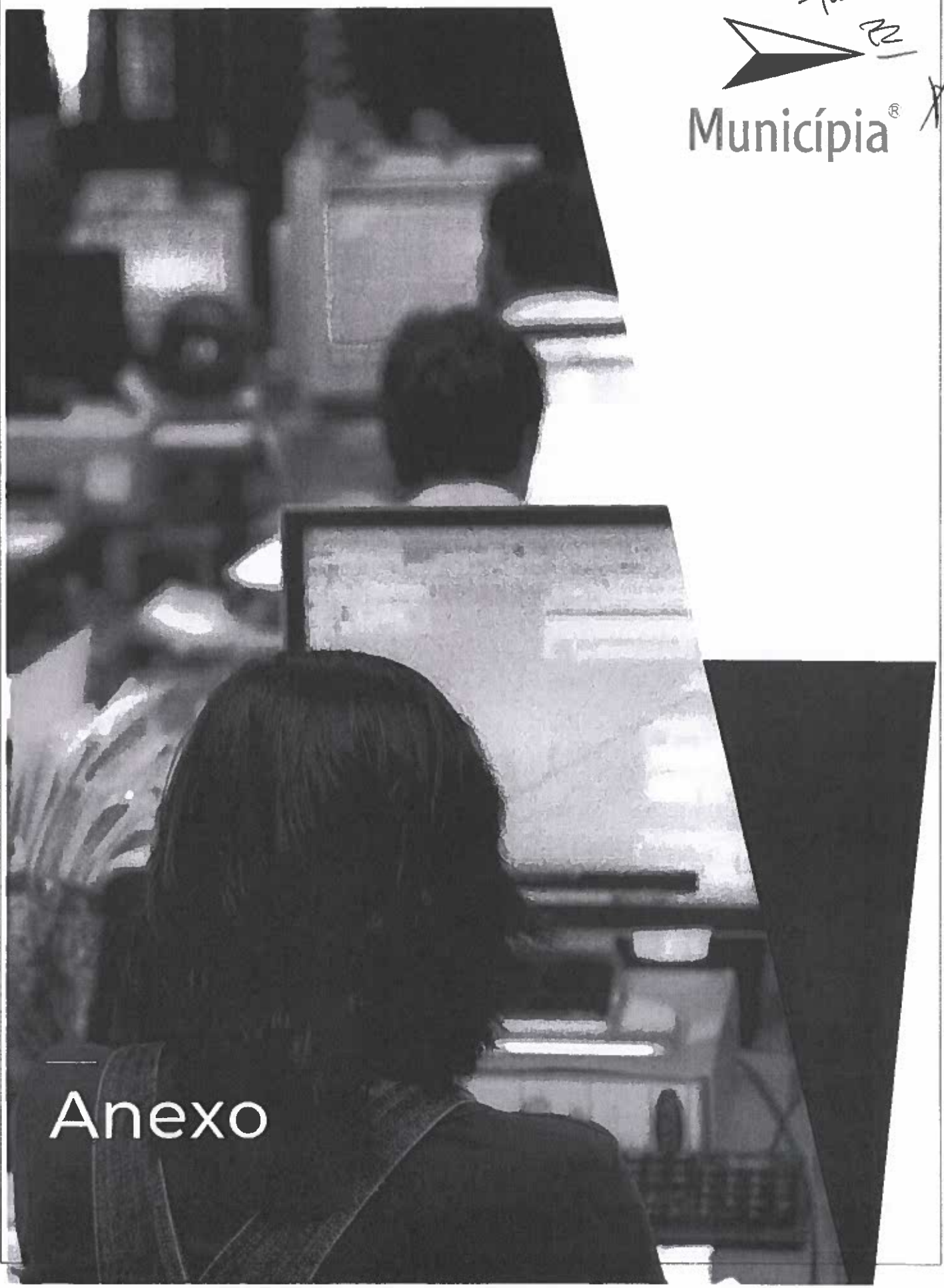
Período findo em 31/12/2023

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	3.591.611,44	4.536.434,47
Pagamentos a fornecedores	-	-1.743.213,26	-1.640.956,61
Pagamentos ao pessoal	-	-1.207.933,72	-1.020.631,86
Caixa gerada pelas operações	+-	640.464,46	1.874.846,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-14.099,16	-17.910,25
Outros recebimentos/pagamentos	+-	-1.152.351,21	-1.475.136,75
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+-	-525.985,91	381.799,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	-	-3.123,89	-57.576,58
Ativos intangíveis	-	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis	+	1.707,31	10.357,55
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	0,00	0,00
Dividendos	+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+-	-1.416,58	-47.219,03
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos	+	1.002.784,01	190.051,92
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	946.433,96	47.974,63
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	-	-1.500.016,10	-494.461,72
Juros e gastos similares	-	-50.175,86	-41.904,02
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+-	399.026,01	-298.339,19
		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+-	-128.376,48	36.240,78
Efeito das diferenças de câmbio	+-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	158.498,38	122.257,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	30.121,90	158.498,38

Hunter
BZ

Município[®] *X*



Anexo

4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2023

1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 - 3º B - 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissa. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações);
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes;
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis;
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens;
- d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos;
- e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, tendo resultado da sua aplicação o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 140.123,99 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 63.659,25 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 338.400,68 euros, essencialmente relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 340.660,03 euros, essencialmente relativos a projetos, remunerações e taxas de saneamento a liquidar;

- f) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados e especializados ao câmbio corrente da data do balanço;

- g) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, 2020, 2022 e 2023, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 1 do artigo 40º não estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar negativo;
- h) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos;
- i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante em euros
Caixa	723,28
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	29.398,62
Aplicações de Tesouraria	0,00
Total	30.121,90

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

A Municípa é detida diretamente em 60,79%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 120.434,17 euros.

LOCALIZAÇÃO É VALOR

61

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

5.3. - Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2023	Nota
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	46.304,50	34.056,86	Serviços prestados à CMO
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	490.130,31	490.130,31	Nº 2 do artigo 40 da Lei 50/2012

Unidade: Euros

6 - Ativos Intangíveis

Na rubrica de **Ativos Intangíveis** não houve qualquer investimento em 2023.

Ativos Intangíveis	Valores Bruto							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	1.358.648,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.358.648,50
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	1.358.648,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.358.648,50
Ativos Intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/ conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos Intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	806.064,51	130.346,06	0,00	0,00	936.410,57
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos Intangíveis	806.064,61	130.346,06	0,00	0,00	936.410,57
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos Intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.237,93
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.237,93
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						422.237,93

Unidade: euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 3.123,89 euros, no ano de 2023, referente a equipamento básico e administrativo.

Foram vendidas 2 viaturas obsoletas e abatidos 2 monitores por se encontrarem obsoletos.

LOCALIZAÇÃO É VALOR

63

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.289.448,30	1.443,89	-331,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.290.561,14
Equipamento de transporte	305.078,64	0,00	-8.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	296.828,64
Equipamento administrativo	116.584,89	1.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.264,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	4.301.587,04	3.123,89	-8.581,05	0,00	0,00	0,00	0,00	4.296.129,88
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	543.986,83	23.368,04	0,00	0,00	0,00	0,00	567.354,87
Equipamento básico	1.941.943,46	91.840,69	-331,05	0,00	0,00	0,00	2.033.453,10
Equipamento de transporte	268.768,03	15.250,16	-8.250,00	0,00	0,00	0,00	275.768,19
Equipamento administrativo	115.936,90	291,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.227,90
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	2.873.350,95	130.749,89	-8.581,05	0,00	0,00	0,00	2.995.519,79
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p/ venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.937,22
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257.108,04
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.060,45
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.036,99
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.610,09
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							1.300.610,09

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

8 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÉVIDA
Viatura	Novo Banco	2020	2024	25.850,66	23.221,28	2.629,38

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Viatura	25.850,66	24.234,99	1.615,67

Unidade: euros

9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2023, estavam 255.000 euros utilizados em contas correntes caucionadas e estavam em dívida 111.086,61 euros relativos a empréstimo bancário. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da locação da viatura	220,22
Juros de outros financiamentos	49.955,64

Unidade: Euros

10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 261.095,95 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Imparidades			
	Saldo Inicial	Perdas Imparidade	Reversões de perdas por Imparidade	Saldo Final
Clientes	396.588,63	0,00	0,00	396.588,63
Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Em 2023, não houve perdas por Imparidade.

12 – Rédito

No ano de 2023, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.500.434 euros.

Neste valor estão incluídos 281.352 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 62.112 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2023, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2023, não beneficiou da transferência de quaisquer subsídios.

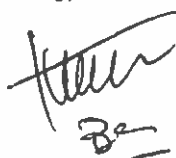
14 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Tendo em conta que o projeto dos Rduats se encontra em fase de conclusão, não foi constituída qualquer provisão, em 2023, já que havia sido constituída uma provisão de 180.000 euros, no ano transato, face às contingências do projeto em Moçambique.

Em 2023, tendo em consideração a execução física do projeto e os recebimentos, que apesar de irregulares vão liquidando a dívida, por parte do cliente FNDS (Fundo de Desenvolvimento Sustentável), a administração entendeu manter esta provisão, sem a reduzir ou reforçar, mantendo uma posição cautelar e conservadora.

LOCALIZAÇÃO É VALOR

67



Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
Total de provisões	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00

Unidade: euros

15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

Anos	Montante	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida	Saldo por utilizar	Perde-se em: Ano
		2019	2021	2022	2022		
2014	44.355,02	44.355,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2028
2015	97.982,50	77.666,18	20.316,32	0,00	0,00	0,00	2029
2020	1.287.515,36	0,00	40.213,28	0,00	0,00	1.247.302,08	2032
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2033
2022	899.139,20	0,00	0,00	0,00	0,00	899.139,20	2033
2023	800.555,43	0,00	0,00	0,00	0,00	800.555,43	2034
TOTAL	3.129.547,51	122.021,19	60.529,60	0,00	0,00	2.946.996,71	-

Unidade: euros

Impostos diferidos passivos

Estimativa de retenções de impostos futuros que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta:

ANOS	MONTANTE
2019	137.805,10
2022	-41.041,18
Subtotal do imposto diferido	96.763,92

Subtotal do imposto diferido passivo: 96.763,92 euros.

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros: 0 euros

PEC perdidos no final de 2023: 0 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2023: 0 euros

Prejuízos fiscais utilizados em 2023: 0 euros

Existiam 0 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis, considerados para base de cálculo de impostos diferidos ativos.

No entanto existem prejuízos fiscais de 1.247.302,08 euros, que podem ser utilizados até 2032, prejuízos fiscais de 899.139,20 euros, que podem ser utilizados até 2033 e prejuízos fiscais de 800.555,43 euros que podem ser utilizados até 2034. Totalizando assim 2.946.996,71 euros.

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	0,00
Tributações Autónomas	14.155,34
Derrama	0,00
Outros	0,00
Impostos Diferidos	0,00
TOTAL	14.155,34

Unidade: euros

Impostos diferidos do exercício: 0,00 euros

Impostos diferidos de exercícios anteriores: 96.763,92 euros

Utilização no período: 0 euros

Encontra-se estimado nas contas um valor de impostos diferidos de 96.763,92 euros.

Relativamente a exercícios anteriores, existe um valor de imposto referente à retenção/comissão a efetuar pelas transferências no montante de 137.805,10 euros relativo ao valor em aberto, após compensação estimada, retenção esta sobre uma base calculada em 2019 em virtude de ter sido fiavelmente mensurável à data de encerramento das contas de exercícios transatos. Destes, em 2022, foram recebidos valores faturados, tendo sido efetuadas retenções. Neste sentido procedeu-se à utilização da parte estimada de 41.041,18 euros, que não vai ser utilizada no futuro. E não existindo variação materialmente relevante de que o valor venha a ser diferente do saldo estimado no fecho destas contas.

O valor do imposto diferido passivo, que corresponde à retenção/comissão estimada futura, pode potencialmente vir a ser dedutível à coleta, reduzindo assim impostos futuros a pagar e, como tal, melhorando resultados líquidos futuros e/ou capitais próprios. No entanto devido ao grau de incerteza, aos prejuízos fiscais acumulados de exercícios anteriores, bem como o prejuízo fiscal de 2022 e 2023, e impostos diferidos, dedutíveis também em impostos futuros, achou a empresa por prudência e precaução não reconhecer tal ativo seguindo as normas e tendo em conta o elevado risco e baixa fiabilidade de mensuração. Em suma os cálculos e registos da estimativa de impostos seguiram uma estratégia conservadora.

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2023:

Um metical (MZN) = 0,01405 euros.

O número de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2023, foi de 42 pessoas.

Em 31.12.2023, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.516,49 euros mais IVA, até junho de 2023 e a partir de julho de 2023, inclusive, pelo

valor mensal de 1.546,82 euros, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

O valor por ação, em 2023, é de 5,06 euros.

A 31.12.2023, de acordo com a Lei 53-F/2006 e com a Lei 50/2012, encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Regra do Equilíbrio de Contas	13.780	42.709	47.129	0	0	90.009	0	-1.915	0	0	0	0	177.399	0	129.857	806.319
Total	1.305.287															

Unidade: Euros

Nas páginas 37 e 38 deste relatório encontram-se detalhadas as dívidas referentes à regra do equilíbrio financeiro dos acionistas.

Em seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2022 e 2023:

Descrição	2022	2023
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	0,00	0,00
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	1.445.511,98	1.305.287,28
Projetos Realizados a Faturar	299.848,84	281.351,56
Devedores acrésc. Rendimentos - outros	83.212,29	57.049,12
ANEC	1.469,85	1.469,85
Outros devedores e credores (conta do consórcio)	774.984,79	351.410,53
Projetos futuros	0,00	234.869,00
Tarefeiros	0,00	0,00
Perdas Imparidades acumuladas	0,00	0,00
Total	2.605.027,75	2.231.437,34

Unidade: euros

No decorrer do projeto RDUATS, a conta do consórcio tem vindo a ser regularizada através das faturas emitidas por parte das consorciadas, estando neste momento por regularizar

351.411 euros. Com o aproximar do fim do projeto, esta conta vai sendo regularizada até ficar saldada.

Os valores pagos para a conta bancária do consórcio têm vindo a ser liquidados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimentos Sustentável (FNDS), em tranches e com periodicidades irregulares, mas onde se denota empenho e vontade por parte do cliente na liquidação dos valores em aberto, estando em contacto permanente com o consórcio, pelo que não se perspetiva qualquer incumprimento por parte da entidade do estado FNDS.

Contudo, entende a administração realizar um acompanhamento constante de monitorização e de reuniões presenciais, de modo a acautelar que os pagamentos se mantêm, pelo menos na mesma cadência que se registaram até à presente data.

A 31 de dezembro de 2023, faltava liquidar por parte do FNDS o montante aproximado de 505.298 euros, para a conta bancária do consórcio, estando assim por liquidar menos de 13% para a liquidação integral do contrato.

É importante referir que o projeto dos Rduats, com conclusão prevista para 2020, já ultrapassou mais de 4 anos para além do previsto e mantém o resultado positivo. O orçamento previsto inclui margem e riscos que absorvem os custos que vão continuando a incorrer no âmbito do consórcio/projeto em fase de conclusão, que estimamos que ocorra até final do presente ano.

A administração mantém a expectativa de projetos futuros naquele território, nas áreas de atuação da Município, atendendo às necessidades locais e à capacidade técnica que a empresa pode levar para aquele território. Neste âmbito, a manutenção de uma equipa reduzida para gestão e fecho do projeto Rduats, ainda em curso, tem sido rentabilizada promovendo diversas ações comerciais que se prendem com a oferta de serviços para a transformação digital das cidades, bem como serviços de cadastro e de produção de informação geográfica de base a diferentes entidades públicas.

As ações comerciais garantem a presença da marca Município naquele território, sem que isso obrigue a deslocações constantes da administração àquele território, o que incorreria em custos superiores aos que se esperam ter com a permanência do escritório em Moçambique e com o interlocutor local que garante maior receptividade junto das diferentes entidades públicas.

A expectativa de concretização de novos projetos com base nos desenvolvimentos comerciais ocorridos é alta e consubstancia-se nos diversos projetos em fase final de avaliação e decisão que, acreditamos ocorra durante o primeiro semestre de 2024. O timing da decisão sobre estes projetos está alinhado com o momento político pós-eleitoral que retomou a sua normalidade recentemente.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a pagar (Outras contas a pagar) do Balanço, nos anos de 2022 e 2023:

Descrição	2022	2023
Pessoal-Remunerações a Pagar	0,00	0,00
Pessoal-Adiantamento Pagamento	50.571,04	30.810,81
Remunerações a Liquidar	201.796,97	147.898,90
Taxa Saneamento IMI	1.668,76	1.685,28
Contratos de Gestão de Frotas	32.555,07	69.637,28
Outros Acréscimos de Gastos	331.178,96	121.438,57
Sindicato	142,89	143,89
Clube M	106,00	394,00
FGCT	15,33	212,59
Total	618.035,02	372.221,32

Unidade: euros

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas, nem que exista Imparidade de ativos para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiciem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

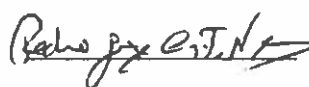
Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da empresa.

A empresa está excluída do âmbito de aplicação do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 4º do referido regime aprovado pela Lei 89/2017 de 21 de agosto.

A empresa não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações e da mesma.

Oeiras, 12 de fevereiro de 2024

O Contabilista Certificado (Nº 61.236)



Pedro Nunes

O Conselho de Administração,



Luís Miguel dos Reis Silva – *Presidente*

Maria Madalena Pereira da Silva Castro – *Administrador*



João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2023 e as perspectivas que se colocam no futuro.

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal de contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2023 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA- EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

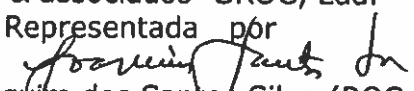
- O relatório de gestão e contas de 2023.
- A proposta de aplicação de resultados integrada no relatório de gestão.

Lisboa, 12 de Março de 2024

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por


Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA , Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2023 que evidencia um total de 5 179 818 euros e um total de capital próprio de 3 279 198 euros, incluindo um resultado de exercício negativo de 820 475 euros, a demonstração de resultados por naturezas , a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data , e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA**, em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também.

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das Estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeira

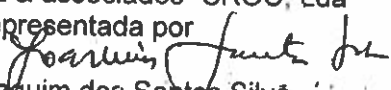
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é no essencial concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais significativas.

Lisboa, 12 de Março de 2024

Diz & associados- SROC, Lda
Representada por


Joaquim dos Santos Silva,
ROC n.º 383



rede de municípios
para a adaptação local
às alterações climáticas

A reunião

26/3/2024

A Vice-Presidente

Aldemir

CONVOCATÓRIA

Exmo. Associado da Associação adapt.local -
Rede de Municípios para a Adaptação Local às
Alterações Climáticas,

De acordo com os Estatutos da Associação adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, venho convocar V. Ex.^a para a 6.^a Reunião da Assembleia Geral, a realizar no próximo dia 12 de abril de 2024, às 16h00, em Coruche, no Observatório do Sobreiro e da Cortiça¹.

Em conformidade com os referidos Estatutos, propõe-se a seguinte ordem de trabalhos²:

1. Gestão da Associação adapt.local (ponto de situação)
2. Relatório de Atividades 2023
3. Relatório de Contas 2023
4. Plano de Atividades 2024 e respetivo Orçamento
5. 7.^a Assembleia Geral da adapt.local
6. Outros assuntos
7. Aprovação da Ata em minuta

Se à hora designada não houver o número suficiente de Associados, a Assembleia Geral iniciará meia hora mais tarde com os Associados presentes.

Os Municípios associados devem-se fazer representar pelo seu Presidente ou pelo delegado/representante previamente designado, fazendo-se acompanhar pelo seu documento de identificação. Caso o município associado se pretenda fazer representar por outro delegado, o mesmo deve estar devidamente mandatado para o efeito.

Solicitamos a confirmação de V. Exas. para o e-mail info@adapt-local.pt, até ao dia 04 de abril de 2024 (com indicação de todos os representantes da vossa entidade que estarão presentes).

Mais se informa que, conforme programa em anexo, e por cordialidade do Município de Coruche, o almoço³ que antecede a Assembleia Geral carece igualmente de confirmação.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação adapt.local,

(Vereadora do Município de Guimarães)

¹ Observatório do Sobreiro e da Cortiça - Zona Industrial do Monte da Barca, lote 41 2100-051 Coruche

² Os documentos referidos na Ordem de Trabalhos serão enviados atempadamente pelo Secretariado de Gestão para análise prévia

³ A ter lugar no Observatório do Sobreiro e da Cortiça - Zona Industrial do Monte da Barca, lote 41 2100-051 Coruche

Anexo IX



**rede de municípios
para a adaptação local
às alterações climáticas**

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2023

04 de março de 2024

Versão final

ÍNDICE

0. ENQUADRAMENTO	1
1. ASSOCIAÇÃO ADAPT.LOCAL - REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	4
1.1. Missão e Objetivos	4
1.2. Composição	5
1.3. Modelo de Organização e de Funcionamento.....	6
2. PROGRAMA DE AÇÃO 2023-2025	8
2.1. Objetivos Estratégicos para o Triénio 2023-2025	8
2.2. Prioridades Estratégicas para o Triénio 2023-2025	8
2.3. Planeamento da Atuação da adapt.local 2023-2025	9
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2023	11
3.1. Gestão da adapt.local	11
3.2. Iniciativas Previstas.....	15
3.3. Iniciativas Realizadas	15
4. BALANÇO CONTABILÍSTICO 2023	27
5. APROVAÇÃO	27



0. ENQUADRAMENTO

A Associação adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas”, doravante designada por adapt.local ou Rede, foi criada em dezembro de 2016, decorrente do projeto ClimAdaPT.Local, em que os municípios beneficiários, mediante a assinatura de uma Carta de Compromisso, formalizaram a constituição de uma parceria informal, liderada por municípios, e envolvendo outras instituições. Integrando inicialmente um conjunto de 33 municípios, e com a finalidade de dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal, ao longo dos seus anos de atividade, a adapt.local tem permitido e potenciado a partilha, entre os seus membros, de práticas, experiências e amplo conhecimento no âmbito da adaptação local às alterações climáticas, constituindo a Rede adapt.local uma boa prática já reconhecida a nível internacional.

Entre 2017 e 2021, a adapt.local manteve uma atividade e dinâmica constantes, pautadas pelo carácter informal e voluntário da rede, e assentes na concretização da missão e dos objetivos definidos, compromisso assumido por todos os seus membros, onde se destaca a realização do Seminário adapt.local – Seminário Anual de Adaptação Local às Alterações Climáticas (2017 a 2022), o desenvolvimento e a promoção do processo de *report* da adaptação local em Portugal através do CDP-ICLEI Track, principal plataforma mundial de relatórios climáticos urbanos (Memorando de Entendimento com a CDP Cities). Neste período, a disseminação da adapt.local enquanto boa prática e rede de partilha de conhecimento e experiência foi outro dos objetivos prosseguidos, procurando nomeadamente reforçar a notoriedade e o reconhecimento do valor acrescentado da Rede, destacando-se a conceção da imagem corporativa da adapt.local, a construção e manutenção do *website* da adapt.local (www.adapt-local.pt) e a participação em várias iniciativas de disseminação a nível nacional e internacional (seminários, fóruns, workshops, conferências, etc.). Paralelamente, encetaram-se esforços para o alargamento da parceria a novas autarquias e instituições.

Contudo, o carácter informal da adapt.local, aliado à ausência de recursos próprios, quer técnicos quer financeiros, revelou-se um fator limitativo de uma maior capacidade de ação e de intervenção. Desta forma, em maio de 2022, como consequência da dinâmica e do trabalho desenvolvido, mas também como forma de robustecer a sua capacidade de atuação e de intervenção, a adapt.local formalizou-se como uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, cujo processo administrativo de constituição decorreu entre 2018 e 2022 (com alguns constrangimentos provocados pela pandemia COVID 19).

A constituição da adapt.local como associação envolveu um conjunto complexo de processos, com vários procedimentos administrativos e burocráticos associados, incluindo, entre outros, a elaboração de um Estudo de Viabilidade Económico-financeira (que atestou a sustentabilidade financeira da associação, alicerçada e reforçada pela angariação de novos associados) e dos Estatutos e do Regulamento Interno da adapt.local, documentos orientadores que estabelecem, respetivamente, a sua estrutura, objetivos, funcionamento e relações internas, de forma a garantir a legalidade, transparência e coerência nas atividades da Associação,

proporcionando uma base sólida para a sua governança, e o seu modo de funcionamento interno, regras e normas para a boa persecução da entidade, através da definição da estrutura, e deveres dos membros, os processos de tomada de decisão, as responsabilidades, entre outros aspetos.

Após obtenção do parecer prévio do Tribunal de Contas aos processos de adesão dos vários municípios que integraram a “comissão constitutiva”, realizou-se no dia 17 de março de 2022, em Amarante, a Assembleia-Geral Constitutiva, na qual foi deliberada a criação da mesma e aprovado o projeto final de constituição da Associação adapt.local – Rede de Municípios para adaptação às Alterações Climáticas.

A Escritura Pública da adapt.local foi assinada no dia 20 de maio de 2022, em Quarteira (concelho de Loulé), com os seguintes municípios como signatários: CM Amarante, CM Braga, CM Bragança, CM Castelo Branco, CM Castelo de Vide, CM Coruche, CM Figueira da Foz, CM Funchal, CM Guimarães, CM Ílhavo, CM Lagos, CM Leiria, CM Loulé, CM Mafra, CM Odemira, CM Sintra, CM Torres Vedras, CM Viana do Castelo e CM Vila Franca do Campo.

Assinada a escritura, deu-se início às restantes formalidades associadas à constituição da associação, nomeadamente:

- Inscrição no Registo/Início de Atividade: para efeitos fiscais, foi exigível a inscrição da associação junto da Autoridade Tributária (AT), num prazo de 90 dias a contar do pedido da denominação;
- Inscrição na Segurança Social: a inscrição na Segurança Social foi efetuada na sequência da comunicação obrigatória da AT, na data do início de atividade;
- Pedido de Cartão de Pessoa Coletiva: cartão, de identificação múltipla, contém o NIPC que, em geral, corresponde ao número de identificação fiscal e o número de identificação da segurança social;
- Realização do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
- Processo de abertura da respetiva conta bancária.

Constituída a associação, foi realizada a eleição dos órgãos sociais em Assembleia Geral a 09 de setembro de 2022, em Torres Vedras, que exercerão as suas funções durante o quadriénio 2022-2025.

Neste seguimento, e dando cumprimento ao disposto nos Estatutos e no Regulamento Interno da Associação adapt.local, em 2023 foram definidos e aprovados, em Assembleia Geral realizada a 19 de abril de 2023, o Programa de Ação 2023-2025, o Plano de Atividades 2023 e respetivo Orçamento.

O presente documento constitui o Relatório Anual de Atividades 2023 da Associação adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, com o objetivo de reportar as atividades, iniciativas e tarefas desenvolvidas ao longo de 2023 pelos diversos órgãos da associação.



O Relatório Anual de Atividades 2023 encontra-se estruturado de forma a apresentar os seguintes conteúdos:

- **1. Associação adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas** – apresenta os objetivos da associação, o seu modelo de organização e funcionamento e a sua composição;
- **2. Programa de Ação 2023-2025** – apresenta sumariamente as prioridades estratégicas para o triénio 2023-2025 e o planeamento da associação e das ações propostas para o triénio 2023-2025;
- **3. Atividades Desenvolvidas em 2023** – onde são apresentadas as atividades e tarefas desenvolvidas ao longo de 2023;
- **4. Balanço Contabilístico 2023-2025** – onde é sumariamente apresentado o desempenho/balanço contabilístico da adapt.local em 2023;
- **5. Aprovação** - onde são enumerados os âmbitos de aprovação do presente Relatório Anual de Atividades 2023.



1. ASSOCIAÇÃO ADAPT.LOCAL - REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

1.1. MISSÃO E OBJETIVOS

A Associação adapt.local – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, adiante designada por “adapt.local” ou “Rede”, é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com natureza associativa, constituída por tempo indeterminado e que se rege pelos respetivos Estatutos, Regulamento Interno e normas de direito aplicáveis, nomeadamente o Código Civil, e a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, nas suas versões atualizadas.

A adapt.local tem por objeto criar uma rede de municípios e que integra outras entidades públicas e privadas para dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal, promovendo um processo contínuo de planeamento adaptativo que aumente a capacidade dos municípios portugueses e de outras entidades, públicas ou privadas, em incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas de atuação e nos seus instrumentos, afirmando a importância da escala local para a conceção e implementação de soluções de adaptação mais eficazes, eficientes e equitativas.

Neste contexto, de acordo com o estabelecido no artigo 3.º dos seus Estatutos, e com vista à prossecução do seu objeto, a adapt.local assume as seguintes atribuições:

- Promover um processo contínuo de planeamento municipal de adaptação às alterações climáticas;
- Promover a integração de medidas e ações de adaptação climática nas políticas locais e nos instrumentos de planeamento municipal;
- Promover a troca de conhecimento e de experiências ao nível da adaptação local entre as autarquias locais, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido associativo;
- Promover relações de cooperação internacional com outras redes, associações e entidades, facilitando a incorporação de novas abordagens e soluções, bem como a divulgação das concebidas e implementadas pelos municípios portugueses e outras entidades públicas ou privadas;
- Promover a capacitação das autarquias, nomeadamente dos eleitos e dos corpos técnicos municipais, no domínio da adaptação às alterações climáticas ao nível local;
- Promover o desenvolvimento de ferramentas e produtos que facilitem o planeamento municipal de adaptação às alterações climáticas nos municípios portugueses;



- Gerir um sistema de informação de apoio à capacitação, divulgação e comunicação no domínio da adaptação às alterações climáticas.

Complementarmente, a adapt.local visa ainda a prossecução dos seguintes objetivos:

- Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação às alterações climáticas ao nível local;
- Criar instrumentos de financiamento que apoiem o planeamento municipal de adaptação às alterações climáticas;
- Disseminar as práticas de planeamento de adaptação às alterações climáticas e da sua integração no planeamento e ordenamento do território;
- Contribuir, pelos meios ao seu dispor, para a produção e divulgação de conhecimento nos domínios referentes à problemática das alterações climáticas, entre outros, mediante realização de ações formativas;
- Promover a investigação, instigando as instituições de ensino e investigação a debruçarem-se sobre questões das alterações climáticas;
- Apoiar e promover campanhas de cidadania ambiental ou de sensibilização das comunidades locais e os diversos atores setoriais para as questões das alterações climáticas, nomeadamente as suas implicações e medidas a adotar para mitigar as suas causas e consequências;
- Organizar eventos e promover prémios nas áreas das alterações climáticas;
- Estabelecer contactos e parcerias com entidades nacionais e internacionais, tendo em vista a prossecução do objeto da adapt.local.

1.2. COMPOSIÇÃO

A Associação adapt.local é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com natureza associativa, na qual se podem associar pessoas coletivas, públicas ou privadas, com interesse no objeto social da Rede, que manifestem interesse na sua adesão, nomeadamente: municípios, comunidades intermunicipais, áreas metropolitanas, instituições de ensino superior, centros de investigação, organizações não-governamentais ou empresas, nos termos do previsto no artigo 6.º dos respetivos Estatutos, e que se distribuem pelas seguintes categorias de associados:

- **Associados Efetivos** - Municípios que sejam admitidos nos termos previstos nos Estatutos, que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos:
 - i. Disponham de uma estratégia ou plano municipal de adaptação às alterações climáticas aprovado;



- ii. Desenvolvam comprovadamente, no âmbito das suas competências, projetos e ações referentes à adaptação local às alterações climáticas.
- **Associados Auxiliares** - Pessoas coletivas, públicas ou privadas, que sejam admitidos nos termos previstos nos Estatutos, designadamente Comunidades Intermunicipais, Áreas Metropolitanas, instituições de ensino superior, centros de investigação, organizações não governamentais ou empresas, que cumpram, no mínimo, um dos seguintes requisitos:
 - i. Desenvolvam comprovadamente, no âmbito da sua atividade, a elaboração de planos, estratégias ou projetos relacionados com a adaptação às alterações climáticas;
 - ii. Desenvolvam comprovadamente investigação técnica e/ou científica, formação ou capacitação técnicas no domínio da adaptação às alterações climáticas;
 - iii. Desenvolvam comprovadamente ações de sensibilização, educação ambiental e comunicação institucional para a adaptação às alterações climáticas.

Em dezembro de 2023, a adapt.local era composta pelos seguintes associados, de acordo com a sua categoria:

- **Associados Efetivos (25)** – Municípios de: Almada, Amarante, Braga, Bragança, Cascais, Castelo Branco, Castelo de Vide, Coruche, Ferreira do Alentejo, Figueira da Foz, Funchal, Guimarães, Ílhavo, Lagos, Leiria, Lisboa, Loulé, Mafra, Montalegre, Odemira, Seia, Sintra, Tomar, Torres Vedras, Viana do Castelo e Vila Franca do Campo.
- **Associados Auxiliares (13)** – Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU), Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa, Laboratório da Paisagem; PATER – Mais Território, Planning4People (P4P), QUERCUS, Sketches & Sceneries - Consultoria, Unipessoal Lda., Universidade do Minho, ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Algarve.

1.3. MODELO DE ORGANIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO

Como associação, a adapt.local engloba os seguintes órgãos sociais:

- **Assembleia Geral** – É o órgão deliberativo da adapt.local, sendo composta pelos Associados no pleno gozo dos seus direitos sociais. As suas deliberações são soberanas tendo por limites as disposições legais imperativas e o estipulado nos Estatutos da associação. A composição, competências e modo de funcionamento da Assembleia Geral encontram-se explanados nos artigos 15.º a 19.º dos Estatutos. A mesma reúne ordinária



e obrigatoriamente duas vezes por ano, sendo que nas suas reuniões podem participar quer os associados efetivos (com direito de voto) quer os associados auxiliares (sem direito de voto). As reuniões da Assembleia-Geral são dirigidas por uma Mesa composta por um Presidente (CM Guimarães), um Vice-Presidente (CM Amarante) e um Secretário (CM Lagos) (estes membros dos órgãos sociais exercerão as suas funções durante o quadriénio 2022-2025);

- **Direção** – É o órgão responsável pela administração e gestão corrente, pela representação legal e pela coordenação da representação externa da adapt.local. A sua composição, competências e modo de funcionamento encontram-se descritas nos artigos 20.º, 21.º e 22.º dos Estatutos. A Direção é composta por um Presidente (CM Loulé), um Vice-presidente (CM Bragança), um Tesoureiro (CM Figueira da Foz) e dois vogais (CM Torres Vedras e CM Castelo de Vide), eleitos pela Assembleia Geral nos termos dos Estatutos (estes membros dos órgãos sociais exercerão as suas funções durante o quadriénio 2022-2025);
- **Conselho Fiscal** – É o órgão que fiscaliza a associação, ou seja, acompanha a gestão desenvolvida pela direção. A sua composição, competências e modo de funcionamento encontram-se descritas nos artigos 23.º, 24.º e 25.º dos Estatutos. O Conselho Fiscal da adapt.local é composto por um Presidente (CM Mafra), um Secretário (CM Vila Franca do Campo) e um Relator (CM Braga) (estes membros dos órgãos sociais exercerão as suas funções durante o quadriénio 2022-2025);
- **Secretariado de Gestão** – Estrutura técnica que apoia, operacionaliza e assegura a atividade e o funcionamento da adapt.local, nos termos definidos no artigo 11.º do Regulamento Interno da associação. O Secretariado de Gestão é composto pelo número máximo de sete associados, sendo obrigatória a integração de pelo menos um representante do Associado Efetivo que em cada momento presida à Direção. Atualmente, e durante o quadriénio 2022-2025, integram o Secretariado de Gestão: CM Loulé, CM Torres Vedras, Laboratório da Paisagem (em representação da CM Guimarães), CEDRU, PATER e o ICS-ULisboa.

2. PROGRAMA DE AÇÃO 2023-2025

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O TRIÉNIO 2023-2025

A associação adapt.local tem como Objetivos Estratégicos para o triénio 2023-2025:

- **Promover e dinamizar a adaptação local às alterações climáticas**, incentivando os municípios portugueses a desenvolver a política de ação climática no seu quadro de atuação e sensibilizando os vários atores para a necessidade de promover medidas, ações e intervenções (técnicas, regulamentares e financeiras) que facilitem a atuação das autarquias locais;
- **Consolidar a adapt.local**, no fórum da adaptação local em Portugal, ampliando o número de membros associados e assegurando uma participação ativa da associação na construção e revisão de políticas, programas, medidas e legislação facilitadores da adaptação climática ao nível local, em articulação com outras entidades e órgãos governamentais;
- **Facilitar a troca de conhecimento e de experiências entre municípios**, fortalecendo as práticas em curso e o desenvolvimento de novas soluções, alargando as experiências de adaptação local a mais municípios, assim como promover a troca de conhecimento e de experiências ao nível da adaptação local entre as autarquias locais, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido associativo;
- **Promover a capacitação das autarquias**, nomeadamente dos eleitos e dos técnicos, no domínio da adaptação às alterações climáticas ao nível local;
- **Manter um sistema de informação de apoio à capacitação** na adaptação às alterações climáticas;
- **Manter e consolidar um sistema de *report* anual sobre a adaptação climática local**, articulado com os demais instrumentos e ferramentas de monitorização existentes.

2.2. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O TRIÉNIO 2023-2025

O Programa de Ação para o triénio 2023-2025 define o quadro operativo da adapt.local nesse período, acompanhando a vigência de funções dos Órgãos Sociais, nomeadamente da Direção, definindo, com base no modelo de funcionamento adotado, na missão e objetivos assumidos pelas entidades associadas, as ações que deverão ser desenvolvidas e as suas principais características.

Neste contexto, o programa visa dar cumprimento à missão da adapt.local: promover um processo contínuo de planeamento adaptativo que aumente a capacidade dos municípios



portugueses e de outras entidades, públicas ou privadas, em incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas de atuação e nos seus instrumentos, afirmando a importância da escala local para a conceção e implementação de soluções de adaptação mais eficazes, eficientes e equitativas. Para tal, foram definidas as seguintes Prioridades Estratégicas (PE):

- **PE#1 – Promover a capacitação e a aprendizagem em rede**
- **PE#2 – Promover a notoriedade e o reconhecimento da ação climática dos municípios associados**
- **PE#3 – Promover a urgência da adaptação climática em Portugal**
- **PE#4 – Reforçar a capacidade organizativa da adapt.local**

A **PE#1 – Promover a capacitação e a aprendizagem em rede** visa promover a formação e a capacitação contínua dos técnicos e eleitos municipais, fortalecendo e atualizando a capacidade de ação dos municípios na adaptação climática ao nível local.

A **PE#2 – Promover a notoriedade e o reconhecimento da ação climática dos municípios associados** pretende implementar instrumentos e ações de comunicação que permitam promover a adapt.local, bem como divulgar os projetos e as boas práticas dos associados no âmbito da ação climática local.

A **PE#3 – Promover a urgência da adaptação climática em Portugal** tem como objetivo o desenvolvimento de ações que visem o reconhecimento da urgência da adaptação local às alterações climáticas e a sua consolidação como uma prioridade de política pública.

A **PE#4 – Reforçar a capacidade organizativa da adapt.local** visa desenvolver ações que robusteçam a adapt.local na sua capacidade organizativa e assegurem eficácia e regularidade na sua ação.

As quatro prioridades estratégicas de intervenção operacionalizam-se em quinze medidas e nas respetivas ações, a serem desenvolvidas e implementadas no período temporal entre 2023 e 2025, sendo apresentadas seguidamente.

2.3. PLANEAMENTO DA ATUAÇÃO DA ADAPT.LOCAL 2023-2025

Em resultado da finalidade, complexidade e exigência de recursos foi definido o seguinte cronograma inicial de implementação do Programa de Ação 2023-2025 da adapt.local:



PRIORIDADES ESTRATÉGICAS		MEDIDAS		CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO		
				2023	2024	2025
1	Promover a Capacitação e a Aprendizagem em Rede	1.1	Constituição de grupos de trabalho temáticos	X	X	X
		1.2	Realização de <i>webinars</i> de capacitação técnica	X	X	X
		1.3	Anuário adapt.local – boas práticas em adaptação local às alterações climáticas		X (preparação)	X
		1.4	Academia de Verão da adapt.local		X (preparação)	X
		1.5	Mood adapt.local			X
2	Promover a Notoriedade e o Reconhecimento da Ação Climática dos Municípios Associados	2.1	Conceção e manutenção de instrumentos de comunicação interna e externa	X	X	X
		2.2	Implementação do Sistema de <i>Report</i> Anual da adaptação climática local	X	X	X
		2.3	Promoção da adapt.local em fóruns especializados	X	X	X
3	Promover a Urgência da Adaptação Climática em Portugal	3.1	Realização do adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas	X	X	X
		3.2	Sensibilização das autarquias portuguesas para a importância da adaptação climática local	X	X	X
		3.3	Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local	X	X	X
		3.4	Facilitação de informação sobre financiamento da adaptação às alterações climáticas	X	X	X
		3.5	Realização do Seminário Ibérico 2024	X (preparação)	X	
4	Reforçar a capacidade organizativa da adapt.local	4.1	Constituição de uma estrutura técnica permanente	X	X	X
		4.2	Mobilização de autarquias e outras entidades com experiências de planeamento adaptativo a aderirem à adapt.local	X	X	X

Quadro 1 – Atividades e cronograma inicial de implementação do Programa de Ação 2023-2025 da adapt.local



3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2023

3.1. GESTÃO DA ADAPT.LOCAL

Ao constituir-se como associação de direito privado sem fins lucrativos, e assumindo assim um carácter formal e uma personalidade jurídica, a gestão da adapt.local passou a exigir e a incluir um trabalho contínuo a nível burocrático e administrativo, por forma a dar resposta às necessidades legais e formalidades agora exigidas.

Desta forma, para fazer face à dinâmica de atividade e ao fluxo crescente de trabalho, mas também como forma de robustecer a sua capacidade de atuação e de intervenção, em 2023, e de acordo com o definido quer no Programa de Ação 2023-2025 quer no Plano Anual de Atividades 2023, a adapt.local procedeu à contratualização de:

- Prestação de serviços, em regime de avença, com Daniela Filipa Martins Branco, licenciada em Gestão, para acompanhamento, assessoria e apoio permanente à gestão e funcionamento da associação adapt.local, incluindo a execução de tarefas e gestão administrativa, tarefas de apoio ao Secretariado de Gestão (no âmbito das competências delegadas pela Direção, de acordo com o definido no artigo 11º do Regulamento Interno da adapt.local), organização e participação em reuniões e demais iniciativas promovidas e dinamizadas bem como as tarefas e atividades inerentes e necessárias ao cumprimento do Programa de Ação e do Plano de Atividades. A contratação foi aprovada na 3ª Reunião da Direção a 19 de outubro de 2023 e efetivada a 01 de novembro de 2023. Foi dado conhecimento da mesma à Assembleia Geral em 23 de novembro de 2023;
- Serviços de Contabilidade Organizada, com Celina Maria Teixeira Pires, Contabilista Certificado nº 64478, para resposta às obrigações financeiras, nomeadamente a execução das tarefas de contabilidade de acordo com os princípios e normas contabilísticas e demais exigências legais em vigor, as quais incluem o encerramento das contas do exercício, o preenchimento e envio das declarações fiscais e seus anexos, organização do *dossier* fiscal e o fornecimento de balancetes com periodicidade trimestral. Esta contratação foi efetivada a 01 de abril de 2023, tendo sido ratificada na 3ª Reunião da Direção a 19 de outubro de 2023. Foi dado conhecimento da mesma à Assembleia Geral em 23 de novembro de 2023.

A associação adapt.local tendo vindo assim robustecer gradualmente a sua capacidade de gestão organizativa e a assegurar com eficácia e regularidade a sua atividade.

No âmbito da gestão corrente da adapt.local, ao longo de 2023, há a destacar a realização das seguintes tarefas:

- Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE)

- Diligências relativas ao acompanhamento e finalização do processo associado à abertura da Conta Bancária da associação no Banco BPI, incluindo acesso ao BPI Net;
- Desenvolvimento do Programa de Ação 2023-2025;
- Desenvolvimento Plano Anual de Atividades 2023 e respetivo Orçamento;
- Assessoria da Direção;
- Planeamento e organização das reuniões da Direção e das Assembleias Gerais, incluindo tarefas associadas ao cumprimento das formalidades necessárias à sua realização, condições logísticas, guião e demais documentação essencial à realização das mesmas;
- Acompanhamento do processo de liquidação das Quotas Anuais de 2022 e 2023 (iniciado em julho de 2023), incluindo: emissão e envio de documentos solicitados pelos associados efetivos, contactos de reforço e esclarecimento de dúvidas, articulação com o serviço de contabilidade organizada e verificação e acompanhamento de pagamentos e depósitos e emissão das respetivas faturas e recibos;
- Acompanhamento do processo e verificação da liquidação das despesas associadas à gestão, funcionamento e atividades da adapt.local e do processamento do respetivo pagamento, incluindo articulação com o banco e com o serviço de contabilidade organizada e verificação e acompanhamento de pagamentos e depósitos e emissão das respetivas faturas e recibos;
- Receção, análise, resposta e/ou encaminhamento dos contactos realizados por entidades externas com a adapt.local.

3.1.1. Secretariado de Gestão

No que se refere à gestão corrente da adapt.local, há ainda a referir a intervenção do Secretariado de Gestão que, com base nas competências delegadas pela Direção nos termos definidos no artigo 11.º do Regulamento Interno da associação, apoia, operacionaliza e participa na atividade e o funcionamento da adapt.local,

Neste âmbito, em 2023, há a referenciar a colaboração e envolvimento do Secretariado de Gestão nas seguintes tarefas:

- Desenvolvimento do Programa de Ação 2023-2025;
- Desenvolvimento Plano Anual de Atividades 2023 e respetivo Orçamento;
- Organização do Seminário adapt.local.23 (Lagos, 23 de novembro de 2023);
- Representação e promoção da adapt.local em fóruns especializados



3.2. ÓRGÃOS SOCIAIS

No que se refere aos Órgãos Sociais da adapt.local, em 2023, há a reportar a atividade abaixo descrita.

3.2.1. Direção

Ao longo de 2023, a Direção da adapt.local reuniu nos seguintes dias e locais:

- **2ª Reunião da Direção - 10 de março de 2023**

Reunião online, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Formalização da Rede numa Associação de Direito Privado (ponto de situação)
2. Programa de Ação 2023-2025, Plano de Atividades 2023 e respetivo Orçamento
3. Norma Técnica para a Constituição de Grupos de Trabalho
4. Norma Técnica para a Organização do Seminário Anual adapt.local
5. Preparação da 4ª Assembleia Geral (Cascais, 19 de abril de 2023)
6. Outros assuntos
7. Aprovação da Ata em minuta

A reunião foi presidida pelo Presidente de Direção, Vítor Aleixo, presidente da CM Loulé e nela participaram representantes de todos os membros da Direção e do Secretariado de Gestão. A ata da reunião encontra-se arquivada no Livro de Atas da Direção.

- **3ª Reunião da Direção - 19 de outubro de 2023**

A reunião, prevista realizar-se em formato presencial, no Edifício Quartel da Imagem, sob organização da Câmara Municipal da Figueira da Foz, teve que ser realizada por videoconferência, uma vez que, devido à previsão de condições meteorológicas adversas, no dia não se encontravam reunidas as condições de segurança necessárias para que a mesma tivesse lugar em presencialmente (previsão de formação de uma tempestade no Atlântico com processo de ciclogénese com incidência na zona da Figueira da Foz).

Reunião online, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aspetos formais da gestão da Associação adapt.local (ponto de situação)
2. Acesso, gestão e movimentação da conta bancária da adapt.local
3. Ratificação da contratação dos serviços de contabilidade organizada para a adapt.local
4. Contratualização de recurso(s) humano(s) para apoio permanente à adapt.local
5. Aprovação das despesas necessárias à gestão, funcionamento e atividades da adapt.local e do processamento do respetivo pagamento
6. Plano(s) de Atividades do(s) Grupo(s) de Trabalho
7. Quota Anual Associados Efetivos
8. Preparação da 5ª Assembleia Geral
9. Seminário adapt.local.23 (ponto de situação)

10. Outros assuntos

A reunião foi presidida pelo Presidente de Direção, Vítor Aleixo, presidente da CM Loulé e nela participaram representantes de todos os membros da Direção e do Secretariado de Gestão. A ata da reunião encontra-se arquivada no Livro de Atas da Direção.

3.2.2. Assembleia Geral

Ao longo de 2023, e tal como previsto nos Estatutos, a Assembleia Geral da adapt.local reuniu ordinariamente duas vezes, nos seguintes dias e locais:

- **4ª Reunião da Assembleia Geral** – Centro Cultural de Cascais (Cascais), 19 de abril de 2023

Reunião presencial, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Formalização da Rede numa Associação de Direito Privado (ponto de situação)
2. Admissão de novos associados
3. Programa de Ação 2023-2025
4. Plano de Atividades 2023 e respetivo Orçamento
5. Norma Técnica para a Constituição de Grupos de Trabalho
6. Constituição de Grupos de Trabalho
7. Norma Técnica para a Organização do Seminário Anual adapt.local
8. Outros assuntos
9. Aprovação da Ata em minuta

Presidiu à reunião Sofia Ferreira na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral. A reunião realizou-se, validamente, de acordo com os estatutos, com os associados presentes e respetivos representantes, conforme folha de presença, registada em livro, e com os representantes de Funchal, Viana do Castelo e Universidade do Minho no modo remoto. A ata da reunião encontra-se arquivada no respetivo Livro de Atas.

- **5ª Reunião da Assembleia Geral** – Edifício Paços do Concelho Século XXI (Lagos), 23 de novembro de 2023

Reunião presencial, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Gestão da Associação adapt.local (ponto de situação)
2. Quota Anual Associados Efetivos
3. Alteração ao Regulamento Interno (artigo 5º, n.º 1)
4. Alteração aos Estatutos (artigo 18º, n.º2)
5. Novos Associados
6. Realização da 6ª Assembleia Geral da adapt.local
7. Realização do Seminário adapt.local.24
8. Outros assuntos
9. Aprovação da ata em minuta



Presidiu à reunião Rita Batista, Vereadora do município de Amarante, em representação do Presidente do município de Amarante, José Jorge, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e em substituição de Sofia Ferreira, vereadora do município de Guimarães e Presidente da Mesa da Assembleia. A reunião realizou-se, validamente, de acordo com os estatutos, com os associados presentes e respetivos representantes, conforme folha de presença, registada em livro, e com os representantes de Sintra e Universidade do Minho no modo remoto. A ata da reunião encontra-se arquivada no respetivo Livro de Atas.

3.3. INICIATIVAS REALIZADAS

De acordo com o previsto no respetivo Plano Anual de Atividades, para 2023 encontrava-se prevista a realização das atividades e iniciativas abaixo assinaladas:

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS		MEDIDAS		2023
1	Promover a Capacitação e a Aprendizagem em Rede	1.1	Constituição de grupos de trabalho temáticos	X
		1.2	Realização de <i>webinars</i> de capacitação técnica	X
2	Promover a Notoriedade e o Reconhecimento da Ação Climática dos Municípios Associados	2.1	Conceção e manutenção de instrumentos de comunicação interna e externa	X
		2.2	Implementação do Sistema de <i>Report Anual</i> da adaptação climática local	X
		2.3	Promoção da adapt.local em fóruns especializados	X
3	Promover a Urgência da Adaptação Climática em Portugal	3.1	Realização do adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas	X
		3.2	Sensibilização das autarquias portuguesas para a importância da adaptação climática local	X
		3.3	Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local	X
		3.4	Facilitação de informação sobre financiamento da adaptação às alterações climáticas	X
		3.5	Realização do Seminário Ibérico 2024	X (preparação)
4	Reforçar a capacidade organizativa da adapt.local	4.1	Constituição de uma estrutura técnica permanente	X
		4.2	Mobilização de autarquias e outras entidades com experiências de planeamento adaptativo a aderirem à adapt.local	X

Quadro 2 – Atividades previstas no Plano Anual de Atividades 2023 da adapt.local

Contudo, tal como elencado acima, os primeiros meses de vida da associação foram dedicados à realização das formalidades associadas à sua constituição, organização e arranque da atividade, nomeadamente os vários registos e processos administrativos necessários, contratação de serviços de contabilidade organizada e abertura de conta bancária, condições essenciais ao funcionamento da associação e indispensáveis para processamento da cobrança e liquidação das quotas dos seus associados efetivos. Neste contexto, apenas em meados de 2023, se encontraram reunidas todas as condições para que os associados efetivos pudessem proceder ao pagamento das respetivas quotas anuais de 2022 e 2023, processo que ultrapassou o final do ano de 2023, e que à data ainda se encontra a decorrer, situação que comprometeu e condicionou a implementação plena e total do Plano Anual de Atividades 2023.



Desta forma, das iniciativas e atividades inicialmente previstas, foram total ou parcialmente implementadas as seguintes:

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS		MEDIDAS	
1	Promover a Capacitação e a Aprendizagem em Rede	1.1	Constituição de grupos de trabalho temáticos
2	Promover a Notoriedade e o Reconhecimento da Ação Climática dos Municípios Associados	2.1	Conceção e manutenção de instrumentos de comunicação interna e externa
		2.3.	Promoção da adapt.local em fóruns especializados
3	Promover a Urgência da Adaptação Climática em Portugal	3.1	Realização do adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas
		3.3	Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local
		3.4	Facilitação de informação sobre financiamento da adaptação às alterações climáticas
4	Reforçar a capacidade organizativa da adapt.local	4.1	Constituição de uma estrutura técnica permanente
		4.2	Mobilização de autarquias e outras entidades com experiências de planeamento adaptativo a aderirem à adapt.local

Quadro 3 – Atividades realizadas pela adapt.local em 2023

De seguida são apresentadas mais detalhadamente as atividades desenvolvidas ao longo de 2023:

PRIORIDADE 1	PE#1 – PROMOVER A CAPACITAÇÃO E A APRENDIZAGEM EM REDE												
Medida 1.1	Constituição de grupos de trabalho temáticos												
Descrição	De acordo com o Artigo 10.º do Regulamento da adapt.local, a Direção pode aprovar a constituição de grupos de trabalho (GT), pelo tempo considerado necessário à realização dos seus objetivos de constituição, de acordo com os objetivos previstos nos art.º 2.º e 3.º dos respetivos Estatutos. Desta forma, a presente medida prevê a criação de condições para a constituição de grupos de trabalho temáticos que se foquem na análise e discussão de questões relevantes relacionadas com a adaptação às alterações climáticas. Face ao atual contexto nacional, no início de 2023, foram propostos como temas prioritários para a constituição de GT, os Planos Municipais de Ação Climática e o Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas. Para além destes, os associados referenciaram ainda como relevantes os seguintes temas: Constituição dos Conselhos Locais de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação de Medidas de Adaptação Climática, Melhores Práticas Disponíveis em Adaptação às Alterações Climáticas e Soluções de Adaptação Climática de Base Natural (Soluções Baseadas na Natureza, Engenharia Natural, Infraestruturas Verdes e Azuis, etc.). De referir ainda que a Direção pode convidar para a constituição dos Grupos de Trabalho qualquer categoria de Associado, propondo-se ainda que os mesmos possam contar com assessoria técnica especializada e representantes de entidades externas. Em 2023, e de acordo com o planeado, foi desenvolvida e aprovada a Norma Técnica “Constituição e funcionamento dos grupos de trabalho temáticos da adapt.local” (aprovada pela Direção a 10.03.2023 e pela Assembleia Geral a 19.04.2023), tendo sido constituídos dois grupos de trabalho (GT): GT1 - Planos Municipais de Ação Climática e GT2 - Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas, com a seguinte constituição (baseada nas respetivas manifestações de interesse): - GT1 - Planos Municipais de Ação Climática – Municípios de Coruche, Castelo Branco, Funchal, Tomar e Braga (associados efetivos), Quercus e Sketch & Sceneries (associados auxiliares) - GT2 - Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas - Municípios de Amarante, Castelo de Vide, Loulé, Montalegre e Torres Vedras (associados efetivos) e Universidade do Minho (associado auxiliar) O GT2 reuniu três vezes e desenvolveu trabalho colaborativo na construção do respetivo Plano de Atividades 2023-2024, documento aprovado pela Direção a 19.10.2023.												
Objetivos Específicos	- Análise e discussão de questões relevantes relacionadas com a adaptação às alterações climáticas - Proposta e implementação de ações e iniciativas relacionadas com os temas e questões em debate nos grupos de trabalho - Produção e publicação de relatórios técnicos com as conclusões dos grupos de trabalho sobre os temas abordados												
Ações desenvolvidas em 2023	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Desenvolvimento da Norma Técnica “Constituição e funcionamento dos grupos de trabalho temáticos da adapt.local” → <i>proposta desenvolvida pelo Secretariado de Gestão e aprovada pela Direção</i>			Aprovada pela Direção a 10.03.23									
	Aprovação da Norma Técnica e da constituição dos (2) grupos de trabalho para o ano de 2023 (<i>em sede de Assembleia Geral</i>)				Aprovada a 19.04.23								
	Definição dos planos de atividades de cada grupo de trabalho e respetivo calendário: - Para desenvolvimento do respetivo Plano de Atividades, a equipa técnica afeta ao GT2 reuniu três vezes (em formato online), entre os meses de junho e agosto de 2023, com o objetivo de identificar as questões-chave e aferir o progresso dos trabalhos, tendo ainda desenvolvido trabalho colaborativo na construção do respetivo documento; - A proposta de Plano de Atividades 2023-2024 do GT2 foi finalizada a 30.08.2023.						1ª Reunião: 07/06/2023	2ª Reunião: 08/07/2023	3ª Reunião: 26/07/2023 A finalizado a 30.08.2023				
	Envio do Plano de Atividades do GT2 para o Secretariado de Gestão e aprovação do mesmo pela Direção												
Responsáveis e Entidades Envolvidas	- Direção da adapt.local - Secretariado de Gestão - Associados da adapt.local												

PRIORIDADE 1	PE#1 – PROMOVER A CAPACITAÇÃO E A APRENDIZAGEM EM REDE
Medida 1.1	Constituição de grupos de trabalho temáticos
Custos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)

PRIORIDADE 2	PE#2 – PROMOVER A NOTORIEDADE E O RECONHECIMENTO DA AÇÃO CLIMÁTICA DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS												
Medida 2.1	Conceção e manutenção de instrumentos de comunicação interna e externa												
Descrição	A comunicação externa com diferentes públicos é uma dimensão importante da atividade da adapt.local, essencial para a divulgação das ações desenvolvidas, para a difusão de boas práticas, para o envolvimento de diferentes atores e para consciencialização da opinião pública. Para assegurar a obtenção de um desempenho adequado da função comunicacional da associação em termos de eficácia e eficiência, afigura-se essencial a elaboração e/ou manutenção de instrumentos de comunicação que contribuam para consubstanciar a estratégia de comunicação externa da associação. Neste sentido, foi assegurada e atualização periódica do website oficial da adapt.local (www.adapt-local.pt), assim como a produção de novos conteúdos para o mesmo, pretendendo-se que este seja uma plataforma privilegiada de divulgação das ações desenvolvidas pela Rede e pelos seus membros, assim como de partilha de informação e de recursos técnicos relevantes sobre adaptação local às alterações climáticas. Contudo, pelos motivos acima explanados no ponto 3.3, em 2023, não foi possível elaborar um Plano de Comunicação e consequentemente os demais elementos e canais de comunicação previstos, nomeadamente perfis nas redes sociais (por exemplo, Facebook, Instagram e LinkedIn), ferramentas essenciais para a regular comunicação e divulgação da atividade da adapt.local e que permitem uma comunicação mais imediata junto de diferentes públicos interessados nas suas atividades específicas ou, em geral, na temática da adaptação às alterações climáticas.												
Objetivos Específicos	• Assegurar que os membros da adapt.local estão plenamente informados sobre o seu funcionamento e sobre as suas iniciativas • Dar visibilidade à associação, à sua missão e objetivos • Sensibilizar eleitos locais, técnicos autárquicos e sociedade civil para os desafios da adaptação local às alterações climáticas												
Ações desenvolvidas em 2023	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Atualização do sítio web da adapt.local												
Responsáveis e Entidades Envolvidas	• Secretariado de Gestão; • PATER												
Custos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)												

PRIORIDADE 2	PE#2 – PROMOVER A NOTORIEDADE E O RECONHECIMENTO DA AÇÃO CLIMÁTICA DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS												
Medida 2.3	Promoção da adapt.local em fóruns especializados												
Descrição	A afirmação do papel da adapt.local enquanto agente dinamizador das políticas de adaptação climática em Portugal pode ser potenciado através da comunicação dos seus objetivos e atividades em fóruns especializados (nas temáticas das alterações climáticas, mas também das políticas municipais), de âmbito nacional e internacional. Em 2023, esta promoção foi desenvolvida pela adapt.local através da sua Direção e do Secretariado de Gestão que representaram a adapt.local nesses fóruns, bem como pelos municípios e outras entidades associadas em fóruns especializados em que participaram (como por exemplo, em cimeiras, conferências, seminários e workshops, reuniões de redes, associações e projetos nacionais e internacionais, etc.). Neste âmbito, pode-se destacar a participação da Direção no “Mayor’s Talk: Cities Building Resilience” do European Urban Resilience Forum 2023 (Cascais, 19.10.2023) e do Secretariado de Gestão na iniciativa “Diálogo sobre o Clima e Energia” do projeto LIFE “NECPlatform - Plataformas Nacionais de Energia e Clima, a convite da Associação ZERO (Lisboa, 17 de abril de 2023).												
Objetivos Específicos	• Promover a representação institucional da adapt.local em fóruns nacionais e internacionais associados às políticas municipais ou às alterações climáticas												
Ações desenvolvidas em 2023	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Assegurar representações oficiais da Rede em fóruns especializados de âmbito nacional e internacional	Sem calendarização definida (realizado consoante as iniciativas que surgiam)											
	Promover intervenções em fóruns especializados de âmbito nacional e internacional de divulgação da Rede por parte dos seus membros	Sem calendarização definida (realizar consoante as iniciativas que surgiam)											
Responsáveis e Entidades Envolvidas	• Direção • Secretariado de Gestão • Associados da adapt.local												
Custos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)												

PRIORIDADE 3	PE#3 – PROMOVER A URGÊNCIA DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA EM PORTUGAL												
Medida 3.1	Realização do adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas												
Descrição	Em 2023, realizou-se mais uma edição do adapt.local - Seminário Anual de Adaptação Local às Alterações Climáticas, aquele que é o principal evento de adaptação local em Portugal, sendo um agente dinamizador da qualificação e da intervenção das autarquias portuguesas na adaptação às alterações climáticas e de promoção da atividade da associação e dos seus membros. O Seminário adapt.local.23 teve lugar no município de Lagos, no dia 24 de novembro, contou com a presença ativa de vários especialistas em adaptação às alterações climáticas, os quais, juntamente com os responsáveis e técnicos autárquicos de todo o país, abordaram um vasto conjunto de temas-chave relacionados com a adaptação climática, com destaque para o “Roteiro Nacional de Adaptação Climática XXI” e os desafios para o turismo; e na componente de capacitação técnica, as Soluções de Base Natural e a Redução de Risco de Desastre em contexto de alterações climáticas (temas dos workshops realizados).												
Objetivos Específicos	• Dar notoriedade à adapt.local como agente dinamizador da qualificação da intervenção das autarquias portuguesas na adaptação às alterações climáticas • Contribuir para a adesão à adapt.local de novos associados • Sensibilizar e capacitar o maior número possível de municípios e outros atores para os desafios das alterações climáticas e da adaptação local • Promover a capacitação contínua de eleitos e técnicos municipais e a atualização de conhecimentos sobre as alterações climáticas e a adaptação local • Dinamizar a partilha de boas práticas e promover a troca de conhecimentos entre os diversos setores e níveis da administração												
Ações desenvolvidas em 2023	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Definição do programa do Seminário adapt.local.23												
	Reuniões e atividades do Secretariado de Gestão, equipa do município de Lagos e estrutura técnica permanente na organização do seminário												
	Promoção do Seminário adapt.local.23 e receção de inscrições												
	Realização do Seminário adapt.local.23												
Responsáveis e Entidades Envolvidas	• Secretariado de Gestão • Associados da adapt.local • Município de Lagos • Outras Entidades (ver <i>programa abaixo</i>)												
Custos	• Despesas com oradores → 102,27€ As demais despesas associadas à organização foram asseguradas através de Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos: • As despesas gerais de organização do Seminário adapt.local.23 foram asseguradas pelo município de Lagos (local, refeições, equipamento, etc.); • A conceção gráfica dos materiais de comunicação e divulgação foi realizada pela PATER												
Programa do Seminário adapt.local.23	10:00 - 10:30 Sessão de Abertura • Hugo Pereira (Presidente CM Lagos) • Vítor Aleixo (Presidente da Direção da adapt.local) • Pedro Coelho (Diretor da Agência Portuguesa do Ambiente - ARH Algarve) 10:30 - 11:15 Adaptação Climática Local e os Desafios Políticos Locais • Moderadora – Carla Castelo (Consultora de comunicação na área do ambiente) • Ana Paula Martins (Presidente CM Tavira) • Carla Alexandra Guerreiro (Vice-presidente CM Setúbal) • Hélder Guerreiro (Presidente CM Odemira)												

PRIORIDADE 3	PE#3 – PROMOVER A URGÊNCIA DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA EM PORTUGAL
Medida 3.1	Realização do adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas
	11:15 - 11:30 Pausa 11:15 - 11:45 Projeções Climáticas, Extremos e Índices - Roteiro Nacional de Adaptação Climática XXI • Pedro Matos Soares (Instituto Dom Luiz – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa) 11:45 - 12:30 Alterações Climáticas e os Desafios do Turismo • Moderador – Sérgio Barroso (CEDRU) • André Gomes (Presidente da Região de Turismo do Algarve) • José Pacheco (Vice-Presidente da CCDR Algarve) • Nuno Marques (CM Aljezur) • Andre Arvela (CICS.NOVA - NOVA FCSH) • Howard Swan (Arquiteto do Campo de Golf da Boavista) 12:30 - 14:30 Almoço livre 15:15 - 16:45 Workshops de Capacitação Técnica Workshop 1 - Soluções de Base Natural • Moderadora – Catarina Fonseca (CE3C-FCUL) • Orador – Nuno Oliveira (NBI) Workshop 2 - Redução de Risco de Desastre • Moderador – Ricardo Garcia (IGOT-CEG) • Orador – Vítor Vaz Pinto (Comandante Regional de Emergência e Proteção Civil do Algarve) 16:45 - 17:00 Pausa 17:00 - 17:30 Sessão de Encerramento • José Apolinário (Presidente da CCDR Algarve) • Ana Seixas (Subdiretora Geral do Território)

PRIORIDADE 3	PE#3 – PROMOVER A URGÊNCIA DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA EM PORTUGAL												
Medida 3.3	Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local												
Descrição	A adaptação às alterações climáticas constitui uma prioridade nacional, considerando os seus impactos futuros sobre a nossa sociedade, economia e ecossistemas. Com efeito, Portugal encontra-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade aos impactos das alterações climáticas. Neste contexto, têm vindo a ser adotadas políticas de âmbito nacional que visam a dinamização da adaptação às alterações climáticas, incluindo ao nível local. A adapt.local procura contribuir para aprofundar este processo, acompanhando e monitorizando as políticas, os programas, as medidas e a legislação produzida que vise a adaptação às alterações climáticas ao nível local, intervindo, sempre que pertinente, através de uma posição proactiva, na sua correção ou construção. Em 2023, esta participação foi desenvolvida pela adapt.local associação através da sua Direção, do Secretariado de Gestão e dos seus associados, que sempre que possível participaram e contribuíram para estes processos.												
Objetivos Específicos	- Assegurar uma participação ativa na construção e revisão de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local - Apresentar a adapt.local, o seu objeto e âmbito de atuação a um conjunto de órgãos e de entidades governamentais (p.ex.: Ministério do Ambiente e Ação Climática, Agência Portuguesa do Ambiente e Direção Geral do Território, entre outras a identificar), e identificação das possibilidades de trabalho conjunto e/ou articulado - Articular o trabalho desenvolvido pela adapt.local com o da Seção “Ação Climática” da Associação Nacional de Municípios Portugueses												
Ações desenvolvidas em 2023	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Acompanhamento da produção de políticas, programas, medidas e legislação específica que vise a adaptação às alterações climáticas ao nível local	Sem calendarização definida (realizado consoante as iniciativas que surgiam)											
	Acompanhamento dos processos de consulta e participação pública relacionados com a adaptação às alterações climáticas, garantindo a participação da adapt.local nos mesmos através da emissão dos respetivos pareceres técnicos	Sem calendarização definida (realizado consoante os processos de paas iniciativas que surgiam)											
Responsáveis e Entidades Envolvidas	- Direção - Secretariado de Gestão - Associados da adapt.local												
Custos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)												



PRIORIDADE 3	PE#3 – PROMOVER A URGÊNCIA DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA EM PORTUGAL												
Medida 3.4	Facilitação de informação sobre financiamento da adaptação às alterações climáticas												
Descrição	O acesso a financiamento de apoio à concretização de projetos relacionados com a adaptação às alterações climáticas é um fator imprescindível para acelerar a adaptação climática a nível local. Desta forma, um dos principais objetivos da adapt.local é facilitar informação sobre fontes e mecanismos de financiamento, quer nacionais quer europeus, que possam ser utilizados pelas autarquias associadas. Em 2023, esta medida foi trabalhada no âmbito do Grupo de Trabalho 2 (GT2) - Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas (composto pelos Municípios de Amarante, Castelo de Vide, Loulé, Montalegre e Torres Vedras (associados efetivos) e Universidade do Minho (associado auxiliar)), que desenvolveu trabalho colaborativo na construção do respetivo Plano de Atividades 2023-2024 (documento aprovado pela Direção a 19.10.2023), e que inclui as seguintes medidas (a implementar principalmente em 2024): - o Atividade 1 - Levantamento e Identificação de Fontes de Informação sobre Mecanismos e Programas de Financiamento - o Atividade 2 - Publicitação de Oportunidades de Financiamento junto de Associados da adapt.Local - o Atividade 3 - Realização de Webinar de Capacitação Técnica sobre Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas Sempre que possível, procedeu-se à publicitação e divulgação, por email, de oportunidades de financiamento (e de projetos e/ou parcerias relacionadas) junto de associados da adapt.local												
Objetivos Específicos	• Identificar, acompanhar e facilitar a disseminação de potenciais fontes e mecanismos de financiamento, quer nacionais quer europeus, pelos associados; • Identificar potenciais fontes e mecanismos de financiamento do funcionamento da própria associação adapt.local e respetivas atividades, e desenvolver as respetivas candidaturas.												
Ações desenvolvidas em 2023	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Identificação de fontes de informação sobre mecanismos e programas de financiamento (programas, websites, portais, newsletters, etc.)												
	Publicitação de oportunidades de financiamento por email junto de associados da adapt.local						Sem calendarização definida (realizado consoante os avisos que surgiam)						
Responsáveis e Entidades Envolvidas	• Secretariado de Gestão • Grupo de Trabalho 2 (GT2) - Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas												
Custos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)												

PRIORIDADE 4	PE#4 – REFORÇAR A CAPACIDADE ORGANIZATIVA DA ADAPT.LOCAL												
Medida 4.1	Constituição de uma Estrutura Técnica Permanente												
Descrição	A constituição de uma estrutura técnica permanente surge como um dos pilares fulcrais para a operacionalização e dinâmica da associação adapt.local. Esta estrutura visa apoiar o funcionamento da associação, em articulação permanente com os órgãos decisores, designadamente a Direção e o Secretariado de Gestão. Em 2023, a implementação da presente medida incluiu a identificação e contratualização de serviços externos especializados indispensáveis à gestão corrente da associação adapt.local e ao cumprimento de obrigações formais diversas, nomeadamente: serviços de contabilidade organizada (incluindo um Revisor Oficial de Contas) e de uma prestação de serviços, em regime de avença, para acompanhamento, assessoria e apoio permanente à gestão e funcionamento da associação adapt.local (incluindo a execução de tarefas e gestão administrativa, tarefas de apoio ao Secretariado de Gestão, organização e participação em reuniões e demais iniciativas promovidas e dinamizadas bem como as tarefas e atividades inerentes e necessárias ao cumprimento do Programa de Ação e do Plano de Atividades).												
Objetivos Específicos	- Garantir o normal e regular funcionamento da associação adapt.local, de acordo com o definido nos respetivos Estatutos, Regulamento Interno e demais legislação aplicável - Contratualizar os serviços externos necessários aos normais e regulares funcionamento e gestão da associação adapt.local												
Ações desenvolvidas em 2023	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Definição do modo de funcionamento da adapt.local, assim como das necessidades de recursos humanos e serviços de apoio mais imediatos												
	Contratualização dos serviços de contabilidade organizada (incluindo um Revisor Oficial de Contas) e serviços de solicitação.												
	Contratação de recurso(s) humano(s) para estrutura permanente - Prestação de serviços, em regime de avença, para acompanhamento, assessoria e apoio permanente à gestão e funcionamento da associação adapt.local												
Responsáveis e Entidades Envolvidas	- Direção - Secretariado de Gestão												
Custos	Honorários: - Serviços Contabilidade – 6.211,50 €; - Serviços de acompanhamento, assessoria e gestão da adapt.local – 2.000,00 €;												

PRIORIDADE 4	PE#4 – REFORÇAR A CAPACIDADE ORGANIZATIVA DA ADAPT.LOCAL
Medida 4.2	Mobilização das autarquias e de outras entidades com experiências de planeamento adaptativo a aderirem à adapt.local
Descrição	A constituição da Associação adapt.local tem subjacente o objetivo de aumentar o seu número de associados e vir a integrar todos os municípios portugueses, envolvendo também entidades do sistema científico e tecnológico, empresas, ONG e outras, consideradas relevantes para a conceção e implementação de estratégias e medidas de adaptação local. Para isto, a adapt.local, enquanto associação, tem como uma das suas principais prioridades sensibilizar os municípios que já possuam ou estejam a desenvolver planos e estratégias de adaptação para as vantagens de aderirem a esta estrutura, e aumentar o seu número de associados efetivos. Complementarmente, a associação deverá também contactar e convidar outras entidades da administração central e regional e entidades metropolitanas e intermunicipais, assim como universidades e entidades académicas, ONG, associações e empresas para se envolverem e participarem nos seus trabalhos, projetos e iniciativas, procurando desta forma angariar novos associados auxiliares. Em 2023, a concretização da presente medida passou principalmente pela resposta aos contactos realizados quer por municípios quer por outras entidades e a disponibilização de informação e de documentação. Em 2023, aderiram à adapt.local os seguintes associados: • Associados Efetivos: Câmara Municipal de Seia (19.04.23); • Associados Auxiliares: ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável (19.04.23), Universidade NOVA de Lisboa (19.04.23) e Universidade do Algarve (23.11.23)
Objetivos Específicos	• Promover a adesão de novos associados efetivos (municípios) e auxiliares (outras entidades); • Promover a articulação com outras entidades da Administração Central e Regional e entidades metropolitanas e intermunicipais
Responsáveis e Entidades Envolvidas	• Direção • Secretariado de Gestão • Associados da adapt.local
Custos previstos	Sem custos diretos associados



4. Balanço Contabilístico 2023

Em 2023, as receitas da adapt.local provieram apenas das quotas anuais dos seus associados efetivos dos anos 2022 e 2023.

O desempenho financeiro da adapt.local referente ao exercício 2023 é apresentado no respetivo Relatório de Contas – Exercício 2023, que sumariamente apresenta o seguinte balanço:

Rendimentos	Exercício 2023	Exercício 2022
Quota Anual 2022	23.000,00 €	0,00 €
Quota Anual 2023	26.000,00 €	0,00 €
Total	49.000,00 €	0,00 €

Quadro 4 – Receitas/Rendimentos da adapt.local em 2023

Gastos	Exercício 2023	Exercício 2022
FSE	10.320,37 €	5.063,20 €
Outros Gastos e Perdas	4,02 €	
Gastos Financeiros	100,50 €	
Total	10.424,89 €	5.063,20 €

Quadro 5 – Resumo das despesas da adapt.local em 2023

Verificando-se o acréscimo do valor das receitas operacionais superior ao acréscimo dos gastos operacionais no período em análise, pelo que os resultados foram positivos no exercício de 2023, registando-se um Resultado Líquido Positivo de 38.575,11 €.

5. APROVAÇÃO

O presente Relatório Anual de Atividades 2023 foi aprovado em reunião de Direção da associação adapt.local e em sede de Assembleia Geral de associados, de acordo com o confirmado nas respetivas atas.

Código: 0012

Data: 10/02/2024

Nome: Associação ADAPT Local - Rede Municípios de Adaptação Local

Pag: 1 de 2

NIF: 516934317

BALANCETE ANALITICO

Plano Base

Dezembro / 2023

Conta	Descrição	Debito Mes	Credito Mes	Debito Ano	Credito Ano	Saldo
12	DEPÓSITOS À ORDEM	4 000,00	1 427,16	39 000,00	15 710,82	23 289,18 D
1209	BPI	4 000,00	1 427,16	39 000,00	15 710,82	23 289,18 D
12091	BPI Conta n.º1-6081388-000-001	4 000,00	1 427,16	39 000,00	15 710,82	23 289,18 D
21	CLIENTES E UTENTES	0,00	4 000,00	51 000,00	41 000,00	10 000,00 D
211	CLIENTES E UTENTES C/C	0,00	4 000,00	51 000,00	41 000,00	10 000,00 D
2111	CLIENTES GERAIS	0,00	4 000,00	51 000,00	41 000,00	10 000,00 D
21111	CLIENTES C/C - M.NAC	0,00	4 000,00	51 000,00	41 000,00	10 000,00 D
211110001	Município de LOULÉ	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110002	Município de AMARANTE	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110003	Município de BRAGA	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110004	Município de BRAGANÇA	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110005	Município de CASCAIS	0,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110006	Município de CASTELO BRANCO	0,00	0,00	4 000,00	2 000,00	2 000,00 D
211110007	Município de CORUCHE	0,00	0,00	2 000,00	0,00	2 000,00 D
211110008	Município de FERREIRA DO ALENTEJO	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110009	Município da FIGUEIRA DA FOZ	0,00	0,00	2 000,00	0,00	2 000,00 D
211110010	Município do FUNCHAL	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110011	Município de GUIMARÃES	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110012	Município de ILHAVO	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110013	Município de LAGOS	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110014	Município de LEIRIA	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110015	Município de MAFRA	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110016	Município de MONTALEGRE	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110017	Município de ODEMIRA	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110018	Município de SINTRA	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110019	Município de TOMAR	0,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110020	Município de TORRES VEDRAS	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110021	Município de VIANA DO CASTELO	0,00	0,00	2 000,00	0,00	2 000,00 D
211110022	Município de VILA FRANCA DO CAMPO	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
211110023	Município de ALMADA	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00 C
211110024	Município de LISBOA	0,00	0,00	1 000,00	0,00	1 000,00 D
211110025	Município de SEIA	0,00	0,00	1 000,00	0,00	1 000,00 D
211110026	Município de CASTELO DE VIDE	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
22	FORNECEDORES	1 410,00	1 000,00	15 185,70	14 962,97	222,73 D
221	FORNECEDORES C/C	1 410,00	1 000,00	15 185,70	14 962,97	222,73 D
2211	FORNECEDORES GERAIS	1 410,00	1 000,00	15 185,70	14 962,97	222,73 D
22111	FORNECEDORES GERAIS C/C - M.NAC	1 410,00	1 000,00	15 185,70	14 962,97	222,73 D
221110001	Cartório Notarial de Vilamoura de Nuno M S. Louro	0,00	0,00	5 063,20	5 063,20	0,00 C
221110002	Celina Maria Teixeira Pires	410,00	0,00	6 554,50	6 211,50	343,00 D
221110003	Pedro Afonso Nunes Correia de Costa Fernandes	0,00	0,00	1 568,00	1 568,00	0,00 C
221110004	Daniela Filipa Martins Branco	1 000,00	1 000,00	2 000,00	2 000,00	0,00 C
221110005	Pedro Matos Soares	0,00	0,00	0,00	120,27	120,27 C
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,00	0,00	400,00	400,00	0,00 C
242	RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	0,00	0,00	400,00	400,00	0,00 C
2422	Trabalho Independ. (Empres/Profis)	0,00	0,00	400,00	400,00	0,00 C
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	5 063,20	0,00	5 063,20 D
561	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	5 063,20	0,00	5 063,20 D
56100	Resultados Transitados - 2022	0,00	0,00	5 063,20	0,00	5 063,20 D
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1 000,00	0,00	10 320,37	0,00	10 320,37 D
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	1 000,00	0,00	10 179,50	0,00	10 179,50 D
6224	HONORÁRIOS	1 000,00	0,00	10 179,50	0,00	10 179,50 D
62241	HONORÁRIOS - M.NAC	1 000,00	0,00	10 179,50	0,00	10 179,50 D
622415	Honorários - M.Nac Ist	1 000,00	0,00	2 000,00	0,00	2 000,00 D

BALANCETE ANALITICO						
Plano Base						
Dezembro / 2023						
Conta	Descrição	Debito Mes	Credito Mes	Debito Ano	Credito Ano	Saldo
622416	Honorários - M.Nac ND	0,00	0,00	8 179,50	0,00	8 179,50 D
624	ENERGIA E FLUIDOS	0,00	0,00	72,17	0,00	72,17 D
6242	COMBUSTÍVEIS	0,00	0,00	72,17	0,00	72,17 D
62421	COMBUSTÍVEIS - M.NAC	0,00	0,00	72,17	0,00	72,17 D
624212	COMB.V.PASS/M-M.NAC (TA 10%_<25.000 Art88 IRC)	0,00	0,00	72,17	0,00	72,17 D
6242122	COMB.V.PASS/M-NAC 23% (TA 10%_<25m IRC)	0,00	0,00	72,17	0,00	72,17 D
62421226	Gasolina-V.Pass/M-ND (TA 10%_<25m IRC)	0,00	0,00	72,17	0,00	72,17 D
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	0,00	0,00	48,10	0,00	48,10 D
6251	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	0,00	0,00	48,10	0,00	48,10 D
62511	DESLOCAÇÕES E ESTADAS-M.NAC	0,00	0,00	48,10	0,00	48,10 D
625116	DESLOC.ESTADAS-M.NAC ND	0,00	0,00	48,10	0,00	48,10 D
6251164	Portagens	0,00	0,00	48,10	0,00	48,10 D
626	SERVIÇOS DIVERSOS	0,00	0,00	20,60	0,00	20,60 D
6265	CONTENCIOSO E NOTARIADO	0,00	0,00	20,60	0,00	20,60 D
62651	CONTENCIOSO E NOTARIADO-M.NAC	0,00	0,00	20,60	0,00	20,60 D
626515	Contencioso Notariado-M.Nac Ist	0,00	0,00	20,60	0,00	20,60 D
68	OUTROS GASTOS	0,66	0,00	4,02	0,00	4,02 D
681	IMPOSTOS	0,66	0,00	4,02	0,00	4,02 D
6812	IMPOSTOS INDIRETOS	0,66	0,00	4,02	0,00	4,02 D
68123	IMPOSTO DO SELO	0,66	0,00	4,02	0,00	4,02 D
6812317	ALTERAÇÕES FINANCEIRAS DIVERSAS	0,66	0,00	4,02	0,00	4,02 D
68123172	DESP.C/INTERM.BANCÁRIAS	0,66	0,00	4,02	0,00	4,02 D
681231724	Out.Comissões e Serv Fin.	0,66	0,00	4,02	0,00	4,02 D
69	GASTOS DE FINANCIAMENTO	16,50	0,00	100,50	0,00	100,50 D
698	OUTROS GASTOS DE FINANCIAMENTO	16,50	0,00	100,50	0,00	100,50 D
6981	RELATIVOS A FINANCIAMENTOS OBTIDOS	16,50	0,00	100,50	0,00	100,50 D
69811	SERVIÇOS BANCÁRIOS	16,50	0,00	100,50	0,00	100,50 D
698111	SERVIÇOS BANCÁRIOS - M.NAC	16,50	0,00	100,50	0,00	100,50 D
6981115	Serviços Bancários - M.Nac Ist	16,50	0,00	100,50	0,00	100,50 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	2 000,00	51 000,00	49 000,00 C
721	QUOTAS ASSOCIADOS	0,00	0,00	2 000,00	51 000,00	49 000,00 C
7215	ISENTAS IVA	0,00	0,00	2 000,00	51 000,00	49 000,00 C
72151	Quotas Anuais	0,00	0,00	2 000,00	51 000,00	49 000,00 C
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	5 063,20	5 063,20	0,00 C
818	RESULTADO LÍQUIDO	0,00	0,00	5 063,20	5 063,20	0,00 C
8181	Resultado Líquido do período	0,00	0,00	5 063,20	5 063,20	0,00 C
Totais do balancete		6 427,16	6 427,16	128 136,99	128 136,99	0,00 C

Entidade: Adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas
BALANÇO INDIVIDUAL em Dezembro de 2023

RUBRICAS	DATAS	
	Dezembro 2023	Dezembro 2022
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis		
Propriedades de investimento		
Activos intangíveis		
Activos biológicos		
Accionistas/sócios		
Outras contas a receber		
Outros activos financeiros		
	0,00	0,00
Activo corrente		
Inventários		
Clientes	10 000,00	
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e outros entes públicos		
Accionistas/sócios		
Outras contas a receber	222,73	
Diferimentos		
Outros activos financeiros		
Caixa e depósitos bancários	23 289,18	
	33 511,91	0,00
Total do activo	33 511,91	0,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado		
Reservas legais		
Outras reservas		
Resultados transitados	(5 063,20)	
Outras variações no capital próprio		
	-5 063,20	0,00
Resultado líquido do período	38 575,11	-5 063,20
Interesses minoritários		
Total do capital próprio	33 511,91	-5 063,20
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões		
Financiamentos obtidos		
Estado e outros entes públicos		
Accionistas/sócios		
Outras contas a pagar		
Passivo corrente		
Fornecedores		5 063,20
Adiantamentos de clientes		
Estado e outros entes públicos		
Accionistas/sócios		
Financiamentos obtidos		
Outras contas a pagar		
Diferimentos		
Outros passivos financeiros		
Total do passivo		5 063,20
Total do capital próprio e do passivo	33 511,91	0,00

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

A Direcção

Entidade: Adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em Dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	DATAS	
	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Vendas e serviços prestados	49 000,00	
Subsídios à exploração		
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	-10 320,37	-5 063,20
Gastos com o pessoal		
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos		
Outros gastos e perdas	-4,02	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	38 675,61	-5 063,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0,00	
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	38 675,61	-5 063,20
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	-100,50	
Resultado antes de impostos	38 575,11	-5 063,20
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	
Resultado líquido do período	38 575,11	-5 063,20

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

A Direcção



CONSELHO FISCAL

PARECER RELATÓRIO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2023

PARECER

Da reunião do Conselho Fiscal da rede Adapt.local- Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, realizada no 4º dia do mês de março de 2024, pelas onze e trinta, via online, com o objetivo de se analisar o Relatório de Contas 2023 da referida rede e se emitir um parecer. -----

Na referida reunião teve presente a Vereadora Marta Gomes, Presidente do Conselho Fiscal e o Vereador Altino Bessa, Relator do Conselho; -----

Foram apresentados os documentos quanto ao relatório de contas de 2023, o balancete analítico e o balanço individual do exercício de 2023.-----

CONCLUSÃO

Após a análise dos documentos, o Conselho Fiscal deliberou emitir **PARECER FAVORÁVEL**, o Relatório de Contas do ano de 2023 da rede Adapt.local.-----



rede de municípios
para a adaptação local
às alterações climáticas

Pelo Conselho Fiscal,

04/03/2024

O Presidente do Conselho Fiscal da Associação adapt.local,

Marta Gomes

(Vereadora do Município de Mafra)

O Secretário do Conselho Fiscal da Associação adapt.local,

Ricardo Rodrigues

(Presidente do Município de Vila Franca do Campo)

O Relator do Conselho Fiscal da Associação adapt.local,

Altino Bessa

(Vereador do Município de Braga)



**rede de municípios
para a adaptação local
às alterações climáticas**

Relatório de Contas 2023

Introdução

O presente documento tem por objetivo apresentar o Relatório de Contas da atividade desenvolvida pela Associação adapt.local – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas durante o exercício de 2023.

A Associação adapt.local foi constituída por escritura pública no dia 23/05/2022 e tem a sua sede na Rua Nossa Senhora de Fátima, Edifício Terminal Rodoviário, Piso 1, 8100-506 Loulé, freguesia S. Clemente, concelho de Loulé, NIPC 516 934 317, é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com natureza associativa, constituída por tempo indeterminado e que se rege pelos seus Estatutos e respetivos Regulamentos.

No exercício em análise, os Órgãos Sociais da adapt.local para o mandato 2022-2025 foram empossados em 09/09/2022 em Assembleia Geral realizada no Edifício dos Paços do Concelho de Torres Vedras e são os seguintes:

Direção

Presidente - Município de Loulé

Vice-Presidente – Município de Bragança

Vogal – Município de Torres Vedras

Vogal – Município de Castelo de Vide

Tesoureiro – Município da Figueira da Foz

Assembleia Geral

Presidente - Município de Guimarães

Vice-Presidente – Município de Amarante

Secretário – Município de Lagos

Conselho Fiscal

Presidente - Município de Mafra

Vice-Presidente – Município de Vila Franca do Campo

Relator – Município de Braga



Em 10/03/2023 foi aprovado em reunião de Direção, o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023, tendo sido ratificada em Assembleia Geral de 19/04/2023.

Demonstração de Resultados 2023:

- a) Rendimentos: 48.000,00€
- b) Gastos: 41.000,00€
- c) Resultado Líquido Previsional: 7.000,00€

Neste Relatório poder-se-á verificar e analisar os gastos e rendimentos com a comparticipação dos seus associados, como também com o seu normal funcionamento administrativo e organizacional da Associação.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram a Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Deste modo, os gastos liquidados por transferência bancária e a sua contabilização será através da saída de meios financeiros da conta do Banco BPI.

Em relação aos recebimentos relativos a quotizações e subsídios, a sua contabilização será através dos recibos da adapt.local e os mesmos serão transferidos para a Conta do Banco BPI nº 1-6081388.000.001.

Em 2023, o valor da quota anual é de 1.000,00€.

Em 19/10/2023 foi decidido por unanimidade em reunião de Direção, o aumento da quota anual de 2024 para 2.000,00€ para os associados efetivos, tendo sido ratificada em Assembleia Geral de 23/11/2023.

Análise de Contas 2023

Gastos

1. A rubrica Fornecimento e Serviços Externos assume a maior importância no total dos gastos suportados pelo adapt.local no exercício de 2023, representando 99% do total dos gastos com o valor de 10.320,37 Euros.

O valor da rubrica FSE foi assim distribuído pelas seguintes sub-rubricas:

- Honorários, com 10.179,50 € com o seguinte detalhe:
 - Serviços Contabilidade – 6.211,50 €;
 - Serviços de acompanhamento, assessoria e gestão da adapt. local – 2.000,00 €;
 - Estudo Viabilidade Económica – 1.968,00 €;
- Combustíveis, com 72,17 € (Despesas relativas ao Seminário adapt. local.23);
- Deslocações e Estadas, com 48,10 € (Despesas relativas ao Seminário adapt. local.23);
- Contencioso, com 20,60 € referente à Taxa Tribunal de Contas.

2. As Rubricas Outros Gastos e Gastos Financeiros assumem o valor de 104,52 € e é relativo aos encargos bancários, representando 1% dos Gastos.

Com a análise dos gráficos seguintes, poderemos analisar a Evolução dos Gastos:

Gastos	Exercício 2023	Exercício 2022
FSE	10.320,37 €	5.063,20 €
Outros Gastos e Perdas	4,02 €	
Gastos Financeiros	100,50 €	
Total	10.424,89 €	5.063,20 €

Os Gastos registaram um acréscimo de 5.361,69 € ou seja +106% em relação à época anterior. Este acréscimo anual foi geral, tendo todas rubricas registaram acréscimos comparativamente ao ano transato.



Rendimentos

No presente exercício, os rendimentos registaram o valor de 49.000,00 € referente unicamente às quotas anuais dos associados efetivos da adapt. local relativas a 2022 e 2023.

Pela análise do quadro seguinte podemos verificar que os Rendimentos tiveram uma evolução idêntica ao dos Gastos e registaram um acréscimo de 49000,00 € ou seja 100% em relação ao exercício anterior.

Rendimentos	Exercício 2023	Exercício 2022
Quota Anual 2022	23.000,00 €	0,00 €
Quota Anual 2023	26.000,00 €	0,00 €
Total	49.000,00 €	0,00 €

Balanço de 2023

Em relação ao Ativo, destacamos as seguintes rubricas:

Ativo Corrente em 31 de dezembro 2022	0,00 €
Ativo Corrente em 31 de dezembro 2023	33.511,91 €

Em Relação ao Capital Próprio e Passivo destacamos as seguintes rubricas:

Resultado Líquido 2022	-5.063,20 €
Resultado Líquido 2023	38.575,11 €
Capital Próprio em 31 de dezembro 2022	-5.063,20 €
Capital Próprio em 31 de dezembro 2023	33.511,91 €
Passivo em 31 de dezembro 2022	5.063,20 €
Passivo em 31 de dezembro 2023	0,00 €

Notas ao Balanço:

O valor devedor de 343,00€ do fornecedor Celina Pires deve-se a uma diferença temporal da data-valor entre o pagamento/recebimento, tendo sido emitido em 05/01/2024, a fatura recibo relativa ao pagamento em causa.



À data deste relatório, a adapt.local não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem à Segurança Social nem a quaisquer outras Entidades Públicas ou Privadas.

Resultados

Verificando-se o acréscimo do valor das receitas operacionais superior ao acréscimo dos gastos operacionais no período em análise, pelo que os resultados foram positivos no exercício de 2023, registando-se um Resultado Líquido Positivo de 38.575,11 €.

Desta forma, considerando o exposto, bem como o parecer do Conselho Fiscal em anexo, a Direção da Associação adapt.local propõe aos seus associados efetivos que aprovem o Resultado Positivo de 38.575,11 € (trinta e oito mil e quinhentos e setenta e cinco euros e onze cêntimos).

Loulé, 04 de março de 2024

A Direção,

O Presidente da Direção da Associação
adapt. local,

[Assinatura
Qualificada] Vítor
Manuel Gonçalves
Aleixo

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Vítor
Manuel Gonçalves Aleixo
Dados: 2024.03.21 11:49:07 Z

Vítor Aleixo

(Presidente do Município de Loulé)

O Tesoureiro da Direção da Associação
adapt. local,

[Assinatura
Qualificada] Manuel
António Fernandes
Domingues

Assinado de forma digital
por [Assinatura Qualificada]
Manuel António Fernandes
Domingues
Dados: 2024.03.20 15:15:18 Z

Manuel Domingues

(Vereador do Município da Figueira da Foz)



**rede de municípios
para a adaptação local
às alterações climáticas**

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2024

11 de março de 2024

Versão final

ÍNDICE

0. ENQUADRAMENTO	1
1. ASSOCIAÇÃO ADAPT.LOCAL - REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Erro! Marcador não definido.
1.1. Missão e Objetivos	Erro! Marcador não definido.
1.2. Composição	Erro! Marcador não definido.
1.3. Modelo de Organização e de Funcionamento.....	5
2. PROGRAMA DE AÇÃO	Erro! Marcador não definido.
2.1. Objetivos Estratégicos para o triénio 2023-2025	Erro! Marcador não definido.
2.2. Prioridades Estratégicas para o triénio 2023-2025	Erro! Marcador não definido.
2.3. Planeamento da Atuação da adapt.local 2023-2025.....	8
3. ATIVIDADES A DESENVOLVER EM 2024	Erro! Marcador não definido.
4. ORÇAMENTO	23
4.1. Receitas	23
4.1.1. Receitas Previstas para 2024.....	24
4.2. Despesas Previstas para 2024	24
4.3. Balanço Previsto para 2024	25
5. APROVAÇÃO	25



0. ENQUADRAMENTO

A Associação adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas”, doravante designada por adapt.local ou Rede, foi criada em dezembro de 2016, decorrente do projeto ClimAdaPT.Local, em que os municípios beneficiários, mediante a assinatura de uma Carta de Compromisso, formalizaram a constituição de uma parceria informal, liderada por municípios, e envolvendo outras instituições. Integrando inicialmente um conjunto de 33 municípios, e com a finalidade de dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal, ao longo dos seus anos de atividade, a adapt.local tem permitido e potenciado a partilha, entre os seus membros, de práticas, experiências e amplo conhecimento no âmbito da adaptação local às alterações climáticas, constituindo a Rede adapt.local uma boa prática já reconhecida a nível internacional.

Entre 2017 e 2021, a adapt.local manteve uma atividade e dinâmica constantes, pautadas pelo carácter informal e voluntário da rede, e assentes na concretização da missão e dos objetivos definidos, compromisso assumido por todos os seus membros, onde se destaca a realização do Seminário adapt.local – Seminário Anual de Adaptação Local às Alterações Climáticas (2017 a 2022), o desenvolvimento e a promoção do processo de *report* da adaptação local em Portugal através do CDP-ICLEI Track, principal plataforma mundial de relatórios climáticos urbanos (Memorando de Entendimento com a CDP Cities). Neste período, a disseminação da adapt.local enquanto boa prática e rede de partilha de conhecimento e experiência foi outro dos objetivos prosseguidos, procurando nomeadamente reforçar a notoriedade e o reconhecimento do valor acrescentado da Rede, destacando-se a conceção da imagem corporativa da adapt.local, a construção e manutenção do *website* da adapt.local (www.adapt-local.pt) e a participação em várias iniciativas de disseminação a nível nacional e internacional (seminários, fóruns, workshops, conferências, etc.). Paralelamente, encetaram-se esforços para o alargamento da parceria a novas autarquias e instituições.

Contudo, o carácter informal da adapt.local, aliado à ausência de recursos próprios, quer técnicos quer financeiros, revelou-se um fator limitativo de uma maior capacidade de ação e de intervenção. Desta forma, em maio de 2022, como consequência da dinâmica e do trabalho desenvolvido, mas também como forma de robustecer a sua capacidade de atuação e de intervenção, a adapt.local formalizou-se como uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, cujo processo administrativo de constituição decorreu entre 2018 e 2022 (com alguns constrangimentos provocados pela pandemia COVID 19).

A constituição da adapt.local como associação envolveu um conjunto complexo de processos, com vários procedimentos administrativos e burocráticos associados, incluindo, entre outros, a elaboração de um Estudo de Viabilidade Económico-financeira (que atestou a sustentabilidade financeira da associação, alicerçada e reforçada pela angariação de novos associados) e dos Estatutos e do Regulamento Interno da adapt.local, documentos orientadores que estabelecem, respetivamente, a sua estrutura, objetivos, funcionamento e relações internas,



de forma a garantir a legalidade, transparência e coerência nas atividades da Associação, proporcionando uma base sólida para a sua governança, e o seu modo de funcionamento interno, regras e normas para a boa persecução da entidade, através da definição da estrutura, e deveres dos membros, os processos de tomada de decisão, as responsabilidades, entre outros aspetos.

Após obtenção do parecer prévio do Tribunal de Contas aos processos de adesão dos vários municípios que integraram a “comissão constitutiva”, realizou-se no dia 17 de março de 2022, em Amarante, a Assembleia-Geral Constitutiva, na qual foi deliberada a criação da mesma e aprovado o projeto final de constituição da Associação adapt.local – Rede de Municípios para adaptação às Alterações Climáticas.

A Escritura Pública da adapt.local foi assinada no dia 20 de maio de 2022. Constituída a associação, foi realizada a eleição dos órgãos sociais em Assembleia Geral a 09 de setembro de 2022, em Torres Vedras, que exercerão as suas funções durante o quadriénio 2022-2025.

Neste seguimento, e dando cumprimento ao disposto nos Estatutos e no Regulamento Interno da Associação adapt.local, foi definido e aprovado, em Assembleia Geral realizada a 19 de abril de 2023, o Programa de Ação 2023-2025.

O presente documento constitui a proposta de **Plano de Atividades 2024 da Associação adapt.local**, com o objetivo de planificar as atividades e iniciativas a implementar, assim como o Orçamento afeto ao mesmo.

O presente documento encontra-se estruturado de forma a apresentar os seguintes conteúdos:

- **Capítulo 1. Associação adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas** – apresenta os objetivos da associação, o seu modelo de organização e de funcionamento e a sua composição;
- **Capítulo 2. Programa de Ação 2023-2025** – apresenta as prioridades estratégicas para o triénio 2023-2025, e o planeamento resumido (e atualizado) da atuação da associação e das ações propostas para o triénio 2023-2025;
- **Capítulo 3. Plano de Atividades 2024** – onde são apresentadas mais detalhadamente as atividades e tarefas a desenvolver ao longo de 2024;
- **Capítulo 4. Orçamento 2024** - onde são elencadas as receitas previstas para o ano 2024, assim como as despesas associadas à implementação do Plano de Atividades 2024 e ao funcionamento da associação adapt.local;
- **Capítulo 5. Aprovação** - onde são enumerados os âmbitos de aprovação do presente Plano de Atividades 2024 e orçamento associado.



1. ASSOCIAÇÃO ADAPT.LOCAL - REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

1.1. MISSÃO E OBJETIVOS

A Associação adapt.local – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, adiante designada por “adapt.local” ou “Rede”, é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com natureza associativa, constituída por tempo indeterminado e que se rege pelos respetivos Estatutos, Regulamento Interno e normas de direito aplicáveis, nomeadamente o Código Civil, e a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, nas suas versões atualizadas.

A adapt.local tem por objeto criar uma rede de municípios e que integra outras entidades públicas e privadas para dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal, promovendo um processo contínuo de planeamento adaptativo que aumente a capacidade dos municípios portugueses e de outras entidades, públicas ou privadas, em incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas de atuação e nos seus instrumentos, afirmando a importância da escala local para a conceção e implementação de soluções de adaptação mais eficazes, eficientes e equitativas.

Neste contexto, de acordo com o estabelecido no artigo 3.º dos seus Estatutos, e com vista à prossecução do seu objeto, a adapt.local assume as seguintes atribuições:

- Promover um processo contínuo de planeamento municipal de adaptação às alterações climáticas;
- Promover a integração de medidas e ações de adaptação climática nas políticas locais e nos instrumentos de planeamento municipal;
- Promover a troca de conhecimento e de experiências ao nível da adaptação local entre as autarquias locais, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido associativo;
- Promover relações de cooperação internacional com outras redes, associações e entidades, facilitando a incorporação de novas abordagens e soluções, bem como a divulgação das concebidas e implementadas pelos municípios portugueses e outras entidades públicas ou privadas;
- Promover a capacitação das autarquias, nomeadamente dos eleitos e dos corpos técnicos municipais, no domínio da adaptação às alterações climáticas ao nível local;
- Promover o desenvolvimento de ferramentas e produtos que facilitem o planeamento municipal de adaptação às alterações climáticas nos municípios portugueses;



- Gerir um sistema de informação de apoio à capacitação, divulgação e comunicação no domínio da adaptação às alterações climáticas.

Complementarmente, a adapt.local visa ainda a prossecução dos seguintes objetivos:

- Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação às alterações climáticas ao nível local;
- Criar instrumentos de financiamento que apoiem o planeamento municipal de adaptação às alterações climáticas;
- Disseminar as práticas de planeamento de adaptação às alterações climáticas e da sua integração no planeamento e ordenamento do território;
- Contribuir, pelos meios ao seu dispor, para a produção e divulgação de conhecimento nos domínios referentes à problemática das alterações climáticas, entre outros, mediante realização de ações formativas;
- Promover a investigação, instigando as instituições de ensino e investigação a debruçarem-se sobre questões das alterações climáticas;
- Apoiar e promover campanhas de cidadania ambiental ou de sensibilização das comunidades locais e os diversos atores setoriais para as questões das alterações climáticas, nomeadamente as suas implicações e medidas a adotar para mitigar as suas causas e consequências;
- Organizar eventos e promover prémios nas áreas das alterações climáticas;
- Estabelecer contactos e parcerias com entidades nacionais e internacionais, tendo em vista a prossecução do objeto da adapt.local.

1.2. COMPOSIÇÃO

A Associação adapt.local é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com natureza associativa, na qual se podem associar pessoas coletivas, públicas ou privadas, com interesse no objeto social da Rede, que manifestem interesse na sua adesão, nomeadamente: municípios, comunidades intermunicipais, áreas metropolitanas, instituições de ensino superior, centros de investigação, organizações não-governamentais ou empresas, nos termos do previsto no artigo 6.º dos respetivos Estatutos, e que se distribuem pelas seguintes categorias de associados:

- **Associados Efetivos** - Municípios que sejam admitidos nos termos previstos nos Estatutos, que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos:
 - i. Disponham de uma estratégia ou plano municipal de adaptação às alterações climáticas aprovado;



ii. Desenvolvam comprovadamente, no âmbito das suas competências, projetos e ações referentes à adaptação local às alterações climáticas.

- **Associados Auxiliares** - Pessoas coletivas, públicas ou privadas, que sejam admitidos nos termos previstos nos Estatutos, designadamente Comunidades Intermunicipais, Áreas Metropolitanas, instituições de ensino superior, centros de investigação, organizações não governamentais ou empresas, que cumpram, no mínimo, um dos seguintes requisitos:
 - i. Desenvolvam comprovadamente, no âmbito da sua atividade, a elaboração de planos, estratégias ou projetos relacionados com a adaptação às alterações climáticas;
 - ii. Desenvolvam comprovadamente investigação técnica e/ou científica, formação ou capacitação técnicas no domínio da adaptação às alterações climáticas;
 - iii. Desenvolvam comprovadamente ações de sensibilização, educação ambiental e comunicação institucional para a adaptação às alterações climáticas.

À data, a adapt.local é composta pelos seguintes associados, de acordo com a sua categoria:

- **Associados Efetivos (25)** – Municípios de: Almada, Amarante, Braga, Bragança, Cascais, Castelo Branco, Castelo de Vide, Coruche, Ferreira do Alentejo, Figueira da Foz, Funchal, Guimarães, Ílhavo, Lagos, Leiria, Lisboa, Loulé, Mafra, Montalegre, Odemira, Seia, Sintra, Tomar, Torres Vedras, Viana do Castelo e Vila Franca do Campo.
- **Associados Auxiliares (13)** – Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU), Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa, Laboratório da Paisagem; PATER – Mais Território, Planning4People (P4P), QUERCUS, Sketches & Sceneries - Consultoria, Unipessoal Lda., Universidade do Minho, ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Algarve.

1.3. MODELO DE ORGANIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO

Como associação, a adapt.local engloba os seguintes órgãos sociais:

- **Assembleia Geral** – É o órgão deliberativo da adapt.local, sendo composta pelos Associados no pleno gozo dos seus direitos sociais. As suas deliberações são soberanas tendo por limites as disposições legais imperativas e o estipulado nos Estatutos da associação. A composição, competências e modo de funcionamento da Assembleia Geral encontram-se explanados nos artigos 15.º a 19.º dos Estatutos. A mesma reúne ordinária e obrigatoriamente duas vezes por ano, sendo que nas suas reuniões podem participar quer os associados efetivos (com direito de voto) quer os associados auxiliares (sem

direito de voto). As reuniões da Assembleia-Geral são dirigidas por uma Mesa composta por um Presidente (CM Guimarães), um Vice-Presidente (CM Amarante) e um Secretário (CM Lagos) (estes membros dos órgãos sociais exercerão as suas funções durante o quadriénio 2022-2025);

- **Direção** – É o órgão responsável pela administração e gestão corrente, pela representação legal e pela coordenação da representação externa da adapt.local. A sua composição, competências e modo de funcionamento encontram-se descritas nos artigos 20.º, 21.º e 22.º dos Estatutos. A Direção é composta por um Presidente (CM Loulé), um Vice-presidente (CM Bragança), um Tesoureiro (CM Figueira da Foz) e dois vogais (CM Torres Vedras e CM Castelo de Vide), eleitos pela Assembleia Geral nos termos dos Estatutos (estes membros dos órgãos sociais exercerão as suas funções durante o quadriénio 2022-2025);
- **Conselho Fiscal** – É o órgão que fiscaliza a associação, ou seja, acompanha a gestão desenvolvida pela direção. A sua composição, competências e modo de funcionamento encontram-se descritas nos artigos 23.º, 24.º e 25.º dos Estatutos. O Conselho Fiscal da adapt.local é composto por um Presidente (CM Mafra), um Secretário (CM Vila Franca do Campo) e um Relator (CM Braga) (estes membros dos órgãos sociais exercerão as suas funções durante o quadriénio 2022-2025);
- **Secretariado de Gestão** – Estrutura técnica que apoia, operacionaliza e assegura a atividade e o funcionamento da adapt.local, nos termos definidos no artigo 11.º do Regulamento Interno da associação. O Secretariado de Gestão é composto pelo número máximo de sete associados, sendo obrigatória a integração de pelo menos um representante do Associado Efetivo que em cada momento presida à Direção. Atualmente, e durante o quadriénio 2022-2025, integram o Secretariado de Gestão: CM Loulé, CM Torres Vedras, Laboratório da Paisagem (em representação da CM Guimarães), CEDRU, PATER e o ICS-ULisboa.



2. PROGRAMA DE AÇÃO 2023-2025

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O TRIÉNIO 2023-2025

A associação adapt.local tem como Objetivos Estratégicos para o triénio 2023-2025:

- **Promover e dinamizar a adaptação local às alterações climáticas**, incentivando os municípios portugueses a desenvolver a política de ação climática no seu quadro de atuação e sensibilizando os vários atores para a necessidade de promover medidas, ações e intervenções (técnicas, regulamentares e financeiras) que facilitem a atuação das autarquias locais;
- **Consolidar a adapt.local**, no fórum da adaptação local em Portugal, ampliando o número de membros associados e assegurando uma participação ativa da associação na construção e revisão de políticas, programas, medidas e legislação facilitadores da adaptação climática ao nível local, em articulação com outras entidades e órgãos governamentais;
- **Facilitar a troca de conhecimento e de experiências entre municípios**, fortalecendo as práticas em curso e o desenvolvimento de novas soluções, alargando as experiências de adaptação local a mais municípios, assim como promover a troca de conhecimento e de experiências ao nível da adaptação local entre as autarquias locais, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido associativo;
- **Promover a capacitação das autarquias**, nomeadamente dos eleitos e dos técnicos, no domínio da adaptação às alterações climáticas ao nível local;
- **Manter um sistema de informação de apoio à capacitação na adaptação às alterações climáticas**;
- **Manter e consolidar um sistema de report anual sobre a adaptação climática local**, articulado com os demais instrumentos e ferramentas de monitorização existentes.

2.2. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O TRIÉNIO 2023-2025

O Programa de Ação para o triénio 2023-2025 define o quadro operativo da adapt.local nesse período, acompanhando a vigência de funções dos Órgãos Sociais, nomeadamente da Direção, definindo, com base no modelo de funcionamento adotado, na missão e objetivos assumidos pelas entidades associadas, as ações que deverão ser desenvolvidas e as suas principais características.

Neste contexto, o programa visa dar cumprimento à missão da adapt.local: promover um processo contínuo de planeamento adaptativo que aumente a capacidade dos municípios



portugueses e de outras entidades, públicas ou privadas, em incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas de atuação e nos seus instrumentos, afirmando a importância da escala local para a conceção e implementação de soluções de adaptação mais eficazes, eficientes e equitativas. Para tal, foram definidas as seguintes Prioridades Estratégicas (PE):

- **PE#1 – Promover a capacitação e a aprendizagem em rede**
- **PE#2 – Promover a notoriedade e o reconhecimento da ação climática dos municípios associados**
- **PE#3 – Promover a urgência da adaptação climática em Portugal**
- **PE#4 – Reforçar a capacidade organizativa da adapt.local**

A **PE#1 – Promover a capacitação e a aprendizagem em rede** visa promover a formação e a capacitação contínua dos técnicos e eleitos municipais, fortalecendo e atualizando a capacidade de ação dos municípios na adaptação climática ao nível local.

A **PE#2 – Promover a notoriedade e o reconhecimento da ação climática dos municípios associados** pretende implementar instrumentos e ações de comunicação que permitam promover a adapt.local, bem como divulgar os projetos e as boas práticas dos associados no âmbito da ação climática local.

A **PE#3 – Promover a urgência da adaptação climática em Portugal** tem como objetivo o desenvolvimento de ações que visem o reconhecimento da urgência da adaptação local às alterações climáticas e a sua consolidação como uma prioridade de política pública.

A **PE#4 – Reforçar a capacidade organizativa da adapt.local** visa desenvolver ações que robusteçam a adapt.local na sua capacidade organizativa e assegurem eficácia e regularidade na sua ação.

As quatro prioridades estratégicas de intervenção operacionalizam-se em quinze medidas e nas respetivas ações, a serem desenvolvidas e implementadas no período temporal entre 2023 e 2025, sendo apresentadas seguidamente.

2.3. PLANEAMENTO DA ATUAÇÃO DA ADAPT.LOCAL 2023-2025

Em resultado da finalidade, complexidade e exigência de recursos foi definido um cronograma de implementação do Programa de Ação 2023-2025 da adapt.local, agora atualizado:



PRIORIDADES ESTRATÉGICAS		MEDIDAS		CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO		
				2023	2024	2025
1	Promover a Capacitação e a Aprendizagem em Rede	1.1	Constituição de grupos de trabalho temáticos	X	X	X
		1.2	Realização de <i>webinars</i> de capacitação técnica	-	X	X
		1.3	Anuário adapt.local – boas práticas em adaptação local às alterações climáticas	-	X (preparação)	X
		1.4	Academia de Verão da adapt.local	-	-	X (preparação)
		1.5	Mood adapt.local	-	-	X (preparação)
2	Promover a Notoriedade e o Reconhecimento da Ação Climática dos Municípios Associados	2.1	Conceção e manutenção de instrumentos de comunicação interna e externa	-	X	X
		2.2	Implementação do Sistema de <i>Report Anual</i> da adaptação climática local	-	-	X
		2.3	Promoção da adapt.local em fóruns especializados	X	X	X
3	Promover a Urgência da Adaptação Climática em Portugal	3.1	Realização do adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas	X	X	X
		3.2	Sensibilização das autarquias portuguesas para a importância da adaptação climática local	X	X	X
		3.3	Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local	X	X	X
		3.4	Facilitação de informação sobre financiamento da adaptação às alterações climáticas	X	X	X
		3.5	Realização do Seminário Ibérico 2024	-	-	X (preparação)
4	Reforçar a capacidade organizativa da adapt.local	4.1	Constituição de uma estrutura técnica permanente	X	X	X
		4.2	Mobilização de autarquias e outras entidades com experiências de planeamento adaptativo a aderirem à adapt.local	X	X	X

Quadro 1 – Atividades e cronograma atualizado de implementação do Programa de Ação 2023-2025 da adapt.local



3. ATIVIDADES A DESENVOLVER EM 2024

De acordo com o previsto no Programa de Ação 2023-2025 da adapt.local, para 2024 encontra-se prevista a realização e dinamização das atividades e iniciativas apresentadas abaixo:

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS		MEDIDAS		2024
1	Promover a Capacitação e a Aprendizagem em Rede	1.1	Grupos de trabalho temáticos	X
		1.2	Realização de <i>webinars</i> de capacitação técnica	X
		1.3	Anuário adapt.local – boas práticas em adaptação local às alterações climáticas	X (preparação)
2	Promover a Notoriedade e o Reconhecimento da Ação Climática dos Municípios Associados	2.1	Conceção e manutenção de instrumentos de comunicação interna e externa	X
		2.3	Promoção da adapt.local em fóruns especializados	X
3	Promover a Urgência da Adaptação Climática em Portugal	3.1	Realização do adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas	X
		3.2	Sensibilização das autarquias portuguesas para a importância da adaptação climática local	X
		3.3	Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local	X
		3.4	Partilha de informação sobre financiamento da adaptação às alterações climáticas	X
4	Reforçar a capacidade organizativa da adapt.local	4.1	Constituição de uma estrutura técnica permanente	X
		4.2	Mobilização de autarquias e outras entidades com experiências de planeamento adaptativo a aderirem à adapt.local	X

Quadro 2 – Atividades previstas no Plano Anual de Atividades 2024 da adapt.local

De seguida são apresentadas mais detalhadamente as atividades a desenvolver ao longo de 2024:

PRIORIDADE 1	PE#1 – PROMOVER A CAPACITAÇÃO E A APRENDIZAGEM EM REDE
Medida 1.1	Grupos de trabalho temáticos
Descrição	De acordo com o Artigo 10.º do Regulamento da adapt.local, a Direção pode aprovar a constituição de grupos de trabalho (GT), pelo tempo considerado necessário à realização dos seus objetivos de constituição, de acordo com os objetivos previstos nos art.º 2.º e 3.º dos respetivos Estatutos. Desta forma, a presente medida prevê a criação de condições para a constituição de grupos de trabalho temáticos que se foquem na análise e discussão de questões relevantes relacionadas com a adaptação às alterações climáticas. Neste âmbito, em 2023, e de acordo com o planeado, foi desenvolvida e aprovada a Norma Técnica “Constituição e funcionamento dos grupos de trabalho temáticos da adapt.local” (aprovada pela Direção a 10.03.2023 e pela Assembleia Geral a 19.04.2023), tendo sido constituídos dois grupos de trabalho (GT): GT1 - Planos Municipais de Ação Climática e GT2 - Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas, com a seguinte constituição (baseada nas respetivas manifestações de interesse): • GT1 - Planos Municipais de Ação Climática – Municípios de Coruche, Castelo Branco, Funchal, Tomar e Braga (associados efetivos), Quercus e Sketch & Sceneries (associados auxiliares) • GT2 - Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas - Municípios de Amarante, Castelo de Vide, Loulé, Montalegre e Torres Vedras (associados efetivos) e Universidade do Minho (associado auxiliar) - O GT2 reuniu três vezes e desenvolveu trabalho colaborativo na construção do respetivo Plano de Atividades 2023-2024, documento aprovado pela Direção a 19.10.2023. Em 2024, deverá ser dada continuidade à atividade dos GT criados e à implementação do Plano de Atividades 2023-2024 do GT2, nomeadamente das seguintes atividades aí constantes: • Atividade 1 - Levantamento e Identificação de Fontes de Informação sobre Mecanismos e Programas de Financiamento • Atividade 2 - Publicitação de Oportunidades de Financiamento junto de Associados da adapt.local • Atividade 3 - Realização de <i>Webinar</i> de Capacitação Técnica sobre Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas De referir que as atividades acima se articulam com as Medidas 1.2 - Realização de <i>webinars</i> de capacitação técnica e 2.1 - Conceção e manutenção de instrumentos de comunicação interna e externa.
Objetivos Específicos	• Análise e discussão de questões relevantes relacionadas com a adaptação às alterações climáticas • Proposta e implementação de ações e iniciativas relacionadas com os temas e questões em debate nos grupos de trabalho • Produção e publicação de relatórios técnicos com as conclusões dos grupos de trabalho sobre os temas abordados
Responsáveis e Entidades a Envolver	• Direção da adapt.local • Secretariado de Gestão • Associados da adapt.local
Custos previstos	• Realização de Webinar de Capacitação Técnica sobre Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas → 500,00 € (valor englobado no orçamento da Medida 1.2) • As demais atividades: ◦ Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)



PRIORIDADE 1	PE#1 – PROMOVER A CAPACITAÇÃO E A APRENDIZAGEM EM REDE												
Medida 1.2	Realização de <i>webinars</i> de capacitação técnica												
Descrição	Os <i>webinars</i> são uma ferramenta de grande utilidade para promover de forma ágil e eficaz a capacitação técnica. Deste modo, durante o triénio 2023-2025, pretende-se dar início a um ciclo de <i>webinars</i> temáticos no âmbito da ação climática municipal, em coerência com as obrigações municipais fixadas na Lei do Clima. A presente medida será implementada ao longo de 2024, pretendendo-se envolver na sua construção e dinamização as Universidades e os Centros de Conhecimento associados da adapt.local. Esta medida articula-se com a Medida 1.1 - Constituição de grupos de trabalho temáticos, nomeadamente na implementação de uma das atividades do GT2, e constitui uma base para a preparação e concretização da Medida 1.3 - Anuário adapt.local – boas práticas em adaptação local às alterações climáticas.												
Objetivos Específicos	• Capacitação técnica no âmbito da ação climática												
Ações a desenvolver em 2024	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Conceção de inquérito dirigido aos associados da adapt.local, para aferição das suas necessidades de capacitação												
	Envio do inquérito aos associados da adapt.local, para resposta e recolha de contributos												
	Reunião com Universidades e Centros de Conhecimento associados para proposta de programa de capacitação												
	Definição do programa, calendário e oradores a convidar para a dinamização dos <i>webinars</i> . Contacto com associados efetivos (municípios) para identificação de boas práticas no âmbito das temáticas dos <i>webinars</i>												
	Divulgação do programa e calendário dos <i>webinars</i>												
	Organização e dinamização dos <i>webinars</i>												
	Avaliação da realização dos <i>webinars</i>												
Responsáveis e Entidades a Envolver	• Secretariado de Gestão • Associados auxiliares (Universidades e Centros de Conhecimento) • Associados efetivos • Outras entidades (Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral do Território, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Governos Regionais, Comunidades Intermunicipais, Universidades, Organizações Não Governamentais, entre outras).												
Custos previstos	• TOTAL → 3.000,00€ (Prevendo a realização de seis <i>webinars</i> , incluindo o da Medida 1.1)												

PRIORIDADE 1	PE#1 – PROMOVER A CAPACITAÇÃO E A APRENDIZAGEM EM REDE												
Medida 1.3	Anuário adapt.local – Boas Práticas em Adaptação Local às Alterações Climáticas												
Descrição	A conceção e edição do Anuário Adapt.local, publicação digital anual tem como objetivo compilar e divulgar os projetos e as boas práticas municipais em adaptação às alterações climáticas. A base de trabalho para a concretização desta Medida será a realização de um diagnóstico/estado da arte da adaptação climática em Portugal, com enfoque nos municípios associados da rede, nomeadamente através da aplicação e resposta a um inquérito a desenvolver pelo ICS-ULisboa e do contacto com os municípios, tarefas preparatórias a realizar ao longo de 2024.												
Objetivos Específicos	- Realização de um diagnóstico/estado da arte da adaptação climática em Portugal, com enfoque nos municípios associados da rede - Compilação e divulgação dos projetos e das boas práticas municipais em adaptação às alterações climáticas, tendo em vista a construção de um catálogo sobre a mesma - Partilha de conhecimento, de projetos e práticas municipais entre os associados												
Ações a desenvolver em 2024	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Conceção de inquérito dirigido aos associados da adapt.local												
	Aplicação/resposta ao inquérito por parte dos associados da adapt.local												
	Recolha de informação junto dos associados relativa projetos e das boas práticas municipais em adaptação às alterações climáticas												
Responsáveis e Entidades a Envolver	- Direção da adapt.local - Secretariado de Gestão - Associados da adapt.local - Outras entidades (Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral do Território, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Governos Regionais, Comunidades Intermunicipais, Universidades, Organizações Não Governamentais, entre outras).												
Custos previstos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)												

PRIORIDADE 2	PE#2 – PROMOVER A NOTORIEDADE E O RECONHECIMENTO DA AÇÃO CLIMÁTICA DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS													
Medida 2.1	Conceção e manutenção de instrumentos de comunicação interna e externa													
Descrição	A comunicação externa com diferentes públicos é uma dimensão importante da atividade da adapt.local, essencial para a divulgação das ações desenvolvidas, para a difusão de boas práticas, para o envolvimento de diferentes atores e para consciencialização da opinião pública. Para assegurar a obtenção de um desempenho adequado da função comunicacional da associação em termos de eficácia e eficiência, afigura-se essencial a elaboração e/ou manutenção de instrumentos de comunicação que contribuam para consubstanciar a estratégia de comunicação externa da associação. Neste sentido, e afigura-se essencial proceder à reestruturação e remodelação do <i>website</i> oficial da adapt.local (www.adapt-local.pt), assim como a produção de novos conteúdos para o mesmo. A revisão do sítio web da adapt.local deve visar: • Melhorar a atratividade - Melhorar a qualidade gráfica do site tornando mais atrativa a sua consulta; • Aumentar a capacidade de comunicação - Melhorar a capacidade de comunicação, revendo os textos, organização e criando uma versão em Inglês que facilite a interação por outras entidades, especialmente no espaço da EU; • Aumentar a notoriedade da ação climática dos membros - Alargar significativamente a informação disponibilizada sobre a ação climática dos municípios. Como plataforma privilegiada, o <i>síte</i> da adapt.local deve integrar as seguintes potencialidades: • Portal de promoção institucional da adapt.local - Deve oferecer de forma clara e completa informação institucional sobre a rede (missão, organização e funcionamento e adesão) e sobre as atividades que são realizadas; • Portal de dinamização da adaptação climática em Portugal - Deve promover a prática da adaptação em Portugal dando visibilidade e notoriedade às práticas de adaptação, com especial destaque para as que são promovidas pelos seus associados; • Centro de recursos para a adaptação local às alterações climáticas - Deve oferecer informação que permita capacitar os técnicos municipais, os praticantes e os investigadores nas práticas de planeamento e ação climática na área da adaptação. Outra tarefa premente a desenvolver em 2024 será a elaboração de um Plano de Comunicação, que defina a estratégia de comunicação e divulgação da adapt.local, incluindo os meios, materiais e ferramentas necessárias à mesma. Complementarmente, deverão ainda ser criados vários canais de comunicação regular da associação nas redes sociais (por exemplo, Facebook, Instagram e LinkedIn), que permitam uma comunicação mais imediata junto de diferentes públicos interessados nas suas atividades específicas ou, em geral, na temática da adaptação às alterações climáticas. Deverá igualmente constituir-se uma <i>mailing list</i> atualizada de órgãos de comunicação social, de modo a mantê-los informados regularmente sobre a atividade da Rede.													
	Objetivos Específicos	• Assegurar que os membros da adapt.local estão plenamente informados sobre o seu funcionamento e sobre as suas iniciativas • Dar visibilidade à associação, à sua missão e objetivos • Sensibilizar eleitos locais, técnicos autárquicos e sociedade civil para os desafios da adaptação local às alterações climáticas												
Ações a desenvolver em 2024	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	Remodelação e atualização do sítio web da adapt.local													
	Elaboração do Plano de Comunicação da adapt.local													
	Criação de páginas e perfis nas redes sociais e atualização periódica dos mesmos													
	Constituição de uma <i>mailing list</i> atualizada de órgãos de comunicação social													
	Gestão de sítio web e redes sociais da adapt.local													
	Produção dos elementos e dos materiais de divulgação e comunicação definidos no													



PRIORIDADE 2	PE#2 – PROMOVER A NOTORIEDADE E O RECONHECIMENTO DA AÇÃO CLIMÁTICA DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS												
Medida 2.1	Conceção e manutenção de instrumentos de comunicação interna e externa												
	Plano de Comunicação da adapt.local												
Responsáveis e Entidades a Envolver	Secretariado de Gestão												
Custos previstos	TOTAL → 35.000,00€ - Reestruturação/remodelação do <i>website</i> da adapt.local → 20.000,00 € - Produção de elementos e de materiais de divulgação e comunicação → 15.000,00 €												

PRIORIDADE 2	PE#2 – PROMOVER A NOTORIEDADE E O RECONHECIMENTO DA AÇÃO CLIMÁTICA DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS												
Medida 2.3	Promoção da adapt.local em fóruns especializados												
Descrição	A afirmação do papel da adapt.local enquanto agente dinamizador das políticas de adaptação climática em Portugal pode ser potenciado através da comunicação dos seus objetivos e atividades em fóruns especializados (nas temáticas das alterações climáticas, mas também das políticas municipais), de âmbito nacional e internacional. Esta promoção poderá ser desenvolvida pela associação através da sua Direção e do Secretariado de Gestão, que poderão representar a adapt.local nesses fóruns. Poderá também ser desenvolvida, em alternativa ou complementarmente, pelos municípios e outras entidades associadas, a par da sua participação em fóruns especializados em que estejam envolvidos (como por exemplo, em cimeiras, conferências, seminários e workshops, reuniões de redes, associações e projetos nacionais e internacionais, etc.). Estas ações deverão, preferencialmente, ser articuladas com o Plano de Comunicação da adapt.local (Medida 2.1 – Conceção e manutenção dos instrumentos de comunicação interna e externa), sobretudo no respeitante aos meios, mensagens e conteúdos de comunicação, assim como deverão ser reportadas e partilhadas com os restantes associados da adapt.local.												
Objetivos Específicos	• Promover a representação institucional da adapt.local em fóruns nacionais e internacionais associados às políticas municipais ou às alterações climáticas												
Ações a desenvolver em 2024	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Assegurar representações oficiais da Rede em fóruns especializados de âmbito nacional e internacional	Sem calendarização definida (a realizar consoante as iniciativas que surjam)											
	Promover intervenções em fóruns especializados de âmbito nacional e internacional de divulgação da Rede por parte dos seus membros	Sem calendarização definida (a realizar consoante as iniciativas que surjam)											
Responsáveis e Entidades a Envolver	• Direção • Secretariado de Gestão • Associados da adapt.local												
Custos previstos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)												

PRIORIDADE 3	PE#3 – PROMOVER A URGÊNCIA DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA EM PORTUGAL													
Medida 3.1	Realização do adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas													
Descrição	O adapt.local - Seminário Anual de Adaptação Local às Alterações Climáticas constitui-se como o principal evento de adaptação local em Portugal, sendo um agente dinamizador da qualificação da intervenção das autarquias portuguesas na adaptação às alterações climáticas e de promoção da atividade da rede e dos seus membros. Realizado com uma periodicidade anual e coorganizado em parceria com o município anfitrião, o Seminário adapt.local conta com a participação de oradores e especialistas, nacionais e internacionais, e incluiu uma componente de capacitação técnica, através da realização de workshops e apresentação de boas práticas. Em 2024, o Seminário adapt.local terá lugar no município de Odemira, previsivelmente no dia 18 de outubro, mantendo como objetivos reforçar a visibilidade da associação, contribuir para a adesão de novos associados, bem como promover importantes momentos para a partilha de conhecimento e experiências entre municípios, instituições de ensino superior e do meio científico e tecnológico, empresas e setor associativo, fortalecendo as práticas em curso e o desenvolvimento de soluções inovadoras, alargando as experiências de adaptação local a mais municípios.													
Objetivos Específicos	• Dar notoriedade à adapt.local como agente dinamizador da qualificação da intervenção das autarquias portuguesas na adaptação às alterações climáticas • Contribuir para a adesão à adapt.local de novos associados • Sensibilizar e capacitar o maior número possível de municípios e outros atores para os desafios das alterações climáticas e da adaptação local • Promover a capacitação contínua de eleitos e técnicos municipais e a atualização de conhecimentos sobre as alterações climáticas e a adaptação local • Dinamizar a partilha de boas práticas e promover a troca de conhecimentos entre os diversos setores e níveis da administração													
Ações a desenvolver em 2024	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	Definição do programa do Seminário adapt.local.24													
	Reuniões e atividades do Secretariado de Gestão, equipa do município de Odemira e estrutura técnica permanente na organização do seminário													
	Promoção do Seminário adapt.local.24 e receção de inscrições													
	Realização do Seminário adapt.local.23													
Responsáveis e Entidades a Envolver	• Secretariado de Gestão • Associados da adapt.local • Outras entidades (Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral do Território, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Governos Regionais, Comunidades Intermunicipais, Universidades, Organizações Não Governamentais, entre outras).													
Custos previstos	TOTAL → 8.000,00€ • Contratualização de oradores → 5.000,00€ • Divulgação e publicidade (nomeadamente em jornais de tiragem nacional) → 3.000,00€													

PRIORIDADE 3	PE#3 – PROMOVER A URGÊNCIA DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA EM PORTUGAL												
Medida 3.2	Sensibilização das autarquias portuguesas para a importância da adaptação climática local												
Descrição	A adapt.local tem como prioridade a sensibilização dos municípios para a importância da adaptação local, enfatizando os benefícios da mesma e destacando os custos da inação. A concretização da medida encontra-se interligada com a Medida 2.1, no âmbito da qual irão ser definidas as principais formas de divulgação do trabalho da adapt.local. A curto prazo, a adapt.local deverá estimular o desenvolvimento dos planos municipais de ação climática e a sua integração nos instrumentos de planeamento municipal e de ordenamento do território. Consequentemente, a integração na associação destas autarquias afigura-se igualmente importante para a dinamização da adaptação local às alterações climáticas em Portugal. Para a concretização desta medida, contribui ainda a implementação articulada de outras medidas que integram o Programa de Ação 2023-2025, como por exemplo, a realização anual do Seminário adapt.local (Medida 3.1), a participação da adapt.local em fóruns especializados (Medida 2.3) e a elaboração do Anuário adapt.local – Boas Práticas em Adaptação Local às Alterações Climáticas (Medida 1.3).												
Objetivos Específicos	• Sensibilizar os municípios portugueses para o desafio e para a importância da adaptação local às alterações climáticas • Divulgar o trabalho da adapt.local, a ação climática local dos seus associados e as boas práticas em curso no âmbito da adaptação climática (leading by exemple) • Incentivar a adesão dos municípios portugueses à Associação adapt.local												
Ações a desenvolver em 2024	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Divulgar os planos municipais de ação climática e as estratégias de adaptação às alterações climáticas elaborados pelos municípios da adapt.local, através do website da associação												
	Definir e implementar o Plano de Comunicação da adapt.local (elaborado no âmbito da Medida 2.1), incluindo as principais formas de divulgação do trabalho da adapt.local, da ação climática local dos seus associados e das boas práticas em curso no âmbito da adaptação climática												
	Alimentação regular da área “recursos” do website da adapt.local com ferramentas e documentos técnicos relevantes sobre adaptação												
Responsáveis e Entidades a Envolver	• Secretariado de Gestão • Associados da adapt.local												
Custos previstos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)												



PRIORIDADE 3	PE#3 – PROMOVER A URGÊNCIA DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA EM PORTUGAL													
Medida 3.3	Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local													
Descrição	A adaptação às alterações climáticas constitui uma prioridade nacional, considerando os seus impactos futuros sobre a nossa sociedade, economia e ecossistemas. Com efeito, Portugal encontra-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade aos impactos das alterações climáticas. Neste contexto, têm vindo a ser adotadas políticas de âmbito nacional que visam a dinamização da adaptação às alterações climáticas, incluindo ao nível local. A adapt.local deverá contribuir para aprofundar este processo, acompanhando e monitorizando as políticas, os programas, as medidas e a legislação produzida que vise a adaptação às alterações climáticas ao nível local, intervindo, sempre que pertinente, através de uma posição proactiva, na sua correção ou construção.													
Objetivos Específicos	• Assegurar uma participação ativa na construção e revisão de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local • Apresentar a adapt.local, o seu objeto e âmbito de atuação a um conjunto de órgãos e de entidades governamentais (ex.: Ministério do Ambiente e Ação Climática, Agência Portuguesa do Ambiente e Direção Geral do Território, entre outras a identificar), e identificação das possibilidades de trabalho conjunto e/ou articulado • Articular o trabalho desenvolvido pela adapt.local com o da Seção “Ação Climática” da Associação Nacional de Municípios Portugueses													
Ações a desenvolver em 2024	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	Acompanhar proactivamente a produção de políticas, programas, medidas e legislação específica que vise a adaptação às alterações climáticas ao nível local	Sem calendarização definida (a realizar consoante as iniciativas que surjam)												
	Acompanhar os processos de consulta e participação pública relacionados com a adaptação às alterações climáticas, garantindo a participação da adapt.local nos mesmos através da emissão dos respetivos pareceres técnicos	Sem calendarização definida (a realizar consoante os processos e/ou iniciativas que surjam)												
	Definir uma lista de órgãos e de entidades governamentais a contactar para agendamento de reuniões de apresentação da adapt.local e do seu objeto e âmbito de atuação e identificação das possibilidades de trabalho conjunto e/ou articulado													
	Contactar a Seção “Ação Climática” da Associação Nacional de Municípios Portugueses e agendar reunião para análise de proposta de articulação e desenvolvimento de trabalho conjunto													
Responsáveis e Entidades a Envolver	• Direção • Secretariado de Gestão • Associados da adapt.local													
Custos previstos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)													



PRIORIDADE 3	PE#3 – PROMOVER A URGÊNCIA DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA EM PORTUGAL													
Medida 3.4	Facilitação de informação sobre financiamento da adaptação às alterações climáticas													
Descrição	O acesso a financiamento de apoio à concretização de projetos relacionados com a adaptação às alterações climáticas é um fator imprescindível para acelerar a adaptação climática a nível local. Desta forma, um dos principais objetivos da adapt.local é facilitar informação sobre fontes e mecanismos de financiamento, quer nacionais quer europeus, que possam ser utilizados pelas autarquias associadas.													
Objetivos Específicos	• Identificar, acompanhar e facilitar a disseminação de potenciais fontes e mecanismos de financiamento, quer nacionais quer europeus, pelos associados; • Identificar potenciais fontes e mecanismos de financiamento do funcionamento da própria associação adapt.local e respetivas atividades, e desenvolver as respetivas candidaturas.													
Ações a desenvolver em 2024	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	Identificação de fontes de informação sobre mecanismos e programas de financiamento (programas, websites, portais, newsletters, etc.)													
	Definição de um calendário para consulta da informação e dos responsáveis pela mesma													
	Publicitação de oportunidades de financiamento no website da adapt.local						Sem calendarização definida (a realizar consoante os avisos que surjam)							
	Publicitação de oportunidades de financiamento por email junto de associados da adapt.local						Sem calendarização definida (a realizar consoante os avisos que surjam)							
Responsáveis e Entidades a Envolver	• Secretariado de Gestão • Grupo de trabalho temático • Outras entidades (Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral do Território, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Governos Regionais, Comunidades Intermunicipais, Universidades, Organizações Não Governamentais, entre outras).													
Custos previstos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)													

PRIORIDADE 4	PE#4 – REFORÇAR A CAPACIDADE ORGANIZATIVA DA ADAPT.LOCAL
Medida 4.1	Constituição de uma Estrutura Técnica Permanente
Descrição	A constituição de uma estrutura técnica permanente surge como um dos pilares fulcrais para a operacionalização e dinâmica da associação Adapt.local. Esta estrutura de visa apoiar o funcionamento da associação, em articulação permanente com os órgãos decisores, designadamente a Direção e o Secretariado de Gestão. A implementação da presente medida inclui a manutenção dos serviços externos contratualizados em 2023 (Serviço de Contabilidade Organizada e Prestação de serviços, em regime de avença, para acompanhamento, assessoria e apoio permanente à gestão e funcionamento da associação adapt.local), mas também a identificação e contratualização de outros profissionais e/ou serviços externos especializados, indispensáveis à consolidação e crescimento da dinâmica da associação adapt.local, e a aquisição de equipamentos indispensáveis ao seu regular funcionamento (computador portátil e telemóvel).
Objetivos Específicos	• Garantir o normal e regular funcionamento da associação adapt.local, de acordo com o definido nos respetivos Estatutos, Regulamento Interno e demais legislação aplicável • Contratualizar os serviços externos necessários aos normais e regulares funcionamento e gestão da associação adapt.local
Responsáveis e Entidades a Envolver	• Direção • Secretariado de Gestão
Custos previstos	TOTAL → 35.281,70 € • Equipa técnica permanente → Prestação de serviços, em regime de avença, para acompanhamento, assessoria e apoio permanente à gestão e funcionamento da associação adapt.local (um técnico superior) → 1.000,00 x 12 meses → 12.000,00 € • Serviços de Contabilidade Organizada → {350,00 € + 80,50 € (IVA)} x 12 meses → 5.166,00€ • Equipa técnica permanente → Contratação de um técnico superior (na área do ambiente, geografia, ordenamento do território, direito de ambiente ou áreas afins) (Contrato a termo certo, 6 meses) → (1.700,00 € x 7 meses) + (22,3% de encargos sociais) + (202,00 € x 6 meses) → 11.900,00 € + 2.653,70 € + 1.212,00 € → 15.765,70 € • Aquisição de um computador portátil → 1.500,00 € • Aquisição de um telemóvel → 350,00 € • Encargos Bancários → 500,00 €



PRIORIDADE 4	PE#4 – REFORÇAR A CAPACIDADE ORGANIZATIVA DA ADAPT.LOCAL												
Medida 4.2	Mobilização das autarquias e de outras entidades com experiências de planeamento adaptativo a aderirem à adapt.local												
Descrição	A constituição da Associação adapt.local tem subjacente o objetivo de vir a integrar todos os municípios portugueses, envolvendo também entidades do sistema científico e tecnológico, empresas, ONG e outras, consideradas relevantes para a conceção e implementação de estratégias e medidas de adaptação local. Para isto, a adapt.local, enquanto associação, tem como uma das suas principais prioridades sensibilizar os municípios que já possuam ou estejam a desenvolver planos e estratégias de adaptação para as vantagens de aderirem a esta estrutura, e aumentar o seu número de associados efetivos. Complementarmente, a associação deverá também contactar e convidar outras entidades da administração central e regional e entidades metropolitanas e intermunicipais, assim como universidades e entidades académicas, ONG, associações e empresas para se envolverem e participarem nos seus trabalhos, projetos e iniciativas, procurando desta forma angariar novos associados auxiliares.												
Objetivos Específicos	• Promover a adesão de novos associados efetivos (municípios) e auxiliares (outras entidades); • Promover a articulação com outras entidades da Administração Central e Regional e entidades metropolitanas e intermunicipais												
Ações a desenvolver em 2024	Tarefas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Contactar e sensibilizar municípios que tenham desenvolvido ou estejam a desenvolver planos municipais de ação climática e/ou estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas para aderirem à adapt.local							Sem calendarização definida (a realizar após produção dos materiais de comunicação)					
	Sensibilizar entidades do sistema científico e tecnológico, empresas, ONG e outras entidades consideradas relevantes para a conceção e implementação de estratégias e medidas de adaptação local para aderirem à adapt.local							Sem calendarização definida (a realizar após produção dos materiais de comunicação)					
	Promover a participação da adapt.local em encontros/seminários relacionados com adaptação às alterações climáticas					Sem calendarização definida (a realizar consoante as iniciativas que surjam)							
	Convidar e envolver outras entidades da administração central e regional e entidades metropolitanas e intermunicipais, assim como universidades e entidades académicas, ONG, associações e empresas nos trabalhos, projetos e iniciativas da adapt.local					Sem calendarização definida (a realizar consoante as iniciativas que surjam)							
Responsáveis e Entidades a Envolver	• Direção • Secretariado de Gestão • Associados da adapt.local												
Custos previstos	Sem custos diretos associados (Cooperação institucional e/ou Partilha de Custos)												



4. Orçamento

4.1. RECEITAS

A natureza associativa da adapt.local permite que, de acordo com o artigo 27.º dos respetivos Estatutos, as suas receitas possam ser constituídas por:

- Valores das quotas anuais pagos pelos Associados Efetivos;
- Rendimentos dos seus bens próprios e as retribuições dos serviços prestados no âmbito dos seus objetivos e afins;
- Patrocínios que venha a obter;
- Subvenções, doações, legados e outros proveitos que venha a receber;
- Financiamentos obtidos no âmbito de programas nacionais e/ou internacionais;
- Financiamentos resultantes de acordos, contratos e protocolos realizados com organismos locais, regionais, nacionais ou estrangeiros;
- Rendimentos de depósitos efetuados, fundos de reserva ou de quaisquer bens próprios;
- Bens, valores, serviços e direitos para ela transferidos ou adquiridos;
- Quaisquer outros proventos legais que se enquadrem no seu objeto.

Para além das receitas acima elencadas, a implementação das medidas incluídas no Programa de Ação 2023-2025 e nos Planos de Atividades Anuais pode ainda ser suportada através de cooperação institucional e/ou com recurso a partilha de custos:

- **Cooperação institucional** – Uma parte das medidas previstas no Programa pode ser concretizada sem originar despesas para a associação. Os custos associados a estas medidas estão relacionados com o tempo despendido na sua implementação pelos representantes e/ou técnicos das entidades associadas, assim como disponibilização de recursos e meios técnicos, logísticos e/ou infraestruturais por parte das mesmas;
- **Partilha de custos** – A implementação de algumas medidas, como por exemplo, a organização de eventos e iniciativas, pode ser assegurada através da partilha de custos, em que o associado anfitrião assume os encargos relacionados com a organização logística local do evento (local, meios técnicos, refeições, divulgação local e regional, etc.) e a associação adapt.local as despesas relativas à construção do programa do evento (oradores, divulgação nacional, etc.). Em concreto, e no que se refere à Medida 3.1 - adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas, esta partilha de custos encontra-se devidamente regulamentada na Norma Técnica “Organização do adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas”.

4.1.1. Receitas Previstas para 2024

As receitas previstas para o ano 2024 são as seguintes:

- Quotas dos 26 associados efetivos (referentes ao ano 2024) → 52.000,00 €

4.2. DESPESAS PREVISTAS PARA 2024

Face às atividades planeadas e incluídas no presente Plano de Atividades, as despesas previstas para o ano 2024 são as seguintes:

ORÇAMENTO DAS AÇÕES A REALIZAR	
Medida	Despesa prevista
Medida 1.1 - Constituição de grupos de trabalho temáticos	
Sem custos diretos associados	0,00 €
Medida 1.2 - Realização de webinars de capacitação técnica	
Realização de seis webinars, incluindo o da Medida 1.1	3.000,00 €
Medida 1.3 - Anuário adapt.local – Boas Práticas em Adaptação Local às Alterações Climáticas	
Sem custos diretos associados	0,00 €
Medida 2.1 - Conceção e manutenção dos instrumentos de comunicação interna e externa	
Reestruturação/remodelação do website da adapt.local → 20.000,00 €	35.000,00 €
Produção de elementos e de materiais de divulgação e comunicação → 15.000,00 €	
Medida 2.3 - Promoção da Associação adapt.local em fóruns especializados	
Sem custos diretos associados	0,00 €
Medida 3.1 - adapt.local – Seminário Anual de Adaptação às Alterações Climáticas	
Contratualização de oradores → 5.000,00€	8.000,00€
Divulgação e publicidade (nomeadamente em jornais de tiragem nacional) → 3.000,00€	
Medida 3.2 - Sensibilização das autarquias portuguesas para a importância da adaptação climática local	
Sem custos diretos associados	0,0 €
Medida 3.3 - Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local	
Sem custos diretos associados	0,0 €
Medida 3.4 - Definição de uma metodologia para consulta, acompanhamento e disseminação dos Avisos de Candidaturas para financiamento da adaptação às alterações climáticas	
Sem custos diretos associados	0,0 €
Medida 4.1 - Constituição de uma Estrutura Técnica Permanente	
Equipa técnica permanente → Prestação de serviços, em regime de avença, para acompanhamento, assessoria e apoio permanente à gestão e funcionamento da associação adapt.local (um técnico superior) → 1.000,00 x 12 meses → 12.000,00 € Serviços de Contabilidade Organizada → (350,00 € + 80,50 € (IVA)) x 12 meses → 5.166,00€ Equipa técnica permanente → Contratação de um técnico superior (na área do ambiente, geografia, ordenamento do território, direito de ambiente ou áreas afins) (Contrato a termo certo, 6 meses) → (1.700,00 € x 7 meses) + (22,3% de encargos sociais) + (202,00 € x 6 meses) → 11.900,00 € + 2.653,70 € + 1.212,00 € → 15.765,70 € Aquisição de um computador portátil → 1.500,00 € Aquisição de um telemóvel → 350,00 € Encargos Bancários → 500,00 €	35.281,70 €
Medida 4.2 - Mobilização das autarquias e de outras entidades com experiências de planeamento adaptativo a aderirem à adapt.local	
Sem custos diretos associados	0,0 €
TOTAL	81 281,70 €

4.3. BALANÇO PREVISTO PARA 2024

- Receitas (2024) → 52.000,00 €
- Despesas (2024) → 81 281,70 €

Em 2024, apesar de as despesas superarem as receitas, os resultados líquidos acumulados dos anos 2022 e 2023 (33.511,91 €), permitem à associação adapt.local acomodar esse valor da despesa prevista para 2024 e obter um saldo de gerência positivo no valor de 4 230,21 € (valor acumulado de 85 511,91 € - despesas previstas de 81 281,70 €).

5. APROVAÇÃO

O presente Plano Anual de Atividades 2024 e respetivo Orçamento associado, foram aprovados em reunião de Direção da associação adapt.local e em sede de Assembleia Geral de associados, de acordo com o confirmado nas respetivas atas.



rede de municípios
para a adaptação local
às alterações climáticas

Orçamento Associação Adapt Local - Exercício 2024			
Gastos		Rendimentos	
Rubrica	Valor	Rubrica	Valor
FSE	80,781.70 €		
Trabalhos Especializados			
Licença e Divulgação e Comunicação	15,000.00 €		
Serviços Design WEB	20,000.00 €		
		Quotizações	52,000.00 €
Publicidade e Marketing			
Realização Webinars	3,000.00 €		
Divulgação e Publicidade	3,000.00 €		
Honorários			
Contratualização de Oradores	5,000.00 €		
Contabilidade e Fiscalidade	5,166.00 €		
Equipa Técnica Permanente - Secretariado	12,000.00 €		
Equipa Técnica Permanente - T. Superior	15,765.70 €		
Material Escritorio			
Computador Portatil	1,500.00 €		
Comunicação			
Telemovel	350.00 €		
Gastos Financeiros			
Encargos Bancarios	500.00 €		
		Resultado Negativo do Exercício	25,416.00 €
Total	81,281.70 €	Total	77,416.00 €



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DESPACHO

Assunto: Aplicação da medida cautelar de suspensão de atividade do estabelecimento "Coisa Mais Linda"

Considerando que:

1. Foram rececionadas nos serviços da Câmara Municipal de Mafra diversas queixas referentes ao ruído produzido pelo funcionamento do estabelecimento "coisa Mais Linda", localizado na Rua Detrás dos Quintais, 2640-473 - Mafra;
2. Foi solicitado à empresa Sonometria-Medições de Som, Projetos Acústicos, Consultoria, Higiene e Segurança, Lda., a realização de medições acústicas no recetor sensível mais próximo do local em causa, tendo esta empresa efetuado as mesmas em várias datas distintas, através das quais foi avaliado o ruído proveniente do funcionamento do estabelecimento;
3. Nessa sequência, **a referida empresa elaborou o respetivo relatório de avaliação acústica¹**, sendo que, consta do mesmo, designadamente que: *"(...) No Período Nocturno, no local analisado, o diferencial entre ruído ambiente (considerando o ruído particular) e o ruído residual obtido, foi de 12 dB (A), excedendo o limite de 5 dB (A) estipulado para este Período (tendo em conta um período máximo de funcionamento do Bar de 25 % da totalidade da duração deste período de referência, o que determina que $D = 2$, valor que é adicionado ao limite de 3 dB (A) estipulado para o Período Nocturno). Perante os resultados obtidos, conclui-se que relativamente ao funcionamento do Bar Coisa Mais Linda, localizado na Rua Detrás dos Quintais, 2640-473 Mafra, no Período Nocturno, foi excedido, o limite descrito no ponto 1-b, do artigo 13º, do Regulamento Geral do Ruído, no que respeita ao Critério de Incomodidade, num dos recetores sensíveis onde existe uma reclamação de ruído (...)";*
4. Na sequência da receção do relatório de avaliação acústica, **informaram os serviços da Divisão de Ambiente** que: *"(...) Perante os resultados obtidos pelo referido Relatório, é possível evidenciar que o estabelecimento "Bar Coisa Mais Linda", no período de análise (noturno), não se encontra a cumprir com os limites legais de emissão sonora aplicáveis.*

¹ Em anexo à etapa 20.6 da Distribuição EDOC/2022/43179



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Importante destacar que o equipamento exterior de exaustão está a ultrapassar o Critério de Incomodidade em 12 dB(A), que é bastante considerável e terá um impacto significativo na saúde do exponente. Nota: tendo em conta um período máximo de funcionamento do Bar de 25 % da totalidade da duração deste período de referência, o que determina que $D = 2$, valor que é adicionado ao limite de 3 dB(A) estipulado para referido Critério no seu Período Noturno”;

5. Neste âmbito, foi elaborada a informação Interno/2024/4832, na Unidade de Apoio Jurídico, da Divisão de Assuntos Jurídicos, que se anexa ao presente Despacho e se dá por integralmente reproduzida;
6. Resulta do **Art.º 25.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa**, o Princípio da **inviolabilidade da integridade física e moral dos sujeitos**, sendo, desta norma subsumível o Direito, a não estar exposto a ruídos exagerados, e que, de algum modo possam ferir a integridade física ou moral dos sujeitos, sendo que este Direito integra o catálogo dos **Direitos Liberdades e Garantias Fundamentais**, sendo, portanto, por força do disposto no **Art.º 18.º** desta Constituição, dotado de força jurídica acrescida;
7. O Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro, (RGR) tem como objeto o controlo da poluição sonora, com vista à **salvaguarda da saúde e bem-estar das populações**;
8. Verifica-se, dos valores indicados no relatório de avaliação acústica, que foram ultrapassados os limites para o critério de incomodidade constantes no artigo 13.º do RGR, por parte dos visados;
9. Nos termos dos **Art.º 26.º, al. d) e 27.º do RGR**, a **Câmara Municipal de Mafra tem legitimidade para a fiscalização do cumprimento do RGR, bem como para promover a aplicação de medidas que se afigurem imprescindíveis para evitar a produção de danos graves para a saúde e o bem-estar da população, os quais urge acautelar**, sendo que, nos termos do Art.º 27.º, n.º 2, do RGR, as referidas medidas podem consistir na suspensão da atividade, no encerramento preventivo do estabelecimento ou na apreensão dos equipamentos por um determinado período de tempo;
10. Podem ser praticados quaisquer atos da competência da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Regime Jurídico das Autarquias Locais, sem prejuízo de os mesmos ficarem sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática;

11. Por Despacho n.º 69/2021-PCM, datado de 18 de outubro de 2021, fui designada Vice-Presidente, substituindo o Senhor Presidente da Câmara nas suas faltas e impedimentos,

DETERMINO a notificação da exploradora do estabelecimento "Coisa Mais Linda", para a **adoção imediata (após notificação) da medida cautelar de suspensão imediata da atividade, ao abrigo do Art.º 27.º, n.º 1 e 2, do Regulamento Geral do Ruído (RGR)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação, **até que seja demonstrado, através da apresentação de novo relatório acústico, com aferimento do critério de incomodidade**, fixado no Art.º 13.º, n.º 1, alínea b) do RGR, **que promoveu as necessárias medidas de redução na fonte do ruído**, nos termos previstos no art.º 13.º, n.º 2, alínea a), do RGR, o que deverá ocorrer **no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da notificação**.

MAIS DETERMINO que se advirta a exploradora do referido estabelecimento, que o **incumprimento da presente medida cautelar fá-la-á incorrer na prática da contraordenação ambiental grave**, consagrada no Art.º 28.º, n.º 2, alínea i), do RGR, onde se prevê que constitui contraordenação ambiental grave "*O não cumprimento das medidas cautelares fixadas nos termos do artigo 27.º*", sendo essa contraordenação punida, nos termos previstos no art.º 22.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que aprovou a Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais, quando cometida por pessoas coletivas, com coima graduada de € 12 000 a € 72 000, em caso de negligência e de € 36 000 a € 216 000, em caso de dolo.

DETERMINO, ainda, que a exploradora do estabelecimento seja **notificada para o exercício da audiência prévia, fixando-se esse prazo em 3 (três) dias**, em respeito ao Art.º 27.º, n.º 3 do RGR, sendo a empresa expressamente advertida que, **caso não se pronuncie em sede de audiência prévia, o projeto de decisão converter-se-á em decisão definitiva**.

DETERMINO, ademais, que o **Serviço de Polícia Municipal fiscalize o cumprimento da medida cautelar adotada** neste despacho, por parte da entidade mencionada e, sendo caso disso, atue em conformidade, procedendo ao levantamento da correspondente Participação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DETERMINO, ainda, que a notificação em apreço seja **efetuada pessoalmente, através de mandado**, por se afigurar ser esta a forma de notificação mais célere no presente caso e que se informem os queixosos sobre as diligências promovidas por esta Câmara Municipal, na sequência da receção do aludido relatório de avaliação acústica.

DETERMINO, por fim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **que o presente Despacho seja presente na próxima reunião de Câmara, para efeitos de ratificação.**

Paços do Município, 25 de março de 2024.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal

Assinado por: **ALDEVINA MARIA MACHADO
RODRIGUES**

Num. de Identificação: 07755588

Data: 2024.03.25 17:59:17+00'00'

(Aldevina Maria Machado Rodrigues)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral****Divisão de Assuntos Jurídicos - Unidade de Apoio Jurídico****INFORMAÇÃO Interno/2024/4832**

ASSUNTO: Ruído - Bar "Coisa mais linda"

Analizados os elementos constantes no Processo n.º 9.2.8/2022/62 e 9.2.8/2023/30, cumpre-me informar o seguinte:

Dos factos

1. Desde 2022 que têm sido rececionadas nesta edilidade queixas relacionadas com ruído provocado pelo funcionamento do estabelecimento / bar "Coisa Mais Linda", bem como Autos de Ocorrência remetidos pela Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Mafra, também referentes a ruído provocado pelo funcionamento daquele estabelecimento.
2. Foi, ainda, rececionado um auto de notícia por contraordenação, tendo como infratora Ketlyn Nascimento Vieira, por ter sido verificado que o estabelecimento em apreço não teria afixado e bem visível o horário de funcionamento, tendo sido instaurado o processo de contraordenação 5-154-2023, que se encontra a correr termos da Secção de Contencioso e Contraordenações, estando em fase de "diligências de apoio à instrução da acusação".
3. Na análise do processo verificou-se que a aquela que seria a atual exploradora do estabelecimento não teria apresentado mera comunicação prévia aquando do início da exploração do estabelecimento em apreço, conforme exigido nos termos da alínea I), do n.º 1 do artigo 4.º do RJACSR.
4. Assim, foi elaborada nesta Unidade de Apoio Jurídico a informação Interno/2023/8486, na qual se submeteu à Consideração Superior:
"A realização de medições acústicas, para a medição dos níveis de pressão sonora (critério de incomodidade) alegadamente produzidos no estabelecimento visado - Café/Bar "Coisa Mais Linda", NIPC 510494927, a serem promovidas pela Divisão de ambiente junto do prestador de serviços contratado para o efeito;
*Que se solicitasse a **colaboração da Guarda Nacional Republicana, do Posto Territorial de Mafra**, com a realização de ações de patrulhamento no local em apreço, atenta a circunstância do Serviço de Polícia Municipal não efetuar serviço noturno (...)*



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral

Divisão de Assuntos Jurídicos - Unidade de Apoio Jurídico

A notificação da visada para esta vir evidenciar, no prazo de dez dias úteis, a apresentação de mera comunicação prévia no Balcão do Empreendedor (BdE), para a atividade de exploração de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, (...) advertindo-se a mesma que caso o estabelecimento tenha música amplificada deverá dar cumprimento aos requisitos previstos nos artigos 9.º e 10.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, no prazo máximo de 30 dias.

A notificação da **queixosa** das diligências promovidas e a promover por esta edilidade, nomeadamente, da notificação agora efetuada ao estabelecimento visado e da comunicação efetuada à GNR – Posto Territorial de Mafra.”.

5. A informação em apreço mereceu a concordância da Senhora Vereadora, conforme despacho exarado em 07.08.2023, **tendo sido efetuadas as notificações em conformidade.**
6. Posteriormente, **em 14.09.2023, foram rececionados dois autos de notícia por contraordenação**, remetidos pela Guarda Nacional Republicana, nos quais consta como **infratora a Sra. GÉSSICA FERNANDA DE SÁ OLIVEIRA**, “exploradora” do estabelecimento.
7. Sendo que, um dos autos respeita novamente à infração por falta de afixação de horário de funcionamento e o outro auto respeita à ausência de comunicação prévia para instalação de esplanada (o que foi confirmado pela própria arguida).
8. Em **23.10.2023, informou a CDA** (através de *email*), que o prestador de serviços informou que tem feito contactos para agendar as medições, no entanto, **“o queixoso tem vindo a desmarcar”**.
9. E, em **28.08.2023, a DAELD** reiterou a informação já prestada anteriormente, que **“para o estabelecimento em apreço, conforme documentos em anexo na etapa anterior, em 07/01/2020, foi apresentada uma Mera Comunicação Prévia (MCP), para a exploração do estabelecimento, com a denominação “Coisa Mais Linda”, sito na Rua Detrás dos Quintais - s/n - 2640-473 - Mafra, em nome de ANTÓNIO GIÃO BENTO, UNIPessoal, LDA., com o NIPC 510494927, referente à atividade de exploração de estabelecimento de restauração ou de bebidas, com a CAE n.º 56302 - Bares. (...)”**.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral****Divisão de Assuntos Jurídicos - Unidade de Apoio Jurídico**

10. Termos em que, foi elaborada nesta Unidade de Apoio Jurídico a informação Interno/2023/22612, na qual se submeteu à Consideração Superior a adoção do seguinte procedimento:

"I. Que se questione a GNR quanto à identificação de quem se encontra a explorar o estabelecimento em causa e se solicite que os respetivos autos sejam retificados em conformidade, no que concerne à identificação da arguida.

*II: Que se notifique a empresa **ANTÓNIO GIÃO BENTO, UNIPessoal, LDA.**, para informar se continua a explorar aquele estabelecimento, uma vez que não existe qualquer comunicação de cessação da atividade, advertindo-o que o encerramento do estabelecimento ou cessação da atividade deve ser comunicado até 60 dias após a ocorrência do facto, sendo a sua falta passível de constituir contraordenação económica leve, punível nos termos do Jurídico das Contraordenações Económicas (RJCE).*

III. Que, atenta a informação prestada pela CDA em 23.10.2023 (email em anexo), seja solicitado ao prestador de serviços Sonometria, Medições de Som, Projeto Acústico, Consultoria, Higiene e Segurança, Lda., que informe se já foi possível proceder às medições acústicas nos recetores sensíveis ou se os queixosos continuam sem colaborar, propondo-se que, caso o prestador de serviços informe que ainda não procedeu às medições acústicas por motivo imputável aos queixosos, sejam os mesmos notificados que a aferição do cumprimento dos limites legais de produção de ruído previstos no Regulamento Geral de Ruído obriga à realização das medições acústicas nos recetores sensíveis, sem as quais o processo não poderá prosseguir no que concerne às questões relacionadas com o ruído denunciado.

*IV: Que o **Serviço de Polícia Municipal se desloque ao estabelecimento em apreço**, para atuar em conformidade, nomeadamente com a elaboração da respetiva Participação, caso se confirme que a exploradora do estabelecimento não apresentou comunicação prévia de início da exploração da atividade, uma vez que a mesma não deu cumprimento à notificação que lhe foi remetida em 10.08.2023 e para verificar se a mesma mantém a instalação da esplanada (conforme verificado anteriormente pela GNR e que deu origem à elaboração de Auto de Notícia por Contraordenação).".*

11. A informação em apreço mereceu a concordância do Senhor Presidente, conforme despacho exarado em 30.01.2024, **tendo sido efetuadas as notificações em conformidade.**

12. Posteriormente, em 02.02.2024, foi informado pelo SPM que: *"Relativamente à comunicação prévia de início da exploração da atividade a **taxas estão regularizadas***



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral

Divisão de Assuntos Jurídicos - Unidade de Apoio Jurídico

conforme pode confirmar no Edoc/2023/74360 (documentos anexos). Após deslocação ao local a instalação da esplanada foi retirada.¹

13. Em 23.02.2024, foi rececionada a **resposta da Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Mafra**, na qual aquela entidade informa que *"o estabelecimento "A coisa mais linda" foi fiscalizado no dia 17 de agosto de 2023, tendo sido identificada no local a proprietária GÉSSICA FERNANDES DE SÁ OLIVEIRA, assim como referenciado nos autos de notícia por contraordenação n.º 26/2023 e n.º 36/2023". (Distribuição EDOC/2024/11711).*

14. Na mesma data a **Divisão de Ambiente** remeteu o Relatório Acústico elaborado pela empresa Sonometria², **tendo ainda informado** que: *"Perante os resultados obtidos pelo referido Relatório, é possível evidenciar que o estabelecimento "Bar Coisa Mais Linda", no período de análise (noturno), não se encontra a cumprir com os limites legais de emissão sonora aplicáveis.*

Importante destacar que o equipamento exterior de exaustão está a ultrapassar o Critério de Incomodidade em 12 dB(A), que é bastante considerável e terá um impacto significativo na saúde do exponente.

Nota: tendo em conta um período máximo de funcionamento do Bar de 25 % da totalidade da duração deste período de referência, o que determina que D = 2, valor que é adicionado ao limite de 3 dB(A) estipulado para referido Critério no seu Período Noturno."

15. Assim, **consta das conclusões do Relatório Acústico** remetido pela empresa Sonometria o seguinte:

"No Período Nocturno, no local analisado, o diferencial entre ruído ambiente (considerando o ruído particular) e o ruído residual obtido, foi de 12 dB (A), excedendo o limite de 5 dB (A) estipulado para este Período (tendo em conta um período máximo de funcionamento do Bar de 25 % da totalidade da duração deste período de referência, o que determina que D = 2, valor que é adicionado ao limite de 3 dB (A) estipulado para o Período Nocturno).

Perante os resultados obtidos, conclui-se que relativamente ao funcionamento do Bar Coisa Mais Linda, localizado na Rua Detrás dos Quintais, 2640-473 Mafra, no Período Nocturno, foi excedido, o limite descrito no ponto 1-b, do artigo 13º, do Regulamento

¹ Vide etapa 14.3 da Distribuição EDOC/2023/48798.

² Etapas 20.16 e 20.17 da Distribuição EDOC/2022/43179.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral****Divisão de Assuntos Jurídicos - Unidade de Apoio Jurídico**

Geral do Ruído, no que respeita ao Critério de Incomodidade, num dos recetores sensíveis onde existe uma reclamação de ruído (...)".

16. Também em 23.02.2024 informou a DAELD que: "(...) informam estes Serviços que na EDOC/2023/74360, constatou-se que a mera comunicação prévia referente ao estabelecimento "COISA MAIS LINDA", não tinha sido liquidada pela requerente Géssica Fernanda de Sá Oliveira, encontrando-se o processo de Instalação de estabelecimento/acesso à atividade cancelado no «Balcão do Empreendedor» do portal de serviços público <https://eportugal.gov.pt/>.

Face a esta informação, solicitou-se a deslocação ao local pelo SPM, por forma a aferir quem estaria a explorar o estabelecimento, na presente data e se o mesmo se encontrava em funcionamento.

Desta diligência, veio o Agente Pedro Silva informar que a Sra. Géssica Fernanda de Sá Oliveira tinha apresentado o comprovativo de pagamento, embora realizado fora do prazo estipulado.

Internamente e após aferir-se na lista de pagamentos enviadas pela AMA, que o valor tinha sido recebido pela Câmara Municipal de Mafra, o processo transitou do estado cancelado para arquivado.

Assim resulta, que a situação da entidade exploradora encontra-se legalizada, pelo que se junta em anexo a MCP (vide distribuição EDOC/2024/6951), bem como a respetiva confirmação do pagamento."

Enquadramento legal

Regularizadas as situações referentes à esplanada e à apresentação de mera comunicação prévia para início da exploração do estabelecimento em apreço, importa enquadrar legalmente as conclusões do relatório acústico remetido pela Sonometria.

1. Assim, chamamos à colação o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação, que, de acordo com o artigo 2.º, aplica-se a todas as atividades ruidosas, permanentes ou temporárias, suscetíveis de causarem incomodidade, nomeadamente: (...) c) **Laboração de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços**; (...) (sublinhado e negrito nossos).
2. Determina a alínea a) do artigo 3.º do RGR que **constitui atividade ruidosa permanente**, a atividade desenvolvida com carácter permanente, ainda que sazonal, que produza ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral

Divisão de Assuntos Jurídicos - Unidade de Apoio Jurídico

onde se fazem sentir os efeitos dessa fonte de ruído, designadamente laboração de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços.

3. O exercício destas atividades em **zonas mistas**, nas **envolventes das zonas sensíveis ou mistas** ou na **proximidade dos recetores sensíveis isolados** está sujeita ao **cumprimento dos requisitos elencados nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 13.º do RGR**, a saber: **a) Ao cumprimento dos valores limite fixados no artigo 11.º; e b) Ao cumprimento do critério de incomodidade**, considerado como a diferença entre o valor do indicador L(índice Aeq) do ruído ambiente determinado durante a ocorrência do ruído particular da atividade ou atividades em avaliação e o valor do indicador L(índice Aeq) do ruído residual, diferença que não pode exceder 5 dB(A) no período diurno, 4 dB(A) no período do entardecer e 3 dB(A) no período noturno, nos termos do anexo I ao presente Regulamento, do qual faz parte integrante e Para efeitos do disposto no número anterior, **devem ser adotadas as medidas necessárias, de acordo com a seguinte ordem decrescente: a) Medidas de redução na fonte de ruído; b) Medidas de redução no meio de propagação de ruído; c) Medidas de redução no recetor sensível** (n.º 2) – **negrito e sublinhado nosso.**
4. Salienta-se, ademais, que nos termos do artigo 27.º do citado Regulamento, **as entidades fiscalizadoras podem ordenar a adoção das medidas imprescindíveis para evitar a produção de danos graves para a saúde humana e para o bem-estar das populações** em resultado de atividades que violem o disposto no referido Regulamento, sendo que, as medidas cautelares presumem-se decisões urgentes, devendo a entidade competente, sempre que possível, **proceder à audiência do interessado concedendo-lhe prazo não inferior a três dias para se pronunciar** (n.º 2 do citado artigo 27.º) – **sublinhado nosso.**
5. **Tais medidas podem consistir na suspensão da atividade, no encerramento preventivo do estabelecimento ou na apreensão de equipamento por determinado período de tempo.**
6. **Note-se que a jurisprudência tem considerado "que o direito ao repouso, ao sono e à tranquilidade são pressupostos da realização do direito à saúde e à qualidade de vida, constituindo emanção dos direitos fundamentais de personalidade, nomeadamente dos direitos à integridade física e moral, a um ambiente de vida sadio, constitucionalmente tutelados como Direitos Fundamentais no campo dos direitos, liberdades e garantias pessoais".**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral****Divisão de Assuntos Jurídicos - Unidade de Apoio Jurídico**

7. Ressalva-se, ainda, que tal como consta na alínea i) do n.º 2 do artigo 28.º do RGR, *"Constitui contraordenação ambiental grave: i) O não cumprimento das medidas cautelares fixadas nos termos do artigo 27.º"*, a qual é punível, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei-quadro das Contraordenações Ambientais, aprovada pela Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual, com coima de €2 000 a €20 000 em caso de negligência e de €4 000 a €40 000 em caso de dolo, se praticadas por pessoas singulares, e com coima de €12 000 a €72 000 em caso de negligência e de €36 000 a €216 000 em caso de dolo, se praticadas por pessoas coletivas.
8. Posto isto, chamamos à colação a **Orientação Jurídica n.º 1/2016**, desta Câmara Municipal de Mafra, sobre a tramitação dos processos de queixa relativos a ruído, segundo a qual impõe-se a **aplicação** e *"(...) adoção de medidas cautelares, sempre que esteja em causa a adoção das medidas imprescindíveis para evitar a produção de danos graves para a saúde humana e para o bem-estar das populações em resultado do exercício de atividades que violem o disposto no RGR."*
9. Segundo a Orientação Jurídica identificada, e que se subscreve *" (...) dever-se-á proceder a uma adequada ponderação entre, por um lado, o direito ao exercício de uma atividade, que se encontra, na maioria dos casos, devidamente autorizada para o efeito e, por outro lado, o direito ao descanso e repouso dos cidadãos, (...) havendo colisão de direitos da personalidade, (...) com o direito ao exercício da atividade comercial, torna-se necessário proceder a uma casuística ponderação judicial em função do princípio da proporcionalidade e com referência à intensidade e relevância da lesão"*.

Proposta

Nestes termos, **pelas razões de facto e de direito supra enunciadas**, em especial:

- As conclusões do Relatório de Avaliação Acústica elaborado pela SONOMETRIA, MEDIÇÕES DE SOM, PROJECTO ACÚSTICO, CONSULTORIA, HIGIENE E SEGURANÇA LDA., nomeadamente, que: *"No Período Nocturno, no local analisado, o diferencial entre ruído ambiente (considerando o ruído particular) e o ruído residual obtido, **foi de 12 dB (A), excedendo o limite de 5 dB (A) estipulado para este Período** (tendo em conta um período máximo de funcionamento do Bar de 25 % da totalidade da duração deste período de referência, o que determina que $D = 2$, valor que é adicionado ao limite de 3 dB (A) estipulado para o Período Nocturno)"* e que: *"Perante os resultados obtidos, **conclui-se que relativamente ao funcionamento do Bar Coisa Mais Linda, localizado na Rua Detrás dos Quintais, 2640-473 Mafra, no Período Nocturno,***



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral

Divisão de Assuntos Jurídicos - Unidade de Apoio Jurídico

foi excedido, o limite descrito no ponto 1-b, do artigo 13º, do Regulamento Geral do Ruído, no que respeita ao Critério de Incomodidade, num dos recetores sensíveis onde existe uma reclamação de ruído (...)";

- As informações fornecidas pela Divisão de Ambiente, nomeadamente, que: ***"Perante os resultados obtidos pelo referido Relatório, é possível evidenciar que o estabelecimento "Bar Coisa Mais Linda", no período de análise (noturno), não se encontra a cumprir com os limites legais de emissão sonora aplicáveis. Importante destacar que o equipamento exterior de exaustão está a ultrapassar o Critério de Incomodidade em 12 dB(A), que é bastante considerável e terá um impacto significativo na saúde do exponente;***
- E, tendo em vista proteger o direito ao repouso, ao sono e à tranquilidade, que de acordo com a mais recente jurisprudência são pressupostos da realização do direito à saúde e à qualidade de vida e atento o disposto no n.º 2 do artigo 13.º do RGR, que determina que para cumprimento dos limites impostos pelo n.º 1 devem ser ***"adotadas as medidas necessárias, de acordo com a seguinte ordem decrescente: a) Medidas de redução na fonte de ruído; b) Medidas de redução no meio de propagação de ruído; c) Medidas de redução no recetor sensível"*** e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º, também do RGR, que dispõem que as ***"entidades fiscalizadoras podem ordenar a adoção das medidas imprescindíveis para evitar na produção de danos graves para a saúde humana e para o bem-estar das populações em resultado de atividades que violem o disposto no presente Regulamento"*** e que essas medidas podem consistir ***"na suspensão da atividade, no encerramento preventivo do estabelecimento ou na apreensão de equipamento por determinado período de tempo"***,

Submete-se à Consideração Superior a adoção do seguinte procedimento:

A) No que concerne ao ruído:

- Que seja **proferido projeto de decisão** através do qual se determine a aplicação ao estabelecimento visado "Coisa mais linda", de medidas cautelares, com vista a garantir o cumprimento dos limites de ruído previstos nos artigos 11º e 13º do RGR, por forma a evitar a produção de danos graves para a saúde humana, nos termos do artigo 27º n.º 1 e 2 do RGR, em concreto, a suspensão temporária da atividade.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral

Divisão de Assuntos Jurídicos - Unidade de Apoio Jurídico

- **Que a exploradora do estabelecimento visado, Géssica Fernanda de Sá Oliveira, seja notificada de que dispõe do prazo de 3 dias úteis para se pronunciar sobre o referido projeto de decisão**, em respeito ao Direito de Audiência Prévia consagrado no artigo 27º n.º 3 do RGR, sendo o mesmo, expressamente advertido que, caso não se pronuncie em sede de Audiência Prévia, **o projeto de decisão converter-se-á em decisão definitiva.**
 - **Que se conceda um prazo de 30 dias para adotar todas as medidas necessárias para a insonorização do espaço em causa**, ficando obrigado a entregar um estudo que demonstre a adoção dessas medidas de insonorização e o cumprimento dos limites legais de ruído, constantes no Regulamento Geral do Ruído, **podendo, consequentemente, equacionar-se a revogação da medida cautelar, advertindo-se porém o estabelecimento visado que, caso não evidencie as medidas adotadas para a insonorização do espaço, manter-se-á a medida cautelar em causa.**
 - Que na notificação a efetuar, se advirta que **o incumprimento das medidas cautelares constitui contraordenação ambiental grave**, nos termos do artigo 28º n.º 2, alínea i) do RGR, sendo punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei-quadro das Contraordenações Ambientais, aprovada pela Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual, sendo a referida contraordenação punida com coima de €2 000 a €20 000 em caso de negligência e de €4 000 a €40 000 em caso de dolo, se praticadas por pessoas singulares, e com coima de €12 000 a €72 000 em caso de negligência e de €36 000 a €216 000 em caso de dolo, se praticadas por pessoas coletivas.
 - **Que a decisão da aplicação da medida cautelar identificada seja determinada pela Câmara Municipal**, atentas as suas competências neste âmbito, atribuídas pelo RGR, **sem prejuízo da competência atribuída ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal** nos termos do artigo 35.º n.º 3 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **para a pratica de quaisquer atos urgentes da competência da Câmara, ficando submetido a ratificação na próxima Reunião a realizar.**
- B) No que concerne ao processo de contraordenação 5-154-2023**, considerando as informações fornecidas, quer pela DAELD, quer pela Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Mafra, das quais resulta que a exploradora do estabelecimento é a infratora identificada nos últimos autos de notícia por contraordenação, remetidos em 14.09.2023 (Géssica Fernanda de Sá Oliveira), **submete-se à Consideração Superior**



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral

Divisão de Assuntos Jurídicos - Unidade de Apoio Jurídico

o arquivamento do referido processo, no qual consta como arguida Ketlyn Nascimento Vieira e a instauração de novo processo contra Géssica Fernanda de Sá Oliveira, em conformidade com os referidos autos de notícia por contraordenação.

C) Mais se submete à Consideração Superior que se notifique os queixosos, em aditamento às notificações já efetuadas, das diligências entretanto promovidas e a promover por esta entidade relativamente à queixa apresentada.

É o que me cumpre informar

E submeter à Consideração Superior

25/03/2024

X *Cátia Sousa*

Cátia Sousa

Dirigente da Unidade de Apoio Jurídico

Assinado por: CÁTIA ALEXANDRA GOMES DE SOUSA



391

1.9.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PROPOSTA

ASSUNTO: TERMO ANTECIPADO PARCIAL DE EXPLORAÇÃO DE PARQUE DE CAMPISMO DA ERICEIRA

CONSIDERANDO QUE:

- O Município de Mafra e a GIATUL, Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA, celebraram em 2004 um Contrato Programa, aquando da constituição da empresa municipal enquanto parceria público-privada institucional, tendo em vista regular os apoios prestados no âmbito da realização dos investimentos necessários à reabilitação, conservação e exploração do Parque de Campismo da Ericeira;
- As Partes acordaram no Contrato Programa de 2004 que o Município colocaria na posse da GIATUL o estabelecimento consubstanciado no Parque de Campismo da Ericeira, correspondente a uma área de 216 579 m² e como contrapartida dessa afetação, a empresa municipal pagou ao Município o montante de €5.000.000,00;
- No aludido contrato as Partes estabeleceram ainda que em caso de regresso do estabelecimento ao Município antes de 2028, desencadeado por extinção do Contrato, seria devido à GIATUL o pagamento de uma indemnização, calculada de acordo com a fórmula constante no Anexo VI ao Contrato Programa, estabelecendo-se um valor decrescente de 2004 até 2028 – sendo que em 2029 já não haveria qualquer indemnização a pagar –, acompanhando deste modo a natural amortização/depreciação do valor do ativo;
- O Contrato Programa de 2004 foi substituído por acordo das partes com a celebração em 2018 de um novo contrato-programa entre o Município de Mafra e a GIATUL, Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA, já após esta empresa passar a ser de capitais exclusivamente municipais e já ao abrigo do atual Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local;
- Atualmente encontra-se em vigor o contrato-programa celebrado entre o Município de Mafra e a GIATUL em 2021, que veio substituir esse contrato-programa celebrado em 2018, tendo, contudo, mantido a afetação original do Parque de Campismo da Ericeira pelo Município de Mafra à GIATUL estipulada no Contrato Programa de 2004, pelo que se entende manter igualmente válido o



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

dever indemnizatório acordado entre as Partes em caso de devolução antecipada do estabelecimento.

- Por deliberação da Câmara Municipal de 6 de janeiro de 2023 foi determinada uma modificação substancial da área de atividade do Parque de Campismo da Ericeira, através da supressão de uma parte da sua área, para construção do Parque Urbano Verde da Ericeira, o que implicou a devolução, ao Município de 63% da área total inicialmente afetada em 2004 à exploração do Parque de Campismo;

- Tal supressão consubstanciou-se na extinção (parcial) da afetação do Parque de Campismo da Ericeira à GIATUL por iniciativa do Município de Mafra, o que conduz a que a empresa municipal tenha direito a receber do Município de Mafra o pagamento (parcial) do montante de €1.446.600 (um milhão quatrocentos e quarenta e seis mil e seiscentos euros) previsto para esse ano no referido Anexo VI do Contrato Programa de 2004, na mesma proporção da área diminuída, o que perfaz o montante de €911 358 (novecentos e onze mil trezentos e cinquenta e oito euros),

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE a Câmara Municipal delibere, nos termos do previsto nos contratos programa celebrados ente o Município e a Giatul, Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA e a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que determine o pagamento do montante de €911 358 (novecentos e onze mil trezentos e cinquenta e oito euros), pelo termo antecipado parcial de exploração do Parque de Campismo da Ericeira, em resultado da diminuição da sua área para criação do Parque Verde Urbano da Ericeira.

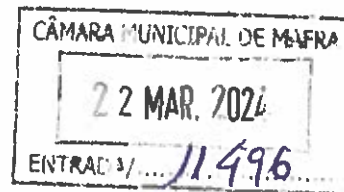
Paços do Município, 25 de março de 2024.

A Vice-presidente,

(Aldevina Rodrigues)

Exmo. Senhor Presidente
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município
2644-001 Mafra



Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

DATA

15/2023

21-03-2024

Assunto: **Termo antecipado parcial de exploração de Parque de Campismo da Ericeira**

Exm.^a Senhor Presidente,

O Município de Mafra e a GIATUL celebraram em 2004 um Contrato Programa, aquando da constituição da GIATUL enquanto parceria público-privada institucional, tendo em vista regular os apoios prestados no âmbito da realização dos investimentos necessários à reabilitação, conservação e exploração do Parque de Campismo da Ericeira (o «Contrato Programa de 2004»).

Para esse efeito, as Partes acordaram no Contrato Programa de 2004 que o Município colocaria na posse da GIATUL o estabelecimento consubstanciado no Parque de Campismo da Ericeira, correspondente a uma área de 216.579 m², conforme representada na planta em anexo. Em contrapartida dessa afetação, a GIATUL pagou ao Município o montante de €5.000.000,00 (cfr. Cláusula 4).

Atenta a relação de equilíbrio entre o património afetado e o montante pago, as Partes estabeleceram ainda que em caso de regresso do estabelecimento ao Município antes de 2028, desencadeado por extinção do Contrato, seria devido à GIATUL o pagamento de uma indemnização. Essa indemnização foi desde logo calculada de acordo com a fórmula constante do Anexo VI ao Contrato Programa de 2004, estabelecendo-se um valor decrescente de 2004 até 2028 – sendo que em 2029 já não haveria qualquer indemnização a pagar –, acompanhando deste modo a natural amortização/depreciação do valor do ativo.

O Contrato Programa de 2004 foi substituído por acordo das partes com a celebração em 2018 de um novo contrato-programa entre o Município de Mafra e a GIATUL, já após esta empresa passar a ser de capitais exclusivamente municipais e já ao abrigo do atual Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local; e atualmente encontra-se em vigor o contrato-programa celebrado entre o Município de Mafra e a GIATUL em 2021, que veio substituir esse contrato-programa celebrado em 2018. No entanto, os Contratos-Programas de 2018 e de 2021 mantiveram a afetação original do Parque de Campismo da Ericeira pelo Município de Mafra à GIATUL estipulada no Contrato Programa de 2004, pelo que se entende manter igualmente válido o dever indemnizatório acordado entre as Partes em caso de devolução antecipada do estabelecimento.

Como é sabido, ocorreu durante o ano de 2023 uma modificação substancial da área de atividade do Parque de Campismo da Ericeira, em resultado das instruções emanadas pelo Município de Mafra, por deliberação da sua Câmara Municipal de 6 de janeiro de 2023. Foi nessa data determinado que uma parte da área do estabelecimento afeto desde 2004 à GIATUL para exploração do Parque de Campismo da Ericeira fosse reafectada para a construção de um Parque Verde Urbano.

Em resultado, a GIATUL devolveu ao Município de Mafra a área destinada ao Parque Verde Urbano (identificada na planta em anexo), correspondente a 63% da área total inicialmente afetada em 2004 à exploração do Parque de Campismo. A GIATUL procedeu ainda à reorganização do restante espaço disponível, circunscrevendo a atividade do Parque de Campismo da Ericeira, na sua nova configuração, à área também indicada na planta em anexo. É apenas nessa área que ocorre, na presente data, a exploração do Parque de Campismo.

Tendo assim em 2023 ocorrido a extinção (parcial) da afetação do Parque de Campismo da Ericeira à GIATUL por iniciativa do Município de Mafra, tem a GIATUL direito a receber do Município de Mafra o pagamento (parcial) do montante de €1.446.600 (um milhão quatrocentos e quarenta e seis mil e seiscentos euros) previsto para esse ano no referido Anexo VI do Contrato Programa de 2004.

Uma vez que a extinção da afetação abrangeu 63% da área originalmente afeta à GIATUL, entende-se que a GIATUL tem direito à indemnização na mesma proporção, o que perfaz o montante de €911.358 (novecentos e onze mil trezentos e cinquenta e oito euros).

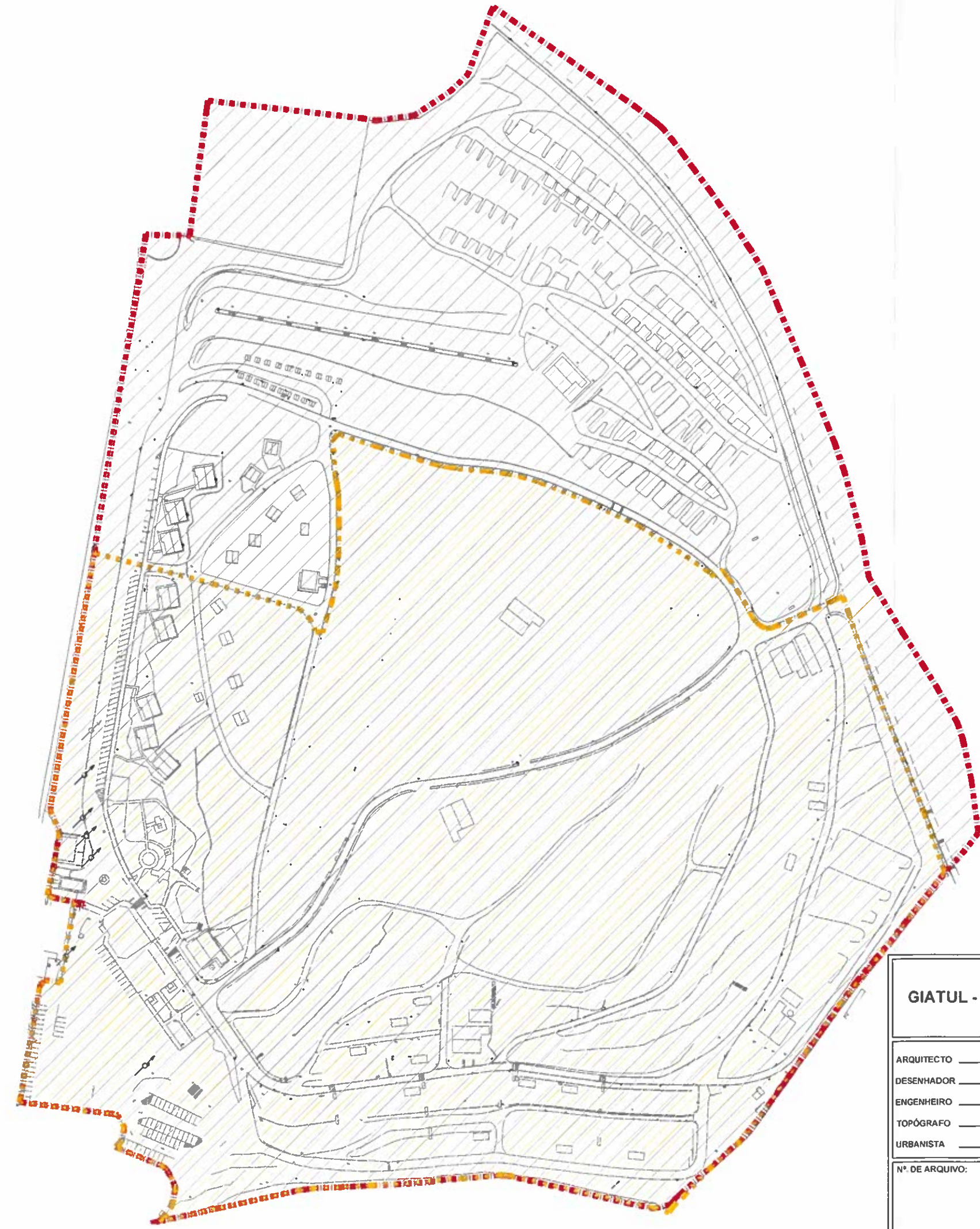
Pelas razões acima expostas, vem a GIATUL solicitar o pagamento do montante de €911.358 (novecentos e onze mil trezentos e cinquenta e oito euros), o qual deverá ser realizado para a conta do Banco Santander Totta com o IBAN PT50 0018 000050108139020 59, dando desse modo quitação do dever indemnizatório.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Helder Sousa Silva', is written over a horizontal line.

(Hélder Sousa Silva)



Legenda

	Área Total (contrato programa 2004)	216.579,00m²
	Área Parque Verde Urbano	136.952,00m²

GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM,SA.

ARQUITECTO _____
DESENHADOR _____
ENGENHEIRO _____
TOPÓGRAFO _____
URBANISTA _____

ASSUNTO: Parque de Campismo

LOCAL:
Ericeira

Nº DE ARQUIVO: _____
Nº PROCESSO: _____
DATA: 2024

DESIGNAÇÃO:
Limites de propriedade



VERIFICAÇÃO:

ESCALA:	DESENHO Nº:
S/escala	01
FASE DO PROJECTO:	
Arquitectura	

CONTRATO PROGRAMA

Entre:

1. MUNICÍPIO DE MAFRA, pessoa colectiva nº 502177080, com sede na Praça do Município, concelho de Mafra, neste acto representado por _____, adiante designado por Município.
2. GIATUL - Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas e Actividades Turísticas e Lazer, EM, empresa municipal de capitais maioritariamente públicos, com sede em _____, registada na Conservatória do Registo Comercial de _____, sob o nº _____, com o capital social de EUR _____, pessoa colectiva nº _____, neste acto representada por _____, daqui em diante designada abreviadamente por GIATUL.

CONSIDERANDO QUE:

- (a) A GIATUL é uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto, a qual tem por objecto social o exercício de actividades de interesse público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo da Ericeira, infra-estrutura que justificou a criação desta sociedade;
- (b) O sector do turismo constitui uma área de aposta do Município para o desenvolvimento sustentado do concelho, constituindo o Parque de Campismo da Ericeira um dos motores desse mesmo desenvolvimento, nomeadamente pela importância que assume como infra-estrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos do concelho;
- (c) O novo modelo de exploração do parque de campismo, em regime de parceria com um operador privado, pretende:
 - responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação às actuais exigências legais e do mercado desta infra-estrutura, através da realização de um vasto conjunto de investimentos, sem os quais o seu funcionamento será posto em causa;
 - proporcionar as condições necessárias para que este venha a ser integrada numa rede comercial com grande divulgação e visibilidade;
 - profissionalizar a gestão desta infra-estrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua actividade e assegurando que esta beneficiará das sinergias decorrentes da sua integração numa rede comercial de grande dimensão, com forte presença nos mercados internacionais;
 - promover o Concelho de Mafra, e a freguesia da Ericeira em particular, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade

cos # dr T. J. J. 160

de atrair novos visitantes, com consequentes impactos no comércio e indústria de serviços local;

- minimizar os riscos associados à exploração que uma infraestrutura desta natureza, através da sua partilha com um operador privado de reconhecida idoneidade;
- (d) Por outro lado, pretende-se ainda criar uma infra-estrutura que sirva a população local, em particular a camada mais jovem, inserindo-a nos programas de acção social escolar promovidos pelo Município;
- (e) De facto, a manutenção em funcionamento desta infra-estrutura vem também possibilitar ao Município a manutenção de um serviço de carácter social, designadamente a ocupação dos tempos livres durante o período de Verão de cerca de 3.000 jovens e adolescentes do Concelho, cujo acesso ao complexo de piscinas do parque de campismo continuará a ser assegurado gratuitamente;
- (f) As condições inerentes à realização dos objectivos programados assumidos pela GIATUL, poderão por em causa a rentabilidade do investimento, tornando-se assim fundamental assegurar as condições necessárias para a realização desses mesmo objectivos, nomeadamente para que a GIATUL possa fazer face aos previsíveis encargos do serviço da dívida por si a contrair para o financiamento do projecto e, bem assim, os respectivos custos de exploração;
- (g) Nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, os municípios celebrarão com as empresas municipais, contratos-programa nos quais serão acordadas as condições a que as partes se obrigam para a realização dos objectivos programados;
- (h) Os estatutos da GIATUL, por sua vez, prevêem, nos termos do seu 23.º, a celebração de contratos-programa entre a empresa e o Município de Mafra, sempre que se pretenda que a empresa realize investimentos de rentabilidade não demonstrada.

É celebrado ao abrigo do disposto no Art.º 31.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, o presente Contrato Programa que se rege pelos considerandos supra e pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

1. Objecto

- 1.1 O presente Contrato Programa tem por objecto regular o apoio a prestar pelo Município de Mafra à GIATUL, no âmbito da realização por esta dos investimentos necessários à reabilitação, conservação e exploração do Parque de Campismo da Ericeira (daqui em diante designado abreviadamente por Empreendimento Turístico), a concretizar nos termos do presente Contrato Programa.
- 1.2 O Empreendimento Turístico será desenvolvido de acordo com o Modelo Económico Financeiro constante do Plano Plurianual de Actividades da GIATUL, a submeter a aprovação da Assembleia Geral da GIATUL, a realizar no prazo máximo de 15 dias após a assinatura do presente Contrato Programa.


 o soluto  dy  SNE 

2 Período de Vigência

- 2.1 O presente Contrato Programa produz efeitos a partir da data da respectiva assinatura pelas Partes e vigorará até à data em que cessarem todas as responsabilidades contraídas pela GIATUL, com respeito à reabilitação, à conservação e à exploração do Empreendimento Turístico.
- 2.2 Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se que o presente Contrato Programa permanece em vigor, mesmo após a eventual cessação das actividades da GIATUL, respeitantes à conservação e exploração do Empreendimento Turístico, seja por que motivo for, enquanto subsistirem quaisquer responsabilidades por satisfazer pela GIATUL, perante terceiros relacionadas com a realização do Empreendimento Turístico, com o seu financiamento, ou permanecerem por amortizar os investimentos realizados ou quaisquer encargos associados a estes.

3 Manutenção e Exploração do Empreendimento Turístico

- 3.1 A GIATUL assume integral responsabilidade pela exploração e manutenção do Empreendimento Turístico durante um período de 25 anos, contados da assinatura do presente Contrato Programa, devendo diligenciar para que todas as infra-estruturas que o integram satisfaçam plenamente o fim a que se destinam e se mantenham em funcionamento permanente após a respectiva abertura, sem prejuízo das interrupções que se venham a demonstrar necessárias e em virtude dos investimentos a realizar, de acordo com o previsto no Modelo Económico Financeiro em anexo (Anexo I).
- 3.2 A GIATUL deverá fazer os investimentos necessários à requalificação do Parque para 3 estrelas, os quais não deverão exceder o montante de € 1.750.000 (um milhão setecentos e cinquenta mil euros), de acordo com o Modelo Económico e Financeiro constante em anexo
- 3.3 Compete ao Conselho de Administração da GIATUL, mediante deliberação fundamentada, decidir sobre a modalidade de exploração e manutenção do Empreendimento Turístico, podendo tais actividades ser asseguradas directamente ou mediante o estabelecimento de contratos adequados com terceiros.
- 3.4 Sem prejuízo do disposto no número anterior, a GIATUL compromete-se a procurar a modalidade de exploração e manutenção que se revele mais eficiente quanto à qualidade e nível dos serviços prestados e, do mesmo modo, quanto à racionalização dos custos respectivos.
- 3.5 A GIATUL compromete-se, ainda, a disponibilizar gratuitamente a piscina do Empreendimento Turístico, ou outros equipamentos que se venham a mostrar

162

City of F. Ané
J. Veloso

necessários para efeitos dos programas de acção social escolar a promover pelo Município, de acordo com o plano anual a definir pelo Município.

4 Afectação do estabelecimento

4.1 O Município disponibilizará e colocará na posse da GIATUL o estabelecimento que consubstancia o Empreendimento Turístico, livre de quaisquer ónus ou encargos [De acordo com as informações prestadas pela CMM não existem quaisquer contratos em vigor com utilizadores]

4.2 Pela afectação do estabelecimento referido no número anterior, a GIATUL paga ao Município, com a assinatura do presente Contrato Programa, a quantia de EUR 5.000.000,00 (cinco milhões de Euros).

5 Financiamento

5.1 A GIATUL é responsável pela obtenção dos meios financeiros necessários à realização dos investimentos corpóreos e incorpóreos previstos no presente Contrato Programa.

5.2 O Município reconhece como fonte de financiamento essencial para o desenvolvimento do Empreendimento Turístico o recurso a sistemas de incentivos financeiros no âmbito dos programas de apoio ao turismo [SIME / SIVETUR] que assegurem à GIATUL a atribuição de um montante mínimo de EUR 1.750.000,00, a fundo perdido.

5.3 O Município declara conhecer que a GIATUL, por forma a obter os fundos necessários para a realização dos investimentos a que se obrigou nos termos do presente Contrato Programa, vai contrair um ou mais empréstimos de longo prazo junto de instituições de crédito, até ao montante máximo estimado de EUR [6.750.000,00], dos quais EUR 1.750.000,00 destinam-se a antecipar os fundos públicos referidos em 5.2 supra.

5.4 Tendo em consideração os investimentos a realizar pela GIATUL e os objectivos de exploração referidos na cláusula 3ª supra, o Município reconhece que o nível de receitas que o Empreendimento Turístico irá gerar poderá não ser suficiente para a obtenção pela GIATUL de resultados de exploração positivos, pelo que as partes acordam em estabelecer pelo presente Contrato Programa os mecanismos de indemnização compensatória previstos nas cláusulas seguintes.

6 Indemnizações Compensatórias

[Handwritten signatures and initials: "dr", "F. O. 03", "Sone", "H"]

103

- 6.1 Caso a GIATUL não venha a receber, em parte ou na totalidade, os fundos referidos em 5.2 supra até _____ [três anos a contar da data de assinatura do presente Contrato-Programa], o Município obriga-se a entregar à empresa, naquela data e a título de indemnização compensatória, o montante em falta dessas mesmas comparticipações, até ao montante máximo de EUR 1.750.000,00, obrigando-se, ainda, a compensar anualmente a GIATUL, até ao montante máximo de EUR: 120.000,00, por ano, pelos encargos financeiros suportados por esta em resultado do financiamento por si contraído para antecipação dos referidos fundos, de acordo com a fórmula de cálculo e cronograma constantes do Anexo II ao presente Contrato Programa.
- 6.2 Caso as receitas anuais correntes da GIATUL sejam inferiores ao valor das receitas totais estimadas no Modelo Económico e Financeiro em anexo, o Município compromete-se a entregar anualmente à GIATUL, a título de indemnização compensatória, o montante correspondente àquela diferença, calculado de acordo com o estabelecido no Anexo III, até ao montante máximo de EUR 50.000,00, por ano.
- 6.3 Adicionalmente e caso se verifiquem défices de exploração na GIATUL, o Município obriga-se a entregar anualmente à empresa, a título de indemnização compensatória, a quantia necessária para compensar o défice de exploração registado pela GIATUL no ano anterior, até ao montante máximo de EUR 500.000,00, em cada ano, calculada de acordo com a fórmula de cálculo em anexo (Anexo IV) ao presente Contrato Programa, deduzido da indemnização compensatória devida nos termos do número 6.2 da presente cláusula.
- 6.4 As indemnizações compensatórias referidas em 6.2 e 6.3 supra serão entregues pelo Município à GIATUL em prestações anuais, que serão pagas em [1 de Julho] de cada ano, sempre que a tais indemnizações houver lugar nos termos do presente Contrato Programa.
- 6.5 Sem prejuízo da obrigação estabelecida em 6.1 da presente cláusula, as indemnizações compensatórias referidas em 6.2 e 6.3 supra relativa ao primeiro ano de exploração, serão no montante total de EUR 300.000,00, a pagar nos termos referidos em 6.4 supra.
- 6.6 O atraso no pagamento de qualquer prestação devida a título de indemnização compensatória dará lugar ao pagamento de juros de mora calculados de acordo com o estabelecido no Anexo V ao presente Contrato Programa, contados desde a data em que o pagamento fosse devido até à data do efectivo pagamento.
- 6.7 Em situações excepcionais devidamente fundamentadas, por deliberação dos órgãos competentes do Município tomada mediante pedido justificado da GIATUL, poderá ser antecipado, total ou parcialmente, o pagamento das quantias que se mostrem devidas nos termos da presente Cláusula, nomeadamente quando tal seja demonstradamente necessário para fazer face às responsabilidades da GIATUL perante terceiros.

164
dy F. do me
F. do me

7 Consignação

- 7.1 As Partes acordam que as quantias que venham a ser pagas pelo Município à GIATUL, nos termos da Cláusula 6ª serão afectas, prioritariamente, à realização das despesas correntes de conservação e exploração do Empreendimento Turístico e à cobertura do serviço da dívida dos empréstimos contraídos pela GIATUL, referidos em 5.3 supra.
- 7.2 Por forma a assegurar o cumprimento do objectivo estabelecido no número anterior, a GIATUL, reservará uma conta bancária que será exclusivamente movimentada a crédito para o depósito das quantias que lhe sejam pagas pelo Município, devendo ser tal conta movimentada a débito nos termos que venham a ser estabelecidos em acordo entre as Partes e as entidades financiadoras com as quais a GIATUL venha a contratar empréstimos com vista ao financiamento do Empreendimento Turístico.

8 Incumprimento pela GIATUL e resolução

- 8.1 O Município poderá resolver o presente Contrato Programa apenas em caso de violação grave ou reiterada e não sanada das obrigações assumidas pela GIATUL, ficando a GIATUL obrigada a indemnizar o Município nos termos gerais de direito.
- 8.2 Constitui motivo de resolução do Contrato Programa por parte do Município, nos termos e para os efeitos do disposto no número anterior, a verificação de algum dos seguintes factos:
- (a) Extinção da GIATUL;
 - (b) Desvio do objecto da GIATUL;
 - (c) ~~Incumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela GIATUL~~
perante terceiros;
 - (d) Apresentação à falência ou a processo especial de recuperação de empresas e protecção de credores;
 - (e) Interrupção da conservação ou exploração normal e corrente do Empreendimento Turístico, sem que tenham sido tomadas as medidas adequadas à remoção da respectiva causa;
 - (f) Reiterada desobediência às legítimas determinações do Município emitidas no exercício dos seus poderes legais ou nos termos do presente Contrato-Programa;
 - (g) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais.
- 8.3 Verificando-se a situação de incumprimento referida na alínea (c) do número 8.2 supra, o Município notificará a GIATUL para que, no prazo de 6 meses a contar da recepção

166
A. de F. de S. 19

após o seu envio por carta registada ou, sendo a notificação ou comunicação efectuada por fax ou por carta com protocolo ou com aviso de recepção, na data da respectiva recepção pelo destinatário.

- 11.2 Consideram-se como domicílio das Partes para os efeitos do presente Contrato Programa as seguintes moradas e postos de recepção de fax:

Município de Mafra:

Câmara Municipal de Mafra

A/c Gabinete do Presidente

[Endereço]

Fax: []

GIATUL:

GIATUL - Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas e Actividades Turísticas e Lazer, EM

A/c Presidente do Conselho de Administração

[Endereço]

Fax: []

12 Anexos

- 12.1 ~~Constituem Anexos ao presente Contrato Programa e ficam a fazer parte integrante do~~ mesmo os documentos a seguir indicados que, por terem o acordo pleno das Partes contratantes, são por elas igualmente rubricados:

Anexo I	Modelo Económico Financeiro
Anexo II	Fórmula de cálculo e cronograma de pagamento das indemnizações compensatórias previstas na cláusula 6.1;
Anexo III	Fórmula de cálculo de pagamento das indemnizações compensatórias previstas na cláusula 6.2;
Anexo IV	Fórmula de cálculo de pagamento das indemnizações compensatórias previstas na cláusula 6.3;
Anexo V	Cálculo dos juros de mora devidos pelo atraso no pagamento das indemnizações compensatórias;

dy T. eor Bre 157
19

Anexo VI Fórmula de cálculo da indemnização a pagar em caso de extinção do Contrato Programa.

13 Alterações

- 13.1 O presente Contrato Programa e os seus anexos não poderão ser alterado ou modificados verbalmente, mas apenas mediante documento escrito assinado por ambas as Partes, depois de devidamente aprovado pelos respectivos órgãos próprios competentes, nos termos legais.

14 Resolução de litígios

- 14.1 Os eventuais conflitos que possam surgir entre o Município e a GIATUL em matéria de aplicação, interpretação ou integração do presente Contrato Programa e respectivos anexos, que não possam ser resolvidos por acordo amigável entre as Partes, serão resolvidos por arbitragem.
- 14.2 O Tribunal Arbitral será composto por três membros, um nomeado pela GIATUL, outro nomeado pelo Município e o terceiro escolhido de comum acordo pelos árbitros que as Partes tiverem designado.
- 14.3 A Parte que decida submeter determinado diferendo ao Tribunal Arbitral identificará o objecto do litígio e designará de imediato o árbitro da sua nomeação, no requerimento de constituição do Tribunal Arbitral que dirija à outra Parte através de carta registada com aviso de recepção, devendo esta, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da recepção daquele requerimento, designar o árbitro de sua nomeação e deduzir a sua defesa.
- 14.4 Ambos os árbitros designados nos termos do número anterior do presente artigo designarão o terceiro árbitro do Tribunal no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da designação do segundo árbitro do Tribunal, cabendo ao Presidente do Tribunal da Central Administrativa, que também nomeará o representante de qualquer das Partes, caso estas o não tenham feito, esta designação, caso a mesma não ocorra dentro deste prazo,
- 14.5 O Tribunal Arbitral considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar a ambas as Partes.
- 14.6 O Tribunal Arbitral poderá ser assistido pelos peritos técnicos e consultores que considere conveniente designar.
- 14.7 Na falta de acordo entre as Partes sobre o objecto do litígio, caberá ao Tribunal Arbitral a fixação do mesmo, tendo em atenção os pedidos formulados na petição e na defesa

apresentada na contestação, incluindo as eventuais excepções e pedidos reconventionais.

- 14.8 O Tribunal Arbitral, salvo acordo em contrário das partes, julgará segundo o Direito constituído e das suas decisões não cabe recurso.
- 14.9 As decisões do Tribunal Arbitral deverão ser proferidas no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de constituição do Tribunal determinada nos termos do presente artigo, configurarão a decisão final de arbitragem relativamente às matérias em causa e incluirão a fixação das custas do processo e a forma da sua repartição pelas partes.
- 14.10 A arbitragem decorrerá em Mafra, funcionando o Tribunal de acordo com as regras fixadas no presente Contrato Programa, as regras estabelecidas pelo próprio Tribunal Arbitral e ainda, subsidiariamente, pelo disposto na Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

O presente contrato é feito e assinado em Mafra, em [...] de [...] de 2004, em 2 (dois) exemplares, ficando um na posse de cada uma das Partes.

Anexo II

Definições:

EFA - Encargos Financeiros Anuais Suportados pela GIATUL

ICA - Indemnização Compensatória Anual

Fórmulas:

EFA = Juros + Imposto de Solo sobre Juros (ambos pagos pela GIATUL)

ICA = EFA + EFA (x) EURIBOR a 1 ano (em vigor na data de pagamento dos EFA)
(x) número de dias decorrido a partir da data (incluindo o próprio dia) de pagamento dos encargos financeiros até data (incluindo o próprio dia) de pagamento da ICA / 360

Anexo III

Definições:

RTMEF -	Receitas Anuais Totais Estimadas no Modelo Económico-Financeiro
RCCE -	Receitas Anuais de Campismo e Caravanismo Estimadas no Modelo Económico-Financeiro
RBE -	Receitas Anuais de Bungalows Estimadas no Modelo Económico-Financeiro
RPE -	Receitas Anuais de Piscina Estimadas no Modelo Económico-Financeiro
RECE -	Receitas Anuais de Espaços Comerciais Estimadas no Modelo Económico-Financeiro
ICE -	Indemnização Compensatória Anual Estimada
RTR -	Receitas Anuais Totais Reais
RCCR -	Receitas Anuais de Campismo e Caravanismo Reais
RBR -	Receitas Anuais de Bungalows Reais
RPR -	Receitas Anuais de Piscina Reais
RCR -	Receitas Anuais de Espaços Comerciais Reais
ORAR -	Outras Receitas Anuais Reais;
ICR -	Indemnização Compensatória Anual a atribuir pelo Município

Fórmulas:

$$ICR = RTMEF - RTR$$

Sendo que:

- caso o valor apurado seja positivo, a ICR terá como limite máximo EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros);
- caso o valor apurado seja negativo, não haverá lugar ao pagamento de qualquer ICR;
- $RTMEF = RCCE + RBE + RPE + RECE + ICE$;
- $RTR = RCCR + RBR + RPR + RCR + ORAR$.

Anexo IV

Definições:

- DEA - Déficit de Exploração Anual
- CFAE - Cash Flow anual estimado para cada ano no caso base do business plan, conforme cálculo apresentado no Anexo I
- CFAR - Cash-Flow anual real verificado em cada ano, calculado da mesma forma que o CFAE
- ICA - Indemnização Compensatória Anual

Fórmulas:

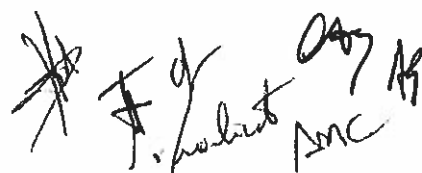
$$DEA = CFAE - CFAR$$

$$ICA = DAE + DAE (x) \text{ EURIBOR a 1 ano (em vigor em 31 de Dezembro do ano } t) \\ (x) \text{ número de dias decorrido entre 1 de Janeiro do ano } (t+1) \text{ e a data de} \\ \text{estipulada para o pagamento da ICA} / 360$$

Sendo que:

Cash-Flow de Exploração constante do Anexo I = EBITDA (conforme cálculo constante do Anexo I - Investimento em Activo Fixo do ano - Investimento em Fundo de Maneyo do ano - Impostos sobre lucros pagos no ano

Anexo V

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature, a signature that appears to be 'F. de', and initials 'ANC' and 'AB'.

Juros de mora = período de tempo, medido em dias, em que a mora se mantiver / 360
(x) EURIBOR (anual) + 4%

A contagem de juros será diária

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8
288,8	288,8	288,8	288,8	288,8	288,8	288,8	288,8	288,8
1.387,4	1.676,2	1.965,1	2.253,9	2.542,7	2.831,6	3.120,4	3.409,3	3.698,1
5.490,4	5.201,5	4.912,7	4.623,8	4.335,0	4.046,2	3.757,3	3.468,5	3.179,6

ANC
d. 007
190
190

2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8	6.877,8
288,8	288,8	288,8	288,8	288,8	288,8	288,8	288,8	288,8
3.987,0	4.275,8	4.564,6	4.853,5	5.142,3	5.431,2	5.720,0	6.008,8	6.297,7
2.890,8	2.602,0	2.313,1	2.024,3	1.735,4	1.446,6	1.157,7	868,9	580,1

2027	2028
0,0	0,0
0,0	0,0
0,0	0,0
0,0	0,0
6.877,8	6.877,8
288,8	288,8
6.586,5	6.876,4
291,2	2,4

~~2/1~~ d. 2007
F. / relut
Ane

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****PROPOSTA**

ASSUNTO: Coordenador Municipal de Proteção Civil – Proposta de Remuneração Base e de atribuição de Despesas de Representação

Considerando a nomeação, em comissão de serviço, pelo período de três anos, de Pedro Nuno dos Santos Martins Carrilho, como Coordenador Municipal de Proteção Civil, com efeitos a 1 de abril de 2024, nos termos do despacho por mim exarado a 21 de março de 2024, torna-se premente determinar o estatuto remuneratório do referido cargo.

Face ao exposto, visando a eficiência de recursos públicos e a equidade do estatuto remuneratório entre o cargo de coordenador municipal de proteção civil e o cargo de dirigente intermédio de 2.º grau, **proponho** à Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 e 6 do artigo 14.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, aditado pelo Decreto-lei n.º 44/2019, de 1 de abril, conjugado com o artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto **que**:

- a) seja atribuído, como remuneração base mensal, ao cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil, 70% do vencimento do cargo de Dirigente Superior de 1.º Grau, nos termos do Decreto-Lei n.º 383-A/87, de 23 de dezembro, conjugado com a Lei n.º 2/2004, de 15 janeiro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, no montante atual de 2 806,92 €;
- b) submeta à aprovação da assembleia municipal, a atribuição do suplemento mensal por despesas de representação, equiparado ao atribuído a dirigente intermédio de 2.º grau, nos termos do despacho conjunto n.º 625/99, de 13 de julho, por força do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, no montante atual de 209,17 €, com efeitos a 1 de abril de 2024.

Paços do Município de Mafra, 21 de março de 2024

O Presidente da Câmara Municipal

(Hélder Sousa Silva)

Anexo XII

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****DESPACHO N.º 49/2024 - PCM**

Assunto: Nomeação do Coordenador Municipal de Proteção Civil – Pedro Nuno dos Santos Martins Carrilho

Considerando a vacatura, a 1 de abril de 2024, do lugar de Coordenador Municipal de Proteção Civil, impõe-se proceder à nomeação do respetivo cargo, de modo a garantir o normal funcionamento do serviço e o cumprimento dos planos e programas de emergência definidos;

Considerando que, nos termos dos n.º 3 e 4 do artigo 14.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, aditado pelo Decreto-lei n.º 44/2019, de 1 de abril, “O coordenador municipal de proteção civil depende hierárquica e funcionalmente do presidente da câmara municipal, a quem compete a sua designação, em comissão de serviço, pelo período de três anos” e a designação do mesmo “ocorre de entre indivíduos, com ou sem relação jurídica de emprego público, que possuam licenciatura e experiência funcional adequadas ao exercício daquelas funções”;

Considerando a suma importância das competências e atribuições da Divisão de Proteção Civil, a designação do Coordenador Municipal de Proteção Civil deverá ponderar as habilitações académicas, a experiência funcional, bem como o grau de responsabilidade, compromisso e disponibilidade;

Assim, ao abrigo da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com os n.ºs 3 e 4 do artigo 14.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril, **nomeio, em regime de comissão de serviço, com efeitos a 1 de abril de 2024, pelo período de três anos, para exercer o cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil, equiparado ao cargo de Dirigente Intermédio de 2.º Grau, por ser detentor de habilitações académicas, experiência funcional e das competências exigidas para a ocupação do cargo, o Mestre em Recursos Florestais, Pedro Nuno dos Santos Martins Carrilho.**

Paços do Concelho de Mafra, 21 de março de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

com o meu acordo
a Comissão do Sr. Presidente
em favor da Comissão de Gestão.

22./03./2024

O(A) Vereador(a),

Concordo. A considero
superior.

22./03./2024

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a proposta de decisão definitiva
de proibição de utilização das instalações
desportivas mun. e país.

22./03./2024

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A Remet.

26/03/24

A Vice-Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2024/6884

ASSUNTO: Decisão definitiva de proibição de utilização das Instalações Desportivas Municipais

Tendo sido notificado o Sr. René Gil Bakker Fonseca, utente n.º 46365 da Piscina Municipal da Encarnação, nos termos e para os efeitos do Despacho proferido no dia 21 de fevereiro, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Mafra, tendo por base a Informação Interno número 2024/4079, subscrita pelo Dirigente de 3.º Grau da Unidade de Gestão das Instalações Desportivas Municipais de Mafra Oeste e Diretor Técnico da Piscina Municipal da Encarnação, da intenção de proibir o utente de utilizar todas as Instalações Desportivas Municipais do Concelho de Mafra, pelo prazo máximo previsto no Regulamento das Instalações Desportivas Municipais (RIDM), de 90 dias, baseado na conjugação dos artigos 6.º, n.ºs 3 e 5, alíneas a) e l), 18.º e 46.º, n.º 2, todos do RIDM, o interessado exerceu o seu direito de audiência prévia, uma vez notificado para o efeito, através de um documento em formato PDF remetido por correio eletrónico, pese embora não assinado, que qualificou como "resposta", dentro do prazo fixado para o efeito.

Anexo XIII



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Contudo, o interessado, fazendo tábua-rasa de que foi notificado sobre o teor da deliberação camarária consubstanciada num mero projeto de decisão, limitou-se a negar os factos que lhe foram imputados, não arguindo factos novos, nem requerendo a produção de qualquer diligência de prova, passíveis de, salvo melhor entendimento, contrariar o sentido do projeto de decisão tomado pelo órgão executivo, Ao invés, o interessado inclusivamente expendeu, na sua comunicação eletrónica de envio de resposta, o seguinte: *"(...) Não pretendo contestar a decisão em causa. Tal como refiro no documento que vos envio, agradeço que nunca mais me tentem contactar por nenhuma via. Eu farei o mesmo. Envie portanto, se não se importar, a minha resposta aos signatários dos documentos que os senhores me enviaram e a quem mais lhe aprover."*

Face ao exposto e por se concluir que os argumentos esgrimidos na pronúncia não contrariam os fundamentos de facto e de Direito que sustentaram o projeto de decisão, que se dão por integralmente reproduzidos, sugiro que seja proposto, atenta a gravidade das infrações perpetradas pelo utente n.º 46365, consubstanciada nas injúrias e no desrespeito grave materializados nas expressões ofensivas da honra e consideração proferidas e na ameaça física descrita, documentada e legalmente enquadrados, contra os funcionários identificados e na presença de terceiros, nomeadamente Encarregados de Educação e de outros utentes, incluindo crianças menores de idade, na Piscina Municipal da Encarnação então aberta ao público, nos termos do disposto nos artigos 33.º, n.º 1, alínea ee) e 35.º, n.º 3, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugados com os artigos 6.º, n.ºs 3 e 5, alíneas a) e I), 18.º e 46.º, n.º 2, todos do Regulamento das Instalações Desportivas Municipais, que a Câmara Municipal profira decisão definitiva, deliberando, por escrutínio secreto (cfr. o n.º 3 do artigo 55.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual) e com efeitos imediatos, a proibição de o utente n.º 46365 utilizar a Piscina Municipal da Encarnação, em particular, e todas as demais instalações desportivas municipais, em geral, por um período ininterrupto de noventa dias.

Mafra, 22 de março de 2024,

O Dirigente de 3.º Grau da Unidade de Gestão das Instalações Desportivas Municipais de Mafra Oeste

(Diogo Rosa)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Com o meu acatado
à conclusão do Sr. Presidente
de levar a termo o processo.

DESPACHO

22.3.24

O(A) Vereador(a),

Concordo com o teor da
Informação. Submeto para
decisão do órgão executivo.

22.03.2024

O(A) Diretor(a) de Departamento,

SUBMETO A CONSIDERAÇÃO SUPERIOR
A PEDIDA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS
AS ENTIDADES MENCIONADAS.

22.03.2024

O(A) Chefe de Divisão

A CONSIDERAÇÃO SUPERIOR
Alc. Br. 1.6

7. Reunião.

26.03.24

Vice Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2024/6765

ASSUNTO: Cedência de Instalações Desportivas Municipais ao Clube Desportivo da Venda do Pinheiro, à APERCIM (Associação para Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Mafra), à Equipa Vicarial de Jovens de Mafra e à Escola de formação de nadadores-salvadores "4EMES"

No âmbito da época desportiva de 2023/2024, rececionámos a 23/02/2024 um aditamento ao pedido inicial para a cedência de Instalações Desportivas Municipais por parte do Clube Desportivo da Venda do Pinheiro, para utilização das Piscinas Municipais da Azueira. Este pedido de aumento do número de horas semanais cedidas ao clube, fundamentado na Informação Interno/2023/15208, presente em reunião de câmara de 29/09/2023 e na qual foi deliberado concordar com a cedência de uma pista, num total de quatro horas semanais, para toda a época desportiva 2023/2024, perfazendo o valor de 7.568,00€, visa o acréscimo de uma hora por semana, por forma a permitir um maior volume de treino para os atletas da modalidade de triatlo, que participam nas provas de distâncias longas, conforme se detalha no quadro seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ENTIDADE	Clube Desportivo da Venda do Pinheiro
DISTRIBUIÇÃO	EDOC 2024/12017
NIF / NIPC	501 299 920
INSTALAÇÃO	1 Pista da Piscina Municipal da Azueira
ATIVIDADE	Treino de natação no âmbito da modalidade de Triatlo
DATA	Até final da época desportiva 2023/2024 (4 meses)
HORÁRIO	5ª e 6ª feira das 20h30 às 21h00
CUSTO ASSOCIADO	1h semanal x 43€ (hora/pista) x 4 meses = 688,00€

Foram ainda rececionados três pedidos para a cedência de Instalações Desportivas Municipais: da APERCIM, para a cedência da Piscina Interior do Parque Desportivo Municipal de Mafra; da Equipa Vicarial de Jovens de Mafra, para a cedência do Pavilhão da Escola Básica e Secundária António Bento Franco – Ericeira; e da Escola de formação de nadadores-salvadores “4EMES”, para utilização da sala de imprensa do Estádio e das Piscinas do Parque Desportivo Municipal de Mafra, conforme se detalha nos quadros seguintes.

ENTIDADE	APERCIM - Associação para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Mafra
DISTRIBUIÇÃO	EDOC 2024/16409
NIF / NIPC	503 280 925
INSTALAÇÃO	Piscina interior do Parque Desportivo Municipal de Mafra
ATIVIDADE	20.º Torneio de Natação Adaptada
DATA	17 de abril de 2024
HORÁRIO	Das 10h00 às 14h00
CUSTO ASSOCIADO	6 (pistas) x 43€ (pista) x 3 (horas) -20%* = 619,20€

*20% de desconto para reservas efetuadas por Clubes e Associações Concelhias legalmente constituídas.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

ENTIDADE	Equipa Vicarial de Jovens de Mafra - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro Ericeira
DISTRIBUIÇÃO	EDOC 2024/13723
NIF / NIPC	501 094 547
INSTALAÇÃO	Pavilhão da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos e Secundária António Bento Franco
ATIVIDADE	Festival Vicarial da Canção Jovem
DATA	26 e 27 de abril de 2024
HORÁRIO	Dia 26/04 (6ª feira) das 14h00 às 00h00 e 27/04 (sábado) das 9h00 às 01h00
CUSTO ASSOCIADO	6ª feira: 10 horas x 100,00€/h - 20% = 800,00€ Sábado: 16 horas x 100,00€/hora - 20%* + 20%** = 1.536,00€ Valor total = 2.336,00€

*20% de desconto para reservas efetuadas por Clubes e Associações Concelhias legalmente constituídas.

**Acréscimo de 20% para reserva efetuadas ao fim de semana

ENTIDADE	Escola de formação de nadadores-salvadores "4EMES" - Consultores Associados
DISTRIBUIÇÃO	EDOC 2024/16264
NIF / NIPC	503 470 155
INSTALAÇÃO	Sala de imprensa do estádio e piscina interior do Parque Desportivo Municipal de Mafra
ATIVIDADE	Curso de Nadadores Salvadores
DATA	De 23 de abril a 12 de junho de 2024
HORÁRIO	Das 19h00 às 23h00
CUSTO ASSOCIADO	Sala de imprensa: 30€ (hora) x 2 (horas) x 33 (dias) = 1.980,00€ Piscina: 43€ (hora) x 2 (pistas) x 2 (horas) x 33 (dias) = 5.676,00€ Valor total = 7.656,00€

Assim, considerando que o Município dispõe de atribuições, designadamente da Educação, ensino e formação profissional e dos tempos livres e desporto, nos termos das alíneas d) e f) do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

Considerando que compete à Câmara Municipal apoiar atividades, de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, conforme resulta da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

Propõe-se, ceder gratuitamente a utilização de uma pista da Piscina Municipal da Azueira, por mais uma hora semanal, até ao final da presente época desportiva por forma a permitir um maior volume de treino para os atletas da secção de Triatlo do

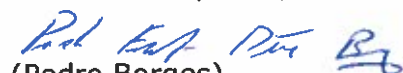


CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Clube Desportivo da Venda do Pinheiro, que participam nas provas de distâncias longas; a Piscina interior do Parque Desportivo Municipal de Mafra, no dia 17 de abril, à APERCIM, para a realização do 20.º Torneio de Natação Adaptada; o Pavilhão da Escola Básica e Secundária António Bento Franco, à Equipa Vicarial de Jovens de Mafra, para a realização do Festival Vicarial da Canção Jovem; e da sala de imprensa do Estádio e das Piscinas do Parque Desportivo Municipal de Mafra à Escola de formação de nadadores-salvadores "4EMES", para a realização do Curso de Nadadores Salvadores de 23 de abril a 12 de junho de 2024, num total de 33 dias, com a contrapartida do Município de Mafra, indicar dois participantes para a frequência gratuita do referido curso, a promovendo, desta forma, o desporto, as atividades culturais e a formação profissional dos clubes e associações no Concelho de Mafra.

Mafra, 20 de março de 2024

O Técnico Superior,


(Pedro Borges)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

DESPACHO

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

concordo. Proponho ex o assunto seja objecto de deliberação pelo Órgão executivo.

26.03.2024

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a proposta apresentada para despacho superior.

26.03.2024

O(A) Chefe de Divisão

26.03.24

A V. Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2024/6494

ASSUNTO: União de Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros - Atribuição de apoio financeiro - Submissão à Assembleia Municipal

A União de Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros, devido à falta de segurança na quase totalidade do percurso da EN9 entre Cheleiros e a Carapinheira, identificou a necessidade de construção de um passeio no referido troço, projeto que contemplará várias fases de implementação, em consonância com o nível de prioridade e segurança identificado.

Tratando-se de uma necessidade prioritária para a freguesia em apreço e para as suas populações, o seu executivo solicitou apoio financeiro à Câmara Municipal, para fazer face às despesas inerentes ao projeto.

Assim, atenta as disposições conjugadas dos artigos 25.º n.º 1 alínea j) e 33.º n.º 1 alínea ccc) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação

Anexo XV



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

atual, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mafra a atribuição de um apoio no valor de 42.189,00€ (quarenta e dois cento e oitenta nove mil euros) com vista a apoiar as referidas despesas.

Mafra, 19 de março de 2024

A Coordenadora Técnica

Marisa Pinto



INFORMAÇÃO DE CABIMENTO: N.º 1070

Município de Mafra

Data: 14/02/2024

Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2024/134)

Entidade: FREGUESIAS DE IGREJA NOVA E CHELEIROS

Original

Serviço Emissor Assinado por: CARLA ALEXANDRA CARDOSO MARCHANTE Num. de Identificação: 09891463 Data: 2024.02.14 16:56:09+00'00'	O (a) responsável pela Divisão Financeira Assinado por: CÂNDIDA MARIA TROCAS JACINTO Num. de Identificação: 12066673 Data: 2024.02.14 17:07:46+00'00'	O Órgão Competente para autorizar a Despesa Assinado por: HUGO MANUEL MOREIRA LUÍS Num. de Identificação: 10796848 Data: 2024.02.14 20:11:31+00'00'
--	---	---

Observações: CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FREGUESIA DE IGREJA NOVA E CHELEIROS PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS DE CONSTRUÇÃO DE PASSEIO NA EN 9, ENTRE CHELÊROS E CARAPINHEIRA (EDOC/2024/1602)".

ORÇAMENTAL

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Atividade	Económica	Entidade Parceira	Moeda
024	Dotações disponíveis	42.189,00		010102	000	000000	000	0108050102		EUR
0251	Cabimentos registados		42.189,00	010102	000	000000	000	0108050102		EUR

CLASSIFICAÇÕES

Processo	Linha	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Actividade	Económica	Conta	N.º CAB	Valor N	N+1	N+2	N+3	N+4	Seguintes
CABA20240000134	1	010102	000	000000	000	0108050102		1070	42.189,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Orçamento Inicial:		5,00	Reforços / Anulações:	76.000,00	Dotação Corrigida:	76.005,00	Cativos / Descativos:	0,00	Orç. Liq. Cativos:	76.005,00	Despesas Cabimentadas:	30.983,54		
Despesas Pagas:		11.130,00	Despesas Cab. não comprometidas:	49.089,00	Despesas Compr. não pagas:	12.953,54	Dotação Disponível:	45.021,46	Valor a Cabimentar:	42.189,00	Dotação disp. atualizada:	2.832,46		

Projeto: PPI 2021.0008 - Transferências de Capital

TOTAL CABIMENTADO:	42.189,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--------------------	-----------	------	------	------	------	------

Data: 14/02/2024
Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2024/134)
Entidade: FREGUESIAS DE IGREJA NOVA E CHELEIROS

Original

Marisa Pinto

De: geral@uf-igrejanovaecheleiros.pt
Enviado: 9 de janeiro de 2024 15:48
Para: CM Mafra | Geral; Presidente_CMM
Assunto: PEDIDO DE APOIO PARA PERCURSO EN9 ENTRE CHELEIROS E CARAPINHEIRA
Anexos: P6199 - PE Corredor Pedonal Cheleiros EN9.pdf; P6199_ Proposta.pdf

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra,

Na sequência da falta de segurança na quase totalidade do percurso da EN9 entre Cheleiros e a Carapinheira, decidi esta Junta de Freguesia avançar com a realização de um projeto para construção de passeio nesta estrada e no percurso referido. O projeto irá contemplar várias fases de implementação em consonância com o nível de prioridade e segurança identificado. Por ser uma obra estrutural e muito relevante para a população da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, e também devido ao seu elevado custo, venho desta forma solicitar apoio para suportar o custo do projeto.

P.S.: Enviamos em anexo a proposta da empresa vencedora do procedimento efetuado.

Cumprimentos,

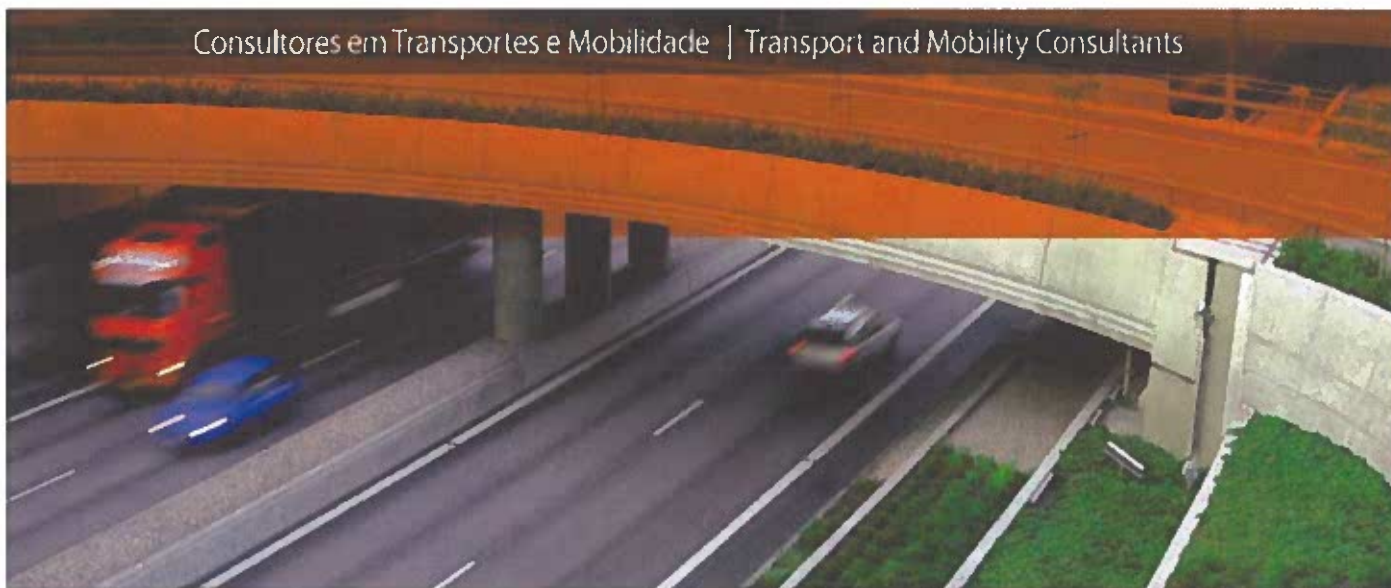
Tiago Alves

Presidente União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros

This email was scanned by Bitdefender



Consultores em Transportes e Mobilidade | Transport and Mobility Consultants



One step forward

PROPOSTA

**PERCURSO PEDONAL ACESSIVEL ENTRE CHELEIROS E
CARAPINHEIRA - EN9 - MAFRA**

12 Julho de 2023

PROPOSTA

PERCURSO PEDONAL ACESSIVEL ENTRE CHELEIROS E CARAPINHEIRA - EN9 - MAFRA

ÍNDICE

ÍNDICE	i
1 Objecto	1
2 Projeto Do Passeio Pedonal	2
2.1 Cartografia e Topografia	3
2.2 Geologia e Geotecnia	4
2.3 Plano de Trabalhos	4
2.4 Generalidades	4
2.5 Exclusões	4
3 Equipa Técnica	5
4 Condições de Realização	5
4.1 Prazos de Execução	5
4.2 Honorários e Plano de Pagamentos	5
4.3 Plano de Pagamentos	6

PROPOSTA

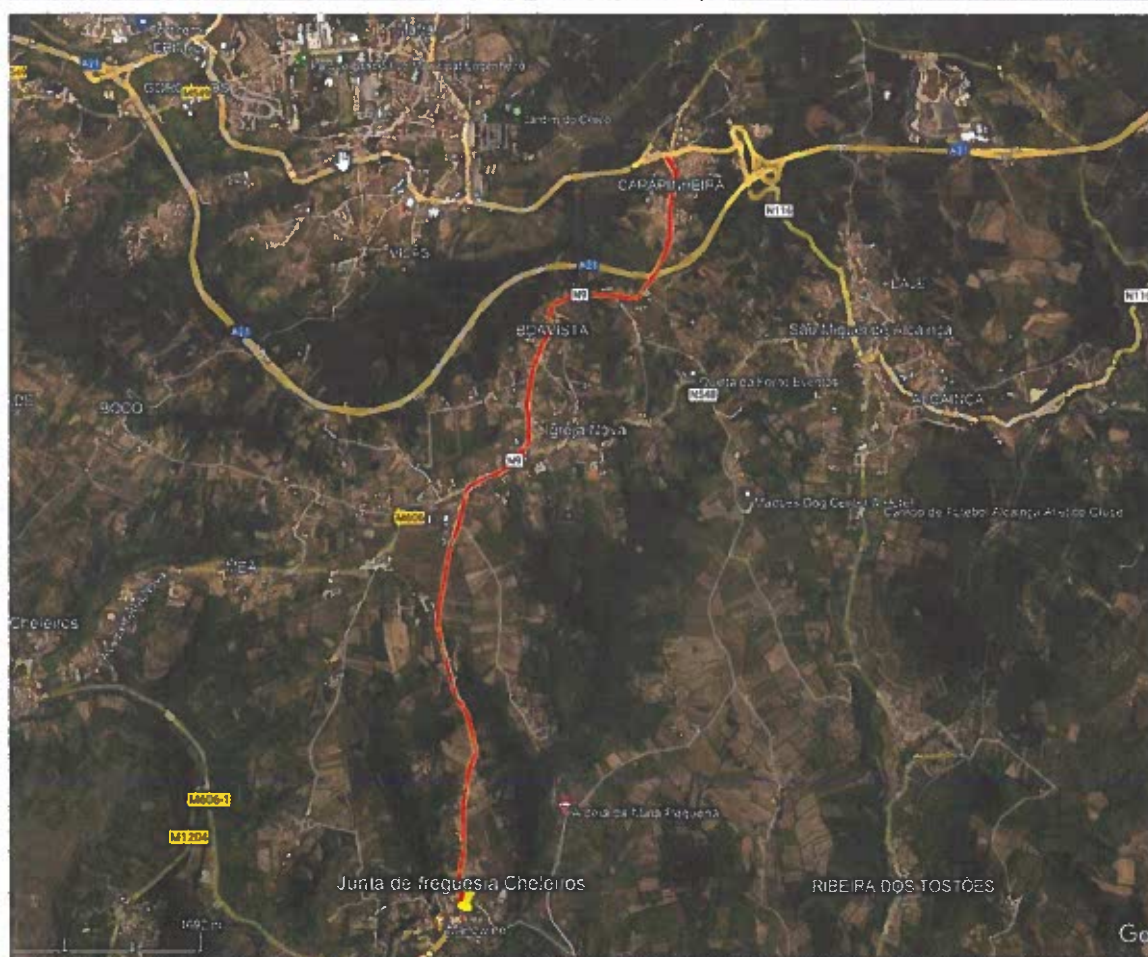
PERCURSO PEDONAL ACESSIVEL ENTRE CHELEIROS E CARAPINHEIRA - EN9 - MAFRA

1 OBJECTO

O objecto desta proposta é a realização do Estudo Prévio e Projeto de Execução com vista à construção de um percurso pedonal entre Cheleiros, pertencente à União de Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros e a localidade de Carapinheira no concelho de Mafra ao longo da EN9, com o intuito de promover a acessibilidade pedonal entre as duas sedes de freguesia e dos seus pontos e locais intermédios.

Em seguida apresenta-se a área de intervenção:

Imagem 1 - Área de Intervenção



O Projeto será realizado em duas fases, Estudo Prévio e Projeto de Execução, sendo constituído por peças escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte de todos os intervenientes na execução da obra. Os elementos de projecto estarão de acordo com o exigido pela legislação e normas legais e manuais aplicáveis.

A Engimind cumprirá ainda todas as normas Portuguesas e internacionais, assim como as disposições normativas ou regulamentares associadas a este tipo de estudos. Quaisquer situações de eventual ambiguidade na sua aplicação serão previamente acordadas com os técnicos nomeados pelo cliente, ou de quem vier a ser indicado para a supervisão e fiscalização do desenvolvimento dos estudos.

2 PROJETO DO PASSEIO PEDONAL

O novo passeio pedonal será construído preferencialmente do lado direito da EN9 no sentido Sul-Norte, com uma largura mínima de 1,50 metros (desejavelmente 2,5m) e terá uma extensão total de aproximadamente 6000 metros.

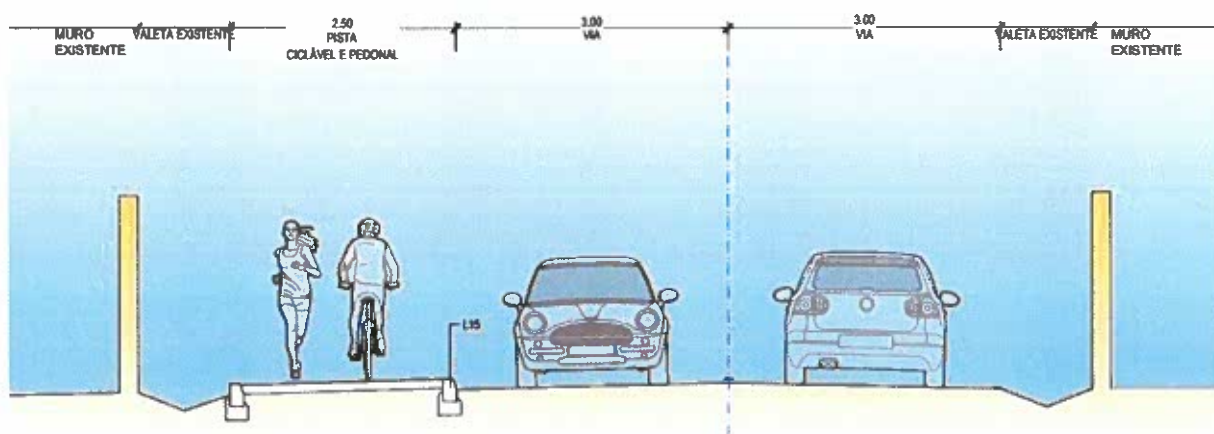
Devido à grande heterogeneidade do ambiente rodoviário e características físicas ao longo do percurso da EN9 serão estudadas e propostas as melhores soluções de perfil transversal adaptadas a cada troço e secção da estrada.

Prevê-se que o seu revestimento seja em grande parte da sua extensão em calçada de betão, e instalado um sistema de drenagem pluvial sempre que necessário.

Nos troços periurbanos poderá manter-se o sistema de valetas sempre que o perfil o permita e na passagem pelos aglomerados habitacionais procurar-se-á criar passeios e aumentar os existentes com recurso a ocupação lateral da estrada.

O projeto visa aumentar a qualidade dos corredores para os peões (e ciclistas), criando atravessamentos seguros ao longo do troço com os entroncamentos e acessos laterais existentes, efetuando a reformulação ou realocização dos abrigos e paragens de autocarro reduzindo a distância nos atravessamentos e continuidade dos mesmos.

Figura 1 - Perfil Tipo (hipótese)



Como referido acima o projecto será realizado em duas fases, Estudo Prévio (troço 1 e troço 2) e Projecto de execução ambas as fases dão resposta ao disposto na portaria 701H-2008 no que lhe for aplicável considerando os trabalhos previstos nesta proposta.

Estão consideradas na presente proposta as especialidades de Traçado-Terraplenagens, Drenagem Pluvial, Pavimentação, Sinalização e Segurança, Estruturas e Serviços Afetados.

Adicionalmente será desenvolvido o PSS e o PPGRCD.

As peças desenhadas e escritas a apresentar nos projectos das diferentes especialidades serão, genericamente as seguintes:

Peças Escritas:

- Memória Descritiva e Justificativa
- Cálculos da Directriz e do perfil longitudinal dos traçados
- Cálculos justificativos e Dimensionamentos
- Terraplenagens - Movimentos de Terras
- Medições e Estimativas de Custo
- Caderno de Encargos - Especificações técnicas

Peças Desenhadas

- Esboço corográfico - Planta de localização
- Traçados em Planta e perfil longitudinal;
- Perfis transversais tipo e pormenores construtivos;
- Perfis transversais da (s) Estrada(s);
- Plantas Gerais, de Pormenor e implantação das especialidades
- Planta geral e Pormenores de Sinalização
- Desenhos Tipo e de Pormenor das especialidades.

2.1 Cartografia e Topografia

Para a elaboração dos Estudos abrangidos pela presente proposta de Honorários, será fornecido pela Engimind a informação de base a seguir descrita:

- i. Levantamento topográfico a clássico e adequada ao bom desenvolvimento dos Projectos de Execução. (esc.1:500).

2.2 Geologia e Geotecnia

Para a elaboração dos estudos e projetos abrangidos pela presente proposta de Honorários, poderá ser necessário, em função da solução de traçado e dos terrenos interferidos, a realização de um Estudo Geológico e geotécnica a realizar segundo o programa de prospeção fornecido pela Engimind em fase de Estudo Prévio.

2.3 Plano de Trabalhos

Na fase inicial do projecto, após a recepção da cartografia adequada, serão estudadas com o cliente as soluções de traçados acordo com os resultados dos estudos prévios e do existente, e acordados os respectivos níveis de intervenção e soluções técnicas em cada um dos troços, que serão posteriormente submetidas a aprovação das entidades, antes do início das restantes especialidades. Com base nesta será produzido um projecto base para a provação da CM Mafra, o qual após aprovação dará seguimento a um projecto de execução, com vista a futura realização da obra.

2.4 Generalidades

Será ainda realizado o Caderno de Encargos do Projecto de Execução, referente às áreas abrangidas pela presente proposta de Honorários, bem como Mapas de Quantidades, Orçamentos e Condições técnicas especiais para a execução das diferentes partes da obra.

Todas as Peças Escritas e Desenhadas a apresentar terão o desenvolvimento indicado na legislação em vigor e preconizados habitualmente para Projectos da mesma natureza. Serão ainda realizadas todas as Medições e Orçamentos relativos às especialidades incluídas na presente Proposta.

Para todas as especialidades serão fornecidos os ficheiros informáticos correspondentes às peças desenhadas em formato DWG e DWF, peças escritas em PDF e os Cálculos Automáticos correspondentes aos Perfis Transversais e às Medições relativas às Terraplenagens e Pavimentações, serão realizadas em Civil3D e apresentadas em PDF.

2.5 Exclusões

No âmbito da presente proposta consideram-se excluídos os seguintes trabalhos:

- i. Estudos de Tráfego
- ii. Estudos ou sondagens de prospeção geológica e geotécnica, ou sondagens com Deflectómetros de impacto (FWD)
- iii. Estudos de impacto ambiental;
- iv. Estudos económicos e de financiamento;
- v. Quaisquer análises e ensaios laboratoriais;
- vi. Levantamentos cadastrais e topográficos / Outras especialidades não referidas

3 EQUIPA TÉCNICA

Para a elaboração da globalidade dos estudos integrados no âmbito da presente proposta a Engimind disponibilizará uma equipa técnica pluridisciplinar, de molde a, da forma mais adequada, poder dar resposta a todos os capítulos envolvidos no âmbito dos projectos a desenvolver.

Assim a equipa de trabalho da Engimind será formada pelos seguintes técnicos:

- Manuel Fortes - experiência profissional de 34 anos
- Pedro Reis - experiência profissional de 33 anos.
- Carla Correia - experiência profissional de 27 anos.
- Gina Rolim - experiência profissional de 26 anos.
- Mafalda Pires - experiência profissional de 25 anos
- Mario Pereira - experiência profissional de 33 anos.

A Engimind compromete-se a reforçar esta equipa, quer através dos seus meios próprios, quer mediante a solicitação de colaboração outros consultores externos que o rigor do trabalho venha a justificar, de modo a que a finalização dos projectos corresponda, na íntegra, aos objectivos do mesmo e do cliente.

4 CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

4.1 Prazos de Execução

Os prazos de execução serão acordados com o cliente, estimando-se a necessidade de um prazo máximo de 50 dias para o desenvolvimento do estudo prévio e 60 dias para o projeto de execução.

4.2 Honorários e Plano de Pagamentos

Este Calculo dos Honorários foi definido, tendo em consideração os elementos já executados, a natureza da intervenção a desenvolver, as cargas horárias afetas a cada um dos técnicos e ainda a estimativa de custos de construção nova e as respectivas tabelas de honorários dos projectos de obras públicas, sobre o qual incidiu ainda um desconto comercial.

De acordo com cálculo realizado, a cotação para a realização de todos os trabalhos previstos no Estudo Previo e Projeto de Execução, considerando um desconto comercial é de 34.500€ (trinta e quatro mil e quinhentos euros) incluindo o levantamento topográfico do corredor de 6kms, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

4.3 Plano de Pagamentos

Propõe-se o seguinte plano de pagamentos:

- 25 % com a entrega do Estudo Prévio - Troço 1 (0+000 a 3+000);
- 25 % com a entrega do Estudo Prévio - Troço 2 (3+000 ao final);
- 40% com a entrega do Projeto de Execução;
- 10% com a aprovação do Projeto de execução.

A todos os valores de honorários indicados deve ser acrescido o IVA à taxa legal em vigor.

Serão entregues uma cópia do projeto em papel e uma cópia em CD.

12 de Julho de 2023

 *Engimind - Consultores de Engenharia e Planeamento, Lda.*



Av. Defensores de Chaves, n.º 52, 3.º piso Tel: 21 797 71 75
1000 - 120 Lisboa Fax: 21 797 71 79

www.engimind.com

PROPOSTA

Manuel Francisco Travassos Fortes, titular do cartão de cidadão n.º 08910842, residente na Rua Gomes Leal, n.º 15, 4.º esquerdo - Laranjeiro 2810-227, na qualidade de representante legal de ENGIMIND - Consultores de Engenharia e Planeamento, Lda., Pessoa Coletiva n.º 507 783 727, sediada na Av. Defensores de Chaves, n.º 52, 3.º Piso, 1000-120 Lisboa, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Projeto para Percurso Pedonal Acessível entre Cheleiros e Carapinheira - EN9 - Mafra”**, obriga-se a celebrar e executar o contrato nos seguintes moldes e em conformidade com o respetivo Caderno de Encargos:

- **Preço Global da Proposta:** 34.300€ (trinta e quatro mil e trezentos euros);

À quantia supramencionada acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor de 23%.

- **Condições de Pagamento:**
 - 25 % com a entrega do Estudo Prévio - Troço 1 (0+000 a 3+000);
 - 25 % com a entrega do Estudo Prévio - Troço 2 (3+000 ao final);
 - 40% com a entrega do Projeto de Execução;
 - 10% com a aprovação do Projeto de Execução.

- **Plano de Trabalhos**

Prazo de execução: 110 dias

Modo de execução da prestação de serviços:

Estudo Prévio - até 50 dias.

Projeto Execução - até 60 dias.

Lisboa, 24 de agosto de 2023

Pela ENGIMIND - Consultores de Engenharia e Planeamento, Lda.

MANUEL
FRANCISCO
TRAVASSOS
FORTES

Assinado de forma digital
por MANUEL FRANCISCO
TRAVASSOS FORTES
Dados: 2023.08.24
14:42:10 +01'00'



**Consulta prévia “Projeto para percurso
pedonal acessível entre Cheleiros e
Carapinheira – EN9 – Mafra”**

Proposta de Preço

Proposta 33 | 2023
agosto 2023

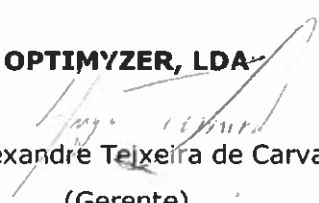
PROPOSTA

OPTIMYZER - Optimização e Revisão de Soluções de Engenharia, Lda., com sede na Rua da Reserva Natural da Serra da Malcata, nº 28 – 2855-641 Corroios, Pessoa Coletiva n.º 508 592 747, matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa, sob o número 508 592 747, representada por Hugo Alexandre Teixeira de Carvalho, titular do cartão do cidadão nº 10327128 7ZZ1 com validade até 10-11-2027, residente na Avenida Pinhal do Arneiro, nº14, Corroios, tendo tomado perfeito conhecimento do teor do Convite e do Caderno de Encargos do Procedimento **Consulta prévia "Projeto para percurso pedonal acessível entre Cheleiros e Carapinheira – EN9 – Mafra"**, propõe-se prestar os referidos serviços pelo Preço Global de **34.450,00€** (trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Às quantias suprarreferidas acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Carcavelos, 23 de agosto de 2023

OPTIMYZER, LDA


Hugo Alexandre Teixeira de Carvalho
(Gerente)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

3.2.

329

PARECER

DESPACHO

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

19.03.2024

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação.
Para despacho superior.

19.03.2024

O(A) Chefe de Divisão

A Recebido.

26.03.24

A Vice-Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2024/6492

ASSUNTO: Instituto de Cultura Europeia e Atlântica - Atribuição de apoio financeiro

O Instituto de Cultura Europeia e Atlântica (ICEA), pessoa coletiva de natureza associativa sem fins lucrativos, foi fundado a 23 de fevereiro de 2003 e tem como objetivos organizar cursos, colóquios, seminários, congressos e outras reuniões similares, sobre temas nacionais ou internacionais, no quadro da globalização crescente das economias, das comunidades de pessoas e da sociedade de informação, tendo em conta as participações e as experiências locais.

Face ao exposto e de forma a fazer face às despesas inerentes à realização dos eventos previstos no plano de atividades de 2024, vem a supracitada entidade solicitar o apoio da Câmara Municipal.

Nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as

Anexo XVI



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Compete-lhe ainda apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças;

Assim, propõe-se a atribuição de uma verba no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, com vista a apoiar as atividades a desenvolver no ano de 2024.

Mafra, 19 de março de 2024

A Dirigente da Unidade de Desenvolvimento Económico e Associativo

Rita Xavier

Marisa Pinto

Assunto: FW: Solicitação de apoio
Anexos: anexo Plano Actividades ICEA 2024.pdf

De: ICEA <iceaericeira@gmail.com>
Enviado: sexta-feira, março 15, 2024 8:54:20 da tarde
Para: Presidente Câmara Municipal de Mafra <gab.presidencia@cm-mafra.pt>; Presidente Câmara Municipal de Mafra <sec.presidencia@cm-mafra.pt>
Assunto: Solicitação de apoio

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Eng.º Hélder de Sousa Silva

Na sequência dos problemas, sanitários, sociais, económicos e financeiros, destes últimos anos, agravado pelo consequente envelhecimento dos nossos associados e das dificuldades em recrutar novos elementos, em parte, por falta de motivação associativa das gerações mais novas, o ICEA está agora a sofrer de todas estas consequências, com reflexos na nossa tesouraria, porque as quotizações dos associados são a nossa única fonte de receitas. Contudo, apesar das contingências descritas, mantemos o nosso Plano de Actividades para o ano de 2024 (anexo), que se encontra em desenvolvimento, tendo sido já realizadas até esta data, três sessões culturais, no Auditório da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva.

O nosso objectivo é conseguir a realização de todos os eventos, até ao final do ano, e estamos empenhados em fazer o melhor possível e com qualidade, porém, cientes das dificuldades face aos recursos financeiros disponíveis, vimos apelar à Autarquia, na pessoa de V. Ex.ª, sobre a possibilidade de um apoio pecuniário e pontual, que permita podermos encarar os próximos meses de uma forma mais tranquila e com menos condicionalismos.

Na expectativa de uma resposta positiva, apresentamos os nossos cordiais cumprimentos

O Presidente da Direcção do ICEA

Dr. José Viegas Freitas



www.icea.pt
www.facebook.com/instituto.icea.3/

ICEA - PLANEAMENTO ACTIVIDADES 2024 – em desenvolvimento
Janeiro 27 – Assembleia Geral ICEA – Auditório de Santa Marta, pelas 15 horas.

Fevereiro 3 – Centenário de Natália Correia - **Fernando Dacosta**, "*Natália Correia, a poeta profeta*" - **Filipa Martins**, "*O Dever de Deslumbrar, biografia de Natália Correia*" (ACCJLS).

Fevereiro 17 – Sessão Cultural Conjunta ICEA e APHistória " *Evocação a Joaquim Veríssimo Serrão, na sua acção na A.P.H. e no ICEA*" – Com a presença dos filhos Vitor Serrão e Adriana Serrão e os netos Diogo e Leonor– **Oradores, Joaquim Candeias da Silva**, "*Joaquim Veríssimo Serrão, o Mestre e o Amigo*" (APH) - **João Abel da Fonseca** "*A Vida e a Obra de Joaquim Veríssimo Serrão: «Cousas que juntas se acham raramente»*"(ICEA) (ACCJLS).

Março 16 – "*No centenário de personalidades culturais da Ericeira*" **Patrocínio Ribeiro**, Pedro Salsa Crisóstomo - **José Caré Jr.**, José Constantino Costa, - **Eduardo Burnay**, Luís Pisani Burnay – Auditório da CCJLSilva. Exposição de rua, Homenagem a José Caré - com imagens e textos do homenageado (ACCJLS).

Abril 20 – Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril (15H-18H) – Oradores: – **Luís Farinha**, "*História, Memória e Verdade. Como lidar com o passado ditatorial 50 anos depois da Revolução de Abril?*" - **Paulo Sousa Pinto**, "*As Náuseas do Império: Descobrimientos, Memória e Amnésia (1974-2000).*" - **Pedro Pezarat Correia**, "25 DE ABRIL. HÁ MEIO SÉCULO – DO GOLPE DE ESTADO MILITAR À REVOLUÇÃO " - (ACCJLS). (Alunos da Escola Bento Franco, com momento musical) (ACCJLS).

Maio 7 – XVIII Sessão Conjunta AM e ICEA em Lisboa. Tema: "*Representações do Mar*" - "*Azulejaria*", José Meco (AM) – "*Um outro Mar português, "Mar de Baleias e Baleeiros*", Anabela Almeida (ICEA) - Local: Academia de Marinha, Lisboa.

Maio 18 –(15h-18H) Conferências com o tema: "*Matemática, uma História Humana*", - **Jorge Nuno Silva**, "*Conta, Peso e Medida. Contas.*" – **José Freitas**, "*Lendas e Narrativas da Matemática*" – **Luis Saraiva**, "*A procura da perfeição: os três problemas clássicos da Matemática Grega*" - (ACCJLS)..

XXIII Curso de Verão da Ericeira -Auditório de Santa Marta. (4 DIAS)
Junho 22 – XXIII Curso de Verão da Ericeira – *Direitos Humanos, Dever Universal*
Junho 29 – XXIII Curso de Verão da Ericeira – *Direitos Humanos, Dever Universal*
Julho 6 - XXIII Curso de Verão da Ericeira – *Direitos Humanos, Dever Universal* -
Julho 13 - XXIII Curso de Verão da Ericeira – *Direitos Humanos, Dever Universal* –
Setembro 21 – Painéis de S. Vicente (ACCJLS)
Outubro 19 - Sessão Conjunta ICEA e SGLisboa - *Ciclo do Mar* (ACCJLS).
Novembro 16 – A Inteligência Artificial (ACCJLS).



Município de Mafra

Data: 21/03/2024
Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2024/155)
Entidade: INSTITUTO DE CULTURA EUROPEIA E ATLANTICA

Original

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO: N.º 1855

Assinado por: MARIA IVONE FRANCO CARDOSO Num. de Identificação: 06610705 Data: 2024.03.21 15:14:56+00'00'	Assinado por: CANDIDA MARIA TROCAS JACINTO Num. de Identificação: 12066673 Data: 2024.03.21 15:28:51+00'00'	Assinado por: HUGO MANUEL MOREIRA LUIS Num. de Identificação: 10796848 Data: 2024.03.21 17:20:37+00'00'
---	---	---

Observações: CABIMENTO PRÉVIO: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO INSTITUTO DE CULTURA EUROPEIA E ATLANTICA COM VISTA A APOIAR A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ORGANIZADAS PELO REFERIDO INSTITUTO " (EDOC/2024/17130).

ORÇAMENTAL

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Atividade	Económica	Entidade Parceira	Moeda
024	Dotações disponíveis	2.500,00		010102	000	000000	000	01040701		EUR
0251	Cabimentos registados		2.500,00	010102	000	000000	000	01040701		EUR

CLASSIFICAÇÕES

Processo	Linha	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Actividade	Económica	Conta	N.º CAB	Valor N	N+1	N+2	N+3	N+4	Seguintes
CABA20240000155	1	010102	000	000000	000	01040701		1855	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Orçamento Inicial:	1.581.175,00	Reforços / Anulações:	751.580,00	Dotação Corrigida:	2.332.755,00	Cativos / Descativos:	0,00	Orç. Liq. Cativos:	2.332.755,00	Despesas Cabimentadas:	1.794.760,25			
Despesas Pagas:	385.197,86	Despesas Cab. não comprometidas:	528.113,90	Despesas Compr. não pagas:	883.948,49	Dotação Disponível:	537.994,75	Valor a Cabimentar:	2.500,00	Dotação disp. atualizada:	535.494,75			

Projeto: SEM PLANO - Orçamento sem plano

TOTAL CABIMENTADO:	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--------------------	----------	------	------	------	------	------

Data: 21/03/2024
Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2024/155)
Entidade: INSTITUTO DE CULTURA EUROPEIA E ATLANTICA

Original



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

DESPACHO

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto
seja objecto de deliberações
pelo órgão executivo.

26/03/2024

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação.
Para despacho superior.

26/03/2024

O(A) Chefe de Divisão

TS Remov.

26/03/24

A Vice Presidente da Câmara,

Helder Sousa Silva

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2024/7110

ASSUNTO: VII edição do Festival Internacional do Órgão de Mafra – Aceitação de donativo

O Município de Mafra irá promover a realização do Festival Internacional de Órgão de Mafra, entre 5 e 21 de abril de 2024, o qual reúne distintos executantes em cenários de reconhecido valor histórico. Este constitui um dos maiores festivais em Portugal, figurando, igualmente, como uma referência à escala internacional, devido à sua integração na programação da rede ECHO – European Cities of Historical Organs.

A iniciativa integra nove concertos, em Igrejas com órgãos do Concelho e na Basílica do Real Edifício de Mafra.

Considerando que a política de responsabilidade social da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, no que diz respeito à promoção da cultura, tem sido uma constante, comunica-se que a mesma efetuou um donativo para a sua realização.

Anexo XVII



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Deste modo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aceitar o donativo de 10.000,00€ (dez mil euros).

À consideração superior.

A Dirigente da Unidade de Cultura,

Maria do Carmo Almeida

Maria do Carmo Almeida



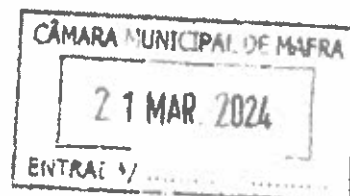
CAIXA AGRÍCOLA
de MAFRA

Terreiro D. João V
2644-010 Mafra
T +351 261 811 195
F +351 261 814 832

331 
www.ccammafra.pt
mafra@ccammafra.pt

Exmo. Senhor,
Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Sr.º Eng.º Helder Sousa Silva

Praça do Município
2644-001 Mafra



N/ Referência
528 /2024

Data
15 de Março

Assunto: Sétima Edição do Festival Internacional do Órgão de Mafra

Exmo. Sr. Presidente,

Acusamos a recepção do V/ ofício do passado dia 29 de Fevereiro, que tomamos em consideração.

Entendeu o Conselho de Administração desta CCAM associar-se, à V/ iniciativa comemorativa da Sétima Edição do Festival Internacional do Órgão de Mafra, atribuindo o valor de € 10.000,00 (dez mil euros). Ficamos a aguardar o envio da factura respectiva para procedermos ao pagamento.

Felicitemos-vos por mais esta iniciativa.

Apresentando os melhores cumprimentos

e consideração pessoal

O Conselho de Administração

AA/AB

AG. AZUEIRA

T +351 261 961 104
F +351 261 961 394

AG. ENCARNÇÃO

T +351 261 855 120
F +351 261 856 252

AG. PÓVOA DA GALEGA

T +351 219 750 042
F +351 219 750 279

AG. MALVEIRA

T +351 219 661 597
F +351 219 661 603

AG. ERICEIRA

T +351 261 866 903/4
F +351 261 866 905



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PROPOSTA

Assunto: Doação ao Município do prédio rústico, designado por "Terra do Casal - Pinheiro" inscrito na matriz sob o artigo 111 da Secção M da Freguesia de Mafra, destinado a integração no domínio público para alargamento de estrada

Considerando que:

- Constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nos termos do n.º 1 e do n.º 2, alíneas m) e n), do artigo 23.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, diploma legal que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, nomeadamente nos domínios da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo;
- A política de reabilitação contida no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Mafra remete para uma série de ações prioritárias, nomeadamente no que diz respeito aos espaços públicos, quer em relação à mobilidade quer em relação à criação e reabilitação de espaços verdes que permitam um correto enquadramento do edificado, garantindo a qualidade de vida dos munícipes;
- O acesso à Escola Básica Hélia Correia, localizada no centro de Mafra, na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, tendo sido identificado como um problema recorrente para professores, colaboradores, encarregados de educação e ainda para os moradores, em virtude do deficiente espaço para escoamento de trânsito;
- Pelos serviços responsáveis pela área da mobilidade, foi feito estudo, para implantação de uma nova via estruturante para a Vila de Mafra, que irá interligar a Rua António Monteiro Alves (Rua do Colégio Arte e Manha) à Rua Escritora Hélia Correia (Rua da Escola Básica Hélia Correia e do futuro Arquivo Municipal);
- Para implantar a referida via foi adquirido o imóvel inventariado pelo n.º 129302, com 1.187,87 m², destacado do imóvel com a área de 7.500 m², sito Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 8, 2640-486 Mafra, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3913, da freguesia de Mafra, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 2421, da mesma freguesia, destinado a integração no domínio público para alargamento da via;

Anexo XVIII



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

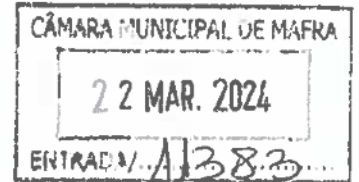
- Em 22 de março de 2024, registada pela Entrada/2024/11383, foi recebida carta a propor doação, a favor da Câmara Municipal, do prédio rústico, contíguo ao imóvel municipal inventariado pelo n.º 129302, designado por “Terra do Casal-Pinheiro” sito em Mafra, inscrito na matriz predial sob o artigo 111, da secção M, da Freguesia de Mafra, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 481/19860926, da mesma freguesia, para ser integrado no domínio público;

PROPONHO, para efeitos de aceitação da doação, nos termos da alínea j), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que o assunto seja submetido a reunião da Câmara para que seja **deliberado, pelo Executivo Municipal, aceitar a doação do prédio rústico, designado por “Terra do Casal-Pinheiro” sito em Mafra**, inscrito na matriz predial rústico sob o artigo 111, da secção M, da Freguesia de Mafra, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 481/19860926, propriedade de Paula [REDACTED], NIF [REDACTED], e Jorge [REDACTED], NIF [REDACTED], **destinado a integração no domínio público para alargamento de estrada.**

Paços do Concelho de Mafra, 26 de março de 2024

A Vice-Presidente da Câmara Municipal,

(Aldevina Rodrigues)



Exm.º Sr.

Presidente da Câmara Municipal
de Mafra

M. J. A. 2024

PAULA [REDACTED] NIF: [REDACTED],
portadora do C.C n.º [REDACTED] válido até 02-11-2027, casada, no
regime [REDACTED] com Rui [REDACTED]
[REDACTED], NIF: [REDACTED], portador do CC n.º [REDACTED] válido
até 02-11-2027, residentes na [REDACTED]
[REDACTED] concelho de
Mafra;

E

JORGE [REDACTED] NIF: [REDACTED], portador
do CC n.º [REDACTED], válido até 03-07-2029, viúvo, residente na
[REDACTED]
[REDACTED] concelho de Mafra;

Vêm, pelo presente, fazer **DOAÇÃO**, a favor da Câmara Municipal de
Mafra, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 111 da secção

M, da freguesia de Mafra, denominado Terra do Casal Pinheiro, com a área de 75^om2 (melhor identificado no doc. em anexo), uma vez que o mesmo não tem qualquer viabilidade, para ser integrado no domínio público.

PED

Mafra, 21 de março de 2024,



Assinado por: JORGE
Num. de identificação:
Data: 2024.03.21 11:22:55+00'00'



IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 11 - LISBOA CONCELHO: 09 - MAFRA FREGUESIA: 09 - MAFRA

SECÇÃO: M ARTIGO MATRICIAL Nº: 111 ARV:

NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO

TERRA DO CASAL-PINHEIRO

ELEMENTOS DO PRÉDIO

Ano de inscrição na matriz: 1944 Valor Patrimonial Inicial: €0,90

Valor Patrimonial Actual: €2,26 Determinado no ano: 1989

Área Total (ha): 0,075000

PARCELAS

Q.C.: MT - MATO Classe: 1ª Percentagem: 0,00%

Área: 0,075000 ha Rendimento Parcial: €0,04

TITULARES

Identificação fiscal: [REDACTED] Nome: JORGE [REDACTED]

Morada: [REDACTED]

Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/2 Documento: IMPOSTO DE SELO Entidade: 2531887

Identificação fiscal: [REDACTED] Nome: PAULA [REDACTED]

Morada: [REDACTED]

Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/2 Documento: IMPOSTO DE SELO Entidade: ISTG 2904705 E
2998479

Emitido via internet em 2024-03-21

O Chefe de Finanças



(Ana Maria Valente Frango Taborda)

ELEMENTOS PARA A VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

NIF EMISSOR: 200973657

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

CLGOUCKITHMV



Para validar este comprovativo aceda ao site em www.portaldasfinancas.gov.pt, opção Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento e introduza o nº de contribuinte e código de validação indicados ou faça a leitura do código QR fornecido. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.

Conservatória do Registo Predial de
Mafra

Freguesia Mafra

481/19860926

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 55406, Livro N.º: 149

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO

DENOMINAÇÃO: MATO DO CASAL

SITUADO EM: Limites do Pinheiro

ÁREA TOTAL: 13750 M2

ÁREA DESCOBERTA: 13750 M2

VALOR VENAL: 15.000,00 Escudos

MATRIZ n.º: 111

SECÇÃO N.º: M

MATRIZ n.º: 36

SECÇÃO N.º: M

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Mato. Norte: Herdeiros de Francisco [REDACTED]; Sul: Domingos [REDACTED];

Nascente: Herdeiros de Feliciano [REDACTED] e outro; Poente: Caminho. A área é aproximada. Os artigos estão pendentes de rectificação.

Re+rodução da descrição.

O(A) Ajudante

Maria de Fátima Gomes Alves Silva

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 33 de 1987/10/22 - Aquisição

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** JOSÉ [REDACTED]

Casado/a com MARIA [REDACTED] no regime de [REDACTED]

Morada: [REDACTED]

Localidade: [REDACTED]

** MANUEL [REDACTED]

Casado/a com MARIA [REDACTED] no regime de [REDACTED]

Morada: [REDACTED]

Localidade: [REDACTED]

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** MANUEL [REDACTED] E MULHER MARIA [REDACTED]

Morada: [REDACTED]

Localidade: [REDACTED]

** MARIA [REDACTED]

Viúvo(a)

Morada: [REDACTED]

Localidade: [REDACTED]

Reprodução da inscrição G-5.

O(A) Ajudante

Maria de Fátima Gomes Alves Silva

Conservatória dos Registos Predial e Comercial da Amadora

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 5928 de 2023/09/07 20:09:00 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2023/09/07 20:09:00 UTC
PROVISÓRIO POR DÚVIDAS
ABRANGE 6 PRÉDIOS

CAUSA : Sucessão Hereditária

QUOTA ADQUIRIDA: 1/2

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** PAULA [REDACTED]

NIF [REDACTED]

Casado/a com RUI [REDACTED] no regime [REDACTED]

NIF do Conjuge [REDACTED]

Morada: [REDACTED]

Localidade: [REDACTED]

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** JOSÉ [REDACTED]

NIF [REDACTED]

** MARIA [REDACTED]

NIF [REDACTED]

O(A) Conservador(a) de Registos
Ana Maria Correia Marto

Conservatória dos Registos Predial e Comercial da Amadora
OFICIOSO

Anotação - AP. 5928 de 2023/09/07 19:35:00 UTC - Notificação
Registado no Sistema em: 2023/09/29 19:35:00 UTC
DA APRESENT. 5928 de 2023/09/07 - Aquisição
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 2023/10/06

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria Teresa Magalhães Machado

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Divisão de Proteção Civil

6.1.

310

PARECER

DESPACHO

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

Reunir

...../...../.....

O(A) Diretor(a) de Departamento,

26.03.24

25.03.2024

O(A) Chefe de Divisão

*Concordo e voto a favor
Carlos Almeida*

A *Vice* Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO interno/2024/7060

ASSUNTO: Envio do PMEPC a Reunião de Câmara - autorização consulta pública

De acordo com o Decreto-Lei n.º 44/2019, no seu artigo 5º, n.º 1 temos que "Compete à câmara municipal, através do SMPC, elaborar o plano municipal de emergência de proteção civil, os planos municipais especiais de emergência de proteção civil e acompanhar a sua execução."

O Serviço Municipal de Proteção Civil está neste momento a realizar a revisão ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil;

Neste momento, o mesmo foi colocado à consideração da Comissão Municipal de Proteção Civil, para emissão de contributos.

Anexo XIX



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Divisão de Proteção Civil

De acordo com o n.º 8 da Resolução n.º 30/2015 da Comissão Nacional de Proteção Civil temos que "A elaboração dos planos de emergência de proteção civil inclui uma fase de consulta pública das suas componentes não reservados por um prazo não inferior a 30 dias."

Face ao exposto, coloca-se à deliberação do Executivo Municipal a abertura do período de consulta pública, num período não inferior a 30 dias, devendo o mesmo ser publicitado em Diário da República.

Salvo melhor opinião, é o que me cumpre informar.

À consideração superior,

Mafra, 23 de março de 2024

25/03/2024

X

Susana Gonçalves da Costa
Técnica Superior

Assinado por: SUSANA ALEXANDRA SANTOS SILVA GONÇALVES DA COSTA



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mafra

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA
JANEIRO 2024

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Conteúdo

Conteúdo	1
Figuras	4
Tabelas.....	6
Lista de Acrónimos	7
Referências Legislativas	11
Registo de atualizações e Exercícios.....	13
Parte I – Enquadramento Geral do Plano	14
1 – Introdução	14
2 – Finalidade e Objetivos.....	16
3 – Tipificação dos Riscos	17
4 – Critérios para Ativação.....	18
4.1 Critérios gerais.....	19
4.2 Critérios específicos.....	20
Parte II – Execução.....	21
1 – Estruturas	21
1.1 Estrutura de direção política.....	22
1.2 Estrutura de coordenação política.....	22
1.3 Estrutura de coordenação institucional.....	24
1.4 Estrutura de coordenação operacional	25
1.4.1 Posto de comando operacional municipal.....	28
2 – Responsabilidades	30
2.1 – Responsabilidades dos serviços de proteção civil.....	30
2.1.1 Câmara Municipal/Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).....	30
2.1.2 Câmara Municipal/Autoridade Veterinária Municipal	32
2.1.3 Câmara Municipal/Outros Serviços	32
2.1.4 Uniões e Juntas de Freguesia.....	32
2.2 – Responsabilidades dos agentes de proteção civil	33
2.2.1 Corpos de Bombeiros (CB) do Concelho de Mafra	33

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

2.2.2 Guarda Nacional Republicana/Destacamento Territorial de Mafra.....	34
2.2.3 Forças Armadas	36
2.2.4 Autoridade Marítima/Capitania de Cascais	37
2.2.5 Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).....	38
2.2.6 Hospitais, Centros de Saúde e demais serviços de saúde.....	38
2.3 – Responsabilidades dos organismos e entidades de apoio	39
3 – Organização	48
3.1 – Infraestruturas de relevância operacional	48
3.1.1 – Infraestruturas Rodoviárias.....	48
3.1.2 – Infraestruturas Ferroviárias	50
3.1.3 – Infraestruturas de Apoio Aéreo	51
3.1.4 – Infraestruturas de Telecomunicações.....	53
3.1.5 – Infraestruturas de Abastecimento de Água	54
3.1.6 – Infraestruturas de Abastecimento de Energia Elétrica	55
3.1.7 – Infraestruturas de Abastecimento de Gás	56
3.1.8 – Infraestruturas de Abastecimento de Combustíveis.....	57
3.1.9 – Infraestruturas de Agentes Locais de Proteção e Socorro	59
3.1.10 – Infraestruturas Industriais	60
3.1.11 – Infraestruturas de Educação.....	61
3.1.12 – Infraestruturas de Saúde	64
3.1.13 – Infraestruturas Culturais.....	67
3.1.14 – Infraestruturas Desportivas	70
3.1.15 – Infraestruturas Religiosas	75
3.1.16 – Infraestruturas de Apoio Social.....	75
3.2 – Zonas de intervenção.....	80
3.2.1 Zona de Sinistro (ZS)	81
3.2.2 Zona de Apoio (ZA)	81
3.2.3 Zona de Concentração e Reserva (ZCR)	81
3.2.4 Zona de Receção de Reforços (ZRR)	83
3.3 Mobilização e coordenação de meios	83
3.4 Notificação operacional.....	85
4. Áreas de Intervenção.....	86

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.1 Gestão administrativa e financeira	86
4.2 - Reconhecimento e Avaliação.....	90
4.2.1 Equipas de reconhecimento e avaliação da situação	90
4.2.2 Equipas de avaliação técnica	92
4.3 – Logística	95
4.3.1 Apoio logístico às forças de intervenção	95
4.3.2 Apoio logístico às populações	99
4.4 – Comunicações.....	104
4.5 – Informação pública	107
4.6 – Confinamento e/ou evacuação	111
4.7 – Manutenção da Ordem Pública	117
4.8 – Serviços médicos e transporte de vítimas.....	121
4.8.1 – Apoio psicológico	125
4.9 – Socorro e salvamento	126
4.10 – Serviços mortuários	130
4.11 – Socorro e salvamento animal	135
Parte III – Inventários, Modelos e Listagens	136
1 - Inventário de meios e recursos	136
1.1 Equipamentos da Câmara Municipal e Juntas e Uniãos de Freguesia	136
1.2 Equipamentos de entidades privadas.....	137
1.3 Locais para depósito de materiais inertes	138
1.4 Locais para armazenamento de emergência	138
1.5 Locais com capacidade alimentar	138
1.6 Locais com capacidade de materiais de construção e similares	139
1.7 Locais de reunião de mortos e morgues provisórias	140
1.8 Centros de acolhimento provisórios.....	141
1.9 Locais de acolhimento provisório em equipamento turístico.....	146
1.10 Listagem de Peritos	148
1.11 Agências funerárias	148
1.12 Restaurantes.....	149
1.13 Postos abastecimento combustíveis.....	158
2 - Lista de contactos.....	159

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

2.1 Comissão Municipal e Proteção Civil	159
2.2 Entidades responsáveis pelas redes	160
2.3 ANEPC e Concelhos Limitrofes.....	161
2.4 Empresas de Segurança Privada	161
3 - Modelos.....	162
3.2 Modelo de requisições	162
3.3 Modelo de aviso à população - Comunicados	163
3.3 Modelo de Declaração de alerta.....	163
4 - Lista de Distribuição	164
ANEXOS.....	166
Parte I – Informação Complementar	166
1 - Caracterização Geral.....	166
2 - Caracterização Física	167
2.1 Caracterização biofísica	167
2.2 Clima	167
2.3 Relevo	172
2.4 Composição geológica	172
3. Caracterização Socioeconómica	172
3.1 Análise demográfica	172
3.2 Análise económica	175
II – Programa de Medidas para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano	177
3.1 Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados	177
3.2 Programa de medidas a implementar para a garantia da manutenção da operacionalidade do Plano.....	178
III – Modelos e Cartografia	179

Figuras

Figura 1 - Divisão administrativa do concelho de Mafra por freguesias e concelhos limítrofes	15
Figura 2 - Estruturas de direção e coordenação	22
Figura 3 - Organização do Posto de Comando Operacional (PCO)	27

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Figura 4 - Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)	30
Figura 5 - Rede viária	49
Figura 6 - Mapa da rede viária.....	50
Figura 7 – Mapa da Rede Ferroviária.....	51
Figura 8 – Vista aérea do Heliporto Municipal.....	52
Figura 9 – Heliporto Municipal de Mafra.....	52
Figura 10 - Localização das Antenas de Telecomunicações.....	53
Figura 11 - Infraestruturas de abastecimento de água.....	54
Figura 12 – Infraestruturas de abastecimento de eletricidade.....	56
Figura 13 – Rede e reservatórios de gás.....	57
Figura 14 – Postos de abastecimento de combustíveis	59
Figura 15 – Infraestruturas de proteção e socorro.....	60
Figura 16 – Infraestruturas industriais.....	61
Figura 17 – Infraestruturas de educação	64
Figura 18 – Infraestruturas de saúde.....	67
Figura 19 – Infraestruturas culturais.....	70
Figura 20 – Infraestruturas desportivas.....	74
Figura 21 – Infraestruturas religiosas	75
Figura 22 - Equipamentos de resposta social	79
Figura 23 - Diagrama das Zonas de Intervenção.....	80
Figura 24 – Zona de concentração e reserva (ZCR).....	82
Figura 25 - Organograma Gestão Administrativa e Financeira	89
Figura 26 - Organograma Reconhecimento e Avaliação.....	94
Figura 27 - Organograma de apoio logístico às forças de intervenção	98
Figura 28 - Organograma de apoio logístico às populações	103
Figura 29 - Organograma de Comunicações.....	106
Figura 30 - Organograma de informação pública	110
Figura 31 – Pontos de Encontro (PE)	115
Figura 32 - Organograma da evacuação	116
Figura 33 - Organograma da manutenção da ordem pública	120
Figura 34 - Organograma dos serviços médicos e transporte de vítimas	124
Figura 35 - Organograma do socorro e salvamento	129
Figura 36 - Organograma dos Serviços Mortuários	134

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Figura 37 – Zonas de Concentração e Apoio da População (ZCAP).....	142
Figura 38 – Gráfico da distribuição dos valores mensais de temperatura	168
Figura 39 – Gráfico da distribuição dos valores médios mensais da humidade relativa do ar.....	169
Figura 40 – Gráfico de distribuição dos valores mensais de precipitação	170
Figura 41 – Variação da população residente 2011-2021	173
Figura 42 – Variação da população residente por grupo etário 2011-2021	173
Figura 43 – Variação da população por freguesia 2011-2021	174
Figura 44 - Estabelecimentos e pessoal ao serviço (2014)	176

Tabelas

Tabela 1 – Hierarquização do grau de risco.....	18
Tabela 2 - tipologia das redes de distribuição de energia elétrica.....	55
Tabela 3 - Postos de combustíveis.....	58
Tabela 4 – Rede escolar	63
Tabela 5 - Unidades de Saúde e Extensões.....	65
Tabela 6 – farmácias.....	66
Tabela 7 - Equipamentos culturais.....	69
Tabela 8 – Equipamentos desportivos.....	74
Tabela 9 – Equipamentos de resposta social – IPSS.....	78
Tabela 10 - Equipamentos de resposta social – Fins lucrativos	79
Tabela 11 - Zonas de Concentração e Reserva	82
Tabela 12 - Zona de receção de reforços de Lisboa.....	83
Tabela 13 - Grau de prontidão e de mobilização	84
Tabela 14 - Mobilização e coordenação de meios.....	84
Tabela 15 – Notificação operacional.....	85
Tabela 16 – Pontos de Encontro (PE).....	115
Tabela 17 - Localização NecPro e ZRnM	133
Tabela 18– Equipamentos da Câmara Municipal de Mafra e das Juntas de Freguesia	137
Tabela 19 - Equipamentos de entidades privadas	138
Tabela 20 – Locais de depósito de materiais inertes	138
Tabela 21 – Locais para armazenamento de emergência.....	138
Tabela 22 – Locais com capacidade alimentar.....	139

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Tabela 23 – Locais com capacidade de materiais de construção e similares.....	140
Tabela 24 – Locais de reunião de mortos e morgues provisórias.....	140
Tabela 25 – Centros de acolhimento provisórios	141
Tabela 26 – Centros de acolhimento provisórios	145
Tabela 27 – Locais de acolhimento provisório em equipamento turístico	147
Tabela 28 - Listagem de peritos.....	148
Tabela 29 – Agências Funerárias	148
Tabela 30 – Restaurantes.	158
Tabela 31 – Postos de abastecimento de combustíveis	159
Tabela 32 – Lista de contactos.....	160
Tabela 33 - Entidades responsáveis pelas redes.....	161
Tabela 34 – ANEPC e concelhos limítrofes	161
Tabela 35 – lista de distribuição	165
Tabela 36 – Frequência (%) e velocidade (km/h) do vento no período 1980-2010.....	171
Tabela 37 - Variação da população residente por freguesia 2011-2021.....	174
Tabela 38 – Estabelecimentos e pessoal ao serviço (2014).....	175
Tabela 39 – Exemplo de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos	177

7

Lista de Acrónimos

AE	Agrupamento de Escuteiros
AHBV	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
ALPC	Agentes Locais de Proteção Civil
AM	Autoridade Marítima
AMort	<i>Ante-mortem</i>
ANCTM	Autoridade Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARS	Administração Regional de Saúde
ASFE	Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação
BAL	Base de Apoio Logístico
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CB	Corpo de Bombeiros
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

CCO	Central de Comunicações e Operações
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CDisPC	Comissão Distrital de Proteção Civil
CDPC	Chefe de Divisão de Proteção Civil
CDS	Chefe de Divisão de Segurança
CDSS	Centro Distrital de Segurança Social
CAMV	Centros de atendimento médico-veterinários
CeMPC	Centro Municipal de Proteção Civil
CM	Câmara Municipal
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNE	Corpo Nacional de Escutas
CNPC	Comissão Nacional de Proteção Civil
CREPC	Comando Regional de Emergência e Proteção Civil
COREPC	Comandante Regional de Emergência e Proteção Civil
COSREPC	Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil
CSREPC-GL	Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil da Grande Lisboa
CoMPC	Coordenador Municipal de Proteção Civil
COS	Comandante das Operações de Socorro
CP	Comboios de Portugal
CPX	<i>Command Post Exercise</i>
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DCRIP	Divisão de Comunicação, Relações Internacionais e Protocolo
DD	Divisão de Desporto
DDETC	Divisão de Desenvolvimento Económico, Turismo e Cultura
DDS	Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
DGF	Divisão de Gestão Financeira
DGT	Direção-Geral do Território
DIOPS	Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro
DISSEH	Divisão de Intervenção Social, Saúde, Emprego e Habitação
DOMA	Departamento de Obras Municipais e Ambiente
DP	Diretor do Plano
DPC	Divisão de Proteção Civil
DPM	Domínio Público Marítimo
DS	Divisão de Segurança
DT	Divisão de Turismo
DVI	<i>Disaster Victim Identification Team</i>
EAPS	Equipas de Apoio Psicossocial
EAT	Equipas de Avaliação Técnica
EDP	Energias de Portugal
EGIC	Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial
EGR	Entidade Gestora de Redes
EM	Estrada Municipal
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EN	Estrada Nacional
EP	Estradas de Portugal
EPI	Equipamento de Proteção Individual

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

ERAP	Equipas Rápidas de Apoio Psicossocial
ERAS	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação
ERAVmrp	Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais e recolha de prova
ESO	Esquema de Sustentação Operacional
ESP	Empresa de Segurança Privada
FEPC	Força Especial de Proteção Civil
FFAA	Forças Armadas
GDH	Grupo Data-Hora
GNR	Guarda Nacional Republicana
HF	<i>High Frequency</i>
HMM	Heliporto Municipal de Mafra
IC	Itinerário Complementar
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
IGP	Instituto Geográfico Português
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
INMLCF	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
INOP	Inoperacional
INOPS	Inoperacionais
IP	Itinerário Principal
IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
IPST	Instituto Português do Sangue e da Transplantação
IRN	Instituto de Registos e Notariado
JF/UF	Junta de Freguesia/União de Freguesias
LIVEX	<i>Live Exercise</i>
LMPAVE	Linha da Máxima Preia-mar de Águas Vivas Equinociais
MP	Ministério Público
NecPro	Necrotério Provisório
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OEA	Organismo e Entidade de Apoio
ONG	Organizações Não-Governamentais
OPP	Ordem dos Psicólogos Portugueses
PC	Posto de Comando
PCSR	Posto de Comando Distrital
PCMun	Posto de Comando Municipal
PCO	Posto de Comando Operacional
PCSR	Posto de Comando Sub-Regional
PDE	Plano Distrital de Emergência
PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
PE	Ponto de Encontro
PEA	Plano Estratégico de Ação
PEERCIG	Plano Especial de Emergência para o risco de cheias, inundações e galgamentos
PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Marítima

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

PMA	Posto Médico Avançado
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMort	<i>Post-Mortem</i>
PMun	Polícia Municipal
POT	Plano Operacional de Transmissões
PSP	Polícia de Segurança Pública
RCM	Rádio do Concelho de Mafra
REFER	Rede Ferroviária Nacional
RELIS	Relatórios Imediatos de Situação
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
ROB	Rede Operacional de Bombeiros
SCERA	Serviço Comunicações Emergência Radioamadores
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
SF	Sapadores Florestais
SGIF	Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
SIRESP	Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SMAS Mafra	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SMS	<i>Short Message Service</i>
SPM	Serviço de Polícia Municipal
TO	Teatro de Operações
UEPS	Unidade de Emergência Proteção e Socorro
UHF	<i>Ultra High Frequency</i>
ULPC	Unidade Local de Proteção Civil
VCOC	Veículo de Comando e Comunicações
VHF	<i>Very High Frequency</i>
ZA	Zona de Apoio
ZAP	Zona de Apoio Psicológico
ZCAP	Zona de Concentração e Apoio à População
ZCR	Zona de Concentração e Reserva
ZI	Zona de Intervenção
ZRnM	Zona de Reunião de Mortos
ZRR	Zona de Receção de Reforços
ZS	Zona de Sinistro

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Referências Legislativas

Legislação Estruturante

- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 122/01 de 30 de dezembro – Lei de Segurança Interna
- Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto – Lei de Bases da Proteção Civil
- Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
- Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal
- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil 30/2015, de 7 de maio - Diretiva relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil

11

Legislação Técnico-Operacional

- Despacho n.º 3317-A /2018, de 03 de abril – Sistema de Gestão de Operações
- Despacho n.º 3213-A/2022, de 15 de março de 2022 – Determinação da localização dos comandos sub-regionais de emergência e proteção civil
- Despacho n.º 14837-A/2022, de 29 de dezembro - Estabelece as condições de funcionamento dos comandos regionais e sub-regionais de emergência e proteção civil da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 344/2008, de 17 de outubro – Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional
- Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho – Conta de Emergência
- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 97/2007, de 16 de maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
- Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro – Define a composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente
- Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 138/2000, de 13 de julho – Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres
- Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aérea
- Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência

Legislação Concorrente

- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/2017 de 19 de junho – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas
- Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias
- Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro – Estabelece uma tabela para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais
- Decreto-Lei n.º 112/2002, de 12 de abril – Aprova o Plano Nacional da Água
- Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro – Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de junho – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro – Estabelece o Sistema de Gestão integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento

12

Comunicações

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2003, de 8 de abril – Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação
- Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 49/2020 de 4 de agosto – Lei das comunicações eletrónicas
- Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 22/A, de 7 de fevereiro – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional
- Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de novembro, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro – Bases da concessão do serviço postal universal
- Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março - Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite, bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum
- Decreto-Lei n.º 47/2000, de 24 de março – Regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- NOP 5203-2023 - “Gestão de informações e comunicações e regras de empenhamento de meios aéreos”

Registo de atualizações e Exercícios

Atualizações do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mafra					
Versão	Alteração	Data da alteração	Data de aprovação	Entidade aprovadora	Observações
2	Revisão	10/2016	23/07/2019	CNPC	
3	Revisão	11/2022			

Registo de Exercícios do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mafra								
Tipo de Exercício		Objetivos	Cenário	Local	Data	Agentes, Organismos e Entidades envolvidos	Meios e Recursos envolvidos	Ensinamentos recolhidos
CPX	Livex							
x	x	Testar a montagem de ZCAPs + Comunicações	Sismo e NRBQ	Mafra	11 a 13/10/2022	– Exército português – CSREPC – CB's concelho	CMM	Montagem e instalação da ZCAP com receção de deslocados

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

Parte I – Enquadramento Geral do Plano

1 – Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mafra (adiante referido como PMEPCM ou simplesmente Plano), que se encontra elaborado em plena articulação com o Plano Diretor Municipal de Mafra, é um plano geral de emergência de proteção civil, destinando-se, nos termos da lei, a fazer face à generalidade das situações de acidente grave ou catástrofe que se possam desenvolver no âmbito territorial e administrativo do concelho de Mafra.

Este Plano é um instrumento flexível e dinâmico, de permanente atualização, que define as regras de orientação para as ações de prevenção e resposta operacional, de modo a garantir a unidade de direção e controlo, bem como uma adequada articulação e coordenação dos agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio a empenhar na iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes.

Assim, o âmbito territorial de aplicação deste Plano é o concelho de Mafra. Com uma área de 292 km² e com 86.521 habitantes em 2021 (resultados preliminares dos censos 2021), Mafra insere-se na sub-região da Grande Lisboa e é constituído por 11 freguesias/uniões de freguesia: Carvoeira; Encarnação; Ericeira; Mafra; Milharado; Santo Isidoro; Azueira e Sobral da Abelheira; Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário; Igreja Nova e Cheleiros; Malveira e São Miguel de Alcainça; Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés.

A norte tem fronteira com o concelho de Torres Vedras, a este (nordeste, este e sudeste) com os concelhos de Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos e Loures e a sul com o concelho de Sintra. Converte ainda a ocidente com o Oceano Atlântico (Figura 1).

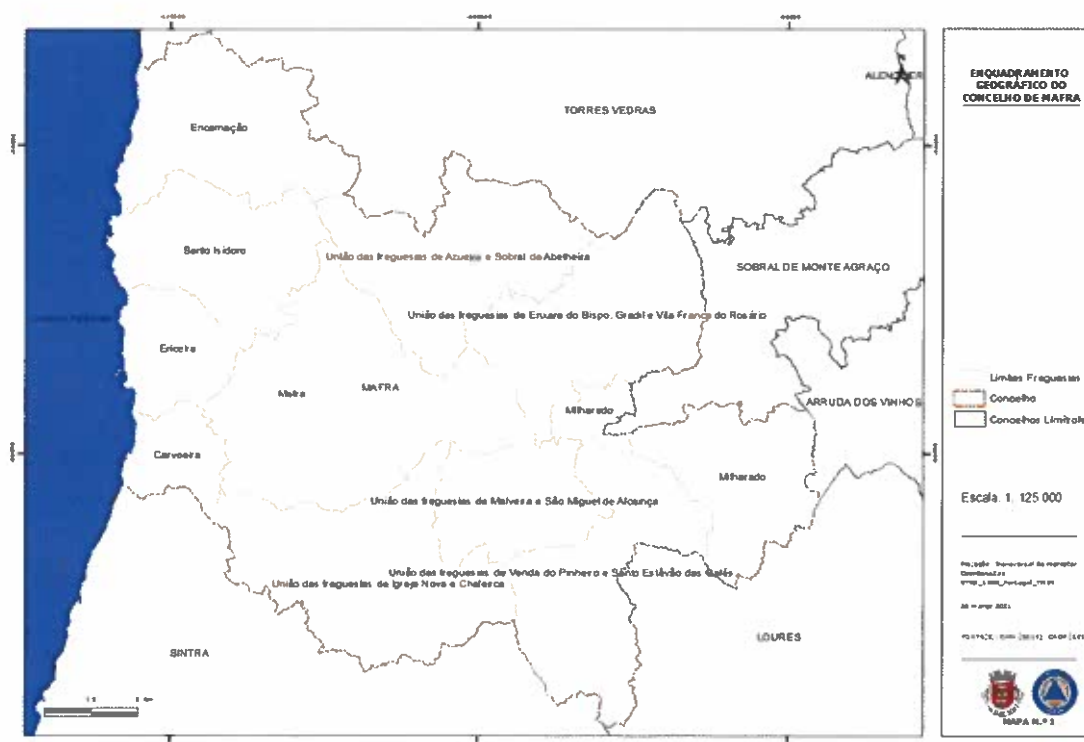


Figura 1 - Divisão administrativa do concelho de Mafra por freguesias e concelhos limítrofes

O diretor do PMEPCM é o Presidente da Câmara Municipal, o qual será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo(a) Vereador(a) com o pelouro da Proteção Civil. Compete ao diretor do Plano assegurar a direção e coordenação do PMEPCM e das medidas excecionais de emergência, com vista a minimizar a perda de vidas e bens e os danos ao ambiente, assim como o restabelecimento, tão rápido quanto possível, das condições mínimas de normalidade.

O PMEPCM foi elaborado de acordo com as diretivas emanadas pela Comissão Nacional de Proteção Civil (Resolução 30/2015, de 07 de maio) e seguiu o disposto no artigo 50.º da Lei 27/2006, de 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil), na redação dada pela Lei 80/2015, de 3 de agosto.

Neste contexto, o PMEPCM articula-se com o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Lisboa e com Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos concelhos limítrofes de Mafra os quais descrevem, nos respetivos níveis territoriais, a atuação das estruturas de proteção civil e referenciam as responsabilidades, o modo de organização e o conceito de operação, bem como a forma de mobilização e coordenação dos meios e recursos indispensáveis na gestão do socorro.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Nos termos do n.º 12 do artigo 7.º da Resolução n.º 30, de 07 de Maio, da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mafra entra em vigor no 1.º dia útil seguinte à publicação da deliberação de aprovação em Diário da República.

2 – Finalidade e Objetivos

O PMEPC de Mafra regula a forma como é assegurada a coordenação institucional e a articulação e intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e de outras entidades públicas ou privadas a envolver nas operações, constituindo-se como uma plataforma que se encontra preparada para responder, organizadamente, a situações de acidente grave ou catástrofe, definindo as estruturas de Direção, Coordenação, Comando e Controlo, tendo em vista o cumprimento dos seguintes objetivos gerais:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Desenvolver, nas entidades envolvidas nas operações de Proteção Civil e Socorro, o nível adequado de preparação para a emergência, de forma a criar mecanismos de resposta imediata e sustentada (sms, online, viaturas com altifalantes na rua), principalmente de prevenção e oportunidade do aviso à população;
- Definir a unidade de direção, coordenação, comando e controlo das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio e de reforço, promovendo maior eficácia e rapidez de atuação das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe, criando condições para o seu rápido e eficiente empenhamento;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Habilitar as entidades envolvidas no Plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover o aviso e informação permanente da população, de modo a que esta possa seguir as instruções das autoridades e adotar as medidas de autoproteção mais convenientes;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Promover estratégias que assegurem a continuidade e a manutenção da assistência e possibilitem a reabilitação, com a maior rapidez possível, do funcionamento dos serviços públicos e privados essenciais e das infraestruturas vitais, de modo a limitar os efeitos do sismo;
- Preparar a realização regular de treinos e exercícios, de carácter sectorial ou global, destinados a testar o Plano, permitindo a sua atualização;
- Promover junto das populações ações de sensibilização para a autoproteção, tendo em vista a sua preparação e entrosamento na estrutura de resposta à emergência especialmente nos habitantes ou utilizadores de infraestruturas existentes na área com maior probabilidade de danos.

3 – Tipificação dos Riscos

Sendo este um plano geral de emergência de proteção civil, destina-se a dar resposta à globalidade dos riscos que possam afetar o território.

De acordo com Julião *et al* (2009), no “Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica de Base Municipal” e, em termos conceptuais, temos:

- a. **Perigo (*hazard*)**: processo ou ação (natural, antrópico ou misto) suscetível de produzir perdas e danos;
- b. **Suscetibilidade**: incidência espacial do perigo. Propensão para uma área ser afetada por determinado perigo;
- c. **Perigosidade**: probabilidade de ocorrência de um processo (natural, antrópico ou misto) com potencial destruidor, numa dada área e num dado período de tempo;
- d. **Risco**: Probabilidade de ocorrência de um processo perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais e funcionais, diretos ou indiretos.

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Dentro destes riscos, alguns destacam-se pela sua particular incidência, e/ou pela potencial gravidade das suas consequências, dos quais se faz seguidamente uma breve apresentação hierárquica de acordo com o grau de risco e a sua natureza:

		Grau de Gravidade				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
Grau de Probabilidade	Elevado			Ac. Rodoviário		
	Médio-alto			Mov. Massa Inc. Florestais Inc. Urbano Inundações F. Meteo Extr.		
	Médio			Galgam. Costeiro		
	Médio-baixo		Seca Onda Calor Vaga Frio	Colapso Edif. Erosão/Colapso Arribas	Sismos Colapso Abast.	
	Baixo			Tsunami	Ac. Ferroviário	

Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
-------------	----------------	---------------	---------------

Tabela 1 – Hierarquização do grau de risco

4 – Critérios para Ativação

Perante a iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe a competência para ativação/desativação do Plano recai sobre a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Mafra.

Para efeitos do disposto no parágrafo anterior, e atenta a especificidade da ocorrência que poderá determinar a ativação do Plano, a Comissão Municipal de Proteção Civil poderá reunir com a presença apenas do Presidente da Câmara Municipal, Comandante Operacional Municipal, Chefe da Divisão de Proteção Civil e Guarda Nacional Republicana, sendo a declaração de ativação sancionada, assim que possível, presencialmente ou por outro meio de contacto, pelo plenário.

A publicitação da ativação/desativação do PMEPC de Mafra será efetuada através dos órgãos de comunicação social (Parte III – Lista de contactos) e do sítio da Câmara Municipal de Mafra (www.cm-mafra.pt).

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Em termos gerais, e independentemente dos critérios de ativação a seguir referidos, o PMEPC de Mafra será ativado em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe que afete toda ou parte da área geográfica do município e para a qual os meios municipais não sejam considerados suficientes para fazer face à situação de acidente grave ou catástrofe, atenta a dimensão e a gravidade dos efeitos das ocorrências.

A ativação do Plano é imediatamente comunicada ao Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil da Grande Lisboa (CSREPC-GL) e aos Serviços Municipais de Proteção Civil dos concelhos limítrofes, pela via mais rápida (redes telefónicas fixas ou móveis, via rádio na rede estratégica de proteção civil ou por escrito, através do correio eletrónico), sem prejuízo da sua confirmação através de Relatório Imediato (RELIM), do qual conste o tipo de ocorrência, as áreas envolvidas, as consequências decorrentes do fenómeno, bem como outros dados julgados convenientes para a eventual tomada de decisões a nível distrital, se assim for o caso.

O aviso à população quanto à situação de emergência e à ativação do Plano é desencadeado através da utilização dos meios preconizados no PME e diretamente, pelo meio mais rápido, aos membros das Comissões Municipais de Proteção Civil, Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, Conselho de Segurança e outros Agentes locais de proteção civil diretamente ligados ao SMPC (Ex. Unidades Locais de Proteção Civil - se existirem) ou outros voluntários colaboradores identificados através das Juntas de Freguesia ou outras entidades.

A desativação do Plano é feita pelos mesmos meios utilizados para a sua ativação.

Especificamente, o PMEPC de Mafra poderá ser ativado nas seguintes situações:

4.1 Critérios gerais

- Declaração da situação de alerta para a totalidade ou parte da área do município;
- Efeitos significativos e diretos na população do concelho provocando mais de 20 desalojados, 20 feridos ou 3 mortos;
- Interrupção da normalidade das condições de vida por mais de dois dias consecutivos em pelo menos 25% do território do município;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Danos significativos nos bens e património ou nos edifícios indispensáveis às operações de proteção civil, em mais de duas freguesias/uniões de freguesia;
- Danos significativos nos serviços de infraestruturas (implicando suspensão do fornecimento de água, energia, comunicações ou transportes durante mais de 24 horas) em mais de quatro freguesias/uniões de freguesia.

4.2 Critérios específicos

- Quando ocorra ativação do PDEPC;
- Evento sísmico sentido no município com estimativa de intensidade máxima (obtida a partir de medidas instrumentais) igual ou superior a VII na escala de Mercalli modificada;
- Necessidade de reforço dos meios do distrito de Lisboa quando excedida a capacidade de resposta do respetivo Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e/ou Concelhos Limítrofes;
- Incêndio rural/florestal ou conjunto de incêndios rurais/florestais que tenha excedido 24 horas de duração por dominar e/ou cuja área ardida ultrapasse 300 hectares;
- Períodos de precipitação intensa superior a 20mm em uma hora ou superior a 40mm em seis horas que provoquem cheia/inundação com caudal que cause isolamento ou necessidade de evacuação de população.

Esta tipificação de critérios não impede que o PMEPCM possa ser ativado em outras circunstâncias, de acordo com a iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

De notar que, dependendo da gravidade e/ou severidade da ocorrência, os pressupostos operacionais contidos no Plano poderão, de imediato ser postos em prática por decisão do Diretor do Plano.

Após a consolidação das operações de proteção civil e com o início das operações de reposição da normalidade a CMPC de Mafra desativa o PMEPCM de Mafra, comunicando tal aos mesmos destinatários e pela mesma via utilizada aquando da ativação.

Parte II – Execução

1 – Estruturas

As ações a desenvolver no âmbito do PMEPCM de Mafra visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado empenhamento de todos os meios e recursos municipais ou resultantes de ajuda solicitada, apoiando a direção, o comando e a conduta das operações de proteção civil e socorro de nível municipal.

As ações serão desenvolvidas, aos diferentes níveis, através de estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional (municipal-distrital-nacional).

Neste contexto, é intenção do Diretor do Plano:

- Criar as condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos;
- Mobilizar um dispositivo de resposta, assente nas entidades integrantes do Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro (DIOPS) e por outros meios humanos e equipamentos de intervenção, reforço, apoio e assistência, considerado necessário para fazer face à situação que origine a ativação do presente plano;
- Apoiar a direção e conduta das operações de proteção civil de nível municipal, em articulação com as respetivas estruturas de direção e coordenação;
- Prever a utilização de medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação;
- Declarar a situação de alerta;
- Presidir à Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC).

O Diretor do Plano é apoiado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), pelos demais serviços da Câmara Municipal e pelos agentes de proteção civil, entidades e organizações de apoio, de âmbito municipal.

Para efeitos do exercício da função de Diretor do Plano, em caso de impedimento, o Presidente da Câmara Municipal é substituído pelo(a) Vereador(a) com o pelouro da proteção civil.

As ações serão desenvolvidas, aos diferentes níveis, através das estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional (Figura 2).

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024



Figura 2 - Estruturas de direção e coordenação

Mantém-se a comissão Distrital de Proteção Civil (CDisPC) até à nova reestruturação, nos termos previstos no artigo 8º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022 (norma transitória).

1.1 Estrutura de direção política

A direção política é assegurada pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra, a quem compete, nos termos do artigo 35.º da Lei de Bases da Proteção Civil, exercer ou delegar as competências de desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso.

1.2 Estrutura de coordenação política

A coordenação política é assegurada através da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Mafra. As competências e composição da CMPC são as constantes na Lei n.º 65/2007, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 44/2019:

- Diligenciar pela elaboração de planos municipais de emergência de proteção civil;
- Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Dar parecer sobre o acionamento dos planos municipais de emergência de proteção civil, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- d) Promover e apoiar a realização de exercícios a nível municipal, simulacros ou treinos operacionais, que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil;
- e) Promover e difundir a emissão de comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

Em particular, compete à CMPC:

- a. Avaliar a situação (em particular, após a declaração da situação de alerta) tendo em vista o acionamento do PMEPCM;
- b. Desencadear as ações previstas no PMEPCM e assegurar a conduta das operações de proteção civil delas decorrentes;
- c. Possibilitar a mobilização rápida e eficiente das organizações e pessoal indispensável e dos meios disponíveis que permitam a conduta coordenada das ações a executar;
- d. Difundir os comunicados oficiais que se mostrem adequados.

23

Para efeitos deste Plano, a CMPC de Mafra reunirá no Centro Municipal de Proteção Civil de Mafra (CeMPC), sito na Rua Américo Veríssimo Valadas, n.º 16, 2640-405, em Mafra ou, em alternativa, no Parque Desportivo de Mafra, sito na Avenida Dr.º Francisco Sá Carneiro, 2640-486, em Mafra ou, ainda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho sitos na Praça do Município, 2644-001 Mafra.

Integram a CMPC de Mafra:

- a) Presidente da Câmara Municipal, que preside;
- b) Vereador(a) do Pelouro da Proteção Civil;
- c) Chefe de Divisão de Proteção Civil;
- d) Coordenador municipal de proteção civil
- e) Chefe de Divisão de Segurança e Mobilidade;
- f) Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ericeira;
- g) Comandante dos Bombeiros Voluntários da Malveira;
- h) Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mafra;
- i) Comandante do Destacamento da GNR de Mafra;
- j) Representante da Autoridade Marítima – Capitão do Porto de Cascais;
- k) Representante das Forças Armadas;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- l) Coordenador do Serviço de Polícia Municipal;
- m) Autoridade de Saúde do concelho;
- n) Representante da Unidade Local de Saúde de Mafra;
- o) Representante do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa;
- p) Representante da Direção do Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra (Agrupamento que congrega as 3 Associações do Concelho: Ericeira, Malveira e Mafra);
- q) Representante das Juntas de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal;
- r) Diretor do Hospital da área de influência, nomeado pelo Diretor Geral da Saúde;
- s) Representante do ICNF;
- t) Técnicos e/ou instituições escolhidos pelo Presidente da Câmara que, pela sua competência e experiência em relação à temática da Proteção Civil, possam aconselhar e colaborar quer na fase de prevenção, quer na de treino e, essencialmente, na fase de socorro.

Os elementos da CMPC serão convocados, o mais rapidamente possível após o acidente grave ou catástrofe. Esta convocação será realizada pelo meio mais expedito (telefone móvel ou fixo, comunicação rádio ou correio eletrónico) e, posteriormente, formalizada por escrito, através de correio eletrónico.

A lista nominal dos membros da CMPC com os seus contactos, bem como dos seus substitutos legais, será permanentemente atualizada pelos respetivos representantes, que enviam ao Diretor do Plano qualquer alteração à mesma, e encontra-se na Parte III deste Plano (Parte III - Lista de Contactos).

1.3 Estrutura de coordenação institucional

A coordenação institucional é igualmente realizada pela CMPC de Mafra, a qual assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal, imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistências previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

O secretariado, recursos materiais e comunicacionais necessários ao funcionamento da CMPC é assegurado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

1.4 Estrutura de coordenação operacional

Sempre que uma força de qualquer Agente de Proteção Civil ou entidades com especial dever de cooperação seja acionada para uma ocorrência, o chefe da primeira equipa a chegar ao local assume de imediato o comando da operação, sendo o elemento mais graduado a desempenhar a função de Comandante das Operações de Socorro (COS) – e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo adequado à situação em curso (n.º 3 do artigo 1.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril).

Em qualquer fase da operação e sempre que a ocorrência o justificar, quer pela sua natureza, gravidade, extensão, quer pelos meios envolvidos ou a envolver ou quer pelo impacto previsível, a estrutura operacional da ANEPC pode assumir a função de COS.

Na faixa litoral e nos espaços do domínio público hídrico sob jurisdição da Autoridade Marítima Nacional, o capitão do porto assume a função de COS em estreita articulação com o Posto de Comando Operacional Municipal (PCMun) e CSREPC-GL, sem prejuízo das competências distritais/nacionais da Proteção Civil e do Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo.

São funções do COS (n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril):

- Aprovar o PEA;
- Efetuar o reconhecimento do TO, avaliar a situação e comunicar o resultado ao PCO e ao CSREPC-GL territorialmente competente;
- Coordenar os meios das várias entidades e organismos presentes no TO;
- Propor ao CSREPC-GL o reforço de meios operacionais ou de suporte logístico;
- Garantir diretamente ao CSREPC-GL a informação dos pontos de situação (POSIT), dos resultados obtidos, bem como da desmobilização das várias forças do TO;
- Solicitar às autoridades policiais, sempre que necessário, a criação de perímetros, zonas ou áreas de segurança;
- Requisitar temporariamente quaisquer bens móveis indispensáveis às operações de proteção civil e socorro e os serviços de pessoas válidas;
- Ocupar as infraestruturas necessárias ao estabelecimento da organização de comando e controlo e meios de intervenção;
- Utilizar imediatamente quaisquer águas públicas e, na falta destas, as de particulares, verificada a situação de necessidade para conter ou evitar danos;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Solicitar, dando conhecimento ao CSREPC-GL, o acionamento dos órgãos do sistema de proteção civil, de nível Municipal;
- Garantir ao CSREPC-GL a informação operacional para divulgação aos órgãos de comunicação social (OCS), fornecendo exclusivamente os dados oficiais sobre a ocorrência, devendo limitá-la à informação da operação de proteção e socorro, respeitando a estratégia e determinações que, a cada momento, possam vir a ser emanadas pelo escalão superior;
- Garantir a ligação com as entidades e oficiais de ligação presentes e organizações locais necessárias ao suporte e sustentação das operações;
- Promover a realização de briefings operacionais regulares como forma de:
 - i. Garantir um fluxo de informação sincronizado e de acordo com a complexidade e a natureza do TO;
 - ii. Capacitar e verificar os objetivos estratégicos definidos para a operação em curso;
 - iii. Promover e assegurar o efetivo comando e controlo da operação;
- Determinar a localização do PCO;
- Nomear os responsáveis pelas Células do PCO;
- Nomear, sob proposta do Oficial de Operações, os Comandante de Área de Intervenção Municipal, de Frente e de Setor.

26

Em cada teatro de operações (TO) existirá um Posto de Comando Operacional (PCO), que é o órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o COS, na tomada das decisões e na articulação dos meios.

O PCO tem como missões genéricas:

- A recolha e tratamento operacional das informações;
- A preparação das ações a desenvolver;
- A formulação e a transmissão de ordens, diretrizes e pedidos;
- O controlo da execução das ordens, instruções, diretrizes e pedidos;
- A manutenção da capacidade operacional dos meios empregues (humanos e materiais);
- A gestão dos meios humanos e materiais de reserva;
- A preparação, elaboração e difusão de informação pública.

O COS é o responsável pela gestão da informação no TO, devendo transmitir ao PCO do respetivo nível territorial, os pontos de situação necessários e solicitar meios de reforço, caso tal se justifique.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

O PCO organiza-se em 3 células (Planeamento, Operações e Logística), permitindo um funcionamento mais ajustado e direcionado a cada situação em concreto. Cada Célula tem um responsável nomeado pelo COS que assume a designação de oficial de planeamento, oficial de operações e oficial de logística, respetivamente.

O COS é assessorado diretamente por três oficiais (oficial para a Segurança, oficial para as Relações Públicas e oficial para a Ligação com outras entidades) (Figura 3).

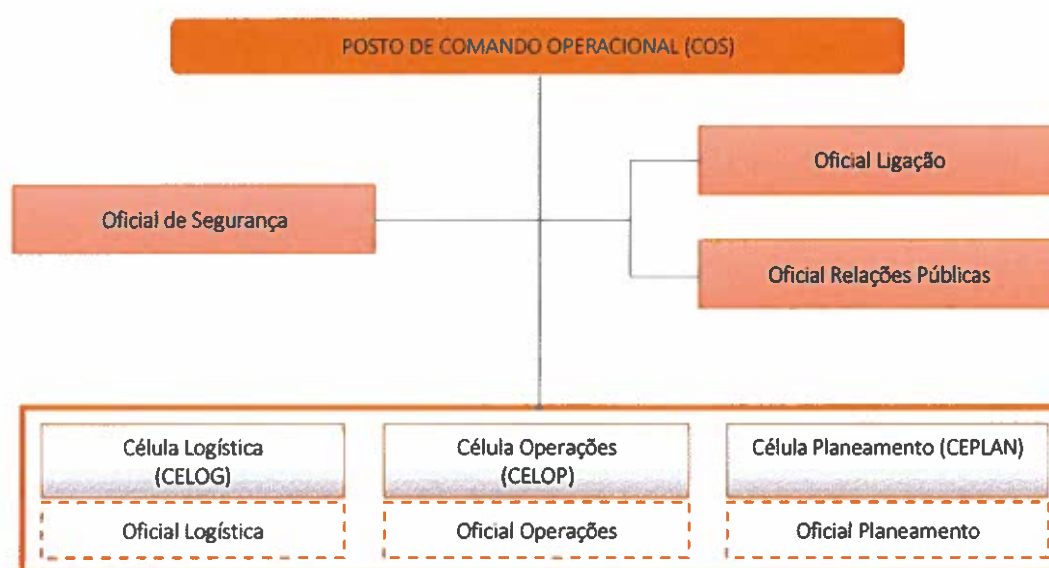


Figura 3 - Organização do Posto de Comando Operacional (PCO)

Como estrutura-base, dimensionável ao longo da ocorrência, as células do PCO apresentam as seguintes funções:

- Célula de Logística (CELOG) – Gere a sustentação logística do TO, de forma a responder a todas as necessidades de suporte à operacionalização dos meios e recursos envolvidos na operação;
- Célula de Operações (CELOP) – Garante a conduta das operações em ordem ao Plano Estratégico de Ação (PEA) estabelecido pelo COS, sendo o responsável pela implementação do mesmo;
- Célula de Planeamento (CEPLAN) – Garante a recolha, avaliação, processamento das informações e difusão da informação necessária ao processo de tomada de decisão, sendo também responsável pela antecipação, elaborando os cenários previsíveis.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

1.4.1 Posto de comando operacional municipal

Num cenário que determine a ativação do PMEPCM, é constituído um Posto de Comando Operacional, denominado de PCMun, que garante a gestão exclusiva da resposta municipal ao evento e, é responsável pela gestão de todos os meios disponíveis na área do município e pelos meios de reforço que lhe forem enviados pelo escalão distrital.

O PCMun é montado com apoio do Serviço Municipal de Proteção Civil de Mafra (SMPC) e reporta operacional e permanentemente ao Posto de Comando Operacional Sub-Regional (PCSR), representando um sector deste, caso este último seja constituído.

O responsável pelo PCMun é o Comandante Operacional Municipal (COM), ou o Comandante de um Corpo de Bombeiros substituto quando indicado pelo Presidente da Câmara.

As principais missões do PCMun são:

- Atuar como órgão diretor das operações, garantindo o funcionamento e a articulação no terreno dos diversos agentes e entidades intervenientes;
- Assegurar o comando, o controlo, as comunicações e as informações em toda a Zona de Intervenção (ZI), em coordenação com as demais entidades envolvidas;
- Assegurar a minimização de perdas de vidas, através da coordenação das ações decorrentes do acidente grave ou catástrofe;
- Garantir em permanência a segurança nas operações de todas as forças envolvidas, bem como dos cidadãos;
- Assegurar a recolha e o tratamento operacional das informações, bem como a ligação ao PCSR (se constituído) e à CMPC, de forma a garantir a homogeneidade na passagem de informação;
- Assegurar a manutenção das capacidades operacionais dos meios empregues e a gestão dos meios de reserva;
- Garantir, através do empenhamento das forças e serviços competentes, a manutenção da lei e ordem nas zonas afetadas, o controlo de acessos à Zona de Sinistro (ZS), a criação de perímetros de segurança e a manutenção de corredores de circulação de emergência;
- Garantir a execução eficaz de operações de movimentação de populações, designadamente as decorrentes de evacuações, bem como a segurança nas zonas de concentração e apoio da população (ZCAP);

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- i. Assegurar a prestação de cuidados médicos adequados, a montagem de Postos de Triagem e Postos Médicos Avançados e a evacuação primária e secundária;
- j. Assegurar a coordenação das ações de saúde pública, apoio psicossocial e mortuária;
- k. Assegurar a coordenação das atividades relacionadas com a assistência à emergência e gestão de recursos, nomeadamente através da definição das prioridades em termos de abastecimento de água, energia e comunicações, da gestão de armazéns de emergência, da coordenação dos meios de transporte necessários às operações de emergência e da organização e montagem de abrigos e campos de deslocados;
- l. Assegurar a coordenação da inspeção e verificação da praticabilidade das principais infraestruturas de transportes, redes básicas de suporte e edifícios;
- m. Assegurar a desobstrução expedita das vias de comunicação e itinerários principais de socorro e assegurar a realização de operações de demolição ou escoramento;
- n. Assegurar a receção, condução e integração, se necessário, de voluntários nas operações de emergência e reabilitação, para colaborar nas atividades relacionadas com a assistência social, alimentação e transporte;
- o. Coordenar a ação de Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS) e das Equipas de Avaliação Técnica (EAT) e tratar a informação recebida dessas equipas encaminhando-a para as restantes estruturas nos diferentes escalões;
- p. Dirigir e coordenar o emprego dos meios (humanos e materiais) sob a sua responsabilidade.

29

O PCMun recebe, processa e avalia toda a informação emanada dos diversos teatros de operações, se os houver, de forma a assegurar que todas as entidades intervenientes mantêm níveis de prontidão e envolvimento.

O PCMun articula-se permanentemente com a CMPC e a:

- i. Nível distrital, com o Comandante Operacional Sub-regional de Emergência e Proteção Civil (CSREPC) e CCOD respetivo;
- ii. Nível do teatro de operações, com os Comandantes das Operações de Socorro (COS) presentes em cada Posto de Comando Operacional (Figura 4).

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

O PCMun é coordenado pelo COM e poderá também ser constituído e instalado em estrutura própria, com comunicações dedicadas, em local a definir pelo próprio, de acordo com o acidente grave ou catástrofe.

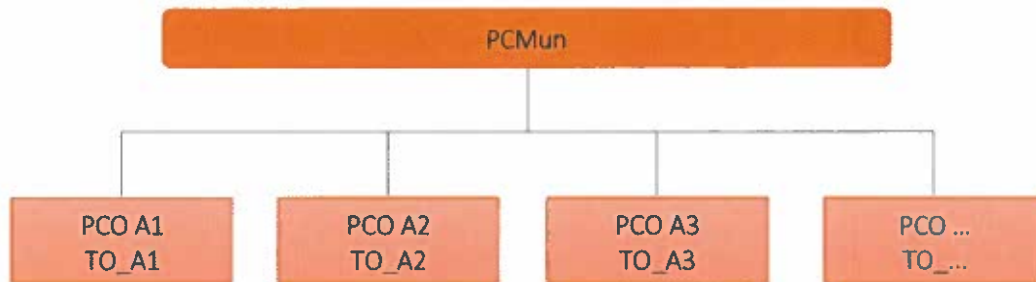


Figura 4 – Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)

O SMPC de Mafra mantém-se em funcionamento para o acompanhamento das restantes ocorrências, não diretamente decorrentes do acidente grave ou catástrofe que determinou a ativação do Plano.

30

2 – Responsabilidades

No âmbito do PMEPC de Mafra os diversos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio estão sujeitos a um conjunto de responsabilidades que visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado reforço, apoio e assistência, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo. As estruturas de intervenção destas entidades funcionam e são empregues sob direção das correspondentes hierarquias, previstas nas respetivas leis orgânicas ou estatutos, sem prejuízo da necessária articulação operacional com os postos de comando, aos seus diferentes níveis.

2.1 – Responsabilidades dos serviços de proteção civil

2.1.1 Câmara Municipal/Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)

- Garantir o funcionamento, a operacionalidade e a articulação com todos os agentes de proteção civil integrantes do SIOPS no âmbito do concelho;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Assegurar a articulação dos serviços públicos ou privados de modo a garantir a proteção das populações e a salvaguarda do património e do ambiente;
- Coordenar o planeamento de emergência e a atualização do Plano;
- Coordenar e realizar exercícios com vista à preparação coletiva dos serviços, agentes de proteção civil e demais entidades e organizações de apoio;
- Montar o Centro de Comunicações do PCMUN e assegurar os procedimentos de alerta e a difusão dos avisos à população;
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo aos órgãos de comunicação social;
- Apoiar técnica e operacionalmente as estruturas de coordenação e comando de nível municipal;
- Disponibilizar meios, recursos e pessoal para a resposta de proteção civil e socorro, de acordo com as missões operacionais legalmente definidas;
- Transportar bens essenciais de sobrevivência às populações;
- Evacuar e transportar pessoas, bens e animais;
- Assegurar a divulgação de avisos às populações;
- Montar e gerir locais de recolha e armazenamento de dádivas;
- Instalar e gerir centros de acolhimento temporários;
- Assegurar a sinalização relativa a cortes de estradas, decididos por precaução ou originados por cheias e inundações, bem como as vias alternativas;
- Apoiar na desobstrução das vias, remover os destroços e limpar aquedutos e linhas de água ao longo das estradas e caminhos municipais;
- Promover ações de avaliação de danos e de necessidades da população afetada;
- Disponibilizar a informação sobre a caracterização e evolução da situação ao público, através do Gabinete de Comunicação;
- Assegurar, ao nível municipal, a gestão financeira e de custos, bem como dos tempos de utilização;
- Assegurar as comunicações com os centros de acolhimento provisório;
- Exercer quaisquer outras atividades previstas na legislação adequada, no âmbito das suas competências.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

2.1.2 Câmara Municipal/Autoridade Veterinária Municipal

- Assegurar a manutenção dos serviços de urgência, em horário de expediente (8h30 – 16h30) com meios municipais, sendo a recolha e encaminhamento realizados pelos serviços da Divisão do Ambiente;
- Colaborar nas operações de resgate bem como no regresso dos animais aos seus tutores;
- Desencadear mecanismos de transporte dos animais, juntamente com as entidades que podem ter essa incumbência, para os centros de alojamento temporário existentes, assegurando também a sua alimentação;
- Coordenar com o DUOMA e DPC a montagem de centros de acolhimento temporário para animais errantes ou animais que acompanham os seus tutores numa fase de evacuação;
- Adotar medidas de proteção da saúde animal nas áreas atingidas, ficando a cargo da Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária a prestação de cuidados médico-veterinários e eventual encaminhamento para centros de atendimento médico-veterinários (CAMV);
- Colaborar na resolução dos problemas de mortuária animal;
- Solicitar, junto do PCMun a colaboração de outras entidades públicas ou privadas, referentes a (CAMV) existentes na área do concelho;

32

2.1.3 Câmara Municipal/Outros Serviços

- Os Serviços e Unidades Orgânicas da Câmara Municipal de Mafra, serão chamados a intervir, mediante as necessidades identificadas e a competência de cada uma delas.

2.1.4 Uniões e Juntas de Freguesia

- Efetivar o seu apoio às ocorrências através do envolvimento de elementos para reconhecimento e orientação, no terreno, de forças em reforço às operações;
- Mobilizar meios próprios necessários à intervenção;
- Recensear e registar a população afetada;
- Colaborar na avaliação e quantificação dos danos;
- Promover a identificação dos munícipes com incapacidades físicas ou outras, que levam à necessidade do emprego de meios especiais em caso de evacuação;
- Criar pontos de concentração de feridos e de população ileso;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Colaborar na divulgação de avisos às populações de acordo com orientações dos responsáveis municipais;
- Colaborar com a Câmara Municipal na sinalização das estradas e caminhos municipais danificados, bem como na sinalização das vias alternativas, no respetivo espaço geográfico;
- Colaborar com a Câmara Municipal na limpeza de valetas, aquedutos e linhas de água, na desobstrução de vias, nas demolições e na remoção de destroços, no respetivo espaço geográfico;
- Gerir os sistemas de voluntariado para atuação imediata de emergência ao nível da avaliação de danos, com ênfase nos danos humanos;
- Apoiar a GNR na evacuação das populações e colocam os meios próprios disponíveis à disposição da evacuação das populações com necessidades especiais;
- Apoiar as ações de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório e procedem ao registo das famílias e dos munícipes aí instalados;
- Colaborar na assistência e bem-estar das populações evacuadas para os centros de acolhimento provisório;
- Constituir e coordenar postos locais de recenseamento de voluntários;
- Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas;
- Exercer quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências.

33

2.2 – Responsabilidades dos agentes de proteção civil

2.2.1 Corpos de Bombeiros (CB) do Concelho de Mafra

- Coordenar as atividades de socorro e salvamento;
- Desenvolver ações de busca, salvamento e transporte de pessoas, animais e bens;
- Participar na evacuação primária nas suas zonas de intervenção ou em reforço;
- Assegurar a operacionalidade permanente dos meios necessários às ações de socorro e salvamento, incluindo os equipamentos de comunicações;
- Assegurar a operacionalidade permanente das sirenes de aviso e o cumprimento dos procedimentos de aviso às populações;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem e/ou Postos Médicos Avançados¹;
- Apoiar os Teatros de Operações, envolvendo elementos guia para reconhecimento e orientação no terreno das forças operacionais em reforço da sua zona de atuação própria;
- Colaborar na montagem de Postos de Comando;
- Colaborar na desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro;
- Apoiar no transporte de bens essenciais de sobrevivência às populações isoladas;
- Executar as ações de distribuição de água potável às populações;
- Disponibilizar apoio logístico à população e a outras forças operacionais;
- Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública;
- Participar na reabilitação das infraestruturas;
- Apoiar as ações de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações;
- Colaborar na reposição da normalidade da vida das populações atingidas.

34

2.2.2 Guarda Nacional Republicana/Destacamento Territorial de Mafra

- Assegurar a manutenção da ordem, nas suas zonas de intervenção, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos operacionais;
- Apoiar a segurança portuária e das orlas fluvial e marítima, na sua área de competência territorial;
- Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e a proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional;
- Garantir a segurança de pessoas e bens, nomeadamente no Edifício Municipal de Proteção Civil, nas zonas de sinistro, de apoio e de concentração e reserva, bem como nas áreas e centros de acolhimento provisório e armazéns de emergência;
- Exercer missões de: isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; escolta e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações; apoio à evacuação de populações em perigo;

¹ Entende-se por Posto Médico Avançado o local destinado à prestação de cuidados de saúde às vítimas resultantes do acidente grave ou catástrofe localizado no TO. Serão montados em estruturas móveis ou estruturas físicas adaptadas.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Disponibilizar apoio logístico às forças de intervenção;
- Proceder e orientar a evacuação e a movimentação das populações;
- Empenhar o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) e a UEPS na análise e deteção de zonas potencialmente contaminadas, nomeadamente ao nível dos solos, águas e atmosfera, na área de competência territorial da GNR;
- Acionar os meios de identificação de vítimas de desastres do *DVI Team (Disaster Victim Identification Team)* e o Núcleo Central de Apoio Técnico, em estreita articulação com as autoridades de saúde, em especial com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forense;
- Colaborar, de acordo com as suas disponibilidades, na recolha de informação *Ante-mortem* e *Post-mortem*;
- Disponibilizar a Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial (EGIC Psicossocial);
- Proteger a propriedade privada contra atos de saque;
- Coordenar as ações de pesquisa de desaparecidos, promovendo a organização de um “Centro de Pesquisa e Localização”, onde se concentra a informação sobre os indivíduos afetados e onde se poderá recorrer para obter a identificação das vítimas;
- Receber e guardar os espólios das vítimas, e informar o “Centro de Pesquisa de Desaparecidos”;
- Assegurar um serviço de estafetas para utilização como meio alternativo de comunicação;
- Colaborar nas ações de alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro, bem como no aviso às populações;
- Executar, através das UEPS, ações de prevenção e de intervenção, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de cheias e inundações;
- Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária, nomeadamente na remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados;
- Empenhar meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas;
- Definir e implementar, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil;
- Disponibilizar elementos para integrar as ERAVmrp.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

2.2.3 Forças Armadas

A colaboração das Forças Armadas será solicitada de acordo com os planos de envolvimento aprovados ou quando a gravidade da situação assim o exija, de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, mas sempre enquadrada pelos respetivos comandos militares e legislação específica.

A pedido da ANEPC ao EMGFA, as Forças Armadas colaboram em:

- Apoiar logisticamente as forças operacionais, nomeadamente em infraestruturas, alimentação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha, água, combustível e material diverso (material de aquartelamento, tendas de campanha, geradores, depósitos de água, etc.);
- Apoiar a evacuação de populações em perigo;
- Organizar e instalar abrigos e campos de deslocados;
- Desobstruir expeditamente as vias de comunicação e itinerários de socorro;
- Abastecer de água as populações carenciadas;
- Efetuar operações de busca e salvamento, socorro imediato e evacuação primária;
- Prestar cuidados de saúde de emergência, contribuindo ainda, desde que possível, para o esforço nacional na área hospitalar, nomeadamente ao nível da capacidade de internamento nos hospitais e restantes unidades de saúde militares;
- Efetuar o apoio sanitário de emergência, incluindo evacuação secundária de sinistrados, em estreita articulação com as autoridades de saúde;
- Apoiar com pessoal e equipamento as ações de demolição, escoramento, desobstrução de vias e remoção de destroços, bem como a reabilitação das redes e serviços públicos essenciais;
- Efetuar operação de remoção dos cadáveres para as Zonas de Reunião de Mortos e/ou destas para os Necrotérios Provisórios;
- Apoiar com meios de Engenharia Militar as operações de limpeza e descontaminação das áreas afetadas;
- Reforçar e/ou reativar as redes de telecomunicações;
- Disponibilizar infraestruturas para operação de meios aéreos, nacionais garantindo apoio logístico e reabastecimento de aeronaves, quando exequível e previamente coordenado;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Disponibilizar meios navais, terrestres e aéreos para ações iniciais de reconhecimento e avaliação e para transporte de pessoal operacional;
- Disponibilizar infraestruturas de unidades navais, terrestres ou aéreas de apoio às áreas sinistradas;
- Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública;
- Reabilitar as infraestruturas.

2.2.4 Autoridade Marítima/Capitania de Cascais

- Executar reconhecimentos marítimos e fluviais;
- Planear e desencadear ações de busca e salvamento, apoio e socorro;
- Intervir na área de segurança marítima, no que se refere ao tráfego de navios e embarcações e à salvaguarda da vida humana no mar;
- Exercer missões de isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança, na sua área de jurisdição;
- Condicionar o acesso, circulação e permanência de pessoas e bens, na sua área de jurisdição;
- Proteger a propriedade privada contra atos de saque;
- Restringir, condicionar a circulação e abrir corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro;
- Apoiar a evacuação/ movimentação de populações em perigo;
- Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional;
- Preservar a regularidade do Tráfego Marítimo em articulação com a Autoridade Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo (ANCTM), em particular, atuando como agente de proteção civil, em situações de sinistro marítimo, socorro e emergência;
- Organizar equipas de reconhecimento e avaliação de danos e prejuízos nas instalações portuárias;
- Disponibilizar elementos para integrar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m);
- Coordenar as Administrações Portuárias na resposta à emergência de acordo com as necessidades;
- Cooperar na recuperação das capacidades portuárias;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Coordenar a receção de ajuda externa através de meios navais;
- Efetuar a ligação com as empresas de transporte marítimo conforme as necessidades;
- Promulgar avisos à navegação;
- Coordenar a segurança das instalações portuárias críticas;
- Disponibilizar apoio logístico às forças de intervenção;
- Efetuar levantamentos hidrográficos de emergência;
- Efetuar reconhecimento subaquático;
- Efetuar a ligação entre o Sistema de Proteção Civil e as Administrações Portuárias tendo em vista as capacidades logísticas disponíveis dos portos;
- Estabelecer o assinalamento marítimo de recurso nos locais onde seja necessário.

2.2.5 Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)

- Coordenar todas as atividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de Postos Médicos Avançados (PMA);
- Coordenar a triagem e o apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas;
- Assegurar um sistema de registo de vítimas desde o TO até às unidades de saúde de destino;
- Garantir a articulação com todos os outros serviços e organismos do Ministério da Saúde, bem como com os serviços prestadores de cuidados de saúde, ainda que não integrados no Serviço Nacional de Saúde.

2.2.6 Hospitais, Centros de Saúde e demais serviços de saúde

- Colaborar nas atividades de saúde e evacuação secundária, assegurando uma única cadeia de comando para as áreas de intervenção médico-sanitárias;
- Garantir a ligação com os hospitais de evacuação que forem estabelecidos;
- Mobiliza os meios próprios necessários à intervenção;
- Coordenar a prestação de cuidados médicos às vítimas até ao limite da sua capacidade;
- Assegurar a montagem de postos de triagem, de assistência pré-hospitalar e de evacuação secundária, em estreita colaboração com o INEM;
- Garantir a evacuação secundária;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Dirigir as ações de saúde pública nas áreas atingidas;
- Organizar o registo de feridos e mortos;
- Assegurar os cuidados sanitários nos centros de acolhimento provisório;
- Minimizar as perdas de vidas humanas, limitando as sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano;
- Colaborar no apoio psicológico à população afetada;
- Prestar assistência médica e medicamentosa à população;
- Colaborar na prestação de cuidados de emergência médica pré-hospitalares, nomeadamente reforçando as suas equipas e/ou material/equipamento, sempre que necessário e solicitado pelo INEM;
- Organizar, aos diferentes níveis, a manutenção dos habituais serviços de urgência;
- Colaborar nas operações de regresso das populações.

2.3 – Responsabilidades dos organismos e entidades de apoio

39

2.3.1 Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho de Mafra (AHBV)

- Disponibilizar meios, recursos e pessoal;
- Apoiar logisticamente a sustentação das operações, na área de atuação própria do seu CB, com o apoio do respetivo Serviço Municipal de Proteção Civil;
- Disponibilizar edifícios e outras infraestruturas para alojamento e apoio às populações;
- Manter a capacidade de fornecimento de apoio logístico aos meios do seu Corpo de Bombeiros.

2.3.2 Ministério Público (MP)

- Coordenar os serviços mortuários, coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF);
- Determinar a ativação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, para recolha de informação *Ante-mortem* sob a responsabilidade da PJ e do INMLCF;
- Autorizar a remoção de cadáveres ou partes de cadáveres do local onde foram etiquetados para as Zonas de Reunião de Mortos e destas para os Necrotérios Provisórios;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Receber a informação das entidades gestoras das Zona de Reunião de Mortos e dos Necrotérios Provisórios, acerca do número de mortes verificadas e de mortos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios.

2.3.3 Instituto dos Registos e Notariado (IRN)

- Proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada.

2.3.4 Polícia Municipal (PMun)

- Exercer missões de: isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro;

2.3.5 Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo

- Assegurar uma permanente articulação com as unidades hospitalares e com os centros de saúde da sua área de jurisdição com vista a garantir a máxima assistência médica possível nas instalações dos mesmos;
- Garantir, em todas as unidades de saúde, que se encontrem operativas na ZI uma reserva estratégica de camas disponíveis para encaminhamento de vítimas;
- Garantir um reforço adequado de profissionais de saúde em todas as unidades de saúde que se encontrem operativas na ZI;
- Mobilizar e destacar para o INEM os médicos disponíveis para fins de reforço dos veículos de emergência médica, postos médicos avançados e hospitais de campanha;
- Garantir a prestação de assistência médica às populações evacuadas;
- Avaliar os recursos do sector da saúde e propor a sua afetação;
- Mobilizar elementos para integrar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m), no âmbito das competências da Autoridade de Saúde distrital.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

2.3.6 Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (CDSS)

- Assegurar e coordenar as ações de apoio social às populações, no âmbito da ação social, em articulação com os vários sectores intervenientes;
- Assegurar o apoio psicológico de continuidade às vítimas;
- Colaborar na definição de critérios de apoio social à população;
- Assegurar a constituição de equipas técnicas, em articulação com os vários sectores intervenientes, para receção, atendimento e encaminhamento da população;
- Participar nas ações de pesquisa e reunião de desaparecidos;
- Participar na instalação de ZCAP, assegurando o fornecimento de bens e serviços essenciais;
- Colaborar nas ações de movimentação de populações;
- Colaborar no apoio psicológico, de acordo com as suas disponibilidades, no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aos familiares que fornecem informação;
- Manter um registo atualizado do número de vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento;
- Apoiar as ações de regresso das populações;
- Participar nas ações de identificação dos aglomerados familiares carenciados e propor a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual.

2.3.7 Misericórdias e IPSS

- Apoiar as ações de evacuação das populações, pesquisa de desaparecidos e gestão de campos de deslocados;
- Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais;
- Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas;
- Disponibilizar locais de alojamento para deslocados;
- Procurar obter meios de subsistência a nível logístico e alimentar;
- Atuar nos domínios do apoio logístico e social;
- Assegurar a prestação de serviços a crianças, idosos, pessoas sem-abrigo e doentes;
- Acolher, acompanhar e encaminhar situações de carência socioeconómica;
- Acompanhar psicologicamente na fase pós risco.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	---

2.3.8 Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)

- Executar, de acordo com o seu estatuto, missões de apoio, busca e salvamento, socorro, assistência sanitária e social;
- Assegurar a evacuação de feridos, o transporte de desalojados e ilesos e a instalação de ZCAP;
- Colaborar na montagem de postos de triagem, estabilização e evacuação, em articulação com as autoridades de saúde;
- Assegurar o levantamento e transporte de feridos e cadáveres, em articulação com as autoridades de saúde;
- Assegurar o apoio psicossocial, através de equipas de psicólogos e de equipas voluntárias;
- Colaborar na distribuição de roupas e alimentos às populações evacuadas;
- Colaborar no enquadramento do pessoal voluntário que se oferecer para colaborar;
- Colaborar na distribuição de roupas e alimentos às populações evacuadas;
- Colaborar nas operações de remoção dos cadáveres para as Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e ou destas para os Necrotérios Provisórios (NecProv);
- Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública;
- Colaborar na gestão de alojamentos temporários.

42

2.3.9 Corpo Nacional de Escutas (CNE) e Associação de Escoteiros de Portugal (AEP)

- Prestar apoio com meios humanos e materiais, para o cumprimento das ações que lhe forem atribuídas, quando solicitado, designadamente na distribuição de agasalhos, roupas e bens alimentares, bem como no alojamento e na organização de acampamentos de emergência;
- Colaborar no aviso às populações;
- Apoiar as ações de pesquisa de desaparecidos e de gestão de campos de deslocados.

2.3.10 Organizações de Radioamadores – SCERA | Serviço Comunicações Emergência Radioamadores

- Apoiar as radiocomunicações de emergência;
- Estabelecer e garantir autonomamente vias de comunicação e apoiar na recuperação e integração de outros meios e dispositivos de comunicação;
- Contribuir para interoperabilidade entre redes e sistemas de comunicação das diversas entidades;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Reabilitar e colocar em funcionamento equipamentos e meios técnicos colapsados;
- Funcionar como observadores que reportam através dos meios de rádio, para o PCMun, informação útil ao acionamento de meios de socorro e salvamento;
- Apoiar a difusão de informação útil às populações.

2.3.11 Outras Organizações não Governamentais (ONG)

- Apoiar o desenvolvimento de ações de busca e deteção de vítimas confinadas;
- Garantir a comunicação de todos os casos de emergência detetados à estrutura de comando;
- Desenvolver ações de reforço da difusão de alertas com recurso a meios próprios de comunicações;
- Contribuir, se necessário, para o reforço de recursos humanos nas ambulâncias e postos de socorros;
- Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem e/ou Postos Médicos;
- Colaborar na montagem de Postos de Comando;
- Colaborar na prestação de apoio psicológico e social, através de equipas de psicólogos e de equipas de voluntários;
- Executar ações de prevenção secundária;
- Apoiar o socorro e o resgate das vítimas;
- Colaborar no enquadramento do pessoal voluntário que se disponibilize para colaborar.

43

2.3.12 Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.)

- Promover a reposição das condições de circulação e segurança nas infraestruturas rodoviárias na jurisdição da IP, S.A.;
- Garantir a habilitação das forças de segurança com a informação técnica necessária para cortes ou aberturas ao tráfego;
- Disponibilizar informação sobre os itinerários alternativos nos casos de corte de vias;
- Programar as intervenções necessárias à reposição das condições de circulação e segurança;
- Manter um registo atualizado dos meios disponíveis;
- Disponibilizar informações sobre a manutenção e recuperação de vias e da operacionalidade dos meios de que dispõem, sempre que solicitados e disponíveis;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	--

- Disponibilizar meios e executar obras de reparação, desobstrução de vias e/ou reconstrução, com meios próprios ou cedidos, na sua área de intervenção;
- Contribuir para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte;
- Promover a reposição das condições de circulação e assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade, na sua área de intervenção;
- Prestar os serviços de assistência, socorro e proteção, incluindo diagnóstico e a desempanagem de viaturas imobilizadas, sempre que possível e na sua área de assistência rodoviária;
- Garantir, na medida possível, a organização de comboios sanitários;
- Disponibilizar os meios ferroviários considerados necessários à constituição de comboios, tendo em vista a evacuação de pessoas;
- Garantir o apoio necessário às forças operacionais para o desenvolvimento de ações de busca e salvamento;
- Disponibilizar a informação constante nos vários Planos de Emergência para a evacuação de sinistrados e prestação de socorro;

44

2.3.13 Concessionários das Autoestradas – Autoestradas do Atlântico

- Disponibilizar informações sobre a manutenção e recuperação de vias e da operacionalidade dos meios de que dispõem, sempre que solicitados e disponíveis;
- Disponibilizar meios e executar obras de reparação, desobstrução de vias e/ou reconstrução, com meios próprios ou cedidos, na sua área de intervenção;
- Contribuir para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte;
- Prestar os serviços de assistência, socorro e proteção, incluindo diagnóstico e a desempanagem de viaturas imobilizadas, sempre que possível e na sua área de assistência rodoviária;

2.3.14 Empresas de Transporte Ferroviário – CP | Comboios de Portugal

- Garantir, na medida possível, a organização de comboios sanitários;
- Garantir o apoio necessário às forças operacionais para o desenvolvimento de ações de busca e salvamento;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Disponibilizar a informação constante nos vários Planos de Emergência para a evacuação de sinistrados e prestação de socorro;
- Disponibilizar os meios ferroviários considerados necessários à constituição de comboios, tendo em vista a evacuação de pessoas;
- Garantir a prestação de ações de apoio com meios humanos e materiais;
- Disponibilizar os meios ferroviários considerados necessários para a constituição de comboios para o regresso de pessoas evacuadas;
- Prestar a colaboração necessária à elaboração de relatórios e inquéritos à situação de emergência.

2.3.15 Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água – SMAS Mafra

- Garantir a avaliação de danos e intervenções prioritárias para o rápido restabelecimento do abastecimento de água potável a serviços e unidades produtivas estratégicos, bem como dos pontos essenciais ao consumo das populações afetadas;
- Garantir a operacionalidade de piquetes regulares e em emergência, para eventuais necessidades extraordinárias de intervenção na rede e nas estações de tratamento;
- Garantir reservas estratégicas e capacidades para a manutenção da prestação de serviço;
- Repor, com carácter prioritário, a prestação do serviço junto dos consumidores finais;
- Assegurar o controlo da qualidade da água na rede.

45

2.3.16 EDP – Produção

- Assegurar, em coordenação com a REN, a manutenção, em segurança, das condições de exploração dos seus centros produtores de energia elétrica instalados na ZS;
- Efetuar o levantamento dos prejuízos causados;
- Recuperar os danos sofridos nos seus centros produtores de energia elétrica, no sentido da retoma, tão rapidamente quanto possível, das condições normais de exploração.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

2.3.17 EDP – Distribuição

- Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de energia elétrica, tendo em conta, sempre que possível, as prioridades definidas;
- Efetuar o levantamento dos prejuízos causados;
- Recuperar os danos sofridos pelas redes e pelas subestações e postos de transformação de distribuição.

2.3.18 - Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)

- Coadjuvar técnica e operacionalmente o Ministério Público na coordenação dos serviços mortuários;
- Proceder à recolha de informação *Ante-mortem* no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aquando da sua ativação, com a colaboração da PJ;
- Assumir a direção e coordenação das tarefas de mortuária decorrentes do evento, designadamente, a investigação forense para identificação dos corpos, com vista à sua entrega aos familiares;
- Assumir outras tarefas de investigação forense, de acordo com o ordenado pelo Ministério Público;
- Gerir as Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e os necrotérios provisórios (NecPro);
- Mobilizar a equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres (EML-DVI), acionando os seus sistemas de alerta próprios;
- Disponibilizar elementos para integrar as ERAVmrp.

2.3.19 - Polícia Judiciária (PJ)

- Apoiar nas ações de combate à criminalidade;
- Proceder à identificação das vítimas através da Polícia Técnica e do Laboratório de Polícia Científica;
- Proceder à recolha de informação *Ante-mortem* no (s) Centro(s) de Recolha de Informação, aquando da sua ativação, com a colaboração do INMLCF;
- Gerir a informação *Ante-mortem* e *Post-mortem* no Centro de Conciliação de Dados;
- Disponibilizar elementos para integrar as ERAVmrp;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Acionar a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) para obtenção de dados.

2.3.20 – Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação (ASFE)

- Apoiar a evacuação secundária;
- Apoiar a evacuação de população com necessidades especiais;
- Colaborar nas operações de regresso das populações.
- Garantir a ligação com os hospitais de evacuação que forem estabelecidos;

2.3.21 – Rádio Concelho de mafra e Órgãos de Comunicação Social (OCS)

- Colaborar da difusão de informações à população;
- Difundir comunicados;

2.3.22 – Serviço de Polícia Municipal (SPM)

- Assegurar a manutenção da ordem, nas suas zonas de intervenção, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos operacionais;
- Apoiar a segurança portuária e das orlas fluvial e marítima, na sua área de competência territorial;
- Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e a proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional;
- Garantir a segurança de pessoas e bens, nomeadamente no Edifício Municipal de Proteção Civil, nas zonas de sinistro, de apoio e de concentração e reserva, bem como nas áreas e centros de acolhimento provisório e armazéns de emergência;
- Exercer missões de: isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; escolta e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações; apoio à evacuação de populações em perigo.

2.3.23 – Empresas públicas de transportes

- Assegurar a colaboração no transporte de pessoas para ZCAP ou outros locais que se considerem relevantes.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

3 – Organização

3.1 – Infraestruturas de relevância operacional

3.1.1 – Infraestruturas Rodoviárias

O concelho de Mafra dispõe de uma boa distribuição e número de infraestruturas de transporte, o que em situação de acidente grave ou catástrofe, auxiliam a ação dos meios de intervenção. Mafra, para além da sua elevada mobilidade interna, é um importante espaço de ligação entre a região Oeste e o Norte da Área Metropolitana de Lisboa.

A tutela e a responsabilidade sobre os diferentes elos da rede viária decorrem da sua classificação e em alguns casos das concessões atribuídas, pelo que no caso da rede viária de Mafra tem-se a seguinte correspondência:

- A8 – Autoestradas do Atlântico;
- A21 – Infraestruturas de Portugal;
- Estradas Nacionais e Estradas Regionais – Infraestruturas de Portugal S.A.;
- Todas as restantes vias – Câmara Municipal de Mafra.

A rede rodoviária que serve o Município encontra-se hierarquizada em rede primária, secundária e terciária, sendo esta última constituída pelas estradas e caminhos municipais (EM e CM).

Na rede primária, e enquanto elementos principais de articulação com o sistema metropolitano integram-se:

- A A8, que estabelece a principal ligação a Lisboa e a Loures para sul e, a Torres Vedras e a Leiria no sentido norte, e assegura duas conexões/nós: saída 5 – Venda do Pinheiro/Malveira, e saída 6 – Sobral de Monte Agraço/Enxara do Bispo;
- A A21/VM1, que estabelece a ligação entre a saída 5 da A8, e o interior do município, Malveira/Mafra/Ericeira, constituindo uma variante à EN116. Os seus 21kms de extensão situam-se no Município de Mafra.

A rede secundária do concelho é constituída pelas vias de nível regional e intermunicipal:

- A ER247 é importante via turística litoral com bastante tráfego, que liga a Ericeira, para norte, a Santa Cruz, Peniche e Lourinhã e, para sul, a Sintra, Cascais e ao IC30;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- A EN9 que liga Mafra, para norte, a Torres Vedras e Alenquer e, para sul, a Sintra e ao IC30 e à ER19 (via de cintura da AML);
- A EN8 que liga o núcleo urbano Malveira/ Venda do Pinheiro, para norte, a Torres Vedras, às Caldas da Rainha e a Alcobaça e, para sul, a Loures;
- A ER374 que passa paralelamente a nascente da A8 ligando o Milharado, para norte, a Dois Portos e a Carmões e, para sul, ao Freixial e a Loures;
- A EN9-2, via muito sinuosa, que liga Mafra ao Gradil, a Enxara do Bispo, à saída 6 da A8 e à ER374;
- A EN116 que liga a Ericeira a Mafra, à Malveira e à Venda do Pinheiro, com ligação a Loures e Vila Franca de Xira, sendo considerada um corredor urbano e que se encontra desclassificada.



Figura 5 - Rede viária

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

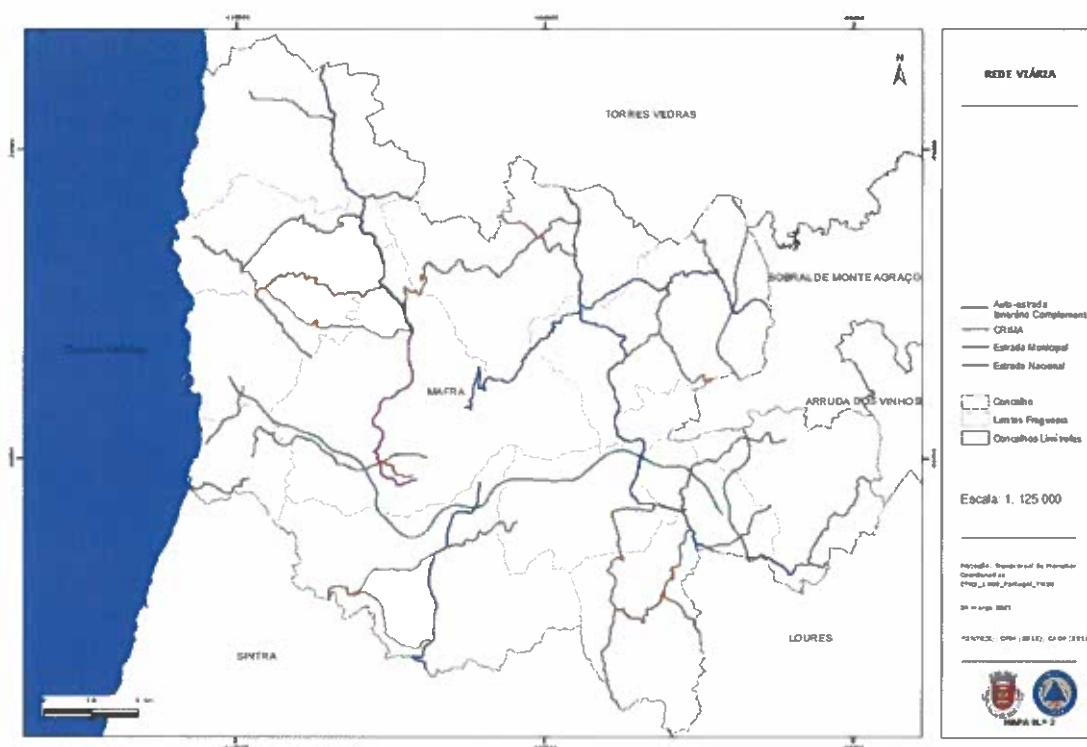


Figura 6 - Mapa da rede viária

3.1.2 – Infraestruturas Ferroviárias

O Concelho de Mafra é atravessado pela linha férrea (linha do Oeste), existindo estações na Malveira e Mafra-Gare e um apeadeiro em Alcainça-Moinhos.

O transporte ferroviário de passageiros encontra-se a cargo da CP - Comboios de Portugal, que operacionaliza, na Linha do Oeste, o serviço Inter-Regional.

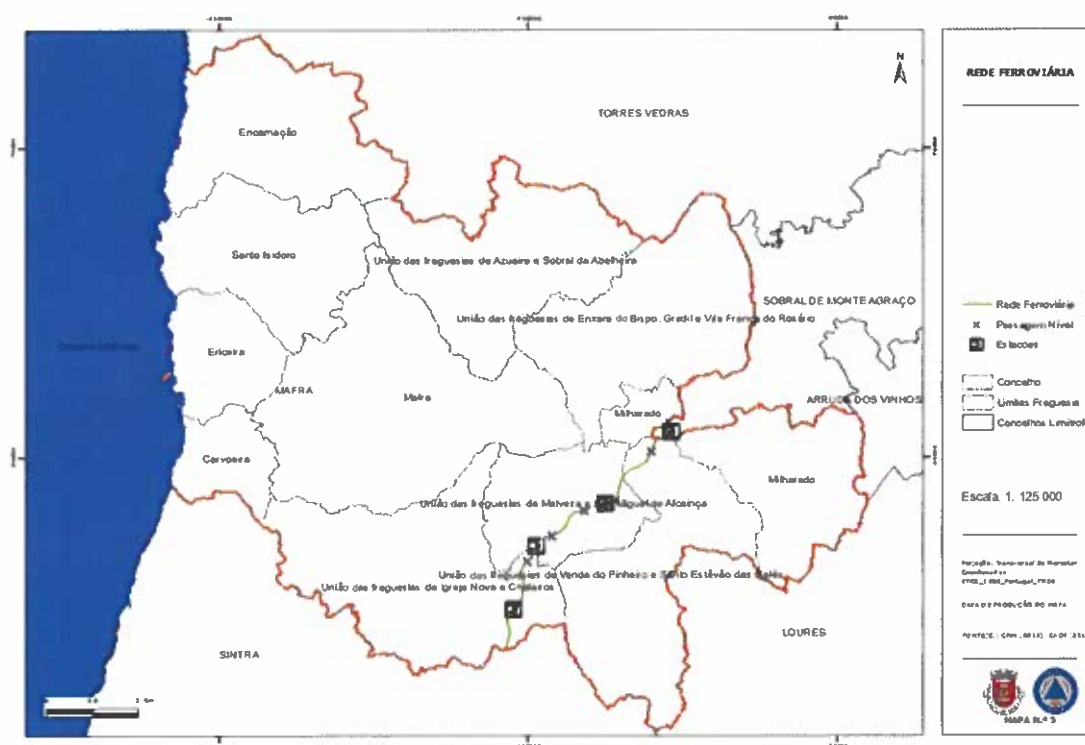


Figura 7 – Mapa da Rede Ferroviária

3.1.3 – Infraestruturas de Apoio Aéreo

O Heliporto Municipal de Mafra (HMM), é uma infraestrutura de Superfície de classificação H2, conforme definido nos documentos ICAO - Aerodromes Annex 14, Volume II e ICAO - Heliport Manual, Second Edition - 1995. Considera-se que está nas condições definidas em 6.1.1 de ICAO Aerodromes Annex 14, Volume II: "Heliporto com assistência e com reduzido número de movimentos". O HMM destina-se exclusivamente à operação no âmbito da Proteção Civil e Combate a Incêndios. Outro tipo de operação carece de autorização prévia da ANAC. As instalações e serviços prestados estão disponíveis a todo o tráfego aéreo autorizado para as operações referidas atrás e no horário das 9h da manhã ao pôr do sol.

Para a elaboração do plano de emergência do Heliporto, a aeronave crítica de asa rotativa considerada foi o Helicóptero Bombardeiro Médio (HEBM) Bell 205 ou 212 com um comprimento de 17,10m, integrante na categoria H2 (15,01-24,00 m comprimento considerando rotor principal e de cauda).

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

No Heliporto Municipal de Mafra está sediado, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Centro de Meios Aéreos (CMA) do Distrito de Lisboa.



Figura 8 – Vista aérea do Heliporto Municipal

52

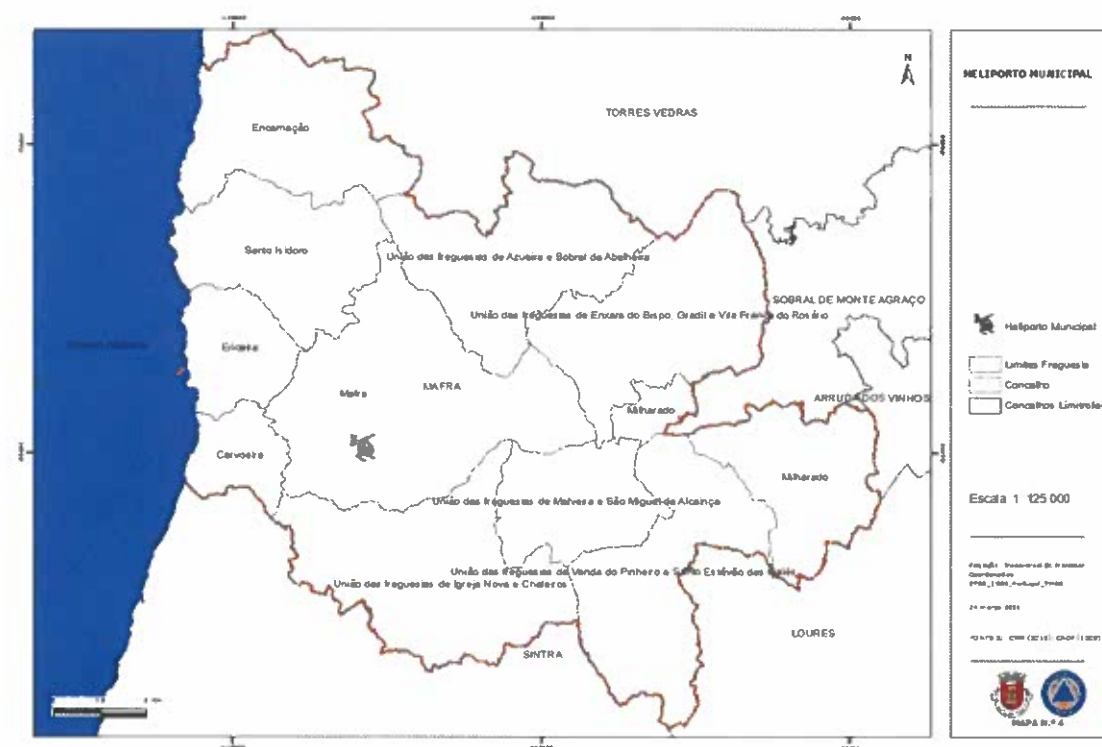


Figura 9 – Heliporto Municipal de Mafra

3.1.4 – Infraestruturas de Telecomunicações

As redes de telecomunicações assumem, cada vez mais, um papel preponderante na comunicação e consequente passagem de informação entre agentes de Proteção Civil e entidades com intervenção numa situação de emergência. O crescimento e a complexidade das redes de telecomunicações são evidentes e inegáveis.

A comunicação móvel possui uma rede de antenas (NOS, Vodafone e MEO/Altice) que se encontra distribuída de forma relativamente equitativa pela superfície do concelho (Figura 10).

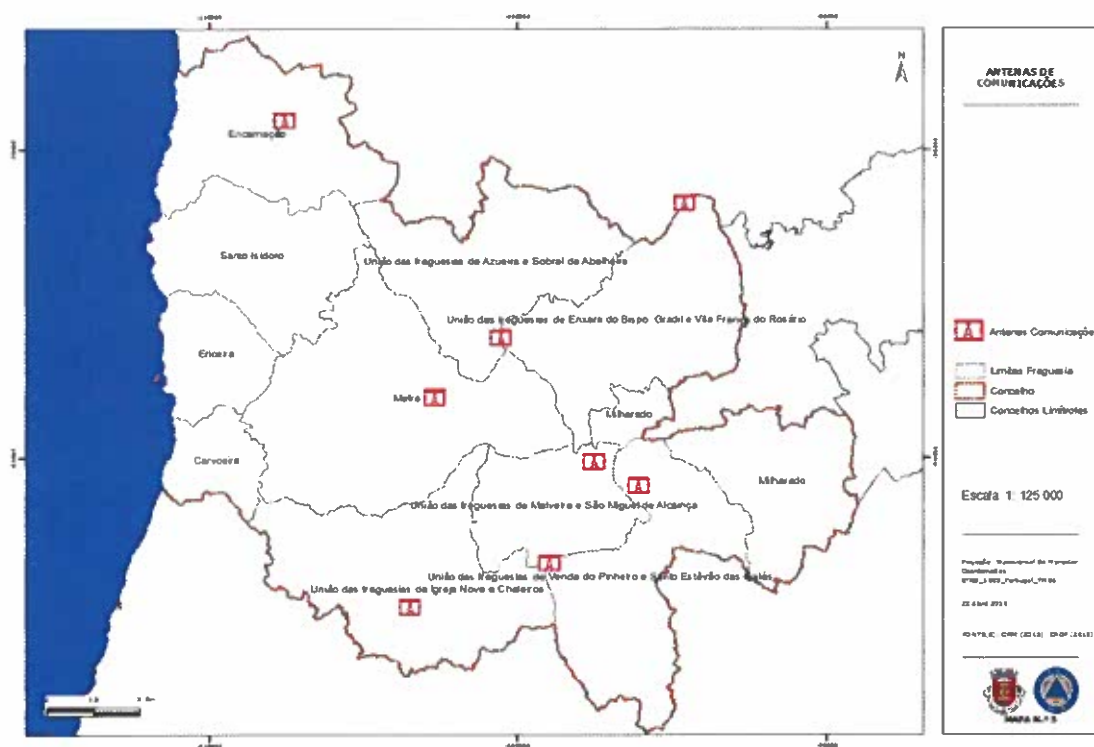


Figura 10 - Localização das Antenas de Telecomunicações

A rede fixa de comunicações, está a cargo da PT Comunicações e tem uma cobertura da totalidade do concelho.

O Concelho de Mafra conta ainda com uma estação radiofónica – RC Mafra –, com sede na Vila de Mafra.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

3.1.5 – Infraestruturas de Abastecimento de Água

Os Serviços Municipalizados de Água e saneamento do Município de Mafra (SMAS) são um organismo público de interesse local que visa garantir o serviço público de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais no Concelho de Mafra.

As atribuições dos SMAS contemplam:

- a captação, a adução, o tratamento e a distribuição de água potável ao domicílio;
- a receção, drenagem, e o tratamento de águas residuais;
- a construção, ampliação, conservação, remodelação e gestão dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e águas residuais, estações de tratamento de água e de águas residuais;
- a construção, ampliação, conservação, remodelação e gestão dos sistemas públicos de águas pluviais.

Na Figura 11 encontram-se representadas as infraestruturas de abastecimento de água existentes no concelho de Mafra.

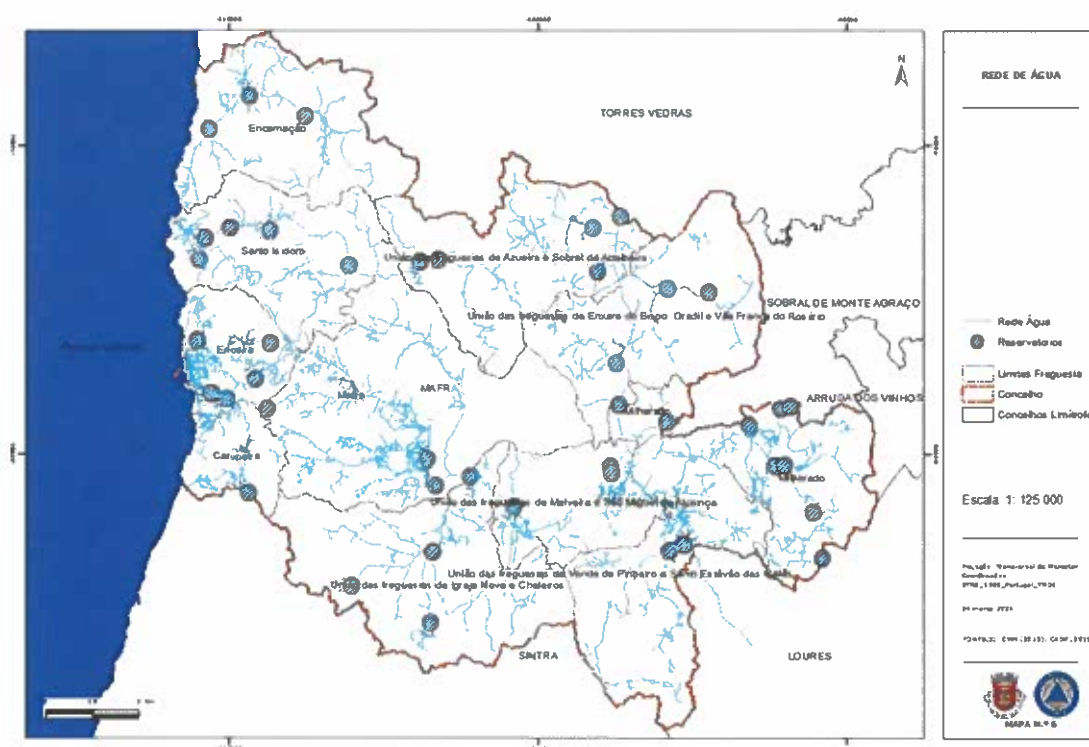


Figura 11 - Infraestruturas de abastecimento de água

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

3.1.6 – Infraestruturas de Abastecimento de Energia Elétrica

O concelho de Mafra possui uma rede de distribuição composta por linhas aéreas e cabos subterrâneos de Alta Tensão, de Média Tensão e de Baixa Tensão, e ainda por subestações, postos de transformação e os demais equipamentos acessórios necessários à sua exploração (tabela 2). Existem também no Município diversos aerogeradores (Figura 12).

Rede de Distribuição	Descrição
Linhas de muito alta tensão	Tensão elétrica de um circuito cujo valor entre fases é igual ou superior à alta tensão de uma determinada rede, o que na rede elétrica portuguesa corresponde a valores superiores a 110 kV
Linhas de alta tensão	Tensão elétrica de um circuito cujo valor entre fases é igual ou superior a uma tensão pré-estabelecida, tipicamente acima dos 1 kV, determinada para a rede de um dado país, o que na rede portuguesa corresponde a valores entre 45 kV e 110 kV
Linhas de média tensão	Tensão elétrica de um circuito cujo valor entre fases é superior à baixa tensão de uma determinada rede, o que no caso da rede elétrica portuguesa corresponde a valores entre 1 kV e 45 kV
Linhas de baixa tensão	Levam a energia elétrica desde os postos de transformação, ao longo das ruas e caminhos até aos locais onde é consumida em baixa tensão (a tensão entre fases cujo valor eficaz é igual ou inferior a 1 kV). Podem ser de 2 tipos: aéreas ou subterrâneas.
Subestações	Destinam-se a elevar a tensão da eletricidade produzida nas centrais para ser transportada em alta tensão para as zonas de consumo, ou, uma vez perto das zonas de consumo, baixar o nível de tensão para poder ser distribuída em média tensão.
Postos de Transformação	Têm a função de reduzir a média tensão para a baixa tensão utilizável pelo consumidor final doméstico, comercial ou pequeno industrial.

Tabela 2 - tipologia das redes de distribuição de energia elétrica

Em termos de distribuição espacial esta rede (Figura 12) apresenta uma configuração espalhada por todo o território municipal.

Também os parques eólicos existem em diversos pontos do concelho.

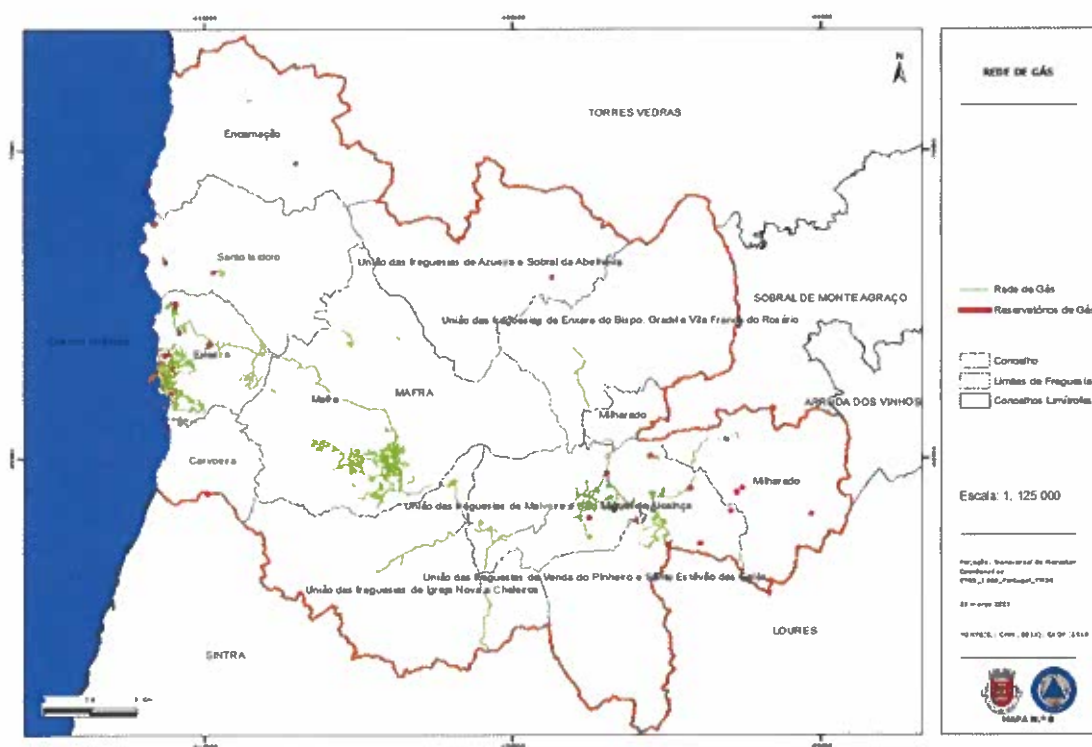


Figura 13 – Rede e reservatórios de gás

3.1.8 – Infraestruturas de Abastecimento de Combustíveis

De acordo com a legislação em vigor, define-se posto de abastecimento como a “*instalação destinada ao abastecimento, para consumo próprio, público ou cooperativo, de gasolinas, gasóleo e GPL para veículos rodoviários, correspondendo-lhe a área do local onde se inserem as unidades de abastecimento, os respetivos reservatórios e as zonas de segurança e de proteção, bem como os edifícios integrados e as vias necessárias à circulação dos veículos rodoviários a abastecer*”.

Se por um lado os postos de combustíveis são fundamentais para o quotidiano das populações, também é verdade que são locais de elevado risco devido às características inflamáveis dos combustíveis.

Na tabela 3 encontram-se identificados os postos de abastecimento de combustíveis localizados no Concelho de Mafra.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

NOME	MORADA	LOCALIDADE	FREGUESIA	TELEFONE
Adega Cooperativa da Azueira	Estrada Nacional 8, km 33,5.	Carrascal	Azueira	261330900
Auto Júlio Igreja Nova	Estrada Nacional 9	Igreja Nova	Igreja Nova	219670022
Auto Júlio Póvoa da Galega	Avenida de Portugal	Póvoa da Galega	Milharado	219855544
BP - Sobreiro	EN116 rotunda do Sobreiro,	Sobreiro	Mafra	261243396
BP, Sericauto-Com. de Com. e Prest. Serviços Lda	EN247, Mil Regos	Ericeira	Ericeira	261860130
BP-A21	A21 - Sentido Mafra - Malveira	Abrunheira	Malveira	219663642
BP-A21	A21 - Sentido Malveira- Mafra	Abrunheira	Malveira	219663642
CEPSA, Salgados	Estrada Nacional 116, Quinta da Mouguetta	Salgados	Mafra	261815125
Depósito CM. Mafra	Parque e Oficinas - Abrunheira	Abrunheira	Malveira	219669400
Energil- Alto da Mina	Rua Dr. Raul Andrade - Alto da Mina, Encarnação	Encarnação	Encarnação	
Galp N8, Carrascal	Estrada Nacional 8, km 33,5.	Carrascal	Azueira	
Galp, Automafra	Avenida 25 de Abril	Mafra	Mafra	261816000
Galp, Guilhena Auto Abastecedora de Comb. e Lub.	Estrada Regional 247, km 38,5	Barril	Encarnação	218555206
Galp, João Pedro Santos Fiuza Lda.	Avenida 9 de Julho	Venda do Pinheiro	Venda do Pinheiro	219861827
Galp, Joaquim Francisco	Rua Eduardo Burnay	Ericeira	Ericeira	261862117
Galp, José Vasco O. D. Simões	Rua Principal, n.º 46, Largo da Quinta do Campo	Livramento	Azueira	261961134
GIATUL	Parque e Oficinas - Abrunheira	Abrunheira	Malveira	
Intermarché - Ericeira	EN116 Km1, Edifício Intermarché	Ericeira	Ericeira	261249830
Intermarché - Malveira	Rua da Lagoa n.º 27	Malveira	Malveira	219663980
Intermarché - Mafra	Rua Almirante do Gago Coutinho	Mafra	Mafra	219666980
Repsol Malveira	Estrada Nacional 8, Rua da Lagoa	Malveira	Malveira	219661755
Repsol -Pobral	Estrada Nacional 247- Av. 10 de Agosto n.º 145	Pobral	Carvoeira	910248291
Repsol, Alfredo Justino Marques	Estrada Nacional 8, Trouxas Da Malveira	Malveira	Malveira	

Tabela 3 - Postos de combustíveis

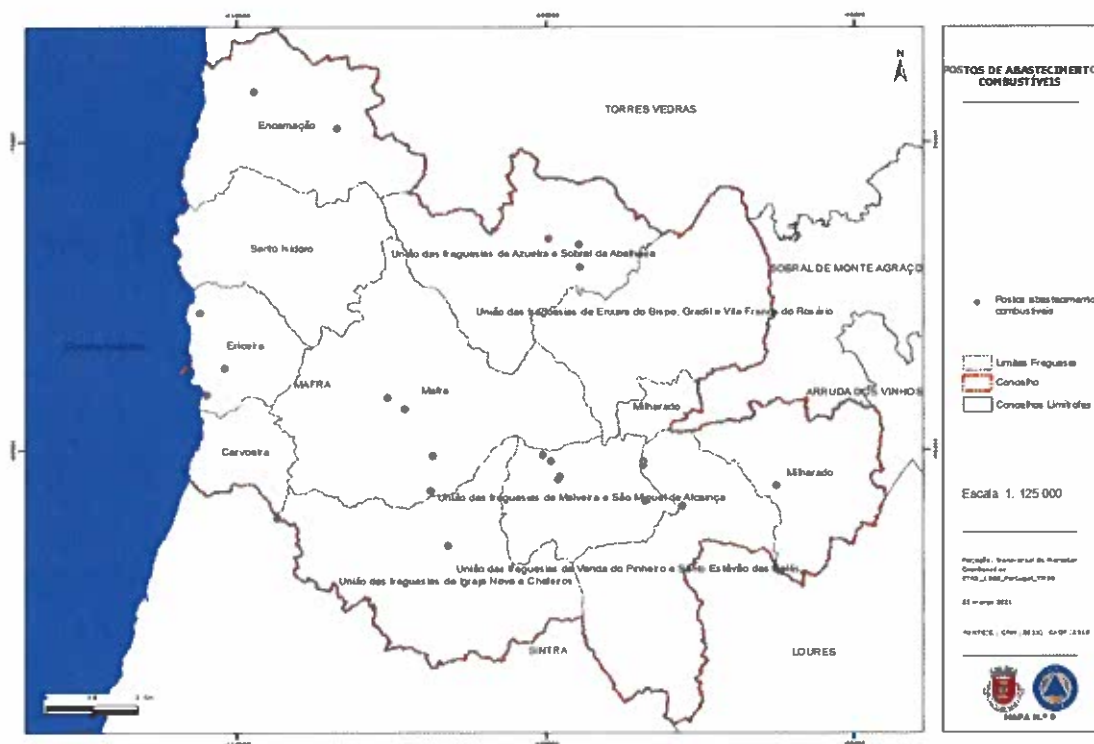


Figura 14 – Postos de abastecimento de combustíveis

3.1.9 – Infraestruturas de Agentes Locais de Proteção e Socorro

No que concerne a infraestruturas estratégicas para a execução das operações de proteção e socorro, destacam-se o Centro Municipal de Proteção Civil (Mafra), os 3 Corpos de Bombeiros (Ericeira, Malveira e Mafra), o Destacamento/Posto Territorial (Mafra) e os 4 Postos Territoriais da GNR (Mafra, Malveira, Ericeira e Livramento), a Polícia Marítima e o Instituto de Socorros a Náufragos (Ericeira) e a ASFE (Encarnação).

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

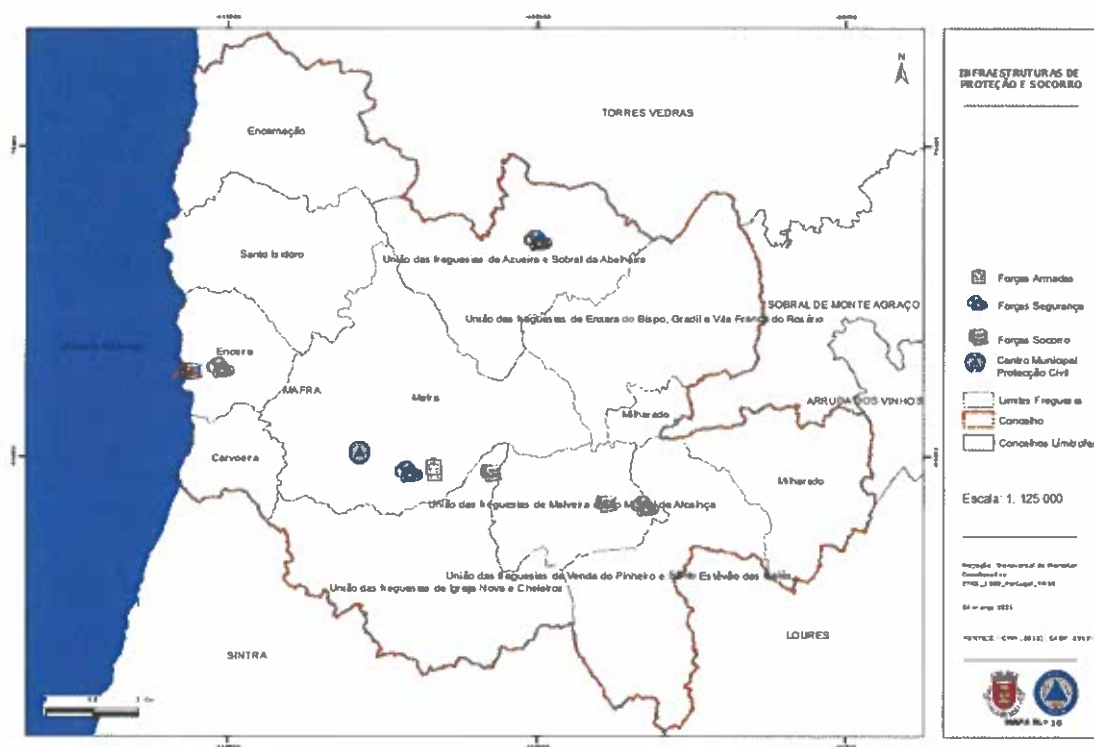


Figura 15 – Infraestruturas de proteção e socorro

3.1.10 – Infraestruturas Industriais

A atividade industrial no concelho de Mafra está dispersa por todo o concelho, pese embora se verifique uma maior expressão na União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés (com um núcleo industrial), União de Freguesias da Malveira e São Miguel de Alcainça, Freguesia de Mafra e União de Freguesias Igreja Nova e Cheleiros e Freguesia da Encarnação. A indústria está presente nos seus ramos alimentares, têxtil, produtos químicos, mobiliário metálico, carpintaria, cerâmica, entre outros.

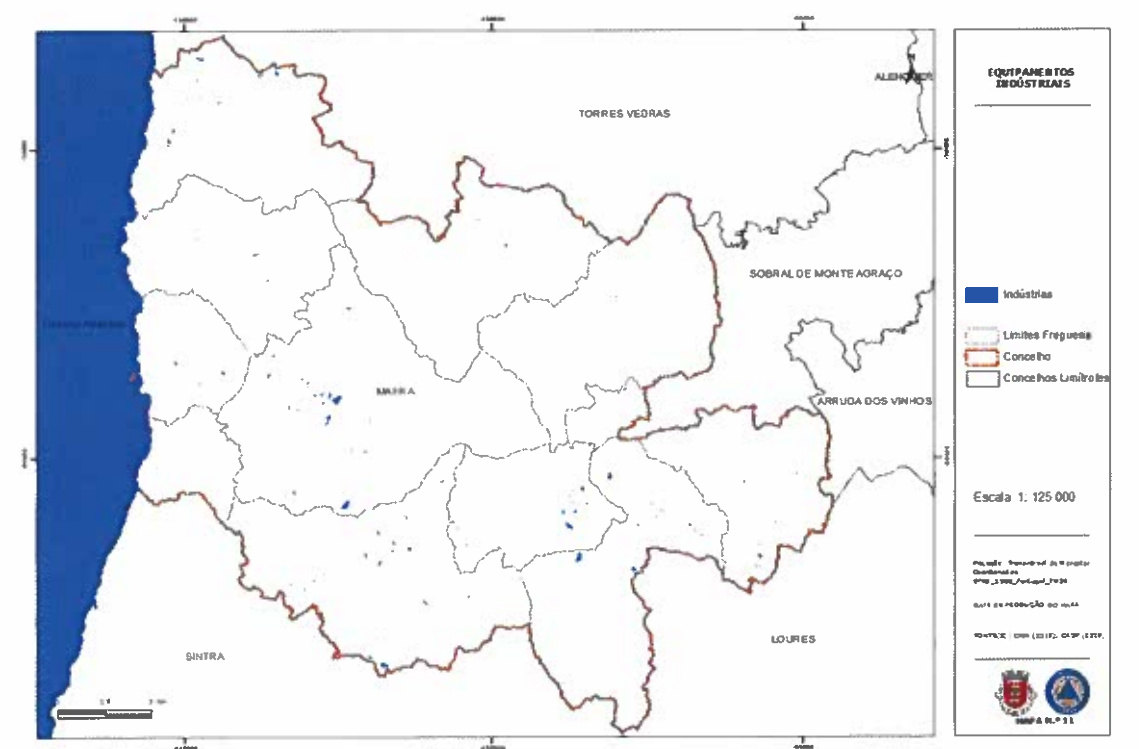


Figura 16 – Infraestruturas industriais

3.1.11 – Infraestruturas de Educação

O Concelho de Mafra possui uma rede pública e privada de estabelecimentos de ensino.

A rede pública, possui 4 Agrupamentos de Escola – Agrupamento de Escolas de Mafra, Agrupamento de Escolas António Bento Franco (Ericeira), Agrupamento de Escolas Professor Armando de Lucena (Malveira) e Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro, com um total de 37 estabelecimentos de ensino.

A rede privada tem também expressão, em particular nas freguesias de Mafra e Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés.

Agrupamento	Freguesia/ União Freguesia	Estabelecimento de Educação e Ensino
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROF.	AZUEIRA E SOBRAL ABELHEIRA	EB/JI Artur Patrocínio
		Jl Gradil

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

ARMANDO DE LUCENA - MALVEIRA	ENXARA DO BISPO GRADIL E VILA FRANCA DO ROSÁRIO	EB São Silvestre do Gradil
		EB/JI S. Miguel - Enxara do Bispo
	MALVEIRA	EB/JI Malveira
		EBS Prof. Armando de Lucena
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA ERICEIRA	CARVOEIRA	EB/JI da freguesia da Carvoeira
	ENCARNAÇÃO	JI Azenhas Tanoeiros
		JI Barril
		JI Encarnação
		EB da freguesia da Encarnação
	ERICEIRA	EB/JI Ericeira
		EBS António Bento Franco
	SANTO ISIDORO	JI Ribamar
		JI St.º Isidoro
		EB/JI freguesia de Santo Isidoro
		Colégio Miramar - Lagoa
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAFRA	IGREJA NOVA E CHELEIROS	EB/JI das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros
	MAFRA	JI Barreiralva
		JI Mafra
		JI Quintal
		EB/JI Dr. Sanches de Brito - Mafra
		EB Hélia Correia - Mafra
		EB Mafra
		Escola Técnica e Profissional de Mafra
		Escola Secundária José Saramago
	MALVEIRA E SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA	EB/JI São Miguel de Alcaíça
	AZUEIRA E SOBRAL DA ABELHEIRA	EB/JI Sobral Abelheira
	MILHARADO	EB/JI Milharado

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA VENDA DO PINHEIRO		JI São Miguel do Milharado
		EB/JI Prof. João Dias Agudo
	VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTEVÃO DAS GALÉS	EB/JI Santo Estevão das Galés
		JI Beatriz Costa - Charneca
		JI Venda do Pinheiro
		EB n.º 1 Venda do Pinheiro
		EB Venda do Pinheiro
		Colégio Santo André - Venda do Pinheiro
PRIVADOS	MAFRA	ETPM
		A Escolinha dos Pequenitos
		Arte & Manhã
		Os Morangos
		Verde Água
	ERICEIRA	Estrela do Mar
	SANTO ISIDORO	ETPM (Polo Colégio Miramar)
	MALVEIRA E SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA	Nô-Nô
		Os Caramelos
	VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTEVÃO DAS GALÉS	ETPM (Polo Colégio Santo André)
		Mãe Patinha
		Santa Teresinha de Jesus

Tabela 4 – Rede escolar

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

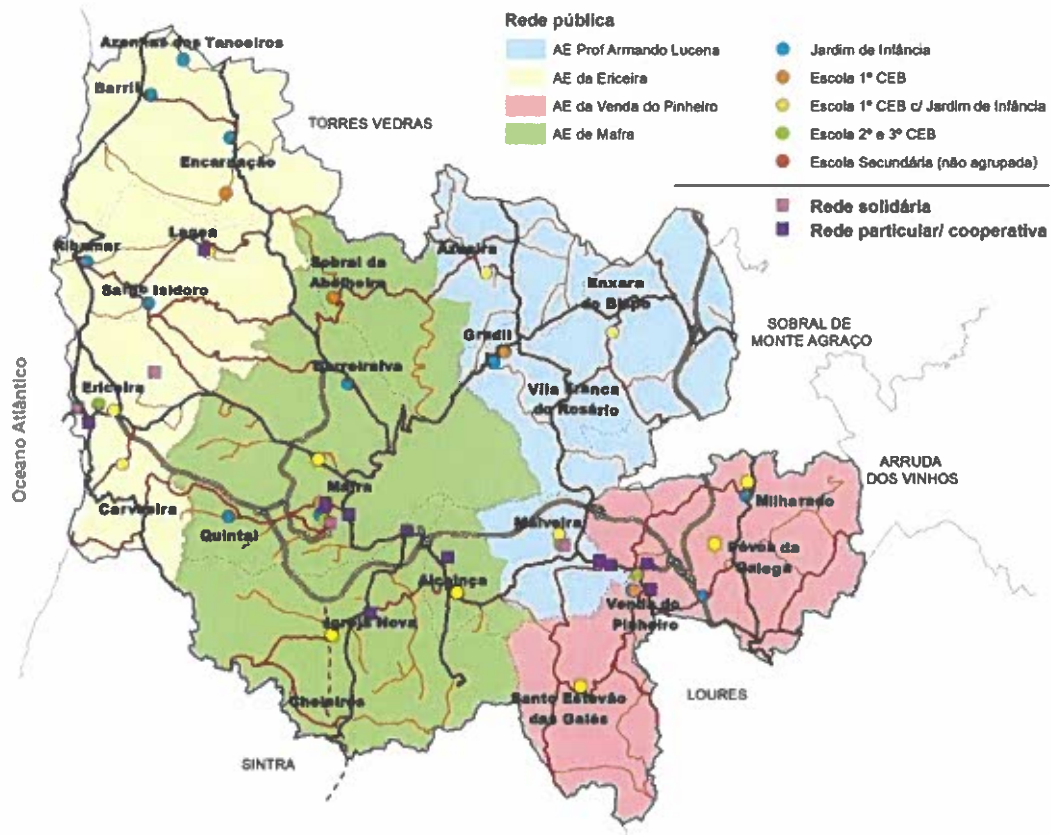


Figura 17 – Infraestruturas de educação

3.1.12 – Infraestruturas de Saúde

A rede de saúde do Concelho de Mafra conta com 1 Centro de Saúde, subdividido em duas Unidades – Unidade de Saúde Mafra Norte e Unidade de Saúde Mafra Leste – e 8 extensões.

Nome	Morada	Telefone
Extensão Ericeira	Rua Frei Fernão Rodrigues Monteiro 2655-242 Ericeira	(+351) 261 860 650 (+351) 261 860 651
Extensão Encarnação	Rua do Novo Mercado 2640-232 Encarnação	(+351) 261 855 473
Extensão Enxara do Bispo	Rua Nova, n.º 12 2665-053 Enxara do Bispo	(+351) 261 786 893
Extensão Gradil	Rua Forças Armadas, n.º 18 2665-118 Gradil	(+351) 261 961 301
Extensão Igreja Nova	Rua da Junta de Freguesia, n.º 4 2640-335 Igreja Nova	(+351) 219 670 348

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Extensão Santo Isidoro	Rua Emilia Pisani 2640-058 Santo Isidoro	(+351) 261 862 785
Extensão Sobral da Abelheira	Largo da Arieira 2640-621 Sobral da Abelheira	(+351) 261 961 236
Extensão Vila Franca do Rosário	Largo Adriano Silva Figueiredo 2665-419 Vila Franca Rosário	(+351) 261 787 515
Unidade de Saúde Familiar Andreas - Polo Azueira	Rua das Figueiras, n.º 4 - Livramento 2665-015 Azueira	(+351) 261 961 368
Unidade de Saúde Mafra Leste (União das Freguesias de Malveira e de S. Miguel de Alcainça, União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés e também da Freguesia do Milharado)	Rua José Pomam, n.º 7 2665 Malveira	(+351) 216 023 877
Unidade de Saúde Sete Moinhos (União das Freguesias de Malveira e de S. Miguel de Alcainça, União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés e também da Freguesia do Milharado)	Rua José Pomam, n.º 7 2665 Malveira	(+351) 216 023 782
Unidade de Saúde Mafra Norte (Freguesia de Mafra e União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros)	Largo Coronel Brito Gorjão 2640-537 Mafra	(+351) 261 818 100

65

Tabela 5 - Unidades de Saúde e Extensões

Existe também uma rede de 16 farmácias, distribuídas por 9 freguesias/uniões de freguesia.

FREGUESIA	NOME	MORADA	TELEFONE
Encarnação	Farmácia Popular	Largo Central da Igreja, nº 7 2640-232 Encarnação	261 855 273
Ericeira	Farmácia Ericeirense	Rua dos Bombeiros Voluntários, Ed. São Vicente, Loja nº 2 2655-246 Ericeira	261 866 530
	Farmácia Caré	Praça da República, nº 14 2655-347 Ericeira	261 862 966
Mafra	Farmácia Costa Maximiano	Estrada Nacional 116, 2640-578 Sobreiro	261 811 198
	Farmácia Medeiros	Rua José Elias Garcia, nº 19/21 2640-495 Mafra	261 815 026
	Farmácia Rolim	Rua Almirante Gago Coutinho, 5-B 2640-487 Mafra	261 815 315
	Farmácia Coral	Rua Prof. Guilherme de Assunção, n.º 6 2640-542 Mafra	261 961 882

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

Milharado	Posto de Medicamentos da Farmácia Medeiros	Rua Padre José Feliciano, nº 3 2665-314 Milharado	219 856 105
Santo Isidoro	Farmácia Oceano	Estrada de Albarral, nº 48 2640-001 Ribamar	261 869 113
União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira	Posto de Medicamentos da Farmácia Oliveira e Silva	Praça da República 2640-640 Sobral da Abelheira	261 962 443
	Farmácia Marques	Rua da Farmácia, nº 8 2665-015 Livramento	261 961 124
União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Farmácia Falcão	Estrada Nacional 8, nº 60A 2665-001 Vila Franca do Rosário	261 786 207
	Farmácia Oliveira e Silva	Rua Direita, nº 33 2665-113 Gradil	261 961 882
União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcaíça	Farmácia Ferreira	Rua Eng.º Rui Nogueira Simões, nº 1 D Loja 5 2665-622 Malveira	219 862 501
	Farmácia Barros	Rua da Lagoa, 27, Loja 2 (Intermaché) 2665-243 Malveira	219 678 006
União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Farmácia Nogueira	Rua Padre Alfredo F Brito, nº 2-A 2665-527 Venda do Pinheiro	219 861 040

Tabela 6 – farmácias

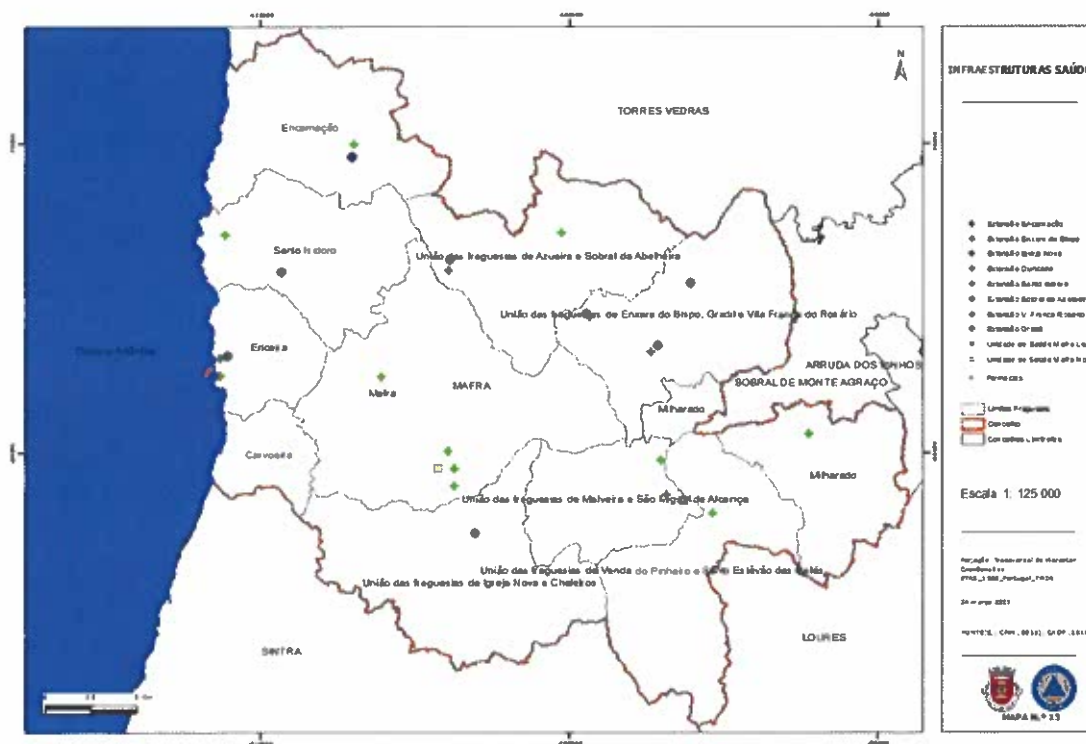


Figura 18 – Infraestruturas de saúde

3.1.13 – Infraestruturas Culturais

O Município de Mafra tem uma vasta rede de equipamentos culturais – Bibliotecas, Museus, Galerias, Auditórios, que se encontram espelhados na tabela 7.

Em caso de ocorrência de sismo, e esteja eventualmente a decorrer uma atividade cultural, estes serão locais sensíveis e vulneráveis devido à presença de público.

FREGUESIA	NOME	MORADA	TELEFONE
Encarnação	Biblioteca Municipal da Encarnação	Travessa das Confrarias 2640-232 Encarnação	261 856 339
Ericeira	Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva	Rua Mendes Leal 2655-305 Ericeira	261 860 550
	Biblioteca Municipal da Ericeira		261 860 553
	Auditório, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva		261 860 550
	Galeria de Exposições		261 860 550

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

	Museu do Arquivo Sta. Casa da Misericórdia	Lg. da Misericórdia 2655-313 Ericeira	261862536
	Galeria Orlando Morais	Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva, Rua Mendes Leal 2655-305 Ericeira	261 860 550
Mafra	Museu Municipal Professor Raúl de Almeida	Praça do Pelourinho 2640-495 Mafra	261 815 121
	Complexo Cultural Quinta da Raposa	Largo Coronel Brito Gorjão nº1 2640-465 Mafra	261 819 711
	Casa de Cultura D. Pedro V	Rua José Elias Garcia 2640-495 Mafra	261 814 416
	Auditório Municipal Beatriz Costa	Av. 25 de Abril 2640-456 Mafra	261 819 711
	Biblioteca Municipal de Mafra	Rua José Elias Garcia 2640-495 Mafra	261 815 422
	Museu de Escultura Comparada	Palácio Nacional de Mafra, Terreiro D. João V 2640-492 Mafra	261 817 550
	Aldeia-Museu de José Franco	Estrada Nacional 116, Sobreiro nº36 2640-578 Sobreiro	261 815 420
	Museu da Escola Prática da Infancia	Alameda da Escola Prática de Infancia 2640-492 Mafra	261 812 105
	Museu do C.M.E.F.D.	Largo General Conde de São Januário 2640-530 Mafra	261 812 005
	Auditório, Casa de Cultura de D. Pedro V	Rua José Elias Garcia 2640-495 Mafra	261814416
	Gabinete de Animação Cultural	Complexo Cultural Quinta da Raposa Lg. Coronel Brito Gorjão 2640-465 Mafra	261 819 711
	Gabinete de Antropologia		
	Gabinete do Património Histórico e Arquitetónico		
	Galeria de Exposições	Rua José Elias Garcia 2640-495 Mafra	261 814 416
	Sala de Exposições	Complexo Cultural Quinta da Raposa, Lg. Coronel Brito Gorjão 2640-465 Mafra	261 812 595
	Atelier de Artes Plásticas		
	Biblioteca do Desporto	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro 2640-486 Mafra	261 819 190
	Arquivo Histórico Municipal, Centro Doc.e Inf.	Rua José Elias Garcia 2640-495 Mafra	261 814 416

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

	Oficina - Museu de Artes Soares Branco	Complexo Cultural Quinta da Raposa, Lg. Coronel Brito Gorjão 2640-465 Mafra	261 819 711
	Gabinete de Arqueologia		
	Palácio Nacional de Mafra	Terreiro D. João V 2640-492 Mafra	261 817 550
	Centro Interpretativo de Mafra	Posto de Turismo Av. das Forças Armadas, 28 2640-492 Mafra	261 819 711
	Arquivo Municipal de Mafra	Rua Américo Veríssimo Valadas, n.º 16 2640-405 Mafra	261 818 264
	Centro de Estudos de História Local		
	Núcleo Documental de Partituras	Av. 25 de Abril 2640-456 Mafra	261 819 711
Milharado	Biblioteca Municipal da Póvoa da Galega	Avenida de Portugal nº 58 2665-357 Póvoa Galega	219 856 291
União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Biblioteca Municipal de Vila Franca do Rosário	Largo Adriano da Silva Figueiredo, 4 2665-419 VFR	261 780 150
	Centro Interpretativo da Serra do Socorro	Serra do Socorro, 2565-779 Enxara do Bispo	261 819 711
União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	Biblioteca de Cheleiros	Largo da Junta, n.º 2 2640-170 Cheleiros	219 672 185
União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça	Casa de Cultura da Malveira	Largo da Igreja nº11 2665-226 Malveira	219 667 500
	Biblioteca Municipal da Malveira	Largo da Igreja, nº11 2665-226 Malveira	219 667 502
	Museu Popular Beatriz Costa		219 667 500
	Galeria de Exposições		219 667 500
	Auditório, Casa de Cultura da Malveira		261 819 711
União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Biblioteca Municipal da Venda do Pinheiro	Largo de Sto. António nº6 2665-584 Venda Pinheiro	219 668 991

Tabela 7 - Equipamentos culturais

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

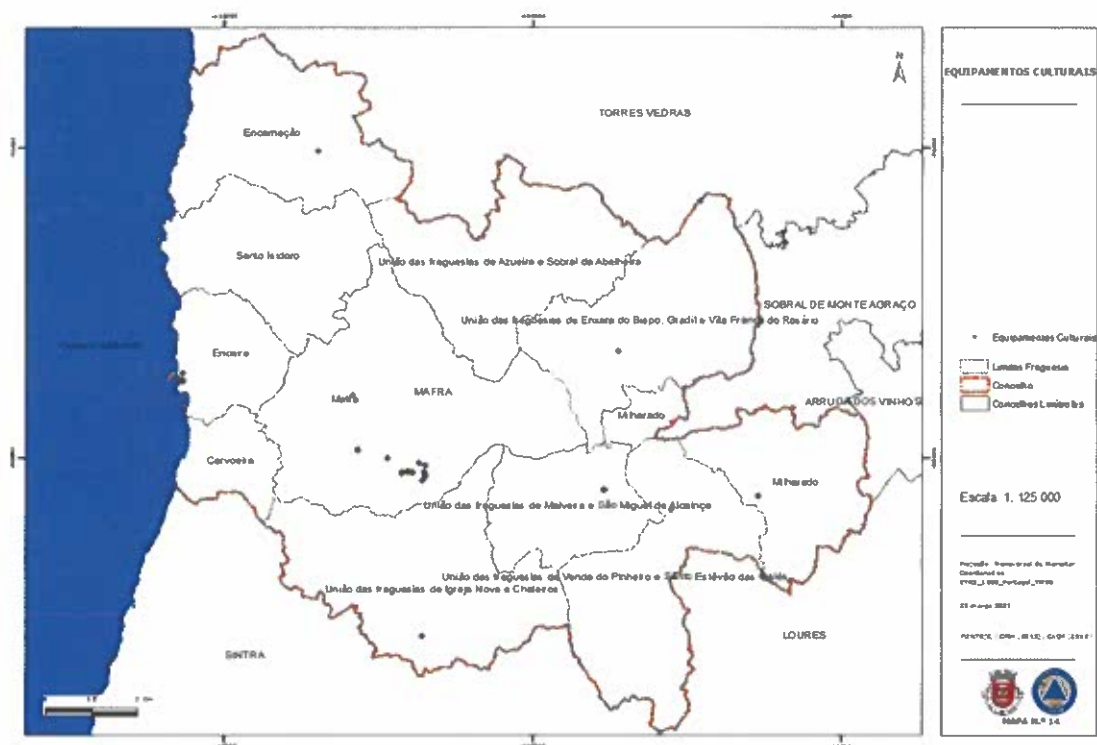


Figura 19 – Infraestruturas culturais

3.1.14 – Infraestruturas Desportivas

No concelho de Mafra localizam-se de 88 equipamentos desportivos, sendo eles pavilhões polidesportivos, piscinas, campos de futebol entre outros (por exemplo: grupos recreativos com pática desportiva). Na tabela 8 encontramos esses equipamentos por freguesia.

FREGUESIA	NOME	MORADA	TELEFONE
Carvoeira	Centro Associativo da Carvoeira	Estrada Adega da Cruz 2655-030 Carvoeira	261 865 456
	Centro Cultural e Recreativo de Barril e Valbom	Largo do Rossio, n.º 13 2665-010 Baleia	
	Grupo Desportivo e Associativo de Fonte Boa Brincosa e Lapa Serra	Largo da Sede, n.º 1 2665 Fonte Boa da Brincosa	
Encarnação	Piscinas Municipais da Encarnação	Rua de São Domingos, n.º 1 2640-232 Encarnação	261 850 090
	Pavilhão Desportivo Municipal da Encarnação	Rua Miramar 2640-230 Encarnação	261 856 744

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

	Associação Cultural e Recreativa dos Casais de São Lourenço	Rua do Moinho, n.º8 2640-206 Casais de São Lourenço	261 866 211
	Clube de Caça e Pesca Amigos da Encarnação	Largo Francisco Pereira Galatinho, n.º 11 2640-232 Encarnação	261 855 540
	Sporting Clube Encarnesense	Largo Francisco Pereira Galatinho, n.º 11 2640-232 Encarnação	261 856 868
Ericeira	Piscinas Municipais da Ericeira	Rua Alto da Camacha 2655-006 Ericeira	261 860 140
	Pavilhão Desportivo Municipal da Ericeira	Rua União Ericeirense 2655-366 Ericeira	
	Parque de Santa Marta	Largo de Santa Marta 2655-357 Ericeira	26 1862 340
	Clube Naval da Ericeira	Praia dos Pescadores, Porto de Pesca 2655 Ericeira	261 866 111
	Ericeira Surf Clube	Instalações Municipais, Praia do Algodio 2655-319 Ericeira	960 008 030
	Grupo Desportivo União Ericeirense	Estrada de Mafra 2655-302 Ericeira	261 865 650
	Sociedade de Columbofilia da Ericeira	Rua Ribeira da Baleia, n.º 2 2655-350 Ericeira	261 864 511
	União Cultura e Desporto do Seixal, Casa Nova e Romeirão	Estrada Nacional 116, Seixal 2655-420 Seixal	261 862 257
Mafra	Parque Desportivo Municipal Engº Ministro dos Santos	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro 2640-486 Mafra	261 819 190 261 819 200 261 815 120
	Amigos do Atletismo de Mafra	Rua dos Bombeiros Voluntários de Mafra, lote B 2640-462 Mafra	261 811 482
	Associação Desportiva e Recreativa da Achada	Rua das Queimadas 2640-401 Achada	261 812 914
	Casa do Povo de Mafra	Rua de Olivença, n.º 28 2655-516 Mafra	261 815 563
	Centro Recreativo e Sócio-Cultural de Casais de Monte Bom	Estrada Principal, n.º 18 2640-571 Campos	261 814 280
	Clube Desportivo de Mafra	Rua José de Almeida, n.º 5 2640-494 Mafra	261 814 742
	Clube Desportivo Sobreirense	Rua 1º de Maio 2640-578 Sobreiro	261 815 117
	Federação Portuguesa de Orientação	Rua José Valentim Mangens, lote 3 – r/c A ou Apartado 2 2641-909 Mafra	261 819 171 919 919 801
	Grupo Cultural e Recreativo Barreiralvense	Rua da Coletividade 2640-416 Barreiralva	261 811 200 967 033 120
	Grupo Recreativo Gonçalvesinhense	Quintal 2640-564 Quintal	
	Liga dos Amigos do Sobreiro	Rua 1º de Maio 2640-578 Sobreiro	962 417 077
	Mafra Recreio Clube	Travessa do Mouco, 1º Andar 2640-508 Mafra	261 814 519

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

	Moto Clube de Mafra-Ratazanas do Asfalto	Rua dos Lavadouros, n.º 23 2640-578 Sobreiro	261 812 280
	Sociedade Cultural, Recreativa e Desportiva Murgeirense	Rua Pedro da Mota 2640-563 Murgeira	261 814 540
	Associação Concelhia de Karaté Shotokai	Rua Moinho do Cuco, n.º 14 2640-566 Mafra	261 811 585
	Clube Desportivo de Mafra	Rua Serpa Pinto 2640-007 Mafra	261 814 742
	Grupo Cultural e Recreativo Barreiralvense	Avenida Senhora da Lapa 2640-416 Barreiralva	261 811 200 967 033 120
Milharado	Associação Cultural e Desportiva do Milharado	Rua Padre José Feliciano, n.º 15 2665-314 Milharado	219 751 362
	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Calvos	Rua da Sede, n.º 1 2665-304 Calvos	
	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vila de Canas	Rua da Escola, n.º 12 2655-383 Vila de Canas	219 751 058
	Associação de Melhoramentos Cultura e Desporto da Tituaria	Largo Nossa Senhora da Paz 2665-378 Tituaria	219 750 918
	Clube de Futebol de Jeromelo	Avenida 4 de Fevereiro 2665-312 Jeromelo	
	Clube Desportivo Povoense	Rua das Lajes 2665-352 Póvoa da Galega	219 856 729
	Grupo Desportivo de Brejos de Roussada	Largo da Sede 2655-301 Brejos de Roussada	
	Sociedade Recreativa da Cachoeira	Rua da Fonte 2665-303 Cachoeira	
	Sociedade Recreativa, Cultural e Desportiva de Casais da Serra	Rua da Escola 2665-305 Casais de Serra	
	Associação Cultural e Desportiva do Milharado	Rua Casal Catarino 2665-314 Milharado	219 751 362
Santo Isidoro	Acampamento Palavra da Vida	Apartado 27 2640-909 Lagoa	261 855 114
	Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Monte Bom	Rua do Outeiro 2640-066 Monte Bom	261 856 166
	Centro Sócio-Cultural Moradores de Ribamar	Estrada Nacional, 247 Km 42,5 2640-022 Ribamar	261 869 215
	Grupo Cultural e Desportivo da Lagoa	Rua da Colectividade, n.º 13 2640-064 Lagoa	261 855 801
	Sociedade Recreativa, Cultural e Desportiva do Rancho Folclórico de Monte Godel	Rua dos Reis 2640-067 Monte Godel	261 856 113
	Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Monte Bom	Rua Casal do Outeiro 2640-066 Monte Bom	261 856 166
União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira	Piscinas Municipais da Azueira	Rua do Moinho 2665-005 Azueira	261 960 040
	Associação Cultural e Desportiva das Barras	Rua do Chafariz, n.º 6 2665-006 Barras	261 963 146
	Sporting Clube Livramento	Rua Principal 2665-015 Livramento	261 962 140
	Grupo Recreativo Sobralense	Rua Principal, n.º 70 2640-639 Sobral da Abelheira	261 961 941
União das freguesias de	Associação Cultural e Desportiva da Enxara do Bispo	Rua da Junta Freguesia, n.º 2 2655-053 Enxara do Bispo	261786380

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Centro Social Cultural e Desportivo da Enxara dos Cavaleiros	Rua Miguel Lourenço, n.º 2 2665-054 Enxara dos Cavaleiros	
	Clube Desportivo e Recreativo da Bispeira	Largo José Manuel Manique e Albuquerque 2665-053 Venda das Pulgas	
	Rancho Folclórico "Os Hortelões" da Ervideira	Rua Principal, n.º 4 2655-055 Ervideira	261 787 494
	Desportivo União Gradilense	Rua das Forças Armadas, n.º 20 2665-118 Gradil	
	Clube Desportivo, Recreativo e Cultural de Vila Franca do Rosário	Rua do Castanheiro, n.º 15 2665-419 Vila Franca do Rosário	261 787 045
União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	Associação Cultural e Recreativa do Carvalhal	Largo da Sociedade, n.º 2 2640-111 Carvalhal	964 002 052
	Sociedade Recreativa e Desportiva Cheleirense	Rua da Sociedade, n.º 3 2640-170 Cheleiros	962 572 732
	Grupo Desportivo da Carapinheira	Rua do Clube 2640-306 Carapinheira	219 674 037
	Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural da Igreja Nova	Rua da Sociedade 2640-344 Igreja Nova	219 672 338
	Sociedade Desportiva e Recreativa "Os Unidos do Boco"	Rua Estrada Principal, n.º 25 2640-306 Boco	
	Associação Cultural e Recreativa do Carvalhal	Avenida Terra Nova 2640-111 Carvalhal	964 002 052
	Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural da Igreja Nova	Rua do Campo da Bola 2640-119 Igreja Nova	219 672 338
União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça	Pavilhão Desportivo Municipal Eng.º Ministro dos Santos	Rua Dr. José Eduardo Esteves 2665-238 Malveira	
	Atlético Clube da Malveira	Alameda Prof. Dr. Leitão Pinto ou Apartado 94 2665-909 Malveira	219 862 697
	Clube Agility da Malveira	Rua das Saloias, n.º 3 2665-258 Malveira	219 862 873
	Clube Hiper-Activo, Cultura e Lazer	Rua Carlos Purificação de Sousa, n.º 3 – A 2665-219 Malveira	919 008 351
	Liga dos Amigos da Malveira	Rua 1.º Maio, 17 2665-198 Malveira	963 201 177
	Sociedade de Columbofilia da Malveira	Avenida Dr. Franco Canas, 44 r/c 2655 Malveira	219 862 391
	Alcainça Atlético Clube	Rua da Junta de Freguesia, n.º 9 2640-732 São Miguel de Alcainça	219 863 805
	Atlético Clube da Malveira	Alameda Prof. Dr. Leitão Pinto ou Apartado 94 2665-909 Malveira	219 862 697
União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Pavilhão Desportivo Municipal da Venda do Pinheiro	Rua do Mucharro 2665-569 Venda do Pinheiro	
	Piscinas Municipais da Venda do Pinheiro	Rua Casal dos Ninhos 2665-549 Venda do Pinheiro	219 666 023
	Associação Cultural e Desportiva do Bocal	Caminho Municipal 1206 2665-403	219 751 582
	Clube Desportivo e Recreativo de Montemuro	Largo da Sede 2665-410 Montemuro	219 861 338

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Clube Recreativo de Rogel	Rua do Clube Recreativo, n.º 2 2665-412	
AGIDOG – Clube de Treino Canino	Rua das Ervideiras 2665-618 Venda do Pinheiro	918 261 331
Associação de Melhoramentos, Cultura e Desporto da Charneca	Largo da Fonte, n.º 1 2665-506 Charneca	219 855 256
Clube Desportivo da Venda do Pinheiro	Rua 9 de Julho, n.º 78 2665-512	219 666445
Grupo Columbófilo da Venda do Pinheiro	Rua Casal dos Ninhos, n.º 25 2665-505 Venda do Pinheiro	219 661 433
Grupo de Melhoramentos e Desporto da Asseiceira Pequena	Estrada da Asseiceira Pequena 2655-505 Asseiceira Pequena	
Associação de Melhoramentos, Cultura e Desporto da Charneca	Rua Manuel Francisco Branco 2655-606 Charneca	219 855 256
Clube Desportivo da Venda do Pinheiro	Rua do Estádio Municipal 2665 Venda do Pinheiro	219 666 445
Clube Desportivo e Recreativo de Montemuro	Estrada Principal 2665-410 Montemuro	219 861 338
Grupo Desportivo de Brejos de Roussada	Rua da Portela 2655-617 Venda do Pinheiro	

Tabela 8 – Equipamentos desportivos

74

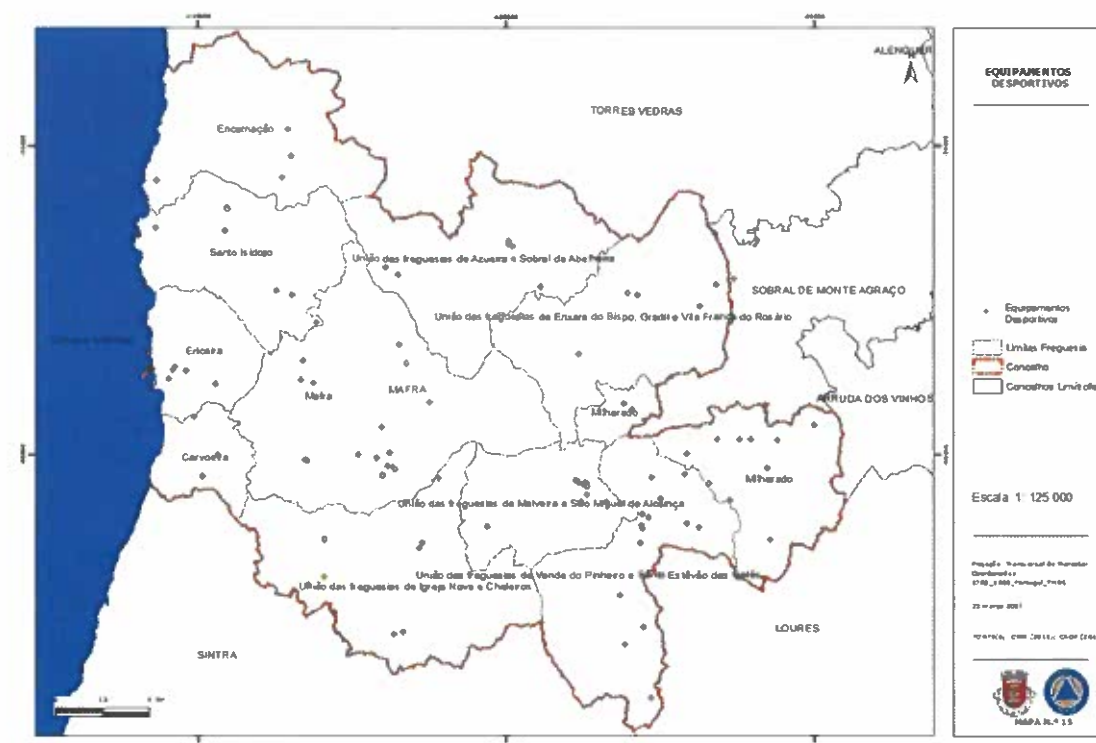


Figura 20 – Infraestruturas desportivas

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Freguesia / União freguesia	Equipamento	Valências	Morada	Contacto
Azueira e Sobral da Abelheira	Centro Social e Paroquial N.ª Sra. do Livramento	ERPI, SAD, Centro Dia	Largo N.ª Sra. do Livramento N.º 1, Livramento 2665-015 Azueira	261 960 010
Carvoeira	Colónia de Férias de S. Julião – Sta. Casa Misericórdia de Lisboa	Centro de Atividades de Tempos Livres	Estrada de S. Julião da Ericeira 2655-138 Carvoeira	261 862 993/ 213 235 000
Encarnação	Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação	Creche, Unidade de Cuidados Continuados Integrados, Atendimento à Família e Comunidade	Rua da Bela Vista, n.º 30 - Encarnação 2640 – 224 Encarnação	261 855 111
	Centro Social e Paroquial de N.ª Sra. da Encarnação	SAD, Centro de Dia	Largo S. Sebastião, s/n – Barril, 2640-202 Encarnação	261856 114
Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Centro Social e Paroquial São Silvestre do Gradil	Lar Crianças e Jovens, Centro de Dia	Rua 1.º Maio, 2665-103 Gradil	261 961 232
	Casa do Povo do Gradil	Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres (deficiência), Centro Convívio Idosos, Atendimento à Família e Comunidade	Rua das Forças armadas, n.º 20, 2665 – 118 Gradil	261 963 536
Ericeira	Centro de Recursos da Ericeira/ Fundação CEBI	Creche, Jardim de Infância, Centro de Dia	Rua dos Castanheiros, n.º 7 - Fonte Boa dos Nabos, 2655-405 Ericeira	261 860 510
	Centro Social da Ericeira	Creche, Jardim de Infância,	Rua Paroquial, n.º 8, 2655-328 Ericeira	261 862 638
	Lar de S. Lourenço - Obras Assistenciais	ERPI	Rua dos Bombeiros Voluntários e	217 906 000 912 168 805

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

	Conferências S. Vicente Paulo		Travessa de S. Pedro, 2655-430 Ericeira	
	Santa Casa da Misericórdia da Ericeira	ERPI, SAD, Centro de Dia	Travesso Prudêncio Franco da Trindade, n.º 2, 2655-344 Ericeira	261 862 536
Igreja Nova e Cheleiros	Centro Social e Paroquial da Freguesia de N.ª Sra. da Conceição da Igreja Nova	Creche, SAD, Centro Convívio Idosos	Rua 1ª de Maio 2640-320	219674642
	Centro Social e Paroquial N.ª Sra. da Assunção de Cheleiros	Centro de Dia	Rua da Residência - 2640-165 Cheleiros	219672558
Mafra	ACJ – Ajuda Cristã à Juventude	Atendimento à Família e Comunidade	Quinta Ómega, Bairro do Pinheiro – 2640 Mafra	261 814 800
	APERCIM – Associação para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Mafra	Creche, Centro de Atividades Ocupacionais (deficiência), Lar Residencial	Rua da Santa Casa da Misericórdia, nº5 - 2640-528 Mafra	261 818 200
	Centro Social e Paroquial de Mafra	ERPI, Centro de Dia	Rua Dr. Carlos Galvão, 2640-578 Sobreiro	261 815 883
	Santa Casa da Misericórdia de Mafra	Creche, Jardim Infância, Lar Crianças e Jovens, ERPI, SAD, Centro de Dia	Rua Dr. Domingos Machado Pereira, 11, 2640 – 475 Mafra	261 816 930
Malveira	Obra Social do Pousal - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Lar Residencial	Casal do Moinho, 2665-220 Malveira	219 862 678 219 669 330
	PASM-Posto de Assistência Social da Malveira	Creche, jardim Infância	Rua Doutor José Esteves, 2665-238 Malveira	219 661 288 219 662 843
	Extensão do PASM em São Miguel de	SAD, Centro Dia	Rua do Pinhal, 2640 – 736 S.M.Alcainça	219 862 245

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

Milharado	Centro Social e Paroquial do Milharado	SAD, Centro de Dia	Igreja Paroquial do Milharado - Lg. de S. Miguel n.º5, 2665- 314 Milharado	219750113
Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro Infância	Creche, SAD, Centro de Dia	Rua Alberto Nobre	219 861 658
			Gusmão Martins	219 661 481
			Caro, Largo do Freixo, 2665-525 Venda do Pinheiro	219 669 500
Santo Isidoro	Centro Social e Paroquial de Santo Isidoro	SAD, Centro de Dia	Largo da Igreja, 2640-092 Santo Isidoro	261 866 978

Tabela 9 – Equipamentos de resposta social – IPSS

Freguesia/União Freguesia	Equipamento	Valências	Morada	Contacto
Azueira E Sobral da Abelheira	Lar Quinta do Carrascal	Lar Residencial	Estrada Nacional n.º 8, Quinta do Carrascal, 2665-009 Azueira	261 962 393
Encarnação	Residência S. Domingos - ASFE	Lar Residencial	Rua da Bela Vista, n.º 30, 2640 – 224 Encarnação	261 850 060
Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Casa de Repouso de S. Silvestre do Gradil	Lar Residencial	Rua Direita, n.º 54, 2665-113 Gradil	261 962 165
Ericeira	Ericeira <i>Domus</i> – SCM Ericeira	Residências assistidas	Travessa Prudêncio Franco da Trindade, 2 2655-344 Ericeira	261 862 536 961 094 540
	Sénior <i>Residence</i> Santa Teresinha	Lar Residencial	Rua Doutor Miguel Bombarda 3, 2655-308 Ericeira	261 860 100
Mafra	Casa de Repouso Arlindo Gomes	Lar Residencial	Rua do Moinho Velho, n.º18 – Achada, 2640-401 Mafra	261 812 659

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Casa de Repouso Novolar e S. José de Maria	Lar Residencial	Avenida 9 Julho, n.º 30, 2665-521 Venda do Pinheiro	219 661 033 219 861 330
	Casa de Repouso Roseiral do Monte	Lar Residencial	Avenida Capitão João Lopes, n.º 8, 2665-552 Venda do Pinheiro	219 666 080
	Casa de Repouso Varandas da Malveira	Lar Residencial	Estrada Avessada, 2665-414 Santo Estêvão das Galés	219 668 000
Milharado	Solar de S. Gião	Lar Residencial	Avenida Principal, n.º 19, Quinta do Vale de São Gião, 2665-382 Milharado	219 758 440

Tabela 10 - Equipamentos de resposta social – Fins lucrativos

79

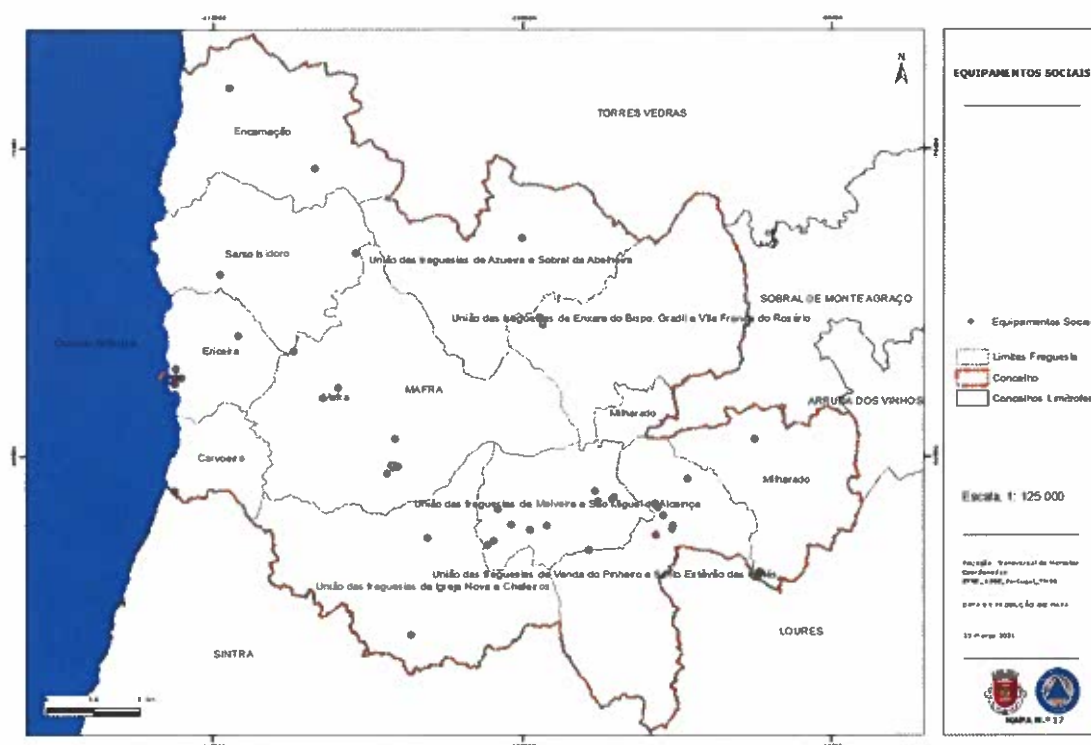


Figura 22 - Equipamentos de resposta social

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

3.2 – Zonas de intervenção

A resposta operacional desenvolve-se na área do concelho de Mafra que pode conter Zonas de Intervenção (ZI). Em função das informações obtidas através das ações de reconhecimento e avaliação técnica e operacional, a delimitação geográfica inicial da ZI poderá ser alterada.

A gestão da ZI é direcionada para a facilitação de liberdade de movimentos às restantes zonas de intervenção operacional através de corredores de acesso e de evacuação, a fim de permitir o fluxo dos agentes de Proteção Civil, receção de reforços, apoio logístico e evacuação sanitária.

Nos termos do SIOPS, a ZI divide-se em:

- Zona de Sinistro (ZS);
- Zona de Apoio (ZA);
- Zona de Concentração e Reserva (ZCR), sob coordenação do COS;
- Zona de Receção de Reforços (ZRR), sob coordenação do COSREPC.

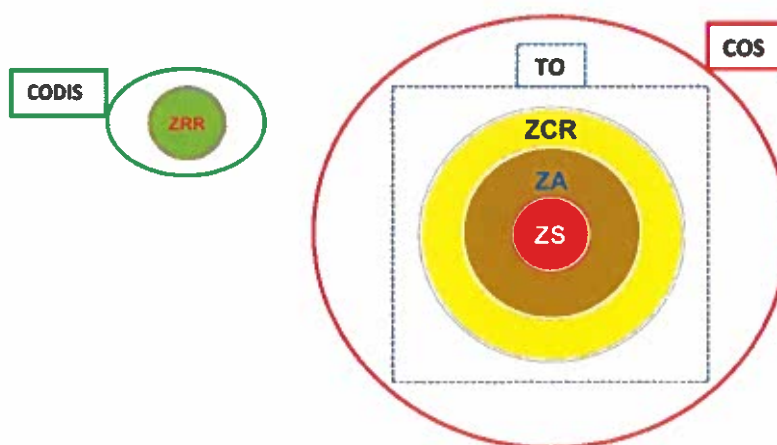


Figura 23 - Diagrama das Zonas de Intervenção

Neste Plano, importa, sobretudo, caracterizar as Zonas de Concentração e Reserva e as Zonas de Receção de Reforços, uma vez que serão a estas que chegarão os reforços essenciais à gestão da emergência.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

3.2.1 Zona de Sinistro (ZS)

De acordo com o SIOPS, a ZS é a superfície na qual se desenvolve a ocorrência, de acesso restrito, onde se encontram os meios necessários à intervenção direta e com missão atribuída, sob responsabilidade do Comandante de Operações de Socorro (COS).

3.2.2 Zona de Apoio (ZA)

A ZA é uma zona adjacente à ZS, de acesso condicionado, onde se concentram os meios de apoio e logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios em operação e onde se estacionam meios de intervenção para resposta imediata.

3.2.3 Zona de Concentração e Reserva (ZCR)

As ZCR são zonas junto ao TO, de configuração e amplitude variáveis e adaptada às circunstâncias e condições do tipo de ocorrência, onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata atribuída e nas quais se mantêm um sistema de apoio logístico e assistência pré-hospitalar às forças de intervenção, sob gestão da Célula de Logística do PCO.

Nas ZCR podem ser consideradas diferentes áreas, de acordo com o tipo e dimensão da ocorrência, nomeadamente:

- **Área de reserva** – local ou locais onde se localizam os meios e recursos sem missão imediata atribuída e que constituem a reserva estratégica sob a gestão da CELOG;
- **Área de reabastecimento** – local ou locais onde se realizam as operações de reabastecimento de combustíveis, água, equipamentos, consumíveis e outros considerados necessários ao suporte da ocorrência;
- **Área de alimentação** – local ou locais onde se procede à alimentação das forças e/ou preparação das refeições para distribuição aos meios em intervenção na ZS;
- **Área de descanso e higiene** – local ou locais onde se asseguram as condições de descanso e higiene aos operacionais;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Área de apoio sanitário – local ou locais onde é instalado o apoio sanitário aos operacionais envolvidos na ocorrência;
- Área de manutenção – local ou locais onde se providencia a manutenção dos equipamentos;
- Área médica – local ou locais para instalação do Posto Médico Avançado (PMA) e/ou outras estruturas de assistência pré-hospitalar no TO.

Os responsáveis pelas áreas da ZCR reportam diretamente ao Oficial de Logística.

Designação	Local	Freguesia	Coordenadas
ZCR 01 - Centro Municipal de Proteção Civil	Quinta das Pevides	Mafra	38°56'37.71"N 9°21'6.42"W
ZCR 02 – Quartel BV Malveira	Malveira	Malveira e S.M. Alcainça	38°55'43.67"N 9°15'38.10"W
ZCR 03 – EB1 Ericeira	Ericeira	Ericeira	38°57'58.50"N 9°24'21.18"W

82

Tabela 11 - Zonas de Concentração e Reserva

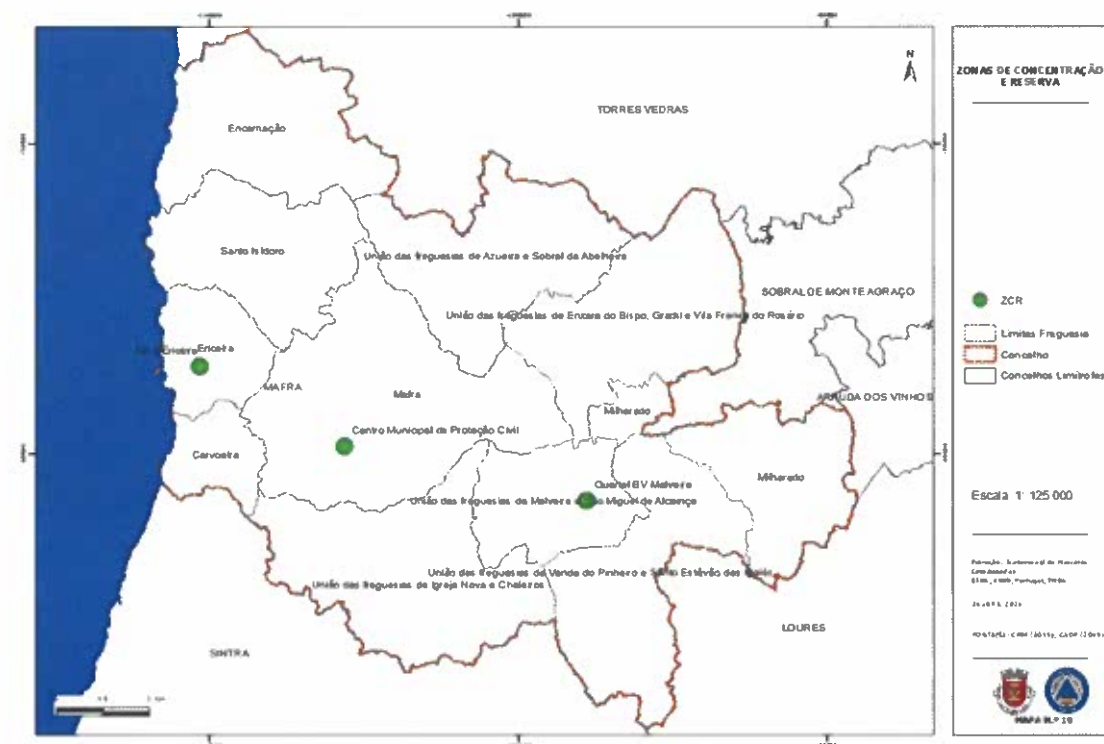


Figura 24 – Zona de concentração e reserva (ZCR)

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

3.2.4 Zona de Receção de Reforços (ZRR)

As ZRR são zonas de controlo e apoio logístico, atribuídas pelo patamar nacional sem determinação de um Teatro de Operações (TO) específico, sob a responsabilidade do COSREPC, para onde se dirigem os meios de reforço e apoio logístico atribuídos pelo patamar nacional.

É nas ZRR que terá lugar a concentração dos recursos solicitados pelo PCSR ao CNOS, despachados para uma ZCR específica, e onde são transmitidas as orientações táticas necessárias.

Pese embora não seja acionável a nível municipal, está estabelecida uma ZRR (zona de controlo e apoio logístico), para onde se dirigem os meios de reforço solicitados ao Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil da Grande Lisboa, despachados para uma ZCR específica no TO.

No que respeita ao PDEPC de Lisboa, considera-se a seguinte ZRR distrital:

ZRR Lisboa
BAL de Mafra CeMPC de Mafra – Rua Américo Veríssimo Valadas, n.º 16
2640-405 Mafra
N 38º 56' 37"
W 9º 21' 06"

Tabela 12 - Zona de receção de reforços de Lisboa

3.3 Mobilização e coordenação de meios

A mobilização de meios será prioritariamente efetuada com recurso a meios públicos e ou privados existentes no Município. Desta forma, aquando da ativação do Plano é fundamental a mobilização rápida, eficiente e ponderada de meios e recursos, de acordo com os seguintes critérios:

- Utilizar os meios e recursos adequados ao objetivo, não excedendo o estritamente necessário;
- Dar preferência à utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Dar preferência à utilização de meios e recursos detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização, sobre a utilização de meios e recursos privados;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Obedecer a critérios de proximidade e de disponibilidade na utilização de meios e recursos, privilegiando os meios existentes perto da área afetada;

Os meios e recursos pertencentes aos agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio serão colocados à disposição do Posto de Comando que os afetará de acordo com as necessidades.

O PCMun é autónomo para a gestão dos meios existentes a nível municipal, assim como para a gestão dos meios de reforço que lhes forem atribuídos pelo nível distrital.

O inventário dos meios e recursos encontra-se na Parte III deste Plano (Parte III - Inventário de Meios e Recursos).

A mobilização e requisição de recursos e equipamentos, deverá ser feita através do modelo de requisição constante na Parte III (Parte III - Modelos de Requisições).

Sempre que for ativado um estado de alerta especial para o SIOPS observa-se o incremento do grau de prontidão das organizações integrantes do SIOPS com vista a intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências, de acordo com a tabela seguinte (Tabela 14).

Nível	Grau de prontidão	Grau de mobilização (%)
Vermelho	Até doze horas	100
Laranja	Até seis horas	50
Amarelo	Até duas horas	25
Azul	Imediato	10

Tabela 13 - Grau de prontidão e de mobilização

A responsabilidade na mobilização e coordenação dos meios, decorre segundo 5 níveis de gravidade:

Nível	Gravidade	Mobilização e Coordenação de meios
Verde	Residual	A supressão da ocorrência é da responsabilidade exclusiva do COS
Azul	Reduzida	
Amarelo	Moderada	O COS é apoiado pelo envolvimento da CMM e APC
Laranja	Acentuada	É convocada a CMPC, podendo ser declarada a situação de alerta e/ou podendo ser acionado o PMEPC, o que implica a dependência funcional do COS ao Diretor do Plano
Vermelho	Crítica	

Tabela 14 - Mobilização e coordenação de meios

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

3.4 Notificação operacional

Aquando da receção de informação relativa à iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, será desencadeado um conjunto de notificações operacionais, com o objetivo de intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências. São objeto de notificação as ocorrências que se encontrem em curso, com situação confirmada e em desenvolvimento no local.

Esta informação será difundida aos elementos da Comissão Municipal de Proteção Civil e a todas as entidades integrantes no plano julgadas pertinentes, face à tipologia da ocorrência que desencadeou o referido estado de pré-alerta e atenta a gravidade e dimensão da ocorrência e a sua tipologia específica. Ao serem confirmados danos e impactos, o estado de alerta e posteriormente estado de emergência serão ativados, mediante a gravidade da situação.

Para se efetuar a ativação da CMPC, a mesma ocorrerá por sms, chamada telefónica, por outro meio expedito disponível. Ou então em caso de ausência de comunicação, será a mesma ativada automaticamente 6 horas após o evento.

85

Mecanismos					
Riscos	Comunicados	Tel.	Email	Rádio	Notificação SMS
Cheias	Inf. Pública	CMPC	CMPC	Inf. pública	CMPC
Incêndios Florestais	Inf. Pública	CMPC	CMPC	Inf. pública	CMPC
Sismo sentido sem danos	-	-	-	-	CMPC
Sismo Sentido com danos	Inf. Pública	CMPC	CMPC	Inf. pública	CMPC

Tabela 15 – Notificação operacional

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4. Áreas de Intervenção

4.1 Gestão administrativa e financeira

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Entidade Coordenadora: Diretor do Plano	
<u>Entidades Intervenientes:</u> – Diretor do Plano (DP); – Divisão de Gestão Financeira (DGF); – Divisão de Proteção Civil (DPC); – Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC); – Agentes Locais de Proteção Civil (ALPC); – Entidades e Organismos de Apoio (EOA); – Junta de Freguesia (JF) - <i>vide III-2</i>.	
<u>Prioridades de ação:</u> – Assegurar as atividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos necessários à intervenção; – Garantir a utilização racional e eficiente dos meios e recursos; – Supervisionar negociações contratuais; – Gerir e controlar os tempos de utilização de recursos e equipamentos; – Identificar procedimentos de contacto com fornecedores privados ou públicos de bens, serviços e equipamentos necessários às operações de emergência de proteção civil; – Gerir os processos de seguros e donativos em géneros – os donativos em géneros deverão ser encaminhados para a DISSEH que fará o seu registo, gestão e encaminhamento às pessoas/áreas necessitadas; – Receber, registar, enquadrar e coordenar os voluntários individuais ou de serviços públicos e privados, especializados ou não, destinados a colaborar na situação de emergência; – Acionar as entidades detentoras dos recursos e equipamentos necessários às operações de proteção civil;	

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Definir um sistema de requisição (documental) para as situações de emergência.

Instruções Específicas:

Gestão de Finanças:

- A gestão financeira e de custos (incluindo a contabilização de prejuízos) num contexto geral é assegurada pela DGF;
- Os agentes, entidades e organizações de apoio são responsáveis pelas despesas realizadas nas operações de proteção civil (durante a fase de emergência e de reabilitação), as quais poderão ser reembolsadas ou comparticipadas, de acordo com a legislação em vigor (designadamente as relacionadas com combustíveis e lubrificantes, manutenção e reparação de material, transportes, alimentação, material sanitário e maquinaria de engenharia, construção e obras públicas);
- O serviço, entidade ou ALPC requisitante de meios e recursos externos, será o responsável pelo processo de ressarcimento das despesas inerentes, exceto em situações previamente definidas;
- Compete ao coordenador do SMPC propor a aquisição dos meios externos de apoio às operações, cabendo à DPC (Secretaria) elaborar as requisições relativas (vide Anexo III) a bens e serviços para apoio às operações de proteção civil que, após aprovação do Diretor do Plano (em caso de impedimento, pelo(a) Vereador(a) com o pelouro da proteção civil) e validação da DGF, são adquiridos e liquidados nos termos legais;
- A DGF controlará e coordenará, através de conta específica para o efeito, os donativos, subsídios e outros apoios materiais e financeiros recebidos em dinheiro com destino às operações de proteção civil;
- Os bens não empregues que sejam produto de dívidas serão destinados de acordo com decisão da Câmara Municipal;

Registos e Inventários:

- Os departamentos, divisões e gabinetes da Câmara Municipal, bem como os ALPC, as entidades e as organizações de apoio, mantêm permanentemente atualizados os inventários e bases de dados relativos ao respetivo pessoal, instalações e equipamentos suscetíveis de disponibilizar nas operações de proteção civil;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Os departamentos e gabinetes da Câmara Municipal, bem como os agentes, entidades e organizações de apoio, são responsáveis pelo registo da identificação, hora de chegada, duração da tarefa, hora de saída e demais informações pertinentes relativas ao pessoal e equipamento que empenhou nas operações de proteção civil que, para efeitos de apoio, serão validados pelo SMPC.

Gestão de Recursos humanos:

- O PCMun é dirigido operacionalmente por efetivos da Central de Comunicações e Operações com apoio de elementos técnicos do SMPC;
- No decurso das operações, todas estruturas integrantes do dispositivo deverão acautelar os períodos de descanso e a rotatividade dos seus recursos humanos;
- A Câmara Municipal de Mafra nomeia o pessoal pertencente aos seus quadros;
- O Presidente da Câmara Municipal pode determinar a suspensão temporária das atividades administrativas e técnicas não essenciais exercidas pelos departamentos e gabinetes da Câmara Municipal e das empresas municipais, com o fim de reforçar os serviços mais diretamente empenhados nas operações de proteção civil;
- Os cidadãos que queiram colaborar como voluntários a título benévolo devem apresentar-se nas JF/UF. Tais voluntários, quando devidamente integrados, terão direito a alimentação, nos dias em que prestem serviço, a fornecer pela estrutura aonde estão colocados;
- O pessoal integrado nos serviços, ALPC e entidades constantes deste plano, mesmo que requisitados, continuam a ser remunerados pelos organismos de origem, não podendo ser prejudicadas, de qualquer forma, nos seus direitos.

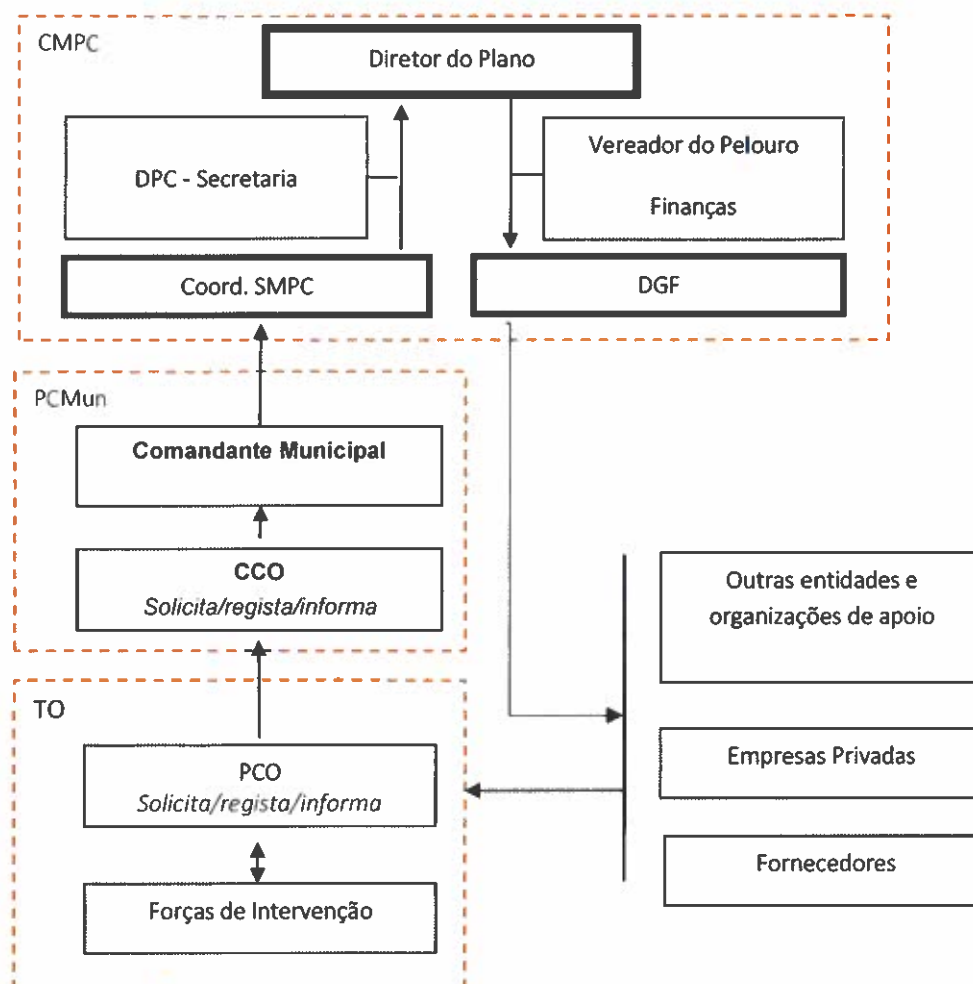


Figura 25 - Organograma Gestão Administrativa e Financeira

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.2 - Reconhecimento e Avaliação

4.2.1 Equipas de reconhecimento e avaliação da situação

RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO
Entidade Coordenadora: Posto de Comando Municipal (PCMun)
<u>Entidades Intervenientes:</u> – Diretor do Plano (DP); – Comandante Operacional Municipal (COM) – Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC); – Corpos de Bombeiros do Município (CB) - <i>vide III-2</i>; – Guarda Nacional Republicana (GNR); – Serviço de Polícia Municipal (SPM); – Juntas de Freguesia/União de Freguesia da Zona Afetada - <i>vide III-2</i>.
<u>Prioridades de ação:</u> – Percorrer a Zona de Sinistro (ZS); – Recolher informação específica sobre as consequências do evento em causa; – Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS); – Informar o PCMun das situações de urgência.
<u>Instruções Específicas:</u> Conceito: – As Equipas de Reconhecimento da Situação (ERAS) são elementos constituintes dos corpos de bombeiros; – As equipas da GNR, SPM e/ou JF/UF, que se encontrem nas imediações da ZS, devem efetuar relatos de situação para os seus elementos de comando, que por sua vez deverão preencher o RELIS, para envio imediato ao PCMun;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	--

- As ERAS caracterizam-se pela sua grande mobilidade e capacidade técnica, recolhendo informação específica sobre as consequências do evento em causa, nomeadamente no que se refere a:
 - Locais com maior número de sinistrados;
 - Locais com maiores danos no edificado;
 - Núcleos habitacionais isolados;
 - Estabilidade de vertentes;
 - Estabilidade e operacionalidade das infraestruturas;
 - Eixos rodoviários de penetração na(s) ZS;
 - Focos de incêndio;
 - Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis (escolas, hospitais, quartéis de bombeiros e GNR, instalações industriais, etc.);
 - Condições meteorológicas locais.
- As ERAS elaboram o RELIS (Parte III - Modelos de Relatórios) que, em regra, deverá ser escrito, podendo, excecionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao PCMun;
- O SMPC que garante o PCMun recebe e examina os RELIS, definindo o ponto de situação geral, disponibilizando-o ao DP e ao COM;
- Os pontos de situação deverão ser atualizados de forma periódica, consoante a atividade operacional, nunca ultrapassando as 6 horas de intervalo.

Composição e Equipamento:

a) Pessoal

- Cada ERAS é constituída pelos elementos que o Comandante da Corporação considere adequados, de acordo com a missão específica que lhes for atribuída;
- Inicialmente encontra-se planeada ao nível municipal 1 ERAS por área própria de intervenção de cada CB;
- O chefe da ERAS é o elemento mais graduado da equipa.

b) Equipamento

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, as ERAS deverão ser dotadas pelos meios e equipamentos que o Comandante da Corporação considere adequado de acordo com a missão específica que lhes for atribuída.

Acionamento:

- Após a ocorrência do evento que determina a emergência, o PCMun ordena o acionamento das ERAS, contactando para o efeito, e pela forma mais expedita, os comandantes dos CB das áreas afetadas;
- As ERAS são acionadas à ordem dos elementos de comando dos CB afetados pelo evento, de forma imediata;
- As ERAS são acionadas à ordem do PCMun.

4.2.2 Equipas de avaliação técnica

92

EQUIPAS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA	
Entidade Coordenadora: Posto de Comando Municipal (PCMun)	
<u>Entidades Intervienientes:</u>	
– Departamento de Obras Municipais e Ambiente (DOMA); – Entidades e Organismos de Apoio (EOA); – Entidades gestoras de redes (EGR) /sistemas (de acordo com a avaliação pretendida) - <i>vide III-2.</i>	
<u>Prioridades de ação:</u>	
– Percorrer a ZS, por via terrestre; – Recolher informação específica sobre a operacionalidade de estruturas; – Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS); – Colaborar na avaliação e quantificação dos danos.	
<u>Instruções Específicas:</u>	

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Conceito:

- As Equipas de Avaliação Técnica (EAT) são elementos constituintes do dispositivo municipal, disponibilizados por entidades com capacidade técnica para a situação em causa;
- A sua missão é a de reconhecer e avaliar a estabilidade e operacionalidade de estruturas, comunicações e redes, tendo em vista o desenvolvimento das operações, a segurança do pessoal envolvido nas operações e das populações, bem como o restabelecimento das condições mínimas de vida;
- As EAT são ativadas por indicação do PCMun;
- As EAT reconhecem e avaliam a estabilidade e a operacionalidade de estruturas relevantes para o município – sobretudo rede viária, rede de energia, rede de abastecimento de água, rede de edifícios críticos para as operações (Postos médicos, Escolas, pavilhões, etc.) - tendo em vista o desenvolvimento das operações, a segurança do pessoal do DIOPS e das populações e o restabelecimento das condições mínimas de vida;
- As EAT devem garantir a avaliação e quantificação dos danos;
- As EAT elaboram o RELIS (Parte III - Modelos de Relatórios) que, em regra, deverá ser escrito, podendo, excecionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao PCMun;

Composição e Equipamento:

a) Pessoal

- Cada EAT é constituída, no mínimo, por 2 elementos a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída;
- Inicialmente encontram-se planeadas a nível municipal, no mínimo, 2 EAT terrestres.

b) Equipamento

- Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, as EAT deverão ser dotadas de:
 - i. Meios de transporte com capacidade todo terreno (preferencialmente);
 - ii. Equipamento de Comunicações adequado à situação;
 - iii. Restante material necessário para o adequado desempenho da missão atribuída e em condições de segurança – Ex: equipamento fotográfico, Cartografia, etc..

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	---

Acionamento:

Após a ocorrência do evento que determina a emergência, o PCMun ordena o acionamento das EAT, contactando para o efeito, e pela forma mais expedita, os oficiais de ligação das entidades com responsabilidades na avaliação técnica que é necessária proceder (ex. EDP, IP; CMM – Diretores de Departamento, etc.);

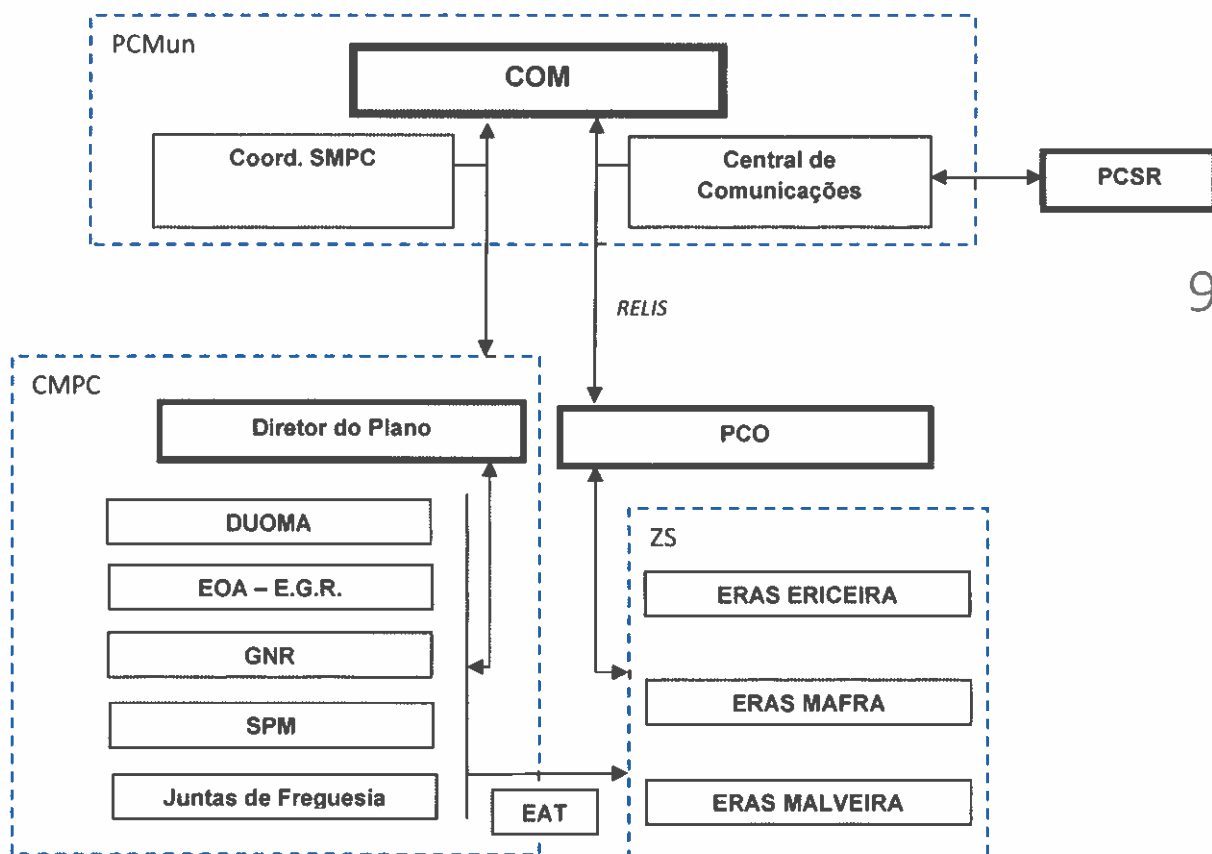


Figura 26 - Organograma Reconhecimento e Avaliação

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.3 – Logística

4.3.1 Apoio logístico às forças de intervenção

APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	
Entidade Coordenadora: Comissão Municipal de Proteção Civil	
<u>Entidades Intervenientes:</u> – Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC); – Corpos de Bombeiros do Município (CB) - <i>vide III-2</i>; – Guarda Nacional Republicana (GNR); – Serviço de Polícia Municipal (SPM); – Administração Regional de Saúde (ARS); – Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); – Forças Armadas (FFAA); – Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) - <i>vide III-2</i>; – Autoridade Marítima (AM); – Corpo Nacional de Escutas e Associação de Escoteiros de Portugal - <i>vide III-2</i>; – Entidades Gestoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações (EGR) - <i>vide III-2</i>; – Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia (JF/UF) - <i>vide III-2</i>; – Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação (ASFE).	

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	--

Prioridades de ação:

- Assegurar a satisfação das necessidades logísticas das forças de intervenção, nomeadamente quanto a alimentação, combustíveis, transportes, material sanitário, material de mortuária e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência;
- Garantir a gestão de armazéns de emergência e a entrega de bens e mercadorias necessárias às forças de intervenção;
- Organizar a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios para confeção e distribuição de alimentação ao pessoal envolvido nas operações;
- Assegurar a disponibilização de meios e recursos para a desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro;
- Garantir a gestão do armazém de apoio logístico do SMPC e a entrega dos bens necessários nos vários sectores de intervenção do TO;
- Promover a manutenção, reparação e abastecimento de viaturas essenciais à condução das operações de emergência, bem assim como de outro equipamento;
- Definir prioridades em termos de abastecimento de água e energia;
- Apoiar as entidades respetivas na reabilitação das redes e serviços essenciais: energia elétrica, gás, água, telefones e saneamento básico.

96

Instruções Específicas:

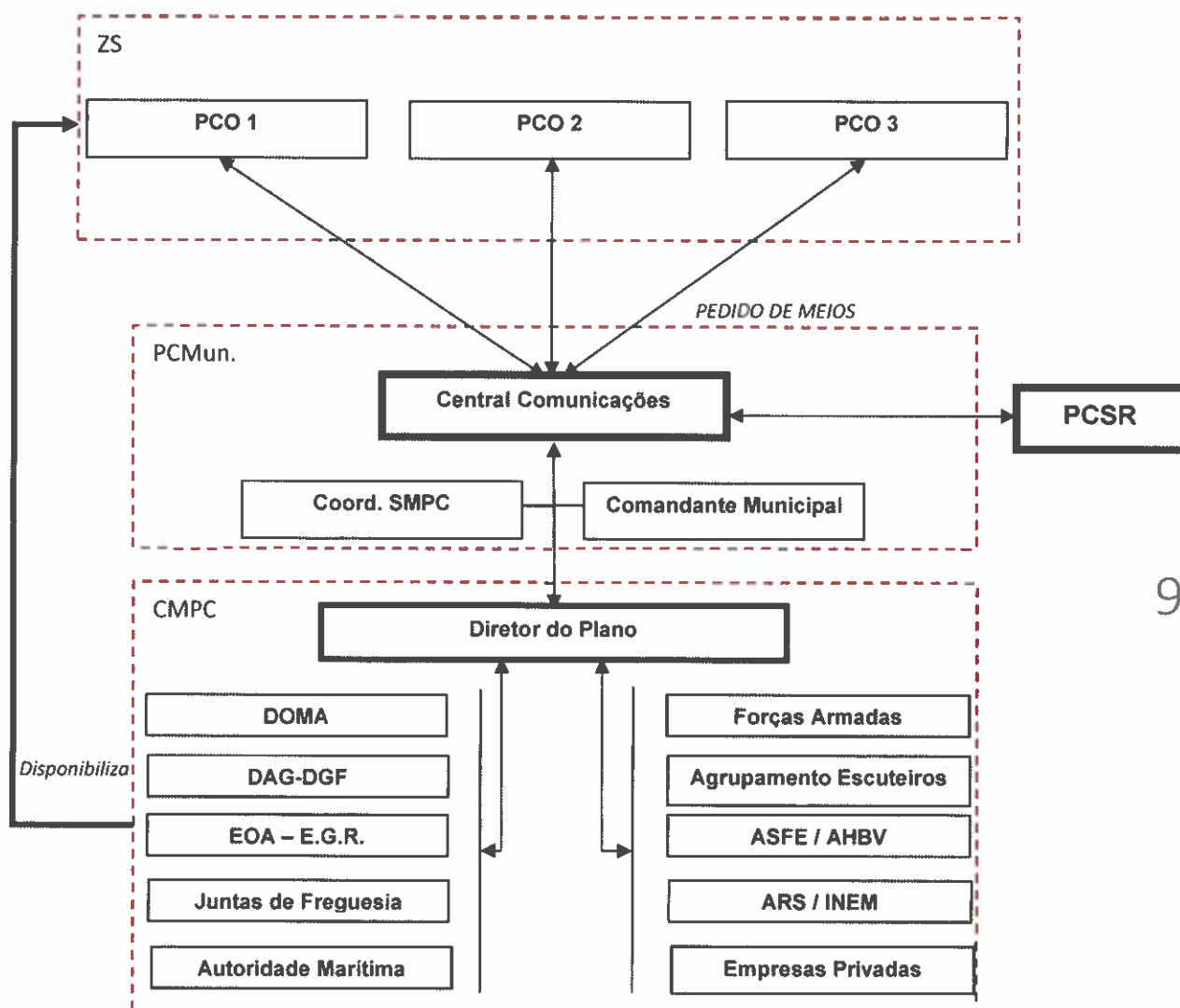
Conceito:

- A satisfação das necessidades logísticas iniciais (primeiras 24 horas) do pessoal envolvido estará a cargo dos próprios agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio;
- Após as primeiras 24 horas, as necessidades logísticas são suprimidas pela Autarquia, através do SMPC com o apoio dos restantes serviços da Câmara Municipais e EOA, que contactarão com fornecedores e/ou entidades necessárias conforme previsto no PMEPCM;
- As AHBV, com a colaboração do SMPC, se necessário, apoiam logisticamente a sustentação das operações na área de atuação do seu CB, até a um total de 150 operacionais e/ou 12 horas de operação;
- O PCMun avalia os meios disponíveis e informa a CMPC, que contacta com as entidades e/ou fornecedores, para se disponibilizar os meios de apoio indispensáveis à emergência;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Para a distribuição de alimentação ao pessoal envolvido em operações de socorro poderão ser disponibilizadas cozinhas e refeitórios escolares (Divisão de Educação e Juventude da CMM), de associações locais (JF/UF), ou cozinhas e refeitórios disponibilizados pelas FA, após se ter esgotado a capacidade própria de abastecimento por parte das primeiras entidades intervenientes;
- A alimentação e alojamento dos elementos da CMPC e DSPC estarão a cargo do SMPC;
- A manutenção e reparação de material estará a cargo das respetivas entidades utilizadoras;
- A desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro, as operações de demolição e escoramento de edifícios e a drenagem e escoamento de água serão realizadas preferencialmente com recurso à mobilização de meios de maquinaria pesada. Tais meios serão solicitados às empresas de construção civil contantes da base de dados do SMPC e que estão elencadas em III-1, através do PCMun em articulação com a Central de Comunicações da Proteção Civil;
- O material sanitário, de mortuária e demais artigos necessários às operações será distribuído conforme os Postos de Comando de cada TO o solicitem ao PCMun que coordenará com a CMPC a entrega destes meios;
- As entidades exploradoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações assegurarão o rápido restabelecimento do respetivo serviço e garantirão a operacionalidade de piquetes de emergência para necessidades extraordinárias decorrentes da reposição do serviço;
- A reposição do serviço de abastecimento de água e do fornecimento de eletricidade, gás e combustíveis deverá ser assegurado prioritariamente a unidades hospitalares e de saúde, estabelecimentos de ensino, lares de idosos e instalações públicas, bem como a outras infraestruturas que o PCMun considere de especial relevância;
- As FA colaboram no apoio logístico às forças de intervenção fornecendo material diverso (material de aquartelamento, tendas de campanha, geradores, depósitos de água, etc.);
- Se necessário, poderão ser criados armazéns de emergência que serão geridos pelo DAG-DGF da Câmara Municipal;
- Para apoio e suporte direto às operações será ativada pelo SMPC o Armazém de Apoio Logístico, o qual assegura a disponibilidade de material de iluminação, de resgate, de drenagem, de energia alternativa, armazenamento de equipamentos e estacionamento de veículos de socorro.

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	---



98

Figura 27 - Organograma de apoio logístico às forças de intervenção

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.3.2 Apoio logístico às populações

APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES	
Entidade Coordenadora: Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico – Divisão de Intervenção Social, Saúde, Emprego e Habitação	
<u>Entidades Intervenientes:</u> – Câmara Municipal de Mafra – Departamento de desenvolvimento socioeconómico (DDS) - Divisão de Desenvolvimento Económico, Turismo e Cultura (DDETC), Divisão de Desporto (DD), Divisão de Intervenção Social, Saúde, Emprego e Habitação (DISSEH), Departamento de Obras Municipais e Ambiente (DOMA), Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), Serviço de Polícia Municipal (SPM); – Corpos de Bombeiros do Município (CB) - <i>vide III-2</i>; – Guarda Nacional Republicana (GNR); – Administração Regional de Saúde (ARS); – Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); – Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (CDSS); – COMANDO SUB-REGIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DA GRANDE LISBOA de Lisboa; – Forças Armadas (FFAA); – Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) - <i>vide III-2</i>; – Agrupamento de Escuteiros (AE) - <i>vide III-2</i>; – Entidades Gestoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações (EGR) - <i>vide III-2</i>; – Juntas de Freguesia (JF) - <i>vide III-2</i>; – Associações detentoras de Espaços/áreas (ZCAP) - <i>vide III-2</i>; – Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação (ASFE).	
<u>Prioridades de ação:</u> – Garantir a prestação de apoio social de emergência; – Assegurar a ativação de Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP) e informar as forças de socorro e os cidadãos da sua localização através dos canais disponíveis e mais apropriados;	

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	--

- Garantir a receção, registo, pesquisa, diagnóstico de necessidades e assistência individual a evacuados e vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento;
- Organizar um sistema de recolha de dádivas, garantindo o armazenamento, gestão e distribuição dos bens recebidos;
- Mobilizar equipas de apoio social para acompanhamento dos grupos mais vulneráveis e de maior risco;
- Assegurar a atualização da informação, nos Centros de Pesquisa e Localização, através de listas com identificação nominal das vítimas e evacuados nas ZCAP;
- Mobilizar reservas alimentares e garantir a receção e gestão de bens essenciais que sejam entregues nas ZCAP para apoio a vítimas e evacuados;
- Garantir a distribuição prioritária de água e de energia às ZCAP.

Instruções Específicas:

- As ZCAP correspondem aos locais de acolhimento e alojamento temporário da população deslocada, localizados em espaços abertos e/ou fechados, referenciadas na Parte III deste Plano (Parte III – Lista de Contactos).
- Os locais a utilizar como ZCAP, estarão fora da Zona de Sinistro e de apoio, devem estar providos de condições mínimas de apoio quanto a dormidas, alimentação e higiene pessoal, bem como de acessos e estacionamento, já que a movimentação é feita, prioritariamente através das viaturas pessoais;
- As comunicações entre as ZCAP, CMPC e DDS são estabelecidas via telefone ou, em caso de necessidade, através da rede das forças de segurança para aí destacadas;
- A ZCAP de âmbito distrital mais perto do Município de Mafra é em Torres Vedras na ExpoTorres, que será acionada após o esgotamento das ZCAP de âmbito municipal;
- As ZCAP serão montadas em espaços de gestão autárquica ou associativa, sendo os seus detentores corresponsáveis pelo apoio necessário na montagem da estrutura – assegurar o correto funcionamento das instalações, materiais de apoio como colchões e cobertores, disposição do funcionamento interno, etc.;
- As estruturas de coordenação da ZCAP executam missões de instalação (DDS - DDETC/JF/Associações/SMPC/FA) e gestão global (DDS - DISSEH);
- As ZCAP integram as seguintes valências de gestão:



- Centros de Registo/Referenciação, nos quais se recebe a população, preenche a ficha de registo e referenciação (onde consta o diagnóstico das necessidades dos indivíduos ou famílias) e procede ao encaminhamento para as restantes valências;
- Centros de Pesquisa e Localização, nos quais se completa preenchimento da ficha de recenseamento, a qual, através do registo atualizado, promove o reencontro e assegura a preservação dos núcleos familiares
- O Centros de Cuidados Básicos de Saúde, nos quais se presta assistência a situações de saúde pouco graves, assegurando a respetiva estabilização;
- Centros de Apoio Psicossocial, nos quais se assegura o apoio psicológico de continuidade e se detetam carências e necessidades particulares às pessoas deslocadas;
- As ZCAP integram as seguintes valências de apoio:
 - Logística, responsável pelo controlo das existências em armazém de todos os bens, pela manutenção das estruturas móveis e imóveis;
 - Segurança assegura a limitação do acesso e segurança da ZCAP;
- A primeira ação a desenvolver sempre que alguém dê entrada numa ZCAP é o registo. O registo pressupõe a recolha da seguinte informação: nome, idade, morada anterior, necessidades especiais e, assim que possível, indicação do local onde ficará realojada. Deverá também, sempre que se verifique necessidade, ser registado o nome de membros do seu agregado familiar que estejam desaparecidos a fim de tentar localizar os mesmos;
- A DISSEH assegura a constituição de equipas técnicas para receção, atendimento e encaminhamento da população nas ZCAP;
- A DISSEH encaminha a listagem da população registada nas ZCAP para a GNR;
- As JF/UF, através de meios próprios, apoiam a constituição de equipas de recenseamento, registo da população afetada e equipas de voluntários;
- A ASFE executa missões de assistência sanitária e social;
- A segurança às ZCAP será efetuada de acordo com os procedimentos definidos para a Área de Intervenção da Manutenção da Ordem Pública, com as eventuais adaptações decorrentes de orientação do DDS - DASAI, enquanto entidade coordenadora da Área de Intervenção;
- O SMPC, DOMA, as EGR e as FA, na medida das suas possibilidades e disponibilidades, apoiam na montagem das ZCAP móveis (tendas de campanha, geradores, redes de abastecimento, etc.);

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- A DDS - DISSEH, SMPC e AE colaboram na disponibilização de bens essenciais (alimentação, artigos de higiene, agasalhos, roupas, etc.) às vítimas e promovem a instalação de locais de montagem de cozinhas e refeitórios de campanha;
- A distribuição de bens essenciais será assegurada pelos AE, Misericórdias, JF e Grupos de Voluntários, na medida das suas disponibilidades;
- A receção, catalogação, separação, lavagem, desinfeção, armazenamento e distribuição de dádivas fica a cargo do DDS - DASAI, em colaboração com as JF respetivas;
- As entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de distribuição de eletricidade e gás asseguram o fornecimento de água, luz e gás às ZCAP;
- A distribuição de água, gás, alimentos, agasalhos e artigos de higiene pessoal à população que não está nas ZCAP e não tem acesso a elas deverá ser realizada em locais centrais, de fácil acesso e divulgados para conhecimento da população;
- As forças de socorro serão informadas, via PCMun em articulação com a Central de Comunicações do SMPC, das ZCAP que foram ativadas (ver III.1.8);
- A população será informada de quais as ZCAP que estão ativas através de divulgação feita nos meios eletrónicos da Autarquia (site e redes sociais) bem como por avisos sonoros à população com o apoio da GNR e Polícia Municipal.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.4 – Comunicações

O Sistema de Comunicações obedece ao estabelecido na legislação atinente ao Sistema Integrado de Proteção e Socorro. Este Sistema é fundamental nas operações de proteção civil e socorro, na medida em que é o elemento aglutinador que assegura um eficaz comando, controlo e coordenação das operações. É igualmente fundamental, a coordenação das comunicações entre o PCMun e os diversos setores e TO, bem como entre o PCMun e o Diretor do Plano.

Para que todo este processo seja eficaz, é importante que as comunicações sejam efetuadas por diferentes meios e canais, sendo estas redes fixas, móveis e as redes rádio existentes, sejam em VHF (redes privativas da Câmara Municipal), SIRESP ou a rede estratégica de proteção civil (REPC).

COMUNICAÇÕES
Entidade Coordenadora: Posto de Comando Operacional
<u>Entidades Intervenientes:</u> – Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC); – Corpos de Bombeiros do Município (CB) - vide III-2; – Guarda Nacional Republicana (GNR); – Serviço de Polícia Municipal (SPM); – Forças Armadas (FFAA); – Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) - vide III-2; – Autoridade Marítima (AM); – Juntas/Uniãos de Freguesia (JF/UF) - vide III-2; – Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação (ASFE); – Rádio Amadores – REP/SCERA.
<u>Prioridades de ação:</u> – Assegurar a ligação, no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), com os diferentes agentes de proteção civil e outras entidades e organismos, por forma a garantir as comunicações de emergência;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Elaborar, aprovar, executar e atualizar o Plano Municipal de Transmissões de Emergência (em anexo), tendo em conta a necessidade de garantir:
 - A operacionalidade dos meios de comunicação de emergência,
 - Identificar e acautelar problemas de interoperabilidade;
 - Redundância de sistemas e soluções técnicas de comunicação;
 - Reposição de serviços, por afetação de meios e recursos alternativos
- Mobilizar, integrar e coordenar as ações do REP – SCERA núcleo de Mafra, no âmbito do apoio às comunicações de emergência e do reforço das redes de telecomunicações;
- Garantir as prioridades de acesso a serviços e entidades essenciais, de acordo com o conceito da operação;
- Manter um registo atualizado do estado das comunicações e das capacidades existentes.

Instruções Específicas:

- Ver Plano Operacional de Transmissões de Emergência de 2020 (POT2020);
- Garantir que todos os intervenientes possam comunicar dentro da hierarquia estabelecida para cada TO de acordo com as normas de Execução Permanente da ANEPC, em vigos;
- O sistema de comunicações utiliza os meios das telecomunicações públicas e privadas, nomeadamente as redes telefónicas fixas e móveis, a rede estratégica de proteção civil (REPC) e as redes privadas da Câmara Municipal;
- Os agentes, entidades e organizações de apoio utilizam as redes e meios próprios de telecomunicações, sem prejuízo da interligação operacional através da REPC e das redes privadas da Câmara Municipal;
- As entidades sem meios próprios poderão contar, de acordo com a disponibilidade, com a colaboração do SMPC de forma a assegurar os requisitos mínimos de troca de informação, mediante moldes a definir para cada caso concreto e sempre em função da situação em curso;
- Em caso de necessidade, será montado um serviço de estafetas, conforme definido no POT2020;
- Nas comunicações operacionais não é autorizada a utilização de linguagem codificada e serão observadas, como regras, a não sobreposição de comunicações, a utilização exclusiva dos meios para comunicações de serviço e o respeito pelos procedimentos estabelecidos e prioridades de mensagem.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	--

- O REP - SCERA colabora no sistema de telecomunicações de emergência, à ordem do PCMun, contribuindo para a interoperabilidade entre redes e sistemas de comunicação das diversas entidades através do estabelecimento de redes rádio (HF, VHF e UHF) autónomas e independentes, que se constituirão como redes redundantes e/ou alternativas;
- Cada TO é considerado como um núcleo isolado e qualquer contacto rádio com e do TO será feito em exclusivo pelo PCMun;
- Sempre que a situação o justifique, poderá ser usado a Viatura de Comando e Comunicações (VCOCC), o qual atuará à ordem do PCMun.

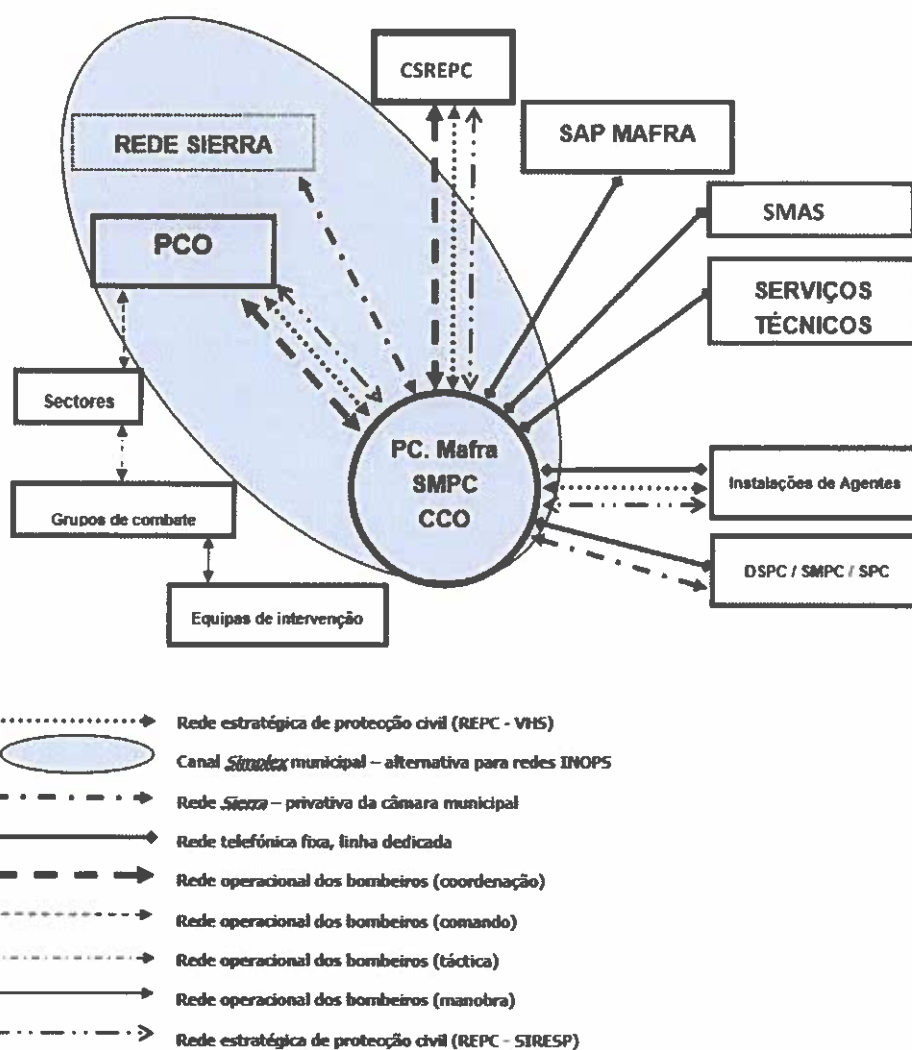


Figura 29 - Organograma de Comunicações

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.5 – Informação pública

INFORMAÇÃO PÚBLICA
Entidade Coordenadora: Comissão Municipal de Proteção Civil
<u>Entidades Intervenientes:</u> – Divisão de Proteção Civil (DPC); – Divisão de Comunicação, Relações Internacionais e Protocolo (DCRIP); – Corpos de Bombeiros do Município (CB) - <i>vide III-2</i>; – Guarda Nacional Republicana (GNR); – Serviço de Polícia Municipal (SPM); – Forças Armadas (FFAA); – Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação (ASFE); – Corpo Nacional de Escutas e Associação de Escoteiros de Portugal – <i>vide III-2</i>; – Autoridade Marítima (AM); – Juntas e Uniões de Freguesia (JF/UF) - <i>vide III-2</i>; – Rádio do Concelho de Mafra (RCM); – Órgãos de Comunicação Social (OCS) - <i>vide III-2</i>; <u>Prioridades de ação:</u> – Assegurar que a população é avisada e mantida informada, de modo a que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes; – Divulgar informação à população sobre locais de receção de donativos, locais de recolha de sangue, locais para inscrição para serviço voluntário e instruções para regresso de populações evacuadas; – Garantir a relação com os OCS e preparar, com periodicidade determinada, comunicados a distribuir; – Organizar visitas dos OCS ao TO, garantindo a sua receção e acompanhamento; – Organizar e preparar briefings periódicos e conferências de imprensa, por determinação do diretor do plano; – Preparar os comunicados considerados necessários.

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	--

Instruções Específicas:

- Cabe à CMPC decidir a forma mais adequada de divulgação de informação direta à população ou de prestação de informação aos Órgãos de Comunicação Social;
- A CMPC assegura a permanente informação e aviso às populações, para divulgação dos riscos potenciais e das medidas de autoproteção a adotar no sentido de prevenir ou minimizar os efeitos das cheias/inundações/galgamentos costeiros;
- Para tal, serão promovidas pelo SMPC campanhas de informação e sensibilização nas fases de prevenção e preparação, fator crítico de sucesso na conduta das populações durante uma emergência;
- Após o acionamento do PMEPCM, a CMPC é apoiada pela DPC e DCRIP, nomeadamente quanto às informações sobre o evoluir da situação e às instruções relativas às medidas a tomar pelas populações;
- A informação aos órgãos de comunicação social (OCS) é prestada, periodicamente pelo Diretor do Plano, pelo Vereador com o pelouro da proteção civil ou, por determinação superior, pelo Chefe da DPC, na qualidade de porta-voz único;
- O aviso às populações é desencadeado através da utilização de meios alternativos, em separado ou simultaneamente;
- A informação será disseminada à população predominantemente através da difusão de comunicados, utilizando, para tal, os órgãos de comunicação social. Poderão ser também utilizados os mecanismos de informação à população previstos nos Planos Gerais de Emergência de âmbito distrital ou municipal;
- Os comunicados à população deverão transmitidos periodicamente e deverão conter informação sobre os efeitos do evento, meios empenhados no terreno e orientações à população (números de telefone de contacto, indicação de pontos de reunião ou centros de desalojados/assistência, locais de acesso interdito ou restrito e medidas de autoproteção a adotar);
- Para a prossecução dos objetivos da informação pública, a DCRIP garante a ligação entre o CDPC e os OCS, diligenciando para que sejam emitidos na íntegra e em tempo útil, no âmbito da sua missão de serviço público, os avisos, comunicados, notas de imprensa e outras formas de difusão de informações, aprovados pela CMPC;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Conforme a Lei de Bases da Proteção Civil, a declaração da situação de alerta determina uma obrigação especial de colaboração dos OCS com a estrutura de coordenação e controlo, visando a divulgação das informações relevantes relativas à situação;
- Nos contactos com os OCS, as informações a prestar são, nomeadamente:
 - Situação atual da ocorrência;
 - Ações em curso para o socorro e assistência às populações;
 - Áreas de acesso restrito;
 - Medidas de autoproteção a serem adotadas pelas populações;
 - Locais de reunião, acolhimento provisório ou assistência;
 - Números de telefone e locais de contacto para informações;
 - Números de telefone e locais de contacto para recebimento de donativos e serviço voluntário;
 - Instruções para regresso de populações evacuadas.
- Os briefings à comunicação social decorrerão periodicamente, e conterão pontos de situação global referentes à totalidade da ZI;
- A Autoridade Marítima ficará responsável, ainda que com a devida articulação com a CMPC, de fazer a divulgação de informações e comunicados no âmbito da sua jurisdição.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

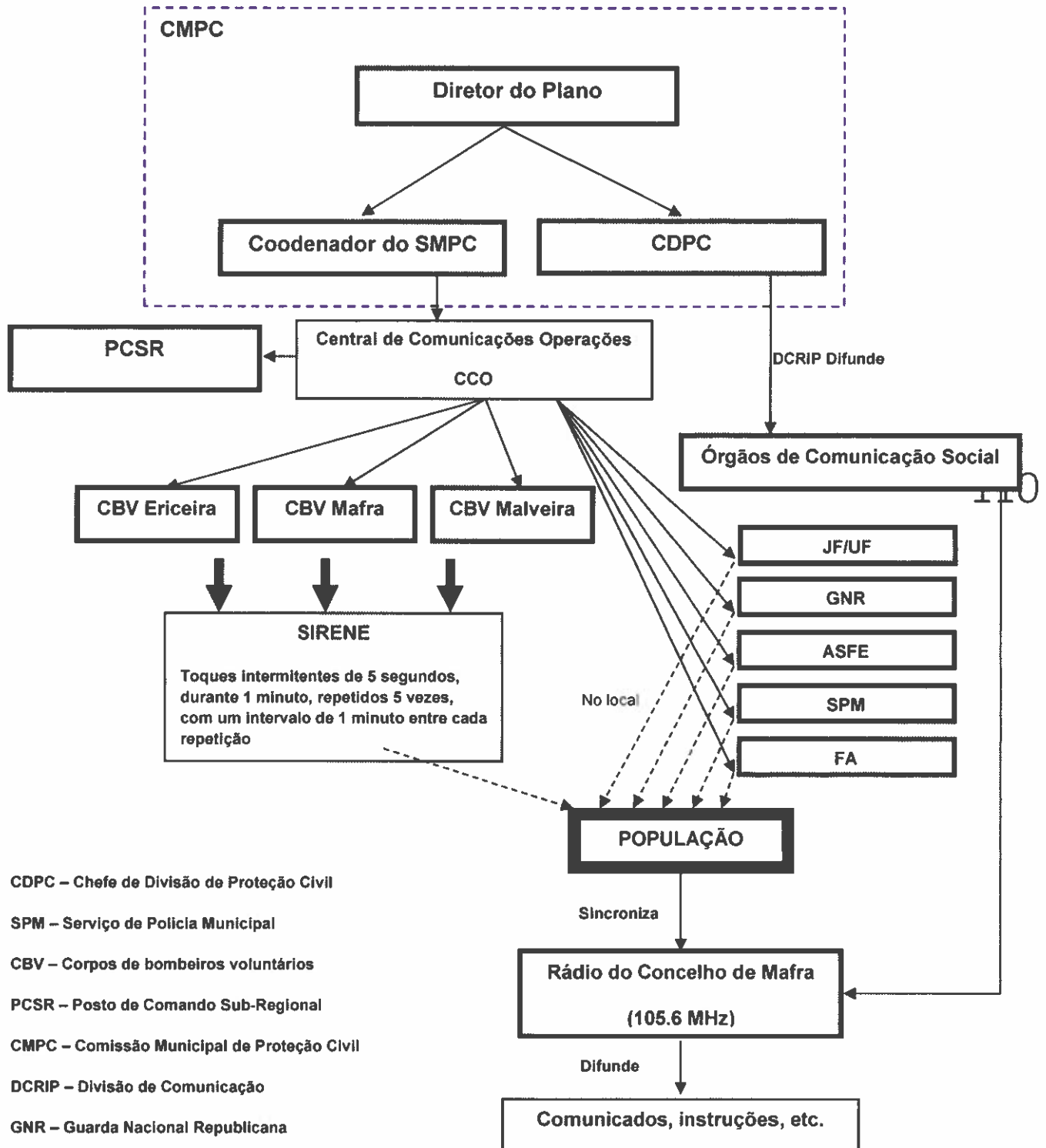


Figura 30 - Organograma de informação pública

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.6 – Confinamento e/ou evacuação

CONFINAMENTO E/OU EVACUAÇÃO	
Entidade Coordenadora: Guarda Nacional Republicana	
<u>Entidades Intervenientes:</u> – Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC); – Gabinete Apoio à Presidência e Comunicação (GAPC) – Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) - <i>vide III-2</i>; – Guarda Nacional Republicana (GNR); – Serviço de Polícia Municipal (SPM); – Forças Armadas (FFAA); – Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação (ASFE); – Autoridade Marítima (AM); – Juntas e Uniões de Freguesia (JF/UF) - <i>vide III-2</i>; – Comboios de Portugal (CP); – Corpo Nacional de Escutas e Associação de Escoteiros de Portugal - <i>vide III-2</i>; – Corpos de Bombeiros (CB) - <i>vide III-2</i>; – Empresas públicas e privadas de transportes - <i>vide III-2</i>; – Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.); – Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); – Órgãos de Comunicação Social (OCS) - <i>vide III-2</i>; – Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) - <i>vide III-2</i>.	
<u>Prioridades de ação:</u> – Orientar e coordenar as operações de movimentação e/ou confinamento das populações; – Difundir junto das populações recomendações de confinamento e/ou evacuação, diretamente ou por intermédio da Área de Intervenção da Informação Pública; – Definir Pontos de Encontro (PE), decorrentes das evacuações; – Definir itinerários de evacuação, em articulação com o respetivo PCO; – Garantir o encaminhamento da população evacuada até à ZCAP;	

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	---

- Reencaminhar o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação da população a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção;
- Criar pontos de controlo e barreiras de encaminhamento de tráfego, de modo a manter desimpedidos os itinerários de evacuação;
- Coordenar o acesso às áreas afetadas;
- Estabelecer e manter abertos os corredores de emergência.

Instruções Específicas:

- A escolha das ações de proteção para uma determinada situação depende de uma série de fatores. Em alguns casos, a evacuação pode ser a melhor opção; em outros, o abrigo em refúgios no local pode ser o melhor caminho, no entanto estas duas ações podem ser utilizadas em conjunto;
- A evacuação e/ou o confinamento de uma área territorial em risco, coincidente ou não com zona de sinistro, deverá ser proposta pelo COS, à CMPC, através do PCMun;
- A orientação e a coordenação da evacuação e/ou confinamento das populações é da responsabilidade da GNR;
- Nas operações de evacuação e/ou confinamento deverá ter-se em atenção:
 - Localização e número de pessoas em risco de evacuação ou confinamento;
 - Tempo disponível para evacuar ou abrigar no local;
 - Capacidade de controlar a evacuação ou o abrigo no local;
 - Tipos de construção e de disponibilidade dos edifícios para acolhimento ou abrigo;
 - Condições meteorológicas (efeitos na propagação das nuvens de vapor, previsão de alterações, efeito na evacuação ou na proteção no local);
- Existem determinadas medidas que deverão ser tidas em atenção para a tomada de decisão de evacuação e/ou confinamento, caso se trate de matérias perigosas: grau do perigo para a saúde, propriedades químicas e físicas, quantidade envolvida, contenção/ controlo do derrame, velocidade de propagação dos vapores.

Evacuação:

A nível operacional existem dois graus de evacuação:

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	--

- A evacuação primária, que corresponde à retirada da população da zona de risco para um local de segurança nas imediações. Ou seja, as pessoas deverão deslocar-se para os PEI definidos para o efeito;
- A evacuação secundária que compreende o deslocamento da população afetada do local de segurança para instalações de abrigo, onde poderão garantir as suas necessidades básicas (alimento, agasalhos e instalações sanitárias). Ou seja, as pessoas deverão deslocar-se para as ZCAP definidas para o efeito.
- A população a evacuar deverá dirigir-se para os Pontos de Encontro (PE), onde é prestada a primeira ajuda, cuja localização é determinada e divulgada pelo PCMun. Os PE (Mapa 17 – Anexo III) são geridas pelo CB da Zona, JF respetiva com o apoio do AE, IPSS e das Misericórdias locais;
- Compete à GNR definir os itinerários de evacuação a utilizar a partir do PE, atenta a impossibilidade de utilização das vias de comunicação, mediante avaliação/informação da Entidade gestora da rede viária;
- Após a definição das zonas a evacuar, o tráfego rodoviário externo deverá ser reencaminhado pela GNR e SPM, as quais poderão criar barreiras de encaminhamento de tráfego, com material expedito;
- A movimentação coletiva a partir do PE será garantida com meios de transporte a fornecer pela Autarquia, ASFE, FFAA, por empresas públicas ou privadas de transportes ou por outros meios proporcionados pela Área de Intervenção de Logística;
- No caso de evacuação em grande escala, para fora da área de intervenção do Município, poderá ser usada:
 - A via ferroviária da CP, que disponibilizara meios ferroviários para constituição de comboios de evacuação, processo devidamente articulado com a IP, S.A.;
 - A via marítima, através do Porto da Ericeira, a AM em conjunto com proprietários locais disponibilizarão embarcações para as evacuações;
- A população movimentada a partir do PE será encaminhada para a ZCAP, cuja localização e procedimentos de funcionamento estão definidos na Área de Intervenção de Apoio Logístico às Populações;
- O transporte entre do PE e a ZCAP deverá ser acompanhado por pessoal do(s) CB, ASFE, podendo também recorrer-se ao pessoal das FFAA, IPSS, às Misericórdias e se necessário, a GNR poderá solicitar ao PCMun a existência de acompanhamento médico;

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	--

- O suporte logístico à evacuação em termos de água, alimentação e agasalhos será assegurado pela Área de Intervenção de Apoio Logístico às Populações;
- O apoio psicológico aos grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas acamadas, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência) será efetuado de acordo com os procedimentos definidos na Área de Intervenção de Serviços Médicos e Transporte de Vítimas – Apoio psicológico;
- As condições de segurança para o regresso da população a uma área territorial, deverá ser proposta pelo PCO ao PCMun;
- O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas deve ser controlado pela GNR, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego, e só quando estiverem garantidas as condições de segurança.

Confinamento/Isolamento:

- Em caso de necessidade de criação de zonas de confinamento ou isolamento, compete a GNR com o apoio do SPM, isolar a área de perigo, mantendo afastadas todas as pessoas que não estão diretamente envolvidas nas operações. As equipas de emergência não protegidas com equipamentos de proteção individual não estão autorizadas a entrar na Zona de Isolamento;
- Conforme a situação serão emanadas diretrizes específicas de comportamento e ação à população e entidades;
- Caso exista alteração das condições de ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, compete às Forças de Segurança (GNR e SPM), comunicar à população a necessidade de evacuação, bem como avisar do final da situação de perigo.

114

Designação	Local	Freguesia	Coordenadas
PE 01 – Sporting Club do Livramento	Livramento	Azueira e Sobral da Abelheira	39°00'12.89"N 9°17'11.11"W
PE 02 – Sede Junta Freguesia Carvoeira	Carvoeira	Carvoeira	38°56'29.35"N 9°23'48.75"W
PE 03 - Sede Junta Freguesia Encarnação	Encarnação	Encarnação	39°1'43.84"N 9°22'7.36"W
PE 04 – Estacionamento Casa do Povo Gradil	Gradil	Enxara Bispo, Gradil e VFR	38°58'58.54"N 9°16'51.93"W
PE 05 – Largo junto aos CTT	Vila Franca Rosário	Enxara Bispo, Gradil e VFR	38°58'25.25"N 9°15'16.23"W
PE 06 - Parque Intermodal	Ericeira	Ericeira	38°58'02.21"N

			9°24'19.30''W
PE 07 – Estacionamento EB1 Igreja Nova e Cheleiros	Igreja Nova	Igreja Nova e Cheleiros	38°54'33.65''N 9°20'02.94''W
PE 08 - Parque Intermodal de Mafra	Mafra	Mafra	38°56'25.63''N 9°20'07.53''W
PE 09 - Estacionamento do Alto da Vela	Mafra	Mafra	38°55'59.45''N 9°19'35.82''W
PE 10 - Sede União Freguesias Malveira e S.M. Alcaíça	Malveira	Malveira e S.M. Alcaíça	38°56'0.48''N 9°15'30.63''W
PE 11 - Alcaíça Atlético Clube	Alcaíça	Malveira e S.M. Alcaíça	38°55'16.42''N 9°17'32.44''W
PE 12 - Sede Junta Freguesia Milharado	Milharado	Milharado	38°56'51.45''N 9°11'59.86''W
PE 13 - Sede Junta Freguesia Santo Isidoro	Santo Isidoro	Santo Isidoro	38°59'39.93''N 9°24'3.19''W
PE 14 – Parque Intermodal da Venda Pinheiro	Venda Pinheiro	Venda Pinheiro e S.E. Galés	38°55'34.84''N 9°14'06.36''W
PE 15 - EB 1 Santo Estêvão das Galés	S.E. Galés	Venda Pinheiro e S.E. Galés	38°53'49.34''N 9°15'07.27''W

115

Tabela 16 – Pontos de Encontro (PE)

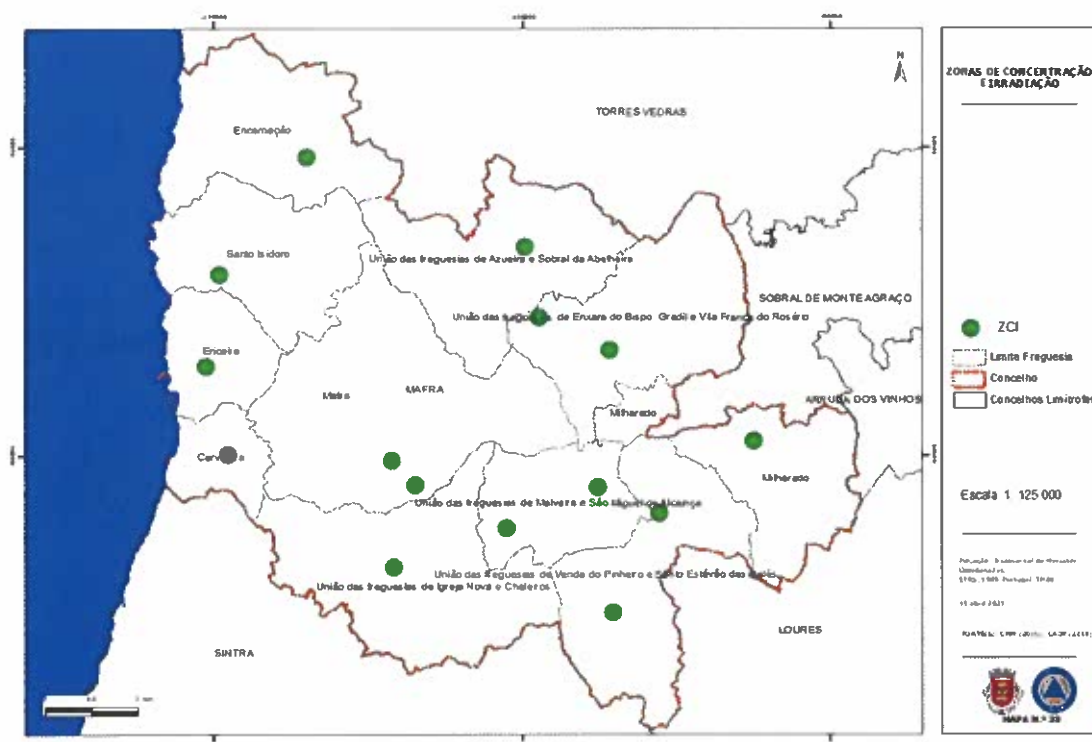


Figura 31 – Pontos de Encontro (PE)

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

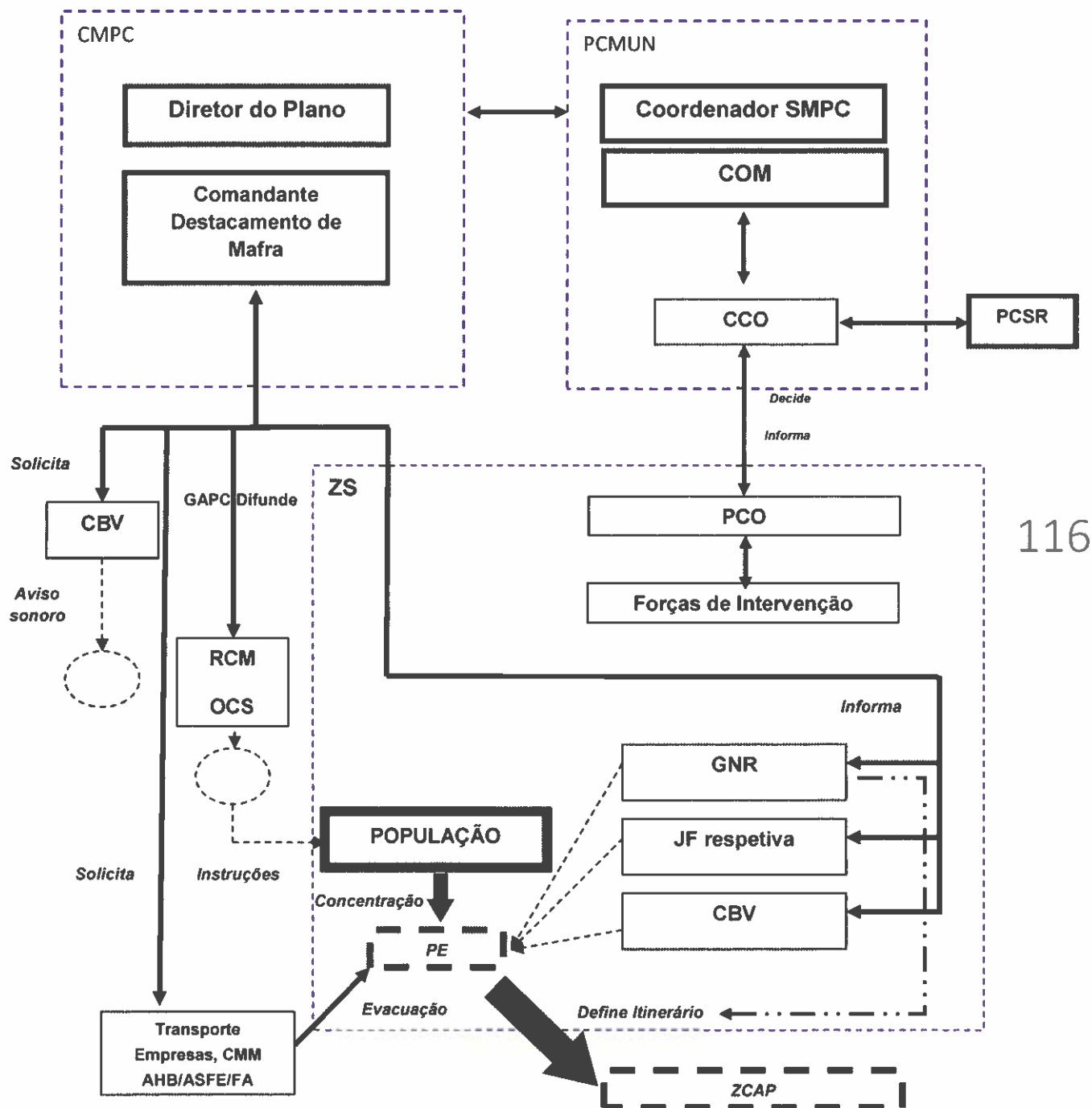


Figura 32 - Organograma da evacuação

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.7 – Manutenção da Ordem Pública

MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	
Entidade Coordenadora: Guarda Nacional Republicana	
<u>Entidades Intervenientes:</u> – Guarda Nacional Republicana (GNR); – Serviço de Polícia Municipal (SPM); – Autoridade Marítima (AM); – Empresas de segurança privada (ESP) <i>vide III-2</i>; – Departamento Obras Municipais e Ambiente (DOMA).	
<u>Prioridades de ação:</u> – Garantir a manutenção da lei e da ordem; – Proteger as populações afetadas e os seus bens, impedindo roubos e pilhagens, criando perímetros de segurança cuja vigilância é assegurada pela GNR e SPM; – Garantir a segurança de infraestruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de proteção civil, através do patrulhamento regular por agentes da autoridade; – Proteger propriedades públicas, as quais podem estar sujeitas a saque ou outras atividades criminosas, bem como controlar os acessos através da identificação das pessoas que lhes acedam; – Garantir o condicionamento e controlo de acessos e veículos ao TO e Postos de Comando, através do registo de identificação de pessoas e matrículas; – Garantir a segurança dos corredores de circulação das viaturas de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas; – Manter desimpedidos os caminhos de evacuação; – Assegurar a segurança nas ações relativas à mortuária.	
<u>Instruções Específicas: Segurança Pública</u>	

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- No Concelho de Mafra, cabe ao Destacamento da GNR, as atividades de ordem pública, segurança e controlo de tráfego, através dos efetivos existentes na sede e nos postos da Ericeira, Mafra, Malveira e Livramento, com o apoio da Polícia Municipal;
- A Capitania do Porto de Cascais pode ser chamada a participar nas atividades de ordem pública, segurança e controlo de tráfego, através dos agentes da Polícia Marítima sob seu comando;
- As atividades de ordem pública, segurança e controlo de tráfego são coordenadas, ao nível da CMPC, pelo comandante do Destacamento da GNR, cujas responsabilidades são as seguintes:
 - Mobilizar os meios próprios necessários à ordem pública, segurança e controlo de tráfego;
 - As Forças de Segurança garantem, dentro do possível, o condicionamento e controlo de acesso de pessoas e veículos à zona afetada e às zonas envolventes do sinistro (ZA, ZCR, ZCAP, ZRnM e NecPro);
 - Determinar a convocação do pessoal de folga, se necessário;
 - Assegurar a operacionalidade permanente dos meios necessários à manutenção da ordem pública, segurança e controlo de tráfego;
 - Atualizar os procedimentos referentes à ordem pública, segurança e controlo de tráfego, em estreita colaboração com os restantes ALPC;
 - Compete às forças de segurança patrulhar as zonas afetadas e evacuadas com vista a garantir a segurança física da população e proteger a propriedade privada e a impedir roubos ou pilhagens;
 - A GNR garante o tráfego rodoviário em direção às zonas de sinistro, efetuando as eventuais alterações à circulação a que houver necessidade, e garantem a manutenção de ordem pública com as suas forças de intervenção. Poderão criar barreiras ou outros meios de controlo, com o apoio de material cedido pelo DUOMA, bem como corredores de emergência;
 - Compete à GNR garantir a segurança de estabelecimentos públicos ou de infraestruturas consideradas sensíveis, designadamente instalações de interesse público e/ou estratégico para as operações. Este controlo de segurança poderá implicar o apoio de empresas de segurança privadas, a mobilizar pelo detentor da instalação;
 - Compete também à GNR, distribuir controlar e garantir a segurança no Teatro de Operações;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- O COS poderá considerar necessária a criação de perímetros de segurança que serão por ele estabelecidos. A segurança no interior destes deve ser assegurada pelas forças de segurança;
- O perímetro de segurança pode ser exterior (montado ao longo da infraestrutura onde se situa o PCMun, com um Posto de Controlo à entrada do perímetro exterior, que faz o controlo de acessos ao PCMun) ou interior (sendo garantido por barreiras físicas, com controlo de acessos e com segurança de área executada pela força de segurança territorialmente competente);
- O Destacamento da GNR garante a segurança dos corredores de circulação das viaturas de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas (por exemplo: hospitais de campanha) para apoio à prestação de cuidados médicos;
- O SPM coopera com o comando da GNR em todas as missões referidas atrás e sob coordenação da mesma.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	---

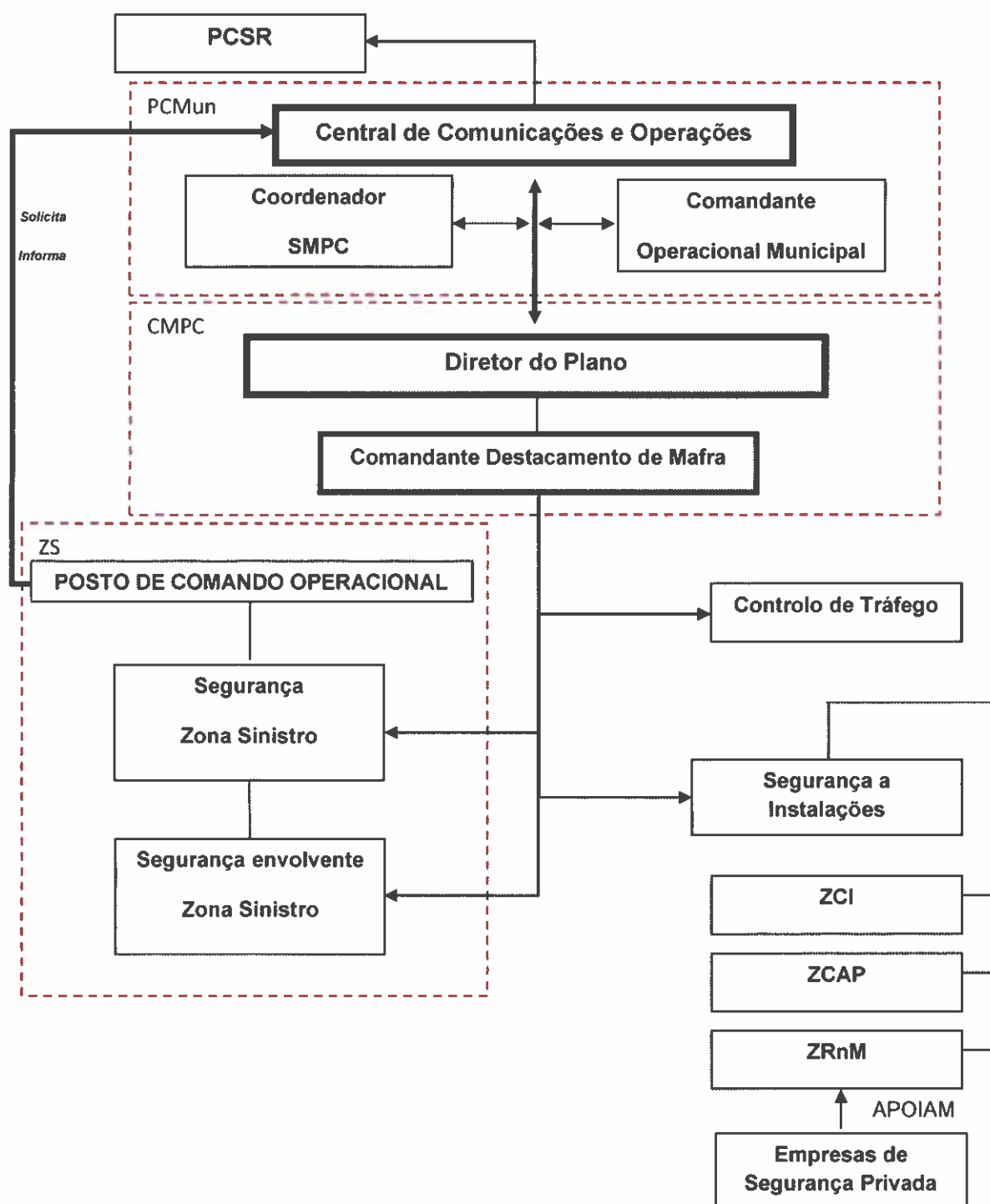


Figura 33 - Organograma da manutenção da ordem pública

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.8 – Serviços médicos e transporte de vítimas

SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS
Entidade Coordenadora: Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (na área do pré-hospitalar) e Autoridade de Saúde concelhia (na área hospitalar).
<u>Entidades Intervenientes:</u> – Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo – Autoridade de Saúde Concelhia; – Centros de Saúde do Município de Mafra; – Corpos de Bombeiros (CB) - vide III-2; – Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação (ASFE); – Forças Armadas (FA); – Hospital de Santa Maria, Hospital Beatriz Ângelo, Hospital de Torres Vedras; – Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).
<u>Prioridades de ação:</u> – Minimizar as perdas humanas, limitando as sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano, assegurando a utilização coordenada de meios, incluindo a evacuação secundária de feridos ou doentes graves; – Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas áreas atingidas, nomeadamente a triagem, estabilização e transporte das vítimas para as Unidades de Saúde; – Coordenar as ações de saúde pública, nomeadamente o controlo de doenças transmissíveis e da qualidade dos bens essenciais (alimentação, água, medicamentos e outros); – Assegurar a montagem, organização e funcionamento de Postos de Triagem, Postos Médicos Avançados e de Hospitais de campanha; – Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas; – Determinar os hospitais de evacuação: Hospital de Torres Vedras e Hospital Beatriz Ângelo;

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	--

- Implementar um sistema de registo de vítimas desde o TO até à Unidade de Saúde de destino;
- Inventariar, convocar, reunir e distribuir o pessoal dos Serviços de Saúde, nas suas diversas categorias, de forma a reforçar e/ou garantir o funcionamento de serviços temporários e/ou permanentes;
- Inventariar danos e perdas nas capacidades dos serviços de saúde, bem como das que se mantêm operacionais na Zona de Sinistro;
- Organizar o fornecimento de recursos médicos.

Instruções Específicas:

- A triagem primária é da competência da Área de Intervenção de Socorro e Salvamento, sendo realizada pelos CB da área, sob coordenação do INEM;
- A localização dos postos/áreas de triagem é identificada pelo PCO e deverá estar tão perto quanto possível das zonas mais afetadas dentro da Zona de Sinistro, respeitando as necessárias distâncias de segurança;
- O INEM monta postos de triagem e de assistência pré-hospitalar de acordo com a necessidade, promovendo a triagem das vítimas e a evacuação secundária, em articulação com os agentes locais de proteção civil (sobretudo FA, ASFE, ARS, CB), conforme as disponibilidades;
- O transporte de vítimas até aos postos de triagem e de assistência pré-hospitalar (evacuação primária) é efetuado pelos CB e INEM, em articulação com o PCMun. A evacuação secundária é coordenada pelo INEM, em articulação com o PCMun e efetuada em ambulâncias do INEM, CB, ASFE ou eventualmente, em viaturas das FA;
- Os cadáveres identificados na triagem primária serão posteriormente encaminhados para a Zona de Transição (ZT), aplicando-se os procedimentos da Área de Intervenção dos Serviços Mortuários;
- As FA colaboram na prestação de cuidados de saúde de emergência, na medida das suas disponibilidades, contribuindo ainda, desde que possível, para o esforço de evacuação secundária;
- A ARS de Lisboa e Vale do Tejo, através da Autoridade de Saúde Concelhia, assegura a articulação com as unidades hospitalares e com os Centros de Saúde da sua área de jurisdição, com vista a garantir a máxima assistência médica possível;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Serão utilizadas as estruturas hospitalares públicas de referência do Distrito de Lisboa conforme determinado pela ARS.

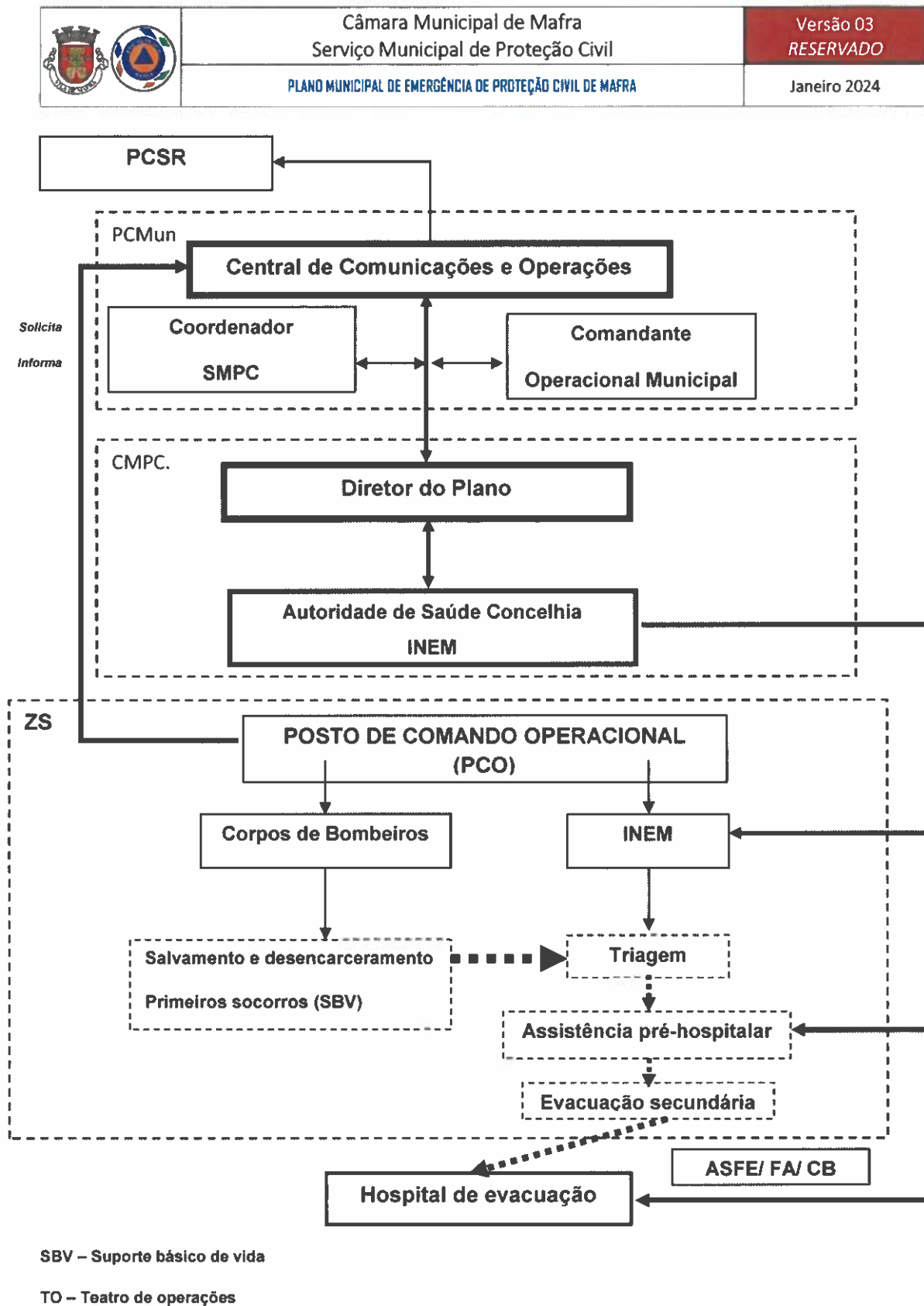


Figura 34 - Organograma dos serviços médicos e transporte de vítimas

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.8.1 – Apoio psicológico

APOIO PSICOLÓGICO	
Entidade Coordenadora: Divisão de Intervenção Social, Saúde, Emprego e Habitação (DISSEH)	
<u>Entidades Intervenientes:</u> – Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo – Autoridade de Saúde Concelhia; – Centros de Saúde do Município de Mafra; – Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);	
<u>Prioridades de ação:</u> – Garantir a mobilização de meios e recursos necessários ao apoio psicológico; – Prever mecanismos de evacuação das vítimas primárias do local da ocorrência para as Zonas de Apoio Psicológico (ZAP); – Assegurar o apoio psicológico imediato e de continuidade a prestar às vítimas primárias e secundárias na ZAP; – Assegurar o apoio psicológico às vítimas terciárias; – Assegurar que as vítimas que apresentem necessidades de apoio social são encaminhadas para as Zonas de Concentração e Apoio às Populações (ZCAP); – Assegurar o apoio psicológico à população presente nas ZCAP; – Assegurar o apoio psicológico às vítimas secundárias que se encontram nas Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e nos Necrotérios provisórios (Necpro).	
<u>Instruções Específicas:</u> – A triagem primária é da competência da Área de Intervenção de Socorro e Salvamento, sendo realizada pelos CB da área, sob coordenação do INEM; – A localização dos postos/áreas de triagem é identificada pelo PCO e deverá estar tão perto quanto possível das zonas mais afetadas dentro da Zona de Sinistro, respeitando as necessárias distâncias de segurança; – O transporte de vítimas até aos postos de triagem e de assistência pré-hospitalar (evacuação primária) é efetuado pelos CB e INEM, em articulação com o PCMun. A evacuação secundária	

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

é coordenada pelo INEM, em articulação com o PCMun e efetuada em ambulâncias do INEM, CB, ASFE ou eventualmente, em viaturas das FA.

4.9 – Socorro e salvamento

SOCORRO E SALVAMENTO	
Entidade Coordenadora: Posto de Comando Municipal	
Entidades Intervenção:	
– SMPC - Câmara Municipal (SMPC); – Autoridade Marítima (AM)/Polícia Marítima (PM); – Corpos de Bombeiros (CB) - vide III-2; – Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação (ASFE); – Forças Armadas (FFAA); – Guarda Nacional Republicana (GNR); – Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); – Sapadores Florestais (SF).	
Prioridades de ação:	
– Assegurar a minimização de perdas de vidas, através das ações de busca e salvamento decorrentes do acidente grave ou catástrofe; – Assegurar a constituição de equipas no âmbito das valências do socorro e salvamento e garantir a sua segurança; – Avaliar as áreas afetadas onde deverão ser desencadeadas ações de busca e salvamento, nomeadamente tendo em conta as informações a disponibilizar, eventualmente, pelas ERAS; – Efetuar o escoramento de estruturas, eventualmente, após a avaliação de estabilidade pelas Equipas de Avaliação Técnica (EAT); – Assegurar a contenção de fugas e derrames de substâncias perigosas; – Executar o socorro às populações, em caso de inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os sinistros, incluindo o socorro a náufragos e buscas subaquáticas;	

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Supervisionar e enquadrar operacionalmente eventuais equipas de salvamento oriundas de organizações de voluntários;
- Colaborar na determinação de danos e perdas;
- Propor a definição de zonas prioritárias nas áreas afetadas pela situação de emergência.

Instruções Específicas:

- A intervenção inicial cabe prioritariamente às forças mais próximas do local da ocorrência, sobretudo os CB e Postos da GNR, ou àquelas que se verifique terem uma missão específica mais adequada;
- Os CB asseguram primariamente as operações de busca e salvamento e de combate a incêndios;
- Para a prossecução da sua missão, em caso de necessidade imediata, os CB podem recorrer a meios mobilizados através do PCMun;
- A coordenação e atribuição de missões às forças de reforço são executadas pelo PCMun. A receção e concentração dos reforços são realizadas no Centro Municipal de Proteção Civil de Mafra;
- O PCO em conjunto com o PCMun determina as questões relacionadas com a assistência às populações, nesta condição, os CB, em cooperação com as demais forças de intervenção no TO, devem:
 - Controlar todo o perímetro da ocorrência, com o apoio das forças de segurança;
 - Avaliar as necessidades de pessoal e equipamentos em operação e quando não necessários às ações a desenvolver, dispensa-los;
 - Solicitar e providenciar alimentação, vestuário, combustível e outras necessidades para pessoal e equipamentos;
 - Solicitar ao PCMun os equipamentos especiais necessários, como máquinas de rasto, gruas, etc.;
 - Estabilizar as radiocomunicações, através da área de comunicações;
 - Solicitar apoio ao PCMun, caso as operações se tornem muito prolongadas;
- As atividades relacionadas com o socorro e salvamento são coordenadas, ao nível da CMPC, pelo comandante operacional municipal, através do PCMun, cujas responsabilidades são as seguintes:
 - Coordenar, acompanhar e monitorizar as ações do PCMun;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	---

- Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro;
 - Promover a elaboração de Planos Prévios de Intervenção (PPI), para zonas e riscos identificados, com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
 - Promover reuniões periódicas de trabalho com os comandantes dos corpos de bombeiros sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional;
 - Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional;
 - Atualizar os procedimentos referentes ao socorro e salvamento, em estreita colaboração com os comandantes dos corpos de bombeiros.
- As ações de busca, socorro e salvamento poderão ser apoiadas por meios aéreos, após coordenação com o escalão superior e dependente da disponibilidade das aeronaves, devendo ser usado o Heliporto Municipal de Mafra como centro de meios aéreos de referência;
 - Para as ações de contenção de fugas e derrames, serão chamadas a intervir empresas privadas responsáveis pelos produtos derramados;
 - A GNR participa primariamente nas operações que se desenvolvam na sua área de atuação, podendo atuar com apoio de outras forças;
 - A GNR participa nas operações com as valências de busca e salvamento em ambiente urbano e cinotécnica, na respetiva área de jurisdição ou em regime de complementaridade nas restantes;
 - A AM/PM assume a responsabilidade e coordenação das operações de busca e salvamento nos domínios públicos hídrico e marítimo;
 - As FFAA participam nas operações de busca e salvamento;
 - Quando a gravidade e dimensão da emergência não seja compatível com o normal encaminhamento do pedido de colaboração ao Exército, via PCSR, o Diretor do Plano, por manifesta urgência, solicita diretamente ao respetivo comandante de unidade a intervenção dos recursos das Forças Armadas;
 - A ASFE executa missões de apoio ao socorro, sob coordenação do PCMun.

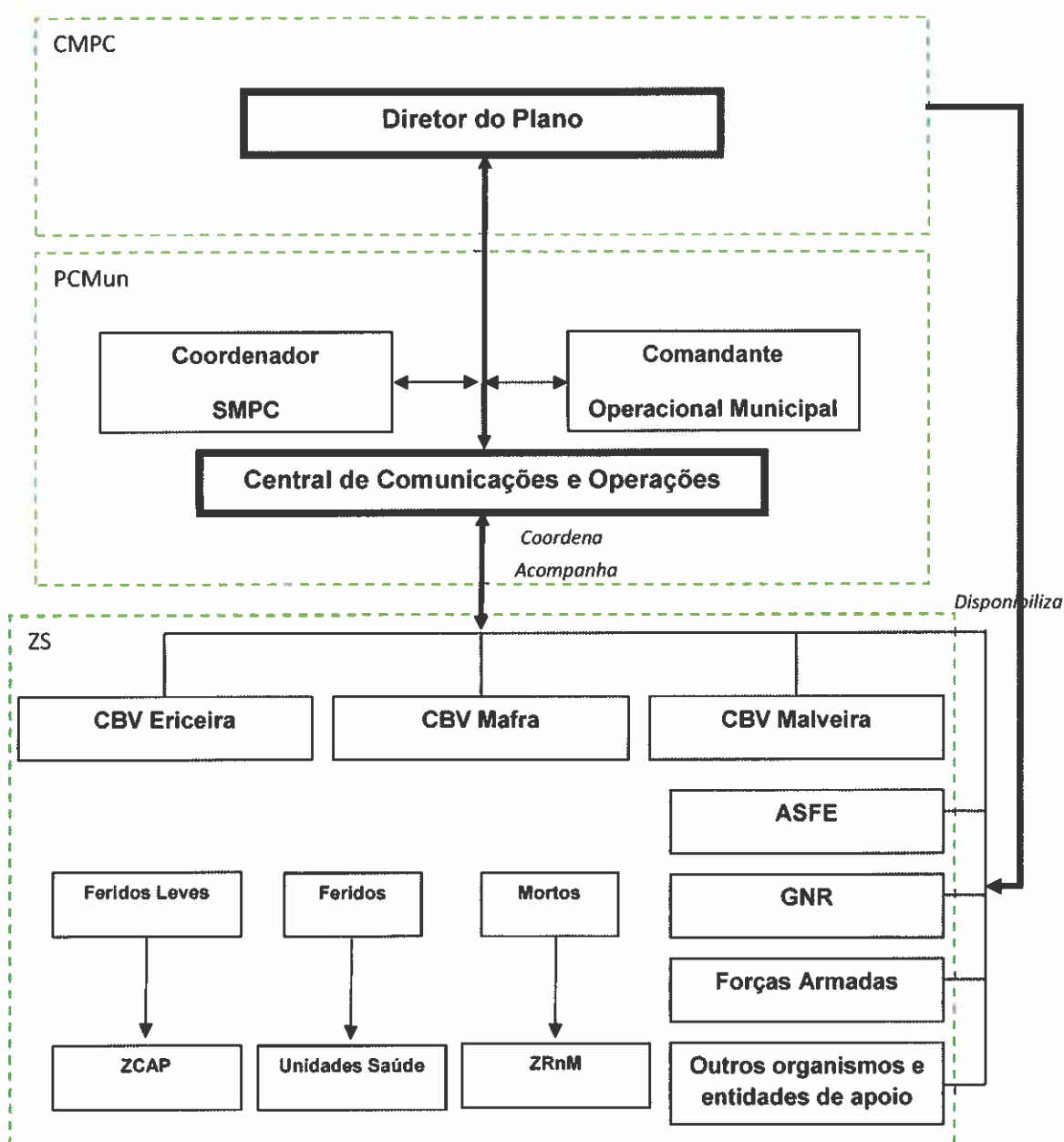


Figura 35 - Organograma do socorro e salvamento

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.10 – Serviços mortuários

SERVIÇOS MORTUÁRIOS	
Entidade Coordenadora: Ministério Público (MP), coadjuvado técnica e operacionalmente pelo INMLCF	
<u>Entidades Intervenção:</u> – Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo – Autoridade de Saúde Concelhia; – Autoridade Marítima (AM)/Polícia Marítima (PM); – SMPC – Câmara Municipal de Mafra (CM); – Corpos de Bombeiros (CB) - vide III-2; – Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação (ASFE); – Forças Armadas (FA); – Guarda Nacional Republicana (GNR); – Instituto de Registos e Notariado (IRN) – Conservatória do Registo Civil de Mafra; – Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF); – Polícia Judiciária (PJ);	
– <u>Prioridades de ação:</u> – Assegurar a constituição das Zonas de reunião de Mortos (ZRnM) e dos Necrotérios Provisórios (NecPro); – Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas; – Assegurar a presença da GNR nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança; – Assegurar o correto tratamento dos cadáveres, conforme os procedimentos operacionais previstos; – Fornecer à Área de Intervenção da Informação Pública e à direção do plano listas atualizadas das vítimas mortais e dos seus locais de sepultamento; – Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;	



- Garantir uma eficaz recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação dos cadáveres, nomeadamente no que respeita: à colheita de dados *Post-mortem* (PMort), à colheita de dados *Ante-mortem* (AMort) e ao cruzamento de dados PMort/AMort;
- Assegurar a inventariação dos locais destinados a sepultamentos de emergência;
- Providenciar, em articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico às Forças de Intervenção, o fornecimento de sacos para cadáveres às forças empenhadas nas operações;
- Receber e guardar os espólios dos cadáveres, informando o “Centro de Pesquisa de Desaparecidos” (em articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico à População);
- Garantir uma correta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.

Instruções Específicas:

- O fluxograma só se aplica a cadáveres encontrados em zonas públicas, incluindo zonas de domínio público marítimo/hídrico, ou em edifícios colapsados;
- As atividades relacionadas com os serviços mortuários são coordenadas, ao nível da CMPC, pela Autoridade de Saúde concelhia, cujas responsabilidades são as seguintes:
 - Organizar o registo dos mortos;
 - Fazer a ligação ao INMLCF, IRN e MP;
 - Dirigir as ações de mortuária;
 - Atualizar os procedimentos referentes aos serviços de mortuária, em estreita colaboração com as várias entidades envolvidas.
- As forças de socorro serão informadas acerca da localização das ZRnM e dos NecPro pelo PCMun, via comunicações rádio;
- Os cadáveres que se encontrem em Hospitais de Campanha ou Postos Médicos Avançados são encaminhados para ZRnM desenrolando-se, a partir daí, os procedimentos previstos no fluxograma;
- Nas ZRnM e nos NecPro, executam-se os habituais procedimentos de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver, verificação do óbito e autópsia;
- Para a instalação de ZRnM e NecPro deverão ser escolhidas instalações onde haja um piso em espaço aberto, plano e fácil de limpar, com boa drenagem, ventilação natural, provido de água corrente e energia elétrica. Na seleção destes locais devem ser tidas em conta, ainda, as acessibilidades, as comunicações, a privacidade, a disponibilidade e as facilidades de condições

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

de segurança. Em geral, as instalações mais indicadas para local de reunião de vítimas mortais são os pavilhões gimnodesportivos, armazéns e edifícios similares;

- Relativamente a vítimas de suposta nacionalidade estrangeira, é acionado no NecPro o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para obtenção de dados para a identificação da mesma;
- A aposição de tarja negra e de etiqueta numa vítima, sob supervisão de um médico, corresponde à verificação do óbito, devendo ser feita na triagem de emergência primária, sempre que possível;
- A autorização antecedente é solicitada ao magistrado do MP designado ou integrado na estrutura onde esteja presente;
- Das ZRnM os cadáveres transitam posteriormente para os NecPro, para realização, nestes, de autópsia médico-legal (entendida como os procedimentos tendentes à identificação do cadáver e estabelecimento da causa de morte) e subsequente entrega do corpo ou partes de cadáveres aos familiares, com a respetiva emissão dos certificados de óbito;
- Os NecPro municipais são coincidentes com as ZRnM estarão localizadas conforme Parte III - Anexo 1;
- As Zonas Portuárias poderão servir de NecPro para os cadáveres ou partes de cadáveres localizados no espaço da sua jurisdição;
- Compete à GNR, SPM e AM, nas respetivas áreas territoriais de responsabilidade, coordenar e promover a segurança no transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;
- Compete à GNR e AM, nas respetivas áreas territoriais de responsabilidade, coordenar e promover a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados (*"bodybags"*), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas;
- Os CB, a ASFE e as FA, mediante as suas disponibilidades, colaborarão nas operações de remoção dos cadáveres para as ZRnM e destas para os NecPro;
- As necessidades de transporte de pessoas e equipamento serão supridas pela Área de Intervenção de Apoio Logístico às Forças de Intervenção, de acordo com os meios disponíveis;
- O material sanitário, de mortuária e demais artigos necessários às operações será distribuído a pedido das forças de intervenção ou por determinação do PCMun;
- Compete à CMM providenciar equipamento para os NecPro de acordo com indicações do INMLCF, designadamente iluminação, macas com rodas, mesas, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

- Compete à entidade gestora das ZRnM e dos NecPro (INMLCF) fornecer ao MP a informação sobre vítimas falecidas, que a transmitirá ao PCMun, incluindo dados sobre o número de cadáveres admitidos, de corpos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios;
- Deverá ser assegurada a presença de representantes do IRN nos NecPro para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada;
- Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para o requerer, devem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário, devidamente acondicionados em sepultura comum, assegurando-se a identificabilidade dos mesmos até à posterior entrega a familiares para inumação ou cremação individual definitiva;
- Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde e decorrentes do acidente grave ou catástrofe adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Estes estabelecimentos constituem-se automaticamente como ZRnM pelo que, após cumprimento das formalidades legais internas e autorização do MP, o cadáver será transportado para o NecPro;
- Para os cadáveres que se encontrem dentro de um edifício colapsado adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Após cumprimento das formalidades anteriores, o cadáver será transportado para o NecPro.

133

Designação	Local	Freguesia/União Freguesia	Coordenadas
NecPro 01 - Rua 25 de Abril	Pastelaria e Confeitaria Rolo, Lda	Igreja Nova e Cheleiros	38°54'42.21"N 9°19'40.40"W
NecPro 02 - Estrada Nacional 8 nº 5,	Frutoeste, Lda.	Azueira e Sobral Abelheira	38°59'56.94"N 9°16'35.65"W

Tabela 17 - Localização NecPro e ZRnM

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Versão 03 RESERVADO Janeiro 2024
---	--	---

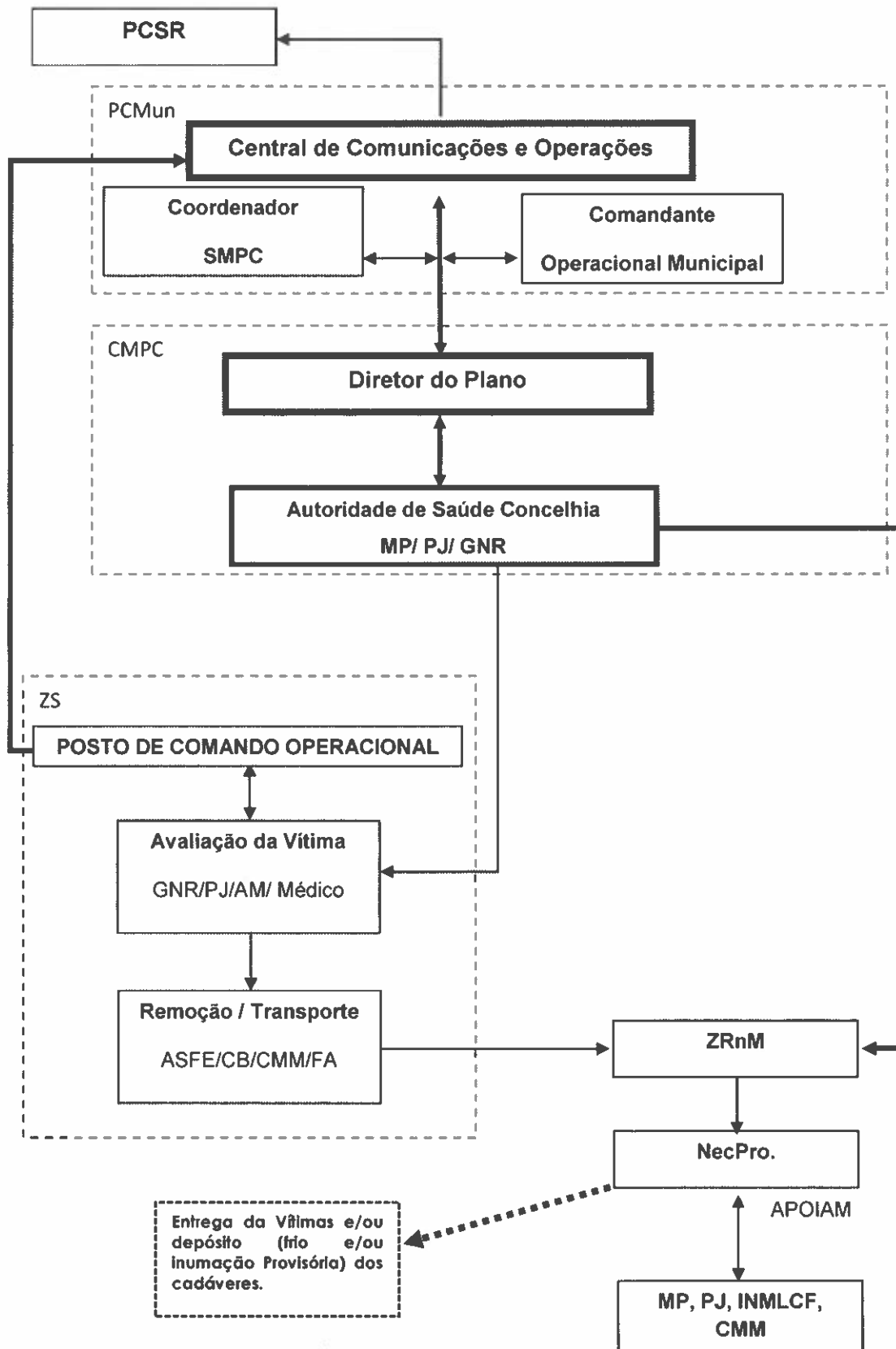


Figura 36 - Organograma dos Serviços Mortuários

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4.11 – Socorro e salvamento animal

SOCORRO E SALVAMENTO ANIMAL	
Entidade Coordenadora: Divisão do Ambiente/AHPSV	
Entidades Intervenientes:	
– SMPC - Câmara Municipal (SMPC); – Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária – Corpos de Bombeiros (CB) - <i>vide III-2</i>; – Centros de atendimento médico-veterinários (CAMV) - <i>vide III-2</i>;	
<u>Prioridades de ação:</u>	
– Assegurar a minimização de perdas de vidas animais, através das ações de busca e salvamento decorrentes do acidente grave ou catástrofe; – Avaliar as áreas afetadas onde deverão ser desencadeadas ações de busca e salvamento, nomeadamente tendo em conta as informações a disponibilizar, eventualmente, pelas ERAS ou pelos tutores dos animais; – Supervisionar e enquadrar operacionalmente eventuais equipas de salvamento e socorro oriundas de organizações de voluntários ou de centros de atendimento médico-veterinário; – Colaborar na determinação de danos e perdas; – Instalar um centro de acolhimento temporário, onde serão prestados cuidados de alojamento, veterinária e alimentação dos animais;	
<u>Instruções Específicas:</u>	
– A intervenção inicial, de resgate, cabe prioritariamente às forças mais próximas do local da ocorrência, entre os quais os CB que asseguram as operações de busca e salvamento animal; – Os CB podem recorrer a meios mobilizados através do PCMun para esse resgate e salvamento; – As atividades relacionadas com o socorro e salvamento animal são coordenadas, ao nível da CMPC, pelo comandante operacional municipal, através do PCMun, e pela Divisão de Ambiente (AHPSV)	

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Parte III – Inventários, Modelos e Listagens

1 - Inventário de meios e recursos

As listagens infra, fazem parte da NOP 05 do SMPC, em permanente atualização.

1.1 Equipamentos da Câmara Municipal e Juntas e Uniãos de Freguesia

Equipamento	Quantidade	Propriedade	Localização	Contactos
Veículo Volvo FM 12, com grua, caixa aberta e báscula	1	GIATUL Câmara Municipal	Abrunheira, Igreja Nova	961368050/ 966597183
Veículo Volvo FM 12, com caixa aberta e báscula	1			
Veículo Isuzu 5550 kg, com caixa aberta	1			
Veículo Mitsubishi 5500 kg, cabina dupla, 7 lugares	1			
Retroescavadora Fermec 760	2			
Pá carregadora CAT 924	1			
Autocarro Volvo 47 lugares	1			
Furgão Ford Transit 9 lugares	3			
Veículo Nissan 4x4	1			
CASE 1840 com Balde, Balde retro, garfo empilhador e escova	1	JF Ericeira	Ericeira	261 862 982
NISSAN CABSTAR (CABINE DUPLA)	1			
NISSAN CABSTAR com caixa aberta basculante, trilateral	1			
MITSUBISHI CANTER com Caixa aberta basculante, trilateral	1			
MITSUBISHI L200 caixa aberta	1			
Trator	4	UF Azueira/S. Abelheira		261 961 529
Trator com báscula e caixa aberta	1	U.F. Venda do Pinheiro / S.E. das Galés		219 862 022
Retroescavadora com cabina	1			
Trator 4X4	1	UF Malveira/ S.M. Alcainça		219 666 700

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

Trator 4X4	2	JF Santo Isidoro	Santo Isidoro	261 863 423
Trator	1	UF Enx- bispo / Gradil / V.F.Rosario		261 786 734
Carrinha Mazda c/tração	1	JF Mafra	Mafra	261 815 459

Tabela 18– Equipamentos da Câmara Municipal de Mafra e das Juntas de Freguesia

1.2 Equipamentos de entidades privadas

Equipamento	Quantidade	Propriedade	Localização	Contactos
Máquina de rastos com pá	1	Luís P. Reis, Lda.	Baleia	919 919 690 (Mário Reis) 919 919 692 (Luís Reis)
Camião basculantes	6			
Retroescavadora	1			
Giratória de rastos, pá 24 toneladas (várias)	6			
Trator com pá carregadora	1	Francisco José Lucas	Chanca	966 046 160
Retroescavadora	1	Américo Bastos	Monte Gordo	965 463 544
Giratórias Várias (25 ton, 14 ton, 8 ton, 4.5 ton)	várias			
Trator	2	Pedro José Rosa	Monte Gordo	910 927 646 (Pedro Rosa) 914 282 543 (irmã)
Retroescavadora	1	Empabel	S. da Abelheira	917 303 501 (Luís Henriques)
Retroescavadora	1	F. J. Gonçalves	Barril	967 045 310 (Francisco Gonçalves)
Giratória	1			
Retroescavadora Fermecc 860	2	J.J. Agostinho e F.	Encarnação	919 241 988 (Rui Agostinho)
Tratores de limpeza corta matos	1			
Cisterna 8.000 L, 18.000L e 20.000L	3	Nuno Reis	S. Domingos	938 340 979
Escavadora giratória	8	Diogo Alves Orlando Alves	Ribamar	261 862 748 966 037 887 966 037 886
Multifunções	1			
Pá carregadora de rodas	1			
Retroescavadora	4			

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

Giratória	12	Jofilipes Escavações e Transportes, Lda José Filipe 964 032 063 Paulo Filipe 917 597 300	Estrada Velha Avessada, Lote 7 - 2665-290 Malveira	219 663 990
Pá carregadora	3			
Bulldozer	4			
Motoniveladora	2			
Retroescavadora	2			
Camiões	25			
Trator c/ Joper	3			
Multifunções	2			
Camião água 20.000L	1			
Mini-Pás	2			

Tabela 19 - Equipamentos de entidades privadas

1.3 Locais para depósito de materiais inertes

Empresa	Local	Pessoa a contactar	Contacto
Pedreira abandonada	Santo Isidoro, Paço da Ilha, EM 616, sentido Ribamar	Cecília Duarte	927 806 911
Pedreira abandonada	Santo Isidoro, Lagoa de baixo, EM 554, sentido Lagoa	Cecília Duarte	927 806 911
Câmara Municipal de Mafra	Abrunheira – centro de recolha de resíduos	Eng. António Fernandes	966.597 183
Serviços de Gestão e Valorização de Resíduos (Saibreira)	Malveira, Rua das Dionísias	-	-

Tabela 20 – Locais de depósito de materiais inertes

1.4 Locais para armazenamento de emergência

Freguesia	Designação	Gestão	Área (m ²)	Contactos
Mafra	Centro Municipal de Proteção Civil	SMPC	300	261 818 261

Tabela 21 – Locais para armazenamento de emergência

1.5 Locais com capacidade alimentar

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Freguesia	Designação	Local	Produtos	Contactos
Igreja Nova	Pastelaria e Confeitaria Rolo, Lda.	Igreja Nova	Doçaria e Bolos	219 673 630
Mafra	Modelo	Salgados	Mercearia, Frescos, Outros Variados	707 106 666
Mafra	Hipermercado Continente	Mafra	Mercearia, Frescos, Outros Variados	707 106 666
Mafra	Hipermercado Intermarché	Mafra	Mercearia, Frescos, Outros Variados	261 816 130
Ericeira	Hipermercado Minipreço	Ericeira	Mercearia, Frescos, Outros Variados	808 200 795
Ericeira	Hipermercado Intermarché	Ericeira	Mercearia, Frescos, Outros Variados	261 249 830
Ericeira	Hipermercado Continente	Ericeira	Mercearia, Frescos, Outros Variados	261 026 670
Ericeira	Lidl	Ericeira	Mercearia, Frescos, Outros Variados	800 025 025
Malveira	Hipermercado Pingo doce	Malveira	Mercearia, Frescos, Outros Variados	219 966 810
Malveira	Hipermercado Intermarché	Malveira	Mercearia, Frescos, Outros Variados	219 666 980
Venda do Pinheiro	Pingo Doce	Venda do Pinheiro	Mercearia, Frescos, Outros Variados	938 875 867

Tabela 22 – Locais com capacidade alimentar

1.6 Locais com capacidade de materiais de construção e similares

Local	Empresa	Contacto
Mafra	AKI	261 091 200
Malveira	Bricomarché	219 667 710 933 420 352 (Paulo Alves)
Mafra	Carlos Alberto Batalha	261 810 050
Mafra	Arlindo Pesca	261 815 776 962 364 415 (Alberto Pesca) 965 592 880 (Ana Pesca)
Malveira	Carvalho e Afonso	219 666 850 965 087 975 (Luís Catarino)

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

		964 642 559 (Nelson Catarino)
Santo Isidoro	Jonobras	261 816 820 968 120 570 (João Alves)
Venda Pinheiro	JJA materiais construção	219 861 226 963 935 031 965 008 881 (Joaquim Manuel)

Tabela 23 – Locais com capacidade de materiais de construção e similares

1.7 Locais de reunião de mortos e morgues provisórias

Local	Empresa	Contacto
Vale do casal Milharado	Florêncio e Silva (camiões frio)	219 667 000
Estrada de S. Domingos, Encarnação	José M. Lucas, Lda. – Rações para animais	Tel: 261 856 093 Fax: 261 856 843
Rua 25 de Abril, Igreja Nova	Pastelaria e Confeitaria Rolo, Lda.	219 670 471

Tabela 24 – Locais de reunião de mortos e morgues provisórias

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

1.8 Centros de acolhimento provisórios

Pese embora se encontrem elencados os locais na tabela 18, estão consideradas 8 ZCAP municipais, que reúnem as melhores condições e que têm uma área de abrangência que engloba todas as freguesias:

Freguesias a abranger	Freguesia/União de Freguesia	Localidade	Coletividade	Contacto	Área coberta	Valências								Capacidade Alojamento
						Coz	WC	Chu	Câmara frio	Gás garrafa	Gás canaliz	Energia	Água	
Azueira e Sobral da Abelheira	Azueira e Sobral da Abelheira	Livramento	S.C. Livramento	937 050 031 965 058 801	1000 m ²	500	4	10	3 arcas		x	x	x	90 a 185
Encarnação	Encarnação	Encarnação	S.C. Encarnacense	917256872	1000 m ²	350	6	20	câmara + 3 arcas		x	x	x	90 a 185
Igreja Nova e Cheleiros	Igreja Nova e Cheleiros	Cheleiros	Centro de Dia	968 941 328	900 m ²	100	8	2	4 arcas + 2 combi	x		x	x	45
Mafra	Mafra	Achada	A.D.R. Achada	936 852 211 919 364 350	2200 m ²	300	3	8	1 Câmara + 1 arca horiz + 3 armários**	x		x	x	200
Santo Isidoro Enceira	Santo Isidoro	Ribamar	A.M Ribamar	914227231	2000 m ²	200	4	10	1	x		x	x	180 a 360
Milharado Malveira	Milharado	Milharado	A.C.D. Milharado	914 528 690	4000 m ²	700	10	15	2		x	x	x	360 a 720
Alcainça Malveira	Malveira e S.M. Alcainça	Alcainça	A.C. Alcainça	963781047	1000 m ²	500	4	13	4 arcas + 2 frigo + 1 movel frio		x	x	x	250
Venda e Santo Estêvão	Venda do Pinheiro e S.E. Galés	Venda do Pinheiro	Pav. Desportivo	934500504	1000 m ²	300	6	10	0	x		x	x	90 a 185

Tabela 25 – Centros de acolhimento provisórios

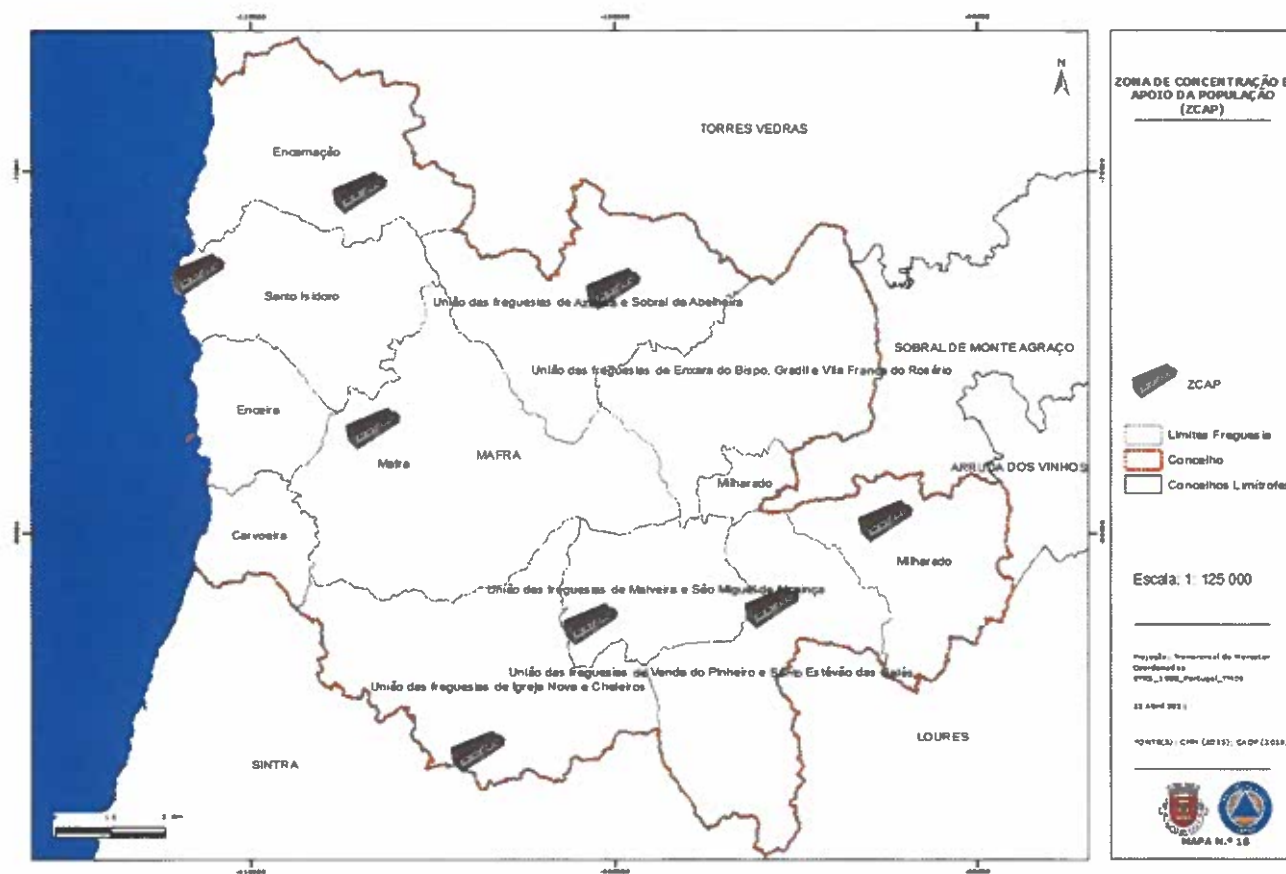


Figura 37 – Zonas de Concentração e Apoio da População (ZCAP)

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

Centros de acolhimento provisórios

Valências																
Freguesia/ União de Freguesia	Coletividade	Contacto	Área coberta	Coz	W C	Chu	Câmara de frio	Gás		Energia		Água		Combustíveis		Capacidade
								Gar	Can	Rede	Pró	Red e	Pró	Gasóleo	Gasolina	Alojamento
Azueira e Sobral Abelheira	Salão Paroquial	963 063 132	150 m2	150	2	2	1	x		x		x				14 a 30
	C. R. Aboboreira	969 321 062	150 m2	100	2			x		x		X				14 a 30
	A. C. D. Barras	962 562 933	100 m2							X		X				
Carvoeira	C. D. Pobral	966 091 183	1000 m2	200	4	50	1		x	x	x	x	x	x		90 a 185
	C. A. Carvoeira	966 732 854	300 m2	150	2	4	2 Arcas	x		x		X				
	G.D. F. B. Brincosa	914 387 271	300 m2	150	4	20	1	x		x		x				
	C. C. R. Baleia	966 568 811	100 m2		2	2				x		x				
Igreja Nova e Cheleiros	A. R. Carvalhal	963 666 471	400 m2	50	2	2		x		x		x				
	S. R. Cheleiros	966 848 076	150 m2	50	2	10		x		x		x				
	J.F Cheleiros	926 237 744	150 m2							x						
Encarnação	G. D. Barril	917 535 816	500 m2	400	4	20	2 Arcas	x		x		x	x			45 a 93
Gradil, Enxara do Bispo e VF Rosário	A. C. Enxara Bispo	918 237 210	500 m2	150	6			x		x		x				45 a 93
	Enxara Cavaleiros	963 762 741	200 m2	150	2			x		x		x				
	R. F. Ervideira	914 703 653	200 m2		2			x		x		x				

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil							Versão 03 RESERVADO	
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA							Janeiro 2024	

Ericeira	Mercado Municipal	261 865 346	1000 m2		4		6			x		x				90 a 185
	U. C. D. Seixal	915 748 603	400 m2							x		x				
Gradil, Enxara do Bispo e VF Rosário	Casa Mãe do Gradil	261 961 232	300 m2	100	6	20		x		x		x				
	Casa do Povo	261 963 536	150 m2	150	2	2	1	x		x		x				
Igreja Nova e Cheleiros	G. D. Igreja Nova	926 237 750	500 m2	200	4	20	2 Arcas	x		x		x				45 a 93
	S.D. Unidos Boco	939 472 745	500 m2	200	4	20	2 Arcas	x		x		x				45 a 93
Mafra	C. D. de Mafra	917 234 039	1000 m2	300	2	10	2		x	x		x				90 a 185
	C. D. Sobreirense	917 628 782	500 m2	250			3 Arcas	x		x		x				45 a 93
	G. Gonçalvesense	965 402 359	1000 m2	200	4	10		x		x		x				90 a 185
	G. Barreiralense	919 925 028	300 m2	200	2		2 Arcas	x		x		x				
	S. C. Murgeirense	963 182 274	200 m2	300	3	5	3 Arcas	x		x		x				
	R. F. Cantarinhas	938 112 103	200 m2	150	2	4	3 Arcas	x		x		x				
	Casa Povo Mafra	962706862	200 m2	100	4	4	2 Arcas	x		x		x				
	EA	261 812 105														100 a 180
Malveira e S.M. Alcaíça	P. Multi. Malveira	966 914 266	500 m2	150	4	20	2 Arcas	x		x		x				45 a 93
	Edifício J Freguesia	966 914 266	150 m2	150	8	30	3 Arcas		x	x		x	x			
	Salão Paroquial		300 m2		2					x		x				
Milharado	C. S D. Juromelo	924 092 394	1800 m2	400	2			x		x		x				
	A. C. R. Calvos	965 332 424	600 m2	300	2			x		x		x				
	C. D. Povoense	918 696 400	800 m2	100	4	15		x		x		x				
	A. M. C. Tituaria	914 611 160	300 m2	150	2			x		x		x				

144

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

	C. D. Cachoeira	219 855 863	300 m2	300	2			x		x		x				
	S. R. Casais Serra	917 608 002	200 m2	150	2			x		x		x				
	C. Brejos Roussada	916 973 269	200 m2	150	2			x		x		x				
Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Salão Paroquial	969 687 042	800 m2	300	8	5	2 Arcas	x		x		x				
	C. D. Montemuro	916 768 336	300 m2	150	4	20	3 Arcas	x		x		x				
	A. C. D. Bocal	219 751 582	200 m2	100	2	20	2 Arcas	x		x		x				
	C. R. Rogel	914 879 885	300 m2	150	3	3	2 Arcas	x		x		x				
Santo Isidoro	G. C. D. Lagoa	917 244 863	350 m2	350	4	10	2 Arcas	x		x		x	x			
	Unidos S. Isidoro	964 788 994	250 m2	100	4	12	1	x		x		x	x			
	C. R. Monte Bom	962 607 888	150 m2	100	2			x		x		x				
	Sede Escoteiros	962 607 888	300 m2	200	4	12		x		x		x				
Azueira e Sobral da Abelheira	G. R. Sobralense	913 583 580	400 m2	350	2	4	1	x		x		x				
Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	A. M. Charneca	918 494 472	300 m2	200	2		1	x		x		x	x			
	C. Venda Pinheiro	912 149 686	300 m2	150	2		3	x		x		x				
	Asseiceira Pequena	219 863 053	400 m2	200	2			x		x		x				
Gradil, Enxara do Bispo e VF Rosário	C. D Vila F. Rosário	914 133 331	100 m2		2	10		x		x		x				
	Salão de Festas	962 741 498	50 m2							x		x				

145

Tabela 26 – Centros de acolhimento provisórios

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

1.9 Locais de acolhimento provisório em equipamento turístico

Nome	Morada	Telefone	Fax	n.º quartos	n.º camas
Hotel Castelão	Av. 25 de Abril-2640-456 MAFRA	261 816 050	261 816 059	21	45
Hotel Pedro Pescador	Rua Dr. Eduardo Burnay, 22-2655-370 ERICEIRA	261 864 032	261 862 321	25	49
Hotel Vila Galé	Rua Porto Revez – 2655-320 ERICEIRA	261 869 900	261 869 950	202	404
Hotel Vilazul	Calçada da Baleia, 10 -2655-238 ERICEIRA	261 860 000	261 862 927	19	28
Residencial Bernardo	Rua Prudêncio Franco da Trindade, 11-2655-344 ERICEIRA	261 862 378	261 862 378	5	8
Residencial Camarão	Travessa do Espírito Santo 2665-275 ERICEIRA	261 862 665	261 864 402	22	47
Residencial Fortunato	Rua Dr. Eduardo Burnay, 7 2655-370 ERICEIRA	261 862 829	261 862 829	21	25
Residencial Vinnus	Rua Prudêncio Franco da Trindade, 19 -1ª 2655-344 ERICEIRA	261 863 830	261 863 686	12	24
Casa do Sol	Rua Prudêncio Franco da Trindade, 7 2655-344 ERICEIRA	261 864 400	261 864 402	9	21
Beachtour Ericeira	Rua Mira Parque, 2 A-B 2655-231 ERICEIRA	261 860 230	261 860 239	100	320
Vila Ana Margarida	Estrada Nacional, nº 247 2655 ERICEIRA	261 862 810	261 863 061	13	13
Vale Maciel	Ribeira Maciel Forro, 2640 MAFRA	967 617 446	...	5	10
Quinta dos Machados	Estrada Nacional 8 –Barras 2665-006 AZUEIRA	261 961 279	261 962 057	7	10
Quinta de Sant'Ana	Gradil 2665-133 GRADIL	261 961 224	261 962 486	10	20
Casal da Paz	Rua Coronel Calado, nº 2ª, Paz ,2640-566 MAFRA	261 812 899	261 812 899	6	8
Tapada Nacional de Mafra	Portão do Codeçal, 2640-602 MAFRA	261 817 050	261 814 984	9	16

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Alojamento Particular – Jacinta Marques	Rua Aquilino Ribeiro, nº2 2640 MAFRA	938 208 647	...	2	5
Alojamento Particular- Berta F. Alberto	Rua de Baixo nº 51 2655 ERICEIRA	261 862 213	...	2	3
Alojamento Particular – Tiago D. Matos	Quinta das Raposeiras 2640-065 SANTO ISIDORO	936 162 638	...	3	6
Alojamento Particular – Margarida Carrasco	Paço D'Iilhas 2640-068 SANTO ISIDORO	261 864 962	261 864 962	4	4
ERICEIRA CAMPING	Estrada Nacional 247, km 49,4, 2635-319 Ericeira	261 682 706	261 866 798	49	98
Casas da Relva	Caminho da Relva nº 3 Sobreiro	933501316		2	6
Coxos Beach Lodge	Estrada da praia dos coxos nº 2 Ribamar	910574101		11	19
Beija Flor House	Rua S.João nº 1 Ribamar	969006100		4	7

Tabela 27 – Locais de acolhimento provisório em equipamento turístico

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

1.10 Listagem de Peritos

Tipologia de risco	Entidade	Unidade Orgânica	Localização	Contactos
Sísmico (estruturas e construção civil)	CMM	Divisão de Segurança	Mafra	261 818 261
Estruturas e construção civil	CMM	Divisão de Obras Municipais	Mafra	261 810 100
Estruturas e construção civil	CMM	Fiscalização Técnica e Ordenamento do Território	Mafra	261 810 100
Queda Arribas	APA	Núcleo de Monitorização Costeira e Risco	Lisboa	21 472 82 00

Tabela 28 - Listagem de peritos

1.11 Agências funerárias

Freguesia/União Freguesia	Nome	Localização	Contactos
Azueira e Sobral da Abelheira	Agência Funerária Nossa Senhora da Luz	Rua Principal 13, bl.A, Lj 3 – Livramento 2665-015 Azueira	261 968 429
Ericeira	Agência Funerária da Ericeira	Rua Norte, 35 A 2655 Ericeira	261 862 317
Mafra	Funerária Mafrense	Rua Serpa Pinto 6B, 2640-534 Mafra	261 811 640 96 878 30 40
	Agência Funerária Santo André e Santa Marta	R. Ferreira de Castro 13A, 2640-482 Mafra	966 000 814
Malveira	Agência Funerária Santo André e Santa Marta	Rua 25 de Abril, 53 2665 Malveira	261 814 610
Milharado	Agência Funerária da Póvoa da Galega	Av. de Portugal 25A, 2665-000 Milharado	21 966 9092
Venda do Pinheiro e S. Estêvão Galés	Agência Funerária Central da Venda do Pinheiro	Avenida 9 de Julho, n.º 48C 2665-519 Venda do Pinheiro	219 669 092

Tabela 29 – Agências Funerárias

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

1.12 Restaurantes

FREGUESIA/UNIÃO FREGUESIA	NOME	MORADA	TELEFONE
CARVOEIRA	Barbatana	Rua do Passadiço, Bar 3 e 4, Praia Foz do Lizandro 2655-130 Carvoeira	261023913
	Cantinho da Rosa	Avenida 10 de Agosto, n.º 168 2655-135 Carvoeira	219613092
	Chapéu Preto	EN 247, n.º 36 2655-042 Cruz da Baleia	261862056
	Lapoint Surf & Turf	Rua das Cuveiras, n.º 2 2655-077 Carvoeira	
	Na Onda	Rua do Passadiço, n.º 2 2655-130 Foz do Lizandro	261866981
	Kanoa Beach Point	Rua do Passadiço, Bar 05, Foz do Lizandro 2655-130 Carvoeira	261867674
	Nalu Bowls	Rua do Passadiço, Bar 06, Foz do Lizandro 2655-130 Carvoeira	
	O Evaristo	EN 247, n.º 44 2655-042 Cruz da Baleia	261865802
	7 Janelas	Rua 5 de Outubro, n.º 11A 2655-255 Ericeira	261020206
ERICEIRA	A Tasquinha do Joy	Largo Ribas, n.º 34 2655-349 Ericeira	935919232
	Alternativa Exótica	Rua do Arrabalde, n.º 17A 2655-232 Ericeira	969396981
	Avó Restaurante	Rua dos Ferreiros, n.º 6 2655-280 Ericeira	968025223
	Ay Mamita!	Rua do Mercado, n.º 18 2655-306 Ericeira	965156259
	Be U	Rua dos Pocinhos, n.º 6, Lojas ABC 2655-333 Ericeira	918585501
	Bombordo da Ericeira	Fórum S. Sebastião, Loja H 2655-210 Ericeira	261865320
	Brisa	Rua Capitão João Lopes, n.º 14 2655-308 Ericeira	936460788
	Brunch Me	Rua 5 de Outubro, n.º 22 2655-255 Ericeira	919608120
	Cabana do Zé	Rua dos Ferreiros, n.º 3A 2655-279 Ericeira	910128668
	Calavera	Rua dos Ferreiros, n.º 2 2655-319 Ericeira	966266318
	California Tacos	Rua da Fonte do Cabo, n.º 60 2665-331 Ericeira	925721399
	Canastra	Rua Capitão João Lopes, n.º 8A 2655-295 Ericeira	261865367
	Canico	Largo de Santa Marta, n.º 4A 2655-238 Ericeira	261863367

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

ERICEIRA	Cantinho da Cattuxa	Rua do Emigrante, n.º 1, Loja 2 2655-319 Ericeira	261861030
	Casa das Três	Rua de Santo António, n.º 12A 2655-360 Ericeira	916916781
	O Farol	Rua do Ericeira, n.º 14A 2655-271 Ericeira	261862355
	Casa Mia	Fórum S. Sebastião, n.º 14, Loja L 2655-210 Ericeira	261405457
	Casa Portuguesa	Rua 5 de Outubro, n.º 8 2655-319 Ericeira	261866220
	Clube Naval da Ericeira	Porto de Pesca da Ericeira 2655-990 Ericeira	910424716
	ComPinta	Calçada da Baleia, n.º 7A 2655-329 Ericeira	261862842
	Cozinha 21	Praça dos Navegantes, n.º 21 2655-320 Ericeira	261145514
	Cucina 37	Rua Prudêncio Franco da Trindade, n.º 18 2655-344 Ericeira	261 144 582 925 569 447
	Dreams Burguer	Rua de São Félix, n.º 10 2655-253 Ericeira	261866590
	Esplanada Furnas	Rua das Furnas, n.º 2 2655-288 Ericeira	261864870
	Gabriel	Rua Manuel Ortigão 2655-304 Ericeira	261863349
	Gafanhoto	Rua da Conceição, n.º 8 2655-308 Ericeira	261864514
	Galiota	Rua Dr. Eduardo Burnay, n.º 6B 2655-369 Ericeira	261863837
	GREEN	Sem localização própria	967300118
	Green is Good	Travessa da Misericórdia, n.º 16 2655-311 Ericeira	916 762 158 261 145 324
	Hayaci	Rua do Carmo, n.º 40 2655-253 Ericeira	261862857
	Jangada	Rua das Silvas, You and The Sea Hotel 2655-230 Ericeira	261243375
	Jolly Good Fellow	Rua dos Ferreiros, n.º 5 2655-279 Ericeira	927 373 574 916 467 387
	La Calha	Largo dos Condes da Ericeira, n.º 16A 2655-272 Ericeira	261862403
	Le Kiosque à Pizzas	Parque Intermodal da Ericeira, Rua Alto da Camacha 2655-006 Ericeira	963135629
	Lucky Star	Largo da Fonte do Cabo, n.º 11 2655-001 Ericeira	261094124
	Luxembourg I	Praça dos Navegantes, n.º 19 2655-320 Ericeira	261 861 093
	Luxembourg II	Rua 5 de Outubro, n.º 4B 2655-255 Ericeira	261861409
	Magic Quiver Café	Rua Mendes Leal, n.º 24A 2655-305 Ericeira	261400307

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Maika'i	Ericeira Surf Center, Av. São Sebastião, n.º 36-B 2655-483 Ericeira	911882091
Mar à Vista	Rua de Santo António, n.º 16 2655-360 Ericeira	261 862 928
Mar D'Areia	Rua Fonte do Cabo, n.º 49 2655-285 Ericeira	261 862 222
Mar das Latas - Wine & Food	Rua Capitão João Lopes, n.º 24B 2655-295 Ericeira	916812221
Mar de Comida	Rua Professor Egas Moniz, n.º 2 2655-400 Ericeira	261021894
Marisqueira César	Estrada Nacional 247 2655-319 Ericeira	261 860 950
Marisqueira Furnas	Rua das Furnas, n.º 3 2655-288 Ericeira	261 867 914
Marisqueira Ribas	Rua Mendes Leal, n.º 32 2655-319 Ericeira	924025232
Mary's Burger	Praça dos Navegantes, Loja 6 E 2655-320 Ericeira	261 865 510
Mascalzone Latino	Rua dos Ferreiros, n.º 1 2655-279 Ericeira	934175630
Miyabi Sushi by Rodrigo Mattos	Rua Dr. Miguel Bombarda, n.º 1 2655-232 Ericeira	926611977
Morais	Rua Dr. Miguel Bombarda, n.º 1, R/C 2655-232 Ericeira	261025960
Neptune Surprise	EN 116, Pinhal dos Frades 2655-420 Ericeira	261865088
No Grau	Rua do Caldeira, n.º 52 2655-249 Ericeira	261 124 567 969 079 923
Nook	Urbanização Belo Horizonte, lote 20, Edifício OneWorld 2655-241 Ericeira	261860468
O Gadoxa	Rua 5 de Outubro, n.º 4A 2655-225 Ericeira	261866677
O Lacrau	Rua Dr. Eduardo Burnay, Lote C 2655-370 Ericeira	261863346
O Pontão	Galerias Comerciais de São Sebastião, Loja 33 2655-319 Ericeira	261090588
Ocidental	Praça dos Navegantes, Hotel Vila Galé 2655-320 Ericeira	261869900
Oh My Tasty	Praça dos Navegantes, n.º 2 2659-501 Ericeira	261141429
Onda D'Mar by Furnas	EN 247 2655-319 Ericeira	261 866 371 961 341 669
Onegai Sushibar	Travessa do Mercado, n.º 2 2655-325 Ericeira	968 209 460 261 862 239
Ooh La La	Rua Dr. Eduardo Burnay, 32A 2655-304 Ericeira	261064444
Ouriço Terrace	Travessa do Caminho Novo, n.º 7 2655-252 Ericeira	927 378 882

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

ERICEIRA	Panela dos Petiscos	Largo de Sta. Marta, n.º 3B 2655-357 Ericeira	962877474
	Pão da Vila - Central	Praça da República, n.º 7B 2655-347 Ericeira	261 866 300 962 294 755
	Pão d'Alho	Rua Eduardo Burnay, Lote 2 2655-368 Ericeira	261863762
	Pátio dos Marialvas	Rua Dr. Eduardo Burnay, n.º 69 2655-329 Ericeira	261864472
	Pearl Oyster and Wine Bar	Rua Dr. Eduardo Burnay, n.º 61 2655-329 Ericeira	261060157
	Pedra Dura	Rua Dr. Eduardo Burnay, n.º 36A 2655-370 Ericeira	261861541
	Pepe Verde	Rua Mender Leal, n.º 22 2655-319 Ericeira	932129506
	Petiskas	Largo dos Navegantes, n.º 17, R/C dto. 2655-320 Ericeira	261869653
	Pimentinha	Av. São Sebastião, n.º 14 2655-210 Ericeira	913 598 464 934 307 069
	Pirolito	Rua Belavista, n.º 1, Seixal 2655-430 Ericeira	261862887
	Pizza no Bairro	Estrada Velha de Mafra n.º 20 2655-302 Ericeira	261867529
	Pizzaria Boccalino	Largo dos Condes da Ericeira, n.º 6 2655-225 Ericeira	261865240
	Poke Bowl Ericeira	Av. São Sebastião, n.º 36A 2655-319 Ericeira	913966977
	Porco Preto & Tinto	Av. São Sebastião, n.º 2E 2655-210 Ericeira	261026963
	Prego e 1/2	Largo dos Navegantes, Lote 21 2655-320 Ericeira	261863514
	Prim	Rua 5 de Outubro, n.º 12 2655-255 Ericeira	261865230
	Red Chilli	Rua Dr. Eduardo Burnay, n.º 34A 2655-370 Ericeira	939 170 123 261 867 693
	Restaurante Sul	Parque de Sta. Marta 2655-357 Ericeira	261864478
	Riviera	EN 247, lote 1, loja 1, Edifício Merendas 2655-496 Ericeira	261862295
	S. Sebastião Bar	Parque Urbano de S. Sebastião, E.N. 247 2655-319 Ericeira	918384901
	Sabbia D'Oro	Largo São Sebastião, Fórum São Sebastião 2655-364 Ericeira	261869158
	Sandhi house Dinner Club	Largo de Santa Marta, n.º 14b 2655-357 Ericeira	913220899
	Santa Tasca	Largo de Santa Marta, 3A 2655-357 Ericeira	261061506
	Se7e Praias	Passeio Marítimo, Praia do Sul 2655-320 Ericeira	261863981



Câmara Municipal de Mafra
Serviço Municipal de Proteção Civil

Versão 03
RESERVADO

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA

Janeiro 2024

	Surf Café - Bowls	Rua Dr. Eduardo Burnay, n.º 40 2655-319 Ericeira	261861377
	Sushi Mish Mish	Rua Doutor Eduardo Henriques Pereira, n.º 1 A 2655-267 Ericeira	261025300
	Taberna La Popular	Travessa da Misericórdia, n.º 10 2655-311 Ericeira	963205308
	Taberna O Lebre	Rua da Misericórdia, n.º 3 2655-312 Ericeira	261863546
	Tasca da Boa Viagem	Rua Capitão João Lopes, n.º 4 2655-295 Ericeira	927 094 552 919 510 350
	Tasca de Fonte Boa dos Nabos	Largo 25 de Abril, Fonte Boa dos Nabos 2655-405 Ericeira	966226690
	Tempo	Parque de Sta. Marta 2655-357 Ericeira	915799113
	Ti Matilde	Rua Dr. Miguel Arriaga, n.º 29 2655-253 Ericeira	261862734
	Tik Tak	Rua 5 de Outubro, n.º 7 2655-319 Ericeira	261 863 246
	Tik Tapas	Rua do Ericeira, n.º 15 2655-308 Ericeira	261 869 235
	Toca do Caboz	Rua Fonte do Cabo, n.º 47 2655-285 Ericeira	261 862 248
	Uni Sushi	Rua da Fonte do Cabo, n.º 44 A 2655-285 Ericeira	915366519
	Villa Bio Lifestyle	Rua dos Poçinhos, n.º 6, Loja A/B/C 2655-333 Ericeira	916209161
	Prédio	Rua do Caldeira, n.º 62 2655-249 Ericeira	911516832
ENCARNAÇÃO	Calada Beach Club	Praia da Calada 2640-051 Encarnação	261858381
	Casa D'Aldeia	EN 247, n.º 48A, Barril 2640-202 Encarnação	261858151
	Cervejaria A Bica	EN 247, n.º 64, Barril 2640-202 Encarnação	967611370
	Chance	Largo Francisco Pereira Galantino, n.º 5B 2640-232 Encarnação	261859412
	Churrasqueira Maribel	Rua Dr. César Raúl da Costa Andrade, n.º 17 2640-229 Encarnação	261859325
	Golfinho Azul	Rua das Ribas, São Lourenço 2640-254 Encarnação	261862945
	O Gardel	Rua Principal, n.º 43, Casal das Azenhas 2640-211 Encarnação	261856735
	O Mercado	Rua do Novo Mercado 2640-232 Encarnação	911950276
MAFRA	Adega do Convento	Rua Moreira, n.º 11 2640-507 Mafra	261814185

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Escondidinho	Travessa da Quinta Nova, n.º 17 2640-473 Mafra	261840983
Mei Mei	Largo Ilha da Madeira, n.º 3 2640-490 Mafra	261813407
Armazém dos Grelhados	Rua Américo Franco, n.º 1, Zona Industrial do Sobreiro 2640-578 Mafra	261819586
Basílica	Largo Conde Ferreira, n.º 5 2640-534 Mafra	261813146
Beija-me	Rua José Silvestre, n.º 8 2640-497 Mafra	912357235
Brasão	Travessa Manuel Esteves, n.º 7 2640-503 Mafra	261815687
Cerâmica - Fábrica dos Sabores	Avenida Cidade de Leimen, n.º 14 2640-740 Mafra	916737363
Convento da Cerveja	Terreiro D. João V, n.º 55A 2640-454 Mafra	261853830
Espaço P	Terreiro D. João V, n.º 42 2640-492 Mafra	925486604
Feito ao Bife	Rua Major João Gomes, n.º 33 2640-491 Mafra	261812870
Himitsu Sushi Bar	Rua Serpa Pinto, n.º 19 2640-534 Mafra	261853562
João da Vila Velha	Rua Pedro Julião Papa João XXI, n.º 2 2640-537 Mafra	261811254
Kobe	Av. Engenheiro Duarte Pacheco, n.º 10 2640-476 Mafra	261812395
Marcelo	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 4 2640-486 Mafra	261811366
Mr. Burger	Rua Serpa Pinto, n.º 12, Lojas 4-5 e 7 2640-534 Mafra	261814808
Mr. Pizza	Avenida Cidade de Leimen, n.º 12 2640-740 Mafra	261814434
O Azeiteiro	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 6A 2640-486 Mafra	968663749
Oriental	Largo da Boavista, n.º 2D 2640-494 Mafra	261813218
Os Três Irmãos	Travessa Alfredo Ferreira Luís, n.º 2 2640-507 Mafra	261098190
Paris	Praça da República, n.º 14 2640-525 Mafra	261815797
Pizzaria Horta	Rua Detrás dos Quintas, n.º 18 2640-473 Mafra	261814777
Prego Com Arte	Rua Maria Augusta Botelho, n.º 1A 2640-534 Mafra	927625611

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

	Preguinho da Achada	Rua da Gamanha 2640-000 Achada	914 831 536 261 819 731
	Primavera	Terreiro D. João V, n.º 63 2640-492 Mafra	261815638
	Sete Sóis	Largo Conde Ferreira, n.º 1 2640-471 Mafra	962521767
	Solar do Bitoque	EN 116 2640-577 Salgados	261812082
	Toca da Raposa	Rua 1.º de Dezembro, n.º 6 2640-454 Mafra	261815122
	Vagabundo d'Arroz & Feijão	Rua Prof. Guilherme de Assunção, n.º 22 2640-542 Mafra	261104882
	Churrasqueira O Telheiro	Av. de Portugal, n.º 23A 2665-357 Milharado	219750811
	Cheiros da Serra	Av. Principal, n.º 11 2665-379 Milharado	219751240
	Churrasqueira Povoense	Rua 1.º Maio, n.º 2, Póvoa da Galega 2640-817 Milharado	219856080
	Dom Rodrigo	Av. 1.º de Novembro, n.º 7 2665-378 Milharado	219660865
MILHARADO	Grelha do Benjamim	Rua Casal do João Vaz 2665 Milharado	219751532
	Lareira	Av. Principal, n.º 13 2665-382 Milharado	219750796
	Nclube	Alameda das Acácias, n.º 19 2665-381 Milharado	915752475
	O Picadeiro	Rua de Santo António, n.º 1 2665-382 Vale de São Gião, Milharado	911040556
	Wilson	Av. da Liberdade, n.º 35 2665 Milharado	961072248
	A Brasa na Gruta	EN 247, Ribamar 2640-027 Santo Isidoro	261862625
	Casa Rodrigues	Rua Central, n.º 18 2640-008 Ribamar, Santo Isidoro	261863315
	Cervejaria o Pescador	Rua São João, n.º 14 2640-027 Santo Isidoro	261863685
	Estrela do Mar	Rua de São João, n.º 27 2640-036 Ribamar, Santo Isidoro	261864444
	Marisqueira de Ribamar	EN 247, n.º 57 2640-027 Ribamar, Santo Isidoro	261862441
SANTO ISIDORO	Mordiscaria	Rua Central, n.º 16 2640-008 Santo Isidoro	261867133
	O Bom Amigo	EN 247, n.º 26 2640-027 Ribamar, Santo Isidoro	963112914
	O Rochedo	EN 247, Ribamar 2640-008 Santo Isidoro	261862190
	Pizza Mobile	EN 247, Lugar de Ladeiras 2640 Santo Isidoro	910672284
	Ribamariscos	EN 247, Ribamar 2640-027 Santo Isidoro	261867004

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

	Ribeira D'Iilhas Surf Restaurant & Bar	EN 247, Praia de Ribeira D'Iilhas 2640-051 Santo Isidoro	261865009
	Terra Mar	EN 247, Ribamar 2640-027 Santo Isidoro	261865924
	Viveiros do Atlântico	EN 247, Ribamar 2640-027 Santo Isidoro	261860300
	A Charrua	EN 8, n.º 16 2665-001 Azueira	261961281
U. F. AZUEIRA E SOBRAL DA ABELHEIRA	Quinta do Arneiro	Rua da Azueira, Quinta do Arneiro 2665-001 Azueira	918740906
U.F. ENXARA DO BISPO GRADIL E VILA FRANCA DO ROSÁRIO	O Cantinho dos Sabores	Rua Principal, n.º 25 2665-061 Enxara do Bispo	261101313
	Pingo na Brasa	Rua Direita, n.º 49 2655-115 Gradil	261963616
	Portal do Moinho	Rua Principal, n.º 10, 2665-055 Ervideira, Enxara do Bispo	261786156
	Restaurante Coelho	EN 9.2, Enxara Cavaleiros 2655-054 Enxara do Bispo	261787480
U. F. IGREJA NOVA E CHELEIROS	Restaurante O Luizinho	Rua D. João V 2640-308 Igreja Nova	214015320
	Retiro do Volante	Rua D. João V 2640-810 Carapinhiera	219661184
	Tasquinha do Gil	Rua S. Francisco de Assis, n.º 3 2640-366 Igreja Nova	912460848
U. F. MALVEIRA E SÃO MIGUEL ALCAINÇA	A Taverna	Rua Movimento Forças Armadas, n.º 21 2665-256 Malveira	960268672
	Cantinho dos Grelhados	R. Nossa Sra. dos Remédios 7 2665-259 Malveira	219 863 991 969 903 518
	Casa dos Caracóis	EN 8, Rua Casal Monte Leite 2665-273 Malveira	219862850
	Churrasqueira Pui Pui	Praceta, n.º 4 2665-293 Malveira	219861145
	Guo Tai	Rua 25 de Abril, n.º 30C 2665-206 Malveira	219662985
	M&M #mmcantina	Rua Miguel Judicibus Ferreira, n.º 38 2665-251 Malveira	218092134
	Mélita	Largo da Feira, n.º 19 2665-228 Malveira	219662727
	Montenegro	Rua dos Juncais 2665-228 Malveira	219 861 220 219 862 352
	O Gato	Rua das Queimadas, n.º 7 2665-291 Malveira	219 863 229 919 461 332
	O Mirandês	Rua Carlos Purificação de Sousa, n.º 5, loja dto. 2665-211 Malveira	916 635 846 219 660 513
	O Paraíso da Malveira	Rua Prof. Armando Lucena, n.º 19/19A 2665-211 Malveira	219862681



Câmara Municipal de Mafra
Serviço Municipal de Proteção Civil

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA

Versão 03
RESERVADO

Janeiro 2024

U. F. DA VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS	O Saloio	Rua Prof. Armando de Lucena, n.º 22 2665-211 Malveira	219862563
	Oásis	Rua 1º de Maio, n.º 5 2665-198 Malveira	216056783
	Os Sagrados	Rua Heróis 9 de Abril, n.º 15 2665-228 Malveira	219862502
	Pé-Alto	Rua 25 de Abril, n.º 49 2665-236 Malveira	219663106
	Sushi Mish Mish	Rua das Queimadas, n.º 1 2665-291 Malveira	219660764
	Tia Xiquita	Rua do Moinho Velho, n.º 21 2665-198 Malveira	219862460
	A Camponesa	Av. Capitão João Lopes, n.º 1 2665-519 Venda do Pinheiro	219861014
	Alho e Canela	Rua Casal dos Ninhos, n.º 9, R/C 2665-536 Venda do Pinheiro	219 661 585 913 226 529
	Bom Prego	Av. 9 de Julho, n.º 21A 2665-518 Venda do Pinheiro	219863783
	Cabana do Peixe	Av. 9 de Julho, n.º 5, loja 18 2665-520 Venda do Pinheiro	925503715
	Cervejaria Picnic	Av. 9 de Julho, n.º 67A 2665-519 Venda do Pinheiro	
	Cozinha Saloia	Av. 9 de Julho, n.º 104 2665-519 Venda do Pinheiro	219861326
	Creek's Caffé	Av. 9 de Julho, n.º 4, loja 18 2665-522 Venda do Pinheiro	211 334 336 965 511 837
	Eden Bife	Av. 9 de Julho, n.º 22A 2665-521 Venda do Pinheiro	219666361
	Farnel Take-Way	Rua do Matoutinho 2665-600 Venda do Pinheiro	219661748
	Frango Real	Largo de Santo António, n.º 10 2665-519 Venda do Pinheiro	219662937
	Girassol	Av. 9 de Julho, n.º 71 2665-567 Venda do Pinheiro	219660231
	Grelha & Sabores Churrasqueira	Av. 9 de Julho, Edifício 4, loja 18 2665-520 Venda do Pinheiro	219863569
	Hamburgo	Av. 9 de Julho, n.º 60 2665-521 Venda do Pinheiro	219861079
	Masaaki Sushi House	Rua Padre Alfredo F. Brito, n.º 15, loja A 2665-527 Venda do Pinheiro	219861110
	Merkado - Restaurante	Av. dos Engenheiros, n.º 13 A 2665-542 Venda do Pinheiro	212491223
	O Burrico	Rua 25 de Abril, n.º 38 2665-202 Avençada, Santo Estêvão das Galés	219661919
	O Estudante	Rua do Mucharro 2665-569 Venda do Pinheiro	
	Pátio do Pinheiro	Rua E, n.º 30 2665-601 Venda do Pinheiro	910818739

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Pizzeria e Hamburgueria do Páteo	Av. 9 de Julho, n.º 58, loja A, Páteo Fernando Pessoa 2665-521 Venda do Pinheiro	211 384 566 920 066 577
Prazeres de Bacalhau	Av. 9 de Julho, n.º 64 2665-521 Venda do Pinheiro	926524568
Preguinho da Venda	Av. 9 de Julho, n.º 12A 2665-520 Venda do Pinheiro	216063817
Sushiking	Av. 9 de Julho, n.º 112 2665-558 Venda do Pinheiro	211601117

Tabela 30 – Restaurantes

1.13 Postos abastecimento combustíveis

Nome	Telefone	Localidade	telemóvel	Nome Gerente
Adega Cooperativa da Azueira	261961179	Carrascal	917861264	António Joaquim
Galp N8, Carrascal		Carrascal	967128749	José Simões
Galp, José Vasco O. D. Simões	261961134	Livramento	967128749	José Simões
Repsol -Pobral	910248291	Pobral	965052022	Ana Lúcia
Galp, Guilhena Auto Abastecedora de Comb. e Lub.	217242500	Barril	963836580	António Anselmo
Energil- Alto da Mina		Encarnação	963576406	Gilberto Sardinha
Galp, Joaquim Francisco	261862117	Ericeira	963836580	António Anselmo
BP, Sericauto-Com. de Com. e Prest. Serviços Lda	261860130	Ericeira	964484747	Hugo Dantas
Intermarché - Ericeira	261249830	Ericeira	914360606	Hugo Gonçalves
Auto Julio Igreja Nova	261142610	Igreja Nova	963375615	Maria Rodrigues Cristovão
Galp, Automafra	261816000	Mafra	912526130	João Róis
Intermarché -Mafra	219666980	Mafra	916097436	Manuel Martins
CEPSA, Salgados	261815125???	Salgados	962377465	Cesar Leitão
BP - Sobreiro	261243396	Sobreiro	913723338	Alice Teixeira
BP-A21 (N-S)	219663642	Abrunheira	918060835	Soraia Monteiro
BP-A21 (S-N)	219663642	Abrunheira	918060835	Soraia Monteiro
Depósito CM. Mafra	219669400	Abrunheira	966610744	Dário Jacinto
Repsol Malveira	219661755	Malveira	912343305	Nuno Andrade

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

Repsol, Alfredo Justino Marques		Malveira	917548543	Carla Bessa
Intermarché - Malveira	219666980	Malveira	918175150	Hugo Santos
Auto Julio Povoá da Galega	219855544	Povoá da Galega	916789757 913986836	Afonso Alves Tânia Lourenço
Galp, João Pedro Santos Fiuza Lda.	219861827	Venda do Pinheiro	919984849	Ricardo Menino
GIATUL		Abrunheira	961368050	Manuel Luís

Tabela 31 – Postos de abastecimento de combustíveis

2 - Lista de contactos

2.1 Comissão Municipal e Proteção Civil

Entidade	Membro	Contactos
CM Mafra	Presidente Eng.º Hélder Sousa Silva	261 810 274 917 626 251
CM Mafra	Vice-Presidente Dra. Aldevina Rodrigues	261 810 287 961 422 460
CM Mafra (COM)	Comandante João Pereira	916 322 317
Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil a Grande Lisboa	Comandante Hugo Santos	967 044 376
ANEPC		214 247 100
CBV Ericeira	Comandante Nelson Romão	961 344 464
CBV Mafra	Comandante João Pereira	916 322 317
CBV Malveira	Comandante Miguel Oliveira	934 235 853
A.S.F. Encarnação	Vice-Presidente Rogério Miranda	919 682 463
GNR		961 192 245
U.F. Azueira e Sobral da Abelheira	Inês Inácio	938309311
J.F. Carvoeira	Andreia Duarte Lourenço	912541971
U.F. Igreja Nova e Cheleiros	Tiago Alves	965158195
J.F. Encarnação	Carlos Povoá	918218734
U.F. Enxara Bispo, Gradil e V.F. Rosario	Armando Gonçalves	912899968
J.F. Ericeira	Presidente Filipe Abreu	962968968
J.F. Mafra	José António Costa	939014511
U.F. Malveira e S.M. Alcaínça	Carla Galvão	914801715

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

J.F. Milharado	José Faustino Carreira	963232147
J.F. Santo Isidoro	Cecília Duarte	963166060
U.F. V. Pinheiro e Sto. E. Galés	Jorge Lourenço	964824826
Capitania do Porto de Cascais	Capitão-de-Fragata Paulo Agostinho	210 911 110 918 498 003
Autoridade de Saúde	Dra. Diana Correia	261 336 370 969 679 361
Centro de Saúde Mafra Norte		261 818 100
Centro de Saúde Mafra Leste		216 023 877
Centro Distrital Segurança Social Lisboa	Dr.ª Alexandra Delgado	300 511 865 919 710 247

Tabela 32 – Lista de contactos

2.2 Entidades responsáveis pelas redes

Rede	Empresa	Pessoa a contactar	Forma de contacto
Energia elétrica	EDP	Eng.ª Cunha Pinheiro	Gabinete: 210 028 801 Fax: 210 028 902 Casa: 212 332 448 939 708 015
	800 501 000 (prioritário)	Eng.ª Jesus Sequeira	Gabinete: 210 028 823 Fax: 210 028 829 Casa: 219 233 494 938 189 826
Gás	COPREL	Sr. Pedro Rodrigues	Normal: 261 817 504 Fax: 261 817 505 Avarias: 261 817 500 Piquete (noite): 918 779 977
	LISBOA GÁS	Joaquim Rolo	Fax: 214 131 419 Urgências: 800 201 722 918 391 072
	COSTA E BRÓIS		Fax: 219 861 548 (24H00) 219 861 516
Água	Entidade fornecedora de água – SMAS Mafra	Eng.ª. Susana Reis	917 618 998
		Eng.ª. Pedro Pereira	918 723 879
		João Armés	937 855 004
		Geral 06h00 - 01h00	261 816 650
		Piquete 18h00 - 08h00	927 058 560
Telefones	ALTICE PORTUGAL		961 210 787 (Nuno Teixeira) 926 179 680 (Valter Malheiro)

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

		961 913 446 (<i>Paulo Gonçalves</i>) paulo-jose-goncalves@telecom.pt Nuno-a-teixeira@telecom.pt
	Vodafone	800 919 888
	NOS	217 824 700 (8:00/18:00) 800 930 801
Estradas e Ferrovias Oeste	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	António Oliveira 212 879 000 / 967 825 742 Paulo Ortigueira 212 879 000/ 967 825 740

Tabela 33 - Entidades responsáveis pelas redes

2.3 ANEPC e Concelhos Limítrofes

Entidade	Contacto	
ANEPC - Sede	geral@prociv.pt	214 247 100
ANEPC – Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil da Grande Lisboa	csrepc.glis@prociv.pt Sec.glis@prociv.pt	218 820 960
ANEPC – Comando Regional de Emergência e Proteção Civil de Lisboa e Vale do Tejo	crepcivt@prociv.pt	243 248 000
SMPC Torres Vedras	prociv@cm-tvedras.pt	261 320 764 919 367 402 (<i>Fernando Barão</i>)
SMPC Sobral Monte Agraço	geral@cm-sobral.pt	261 942 900 919 232 380 (<i>Pedro Baeta</i>)
SMPC Arruda dos Vinhos	proteccao.civil@cm-arruda.pt	263 977 000 914 922 682 (<i>Acácio Raimundo</i>)
SMPC Loures	smpc@cm-loures.pt	211 150 382 (24h)
SMPC Sintra	protecao.civil@cm-sintra.pt	800 211 113 966 357 046 (<i>Álvaro Tereso</i>)

Tabela 34 – ANEPC e concelhos limítrofes

2.4 Empresas de Segurança Privada

- Empresa Cosmos – 219 174 198;
- Empresa 2045 – 219 663 070;
- Empresa Grupo 8 – 218 432 800.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

3 - Modelos

Os modelos de relatórios imediatos de situação (RELIS) e de situação geral (RELGER), encontram-se em anexo a este plano.

RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS)
Câmara Municipal de Mafra
 Divisão de Engenharia e Proteção Civil
 Serviço Municipal de Proteção Civil

ENVIO DEPOIS DO RECONHECIMENTO DAS EXATIDÕES

Distribuição: LISBOA
 Concelho: MAFRA
 REL N.º ____/____
 Data: ____/____/____ Hora: ____:____

1. Descrição	
Referência	
Localização	
Área afetada	

2. Danos pessoais			
Mortos:		Desaparecidos:	
Feridos graves:		Feridos leves:	
Desalojados:		Deslocados:	
Evacuados:		Soterrados:	

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL (RELGER)
Câmara Municipal de Mafra
 Divisão de Engenharia e Proteção Civil
 Serviço Municipal de Proteção Civil

ENVIO REGULAR (6 em 6 horas)

Distribuição: LISBOA
 Concelho: MAFRA
 REL N.º ____/____
 Data: ____/____/____ Hora: ____:____

1. Ocorrência	
Natureza	
Localização	
Área afetada	
Freguesia (s)	

2. Descrição sumária da situação de emergência

3. Danos pessoais			
Mortos:		Desaparecidos:	
Feridos graves:		Feridos leves:	
Desalojados:		Deslocados:	
Evacuados:		Soterrados:	

162

3.2 Modelo de requisições

O modelo de requisição encontra-se em anexo a este plano.

Requisição
Câmara Municipal de Mafra
 Divisão de Engenharia e Proteção Civil
 Serviço Municipal de Proteção Civil

Requisição

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Unidade Proponente: _____

Problema / Situação / Técnica: _____

Características: _____

Local de destino: _____

Problema a resolver: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

3.3 Modelo de aviso à população - Comunicados

O modelo de comunicado encontra-se em anexo a este plano.

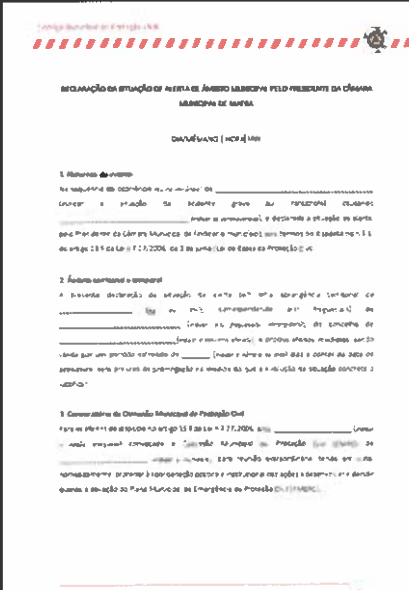


O formulário de comunicado é dividido em várias secções para registo de dados e ações tomadas:

- Identificação:** Localidade, Freguesia, Cód. Postal, Data e Hora.
- Evento da Emergência:** Tipo de emergência (ex: Incêndio, Inundação), Localidade afetada, Extensão da emergência.
- Intervenientes:** Bombeiros, GNR, PSP, etc.
- Ações tomadas:** Alerta da população, Evacuação, etc.
- Assinatura e Rubrica:** Assinatura do responsável e rubrica.

163

3.3 Modelo de Declaração de alerta



O modelo de declaração de alerta é um documento formal que declara a situação de alerta da Câmara Municipal de Mafra. Inclui:

- Identificação:** Localidade, Freguesia, Cód. Postal, Data e Hora.
- Declaração:** Declaração de alerta da Câmara Municipal de Mafra, com indicação da natureza da emergência e das ações tomadas.
- Assinatura e Rubrica:** Assinatura do responsável e rubrica.

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

4 - Lista de Distribuição

Entidades e organizações de apoio	Nº Cópias
Agência Portuguesa do Ambiente - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, Departamento de Recursos Hídricos	1
Associação de Escoteiros de Portugal – Grupo de Mafra	1
Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação	1
Autoridade de Saúde do Concelho de Mafra	1
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	2
Bombeiros Voluntários da Ericeira	1
Bombeiros Voluntários da Malveira	1
Bombeiros Voluntários de Mafra	1
Câmara Municipal de Mafra	10
Capitania do Porto de Cascais (Delegação Marítima da Ericeira)	5
Centro de Saúde de Mafra	1
Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (Delegação de Mafra)	1
Comando Operacional Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil da Grande Lisboa	1
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento da Azueira	1
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento da Encarnação	1
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento da Igreja Nova	1
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento de Mafra	1
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento de Santo Isidoro	1
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento do Livramento	1
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento do Milharado	1
Costa e Brois	1
Cruz Vermelha Portuguesa	1
Destacamento da Guarda Nacional Republicana	1
EDP	1
Forças Armadas (FFAA)	1
Hospital Beatriz Ângelo	1
Hospital de Santa Maria	1
Hospital de Torres Vedras	1
Infraestruturas de Portugal	1
INMLCF	1
ICNF	1
INEM	1
IRN	1
Junta de Freguesia da Carvoeira	1
Junta de Freguesia da Encarnação	1

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Junta de Freguesia da Ericeira	1
Junta de Freguesia de Mafra	1
Junta de Freguesia de Santo Isidoro	1
Junta de Freguesia do Milharado	1
Ministério Público	1
PJ	1
Polícia Municipal	2
Santa Casa da Misericórdia de Mafra	1
SCERA	1
SMAS Mafra	1
SMPC Arruda dos Vinhos	1
SMPC Loures	1
SMPC Sintra	1
SMPC Sobral de Monte Agraço	1
SMPC Torres Vedras	1
Tapada Nacional de Mafra	2
União das Freguesias da Malveira e São Miguel de Alcainça	1
União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	1
União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira	1
União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	1
União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	1

Tabela 35 – lista de distribuição

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

ANEXOS

Parte I – Informação Complementar

1 - Caracterização Geral

O Concelho de Mafra representa uma zona de transição entre a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a Região Oeste, território que reúne relevantes valores de património cultural e edificado, bem como importantes recursos naturais e paisagísticos. É um concelho multifacetado em termos morfológicos, possuidor de uma ampla costa atlântica.

Situado na orla ocidental do País, na periferia da AML, o Concelho de Mafra abrange uma área de cerca de 292 Km², 86.521 habitantes em 2021 (resultados preliminares dos censos 2021), confrontando a Norte com os concelhos de Torres Vedras, a Este com Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos, a Sul com Loures e Sintra, estando confinado a Oeste pelo Oceano Atlântico, com uma extensão de cerca de 17 km.

O Município é desde 2013 constituído por 11 freguesias, sendo elas: Mafra, Ericeira, União das freguesias Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, Carvoeira, Encarnação, Milharado, Santo Isidoro, União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira, União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, União das freguesias da Malveira e São Miguel de Alcainça.

Importa salientar, que o desenvolvimento do Concelho de Mafra se encontra interdependente das dinâmicas sociais e económicas da AML, sendo que a melhoria das acessibilidades e da mobilidade, permitiu reduzir a distância-tempo entre Mafra e a Capital, entre a vila de Mafra e outros pontos do Concelho, o que fez com que se tornasse uma forte alternativa residencial para a população que trabalha em Lisboa, mas também um excelente espaço para a localização de atividades industriais, comerciais e equipamentos de carácter regional.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

2 - Caracterização Física

2.1 Caracterização biofísica

Grande parte do Concelho está coberta por vegetação natural formada por grande número de matas e bosques, sendo alguns núcleos florestais em áreas montanhosas áreas protegidas, como a Tapada de Mafra, a principal, quer pela área, quer pela diversidade de espécies que alberga.

A zona litoral é, predominantemente formada por arribas altas e escarpadas de topos aplanados, interrompidas por linhas de água que se desenvolvem perpendicularmente à costa, condicionam a construção de vias de comunicação na direção este-oeste e tornam mais difíceis as movimentações na direção norte-sul.

As linhas de água formam na sua desembocadura pequenas baías onde se podem encontrar as famosas praias, na sua maioria localizadas na freguesia da Ericeira.

Há a registar ainda, outras praias de menor desenvolvimento, em regra menos acessíveis, que se formam nas bases das arribas.

167

2.2 Clima

Caracteriza-se por uma significativa variabilidade espacial provocada pelo relevo e, também, pela maior ou menor proximidade à faixa litoral oceânica.

Para análise do parâmetro temperatura, foi considerada a temperatura média, a média das temperaturas máximas e a temperatura máxima absoluta.

Embora o clima desta região seja Mediterrânico, a influência atlântica introduz um efeito moderador e de amenidade climática que se reflete no regime e distribuição das temperaturas. Assim, as temperaturas máximas e mínimas absolutas são menores no concelho e a amplitude térmica anual é moderada, quando comparada com outros concelhos no interior do País. A figura 15 apresenta, respetivamente, a temperatura média (°C), a média das temperaturas máximas (°C) e a temperatura máxima absoluta (°C). A temperatura média anual ronda os 17,4 °C.

O efeito amenizador do Atlântico faz-se sentir na média das temperaturas máximas, que atinge o seu pico no mês de Agosto com apenas 28,3 °C. Os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro têm valores

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

muito próximos. O passado demonstra que as condições meteorológicas extremas apenas são atingidas, no nosso concelho, em situações de onda de calor, como em Agosto - Setembro de 2003, Junho de 2005, Junho – Julho de 2013 e Julho de 2022, em que normalmente o território do concelho sofre a influência de ventos secos e quentes do Norte de África.

Distribuição dos valores mensais de temperatura média, média das temperaturas máximas e temperatura máxima absoluta no período 1980-2010 para o concelho de Mafra

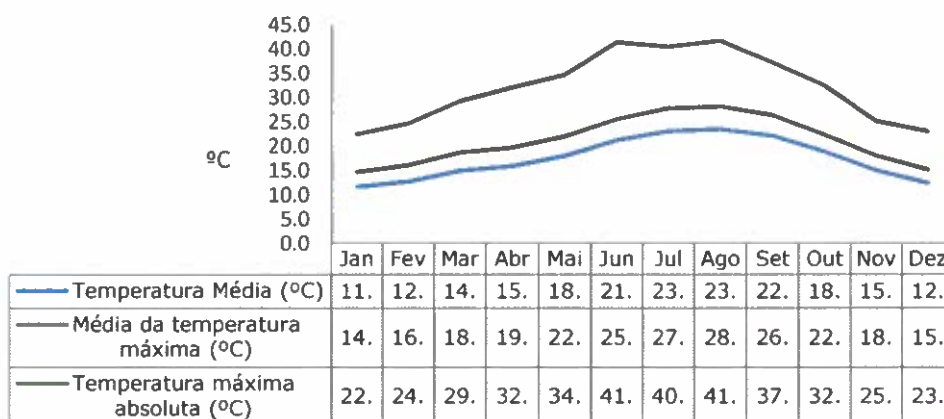


Figura 38 – Gráfico da distribuição dos valores mensais de temperatura média, média das temperaturas máximas e temperatura máxima absoluta no período 1980-2010 para o concelho de Mafra

A humidade relativa do ar é definida como sendo a quantidade de vapor de água presente numa determinada massa de ar. A análise deste parâmetro é um dado importante, uma vez que influencia diretamente os processos fisiológicos da vegetação e a sua combustibilidade.

A humidade relativa em todo o concelho pode ser considerada elevada, sendo nas freguesias do litoral e no Inverno que se registam os maiores valores. O valor médio anual de humidade relativa no concelho ronda os 80% pelas 9h00 da manhã e 75% às 18h00. Neste fator, tal como na temperatura, o efeito oceânico faz-se sentir, moderando as amplitudes das variações e os valores médios atingem valores elevados.

Na figura 39, apresentam-se os valores mensais da humidade relativa (Hr) do ar às 9h00 e 15h00. É durante os meses de Inverno que a humidade do ar atinge o seu máximo, com 86% (às 9h00) e 81% (às 18h00).

Distribuição dos valores médios mensais da humidade relativa do ar no concelho de Mafra às 9h e 18h no período 1980-2010

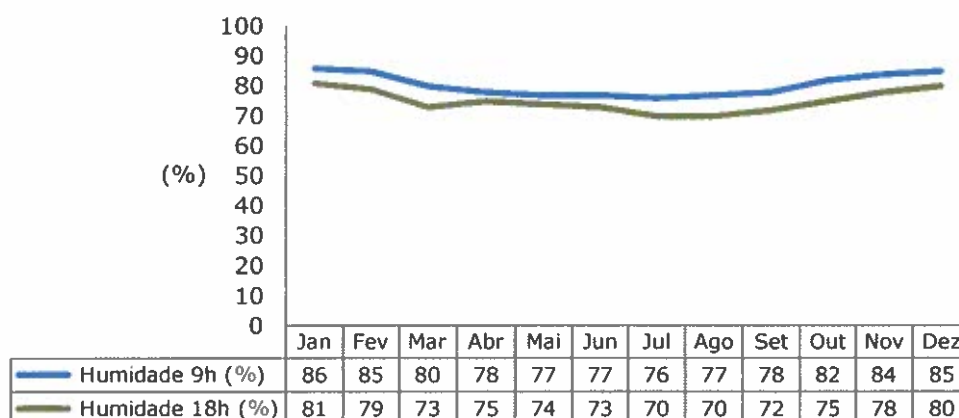


Figura 39 – Gráfico da distribuição dos valores médios mensais da humidade relativa do ar no concelho de Mafra às 9h00 e 18h00 no período 1980-2010

Para análise desta normal climatológica – precipitação - foram usados dois parâmetros: a precipitação média total (mm) e a precipitação máxima (mm).

No concelho de Mafra, os valores médios anuais de precipitação rondam os 774 mm. A precipitação anual atinge o seu mínimo no mês de Julho, com 4,2 mm, e o seu máximo ocorre no mês de Novembro, com um total de 127,6 mm. Durante o ano ocorrem duas situações distintas, a época estival (Primavera/Verão) com reduzida concentração de precipitação e a época Invernal (Outono/Inverno) com uma elevada concentração de precipitação. A figura 40 demonstra que a precipitação ocorre durante todo o ano.

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

Distribuição dos valores mensais de precipitação e precipitações máximas diárias para o concelho de Mafra no período 1980-2010

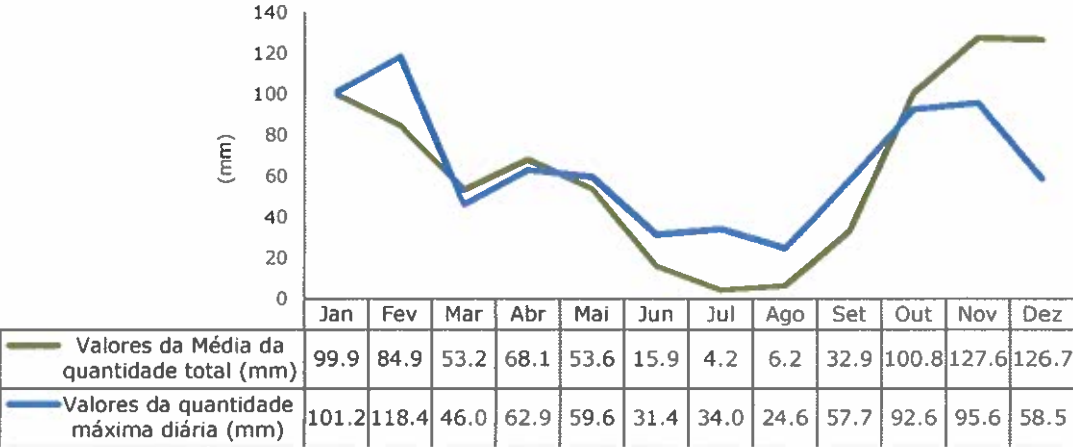


Figura 40 – Gráfico de distribuição dos valores mensais de precipitação e precipitações máximas diárias para o concelho de Mafra no período 1980-2010

170

Na caracterização do regime de ventos considera-se a frequência, ou seja, o número médio de vezes, no ano, em que se observou cada uma das direções ou calma, expresso em percentagem. Considera-se também a velocidade do vento em km h^{-1} para cada uma das oito direções. Por calma (C) entende-se as observações da velocidade do vento inferior a $1,0 \text{ km h}^{-1}$.

Apresentam-se, na tabela 17, os valores anuais para a frequência e velocidade do vento. É no mês de Maio que o vento atinge maior velocidade com $20,3 \text{ km/h}$. Ao longo do ano, a velocidade do vento é moderada, com uma média de $12,1 \text{ km/h}$. Na transição entre estações, os ventos chegam a soprar com rajadas fortes, por vezes de Sudoeste.

Mês	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		CAL
	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR
Jan	3,2	12,2	15,1	6,8	7,5	10,3	9,6	8,4	9,0	16,6	20,3	15,2	3,8	16,1	19,8	11,5	11,7
Fev	6,7	15,4	14,1	8,5	6,6	8,1	8,9	10,8	8,0	18,6	18,5	18,9	4,6	15,5	25,0	12,4	7,4
Mar	8,2	15,5	13,8	9,7	6,5	11,8	7,6	11,4	3,8	12,5	15,8	17,9	4,3	13,8	36,1	13,3	3,8
Abr	11,4	17,1	7,8	11,0	1,6	11,8	4,4	11,1	3,1	20,0	13,6	17,6	6,5	12,3	49,3	13,7	2,4
Mai	10,6	16,8	5,5	10,2	1,3	11,7	2,4	13,5	1,9	20,3	15,7	16,3	4,8	12,2	56,6	14,2	1,2
Jun	8,0	14,7	3,3	9,0	1,3	10,2	1,7	10,5	3,0	15,8	10,4	12,2	6,8	10,1	64,8	13,5	0,8
Jul	15,1	16,2	4,5	8,2	0,2	12,0	1,1	13,2	0,5	8,2	5,1	11,1	5,1	9,6	67,6	13,2	0,7
Ago	11,9	17,5	3,6	7,6	0,7	13,2	1,6	8,6	0,7	12,0	3,2	11,3	4,5	8,3	72,4	13,1	1,3
Sep	10,8	13,7	6,1	7,7	0,8	7,2	2,5	9,2	3,1	9,4	12,4	11,9	6,1	9,6	55,2	10,7	3,0
Out	8,6	12,2	13,1	7,9	2,9	8,5	9,2	11,1	5,6	11,9	15,3	11,7	3,7	6,8	33,0	8,3	8,5
Nov	6,8	12,3	15,4	7,2	5,2	9,9	8,0	9,4	7,1	12,8	14,2	13,3	4,3	8,9	26,2	10,1	12,8
Dez	7,5	10,7	19,1	6,5	7,5	8,8	9,4	6,9	4,2	11,7	11,8	13,8	3,1	11,2	22,4	9,3	15,0

Tabela 36 – Frequência (%) e velocidade (km/h) do vento no período 1980-2010 para o concelho de Mafra

O regime de ventos observado na região e sobretudo nos meses estivais, mostra que os ventos dominantes são N – NW (com 53,6 % da frequência).

Em suma, encontrando-se sob forte influência atlântica, Mafra normalmente regista um Verão fresco e um Inverno ameno.

As principais características climáticas da região são:

- Temperaturas mínimas amenas durante os meses mais frios;
- Geadas pouco frequentes na faixa litoral;
- Verão fresco e ventoso com tendência para formação de nevoeiro;
- Humidade do ar elevada durante todo o ano, mas especialmente evidente durante o Verão, quando comparada com os valores do interior do País;
- Baixa amplitude térmica anual e diária;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

2.3 Relevo

É bastante acentuado, oscilando os valores da altimetria entre as cotas zero, ao nível do mar, e 426 metros na Serra do Funchal. É no interior que se situa a área de relevo mais acidentado, especialmente nas freguesias de São Miguel de Alcainça, Santo Estêvão das Galés, Malveira e Venda do Pinheiro, as quais se destacam pelo seu complexo sistema de morros e cabeças, correspondendo muitos a vestígios de antigos vulcões.

A zona costeira é formada por arribas rochosas, tendo uma extensão de praias desde a foz do Rio Lizandro até à costa mais a norte do Concelho de Mafra;

Diversos vales mais ou menos encaixados traçados pela rede hidrográfica, ao desenvolverem uma compartimentação na direção este-oeste, marcam igualmente a topografia deste território.

2.4 Composição geológica

O concelho de Mafra, situa-se na Orla Mesoceno-zóica Ocidental, confluência de diversos limites geológicos – a Sul, pelo maciço sub-vulcânico de Sintra e a Sudoeste pelo complexo basáltico de Lisboa - o que lhe confere uma composição geológica complexa e variada, facto que contribui para a riqueza paisagística do concelho. As formações geológicas predominantes são sedimentares do Paleogénico e Jurássico (arenitos e solos calcários, na sua maioria), que formam uma extensa plataforma de abrasão sobrelevada em relação ao mar. Existem, ainda, formações basálticas relacionadas com vestígios de antigos vulcões, nomeadamente na região Este.

3. Caracterização Socioeconómica

3.1 Análise demográfica

O município de Mafra, integrado na sub-região da Grande Lisboa, apresenta uma população residente de 86.521 habitantes em 2021 (resultados preliminares dos censos 2021).

Também segundo os dados provisórios dos censos 2021, de 2011 a 2021 assistiu-se a uma variação da população residente de 12.83%, muito superior ao panorama nacional.

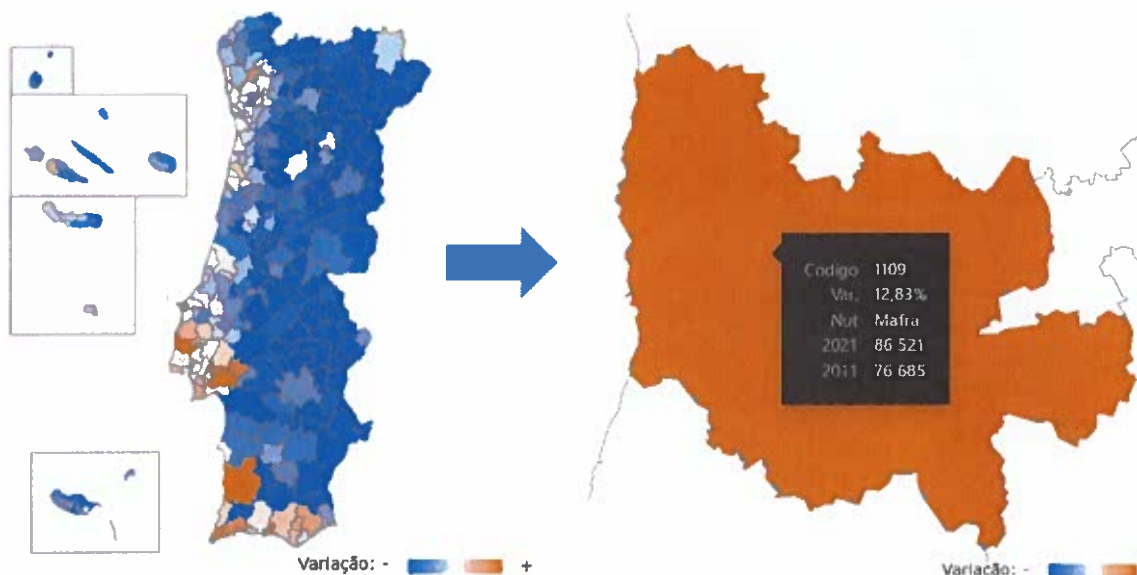


Figura 41 – Variação da população residente 2011-2021

(Fonte: https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)

173

Em termos de grupos etários, é predominante a população em idade ativa, totalizando 47130 indivíduos, que sofreu um aumento de população desde 2011 (43450). O segundo grupo etário mais expressivo é o de 65 ou mais anos, com um total de 15378 indivíduos, mais 4034 do que em 2011.

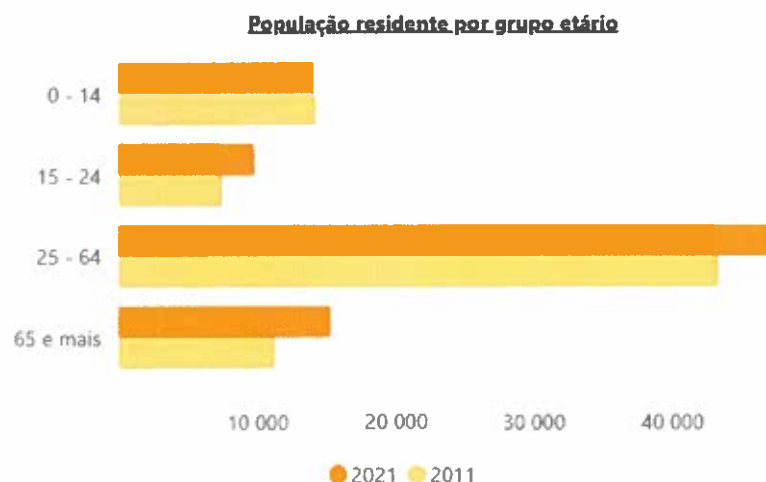


Figura 42 – Variação da população residente por grupo etário 2011-2021

(Fonte: https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil		Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA		Janeiro 2024

Relativamente ao apuramento por freguesia, verifica-se que são as freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, Malveira e São Miguel de Alcainça, Mafra e Ericeira que registaram um maior aumento de população.

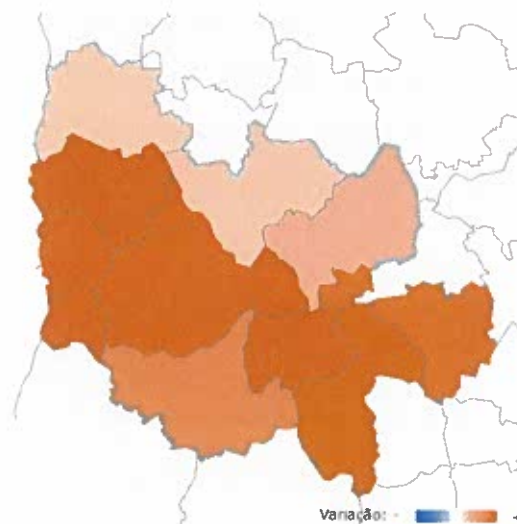


Figura 43 – Variação da população por freguesia 2011-2021

(Fonte: https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)

Sexo Freguesia	H			M			Total		
	2021	2011	Var.	2021	2011	Var.	2021	2011	Var.
Azueira e Sobral da Abelheira	2 151	2 099	2,5%	2 283	2 217	3,0%	4 434	4 316	2,7%
Carvoeira	1 417	1 062	33,4%	1 431	1 093	30,9%	2 848	2 155	32,2%
Encarnação	2 407	2 372	1,5%	2 511	2 426	3,5%	4 918	4 798	2,5%
Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	1 904	1 836	3,7%	2 075	2 001	3,7%	3 979	3 837	3,7%
Ericeira	5 935	4 968	19,5%	6 424	5 292	21,4%	12 359	10 260	20,5%
Igreja Nova e Cheleiros	2 321	2 197	5,6%	2 374	2 187	8,6%	4 695	4 384	7,1%
Mafra	10 006	8 673	15,4%	10 777	9 313	15,7%	20 783	17 986	15,4%
Malveira e São Miguel de Alcainça	4 588	3 974	15,5%	5 060	4 283	18,1%	9 648	8 257	16,8%
Milharado	3 785	3 470	9,1%	3 860	3 553	8,6%	7 645	7 023	8,9%
Santo Isidoro	2 168	1 902	14,0%	2 228	1 912	16,5%	4 396	3 814	15,3%
Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés	5 238	4 764	9,9%	5 578	5 091	9,6%	10 816	9 855	9,8%
Total	41 920	37 317	12,3%	44 601	39 368	13,3%	86 521	76 685	12,8%

Tabela 37 - Variação da população residente por freguesia 2011-2021

(Fonte: https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

3.2 Análise económica

De acordo com dados de 2014 do Instituto Nacional de Estatística, a maior percentagem de população empregada encontra-se no sector terciário. Também a indústria transformadora emprega um valor expressivo da população do concelho. Em termos do número de estabelecimentos, o comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos são as atividades com maior expressividade, sendo secundadas pelas atividades administrativas e serviços de apoio.

	Pessoal ao serviço estabelecimentos por Atividade económica (CAE Rev. 3)		Estabelecimentos (N.º) por Atividade económica (CAE Rev. 3)	
	N.º	%	N.º	%
Total	25.656	100%	9.400	100%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.098	4 %	760	8%
Indústrias extrativas	12	0 %	3	0%
Indústrias transformadoras	3.342	13%	568	6%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	8	0 %	9	0%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	261	1%	16	0%
Construção	1.933	8%	779	8%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	5.555	22%	2.143	23%
Transportes e armazenagem	2.932	11%	210	2%
Alojamento, restauração e similares	1.634	6%	619	7%
Atividades de informação e de comunicação	355	1%	170	2%
Atividades imobiliárias	279	1%	191	2%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.431	6%	886	9%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4.101	16%	1.244	13%
Educação	707	3%	443	5%
Atividades de saúde humana e apoio social	1.118	4%	614	7%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	288	1%	250	3%
Outras atividades de serviços	602	2%	495	5%

Tabela 38 – Estabelecimentos e pessoal ao serviço (2014)

 	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

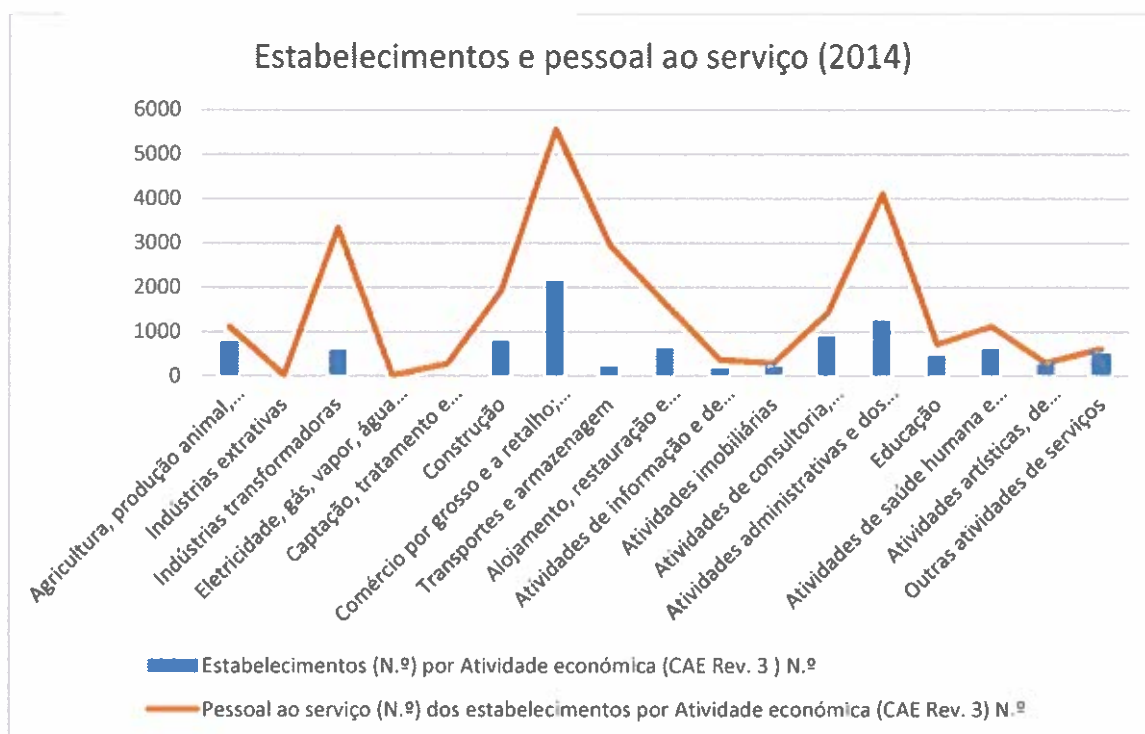


Figura 44 - Estabelecimentos e pessoal ao serviço (2014)

II – Programa de Medidas para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano

3.1 Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados

Aqui se explanam as diferentes medidas implementadas e a implementar na prevenção e mitigação dos riscos a que este Plano se refere.

A par da legislação que *per se* é um dos primeiros instrumentos para a mitigação de riscos, existindo diplomas legais, normas e regulamentos que suportam medidas e posturas municipais, há espaço também para a implementação de outras medidas que concorrem para o mesmo objetivo. Estas medidas incluem medidas de prevenção, de proteção, de inspeção, de autoproteção, de organização das forças de intervenção e de prontidão para o socorro.

177

Assim, temos:

Medida	Entidade responsável
Informação da população, relativamente aos riscos existentes, bem como as medidas de aviso, evacuação e de autoproteção a adotar	SMPC Mafra Corpos de Bombeiros Forças Armadas
Estabelecimento de procedimentos de avaliação que permitam decisões rápidas no que concerne a evacuação das populações	SMPC Mafra
Identificação de vulnerabilidades ao nível logístico que possam dificultar a operacionalidade das ações de Proteção Civil	SMPC Mafra
Agilizar os procedimentos de aviso das populações	SMPC Mafra
Fazer levantamento de áreas prioritárias de evacuação (idosos, crianças, pessoas com mobilidade reduzida)	SMPC Mafra

Tabela 39 – Exemplo de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 RESERVADO
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

3.2 Programa de medidas a implementar para a garantia da manutenção da operacionalidade do Plano

Com vista a garantir a permanente operacionalidade do Plano e com o objetivo de manter a prontidão dos agentes e entidades nele envolvidos e recolher aprendizagens que concorram para a melhoria do mesmo, deverão ser realizados exercícios com periodicidade máxima de dois anos, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 8º da Resolução nº 30/2015, de 7 de maio.

Os referidos exercícios poderão ser do tipo TTX, CPX ou LIVEX envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do Plano.

A elaboração de NOP's do SMPC são também um instrumento que nos potencia e garante a operacionalidade do Plano.

A par das medidas anteriores estão igualmente previstas ações de sensibilização destinadas a:

- População em geral: riscos existentes, sistemas de aviso implementados e medidas de autoproteção;
- Agentes de Proteção Civil (Juntas e Uniões de Freguesia, por exemplo): procedimentos e instruções específicas que lhes compete realizar face à ativação do plano;
- Voluntários de Proteção Civil (Equipas locais de proteção Civil): procedimentos e instruções específicas que lhes compete realizar face à ativação do plano;

	Câmara Municipal de Mafra Serviço Municipal de Proteção Civil	Versão 03 <i>RESERVADO</i>
	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAFRA	Janeiro 2024

III – Modelos e Cartografia



DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL PELO PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE MAFRA

DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN

1. Natureza do evento

Na sequência da ocorrência (ou na iminência) de _____
(indicar a situação de acidente grave ou catástrofe) causando
_____ (indicar as consequências), é declarada a situação de alerta,
pelo Presidente da Câmara Municipal de (indicar o município), nos termos do disposto no n.º 1,
do artigo 13.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil).

2. Âmbito territorial e temporal

A presente declaração da situação de alerta tem uma abrangência territorial de
_____ (ha ou km²), correspondendo à(s) freguesia(s) de
_____ (indicar a(s) freguesia(s) abrangida(s)), do concelho de
_____ (indicar o concelho afetado), e produz efeitos imediatos, sendo
válida por um período estimado de _____ (indicar o número de dias) dias a contar da data de
assinatura, sem prejuízo de prorrogação na medida do que a evolução da situação concreta o
justificar.

3. Convocatória da Comissão Municipal de Proteção Civil

Para os efeitos do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 27/2006, é/foi _____ (indicar
a opção adequada) convocada a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de
_____ (indicar o município), para reunião extraordinária, tendo em vista,
nomeadamente, proceder à coordenação política e institucional das ações a desenvolver e decidir
quanto à ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC).



4. Estruturas de Coordenação e Controlo dos meios e recursos

A Estrutura de Coordenação e Controlo na situação de alerta declarada é a Comissão Municipal de Proteção Civil de _____ (*indicar o município*), a qual recorrerá aos meios disponíveis e previstos no PMEPC.

Em cada teatro de operações, o comando operacional será assumido pelo Comandante das Operações de Socorro (COS), o qual se articulará com a CMPC através dos mecanismos previstos no PMEPC.

5. Medidas a adotar

Os procedimentos a utilizar para a coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de proteção civil, bem como dos recursos a utilizar, são os previstos no PMEPC, o qual define também os procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança.

Medidas preventivas e medidas especiais de reação:

Sem prejuízo do disposto no PMEPC, adotam-se, ainda, as seguintes medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação: (*Indicar quais as medidas / procedimentos a implementar, especificando, caso se entenda útil, as entidades responsáveis pelas mesmas*)

Avisos à população:

(*Indicar, caso se considere necessário, as principais mensagens a difundir à população*)

-

Meios de divulgação dos avisos:



Os avisos à população serão efetuados seguindo os procedimentos e os meios previstos no PMEPC.

6. Elaboração de Relatórios

A Estrutura de Coordenação e Controlo deverá elaborar relatórios, sobre o grau de implementação das medidas preventivas e/ou especiais de reação, de acordo com a seguinte tipologia: *(colocar uma X de acordo com os relatórios a produzir)*

- ☐ Relatórios Imediatos de Situação (RELIM);
- ☐ Relatórios de Situação Geral ou Especial (RELGER) – Periodicidade: horas;
- ☐ Relatórios Diários de Situação (REDIS) – A emitir diariamente às horas.

Os relatórios seguem o modelo previsto no PMEPC.

7. Deveres de colaboração

7.1. No âmbito do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 27/2006, é obrigatório o cumprimento das disposições decorrentes da emissão desta declaração da situação de alerta por parte dos:

- a) Cidadãos e demais entidades privadas que têm o dever de colaborar na prossecução dos fins da proteção civil, observando as disposições preventivas das leis e regulamentos, acatando ordens, instruções e conselhos dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança interna e pela proteção civil e satisfazendo prontamente as solicitações que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes;
- b) Funcionários e agentes do Estado e das pessoas coletivas de direito público, bem como dos membros dos órgãos de gestão das empresas públicas, que têm o dever especial de colaboração com os organismos de proteção civil;
- c) Responsáveis pela administração, direção ou chefia de empresas privadas cuja laboração, pela natureza da sua atividade, esteja sujeita a qualquer forma específica de licenciamento têm, igualmente, o dever especial de colaboração com os órgãos e agentes de proteção civil.

7.2. A desobediência e resistência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas na vigência e no âmbito da situação de alerta declarada, são sancionadas nos



termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo.

7.3. A violação do previsto nas alíneas b) e c) de 7.1 implica, consoante os casos, responsabilidade criminal e disciplinar, nos termos da lei.

7.4. Nos termos do n.º 1, do artigo 11.º, da Lei n.º 27/2006, todos os cidadãos e demais entidades privadas, estão obrigados, na área abrangida pela presente declaração, a prestar às autoridades de proteção civil, a colaboração pessoal que lhes for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhes forem dirigidas e correspondendo às respetivas solicitações.

8. Obrigação especial de colaboração dos órgãos de comunicação social

Nos termos do n.º 2, do artigo 15.º, da Lei n.º 27/2006, a presente declaração da situação de alerta determina a obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões, com a Estrutura de Coordenação prevista no âmbito desta declaração, visando a divulgação de informações relevantes relativas à situação.

9. Publicação

A presente declaração, bem como a sua prorrogação, alteração ou revogação, é publicada por Edital a ser afixado nos lugares de estilo. Será também assegurada a sua divulgação pública na página da internet do município (www.cm-mafra.pt).

Mafra, ____ de _____ de _____

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)



RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL (RELGER) PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

Câmara Municipal de Mafra
Divisão de Proteção Civil
Serviço Municipal de Proteção Civil



ENVIO REGULAR (6 em 6 horas)

Distrito: LISBOA

Concelho: MAFRA

REL N.º ____/ ____

Data: _____ Hora: _____

1. Ocorrência

Natureza	
Localização	
Área afetada	
Freguesia (s)	

2. Descrição sumária da situação de emergência

--

3. Danos pessoais

Mortos:		Desaparecidos:	
Feridos graves:		Feridos leves:	
Desalojados:		Deslocados:	
Evacuados:		Soterrados:	





RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL (RELGER)
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

Câmara Municipal de Mafra
Divisão de Proteção Civil
Serviço Municipal de Proteção Civil



4. Danos no Edificado/Infraestruturas			
Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			



5. Danos em Vias de Comunicação			
Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Pontes / Viadutos			
Heliportos			
Portos			
Outras: _____			
Outras: _____			

6. Danos em Transportes			
Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferrovíários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Outros:			
Outros: _____			
Outros: _____			



7. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra: _____			

8. Situação Operacional

Bombeiros	Homens		DGAM	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
Forças Armadas	Homens		CVP	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Outros	
GNR	Homens		INEM	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Outros	



Outros	Homens		Outros	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Outros			Outros	

9. Organização do Teatro de Operações (TO)

Localização do PC	
Localização de ZCR's	
Localização de ZCAP's	
Localização de ZRnM's	
Nº de Setores e Localização	
Id. Cmdts. Setores	

10. Comissões Municipal de Proteção Civil reunida:

Distrital	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas
Municipal	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas

11. Centro Coordenação Operacional Distrital (CCOD)

GDH Ativação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas
-----------------	--------------------------------	----------------------------	-----------------



12. Declaração da Situação de Alerta	
Concelho	
Entidade responsável	
GDH início	
GDH fim	
Descrição da situação	

13. Planos de Emergência de Proteção Civil ativados		
Distrital	GDH Ativação	GDH Desativação
Municipais	GDH Ativação	GDH Desativação

14. Outras Informações	
Habitações em perigo	
Povoações em perigo e /ou isoladas	
Resumo das ocorrências	
Outras: _____	
Outras: _____	
Outras: _____	

15. Necessidades	
Meios aéreos (especificar)	



Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	

O responsável pelo Posto de Comando





RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS)

Câmara Municipal de Mafra
Divisão de Proteção Civil
Serviço Municipal de Proteção Civil



ENVIO DEPOIS DO RECONHECIMENTO DAS ERAS OU EAT

Distrito: LISBOA

Concelho: MAFRA

REL N.º ____/____

Data: _____ Hora: _____

1. Ocorrência

Natureza

Localização

Área afetada

1

2. Danos Pessoais

Mortos:

Desaparecidos:

Feridos graves:

Feridos leves:

Desalojados:

Deslocados:

Evacuados:

Soterrados:





RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS)

Câmara Municipal de Mafra
Divisão de Proteção Civil
Serviço Municipal de Proteção Civil



3. Danos no Edificado/Infraestruturas			
Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

2

4. Danos em Vias de Comunicação			
Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Pontes / Viadutos / Túneis			





RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS)

Câmara Municipal de Mafra
Divisão de Proteção Civil
Serviço Municipal de Proteção Civil



4. Danos em Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Heliportos			
Portos / Estações Fluviais			
Outras: _____			

5. Danos em Transportes

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferroviários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Outros: _____			

3

6. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			





RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS)

Câmara Municipal de Mafra
Divisão de Proteção Civil
Serviço Municipal de Proteção Civil



6. Danos em Infraestruturas Básicas			
Redes	Danos ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rádiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra			

7. Outras Informações	
Povoações em perigo / isoladas	
Habitacões em perigo	
Focos de incêndio	
Movimentação de populações	
Animais isolados	

4

8. Necessidades	
Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	

O Chefe da Equipa





REQUISIÇÃO

Câmara Municipal de Mafra
Divisão de Proteção Civil
Serviço Municipal de Proteção Civil



REQUISIÇÃO N.º _____	
Área / Entidade Requiritante: _____	
Data: ____/____/____	Hora: ____ : ____
Entidade Proprietária: _____	
Produto / Equipamento /Serviço: _____	
Quantidade: _____	
Local de destino: _____ Freguesia: _____	
Trabalho a executar: _____	
Área: _____	Responsável: _____







COMUNICADO

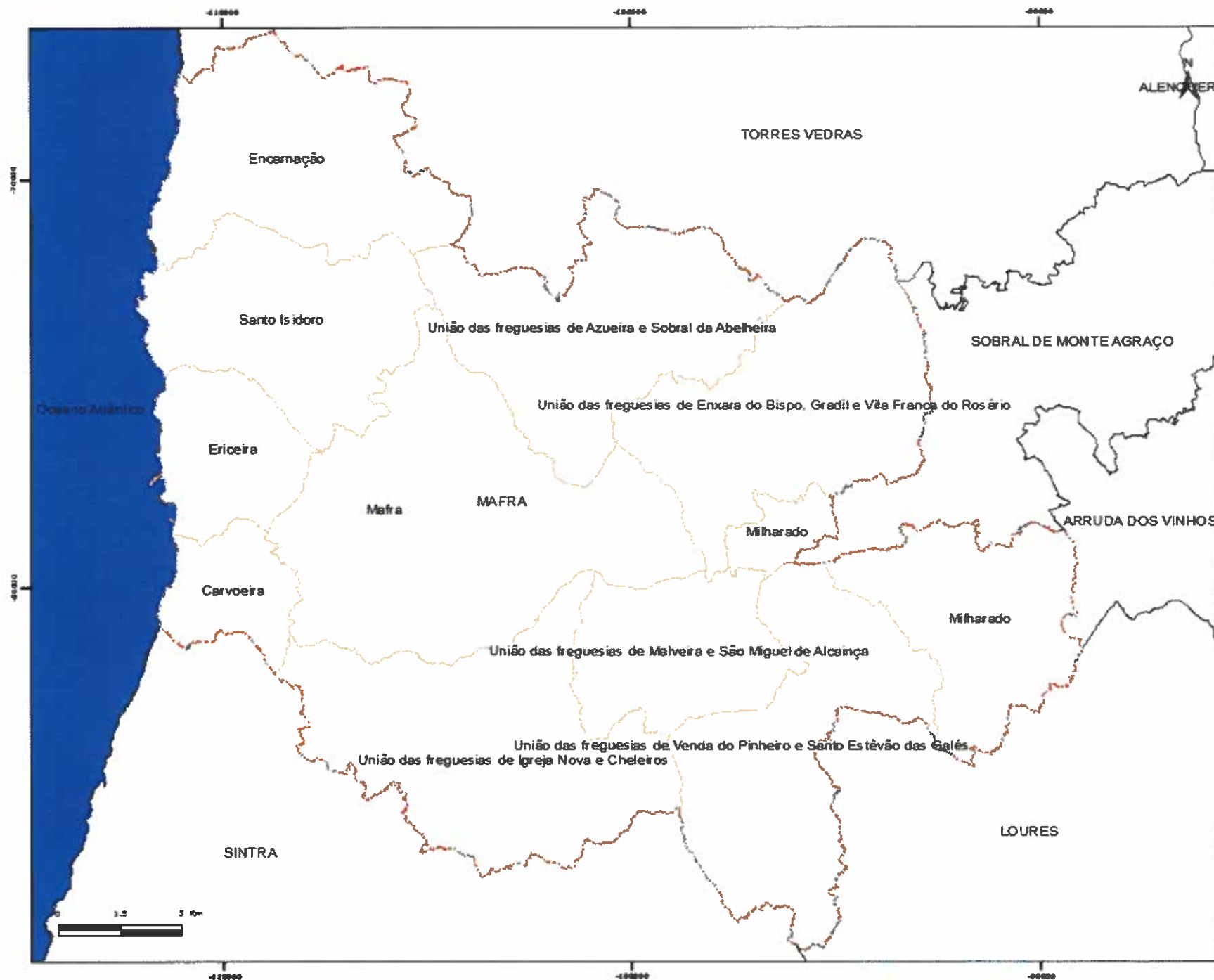
Câmara Municipal de Mafra
Divisão de Proteção Civil
Serviço Municipal de Proteção Civil



COMUNICADO N.º: _____				
Tipo / natureza da ocorrência: _____				
Data: ____/____/____	Hora: ____:____			
Local: _____ Freguesia: _____				
Causas da Ocorrência: _____				
Efeitos da Ocorrência: ☐ _____ ☐ Infraestruturas danificadas _____	☐ Feridos _____ ☐ Mortos _____	☐ Desalojados _____ ☐ Desaparecidos _____		
Intervenientes: ☐ Bombeiros ☐ GNR ☐ PM	☐ _____ ☐ _____ ☐ _____	☐ _____ ☐ _____ ☐ _____		
Medidas de autoproteção a divulgar à população: ☐ Manter-se em casa ☐ Evacuação p/ ZCI _____			☐ _____ ☐ _____	☐ _____ ☐ _____
Áreas em risco e Previsão: _____				
Próximo comunicado: Data: ____/____/____ Hora: ____:____	Responsável: _____			







ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE MAFRA

- Limites Freguesias
- Concelho
- Concelhos Limitrofes

Escala: 1: 125 000

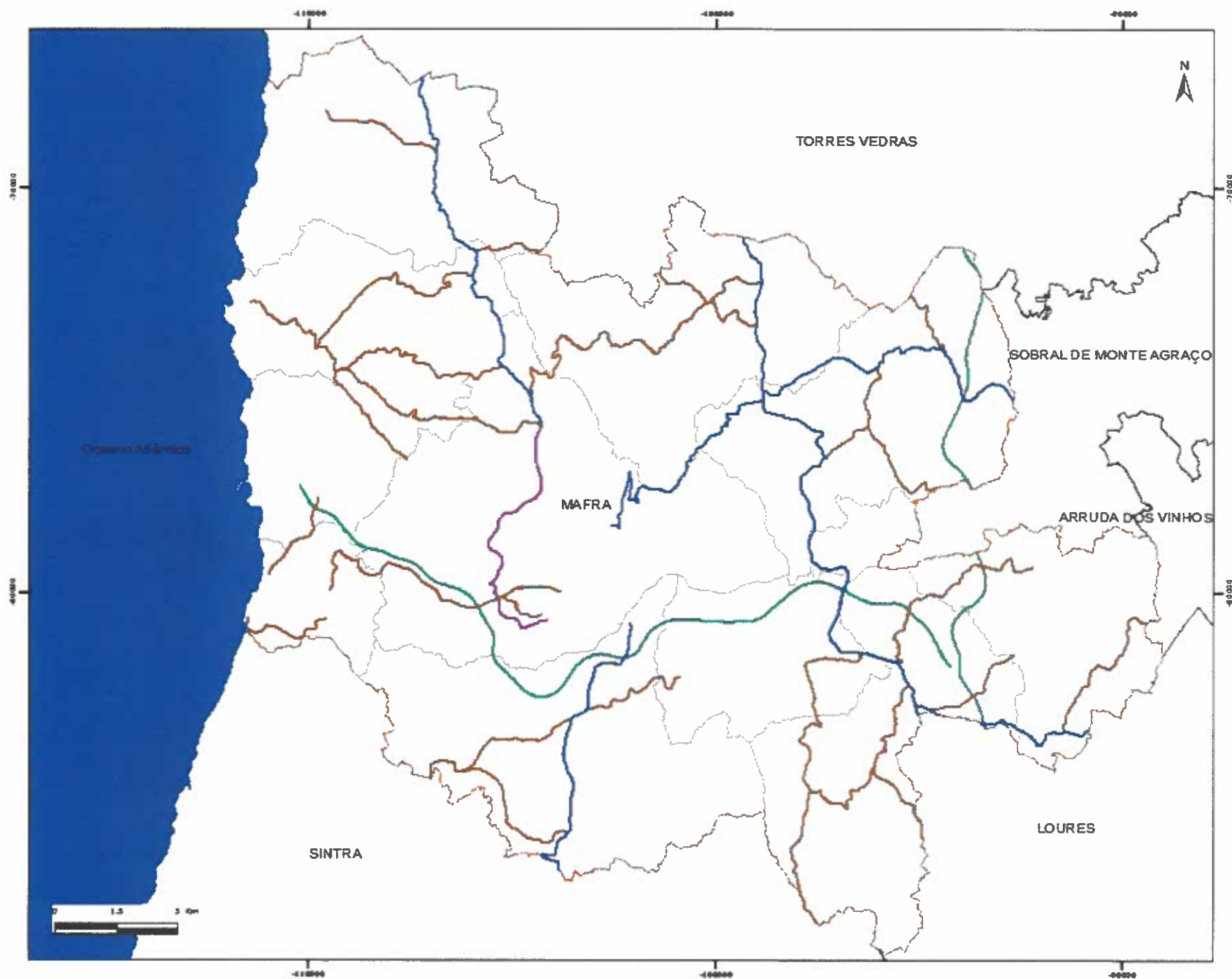
Projeção: Transversal de Mercator
Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM05

25 março 2021

Fonte(s): CMM (2015); CAOP (2019)



MAPA N.º 1



REDE VIÁRIA

- Auto-estrada
- Itinerário Complementar
- CRIMA
- Estrada Municipal
- Estrada Nacional
- Concelho
- Limites Freguesia
- Concelhos Limitrofes

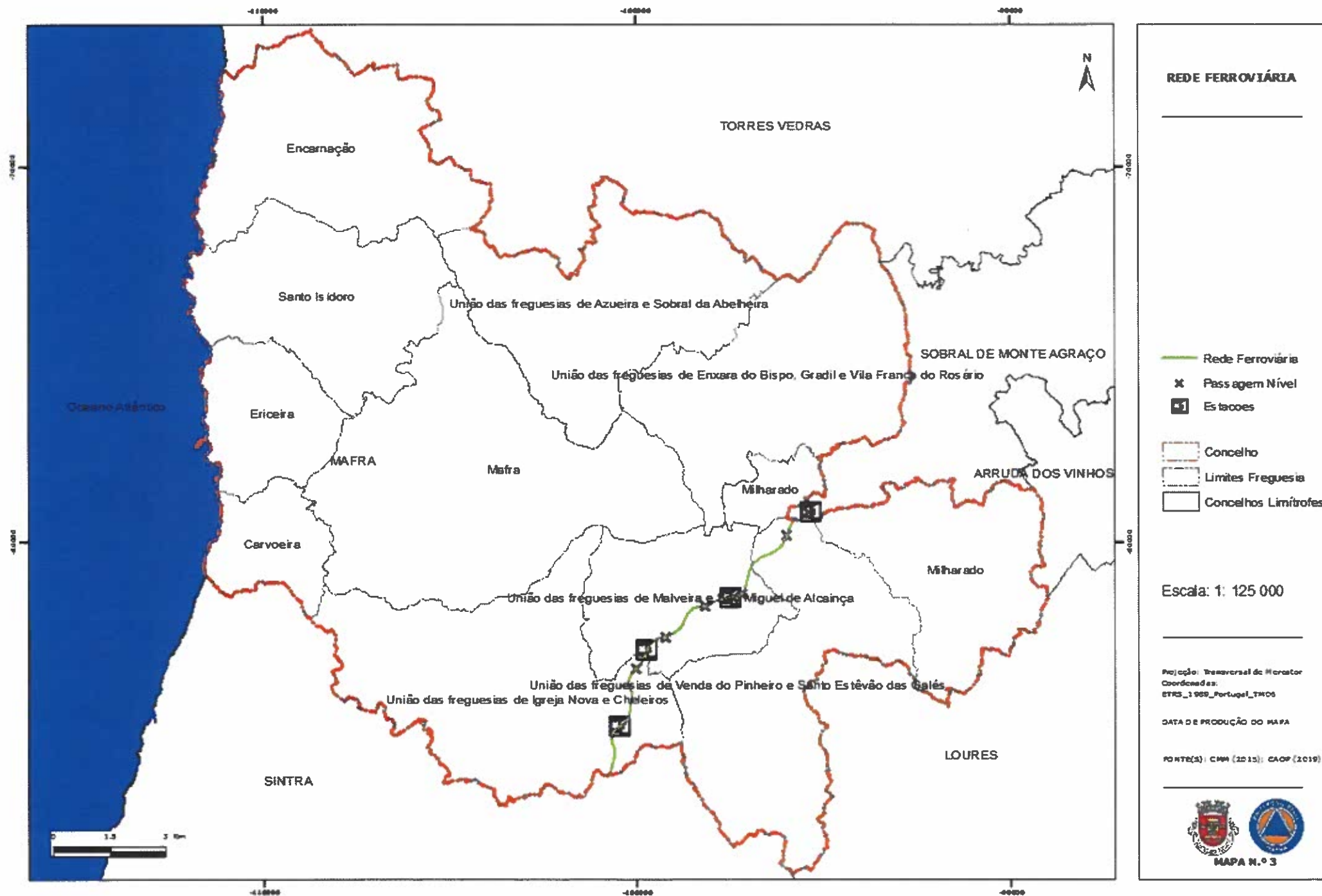
Escala: 1: 125 000

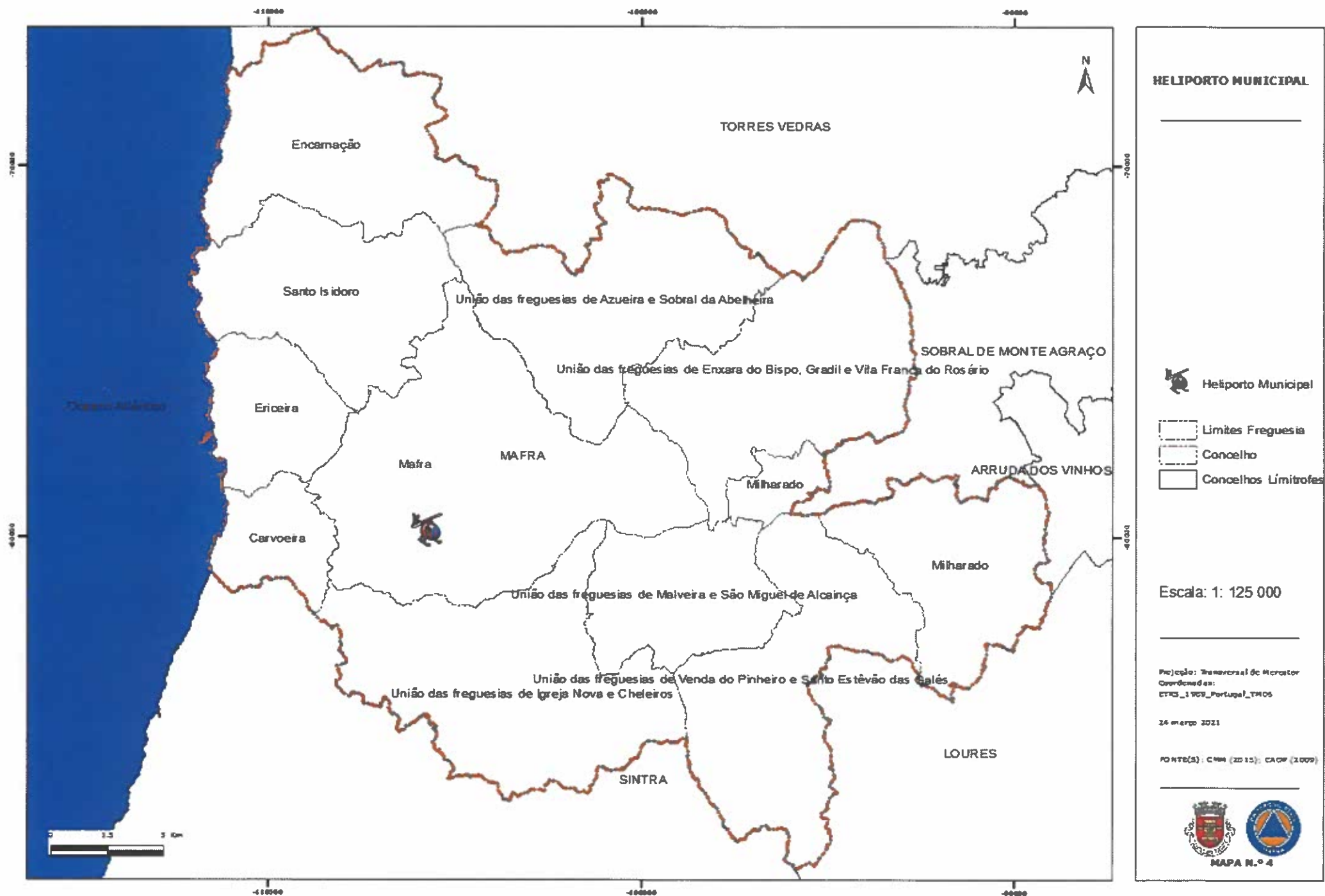
Projeção: Transversal de Mercator
Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TMD0

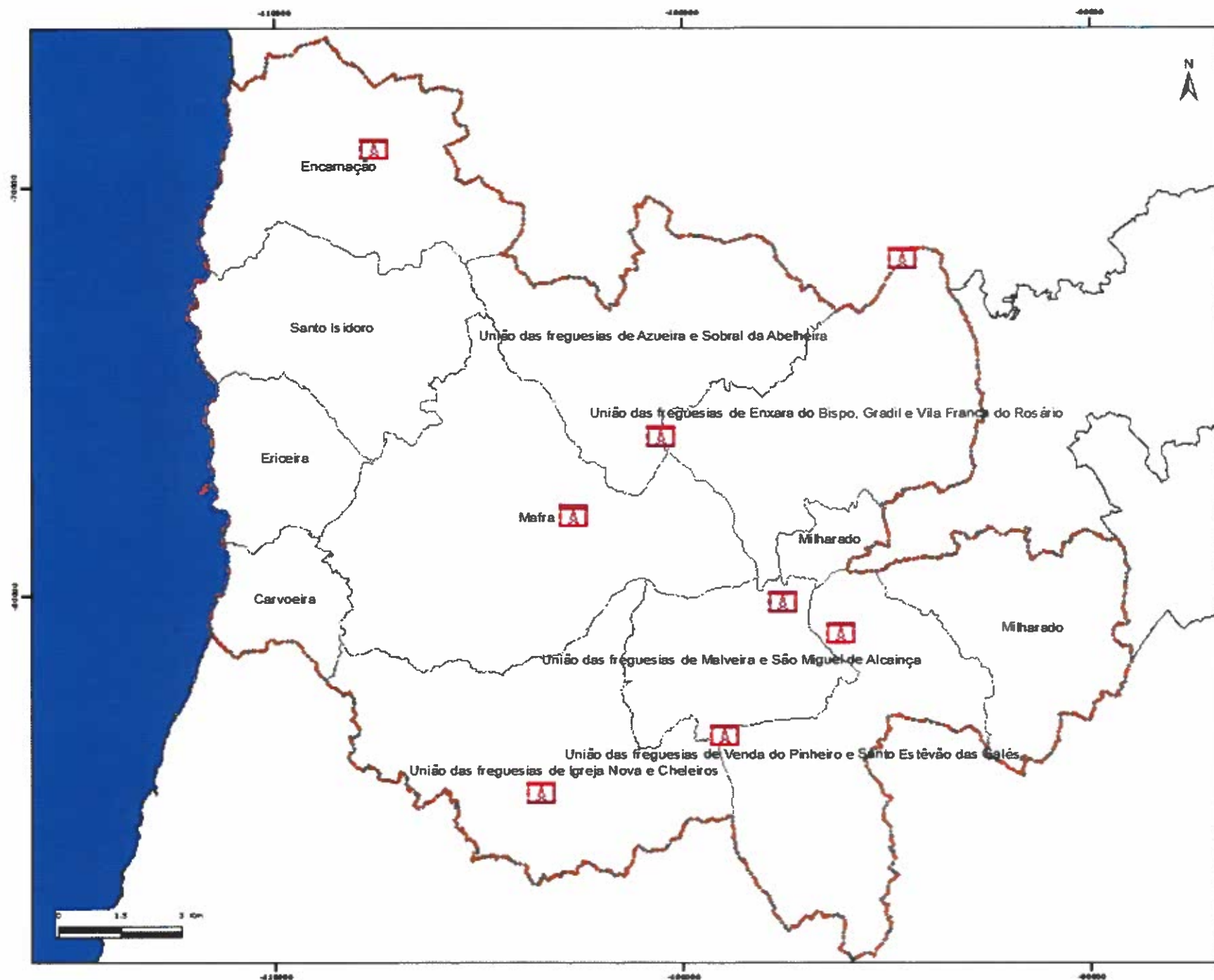
24 março 2021

FONTE(S): CPM (2015); CAOP (2019)









ANTENAS DE COMUNICAÇÕES

-  Antenas Comunicações
-  Limites Freguesia
-  Concelho
-  Concelhos Limitrofes

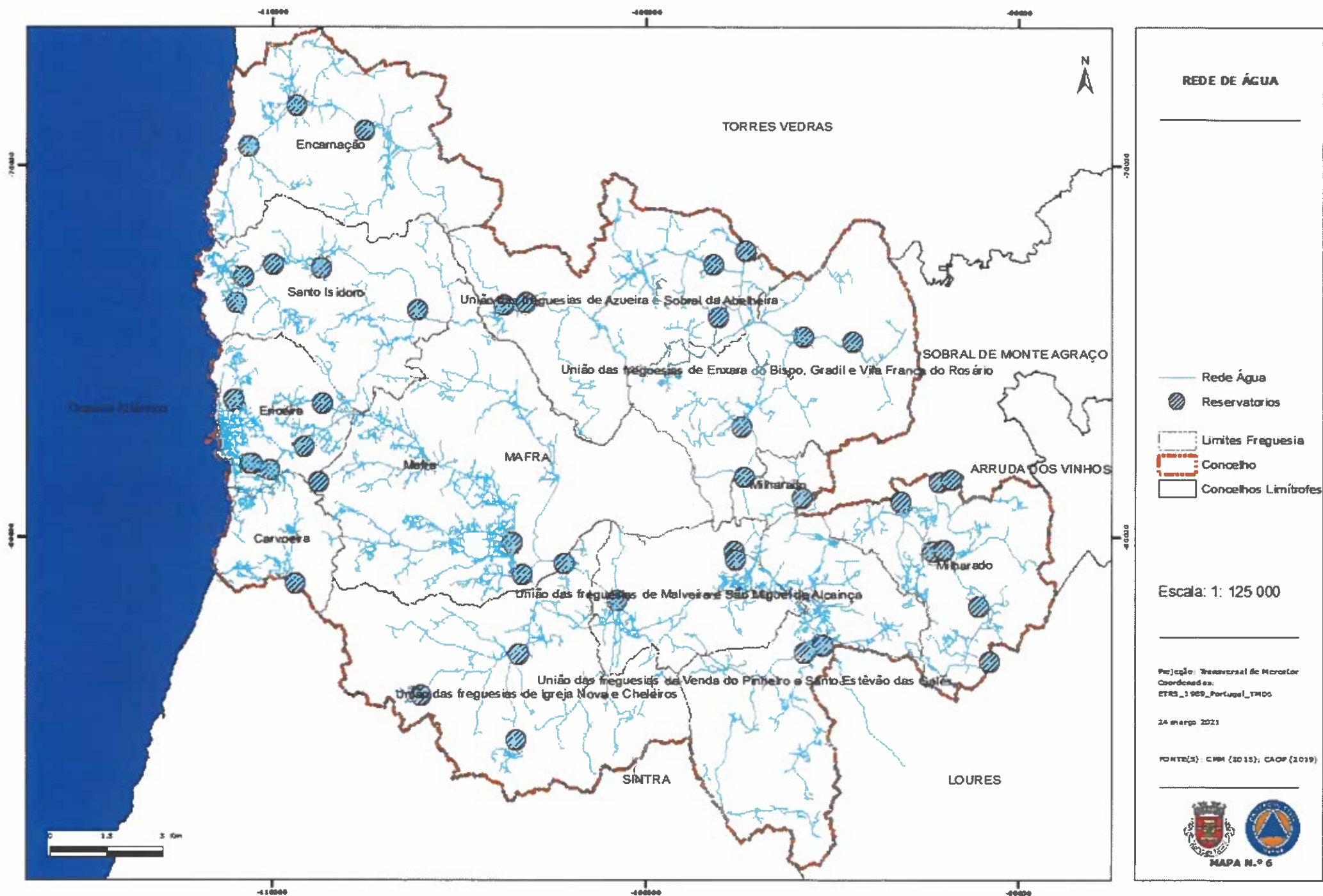
Escala: 1: 125 000

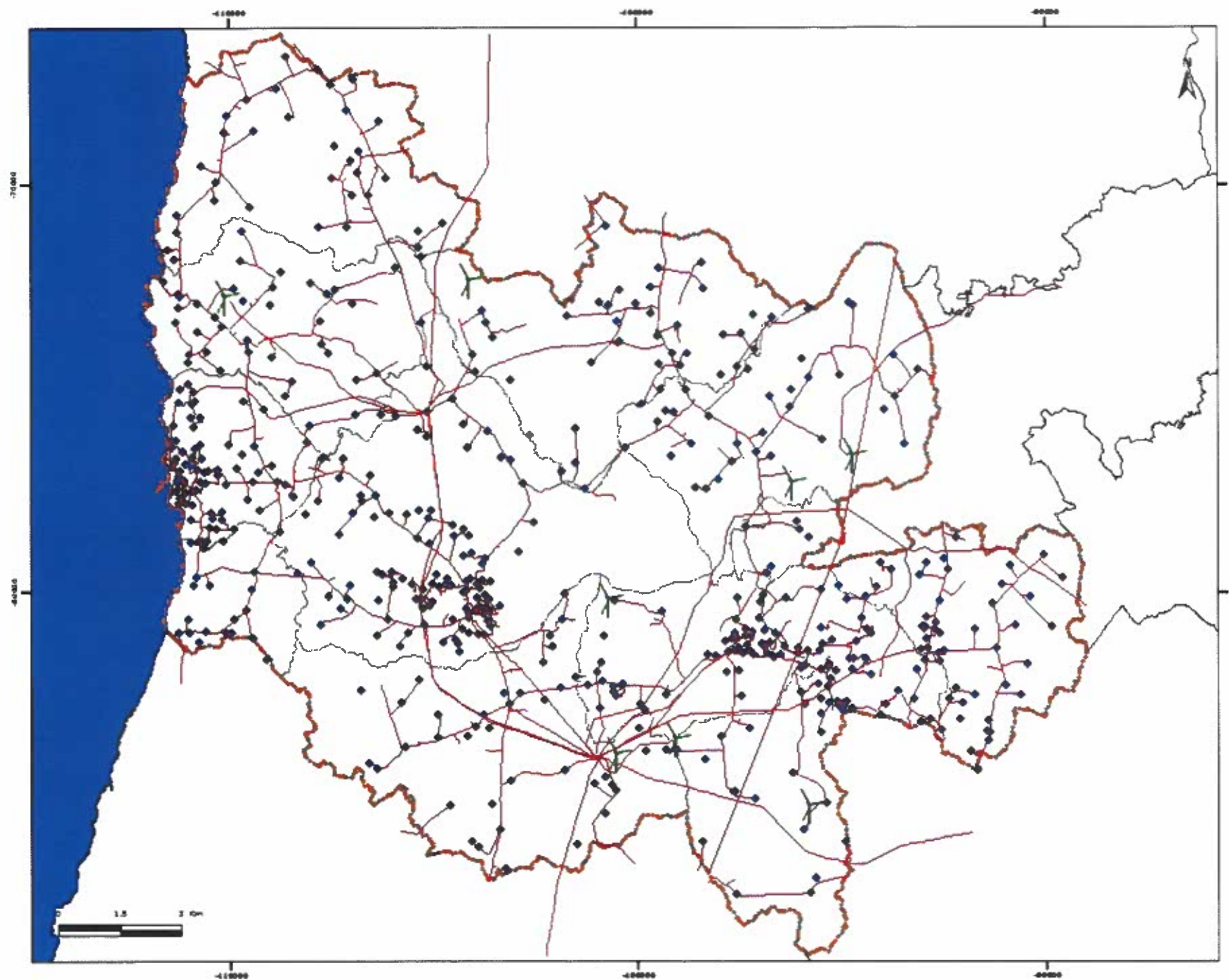
Projeção: Transversal de Mercator
Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM05

22 Abril 2023

FONTE(S): CMM (2015); CAOP (2019)







REDE ELÉTRICA

- Rede Elétrica
- Postos Transformação
- Parques Eólicos
- Limites Freguesia
- Concelho
- Concelhos Limítrofes

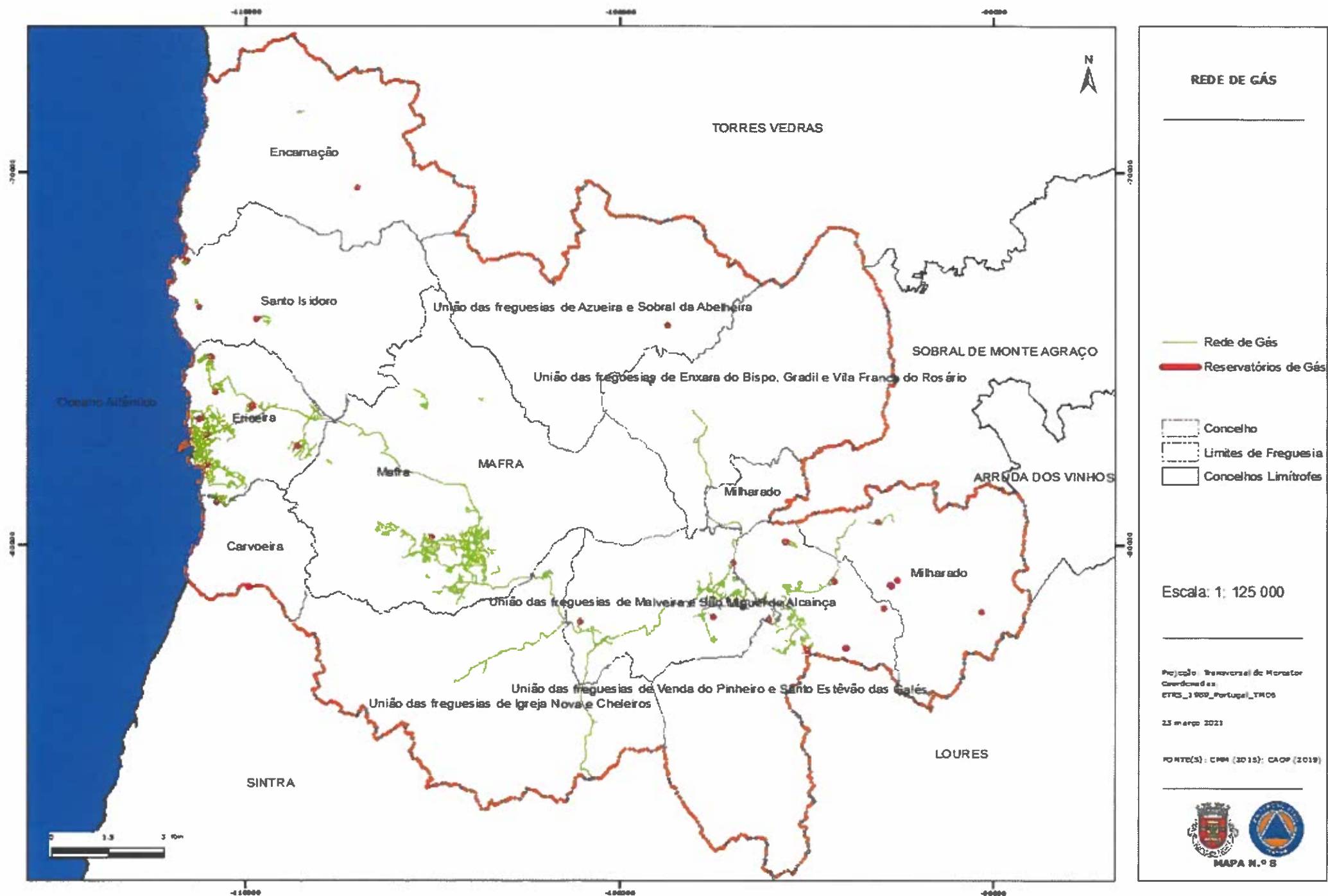
Escala: 1: 125 000

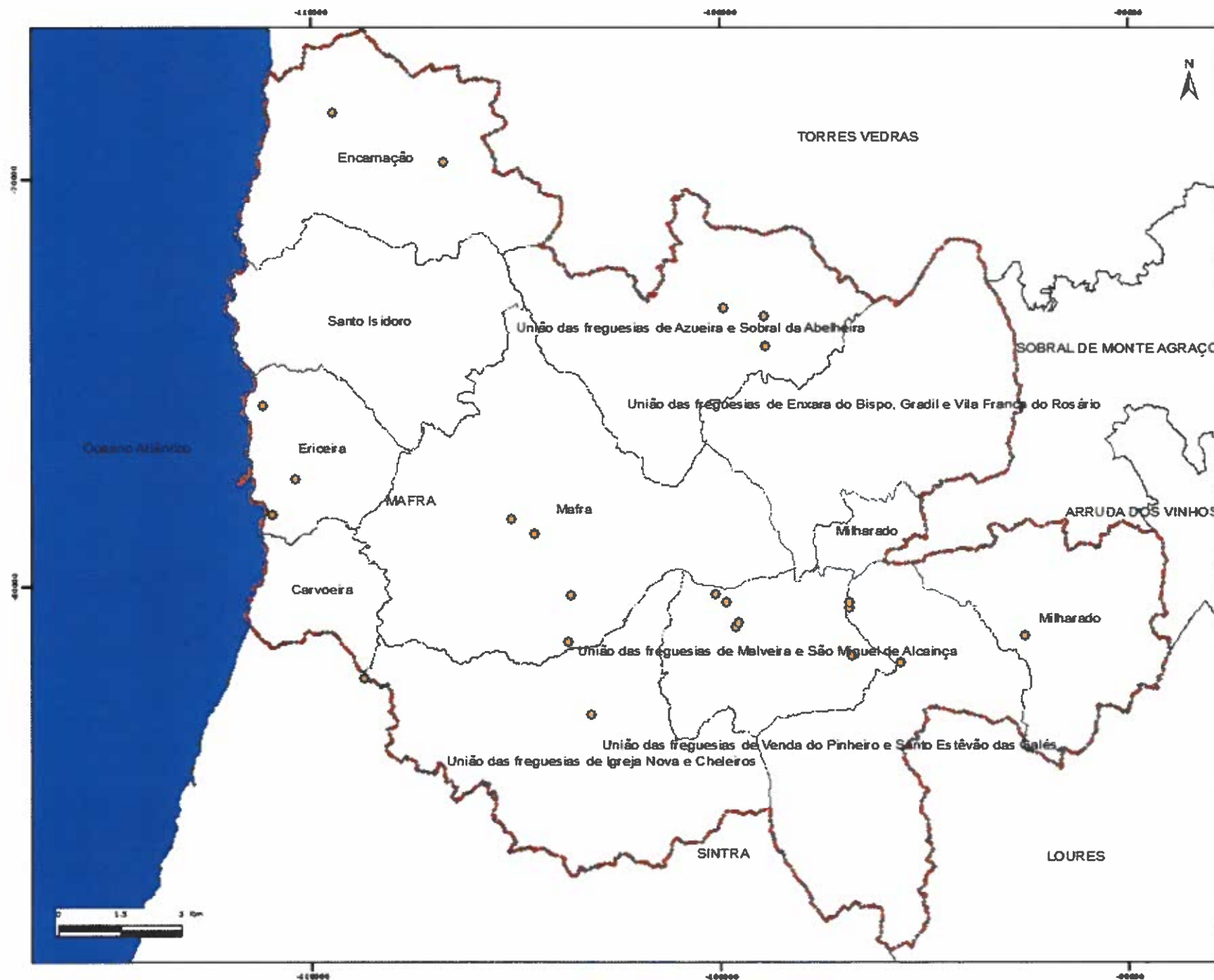
Projeção: Transversal de Mercator
Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM06

24 março 2021

FONTE(S): CMM (2015); CAOP (2019)







POSTOS DE ABASTECIMENTO COMBUSTÍVEIS

◆ Postos abastecimento combustíveis

--- Limites Freguesia
--- Concelho
--- Concelhos Limitrofes

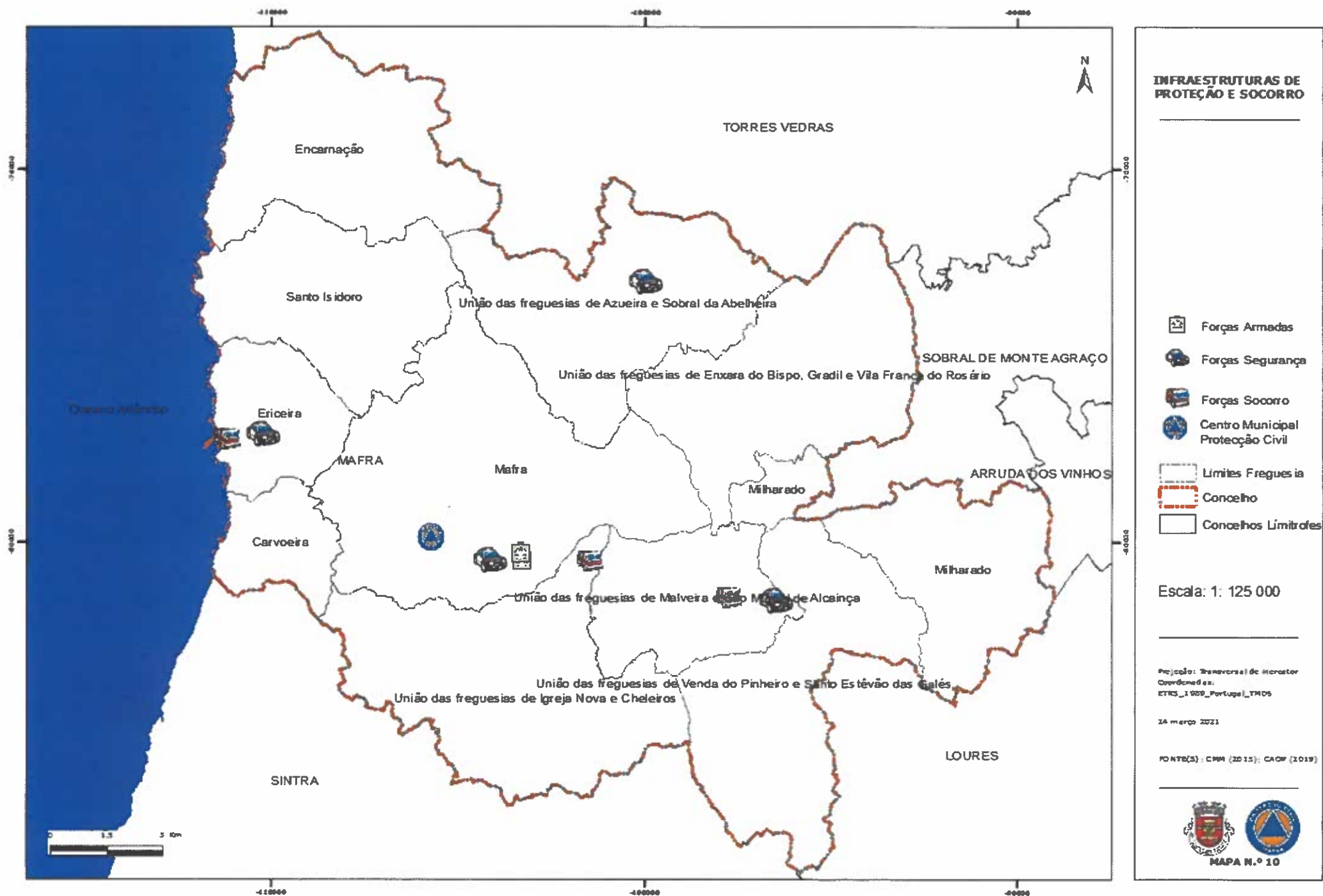
Escala: 1: 125 000

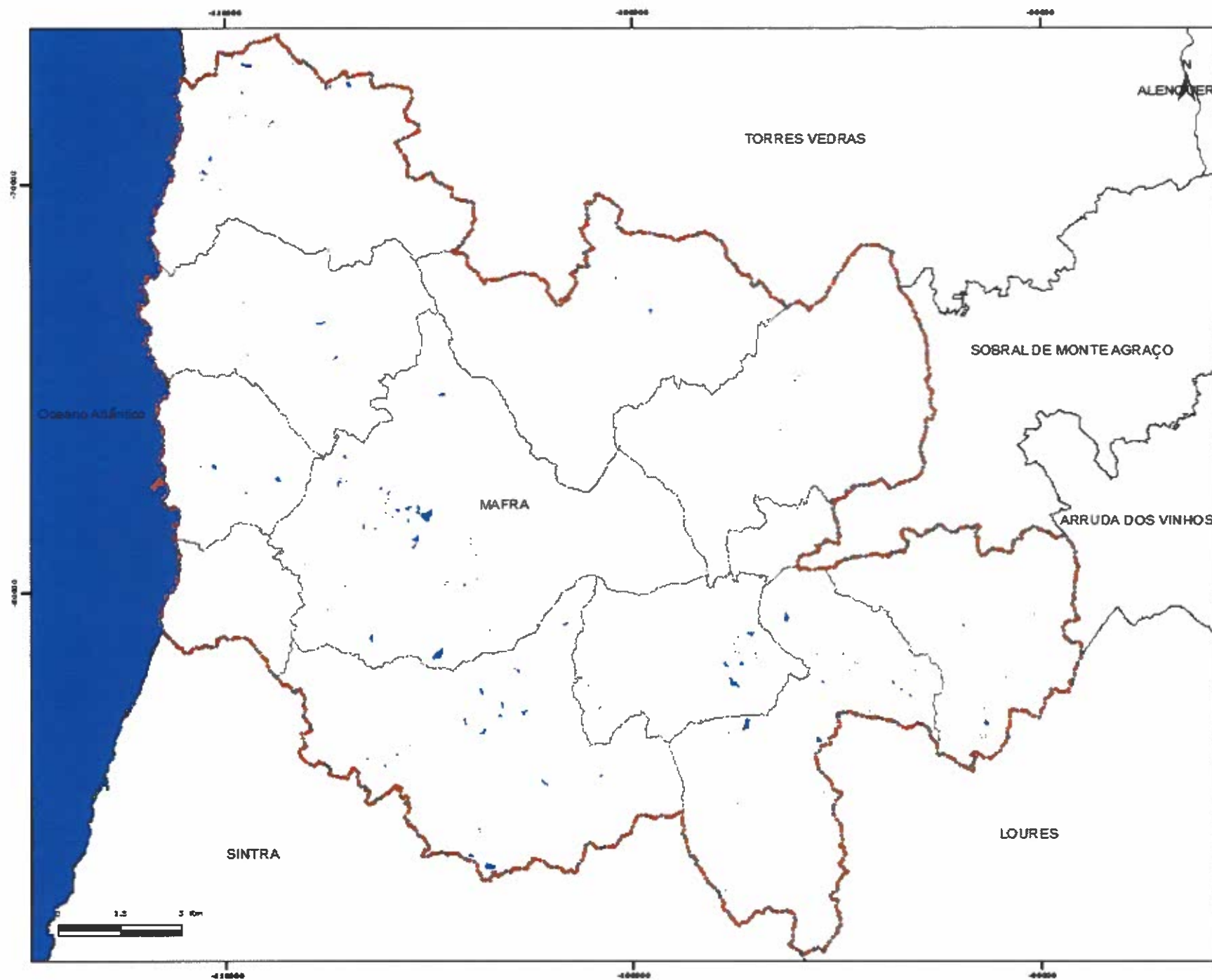
Projeção: Transversal de Mercator
Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM06

23 março 2021

FONTE(S): CMM (2015); CAGP (2019)







EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

-  Indústrias
-  Limites Freguesia
-  Concelho
-  Concelhos Limitófes

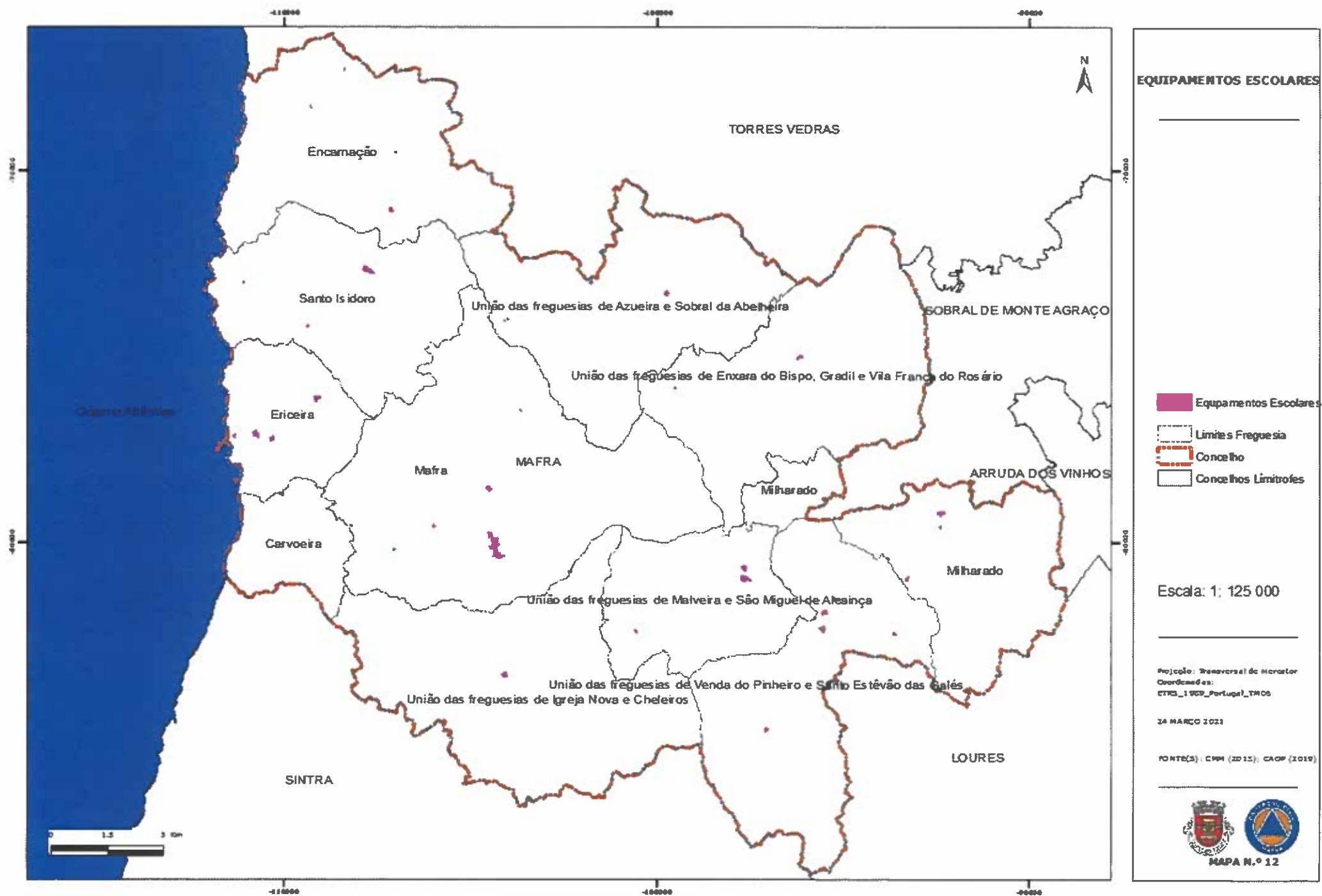
Escala: 1: 125 000

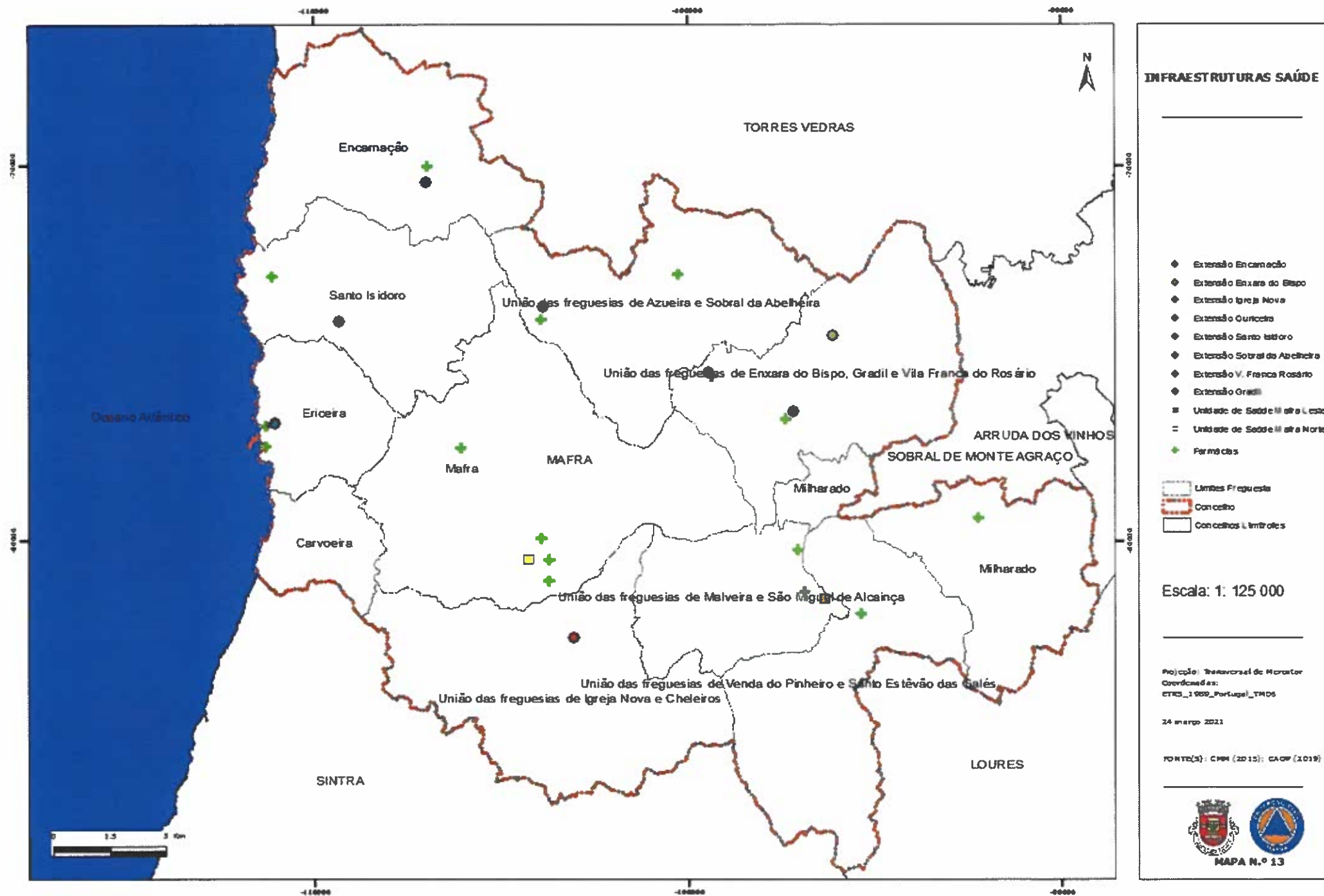
Projeção: Transversal de Mercator
Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM05

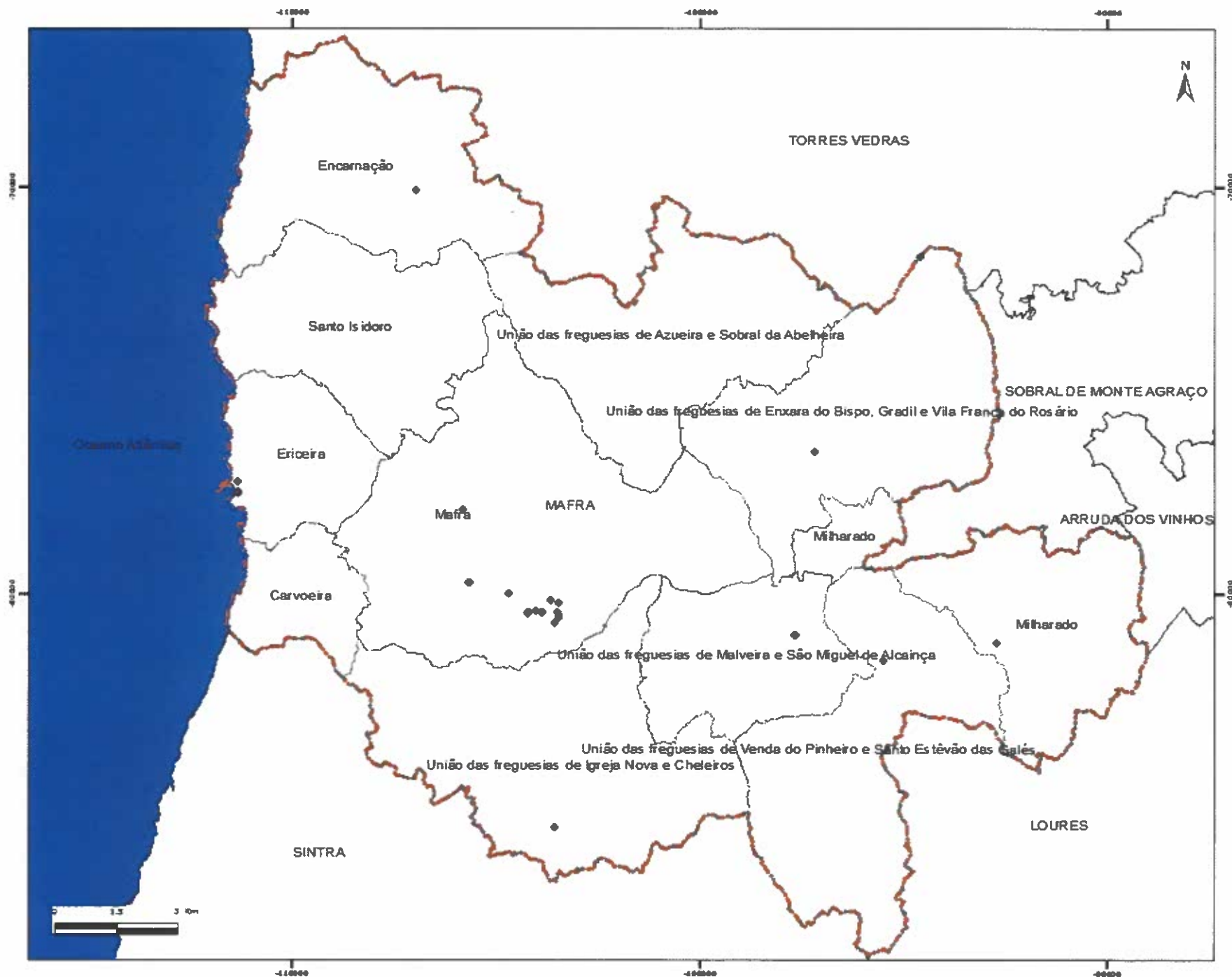
DATA DE PRODUÇÃO DO MAPA

FONTE(S): CMM (2015); CAOP (2019)









EQUIPAMENTOS CULTURAIS

• Equipamentos Culturais

Limites Freguesia

Concelho

Concelhos Limitórfes

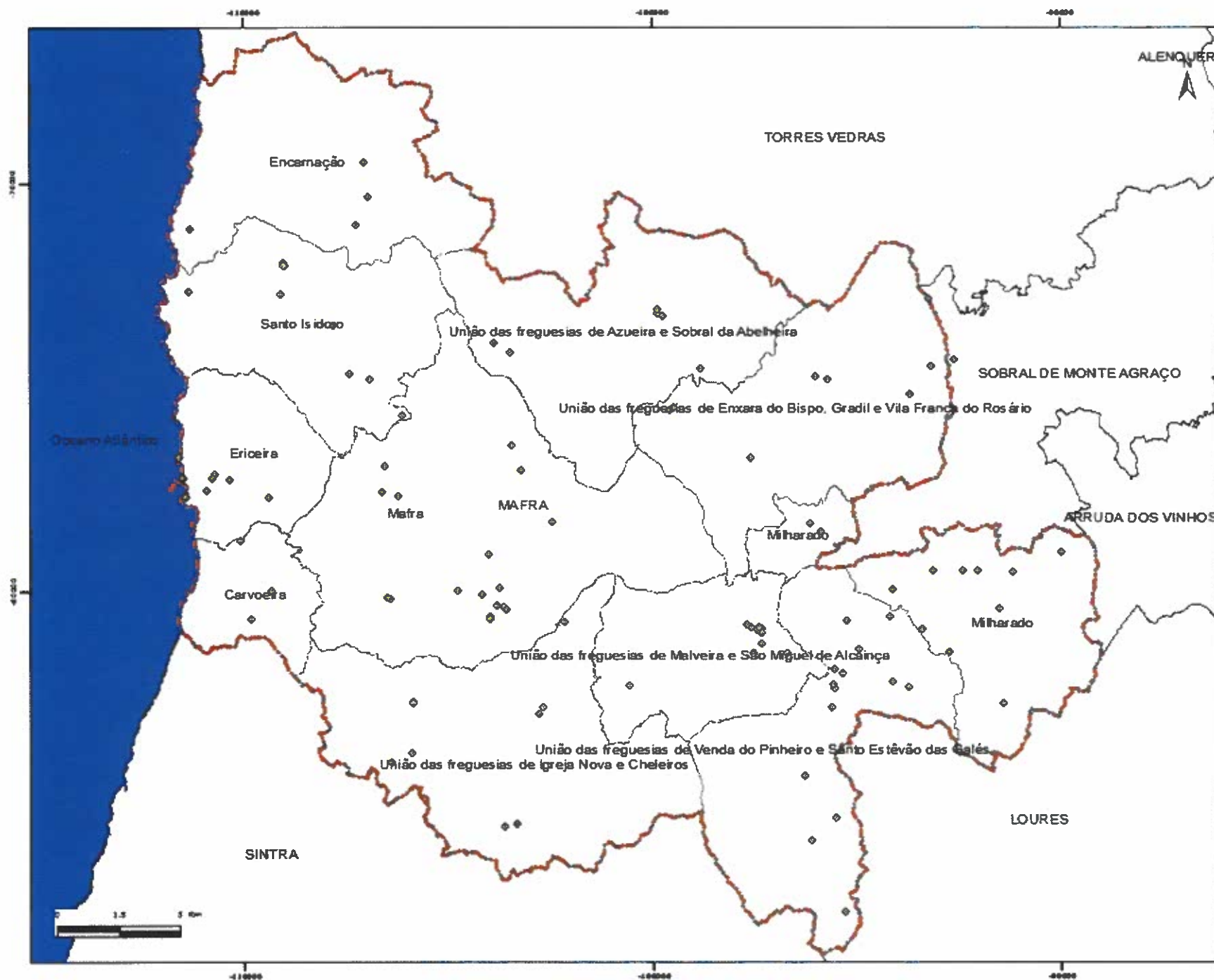
Escala: 1: 125 000

Projeção: Transversal de Mercator
Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM05

25 março 2021

FONTE(S): CMH (2015); CAOP (2019)





EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

- Equipamentos Desportivos
- Limites Freguesia
- Concelho
- Concelhos Limitrofes

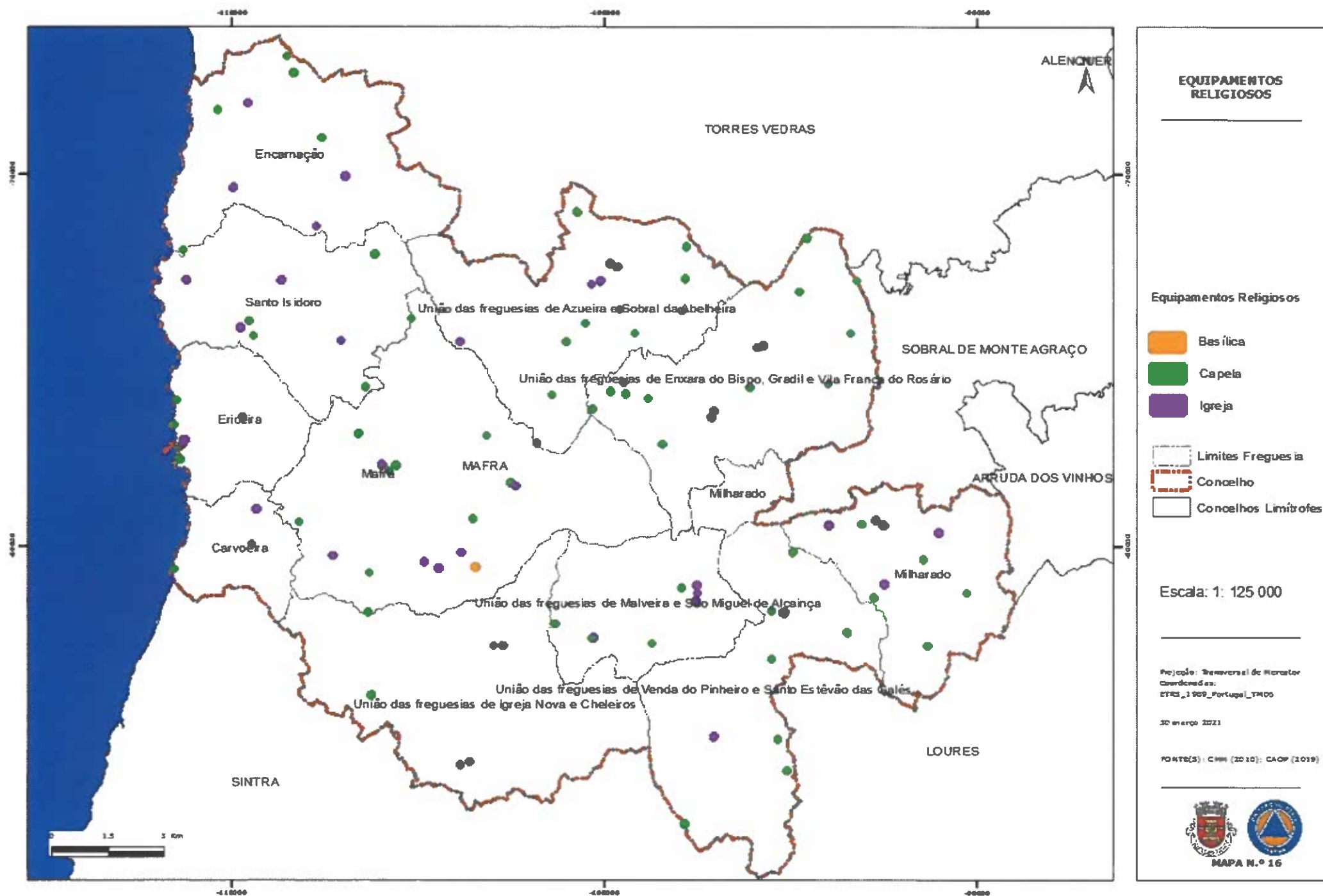
Escala: 1: 125 000

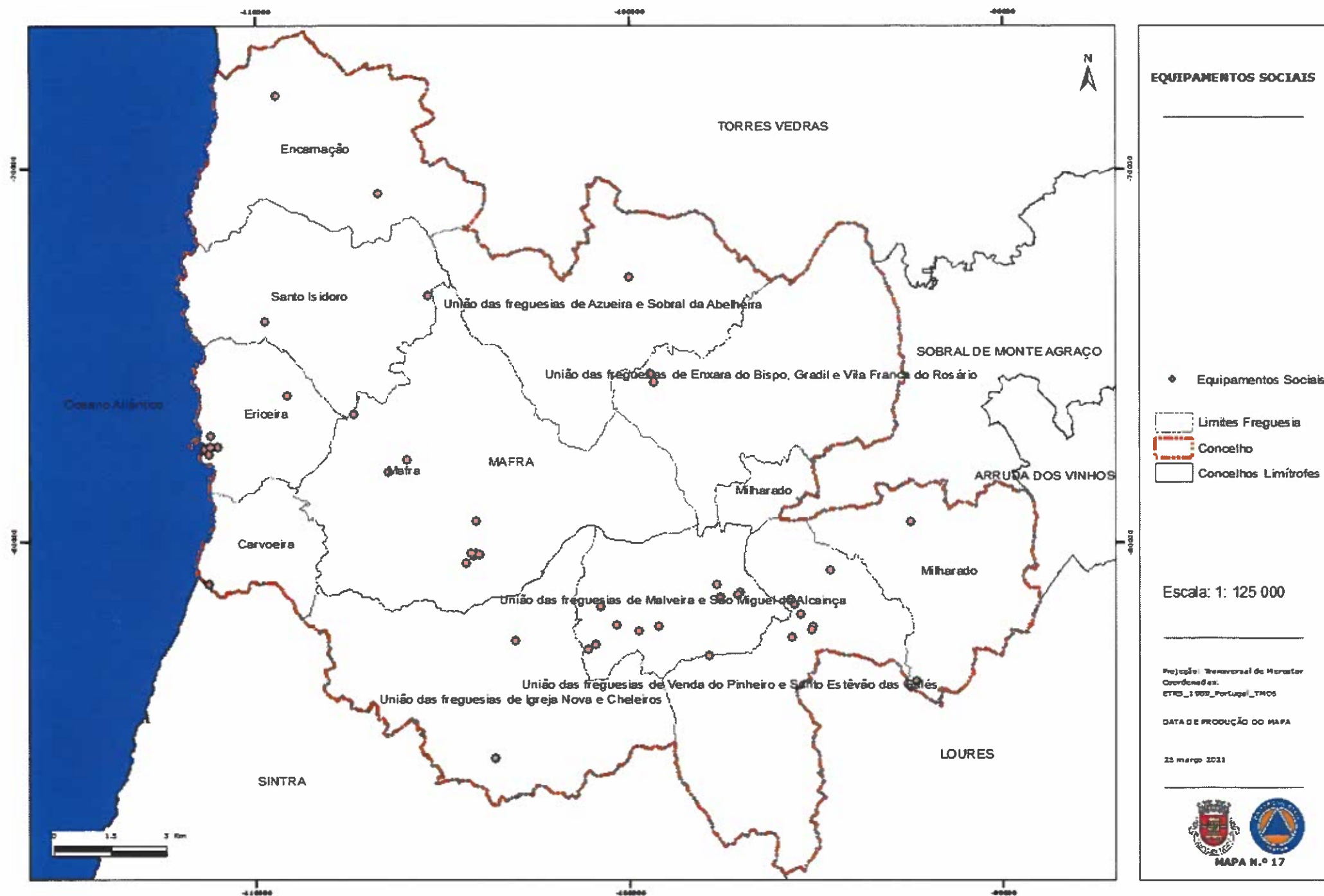
Projeção: Transversal de Mercator
Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM05

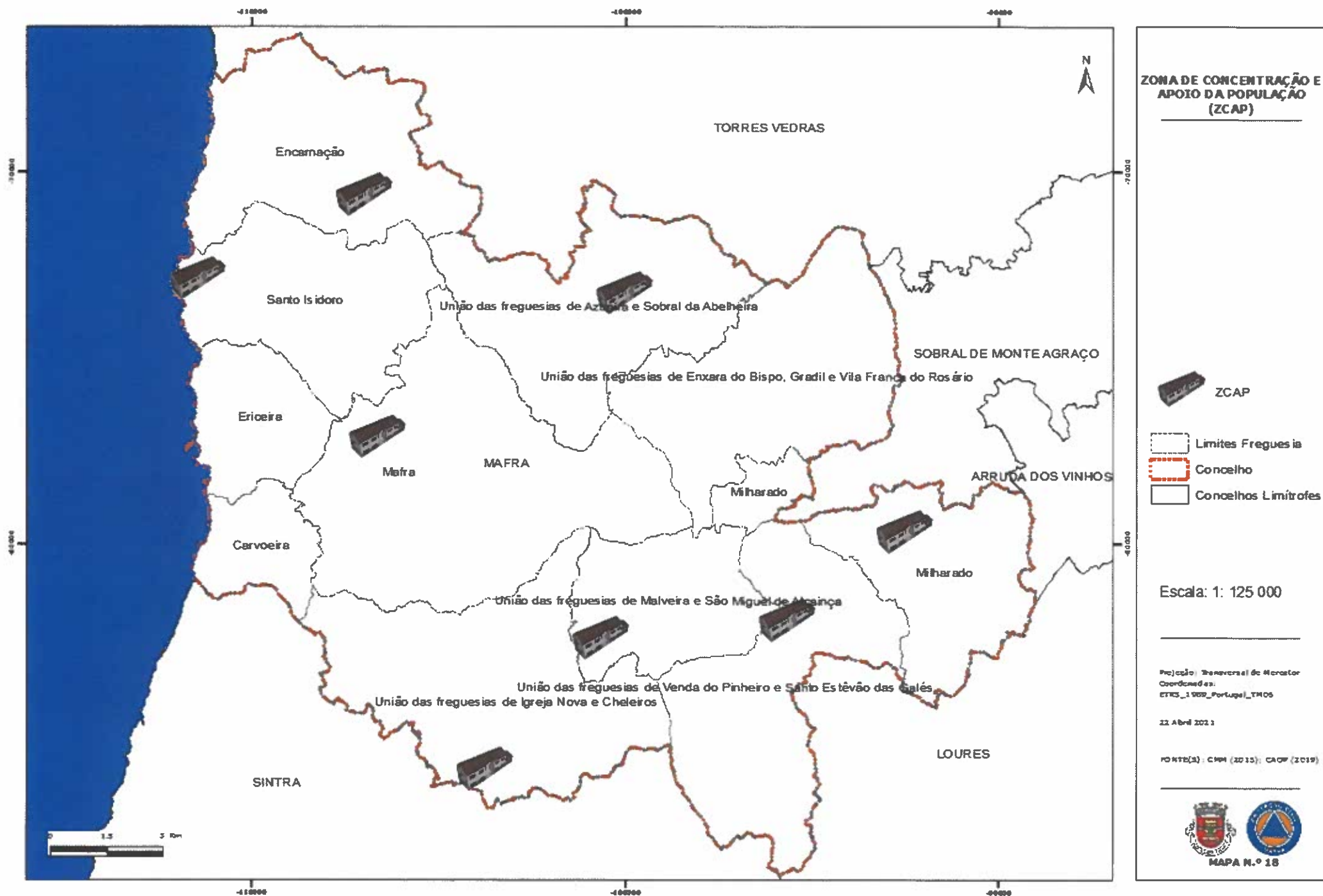
23 março 2021

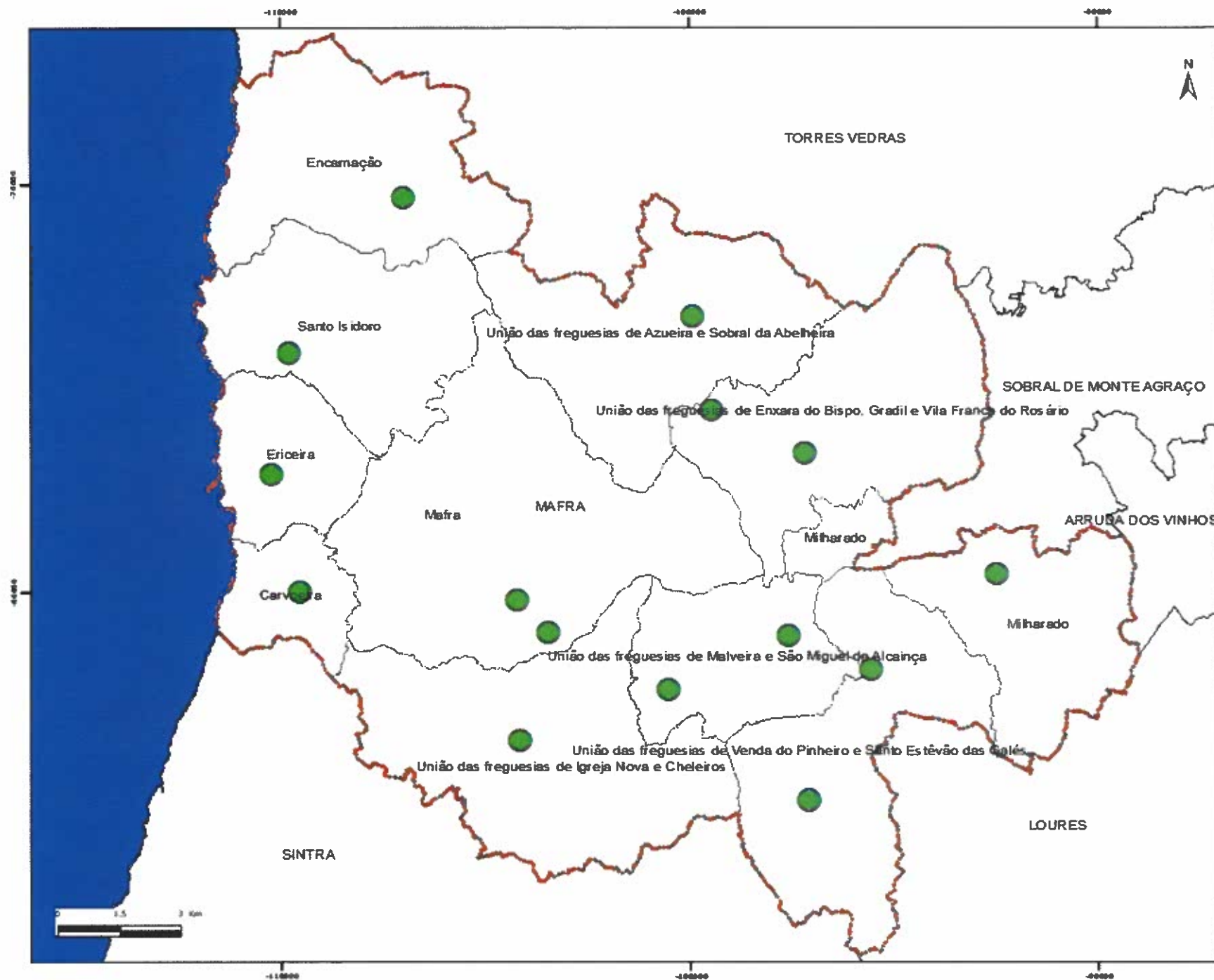
FONTE(S): CMM (2015); CAOP (2019)











ZONAS DE CONCENTRAÇÃO E IRRADIAÇÃO

- ZCI
- Limite Freguesia
- Concelho
- Concelhos Limítrofes

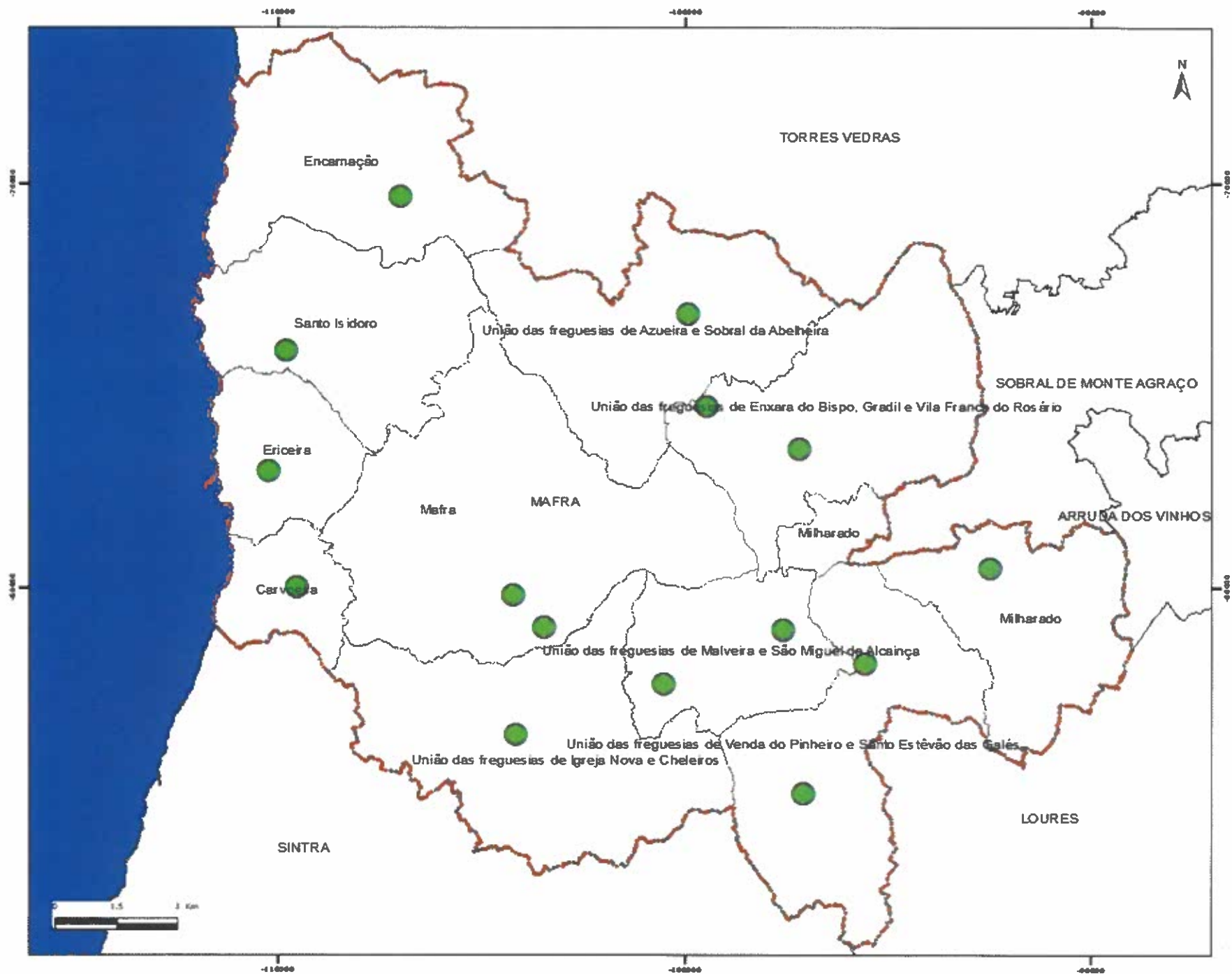
Escala: 1: 125 000

Projeção: Transversal de Mercator
Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM06

15 abril 2021

FONTE(S): CMH (2015); CAOP (2019)





PONTOS DE ENCONTRO

- Ponto Encontro
- Limite Freguesia
- Concelho
- Concelhos Limítrofes

Escala: 1: 125 000

Projeção: Transversal de Mercator
Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM06

5 abril 2023

Fonte(s): CMMA (2015); CAOP (2019)



MAPA N.º 20